UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SAÚDE GLOBAL E
SUSTENTABILIDADE – FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

LAURA MARTINS DE CARVALHO

AGRICULTURA URBANA EM CONTEXTOS DE
VULNERABILIDADE SOCIAL NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO
E EM LISBOA, PORTUGAL

São Paulo

2021

LAURA MARTINS DE CARVALHO

**AGRICULTURA URBANA EM CONTEXTOS DE
VULNERABILIDADE SOCIAL NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO
E EM LISBOA, PORTUGAL**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Saúde Global e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, como exigência para a obtenção do título de Doutora em Ciência.

Campo de conhecimento: Saúde Global e Sustentabilidade

Linha de pesquisa: Sustentabilidade e modos de vida

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus

Versão revisada

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez - CRB-8/4359

Carvalho, Laura Martins de

Agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal / Laura Martins de Carvalho; orientadora Cláudia Maria Bógus. -- São Paulo, 2021.
420 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2021.

1. agricultura urbana. 2. agroecologia urbana. 3. empreendedorismo popular agroecológico. 4. zona Leste de São Paulo. 5. bairros sociais de Lisboa. I. Bógus, Cláudia Maria, orient. II. Título.

CARVALHO, L. M. de (2021) **Agricultura Urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Saúde Global e Sustentabilidade, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

*Às agricultoras e agricultores das periferias da cidade de São Paulo e do
Vale de Chelas, Lisboa.*

AGRADECIMENTOS

Minha mais sincera e imensa gratidão pela generosidade de agricultoras (es); gestoras (es) de hortas; servidoras (es) públicas (os); funcionárias (os) de empresas privadas e mistas; de organizações da sociedade civil e todas (os) aquelas (es) que se disponibilizaram a fazer parte desta pesquisa, em São Paulo e em Lisboa, e compartilharam suas vidas, suas histórias e seus trabalhos comigo.

À Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus por aceitar me orientar e pela compreensão no último ano de pesquisa; aos colegas da Faculdade de Saúde Pública da USP, pelas reflexões, sugestões de leitura e profícuas discussões sobre os diversos temas que permeiam nossas pesquisas; às pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional (PSSAN) pela dedicação à pesquisa e à Ciência; e um agradecimento especial à Vânia Santos, ex-secretária do programa, pelos esclarecimentos referentes aos processos burocráticos da FSP-USP e pelo bom humor.

Aos geógrafos e pesquisadores Thomas Ficarelli, pelo mapa das hortas da zona Leste; ao Mateus de A. P. Sampaio, pelo convite para colaborar na elaboração do “Trabalho de campo 6: Agricultura(s) urbana(s) na Zona Leste da cidade de São Paulo”, realizado no XIII Encontro Nacional da ANPEGE; à Angélica Nakamura, pelas reflexões sobre nossas pesquisas; ao Gustavo Nagib pelos frutíferos debates teóricos, metodológicos, discussão dos resultados de nossas pesquisas e diversas colaborações acadêmicas; à pesquisadora Rúbia Panegassi, pelas discussões sobre a agricultura urbana na zona Leste; e à professora e pesquisadora Márcia Maria Tait Lima, pelas sugestões de leitura e reflexões feministas. Às professoras e pesquisadoras Lya Cynthia Porto de Oliveira, Gabriela Di Giulio e Cecília Maria Neves Delgado pelas contribuições na avaliação deste trabalho.

Aos professores, professoras e funcionárias do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que me receberam e guiaram nos cinco meses e meio de estadia em Portugal. Ao Prof. Dr. Vítor Sérgio Ferreira, por me receber e por sua orientação cuidadosa e firme no âmbito da sociologia; e ao Prof. Dr. João Ferrão pela orientação no âmbito da geografia. À Cláudia de Andrade, pelo apoio, escuta e conversas hilárias; à Sonia Arroz, por me receber no ICS-ULisboa; e às bibliotecárias, sempre disponíveis e atenciosas.

Aos amigos e amigas, no Brasil e no mundo, que me acompanharam e apoiaram, em diferentes momentos: Anil Poyraz, Daniele Teófilo, Hyun Ju Choi, Kelly Gardini, Kiki Lenzoni, Liz Barreto, Lourdes Borges, Luciana Rossetto, Marcelo Mateus, Marcos Pereira, Maribel Sans Corvillo, Mohit Sahirbe, Mônica Machado, Natália Barom, Natália Mancini, Natalie Boschembusio, Silvia Bacci, Tuna Kaan Tastan, e tantos (as) outros (as) que tive o prazer de conhecer e que me acompanharam nessa jornada.

À professora Marta Lúcia por me convidar para participar de suas atividades pedagógicas no assentamento do MST em Franco da Rocha, na aldeia Guarani *Kalypeti* e nos espetáculos no Teatro Municipal de São Paulo. Ao psicanalista Rafael Domingues Adaime, pela escuta atenta e interpretações das minhas aventuras e desventuras durante a pesquisa. À Cibele Camachi, do Sesc Avenida Paulista, pelo convite para mediar a mesa redonda “Donas do Mundo: a Mulher na Agroecologia”. Aos meus alunos e alunas, por todo o aprendizado e trocas permanentes.

Ao Yoga, à República da Irlanda e à Mãe Natureza. À “Família Buscapé”; ao Luís Gonzaga Sales e à Ângela Barros – pelo apoio ao longo dos anos. À minha mãe, a professora Ângela Maria Martins, pelo apoio incondicional durante o doutorado – e durante a vida.

Às instituições que viabilizaram essa pesquisa: a Faculdade de Saúde Pública da USP e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudo concedida e à bolsa PDSE que possibilitou meu estágio no ICS-ULisboa.

Saudações e saúde.

EPÍGRAFE

INCENSO FOSSE MÚSICA

isso de querer ser
exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além

Paulo Leminski, Toda Poesia

Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer.

Maria da Conceição Evaristo de Brito

RESUMO

CARVALHO, L. M. de. **Agricultura Urbana em contextos de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Lisboa, Portugal.** 2021. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (PPGSGS/FSP/USP).

Esta pesquisa investiga a produção da agricultura urbana (AU) em contextos de vulnerabilidade social em sete hortas localizadas na zona Leste de São Paulo e em dois Parques Hortícolas de bairros sociais de Lisboa, Portugal, em torno do seguinte questionamento: “Como se constrói a Agricultura Urbana em regiões de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Parques Hortícolas de Lisboa, Portugal e como os agentes presentes nessas localidades operam nesses processos?”. O estudo é ancorado nas Ciências Sociais e Humanas, notadamente na Perspectiva Multinível, Transição para a Sustentabilidade e em estudos que fundamentam a Agricultura Urbana e Periurbana. Parte-se da hipótese que a AU pode viabilizar possibilidades de combate às desigualdades estruturais em contextos de vulnerabilidade social, propiciando: geração de renda; melhorias na qualidade de vida de agricultores (as) urbanos (as); ampliação na produção e acesso de alimentos adequados ao consumo humano; e preservação ambiental. Nessa direção, a pesquisa identifica e analisa os múltiplos agentes – poder público, empresas privadas e mistas, organizações da sociedade civil e agricultores (as) – e as dinâmicas instauradas entre eles que, em conjunto, produzem a agricultura urbana nas respectivas localidades. Trata-se de estudo qualitativo fundamentado na Observação Participante, metodologia que proporciona densa descrição dos dados, em interlocução com a literatura da área. Na zona Leste de São Paulo, os resultados mostram: (a) o crescente protagonismo feminino na AU agroecológica, associado ao empreendedorismo popular e à conscientização das injustiças que agricultoras enfrentam; (b) as disputas entre modelos de gestão de hortas e concepções de cultivo; (c) desafios das transições sociotécnicas no que se refere às regulamentações e operacionalização das hortas; (d) a necessidade de diversificação de fontes de financiamento; (e) garantias de acesso e permanência nos terrenos das hortas. Em Lisboa, os resultados mostram: (a) o caráter fortemente regulatório da AU materializado no projeto Parques Hortícolas; (b) o potencial inexplorado de mobilização e participação popular de agricultores (as) em bairros sociais e de inovação por parte da juventude. O estudo conclui, ainda, que a atividade da AU, nos contextos estudados, provoca ampla melhoria na qualidade de vida de agricultores (as); inicia ou amplia a produção local de alimentos adequados ao consumo humano por parte de populações vulneráveis; implementa práticas de AU associadas à preservação ambiental e promove conscientização ambiental através de práticas pedagógicas. Em suma, a AU – materializada tanto em atividades de caráter emancipatório, assistencialista ou regulatório – tem potencial para combater desigualdades estruturais enfrentadas por populações vulneráveis, contribuindo para transformações sociais e econômicas em grandes cidades.

Palavras-chave: agricultura urbana; agroecologia urbana; empreendedorismo popular agroecológico; zona Leste de São Paulo; bairros sociais de Lisboa.

ABSTRACT

CARVALHO, L. M. de. **Urban Agriculture in contexts of social vulnerability in the East of São Paulo and in Lisbon, Portugal.** 2021. Doctoral thesis. Postgraduate Program in Global Health and Sustainability at the Faculty of Public Health of the University of São Paulo (PPGSGS / FSP / USP).

This research investigates the production of urban agriculture (UA) in contexts of social vulnerability in seven community gardens located in the east of São Paulo and in two horticultural parks in social districts of Lisbon, Portugal, around the following question: “How is the construction of Urban Agriculture in regions of social vulnerability in the East of São Paulo and in Horticultural Parks of Lisbon, Portugal and how do the agents present in these locations operate in these processes?”. The study is anchored in Social and Human Sciences, notably in the Multilevel Perspective Theory, Transition to Sustainability and in studies that underlie Urban and Peri-Urban Agriculture. It is based on the hypothesis that UA can enable possibilities to combat structural inequalities in contexts of social vulnerability, providing: income generation; improvements in the quality of life of urban farmers; expansion in the production and access of food suitable for human consumption; and environmental preservation. In this sense, the research identifies and analyzes the multiple agents – government, private and mixed companies, civil society organizations and farmers – and the dynamics established among them that, together, produce urban agriculture in the localities. This is a qualitative study based on Participant Observation, a methodology that provides a dense description of data, in dialogue with the literature of the field. In the East zone of São Paulo, the results show: (a) the growing female role in agroecological UA, associated with popular entrepreneurship and the awareness of the injustices that female urban farmers face; (b) disputes between community garden management models and cultivation concepts; (c) challenges of socio-technical transitions with regard to the regulations and operation of community gardens; (d) the need to diversify funding sources; (e) guarantees of access and permanence in the community gardens' grounds. In Lisbon, the results show: (a) the UA's highly regulatory nature materialized in the Horticultural Parks project; (b) the untapped potential for mobilization and popular participation of urban farmers in social neighborhoods and innovation led by the youth. The study concludes that the UA activity, in the studied contexts, causes wide improvement in the quality of life of urban farmers; initiates or expands local production of food suitable for human consumption by vulnerable populations; implements UA practices associated with environmental preservation and promotes environmental awareness through pedagogical practices. In short, UA – materialized in activities of an emancipatory, assistance or regulatory nature – has the potential to combat structural inequalities faced by vulnerable populations, contributing to social and economic transformations in large cities.

Keywords: urban agriculture; urban agroecology; popular agroecological entrepreneurship; East of São Paulo; Lisbon's social districts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO – Associação de Agricultores Orgânicos

AAZL – Associação dos Agricultores da Zona Leste

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia

AGDS – Associação Global de Desenvolvimento Sustentado

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

AU – Agricultura Urbana

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional da Habitação

CADS – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável

CAE – Casa de Agricultura Ecológica

CAISAN-Municipal – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar

CAPES-PDSE – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CCA – Centro para Crianças e Adolescentes

CDH – Companhia de Desenvolvimento Habitacional

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CECAP – Caixa Estadual de Casas para o Povo

CECCO – Centro de Convivência e Cooperativa

CEIs – Centros de Educação Infantil e Creches Conveniadas

CELG PAR – Centrais Elétricas de Goiás S.A. - Celg.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CERET – Parque do Centro Esportivo, Recreativo e Educativo do Trabalhador

CEU – Centros Educacionais Unificados

CMDRSS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

COMUSAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

COOPERAPAS – Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo

COSAN – Coordenadoria de Segurança Alimentar

CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CREN – Centro de Referência e Educação Nutricional

DEM – Democratas

DGIZ – Diretoria Geral de Cooperação Internacional da Holanda

EBAA – Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

EEU – Estrutura Ecológica Urbana

EMATERs – Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

EMBRATER – Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental

EMEIIs – Escolas Municipais de Educação Infantil

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

EMURB – Empresa Municipal de Urbanização

ESF – Estratégia Saúde da Família

EUA – Estados Unidos da América

FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FAO UN – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FEMA – Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINASA – Financiamento de Saneamento

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

FUMCAD – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

GNAU – Grupo Nacional de Agricultura Urbana

GSARUFDL – Gerência Social de Ações de Recuperação Urbana e Fomento de Desenvolvimento Local

GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica

HIS – Habitações de Interesse Social

HMP – Habitação para o Mercado Popular

IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM – Instituto Consulado da Mulher

ICS-ULisboa – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDRC/CDRI – Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional

IFPRI – International Food Policy Research Institute

INE – Instituto Nacional de Estatística

INIFAT – Instituto de Investigações Fundamentais na Agricultura Tropical

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

MEI – Microempreendedor Individual

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ODSs – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONG CSF – Organização Não Governamental Cidades Sem Fome

ONGs – Organizações Não Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PANCs – Plantas Alimentícias Não-Convencionais

PAVS – Programa Ambientes Verdes e Saudáveis

PH – Parque Hortícola

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

PMA – Programas Municipais de Alimentação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Perspectiva Multinível

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POT – Programa Operação Trabalho

PROAURP – Programa de Agricultura Urbana e Periurbana

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RAPPA – Rede das Agricultoras Paulistas Periféricas Agroecológicas

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

RUAF Foundation – Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

SFS – Sistema Financeiro de Saneamento

SMA/SAA – Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

SMSUB – Secretaria Municipal das Subprefeituras

SMVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

SSARU – Superintendência Social de Ações da Recuperação Urbana

TS – Transição para a Sustentabilidade

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPAs – Unidades de Produção Agropecuárias

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZL – Zona Leste

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Agentes que estabelecem os regimes de uso da terra.	39
Quadro 02 – As hortas do estudo na zona Leste.....	42
Quadro 03 – Entrevistados (as) em São Paulo.	43
Quadro 04 – Procedimentos para produção de dados na zona Leste.	44
Quadro 05 – Entrevistados (as) em Lisboa.....	46
Quadro 06 – Elementos da TS em sistemas agroalimentares urbanos.	59
Quadro 07 – Especificações técnicas para o uso do terreno da faixa da linha de transmissão.	158
Quadro 08 – Projetos sociais da CDHU.	167
Quadro 09 – Endereço de hortas da zona Leste por prefeitura regional.....	169
Quadro 10 – Quantidade de hortas por proprietário de terrenos.	172
Quadro 11 – Parceiros de vendas da AAZL em regiões centrais de São Paulo.	178
Quadro 12 – Quadro informativo da horta Viveiro Escola União de Vila Nova.	222
Quadro 13 – Quadro informativo do Projeto Planta Periferia.	247
Quadro 14 – Quadro informativo da Horta Fazendinha.	257
Quadro 15 – Quadro informativo da Horta Sabor da Vitória.	265
Quadro 16 – Quadro informativo da Horta da Mateo Bei.	273
Quadro 17 – Quadro informativo da Horta da Sodexo (São Mateus).	283
Quadro 18 – Lista de legumes, frutas e outros e valores.	289
Quadro 19 – Lista folhas, hortaliças e outras e valores.	289
Quadro 20 – Temperos da horta / in natura e valores.....	289
Quadro 21 – Temperos desidratados / pó / chás / outros e valores	290
Quadro 22 – Perfil das agricultoras e agricultores entrevistados.	299
Quadro 23 – Cronologia de aparecimento das Hortas Urbanas e Entidades responsáveis por estas iniciativas.....	324
Quadro 24 – Zonas e Freguesias de Lisboa.....	328
Quadro 25 – Parques Hortícolas (PH) e Núcleos de Hortas Municipais.....	343
Quadro 26 – Núcleos de Hortas de Gestão Não-Municipal.	343
Quadro 27 – Outros Projetos Agrícolas.....	344
Quadro 28 – Novos Projetos Municipais.....	344
Quadro 29 – Perfil de agricultores e agricultoras entrevistados.....	356
Quadro 30 – Tipos de cultivos dos agricultores (as) do Vale de Chelas.	366
Quadro 31 – Novas iniciativas em Lisboa.....	371

Quadro A – Produção, distribuição e empreendedorismo em alimentos.	408
Quadro B – Produção e venda de orgânicos.....	408
Quadro C – Redes e grupos de Agroecologia.	409
Quadro D – Variados (campanhas, ações pedagógicas, troca de sementes, etc.).....	409
Quadro E – Hortas Urbanas Comunitárias.	410
Quadro F – Redes, grupos e práticas de Permacultura.....	411
Quadro G – Práticas de busca e captura de água.....	411
Quadro H – Bioconstrução e engenharia.....	411

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Página do Facebook do Projeto Planta Periferia.	37
Figura 02 – Hortas do “Núcleo Leste 2”.	144
Figura 03 – Convite “Apresentação do Programa Agricultura Urbana – zona Leste”.	148
Figura 04 – Convite para a eleição do CMDRSS.	150
Figura 05 – Banner do Projeto Pantanal.	165
Figura 06 – Cinco áreas das hortas dos linhões da Enel.	188
Figura 07 – E-flyer da segunda oficina de Mulheres e Agroecologia na cidade de São Paulo.	197
Figura 09 – E-flyer do bate papo Mulheres da Terra.	210
Figura 08 – E-flyer do Minicurso.	210
Figura 10 – Localização do Viveiro Escola União de Vila Nova.	224
Figura 11 – Convite para o mutirão de bioconstrução.	237
Figura 12 – Convite das Mulheres do GAU.	237
Figura 13 – Tabela de preço dos alimentos da horta do Viveiro Escola.	239
Figura 14 – Convite do evento REVOADA.	244
Figura 15 – E-flyer do passeio “São Miguel Paulista: Capela Histórica e Agricultura Urbana.	245
Figura 16 – Localização do Projeto Planta Periferia.	248
Figura 17 – Anúncio da mudança de projeto.	255
Figura 18 – Logotipo do @poliniza_acao.	255
Figura 19 – Localização da Horta Fazendinha.	258
Figura 20 – Localização da Horta Sabor da Vitória.	266
Figura 21 – Convite para a inauguração da loja Espaço Sabor da Vitória.	270
Figura 22 – Feira Orgânica no Belém.	271
Figura 23 – Realização, patrocinadores e parceiros da Feira.	271
Figura 24 – Horta da Mateo Bei e a Horta da Sodexo (São Mateus).	274
Figura 25 – Candidaturas Hortas Urbanas.	338
Figura 26 – Concurso de Hortas Urbanas.	338
Figura 27 – Localização do Parque Hortícola de Carnide (bairro Padre Cruz).	345
Figura 28 – Localização do Parque Hortícola Vale de Chelas.	352

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Capela de São Miguel Arcanjo.	101
Fotografia 02 – Conjuntos habitacionais da COHAB e CDHU de Cidade Tiradentes.	115
Fotografia 03 – Vista aérea do Viveiro Escola União de Vila Nova e, ao fundo, os prédios da CDHU.	161
Fotografia 04 – Primeira página do estatuto da AAZL.	175
Fotografia 05 – Banner da Horta Orgânica da Tia Bela.	189
Fotografia 06 – Torre de transmissão de energia elétrica da Horta da Tia Bela.	189
Fotografia 07 – Roda da atividade do relógio.	199
Fotografia 08 – Estandarte da RAPP.	202
Fotografia 09 – Projeto Planta Periferia realizando oficina de compostagem no Sesc Itaquera.	208
Fotografia 10 – Banner do curso de Educadores Ambientais.	229
Fotografia 11 – Festa Junina no Viveiro Escola.	237
Fotografia 12 – Três agricultoras do grupo da horta	241
Fotografia 13 – Produtos na horta	241
do GAU.	241
Fotografia 14 – Pães, bolo e torta da Mulheres	242
do GAU.	242
Fotografia 15 – Bolo de flores das Mulheres do GAU.	242
Fotografia 16 – Composteira termofílica.	250
Fotografia 17 – Canteiros de temperos e ervas.	250
Fotografia 18 – Canteiros grandes e médios de cultivo e, ao fundo, os conjuntos habitacionais da COHAB e da CDHU.	251
Fotografia 19 – A horta atualmente.	256
Fotografia 20 – Horta Fazendinha.	259
Fotografia 21 – Tanque de aquaponia.	262
Fotografia 22 – Bancadas de cultivo suspensas.	262
Fotografia 23 – Canteiros de cultivo e, ao fundo, prédios da CDHU à esquerda e a APA Mata do Iguatemi, à direita.	262
Fotografia 24 – Visita de estudantes de pós-graduação.	268
Fotografia 25 – Cultivos da horta.	269
Fotografia 26 – Canteiros de cultivo.	269
Fotografia 27 – Alface crespa e planta ornamental	276
Fotografia 28 – Flor Crista-de-galo.	276

Fotografia 29 – Composto da horta.	277
Fotografia 30 – Canteiros cobertos com sombrite.	277
Fotografia 31 – Pé de <i>Nicotiana tabacum</i>	278
Fotografia 32 – Preço de maço de hortaliça.	280
Fotografia 33 – Cartaz de venda de massa fresca.	280
Fotografia 34 – Bananeiras nas laterais da horta, ao centro, as torres de transmissão de energia elétrica.	282
Fotografia 35 – Fitas de irrigação por gotejamento.	285
Fotografia 36 – Mudas de dois tipos de hortaliças.	286
Fotografia 37 – Hortaliças do sacolão popular.	288
Fotografia 38 – Frutas e legumes do sacolão popular.	288
Fotografia 39 – Talhões do Parque Hortícola de Carnide.	346
Fotografia 40 – Talhão do Parque Hortícola de Carnide.	346
Fotografia 41 – Grafitti do bairro Padre Cruz.	348
Fotografia 42 – Grafitti em prédio do bairro Padre Cruz.	348
Fotografia 43 – Talhão do PH do Vale de Chelas.	354
Fotografia 44 – Talhões do PH do Vale de Chelas e habitações populares no topo do vale.	355
Fotografia 45 – Casa de arrumos de José.	365
Fotografia 46 – Casa de arrumos de Mapril.	365

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Divisão das Prefeituras Regionais do Município de São Paulo.	97
Mapa 02 – Região Metropolitana de São Paulo, Divisão Sub-regional.	98
Mapa 03 – Mapa das Hortas da zona Leste por prefeitura regional.	173
Mapa 04 – Freguesias e Zonas do município de Lisboa.....	329

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	24
INTRODUÇÃO	28
1. O PERCURSO METODOLÓGICO	34
1.1 Primeira etapa	36
1.2 Segunda etapa	37
1.3 Terceira etapa.....	41
1.3.1 O estudo de campo na zona Leste de São Paulo.....	41
1.3.2 O estudo de campo em Lisboa.....	44
1.4 Produção e análise de dados	47
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ESTUDOS SOBRE O TEMA.....	49
2.1 Campo teórico.....	49
2.1.1 Ciências sociais e humanas: aproximações ao tema e à vulnerabilidade social	49
2.1.2 Sustentabilidade, Perspectiva Multinível e Transição para a Sustentabilidade	53
2.1.3 Sistemas agroalimentares na Saúde global e Sustentabilidade.....	60
2.2 Fundamentos da Agricultura Urbana	62
2.2.1 Segurança Alimentar e Nutricional.....	68
2.2.2 Justiça social e de gênero	69
2.2.3 Dimensão econômica	72
2.2.4 Dimensões do empreendedorismo – social, popular e feminino.....	73
2.2.5 Dimensão ambiental.....	75
2.3 Alimentos orgânicos, a permacultura e a agroecologia	76
2.3.1 Breve história da agricultura e a Revolução Verde.....	77
2.3.2 Alimentos orgânicos.....	80
2.3.3 Permacultura.....	84
2.3.4 Agroecologia.....	85
2.3.4.1. As mulheres	87
2.3.4.2 Saberes indígenas e tradicionais	89
2.3.5 Eco-pedagogia e educação ambiental	90
2.4 Brasil e São Paulo	92
2.5 Portugal e Lisboa	94
3. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA ZONA LESTE	96
3.1 Caracterização atual.....	97
3.2 Raízes da zona Leste.....	99
3.2.1 Itaquera.....	104

3.3 A modernização conservadora e o mercado de terras.....	105
3.4 A indústria e as vilas operárias	108
3.5 A habitação social e a produção da periferia	110
3.5.1 A COHAB-SP e a construção de Cidade Tiradentes	112
3.5.2 A CDHU e os movimentos de moradia	115
3.6 Os movimentos sociais e o embrião do terceiro setor.....	120
3.6.1 O movimento ambiental e a criação da APA do Carmo	124
3.7 Cinturão verde.....	125
3.8 Crime organizado.....	127
3.8.1 O impacto na gestão e nos terrenos	128
3.8.2 O impacto nas hortas	131
3.9 Síntese e análise do capítulo	132
4. A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA URBANA NA ZONA LESTE.....	134
4.1 Poder público	134
4.1.1 Agricultura urbana em contexto de redemocratização.....	135
4.1.2 Atuação de equipamentos públicos e elaboração do PROAURP	137
4.1.3 Programas e projetos municipais e estaduais de apoio à AUP.....	145
4.1.4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	149
4.2 Normas técnicas sobre o uso de terrenos e implantação de hortas	152
4.2.1 Hortas em terrenos da Enel	152
4.2.2 Hortas em terrenos da CDHU	160
4.2.3 Estimativa de hortas.....	168
4.3 Organizações da sociedade civil	174
4.3.1 Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL)	174
4.3.2 ONG Cidades Sem Fome (ONG CSF)	181
4.3.2.1 Os projetos	187
4.3.2.1.1 Hortas comunitárias.....	188
4.3.2.1.2 Horta-empresa	191
4.3.3 Rede de Agricultoras Paulistas Periféricas Agroecológicas (RAPPA) ...	193
4.4 Empresas privadas	204
4.4.1 O “Sistema S”	205
4.4.2 Instituto Consulado da Mulher	211
4.4.2.1 As Mulheres do GAU e o ICM	216
4.5 Síntese e análise do capítulo	217
5. AS HORTAS DA ZONA LESTE.....	222
5.1 Viveiro Educador – Ponto de Cultura Socioambiental Quebrada Sustentável – Viveiro Escola União de Vila Nova – Mulheres do GAU.....	222

5.1.1 Origem da horta.....	224
5.1.2 Dimensão social, ambiental e econômica.....	228
5.1.3 Desafios.....	245
5.2 Planta Periferia.....	247
5.2.1 Origem da horta.....	247
5.2.2 Dimensão social, ambiental e econômica.....	249
5.2.3 Desafios.....	252
5.2.4 Desdobramentos do projeto	254
5.3 Horta Fazendinha	257
5.3.1 Origem da horta.....	258
5.3.2 Dimensão social, ambiental e econômica.....	259
5.3.3 Desafios.....	264
5.4 Horta Sabor da Vitória.....	265
5.4.1 Origem da horta.....	266
5.4.2 Dimensão social, ambiental e econômica.....	267
5.4.3 Desafios.....	272
5.5 Horta da Mateo Bei.....	273
5.5.1 Origem da horta.....	273
5.5.2 Dimensão social, ambiental e econômica.....	275
5.5.3 Desafios.....	280
5.6 Horta da Sodexo (São Mateus)	283
5.6.1 Origem da horta.....	283
5.6.2 Dimensão social, ambiental e econômica.....	284
5.6.3 Desdobramentos do modelo horta-empresa	286
5.6.4 Desafios.....	290
5.7 Síntese e análise do capítulo	291
6. A TRAJETÓRIA DE VIDA DE AGRICULTORES (AS)	298
6.1 A roça, a fazenda e a lavoura	299
6.2 Agricultores: a saída do Nordeste e o trabalho na indústria	303
6.2.1 Impactos da AU nos agricultores.....	305
6.3 Agricultoras: a busca pela família e a jornada tripla de trabalho.....	306
6.3.1 Gênero e violência	308
6.3.2 A perspectiva de gestores sobre gênero e violência	311
6.3.3 Impactos da AU nas agricultoras.....	313
6.4 Síntese e análise do capítulo	315
7. O ESTUDO EM LISBOA	317
7. 1 Ruralidade e urbanidade em Portugal.....	318

7.1.1 Incentivos à AU.....	322
7.2 Breve histórico do desenvolvimento urbanístico de Lisboa	326
7.3 Agricultura urbana em Lisboa	330
7.3.1 Plano Verde de Lisboa	333
7.3.2 Projeto Parques Hortícolas Municipais	334
7.3.2.1 Práticas de agricultura urbana.....	342
7.3.3 Parque Hortícola de Carnide (Bairro Padre Cruz).....	344
7.3.4 Parque Hortícola do Vale de Chelas	351
7.4 Trajetória de vida de agricultores (as) do Vale de Chelas	355
7.4.1 A origem rural.....	356
7.4.2 A tropa e as Guerras de Independência.....	358
7.4.3 O trabalho em Lisboa.....	362
7.4.4 Da horta espontânea ao Parque Hortícola.....	363
7.4.5 Cultivos, sementes e controle de pragas	365
7.4.6 Vendas	367
7.4.7 Relação com o poder público e a sociabilidade nas hortas.....	368
7.5 As novas iniciativas	369
7.6 Síntese e análise do capítulo	372
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	375
8.1 Zona Leste.....	376
8.1.1. Sugestões para pesquisas futuras.....	380
8.2. Lisboa.....	381
8.2.1 Sugestões para pesquisas futuras.....	383
8.3 São Paulo e Lisboa: aproximações e diferenças	383
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	385
Apêndice I.....	408
Apêndice II.....	412
Apêndice III	413
Apêndice IV.....	414
Apêndice V	415
Apêndice VI.....	416
Anexo I.....	417

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa foi originalmente inspirada em um projeto de mapeamento de iniciativas socioambientais na cidade de Dublin, Irlanda, realizada pelo *Innovate Ballymun* (atual *Innovate Communities*¹), Laboratório de Inovação Social onde trabalhei como pesquisadora entre os anos de 2014 e 2015. Após sete anos morando no exterior, em 2016 retornei ao Brasil e, em junho do mesmo ano, ingressei no Programa Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para realizar o doutorado, sob orientação da Profa. Dra. Maria da Penha Vasconcellos. O projeto² com o qual fui aceita no programa, intitulado “Organizações Socioambientais na cidade de São Paulo: motivações, inovações e desafios”, foi uma adaptação do projeto de mapeamento irlandês, contextualizado para a cidade de São Paulo.

Inicialmente, o referencial teórico que fundamentava a pesquisa se referia a conceitos tais como “inovações de base” e “sustentabilidade de baixo para cima”, elaborados por Seyfang e Smith (2007), em investigação sobre organizações de base³ para fins sustentáveis no Reino Unido. Os autores argumentam que é possível encontrar inovações em iniciativas impulsionadas por comunidades, grupos ou indivíduos que identificam um problema ou uma necessidade, concebem a solução através de intercâmbio social e desenvolvem um conjunto de práticas – as tecnologias sociais – com resultados ambientais positivos na arena da economia social.

Os autores elaboraram o conceito de “inovações de base⁴” para descrever redes de pessoas e organizações que geram novas soluções “de baixo para cima⁵” tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável e apresentando soluções que respondam aos interesses e valores das comunidades envolvidas. Essas iniciativas possuem diversos formatos, finalidades e tipos; operam tanto em rede quanto em localidades específicas; em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais (DAVIES e MULLIN, 2010; SEYFANG e SMITH, 2007).

¹ Ver: <https://www.innovatecommunities.ie/> Acesso em: 20/07/2020

² O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FSP/USP (Parecer n.º 09162318.5.0000.5421)

³ O termo em inglês é *grassroots*.

⁴ Ver: <https://grassrootsinnovations.org/> Acesso em 20/02/2020.

⁵ O termo em inglês é *bottom-up innovation*.

Durante o segundo semestre de 2016, em exploração inicial de campo sobre as organizações socioambientais em São Paulo, observei que a cidade havia passado por intensas transformações do ponto de vista urbanístico e paisagístico, com dupla mudança de paisagens nos bairros centrais: onde antes havia casas e prédios de baixa ou média estatura, agora havia prédios de proporções gigantescas ocupando quarteirões inteiros, configurando-se um processo de *gentrificação*⁶, especialmente nos bairros da Vila Mariana, Aclimação, Vila Madalena, Pinheiros, região do Baixo Augusta, Brás, Mooca, entre outros. Porém, ao mesmo tempo, e antagonista a esse processo, percebi hortas em locais onde não havia antes, como a Horta do Centro Cultural São Paulo, a Horta do Ciclista na Avenida Paulista e a Horta das Corujas no bairro de Vila Madalena⁷.

Simultaneamente, entrei em contato com grupos que realizam expedições para descobrir rios e nascentes na cidade, comecei a participar de mutirões de manutenção nas referidas hortas urbanas e a frequentar eventos relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade em diversas localidades da cidade. Nessa direção, a cidade de imponentes prédios, trânsito intenso, vasta atividade cultural e grande centro de negócios do país, se descortinava em outras facetas, sobretudo no que se refere à relação das pessoas com a natureza, como no cultivo de alimentos em hortas comunitárias, a busca por rios escondidos, refeições coletivas feitas com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), entre outras ações. Nesse percurso, pude constatar que essas ações eram viabilizadas pela atuação – individual ou coletiva – de pessoas motivadas por um novo *ethos* de relação com a natureza na grande metrópole.

Nessa direção, observei novas possibilidades de sensibilização em relação ao meio ambiente, à produção de alimentos e de sociabilidade entre pessoas, viabilizadas por ações impulsionadas pela sociedade civil. Compreendi, também, a necessidade de mapear essas novas formas de ações socioambientais e seus desdobramentos sociais, ambientais e econômicos na cidade de São Paulo, por um lado; e por outro, identifiquei a necessidade de compreender as motivações dos sujeitos para se envolverem nessas

⁶ Gentrificação é um termo utilizado para se referir a processos de mudança em paisagens urbanas, especialmente de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a ser alvo de investimento de grandes empreendimentos imobiliários e comerciais. Esse processo valoriza a região, aumenta os custos de bens e serviços e afeta a população de baixa renda, inviabilizando sua permanência no local. Para maiores detalhes sobre o processo de gentrificação, ver o livro: SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. Routledge, NY, 1996.

⁷ A produção do espaço na cidade será abordada no capítulo que contextualiza a zona Leste de São Paulo, em interlocução com estudos que examinam essa questão.

iniciativas e como se mobilizam para enfrentar os desafios nos processos de gestão de suas ações em regiões altamente urbanizadas.

Assim, durante o primeiro semestre do doutorado, de agosto a novembro de 2016, realizei um levantamento de iniciativas socioambientais na cidade de São Paulo, por meio da plataforma social *Facebook*, agrupadas em oito eixos: produção, distribuição e empreendedorismo em alimentos; produção e vendas de orgânicos; redes e grupos de agroecologia; variados (campanhas, ações pedagógicas, troca de sementes, etc.); hortas urbanas comunitárias; práticas de permacultura; busca e captura de água; bioconstrução e arquitetura.

De janeiro a julho de 2017, entrei em contato com os gestores de algumas dessas iniciativas via dispositivo de mensagem do *Facebook* com o intuito de conhecer esses projetos em suas localidades e, ao mesmo tempo, participei de eventos, cursos, imersões e mutirões organizados por essas diversas iniciativas. Nesse percurso inicial, notei que havia diferenças significativas entre as iniciativas localizadas nas regiões centrais e periféricas de São Paulo no que se refere aos modelos de gestão, objetivos e desafios enfrentados por elas.

Na mesma época, aprofundi a leitura de documentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre agricultura urbana e periurbana⁸, do relatório de 2017 da *International Food Policy Research Institute (IFPRI)* sobre redução de pobreza, fome e desnutrição a partir da agricultura sustentável em grandes cidades, e levantei a crescente produção acadêmica em torno da temática da agricultura urbana e periburbana na cidade de São Paulo.

Entre março e julho de 2017, visitei e entrevistei os gestores de três iniciativas que operam no âmbito da agricultura urbana na zona Leste de São Paulo e, mediante verificação de que, até aquele momento, o tema ainda não havia sido investigado exclusivamente⁹ nessa região, decidi fazer o recorte do estudo ali. Os resultados preliminares – ancorados nas entrevistas com os gestores das iniciativas e em observações iniciais de campo – foram apresentados para a banca de qualificação, realizada e aprovada

⁸ Ver: <http://www.fao.org/urban-agriculture/en/> Acesso em: 18/02/2017

⁹ A dissertação de VALDIONES, A.P.G. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Município de São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo, EACH – USP, 2013 e a publicação de GIACCHE, G. and REZENDE, W. Urban Agriculture in São Paulo (Brazil): actors, space and governance models. (Org.) Roggema, R. and Keffee, G. In Finding Space for Productive Cities – 6th AESOP conference on Sustainable Food Planning. **Proceedings**, pp. 416-429, 2014, tratam da agricultura urbana praticada na zona Leste de São Paulo.

em novembro de 2017. As sugestões dos professores da banca foram incorporadas no sentido de incluir entrevistas com os agricultores e agricultoras da região, ampliar as observações em campo, assim como contextualizar o território do estudo em perspectiva sócio-histórica.

Mediante oferta da bolsa CAPES-PDSE em dezembro de 2017, escrevi um projeto para estágio no exterior, aprovado em janeiro de 2018 pela Comissão da Faculdade de Saúde Pública. A CAPES-PDSE aprovou o projeto em junho de 2018, realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), no período de agosto de 2018 a janeiro de 2019, sob a supervisão do Prof. Dr. Vitor Sérgio Ferreira. O objetivo do estágio foi realizar um aprofundamento teórico-metodológico e fazer pesquisa de campo em Parques Hortícolas de bairros sociais de Lisboa para ampliar a compreensão sobre o cenário da agricultura urbana em contextos de vulnerabilidade social na cidade.

O conjunto de experiências no ICS-ULisboa aclarou a necessidade de rearticulação do desenho da pesquisa e da construção dos capítulos da tese. O trabalho com o Prof. Dr. Vitor Sérgio Ferreira proporcionou o aprofundamento de aspectos metodológicos do estudo, entre outras questões pertinentes ao campo da sociologia. A permanência no ICS-ULisboa possibilitou rearticular a pesquisa, bem como forneceu novas referências para analisar as questões suscitadas quando da realização das entrevistas com os (as) gestores (as) e agricultores (as) da zona Leste de São Paulo.

Nessa direção, quando retornei ao Brasil em janeiro de 2019, solicitei mudança de orientação à coordenação do Programa Saúde Global e Sustentabilidade, para um docente que tivesse maior familiaridade com o tema da agricultura urbana, com vistas a viabilizar a reorganização da pesquisa. A Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus foi indicada pela coordenação do Programa Saúde Global e Sustentabilidade, que gentilmente aceitou me orientar. Considerando o percurso exposto, por fim, a pesquisa logrou o desenho reorganizado, conforme será apresentado na metodologia.

É necessário ressaltar, ainda, que devido à pandemia de COVID-19 no Brasil, com início em 26 de fevereiro de 2020, o depósito de teses e dissertações da USP foram prorrogados por 6 meses. No caso desta pesquisa, a produção de dados já estava finalizada e se encontrava em fase de sistematização, análise e escrita. Dessa forma, este trabalho não aborda os efeitos da pandemia nas hortas do estudo.

INTRODUÇÃO

Os problemas socioambientais contemporâneos, como mudanças climáticas extremas, a perda da biodiversidade e de recursos naturais, juntamente com o crescimento populacional e o aumento das desigualdades sociais apresentam desafios para a sociedade civil, para o governo, para empresas e indústria. Esses problemas exigem mudanças estruturais profundas no que se refere a melhorias no desempenho dos sistemas que produzem nosso modo de vida: os sistemas agroalimentares, transporte, energia e moradia (ELZEN *et al.*, 2004).

Essas mudanças sistêmicas são chamadas de “transições sociotécnicas” porque implicam em alterações nas configurações dos referidos sistemas. As transições são idealizadas, implementadas, mantidas ou transformadas por uma cadeia de agentes, que incluem a indústria, empresas, o governo, a sociedade civil organizada e indivíduos, cujas ações implicam em sua relação com a cultura, com o mercado, com o consumo, tecnologia, infraestrutura, conhecimento científico e não-científico. As transições são processos amplos, complexos e operam a longo prazo, ocasionados pela atuação desses múltiplos agentes, encadeando uma mudança de cultura em relação ao meio ambiente e à sustentabilidade (ELSEN, GEELS and GREEN, 2004; GEELS, 2004).

As transições sociotécnicas são dimensões analíticas da Perspectiva Multinível (PMN), que lida com a complexidade, com as resistências e as inovações das Transições para a Sustentabilidade (TS), postulando três níveis nos quais os processos de transição interagem e se alinham para resultar em transformações do sistema sociotécnico. São eles: as paisagens, os regimes e os nichos (GEELS, 2018).

As “paisagens” (nível macro) são os contextos mais amplos das transições, tais como os padrões culturais profundamente arraigados, a macro política, a macroeconomia e as estruturas espaciais, isto é, os elementos que potencialmente decorrem de mudanças macroestruturais tais como crises econômicas, planejamento urbano em larga escala, investimentos industriais, desastres naturais e mudanças políticas. As paisagens estimulam, exercem influência e pressão direta sobre os outros níveis.

Os “regimes” (nível médio) representam as estruturas, as práticas e as regras das instituições e das tecnologias dominantes que querem manter seu domínio e se reforçam entre si. Apesar de implementarem inovações, elas são controladas, previsíveis e não

representam uma ameaça ao status quo (GEELS, 2010; 2018; TWOWEY and GAZIULUSOY, 2014).

Já os “nichos” (nível micro) são “onde inovações radicais emergem”, pois os agentes são motivados por inovações e são abertos a ideias mais radicais e transformadoras (TWOWEY and GAZIULUSOY, 2014, p. 14). Por não serem influenciados pelo mercado ou restringidos por regulamentações de Estado, os nichos promovem inovações que diferem fundamentalmente do regime e geralmente demandam mudanças da paisagem, promovendo oportunidades no nível do regime (TWOWEY and GAZIULUSOY, 2014).

Nesta pesquisa, o sistema em questão é o sistema agroalimentar urbano que, em contexto de crescimento populacional em grandes metrópoles no mundo, interfere na produção agrícola, cada vez mais dependente de circunstâncias favoráveis do ponto de vista ambiental, hídrico e tecnológico, bem como de técnicas de preservação ambiental e de adaptação climática. Ademais, em grandes cidades de países em desenvolvimento, o processo de urbanização é caracterizado pela segregação socioespacial, degradação ambiental, aumento da pobreza e insegurança alimentar (FAO, 2010; 2012; 2015).

Em 2008, o número de habitantes em áreas urbanas ultrapassou o número de habitantes em áreas rurais no planeta – o que representa quase metade da população mundial (UNFPA, 2008). Estima-se que 800 milhões de pessoas passam fome no mundo (FAO, 2015) e que 1 bilhão de pessoas moram em favelas, das quais 30% se encontram abaixo da linha da pobreza (FAO, 2012). A atual produção de alimentos teria que aumentar em 70% para atender o crescimento populacional e alimentar uma população projetada em 9 bilhões de pessoas até 2050 (IFPRI, 2015). O crescimento populacional associado ao aumento da pobreza e do desemprego no mundo representa um desafio ainda maior associado à insegurança alimentar e nutricional (FAO, 2010; 2012).

Nessa direção, a FAO (2001; 2007; 2010; 2012) vem apontando para projetos e iniciativas de produção de alimentos em áreas urbanas – que denomina de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP)¹⁰ – como um dos meios para enfrentar a insegurança

¹⁰ Não existe consenso a respeito de uma definição única sobre a Agricultura Urbana e Periurbana. O termo recebe conceituações distintas de instituições, organizações internacionais, pesquisadores e acadêmicos. O termo “agricultura urbana e periurbana” é utilizado por organizações internacionais como a FAO e o PNUD, enquanto um dos autores do tema, Duchemin (2013), considera a agricultura urbana e periurbana como fenômenos distintos. Mougeot (2000) mostra a diferenciação do uso dos termos para designar a agricultura praticada em regiões urbanas e periurbanas, justificando sua proximidade com o mercado de consumo e pontos de venda de áreas urbanas, bem como sua integração com o tecido urbano através da ocupação do

alimentar e nutricional; o combate à pobreza; e o desemprego em grandes cidades nas próximas décadas (FAO, 2001; 2010; 2015; HOORNWEG and MUNRO-FAURE, 2008; PNUD, 1996).

O UNDP (1996) estimou que 800 milhões de pessoas estão envolvidas na agricultura urbana e periurbana, das quais 200 milhões são produtores comerciais que empregam 150 milhões de pessoas em tempo integral; que 40% de habitantes urbanos no continente africano e 50% dos latino-americanos estão envolvidos em algum tipo de atividade agrícola, onde de 15% a 20% dos alimentos produzidos mundialmente são em áreas urbanas.

Além disso, a Agricultura Urbana (AU) em contextos socialmente vulneráveis alinha-se a 5 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)¹¹: Objetivo 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; Objetivo 2: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; Objetivo 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; Objetivo 12: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; Objetivo 13: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

Ressalte-se que a agricultura urbana é uma atividade multifuncional (LOVELL, 2010; LI and ZHOU, 2016), que vem sendo investigada sob diversos ângulos, onde destacam-se os seguintes estudos: a redução de pobreza, geração de renda e de emprego (KWAMBISI, FRASER, and DOUGILL, 2011; FRAYNE, MCCORDIC and SHILOMBOLI, 2016); o desenvolvimento comunitário e empoderamento feminino (SLATER, 2001; DELGADO, 2017); a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional (ZEZZA and TASCIOTTI, 2010; RIBEIRO, *et. ali.* 2012; RIBEIRO, 2013; RIBEIRO, BOGUS e WATANABE, 2015); ativismo e ação social (NAGIB, 2018; OLIVEIRA, 2017); justiça social (REYNOLDS and COHEN, 2016); instrumento de políticas de planejamento urbano, governança pública e aprofundamento democrático (MENDES, *et al.*, 2008; LYNCH *et al.*, 2001; MCIVOR and HALE, 2015); impactos

solo, gestão de zoneamento, diretrizes de sustentabilidade e segurança alimentar, sistemas de distribuição de alimentos, preservação ambiental, entre outros. Para fim de adotar uma definição única ao longo da pesquisa, será utilizado a definição de Mougeot (2000) de Agricultura Urbana (AU).

¹¹Ver: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> Acesso em 10/01/2018.

ambientais, serviços ecossistêmicos e biodiversidade (KULAK et al., 2013; LIN et. al., 2015), entre outros¹².

Considerando essas premissas iniciais, a AU pode configurar processos que merecem mais atenção de estudos científicos que lhes deem maior visibilidade e produzam conhecimento a respeito de sua organização e funcionamento. Assim, parte-se da hipótese que a AU pode viabilizar possibilidades de combate às desigualdades estruturais em contextos de vulnerabilidade social, propiciando: geração de renda; melhorias na qualidade de vida de agricultores (as) urbanos (as); ampliação na produção e acesso de alimentos adequados ao consumo humano; conscientização e preservação ambiental. Nessa perspectiva, estruturou-se a seguinte questão: “Como se constrói a Agricultura Urbana em regiões de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Parques Hortícolas de Lisboa, Portugal e como os agentes sociais presentes nessas localidades operam nesses processos?”.

O estudo investigou a produção da agricultura urbana em sete hortas em contextos de vulnerabilidade social localizadas na zona Leste de São Paulo e em dois Parques Hortícolas de bairros sociais em Lisboa, com o propósito de identificar e analisar os agentes envolvidos nesses processos, a dinâmica instaurada entre eles e como engendram suas atividades que, em conjunto, produzem a agricultura urbana¹³.

O objetivo geral é desvendar os processos de instalação e operacionalização das hortas, bem como os potenciais de inovação, os conflitos e os desafios que emergem a partir das dinâmicas instauradas entre os múltiplos agentes presentes nessas localidades. Os objetivos específicos são:

- (1) Elucidar as origens das hortas, em perspectiva sócio-histórica, através da reconstituição da ocupação e produção territorial da região, com vistas a construir o contexto do estudo – norteado pelo conceito de “paisagem” (nível macro) da Perspectiva Multinível;
- (2) Identificar e analisar os agentes que regulamentam o uso dos terrenos para a atividade agrícola; os modelos de gestão que instalam, operacionalizam e

¹² Pontua-se aqui que a metodologia utilizada foi a de Observação Participante e que a pesquisa exploratória revelou a presença de múltiplos agentes na produção da AU da zona Leste (poder público, organizações da sociedade civil, empresas mistas e privadas). Dessa forma, a partir das primeiras observações de campo e do cruzamento do referencial teórico da Perspectiva Multinível com o da Agricultura Urbana, a pergunta de pesquisa foi refinada, bem como o objetivo geral e os objetivos específicos.

¹³ O percurso metodológico justifica a realização da pesquisa na zona leste de São Paulo e em bairros periféricos de Lisboa. Ver adiante.

realizam a manutenção das hortas, bem como os desafios que enfrentam, as limitações e os potenciais que possuem; os fatores que influenciam na permanência (ou não) de agricultores (as) nesses locais; realizar o levantamento de uma estimativa de hortas na zona Leste; e identificar os agentes envolvidos na comercialização e divulgação da AU na região – norteado pelo conceito de “regime” (nível médio) da Perspectiva Multinível;

- (3) Analisar a dimensão social (a relação com a comunidade, compradores e múltiplos agentes); a dimensão ambiental (tipos e técnicas de cultivo, se promove ou não a conscientização e preservação ambiental); a dimensão econômica (geração de renda, financiamento das hortas, precificação, comercialização e empreendedorismo popular); e os desafios enfrentados pelas hortas do estudo – norteado pelo conceito de “nicho” (nível micro) da Perspectiva Multinível;
- (4) Analisar a trajetória de vida de agricultores (as), elucidando suas origens; os motivos que os (as) levaram às grandes cidades (São Paulo e Lisboa); a trajetória profissional; os motivos que os (as) levou às hortas em uma região altamente urbanizada; onde adquiriram conhecimento sobre o cultivo; e os impactos da agricultura urbana em suas vidas.

A fundamentação teórica é baseada no campo das Ciências Sociais e Humanas, da Perspectiva Multinível (PMN) e em estudos de Agricultura Urbana (AU), que favorece uma leitura da complexidade presente nas relações entre os múltiplos agentes (poder público, empresas privadas e mistas, organizações da sociedade civil e agricultores) que interagem uns com os outros para a produção da agricultura urbana nas localidades do estudo. Além disso, lança-se mão de teses e dissertações das áreas da História Social; Sociologia; Geografia Urbana; Empreendedorismo Social; Engenharias de Produção, Elétrica, Civil, Agrônômica; Estudos Feministas; Arquitetura e Urbanismo; cujas interlocuções indicam caminhos que auxiliam na ampliação do conhecimento sobre a AU em regiões de vulnerabilidade social¹⁴.

¹⁴ Ressalte-se ainda que o termo “vulnerabilidade social”, também chamado de “risco social”, não possui definição única, trata-se de um conceito debatido por diversas áreas do conhecimento e só pode ser entendido como um processo associado a contextos sócio-históricos distintos e às distintas ciências que o desenvolveram ao tratá-lo como objeto de estudo. Não é o caso aqui de realizar um exame exaustivo do uso do termo na história da ciência, mas de compreender o uso crítico do termo, conforme será discutido no capítulo referente aos fundamentos teóricos.

Os capítulos da pesquisa foram organizados após a classificação e organização dos dados produzidos no trabalho de campo, tendo em vista apresentar os resultados e a análise dos objetivos específicos. Nessa direção, o percurso metodológico compõe o primeiro capítulo da pesquisa e a fundamentação teórica, o segundo.

Ressalte-se que o estudo de campo na zona Leste de São Paulo teve longo tempo de duração – de maio de 2017 a fevereiro de 2020, isto é, praticamente 3 anos – permitindo um mergulho nas situações estudadas e gerando enorme quantidade de dados. Os resultados referentes à zona Leste são apresentados e analisados nos capítulos 3, 4, 5 e 6. A estadia em Portugal e o estudo de campo em Lisboa tiveram menor tempo de duração – de agosto de 2018 a janeiro de 2019, isto é, 6 meses – portanto, houve menor tempo de exposição às situações estudadas e os resultados são apresentados e analisados em um único capítulo, o 7.

A apresentação dos resultados é realizada em interlocução com a literatura científica e estudos sobre o tema. Ao final de cada capítulo é feita uma síntese e análise dos resultados, tendo em vista atingir os objetivos propostos pela pesquisa. O último capítulo, 8, faz uma reflexão sobre as sínteses e análises apresentadas nos capítulos.

1. O PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é um estudo qualitativo desenvolvido a partir da análise da dinâmica instaurada entre os múltiplos agentes envolvidos na produção da agricultura urbana em sete hortas localizadas na zona Leste de São Paulo e em dois Parques Hortícolas de bairros sociais de Lisboa, Portugal. Para a realização do trabalho de campo, optou-se pela metodologia da Observação Participante, utilizada em pesquisas qualitativas que buscam compreender os sujeitos no contexto em que realizam suas atividades, permitindo, dessa forma, reunir elementos que possibilitam uma análise compreensiva do fenômeno estudado. A observação participante é realizada pelo contato direto, frequente e longo do pesquisador com os sujeitos em seu (s) contexto (s) e nunca é feito de maneira única. Além disso, em observação participante, o próprio pesquisador é instrumento da pesquisa, exigindo uma introspecção analítica e reflexiva tanto sobre o fenômeno estudado quanto sobre si mesmo (SPRADLEY, 1980).

Dependendo do período de pesquisa – incluindo o tempo, a interação e a duração das situações envolvendo os sujeitos em questão – é possível adquirir informações mais detalhadas e precisas a respeito dos indivíduos, da comunidade, do grupo ou da população do estudo, bem como acompanhar o desenrolar de situações imprevistas que podem reconfigurar e redimensionar o percurso da pesquisa (SPRADLEY, 1980). Nessa direção, a observação participante possibilitou apreender a dinâmica de cada horta em profundidade em seus aspectos ambientais, sociais e econômicos, bem como suas potencialidades, as inovações que engendram e os desafios que enfrentam.

É preciso, ainda, esclarecer que não se trata de estudo comparado entre Brasil e Portugal, pois pesquisas qualitativas implementadas no campo das Ciências Sociais e Humanas não permitem generalizações a partir de um único fenômeno – no caso, a agricultura urbana – ou de um processo histórico. No entanto, essas pesquisas podem viabilizar a compreensão sócio-histórica de fenômenos específicos, desde que consideradas as semelhanças e diferenças entre os elementos estudados do ponto de vista histórico, social, cultural, político e econômico. Nessa direção, foram consideradas as semelhanças e diferenças sociais, econômicas, culturais, políticas e históricas dos contextos estudados em São Paulo e em Lisboa, respeitando-se, assim, as especificidades regionais e locais (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979).

Ademais, atualmente, as tecnologias de informação facilitam o acesso, a identificação e a organização de dados, permitindo construir tanto cenários globais quanto a análise de contextos específicos, por meio de informações contidas em sites e/ou mídia social de organismos internacionais; de governos; de organizações da sociedade civil; de empresas e de indivíduos; além da revisão bibliográfica de estudos realizados sobre o tema (WILSON et al., 2012).

A literatura mais recente que aborda metodologias no campo de estudos comparados assinala que, realidades totalmente distintas podem ser investigadas no cenário contemporâneo, por meio de instrumentos globais de avaliação, de fontes oficiais preconizadas por organismos internacionais, e de dados disponibilizados em sites de universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo, desde que elementos de semelhanças e diferenças sejam detalhados e analisados em suas dimensões contextuais. A opção por estudos de campo que busquem apreender percepções, representações sociais e/ou visões dos sujeitos envolvidos nos fenômenos estudados, tem sido indicada como uma perspectiva metodológica qualitativa que pode conferir ancoragem às investigações realizadas em países/regiões com estágios de desenvolvimento econômico e social diferentes entre si (COWEN, KAZAMAI e UNTERHALTER, 2012).

Conforme explicado na apresentação, o trabalho de campo em Lisboa foi possível mediante oferta de bolsa PDSE-CAPES em dezembro de 2017, o que não estava previsto no início da pesquisa, portanto, a quantidade de hortas investigadas em cada cidade foi circunstancial e variou de acordo com a disponibilidade dos sujeitos em participar da pesquisa. A pesquisa na zona Leste de São Paulo foi feita ao longo de 3 anos, portanto houve maior tempo de exposição às hortas e aos sujeitos da pesquisa nessa região. Em Lisboa, o tempo de trabalho de campo foi relativamente curto e os dois Parques Hortícolas em bairros sociais foram indicados pelo Prof. Dr. Vítor Sérgio Ferreira, por razão das semelhanças socioeconômicas com a zona Leste de São Paulo. No caso de uma das hortas, os agricultores não se disponibilizaram para participar da pesquisa.

Por se tratar de estudo qualitativo, a produção de dados foi realizada a partir de uma variedade de procedimentos – incluindo uma etapa exploratória de pesquisa de campo – a fim de capturar a complexidade dos elementos que compõem o cenário da agricultura urbana nas localidades. As etapas e os procedimentos adotados ao longo da pesquisa para a produção de dados são detalhados a seguir.

1.1 Primeira etapa

A primeira etapa da pesquisa consistiu em um levantamento virtual¹⁵ exploratório por meio da plataforma social *Facebook*, com a inserção das seguintes palavras chaves em seu módulo de busca: “horta comunitária”, “água em São Paulo”, “socioambiental”, “agricultura urbana”, “agroecologia”, “orgânicos”, “permacultura” e “bioconstrução”. Nesse levantamento identificou-se uma variedade significativa de iniciativas de caráter socioambiental ou sustentável, configuradas em ampla diversidade de formatos: coletivos autogeridos por voluntários; associações; movimentos; redes; projetos socioambientais; grupos autônomos; ONGs; negócios de empreendedorismo socioambiental; negócios verdes; redes de distribuição; entre outros. No total, 70 iniciativas que atuam no município de São Paulo foram levantadas e aglomeradas em oito eixos – listados em quadros no Apêndice I.

- Produção, distribuição e empreendedorismo em alimentos (quadro A) (n=8);
- Produção e vendas de orgânicos (quadro B) (n=8);
- Redes e grupos de Agroecologia (quadro C) (n=11);
- Variados (campanhas, ações pedagógicas, troca de sementes, etc.) (quadro D) (n=15);
- Hortas Urbanas Comunitárias (quadro E) (n=15);
- Redes, grupos e práticas de Permacultura (quadro F) (n=5);
- Práticas de busca e captura de água (quadro G) (n=4);
- Bioconstrução e engenharia (quadro H) (n=4).

Durante o levantamento virtual, notou-se que as iniciativas utilizam amplamente os recursos do *Facebook* para organizar, discutir, planejar e divulgar suas atividades. As iniciativas possuem uma página ou grupo onde explicitam seu horário de funcionamento, missão, localização, eventos que organizam, entre outras informações (figura 01).

¹⁵ Ressalte-se que esse levantamento inicial, realizado entre setembro de 2016 e março de 2017, foi atualizado em janeiro de 2021.

Figura 01 – Página do Facebook do Projeto Planta Periferia.

Fonte: Facebook, 2017.

1.2 Segunda etapa

A pesquisa de campo exploratória desenvolveu-se conforme explanado por Gil (1987, p. 41):

(a pesquisa exploratória) têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ et al., 1967, p. 63, citação do autor).

A pesquisa exploratória envolveu contato pelo *Facebook* e aproximação ao campo, entre setembro de 2016 e julho de 2017, a partir de duas estratégias simultâneas: a primeira, realizada por meio de contato via *messenger* do *Facebook* com os organizadores e/ou idealizadores das múltiplas iniciativas, um pedido de visita e conversa; a segunda, por meio da participação em mutirões, eventos e cursos de imersão

sugeridos pelo *Facebook* em diversas regiões da cidade. No caso do contato via *messenger*, a seguinte mensagem foi enviada:

“Olá, Estou fazendo uma pesquisa sobre sustentabilidade em São Paulo. Gostaria de conversar com você a respeito do tema e aprender mais sobre a iniciativa na qual organiza. Podemos bater um papo? Pode ser em qualquer dia e horário que seja mais conveniente para você. Obrigada, Laura.”

Sete iniciativas responderam positivamente em tempos distintos. As iniciativas relevantes para esta pesquisa foram a ONG Cidades Sem Fome, que respondeu de forma imediata; a horta Ponto de Cultura Socioambiental Quebrada Sustentável (atual Viveiro Escola União de Vila Nova) respondeu três semanas depois; e a horta Planta Periferia respondeu dois meses depois.

Segundo Wilson *et al.* (2012), o *Facebook* vem sendo reconhecido como uma nova ferramenta de pesquisa em diversas disciplinas do conhecimento, tais como direito, economia, sociologia e psicologia, tecnologia da informação, administração, marketing, comunicação, entre outros. Em relação à produção de conhecimento sobre o uso de mídias sociais como ferramenta de pesquisa, os autores adiantam que:

Um corpo de pesquisa em rápido crescimento acompanhou a ascensão meteórica do Facebook na medida em que cientistas sociais avaliam o impacto do Facebook na vida social. Além disso, os pesquisadores reconheceram a utilidade do Facebook como uma nova ferramenta para observar o comportamento em um ambiente naturalista, testar hipóteses e recrutar participantes. (WILSON et al., 2012, p. 203-204) (*tradução nossa*).

As visitas às três iniciativas (a ONG Cidades Sem Fome, a horta Ponto de Cultura Socioambiental Quebrada Sustentável e a horta Planta Periferia)¹⁶, seguidas de entrevistas e conversas com seus respectivos coordenadores e/ou gestores (as) foram realizadas entre março e julho de 2017. No caso da ONG CSF, foram realizadas duas entrevistas com o diretor no escritório da ONG e, na semana seguinte, foram visitadas três hortas para as quais a ONG fornece assistência técnica (Horta da Mateo Bei, Horta da D. Bela e Horta Fazendinha do Imperador), nas quais o diretor explicou que a razão da visita era a respeito de uma pesquisa sobre agricultura urbana na zona Leste. Desde esse primeiro contato em 2017, o diretor já manifestava a intenção de instalar uma horta voltada para atender a

¹⁶ Ressalte-se que a ONG CSF opera no âmbito de instalação e assistência técnica para as hortas, enquanto a Quebrada Sustentável e o Planta Periferia são projetos sociais, culturais e pedagógicos de agricultura urbana agroecológica.

demanda de grandes empresas, materializada em outubro de 2018, na Horta da Sodexo (rebatizada de Horta São Mateus durante a pandemia da COVID-19).

No caso da Quebrada Sustentável, foi realizada entrevista com um dos gestores no local; participação em visita pedagógica com alunos de um projeto literário; e participação em uma reunião a respeito da implantação da AgroGym (aparelhos de ginástica) no local, com a presença de lideranças locais e gestores de outros projetos sociais. No caso do Planta Periferia, foi realizada entrevista com um dos gestores no local, que indicou visita à horta Fazendinha, em Itaquera, devido à experiência do responsável com a agricultura urbana na região e devido à semelhança do contexto específico dessas hortas. Ademais, a Quebrada Sustentável e o Planta Periferia participaram do evento Primavera Periféricas realizado pelo Sesc Itaquera em setembro de 2017, onde foram acompanhadas suas atividades.

As primeiras visitas às hortas, conversas e entrevistas¹⁷ com os gestores ampliaram o escopo da pesquisa no sentido de compreender os desafios que essas iniciativas enfrentam na região. Ademais, a partir do relato dos gestores, identificou-se uma multiplicidade de agentes que estabelecem regimes de uso de terreno distintos – e que é questão central para o desenvolvimento da agricultura urbana. Os agentes que estabelecem os regimes de uso da terra são:

Quadro 01 – Agentes que estabelecem os regimes de uso da terra.

Agentes	Tipo de terreno
Empresas de transmissão de energia elétrica (Enel/Eletropaulo, Transpetro, Eletrobrás, EDP Bandeirantes, etc.)	Terrenos da faixa de servidão
Empresas de habitação popular (CDHU, COHAB) e Sabesp	Terrenos institucionais
Unidades Básicas de Saúde, Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Escolas Municipais de Educação Infantil	Terrenos de equipamentos públicos
Privada	Terrenos particulares
Ilegal	Terrenos ocupados e / ou invadidos

Fonte: a autora, 2017.

¹⁷ Em todas as iniciativas visitadas, os gestores pediam para compartilhar o trabalho da iniciativa em mídias sociais. Atendendo ao pedido deles, foi criada uma página no Facebook: <https://www.facebook.com/sustentasocial> e um perfil no Instagram: @sustentasocial para compartilhar o trabalho dessas hortas.

Também foram levantadas organizações da sociedade civil envolvidas na operacionalização e/ou articulação da agricultura urbana na região, tais como a ONG Vida Integral SP; a Associação Global de Desenvolvimento Sustentado (AGDS); Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL); e a Rede Permaperifa. Nessa direção, foi feito contato com a AGDS e constatou-se que essa organização atua principalmente no ABC paulista e em outras cidades da região macro metropolitana de São Paulo – não exclusivamente ou majoritariamente na zona Leste – e por esta razão não foi considerada para esta pesquisa; a ONG Vida Integral SP não respondeu ao contato e, portanto, foi descartada. Em contato via *Facebook*, uma voluntária da AAZL respondeu positivamente ao pedido de participação em uma reunião da Associação na prefeitura regional de São Mateus, apresentou alguns dos agricultores (as) associados (as) e a agricultora/gestora da Horta Sabor da Vitória.

Nesse momento também foi identificada a ação de empresas privadas, como o Sesc, que oferece espaço de comercialização para agricultores (as) agroecológicos (as), promove oficinas realizadas por iniciativas socioambientais, feiras de produtos agroecológicos, oferece cursos, eventos e mesas redondas que abordam as temáticas da agricultura urbana, agroecologia, alimentação saudável e empoderamento feminino.

Foi realizado levantamento bibliográfico sobre o tema da agricultura urbana e periurbana na cidade de São Paulo e verificou-se as diversas abordagens que examinam diferentes ângulos do fenômeno da AUP: práticas de agricultura urbana no âmbito social, autônomo e as fomentadas pelo governo na forma de política pública (ROSTICHELLI, 2013); a relação da agricultura urbana com a promoção de saúde (COSTA, 2015; RIBEIRO, 2013); agricultura urbana e periurbana como estratégia de alívio à pobreza e segurança alimentar em regiões periféricas (VALDIONES, 2013); a produção de sentidos em escolas com horta (COELHO, 2014); a agricultura urbana de caráter ativista no caso da Horta das Corujas (NAGIB, 2016); o caso da Cooperapas, cooperativa de agricultores no extremo sul de São Paulo (NAKAMURA, 2017); as redes, ideias e políticas públicas em agricultura urbana em São Paulo, Toronto e Montreal (OLIVEIRA, 2017).

A partir deste levantamento bibliográfico e dos dados produzidos na pesquisa de campo exploratória, verificou-se que até aquele momento (agosto de 2017), não havia pesquisas que contemplassem a produção da agricultura urbana especificamente¹⁸ na zona

¹⁸ Conforme explicado na apresentação, a dissertação de VALDIONES, A.P.G. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Município de São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo, EACH – USP,

Leste de São Paulo e, por esta razão, decidiu-se por definir a região da zona Leste como *locus* do estudo. Além dos estudos citados acima, durante o andamento da pesquisa, foram levantadas e examinadas as seguintes dissertações: política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo (MACHINNI, 2018); pesquisa-ação na implantação de horta comunitária na periferia de Guarulhos (HONDA, 2018); produtores agrícolas da zona Leste de São Paulo (SANTOS, 2019); e uma análise dos fatores que impedem o crescimento da AU em São Paulo (SELLIN, 2019).

1.3 Terceira etapa

1.3.1 O estudo de campo na zona Leste de São Paulo

A partir dos dados produzidos no trabalho de campo exploratório, utilizou-se a técnica de “bola de neve” para definir as hortas do estudo na zona Leste de São Paulo. Apesar dessa amostragem apresentar limitações, é útil para pesquisar grupos ou sujeitos difíceis de serem acessados e/ou quando não existe precisão sobre sua quantidade, pois “requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes do estudo” (VINUTO, 2014, p. 201).

Em outras palavras, a horta da Mateo Bei e de São Mateus foram apresentadas pela ONG Cidades Sem Fome, a Horta Sabor da Vitória foi indicada pela AAZL e a Horta Fazendinha foi indicada pelo projeto Planta Periferia. Nessa direção, configurou-se uma rede de indicações que viabilizou o estudo de campo. Mediante explicação sobre os objetivos desta pesquisa aos gestores (as) e agricultores (as), as hortas da zona Leste de São Paulo que aceitaram participar da pesquisa foram as seguintes:

2013 e a publicação de GIACCHE, G. and REZENDE, W. Urban Agriculture in Sao Paulo (Brazil): actors, space and governance models. (Org.) Roggema, R. and Keffee, G. In Finding Space for Productive Cities – 6th AESOP conference on Sustainable Food Planning. **Proceedings**, pp. 416-429, 2014, tratam da agricultura urbana praticada na zona Leste de São Paulo.

Quadro 02 – As hortas do estudo na zona Leste.

Horta	Distrito
Ponto de Cultura Sócioambiental Quebrada Sustentável Viveiro Escola União de Vila Nova Mulheres do GAU	São Miguel Paulista
Planta Periferia	Cidade Tiradentes
Horta Fazendinha	Itaquera
Horta Sabor da Vitória	São Mateus
Horta da Mateo Bei	São Mateus
Horta da Sodexo (São Mateus)	São Mateus
Horta da Tia Bela	Aricanduva

Fonte: a autora, 2018.

Ressalte-se que, em todos os casos, os (as) participantes da pesquisa não são identificados (as) e os nomes citados ao longo da pesquisa são fictícios, conforme termo de consentimento livre-esclarecido assinado por estes. Foram realizadas entrevistas com os (as) gestores (as) das iniciativas ou hortas do estudo, orientadas por um roteiro de perguntas (apêndice II), com o objetivo de apreender os aspectos relacionados ao cultivo, meio ambiente, gestão e econômico. Também foram realizadas entrevistas com agricultores (as), orientadas por roteiro de perguntas (apêndice III).

A partir da entrevista com gestores (as) de hortas e agricultores (as), identificou-se a relação de interdependência destes com equipamentos, programas e projetos do setor público e com projetos e programas de empresas privadas e/ou multinacionais, oriundas de sua Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Nessa direção, também foram entrevistados (as) funcionários (as) públicos (as) proponentes e/ou envolvidos (as) na execução de projetos e programas de incentivo ou apoio financeiro à AU – orientados por roteiro de perguntas (apêndice IV). No âmbito de empresas privadas, empresas mistas e/ou multinacionais envolvidas na produção da agricultura urbana, foram entrevistados os gestores (as) e ou coordenadores (as) responsáveis pelos projetos ou departamentos de Responsabilidade Social Empresarial – orientados por roteiro de perguntas (apêndice V).

Ressalte-se ainda que, em algumas hortas, os (as) entrevistados (as) exercem funções que se sobrepõem. Por exemplo, em alguns casos, gestores (as) também assumem atividades de cultivo; em outros casos, agricultores (as) assumem – ou querem assumir – funções de gestão¹⁹. Além dos (as) entrevistados citados (as), também foram realizadas

¹⁹ Esse aspecto será analisado em profundidade nos capítulos IV e V.

conversas com amigos (as), apoiadores (as) e parceiros (as) das hortas – pessoas que frequentam esses espaços – seja para socializar ou consumir seus produtos (n=23) e com moradores (as) e comerciantes locais, que são pessoas que moram ou possuem comércio nas redondezas, em até um raio de 2 km da localização das hortas (n=17). Dessa forma, compôs-se o quadro de entrevistados (as) em São Paulo (quadro 03).

Quadro 03 – Entrevistados (as) em São Paulo.

Cargo / função	No. de entrevistados (as)
<i>Gestor (a) de hortas</i> – pessoa que cumpre função de coordenação / direção / articulação nas hortas e/ou em entidade da sociedade civil; possui muitos anos de educação formal (graduação e pós-graduação).	6 gestores 3 gestoras
<i>Agricultor (a)</i> – pessoa que trabalha na terra, planta, cultiva e vende os produtos da horta; possui poucos anos de educação formal, muitas vezes não concluiu o ensino fundamental ou médio.	6 agricultores 8 agricultoras
<i>Funcionário (a)²⁰ público (a)</i> – pessoa que mediante aprovação em processo de concurso público ocupa (ou ocupou) função de assessoria, gestão ou técnica em equipamentos de gestão pública.	1 funcionário 4 funcionárias
<i>Gestores ou coordenadores de projetos sociais de empresas privadas ou mistas</i> – pessoas que trabalham em grandes empresas – de economia mista, privada ou multinacional.	1 gestor 2 gestoras
<i>Outros (as) entrevistados (as)</i> – técnicos agrícolas, apoiadores (as) das iniciativas, entre outros.	1 técnico 3 apoiadoras
Entrevistados (as)	15 homens 20 mulheres
Total de entrevistados (as)	35

Fonte: a autora, 2020.

Os procedimentos adotados para a produção de dados na zona Leste são sistematizados a seguir:

²⁰ Alguns dos (as) participantes da pesquisa também usam os termos “gestor público” ou “trabalhador do setor público” para se referir à mesma função.

Quadro 04 – Procedimentos para produção de dados na zona Leste.

Levantamento em mídias sociais de iniciativas socioambientais e em websites oficiais do governo
Contato via <i>Facebook</i> com os (as) gestores (as) de iniciativas socioambientais
Agendamento de entrevista semiestruturada com os (as) gestores das iniciativas, na própria horta ou no escritório das organizações
Aproximação e observação de campo nas hortas do estudo sem a presença dos gestores (as)
Aproximação e observação dos (das) agricultores (as) nas hortas enquanto realizavam suas atividades (plantam, conversam entre si, atendem aos compradores dos produtos, interagem com familiares, amigos (as) e interessados que os (as) procuram na horta)
Participação em atividades, eventos e reuniões nas hortas e em outras atividades exógenas a esses espaços – dinâmica que emergiu a partir das interações com gestores (as) e agricultores (as)
Acompanhamento da página do <i>Facebook</i> , websites e perfis do <i>Instagram</i> das hortas; das organizações da sociedade civil; das empresas e funcionários públicos envolvidos na AU
Realização de registros fotográficos das hortas
Realização de entrevista semiestruturada e não estruturada com agricultores (as)
Realização de entrevistas com os (as) funcionários (as) públicas envolvidos em projetos e programas de incentivo à AU em São Paulo
Análise de fontes documentais fornecidos pelos equipamentos públicos e pelas entidades
Conversas com consumidores, apoiadores, amigos e parceiros das hortas em eventos realizados no local ou exógeno a ela
Conversas com moradores e vendedores locais (próximos ou nas redondezas das hortas)
Conversas e entrevistas com os (as) gestores das hortas por Skype ou por telefone
Contato e realização de entrevista com gestores de empresas privadas

Fonte: a autora, 2019.

1.3.2 O estudo de campo em Lisboa²¹

O estudo em Lisboa teve início em agosto de 2018, período de férias e de alto verão no continente europeu. Nesse momento, realizou-se os seguintes procedimentos: (a) levantamento bibliográfico sobre a relação dos processos sócio-históricos, políticos e econômicos do país com a formação da urbanidade e a ruralidade em Portugal e em

²¹ Esclarece-se que os termos do português de Portugal foram mantidos. O sentido dessas palavras no português do Brasil será explicado nas notas de rodapé.

Lisboa; (b) revisão bibliográfica sobre o tema da AU e dos Bairros Sociais em Lisboa; (c) análise de documentos referentes aos Parques Hortícolas Municipais de Lisboa e às tipologias das hortas.

A partir desse levantamento, verificou-se a atuação do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles na Câmara Municipal²² de Lisboa, a partir da década de 1980, e sua influência na elaboração do “Plano Verde de Lisboa”, centrado nos conceitos de Estruturas Ecológicas Urbanas (EEU). A partir dos anos 2000, verificou-se que a agricultura urbana foi impulsionada no país devido a projetos e programas da União Europeia e, a partir de 2007, a agricultura urbana foi elaborada no projeto Parques Hortícolas Municipais²³. Em 2011, é criado o Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (GTPAUCL), na Câmara Municipal de Lisboa, responsável por implementar o projeto.

A aproximação ao campo ocorreu em setembro e outubro de 2018, onde foram visitados os Parques Hortícolas de Telheiras, Jardim da Amnistia Internacional, Quinta da Granja e Quinta das Flores, localizados em bairros de nível socioeconômico elevado. Em seguida, foram visitados os Parques Hortícolas de Carnide (bairro Padre Cruz) e do Vale de Chelas, que possuem características territoriais e socioeconômicas semelhantes à da zona Leste de São Paulo. Por serem bairros de habitação popular ou de cooperativas habitacionais, com moradores de baixa renda, foram selecionados como *locus* do estudo de campo.

Uma vez que esses dois Parques Hortícolas foram selecionados, desenvolveu-se um plano de trabalho de campo que incluiu as seguintes etapas: (a) realização de entrevista com três gestoras do Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (GTPAUCL) da Câmara Municipal de Lisboa (CML) a respeito do Projeto Parques Hortícolas Municipais; (b) realização de entrevista com o presidente da Junta de Freguesia²⁴ de Carnide, referente ao Parque Hortícola de Carnide (Bairro Padre Cruz); (c) múltiplas visitas ao Parque Hortícola do Vale de Chelas e realização de entrevista em profundidade com sete agricultores e duas agricultoras em seus talhões²⁵, enquanto exerciam suas atividades entre outubro de 2018 e janeiro de 2019; (d) participação em duas oficinas de treinamento realizadas pelo GTPAUCL na

²² Câmara Municipal de Lisboa é o equivalente administrativo da Prefeitura Municipal no Brasil.

²³ Parque Hortícola é o equivalente a “horta comunitária”.

²⁴ Junta de Freguesia é o equivalente administrativo de uma prefeitura regional ou subprefeitura de São Paulo.

²⁵ Talhões são lotes de cultivo.

Câmara Municipal de Lisboa e em uma Associação de Bairro; (e) registros fotográficos dos Parques Hortícolas e dos bairros em questão. Os (as) entrevistados estão listados (as) no quadro abaixo.

Quadro 05 – Entrevistados (as) em Lisboa.

Cargo / função	No. de entrevistados (as)
<i>Agricultor (a)</i> – pessoa que trabalha na terra, planta, cultiva e vende os produtos da horta; possui poucos anos de educação formal, muitas vezes não concluiu o ensino fundamental ou médio.	7 agricultores 2 agricultoras
<i>Funcionário (a) público (a)</i> – pessoa que mediante aprovação em processo de concurso público ocupa (ou ocupou) função de assessoria, gestão ou técnica em equipamentos públicos.	1 funcionária
<i>Outros (as) entrevistados (as)</i> – pessoas que exercem outros cargos em equipamentos públicos.	1 presidente de Junta de Freguesia 1 nutricionista 1 agrônoma
Entrevistados (as)	8 homens 5 mulheres
Total de entrevistados (as)	13

Fonte: a autora, 2020.

Ressalte-se que São Paulo e Lisboa, Brasil e Portugal são cidades e países de proporções completamente distintos, cujos processos sócio-históricos estão permanentemente entrelaçados devido à relação entre ex-império e ex-colônia. Os aspectos da colonização e administração portuguesa no Brasil são sentidos até hoje – em inúmeros aspectos – mas, no que tange a esta pesquisa, é relevante a questão da expansão territorial da zona Leste de São Paulo, marcado por processos sociais de escravização de populações africanas traficadas para o Brasil e o consequente segregacionismo racial e social sofrido por estas populações – que se materializa na formação das periferias da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, também é dada especial atenção aos aspectos da formação sócio-histórica zona Leste de São Paulo – discutidos no capítulo III – da multiplicidade étnica presente na cidade de Lisboa e à percepção dos (as) entrevistados (as) em Portugal sobre

a relação entre os países e sobre o Brasil, uma vez que se faz presente e frequente em suas falas a presença do país em seu imaginário.

1.4 Produção e análise de dados

Conforme discutido anteriormente, um dos procedimentos utilizados para a produção de dados foi a entrevista. No que diz respeito a essa técnica, trata-se de um caso bastante particular de interação entre duas ou mais pessoas, configurando-se em uma troca social desigual onde o controle da situação, em grande medida, está nas mãos do pesquisador. Durante a dinâmica da entrevista, a narrativa nunca é construída isoladamente, pois quem fala não está sozinho, configurando-se em

construções intersubjetivas, ou seja, descrições e posições discursivas que são construídas a partir de uma situação de interação estruturada a partir de pares pergunta-resposta, modelo em que a narração do entrevistado não é automática, e a intervenção do entrevistador não é neutra. (...) A entrevista, nesta perspectiva, não dá conta de como as pessoas criam internamente o seu mundo de vida além das palavras, mas como o criam perante a presença ativa de um interlocutor (...) o qual não apenas escuta, mas também interage através da pergunta, estimulando reflexividade e narratividade (FERREIRA, 2014, p. 984).

Tendo em vista a composição entre entrevistador e entrevistado, a entrevista em si é chave central na produção de dados, pois a reflexividade provocada pelas perguntas do entrevistador encoraja o entrevistado a pensar sobre si e a criar uma narrativa a seu respeito (FERREIRA, 2014). Lahire (2005) também alerta para o fato de que o pesquisador deve observar a duração, a intensidade e as disposições do entrevistado durante o processo da entrevista. Deve-se, ainda, ficar atento às variações sincrônicas e diacrônicas, a fim de identificar as combinações de pluralidade de disposições e contextos, bem como levar em conta as tensões, conflitos, crises e paradoxos que revelam discrepâncias entre disposições pessoais e as disposições adquiridas por uma situação específica. Segundo o autor, as disposições para as ações dos sujeitos são examinadas dentro de uma pluralidade de lógicas que podem ser variáveis, contraditórias, complementares entre si e até paradoxais.

No que se refere à análise das entrevistas, os dados foram organizados de modo a possibilitar a compreensão das falas e expressões dos (as) entrevistados (as), por meio da classificação e agrupamento das narrativas orientadas pelos roteiros de entrevistas. O tratamento dos dados das entrevistas é realizado pela Análise de Conteúdo – trata-se de conjunto de técnicas que analisam as comunicações que busca obter indicadores que

permitam inferências dos conhecimentos dos sujeitos (BARDIN, 1994). De acordo com Bardin (1994, p. 105) “fazer uma análise temática consiste em observar os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação, e cuja presença ou frequência de aparição poderão significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. A análise de conteúdo é uma ferramenta na compreensão da construção de significado que sujeitos exteriorizam em seu discurso. Dessa forma, é permitido ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta sobre sua realidade e como interpreta os significados que o circundam.

Segundo Berger e Luckmann (1987) a realidade é socialmente construída e a sociologia do conhecimento analisa o processo em que ele ocorre. Os autores mostram que a análise da vida cotidiana proposta pela sociologia apresenta uma realidade interpretada por homens, dotada de sentido subjetivo na medida em que forma coerência no mundo. A experiência do cotidiano do trabalho nas hortas envolve processos simbólicos aos quais os sujeitos atribuem sentido e significado às suas ações e ao que acontece ao seu redor. Os processos descritos buscam a compreensão da realidade a partir dos discursos dos entrevistados.

Foram construídas categorias descritivas para a análise de conteúdo, levando em consideração as ideias oriundas das respostas dos sujeitos, que se trata de “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições, já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 1994, p. 39). Ademais, segundo Moscovici (2003, p.224), o tema expressa uma repetição seletiva de conteúdo, indicando que a possibilidade de sentido vai além do que foi idealizado pelo indivíduo ou pelas organizações.

A descrição e análise constitui o corpus da pesquisa – organizada em capítulos norteados pelos conceitos de paisagem, regime e nicho da Perspectiva Multinível – e pelo demais referencial teórico. A partir da interpretação do material empírico – e sua relação com o contexto sócio-histórico e com o cotidiano na produção nas hortas – realizou-se a classificação dos dados produzidos, possibilitando apreender as percepções dos sujeitos nas respectivas localidades – e em suas respectivas funções. Nessa direção, o estudo faz uma descrição densa dos contextos e das hortas estudadas, indicando, contudo, seus limites (STAKE, 2011).

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ESTUDOS SOBRE O TEMA

Este capítulo aborda o campo teórico que ancora a pesquisa, com base nas Ciências Sociais e Humanas e suas aproximações com a vulnerabilidade social, seguido pela Perspectiva Multinível (PMN), Transição para a Sustentabilidade (TS) e estudos que fundamentam a Agricultura Urbana (AU). Tendo em vista que o tema da AU é transversal, investigado por múltiplas áreas do conhecimento – conferindo-lhe um caráter interdisciplinar – discute-se estudos que estabelecem a relação da agricultura urbana com os temas que emergiram a partir da pesquisa de campo: os alimentos orgânicos, a agroecologia e a permacultura; a segurança alimentar e nutricional; a justiça social e de gênero; os múltiplos significados do empreendedorismo – social, popular e feminino; os saberes indígenas e tradicionais; e a eco-pedagogia. Ademais, traça-se breve panorama da AU no Brasil, com ênfase na cidade de São Paulo e, em Portugal, com ênfase em Lisboa – cidades do estudo de campo. Ressalte-se que não foi realizado um levantamento exaustivo sobre a literatura referente à AU, mas sim de sua relação com os conteúdos da pesquisa de campo.

2.1 Campo teórico

2.1.1 Ciências sociais e humanas: aproximações ao tema e à vulnerabilidade social

As mudanças estruturais no âmbito social, político e econômico a partir da década de 1980 no cenário internacional, reorganizaram radicalmente o *modus operandi* dos regimes democráticos ocidentais e do Estado de Bem-Estar Social na Europa e nos EUA, historicamente elaborados como resposta às demandas organizadas por sindicatos, movimentos sociais e populares pós-Segunda Guerra Mundial (IANNI, 1998). O campo das Ciências Sociais e Humanas, até então, tratava de temas relacionados aos direitos sociais de cidadania construídos nas democracias industriais, conferindo-lhes *status* civis (direitos legais) e políticos (direitos de participação democrática), tais como o exercício da cidadania; a soberania nacional; a identidade e autodeterminação dos povos; sociedade civil, Estado e partidos políticos; a autonomia regional; classes sociais; e igualdade de direitos (HOBSBAWM, 1995; KING, 1988; BOBBIO, 2000).

Outros temas de pesquisa emergiram em contexto de reivindicações de acesso à direitos como saúde, renda, educação, direitos das crianças e dos adolescentes, das mulheres, dos idosos e do meio ambiente – rompendo e/ou ressignificando conceitos até então consolidados na área. Nessa direção, questões sociais emergentes configuraram novas

agendas de pesquisas: indicadores de pobreza e miséria; a emergência de políticas emancipatórias; crises climáticas; pandemias; instabilidade no mundo do trabalho e desemprego estrutural; volatilidade de funções profissionais que exigem a construção de novas habilidades e competências; crise de valores que regem as democracias ocidentais; trajetórias de vida e de formação; processos de transição social e a destituição de profissões; a relativização do trabalho formal como eixo central de construção de identidades; o direito à livre orientação sexual e religiosa; as novas dinâmicas familiares e a consolidação de estudos de gênero (MONTERO, 1998; MARTUCELLI, 1999).

Em outros termos, embora a macroestrutura organize a vida em sociedade em múltiplos aspectos, as relações entre o *macro* e o *micro* na sociologia e entre *função* e *estrutura* passaram a ser consideradas em estudos qualitativos, pois, sujeitos interagem em contextos específicos em vias de mãos múltiplas.

Nessa direção, cita-se a teoria da estruturação de Anthony Giddens (1984), centrada principalmente nos conceitos de agência e estrutura, colocando em perspectiva o que o autor denomina de “dualidade da estrutura”, termo utilizado para indicar que a agência dos indivíduos está mais relacionada à interação entre as diferentes facetas da sociedade, tais como aspectos sociais, culturais e econômicos, do que aquelas consideradas em teorias sociológicas tradicionais – estas últimas dando ênfase às instituições consolidadas na sociedade, tais como religião, educação e política. Sob essa lógica, as relações entre agentes e estruturas sociais são produções dinâmicas – em via de mão dupla ou múltipla – do que, propriamente, consequências diretas de ações determinadas ou constrangidas por macroestruturas em via de mão única.

Nesse sentido, a estrutura é tanto meio como resultado de práticas que constituem os sistemas de organização social. Isso permite que essa teoria seja utilizada com abrangência em pesquisas sociais por conta de sua permeabilidade com relação às dinâmicas de agentes e estruturas. Um outro ponto que a torna significativa é sua interlocução com outras teorias e abordagens de caráter qualitativo, servindo de ancoragem para micro ou macro análises de processos de transformações de dinâmicas sociais, não se pautando exclusivamente na motivação e intenção dos agentes ou nos recursos estruturais (O'DWYER e MATTOS, 2009; GIDDENS, 1984).

No Brasil, a desigualdade social é elemento estruturante da formação social, econômica, política e cultural do país que, historicamente, é objeto de preocupação de alguns governantes e de alguns estudiosos acadêmicos que reconhecem ser fundamental a compreensão de sua heterogeneidade, formas e manifestações (FURTADO, 2006).

Nessa direção, a vulnerabilidade social atual é consequência da estruturante desigualdade social, associada a fatores históricos, culturais, sociais, políticos e econômicos (SCHUMANN, 2014).

Schumann (2014) demonstra a multidimensionalidade da vulnerabilidade, relacionando-a a distintas abordagens científicas desde 1980 até o presente momento, evidenciando a expansão do quadro conceitual. O autor ainda ressalta a superação de análises simplórias sobre pobreza, propondo um conceito de vulnerabilidade heterogêneo, multifacetado e multicausal. Dessa forma, é associado ao desemprego, às enfermidades, à violência, entre outros fatores, sendo insuficiente pensá-la como um problema somente de ordem estrutural e econômica. Segundo o autor, as raízes da vulnerabilidade são profundas, tais como os fatores históricos de constituição do país, ausência ou insuficiente planejamento urbano, ausência ou falta de processos democráticos.

Oliveira (1995, p. 09) considera a definição puramente econômica de vulnerabilidade social “insuficiente e incompleta”, pois não demonstra como os diversos grupos sociais (mulheres, negros, indígenas) ingressam em grupos vulneráveis. Além disso, há grupos que se encontram acima da linha da pobreza que também são vulneráveis (crianças, portadores de necessidades especiais). Há indivíduos em situação de vulnerabilidade social entre trabalhadores rurais, assalariados, índios, negros, mulheres, nordestinos, moradores de rua, portadores de necessidades especiais, entre outros segmentos populacionais. No entanto, segundo o autor, a resolução ou atenuação da vulnerabilidade reside também em melhorias na condição econômica e aponta para políticas públicas que atenuem essas vulnerabilidades, porém se situam em um campo de ação do direito.

Vignoli (2001) considera a vulnerabilidade como falta de acesso e de oportunidades no campo do mercado de trabalho, na sociedade ou no Estado, indicando a falta de um conjunto de elementos para acesso e aproveitamento das oportunidades existentes. Busso (2001) entende a vulnerabilidade como a ausência ou escassez de ativos que famílias, grupos ou indivíduos dispõem para enfrentar riscos que incidem sobre a manutenção ou perda do bem-estar. Moser (1996) considera a vulnerabilidade o resultado de uma relação entre a disponibilidade de recursos – materiais e simbólicos – e ao acesso à estrutura de oportunidades, caso estejam descompassadas, tornam-se um obstáculo à mobilidade social.

Carneiro e Veiga (2004) definem um conceito de vulnerabilidade – em uma sociedade de economia de mercado – associado a noções de carência e exclusão, nas quais

comunidades, famílias e pessoas são consideradas vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais, capacidades e estratégias, para superar situações de risco a quais são submetidas e que as impossibilitam de assegurar ou manter a segurança pessoal ou coletiva. Dessa forma, a noção de “inclusão” possibilitaria melhorias em suas condições materiais e imateriais, viabilizadas através de serviços públicos tais como saúde, habitação, segurança pública, educação, alimentação adequada, cultura e justiça – constituindo a noção de direito a serviços – para esses grupos desenvolverem autonomia, competências e capacidade de se autogerirem. Os autores ainda enfatizam que as estratégias para reduzir a vulnerabilidade e ampliar a inclusão requer múltiplas ações, sob várias frentes, de modo que elas sejam executadas de forma complementar e integrada.

De um ponto de vista da sociologia reflexiva, Beck (1997, p. 15) argumenta que a sociedade contemporânea difere da sociedade de classes a partir do “risco”, isto é, trata-se de uma “sociedade de risco”, na qual “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle da sociedade industrial”. Giddens (1997) também acentua a diferença entre “sociedade de classes” e “sociedade de riscos”, na qual a última introduz novas relações entre sistemas de conhecimentos em um contexto em que a estimação dos riscos é, em grande medida, imponderável.

Independentemente do autor ou da reflexão sobre vulnerabilidade – ou risco – é evidente que se trata de um fenômeno multifacetado, multidimensional e multicausal. No Brasil, órgãos governamentais utilizam o termo “vulnerabilidade social” e “risco social” na Política Nacional de Assistência Social, edificada em uma abordagem de proteção social que supõem conhecer as vulnerabilidades sociais às quais estão sujeitos os destinatários da Assistência Social – pontuando que é no cotidiano da vida das pessoas que as vulnerabilidades se configuram (BRASIL, 2004). Muitos dos programas e ações da Assistência Social na esfera federal, estadual e municipal são destinados a famílias de classes populares e de baixa renda (SARTOR; MARTINS; SILVA, 2002).

No caso desta pesquisa, as definições sobre vulnerabilidade oferecem subsídios para a compreensão das situações pelas quais agricultores e agricultoras passaram ao longo da vida, como abandono escolar, ausência de acessibilidade a serviços públicos, poucos recursos familiares e financeiros, entre outros – que serão abordados em maior profundidade no capítulo 6 – e que incidem sobre o caráter da AU praticada nas regiões do estudo.

A seguir contextualiza-se a emergência da Sustentabilidade no mundo, seguido pela Perspectiva Multinível (PMN) e da Transição para a Sustentabilidade (TS) – que subsidia a relação entre os múltiplos agentes que produzem a agricultura urbana.

2.1.2 Sustentabilidade, Perspectiva Multinível e Transição para a Sustentabilidade

Na arena internacional, o “Relatório Bruntland” (1987)²⁶ define esforços no sentido de se fomentar políticas para um futuro sustentável. O relatório, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas que reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado por países desenvolvidos e copiado por países em desenvolvimento. O documento sublinha os riscos relativos ao uso excessivo de recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre o padrão de desenvolvimento e consumo atuais e os padrões sustentáveis, afirmando que a pobreza no Sul do planeta e o consumismo extremo do Norte são as causas de desenvolvimento insustentável e crises ambientais.

Nessa direção, para aprofundar métodos e estratégias para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas lançou a Agenda 21²⁷ durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992²⁸. A Agenda 21 procurou estabelecer um novo paradigma que exigiu uma reinterpretação dos conceitos de desenvolvimento e progresso, contemplando um maior equilíbrio holístico entre o todo e as partes, e assim promovendo a ideia de qualidade entre as relações sociais, o meio-ambiente e o crescimento econômico. Para alcançar este objetivo, o documento estabeleceu a importância do compromisso de cada país e de sua população para refletir global e localmente, sobre a maneira pela qual os governos, empresas, ONGs e todos os setores e atores da sociedade possam cooperar para encontrar soluções para os problemas socioambientais que a humanidade enfrenta. Portanto, a Agenda 21 estabeleceu, em nível global, um pedido a todas as esferas da sociedade para se envolverem na busca de soluções sustentáveis para a vinda do século XXI.

²⁶ Ver: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf> Acesso em 15/09/2019.

²⁷ Ver: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf> Acesso em 15/09/2019.

²⁸ Ver: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html> Acesso em 15/09/2019.

Em 2012, líderes de todo mundo se reuniram novamente no RIO+20, terceira edição da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, focando em dois temas principais: como construir uma economia verde para alcançar o desenvolvimento sustentável e reduzir a pobreza, permitindo-lhes encontrar um “caminho verde” para o desenvolvimento; e como melhorar a articulação internacional para o desenvolvimento sustentável através da implementação de quadros institucionais em seus respectivos países²⁹. A agenda desse encontro foi amplamente criticada pela Cúpula dos Povos³⁰, evento criado por organizações de base, movimentos sociais e ambientalistas do mundo todo, paralelamente ao Rio+20. A Cúpula fez críticas à abordagem da declaração oficial, afirmando que a ênfase no conceito de “economia verde” é uma nova estratégia para restringir o crescimento de países emergentes e expandir a *comodificação* dos recursos naturais, atualmente livres, perpetuando assim, interesses financeiros e corporativos de países desenvolvidos³¹.

Em setembro de 2015, 193 membros de Estado do mundo inteiro se reuniram novamente para deliberar sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável³², oficialmente conhecido como “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”³³. A nova proposta contém 17 metas globais com 169 objetivos que abrangem uma ampla gama de questões de desenvolvimento sustentável, entre eles, a erradicação da pobreza e da fome; a viabilização das cidades; a luta contra as mudanças climáticas; equidade de gênero; a proteção dos oceanos e das florestas, entre outros.

Nessa direção, governos, indústrias e sociedades civis internacionais, nacionais, regionais e locais se comprometeram com o desenvolvimento sustentável. No entanto é pronunciada a diferença pela qual governos, empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos se articulam e organizam suas agendas e atividades em torno da sustentabilidade (SEYFANG and SMITH, 2007). Ademais, é central o papel de políticas públicas em fomentar ou dificultar as ações de todos esses agentes. Nessa direção, a

²⁹ Ver: <http://www.rio20.gov.br/> Acesso em 14/09/2019.

³⁰ Ver: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html Acesso em 14/09/2019.

³¹ Ver: <http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/DOCUMENTOS-FINAIS-DA-CUPULA-DOS-POVOS-NA-RIO-20-POS-JUSTI%C3%87A-SOCIAL-E-AMBIENTAL.pdf> Acesso em 14/09/2019.

³² <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 14/09/2019.

³³ Ver: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> Acesso em 14/09/2019.

análise de agência e estrutura oferecem embasamento para compreender as ações que produzem a sustentabilidade, concebidas nesta pesquisa como chave-interpretativa do paradigma da Perspectiva Multinível – uma vez que considera a multiplicidade de agentes envolvidos, sem conceder maior ou menor importância a cada um deles.

A Perspectiva Multinível é um quadro conceitual multiescalar e multidimensional que, conforme Geels (2002, p. 1257) esclarece, é baseada em uma “perspectiva particular de tecnologia, decorrentes da sociologia da tecnologia. Nessa perspectiva, tecnologia, por si só, não tem poder, não faz nada. Apenas em associação com a agência humana, estruturas sociais e organizações, a tecnologia cumpre funções”. Nessa direção, as transições tecnológicas para a sustentabilidade enfatizam a interligação entre os múltiplos elementos que as compõem. As transições são mudanças fundamentais que ocorrem no sistema e nos subsistemas sociais, criados para enfrentar problemas persistentes que reaparecem como resultado de complexas relações sociais interconectadas. Problemas persistentes são manifestações de um sistema insustentável que precisam ser endereçados com uma mudança fundamental para que um sistema se torne sustentável (GEELS, 2002).

As transições, como mudanças fundamentais, são meios para lidar com problemas persistentes e podem ocorrer em diferentes níveis: em nível global para abordar e colocar em perspectiva questões como mudanças climáticas, pobreza e desigualdade; e, nos níveis nacional e regional, provocam mudanças em diversos setores dos sistemas sociais como sistemas alimentares, produção de energia, mobilidade, entre outros (SMITH, VOßB and GRIN, 2010; SENGERS, WIECZOREK and RAVEN, 2016). Nas palavras de Smith, VoßB and Grin (2010, p. 436)

A PMN desenvolveu-se a partir de explicações para transições históricas a novos sistemas sociotécnicos para a mobilidade, saneamento, entretenimento, alimentação, iluminação, e assim por diante. Sistemas de sucesso são constituídos de redes de artefatos, atores e instituições e ganham estabilidade e dependência de trajetória como “regimes sociotécnicos” particulares (por exemplo, o regime de geração de energia centralizada com base em combustíveis fósseis e nucleares). A compreensão conceitual das transições para novos regimes baseia-se em teorias com interface em estudos da inovação e em estudos de Transições para a Sustentabilidade (TS). Eles combinam uma visão dos processos de nível micro de construção de novas tecnologias, com uma visão sobre os emergentes macro e médio padrões de cultura, organização, mercados, regulamentação e infraestruturas. (*tradução nossa*)

A PMN considera as interseções entre a história e a cultura já estabelecidas com práticas inovadoras com o propósito da TS. Para explorar as mudanças nos sistemas

alimentares, são destacadas as práticas sociais que iluminam as possibilidades (ou não) para mudanças em funções e práticas sociais em torno de sistemas agroalimentares. Juntas, essas abordagens oferecem diferentes ângulos para pensar as dinâmicas, a durabilidade e a relevância das inovações em práticas de produção alimentar, bem como o papel que desempenham nas transições para a sustentabilidade (GEELS, 2010; GEELS, 2014; HINRICHS, 2014).

Essa linha de pesquisa emergiu a partir dos anos 2000 e teve significativo impulso no começo da década de 2010, quando o termo “Transição para a Sustentabilidade” passou a figurar crescentemente em pesquisas científicas e citações (KÖHLER *et ali*, 2019; GEELS, 2010). Partindo da premissa de que questões ambientais contemporâneas, como mudanças climáticas e o esgotamento de fontes de recursos naturais apresentam problemas para todos os níveis e setores da sociedade, a PMN trabalha com o entendimento de que o enfrentamento a essas questões só pode ser encadeado através de transformações profundas nos sistemas essenciais do funcionamento estrutural da sociedade como mobilidade, energia e a produção e distribuição de alimentos. De acordo com Köhler *et ali*. (2019), as transições para a sustentabilidade possuem as seguintes características:

- Multidimensionalidade e co-evolução: os sistemas sociotécnicos são compostos por múltiplos elementos, tais como indústria, infraestrutura, tecnologias, mercados, práticas de usuário, significados culturais, política e redes de suprimentos e distribuição. Nesse sentido, as transições são consideradas processos co-evolutivos, pois envolvem mudanças nesses múltiplos elementos – em escala e dimensão. Esses processos não são lineares e envolvem múltiplos fatores e desenvolvimentos interdependentes uns dos outros.
- A ação de múltiplos agentes: as transições são realizadas por múltiplos agentes sociais como a sociedade civil, políticos, pesquisadores, indústria, famílias, indivíduos, entre outros, onde cada um deles possui recursos, capacidades, crenças, estratégias e interesses próprios. As transições são marcadas por diversos tipos de agência como a criação de sentido, aprendizado formal e não-formal, investimentos, conflitos, disputas de poder, criação de alianças, entre outros. Trata-se de processos amplos e complexos que uma única teoria ou disciplina não consegue abarcar toda sua abrangência.

- Estabilidade e mudança: as inovações ecológicas de pequena e média escala, tais como as Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA), carros elétricos, tecnologias locais e de baixo-custo, entre outros, coexistem com sistemas profundamente arraigados em torno do uso de combustível fóssil, produção agrícola intensiva e redes de varejo com produção e consumo fechados, centradas em trajetórias estáveis e padrões dependentes. Nessa direção, o paradigma da transição visa entender as interações multidimensionais entre os impulsos para mudança, as forças da estabilidade e os padrões de dependência através da articulação de ideias de diferentes disciplinas e teorias para entender essas interações.
- Processo de longo prazo: as TSs são processos de longo prazo que podem levar décadas para se desdobrar devido ao tempo de desenvolvimento das inovações radicais “verdes” – desde seu surgimento em pequenos nichos até sua ampla difusão. Outra razão é o tempo que levam para desestabilizar e “desbloquear” os sistemas existentes e superar a resistência de atores já estabelecidos.
- Abertura e incerteza: é impossível prever quais inovações e iniciativas prevalecerão. A transição é multiescalar e multidimensional e, nesse sentido, as possibilidades são infinitas. A incerteza também decorre do caráter não linear dos processos de inovação, que podem sofrer com falhas (como ciclos de desilusão ou baixa valorização); ampliar-se devido a melhorias causadas por inovações e desempenho; processos políticos (que podem acarretar atrasos ou acelerações); e processos socioculturais (que incidem em mudanças de interesse do poder público e na percepção de sua urgência).
- Valores, contestação e desacordo: a noção de sustentabilidade é altamente contestada, de modo que diferentes agentes também tendem a discordar sobre as inovações e sobre os métodos mais desejáveis para as TSs. As transições podem ameaçar posições econômicas e modelos de negócios de grandes indústrias, tais como sistemas agroalimentares, automobilística, concessionárias de energia elétrica, entre outros, bem como questionar poderes estabelecidos. É provável que essas indústrias protejam seus interesses e contestem a necessidade e a velocidade das transições.
- Direcionalidade normativa: como a sustentabilidade é um bem público, empresas e consumidores têm incentivos limitados para resolvê-la. Nessa direção, as

políticas públicas e o governo desempenham um papel central na formação e direcionalidade das transições através de regulamentações, normas, subsídios e políticas de inovação, pois requerem declarações normativas sobre os objetivos das transições.

Tendo dito isto, é essencial esclarecer que, de um ponto de vista epistemológico, o paradigma da TS é baseado nas premissas da economia evolutiva – uma corrente da teoria econômica que enfatiza o ambiente no qual as instituições estão inseridas e como esse fator altera seus modos de produção e diferenciação. Além disso, também é baseado nas áreas de ciências e tecnologias – principalmente no que diz respeito às concepções de inovação como um processo social complexo que envolve múltiplos agentes. Nessa direção, a teoria da estruturação de Giddens e a teoria neo-institucional, são um campo de estudo das Ciências Sociais e Econômicas que contrapõem a racionalidade e rigidez das instituições, considerando sua dualidade como contexto e consequência das tomadas de decisões e envolvimento de múltiplos agentes sociais (FABER and FRENKEN, 2009; GEELS, 2010; MENDES *et. ali.*, 2014).

Com base nos preceitos apresentados acima, a PMN considera as transições como processos não lineares que resultam da interlocução entre três níveis de análise: os nichos (locais de inovações); os regimes sociotécnicos (local das práticas estabelecidas e regras que estabelecem os sistemas existentes); e o ambiente sociotécnico de um determinado local (a paisagem). Cada nível possui configurações, agentes e lógicas próprias, sendo que o nível dos regimes comumente infere nas características dos outros níveis (GEELS, 2010).

Aliado a isso, em relação às prioridades das TSs, o foco é menos pautado pelo potencial econômico, mas nas mudanças provocadas pela inovação e suas consequências para a sustentabilidade ambiental e social. Ademais, as particularidades locais – culturais, administrativas, financeiras e sociais – e a emergência relativamente recente das TSs fazem com que não haja um modelo ou solução única para um desafio em particular sendo enfrentado. Contudo, alguns pontos em comum podem ser observados, como a importância da gestão pública no incentivo e direcionamento de esforços relativos à inovação na área que está sendo problematizada (GEELS, 2010; KÖHLER et al, 2019).

A consolidação das indústrias envolvidas no processo, principalmente as de produção alimentar, transporte e energia é um outro obstáculo significativo a ser

considerado na TS. Essas indústrias possuem processos de produção e distribuição de produtos e serviços já amplamente testados e estabelecidos, tecendo uma firme rede nos territórios em questão. Embora a competição entre organizações da sociedade civil e empreendedores sociais de pequena e média escala nesses espaços ainda seja incipiente, essas organizações possuem um papel significativo no desenvolvimento e avanço de soluções e tecnologias sustentáveis quando atuam em conjunto (GEELS, 2010; KÖHLER *et al.*, 2019).

Geels (2002 p. 1258) compõe um quadro dos elementos sociotécnicos que compõem as transições no sistema de transporte e, tomando esse quadro como referência, propõe-se aqui um quadro de elementos para uma escala sociotécnica envolvida no sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos, que compõem os elementos da TS em sistemas agroalimentares urbanos:

Quadro 06 – Elementos da TS em sistemas agroalimentares urbanos.

cultura e significados simbólicos em relação ao alimento
interesses de mercado que incidem na precificação de alimentos
regulamentações e políticas (modelos de produção, existência ou não de incentivos a tipos de produção, imposto sobre o alimento, certificação de orgânicos etc.)
redes e logística de distribuição e venda de alimentos
infraestrutura de produção e sua manutenção
mercados, práticas e cultura de compra
meios para carregar as compras

Fonte: a autora, 2020.

Outro aspecto significativo das transições é o envolvimento de múltiplos agentes da sociedade na discussão e implementação de soluções baseadas em particularidades culturais, que pode dar margem a uma maior participação de membros da sociedade civil em espaços oficiais de tomadas de decisão. Isso traz à tona a discussão e a possibilidade de uma horizontalização das relações de poder e governança sobre territórios, incidindo sobre práticas sociais, hábitos e cultura local – um conceito já presente e discutido na agricultura urbana (NAGIB, 2016).

Diante dessa perspectiva, reflete-se que, embora o poder público seja um elemento central no incentivo e gestão das mudanças relacionadas às TSs, ele é, não raro, o mais incerto da tríade que atua sobre esses espaços, entre agentes privados, agentes ligados à inovação social e à sociedade civil organizada. Considerando que implementações de

sistemas sustentáveis pode acarretar maior gasto financeiro – dependendo da escala e com quais recursos é implementado – e sendo o menos voltado à otimização da performance – tendo em vista os desafios inerentes de modelos interdisciplinares – sua implementação é deixada em segundo plano nas agendas de desenvolvimento econômico do setor público e de grandes empresas privadas ou multinacionais (SEYFANG and SMITH, 2007).

Muitos programas e iniciativas são iniciados e interrompidos por inúmeros problemas burocráticos e administrativos, como mudanças de gestão política, interesses políticos ou partidários, ou “otimização” de recursos, o que, em muitos casos, vem a causar uma ruptura no desenvolvimento e implantação de programas voltados para a sustentabilidade. Um exemplo disso pode ser verificado no estudo sobre a gestão de mudanças climáticas realizado por Di Giulio *et al.* (2019), que discutiu a vontade política e práticas administrativas como dois principais elementos que incidem em maior impacto sobre a adaptação das cidades brasileiras em relação às TSs em arenas relacionadas a assuntos ambientais. Nessa direção, o âmbito da gestão e de políticas públicas podem fomentar avanços ou retrocessos em sustentabilidade.

2.1.3 Sistemas agroalimentares na Saúde global e Sustentabilidade

Tendo dito isto, é necessário ressaltar a relação entre a sustentabilidade de sistemas agroalimentares, a saúde humana e a preservação ambiental. Nessa direção, a segunda edição do periódico *The Lancet*³⁴ acerca de sistemas alimentares, conclui que o mundo vem enfrentando nos últimos anos uma *sindemia* relacionada à coexistência de três pandemias: a desnutrição, a obesidade e as mudanças climáticas. Esses dados são baseados no relatório de 2018 da FAO³⁵, sobre segurança alimentar e nutricional. O relatório aponta que a fome no mundo aumentou pelo terceiro ano consecutivo, atingindo a marca estimada de 821 milhões de pessoas em 2017. Esse aumento está relacionado ao número crescente de conflitos armados, principalmente na região da África subsaariana. O fator das mudanças climáticas também possui um efeito direto sobre o aumento da má nutrição. A variabilidade climática e os eventos climáticos extremos impactam diretamente a vida de pessoas que dependem diretamente de fontes renováveis de alimentos para sustento nutricional e financeiro, como agricultores, pescadores, criadores

³⁴ Ver: <https://www.thelancet.com/commissions/global-syndemic> Acesso em 22/12/2019.

³⁵ Ver: <http://www.fao.org/resilience/resources/resources-detail/en/c/1107313/> Acesso em 22/12/2019.

de animais, entre outros. Um dos efeitos principais disso é sobre a disponibilidade de alimentos e a acessibilidade deles para povos rurais pobres (SILVA, 2019).

Concomitantemente, índices de sobrepeso e obesidade estão aumentando ao redor do mundo, principalmente em países em desenvolvimento – notadamente, África e Ásia. Ocorre, portanto, uma globalização da obesidade. O principal motivo para o aumento dessas condições é a incapacidade por parte dos sistemas alimentares de sustentarem dietas saudáveis. Enquanto o baixo custo de alimentos industrializados e ricos em gorduras trans e aditivos químicos os tornam opções cada vez mais acessíveis e disponíveis para a maior parte da população, alimentos frescos e nutricionalmente ricos normalmente tornam-se produtos mais caros e exclusivos. O padrão de consumo de alimentos mais baratos e com alto valor calórico é majoritariamente associado a ambientes urbanos de países de média e alta renda, embora os impactos negativos da insegurança alimentar sejam sentidos independentemente da localização geográfica ou renda (SWINBURN *et al.*, 2019; SILVA, 2019).

Segundo Swinburn *et al.* (2019), as pandemias da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas representam três das maiores ameaças à saúde humana. Destaca-se, também, a importância de ações que contemplem duas ou até mesmo as três frentes, na saúde global das populações, muitas delas relacionadas com a criação de modelos locais sustentáveis que prezem os benefícios para a sociedade para além do lucro financeiro, como benefícios sociais e ambientais. O fortalecimento de políticas e a implementação delas também é outro ponto destacado, tanto a nível internacional quanto relacionado à eficiência da governança local.

Nesse sentido, o combate às questões de segurança alimentar e nutricional vai muito além do segundo item (Fome Zero) dos ODSs, tendo impactos diretos na redução de pobreza, incentivo à educação, geração de empregos, empoderamento feminino e redução de desigualdades em todos os níveis – global, regional e local. Nessa direção, as longas distâncias percorridas pelas cadeias produtivas alimentares a nível industrial comprometem a segurança alimentar, além de contribuir para o desperdício de alimentos, desgaste ambiental, social e de saúde das populações. Thow e Patnaik (2019) indicam que para intervenções nutricionais significativas sejam realizadas, estas devem ser realizadas sob o contexto de políticas direcionadas à nutrição adequada, incluindo acesso a alimentos saudáveis, diversos e financeiramente acessíveis, assim como políticas sociais que promovam redução da pobreza e empoderamento feminino. Os autores apontam, ainda,

que políticas de natureza social são essenciais para alcançar segurança alimentar e nutricional, principalmente em regiões rurais.

Tendo dito isso, parte-se do pressuposto que um sistema agroalimentar, nutricionalmente adequado e a produção sustentável a nível local podem ser proporcionados pela AU, como um dos modelos de TSs de sistemas agroalimentares urbanos, principalmente em contexto de populações vulneráveis, com consequências positivas sobre a redução de desigualdades sociais e de gênero, além de outros impactos positivos relacionados ao combate das fragilidade da segurança alimentar e nutricional, e atuação em prol de uma rede de distribuição sustentável e acessível à população local. Nessa direção, a seguir são discutidos os fundamentos teóricos da AU e da AUP.

2.2 Fundamentos da Agricultura Urbana

Mougeot (2000) e Duchemin (2013) referem-se à “agricultura urbana” como uma contradição de termos uma vez que, em sociedades contemporâneas, a agricultura é concebida como uma atividade própria da área rural, enquanto o urbano é concebido como o espaço da indústria e dos serviços. Nesse sentido, o termo integra as ideias associadas tanto ao universo urbano quanto ao universo rural (DUCHEMIN, 2013). Destaca-se a diferenciação sobre a natureza das práticas da agricultura *urbana* e *periurbana*, principalmente relacionada às relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas que essas práticas imprimem quando realizadas em locais com uma distinção tênue, mas clara. Aqui, embora a dicotomia clássica entre as categorias campo e cidade, representadas no rural e no urbano, traga a ideia de um avanço tecnológico e de processos de “urbanização” sobre o campo vindos da cidade, tanto a agricultura urbana e a periurbana possuem lógicas de organização próprias a partir do uso do espaço e dos agentes sociais que as imprimem (MARQUES, 2012).

A observação e análise decorrente da agricultura urbana e periurbana ainda estabelecem um indicativo dos fluxos de produção e modelos de relação estabelecidos entre o campo e a cidade. Isso se dá principalmente a partir da investigação dos fluxos dos produtos; do capital (tanto de lucros gerados quanto de valor investido nas hortas); do trabalho e dos trabalhadores envolvidos; das técnicas de cultivo; da disponibilidade de recursos naturais (terra, água, adubo, sementes) e do conhecimento técnico e não-técnico (SHEPHERD e NUNAN, 1998).

Smit *et al.* (2001) afirmam que não existe consenso a respeito de uma definição única e abrangente universalmente a respeito da AUP. No entanto, segundo os autores, essas práticas existem a partir de oito fatores: (i) são continuações de práticas historicamente estabelecidas; (ii) advém da relação humana com a domesticação de animais e plantas; (iii) relaciona-se com a concepção e gestão de ambientes naturais e artificiais; (iv) é uma resposta à produção agrícola industrial; (v) a revolução digital permite acesso ao know-how de como cultivar em centros urbanos; (vi) é resultado da rápida urbanização pós-Segunda Guerra Mundial; (vii) advém de assentamentos construídos na urbanização contemporânea (moradias precárias, favelas, etc.); (viii) é resultado do aumento da população de baixa renda no mundo, isto é, da desigualdade social.

Mougeot (2000) explica o desafio referente às definições e diferenciações sobre a agricultura *urbana* e a agricultura *periurbana*, afirmando que a maioria dos autores define AUP em termos gerais, para desenvolver tipologias com a finalidade de organizar a análise de dados de pesquisas sobre o tema. No entanto, uma característica marcante da AUP é que ela é realizada em múltiplas unidades dispersas – em sua maioria pequenas – que juntas formam um sistema de fornecimento descentralizado localizado próximo ao sistema de consumo. Parte dessa produção é feita para consumo próprio e que outra parte é produzida para terceiros sob forma de vendas, trocas ou presentes. Uma característica comum é que a AUP produz alimentos que no mercado convencional possuem valores elevados, tais como ervas aromáticas, medicinais e frutas.

Stewart *et al.* (2013), ainda diferenciam a agricultura *intra urbana*, que ocorre dentro da cidade, em uma série de localidades, tais como áreas vagas, abandonadas ou subutilizadas; quintais, telhados e paredes de casas; em edifícios comerciais e empresas; e a agricultura *periurbana*, que acontece em bairros próximos das cidades em áreas que possuem características de paisagem rural, mas dependem da cidade em várias formas econômicas e sociais. Mougeot (2000, p. 11), utiliza o termo agricultura urbana (AU) para designar tanto a atividade *intraurbana* e a *periurbana*, afirmando que

a AU é uma indústria localizada dentro (*intraurbana*) ou na periferia (*periurbana*) de uma cidade, uma cidade ou uma metrópole, que cresce ou cria, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utilizando uma grande quantidade de recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados nessa área urbana e em seu entorno e, por sua vez, fornecendo recursos humanos e

materiais, produtos e serviços, em sua maioria, àquela área urbana.
(tradução nossa)

O autor argumenta que a característica distintiva essencial da agricultura urbana é sua integração no sistema econômico, social e ambiental urbano. O grau da integração entre esses sistemas depende do uso de recursos disponíveis na cidade, tais como terra, mão-de-obra, resíduos orgânicos e água. Na medida em que produz para os habitantes da cidade, gera impacto em termos de segurança alimentar, estímulo à economia local, coesão social, melhorias na saúde e no meio ambiente, redução da pobreza e significado cultural.

Em reflexão sobre o uso do termo entre pesquisadores do tema, Mougeot (2000) considera a AU como um movimento que não é linear nem isolado e que, portanto, não possui definição fixa. Isso implica em observar como a AU se posiciona em relação a outras atividades inter-relacionadas, tais como desenvolvimento urbano sustentável e segurança alimentar; sistemas de abastecimento de alimentos urbanos; produção e venda de insumos agrícolas; e manuseio pós-colheita e comercialização (MOUGEOT, 2000; ORSINI et al., 2013). O termo também é adotado por organismos internacionais com finalidade de traçar diretrizes e fomentar políticas em escala global para a AUP, tendo como eixo norteador a segurança alimentar e nutricional. A FAO (2014, p. 06) designa a AUP como

uma indústria que produz, processa e vende alimento em cidades médias ou grandes, espalhadas ao longo de áreas urbanas e periurbanas, onde se aplica métodos de produção intensiva, utilizando recursos naturais e resíduos urbanos para produzir uma diversidade de cultivos vegetais e animais.

A partir da década de 1990, o reconhecimento, a legitimação e a institucionalização da AUP foram realizadas por agências internacionais – quando se efetiva a identificação do tênue limite entre o espaço urbano e o espaço rural – pois apesar das práticas de agricultura possuírem representatividade, ainda eram consideradas ilegais por governos locais ou não recebiam qualquer apoio institucional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o Comitê de Agricultura Urbana; a ONU e outras agências internacionais criaram o Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional (IDRC/CDRI); a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e a Diretoria Geral de Cooperação Internacional da Holanda (DGIZ) criaram o Grupo de Apoio de Agricultura Urbana (OLIVEIRA, 2017).

As articulações, declarações e tratados assinados em nível internacional incluem a AUP principalmente como estratégia de segurança alimentar e alívio de pobreza por governos nacionais, apontando ainda para cooperações com agências internacionais com a finalidade de distribuir recursos financeiros e apoios técnicos destinados à AUP (OLIVEIRA, 2017). Na mesma direção, Ferreira e Castilho (2007) afirmam que a AUP vem sendo cada vez mais contemplada em termos de leis e ganhando territórios em contexto urbano em espaços que antes eram ociosos ou improdutivos. No entanto, cada país – e dependendo do regime de autonomia das unidades administrativas em relação ao poder central e de cada cidade dentro de um mesmo país – elabora programas, políticas públicas e implementa ações distintas em relação à AUP.

Trata-se de um fenômeno relativamente recente em diversos lugares do mundo, profundamente enraizado em práticas culturais de suas respectivas localidades, cidades e comunidades – seja qual for o nível de desenvolvimento social e econômico de cada país. Contudo, algumas características comuns permeiam o fenômeno e a experiência da agricultura urbana, movido principalmente pelos impactos e motivações descritos acima (SMITH *et. al.*, 1996; MOUGEOT, 2000). Nessa direção, cada país implementa ações e políticas públicas distintas em relação à AU.

Tendo em vista os diferentes níveis de desenvolvimento econômico, social, localização geográfica, características culturais distintas, aqui seguem alguns exemplos para ilustrar essas diferenças: a agricultura urbana praticada em Havana, Cuba, é considerada um elemento fundamental na superação da crise de abastecimento após o colapso do Bloco Socialista em 1989 (KOONT, 2008). Em 1959, após a revolução cubana, a política nacional de desenvolvimento agrícola previa um processo de produção altamente mecanizado e com uso intensivo de agrotóxicos tendo como objetivo a exportação, principalmente da cana-de-açúcar (NOVO and MURPHY, 2000).

Na década de 1980, a maioria dos alimentos consumidos em Cuba era importada devido às trocas com o Bloco Socialista. No entanto, após o colapso do bloco em 1989, Cuba passou a não ter mais acesso a alimentos importados, a combustíveis fósseis e a insumos agrícolas dos quais dependia para suas exportações. Em 1994, as importações caíram fortemente, lançando Cuba a uma severa crise agravada pelas medidas do embargo imposto pelos EUA. A escassez de alimento foi mais grave em Havana do que em outras regiões do país, o que levou o governo a racionar alimentos para garantir o mínimo de

alimentos para a população distribuídos de maneira equitativa (NOVO and MURPHY, 2000).

Havana não tinha setor de produção de alimentos nem infraestrutura dedicada à produção de alimentos. A gravidade da escassez de alimentos levou os residentes a plantar, espontaneamente, alimentos nos pátios de prédios, nas varandas, em telhados e nos terrenos baldios perto de suas casas. Nesse processo, vizinhos começaram a plantar juntos culturas como tomate, banana e feijão, entre outros. Em alguns casos começaram a criar pequenos animais como coelhos e galinhas. De 1992 a 1994 houve a criação e desenvolvimento significativo de fazendas urbanas na cidade de Havana. No entanto, a maioria desses produtores urbanos não tinha acesso a insumos agrícolas nem conhecimento sobre produção em pequena escala e agroecológica (PINDERHUGHES, 2000, p.01). O arcabouço institucional e legal para essas práticas sociais começou a ser construído a partir dos anos 1990, com a criação de uma comissão que foi convertida no *Movimiento Nacional de Agricultura Urbana*, liderado pelo interdisciplinar Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), com sede no Instituto de Investigações Fundamentais na Agricultura Tropical (INIFAT) em Havana (KOONT, 2008).

O governo criou também o Ministério da Agricultura de Cuba³⁶ e o Departamento de Agricultura Urbana em Havana para responder às necessidades das pessoas por informação e insumos agrícolas através da criação de cursos de curta duração, bancos de sementes, controles biológicos, compostagem, ferramentas, etc. O Departamento assegurou os direitos de uso da terra para todos os produtores urbanos, criando leis para a produção de alimentos em terras não utilizadas. Centenas de lotes vagos, públicos e privados, foram transformados em jardins e fazendas, planejadas com um conceito que previa direito livre e indefinido de uso de terras públicas para jardinagem baseadas em um *ethos* de “produção de alimentos na comunidade, pela comunidade e para a comunidade” (PINDERHUGHES, 2000, p. 02, *tradução nossa*). Esta infraestrutura para a agricultura urbana apoiada pelo Estado permitiu que milhares de cubanos se envolvessem na produção de alimentos em Havana.

Outro caso latino-americano é o da cidade de Rosário, na Argentina, onde a agricultura urbana foi um elemento de superação da crise econômica de 2001, que submeteu a população a um estado crítico de pobreza devido às altas taxas de desemprego.

³⁶ Ver: <https://www.minag.gob.cu/> Acesso em 17/03/2019

Tendo em vista que a população tinha dificuldade para se alimentar, os moradores da cidade começaram a plantar por conta própria. Durante esse período, foi criado o Programa de Agricultura Urbana³⁷, com sede na Secretaria de Promoção Social do Município de Rosário, que tinha como objetivo fomentar a produção de alimentos inclusiva, especialmente em bairros socialmente vulneráveis, com os seguintes objetivos: (a) melhorar as paisagens dos bairros; (b) criar mercados que liguem diretamente agricultores e consumidores; (c) promover o desenvolvimento local através da integração de homens e mulheres em empreendimentos e produção social de alimentos com técnicas agroecológicas; (d) gerar redes solidárias para a produção, circulação e consumo de alimentos saudáveis (LATTUCA, 2012; 2018).

Em 2014, o programa contribuiu para criar a Secretaria Nacional de Agricultura Familiar³⁸, e a experiência de Rosário foi importante referência para que agricultores familiares urbanos fossem reconhecidos enquanto categoria, permitindo-lhes registro no Cadastro Nacional de Agricultores Familiares. Esse registro “lhes confere o direito a benefícios em termos fiscais e previdenciários. Dessa forma, os agricultores urbanos consolidaram sua própria identidade e sua legitimidade social e política no desenvolvimento urbano” (LATTUCA, 2018, p. 43). A política pública de agricultura urbana de Rosário tem demonstrado

seu potencial para o desenvolvimento sustentável, e permitindo a partir de sua consolidação para construir viabilidade política para enfrentar vários desafios para ser um espaço de inclusão social para os setores mais vulneráveis, inserindo-os também em espaços da cidade, através da comercialização em feiras localizadas em locais centrais (LATTUCA, 2012, p. 101).

No contexto de países africanos, a agricultura urbana levanta cenários marcadamente diferentes sobre o real papel e o potencial de produção de alimentos em suas cidades (CRUSH, HOVORKA, TEVERA, 2011). A AUP na África tem sido considerada uma resposta viável de subsistência frente ao complexo desafio de alimentar uma crescente massa de moradores urbanos em meio a uma diminuição da produção de alimentos, mas a aparente falta de vontade política necessária para promovê-la se reflete em quadros políticos de fraca ou ausente capacidade de implementação (D’ALESSANDRO *et al.*, 2016).

³⁷Ver: <https://www.rosario.gob.ar/web/ciudad/economia-social/agricultura-urbana> Acesso em 17/03/2019

³⁸Ver: <https://www.argentina.gob.ar/agroindustria/agricultura-familiar-coordinacion-y-desarrollo-territorial/subsecretaria> Acesso em 17/03/2019

Esse tipo de prática em grandes cidades densamente povoadas, principalmente em locais que não possuem regulamentação estatal e incentivos governamentais – sejam esses de natureza financeira ou outra – refletem também uma ação de retomada, ressignificação e da própria realidade do urbano (NAGIB, 2016; OLIVEIRA, 2017). Essas ações possuem um impacto positivo direto nas decorrências mais conhecidas da AUP, como geração de renda e empregos, maior acesso à diversidade nutricional por populações de baixa renda, entre outros (HOORNWEG and MUNRO-FAURE, 2008). Sendo assim, e principalmente considerando desafios ambientais, sociais e econômicos contemporâneos e emergentes – como as mudanças climáticas, crises migratórias, conflitos violentos, desigualdade social e de gênero, crescente e incertezas econômicas, entre outras – os impactos da agricultura urbana incidem em três macro campos, sendo eles o social, o ambiental e o econômico (SMITH *et. al.*, 1996; MOUGEOT, 2000).

Nessa direção, a seguir é discutida a literatura que aborda a agricultura urbana em relação às questões associadas à vulnerabilidade social, tais como a segurança alimentar e nutricional; o empoderamento feminino associado à questão de gênero e justiça social; empreendedorismo social; e valorização de saberes indígenas; educação ambiental e eco-pedagogia – temas que emergiram a partir da pesquisa de campo.

2.2.1 Segurança Alimentar e Nutricional

Na dimensão social, destaca-se a segurança alimentar e nutricional especialmente para a população de baixa renda. No Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346 de 2016)³⁹ que estabelece o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – apresenta o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, que consiste

na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Ademais, esse conceito inclui a o acesso, a disponibilidade e a utilização para ser executada (RIELY *et al.* 1999). Em grandes cidades, a SAN é viabilizada principalmente por meios monetários, diferenciando-a de localidades rurais, onde existe maior probabilidade de pessoas cultivarem seus próprios alimentos (FAO, 2016). A distribuição

³⁹ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em 21/07/2019.

de alimentos depende de uma cadeia altamente complexa que inclui ampla logística para que o alimento alcance todas as áreas da cidade. Mougeot (2005) aponta que a AUP – juntamente com políticas macroeconômicas que envolvem emprego, renda, mercado e preço de alimentos – são os fatores que determinam o acesso ao alimento nas cidades⁴⁰.

Apesar de fatores não controláveis como eventos climáticos extremos e macroeconômicos, os benefícios sociais da AUP são relacionados principalmente ao fortalecimento comunitário e estreitamento de laços sociais. Estes elementos são amplamente discutidos em diversos estudos, que ressaltam a troca protagonizada pelos atores sociais que atuam direta ou indiretamente nas hortas, estabelecendo, assim, novos tipos de relação com o espaço, com a vizinhança, a natureza, o alimento e o próprio corpo (ZEEUW *et.al.* 2011; CABANNES, 2005).

Em um estudo sobre uma horta urbana localizada na região metropolitana de São Paulo, seus participantes relataram a ampliação da sociabilidade entre os integrantes em espaços para além daqueles destinados à realização das atividades de agricultura, contribuindo para a “melhoria da relação familiar, o desenvolvimento de processos solidários e cooperativos e o aprimoramento do relacionamento interpessoal dos participantes dentro e fora do [local de atividades]” (RIBEIRO *et al.* 2015, p. 737 – 738).

2.2.2 Justiça social e de gênero

Nos últimos anos é crescente o interesse acadêmico relativo à questão de gênero na AU em diversos países do mundo. Ressalte-se os estudos de caso de países como Gana, Uganda, Zimbábue, Quênia, Senegal, Índia, Filipinas, Peru, Argentina, México analisados no livro *Women Feeding Cities: Mainstreaming gender in urban agriculture and food security* (HOVORKA *et al.*, 2009); e as pesquisas divulgadas no dossiê intitulado “Gênero e Agricultura Urbana”⁴¹, da Revista de Agricultura Urbana do Programa RUAF Foundation (*Resource Centres on Urban Agriculture and Food*

⁴⁰ Nesse âmbito, recentemente pudemos testemunhar uma questão de ordem macroestrutural incidindo no acesso ao alimento como, por exemplo, no caso da greve dos caminhoneiros no Brasil, também chamada de “A Crise do Diesel”, ocorrida em maio de 2018. A crise ocorreu devido à insatisfação de caminhoneiros autônomos com o preço do combustível, o que comprometeu todo o sistema de distribuição nacional, exportação de alimentos e de acesso a inúmeros outros produtos, ocasionando aumento significativo em seus preços. A crise terminou com intervenções do Exército Brasileiro e da Polícia Rodoviária Federal para desbloquear as rodovias. Ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,greve-de-caminhoneiros-afeta-abastecimento-de-frutas-e-verduras-diz-associacao-de-supermercados,70002320890> Acesso em: 20/07/2019.

⁴¹ Ver: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU12/AU12.html> Acesso em 30/07/2019.

Security)⁴². O livro e o dossiê enfatizam que, mesmo diante de todas as adversidades e opressões estruturais que as mulheres enfrentam, especialmente as de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a AUP se apresenta como um forte mecanismo de incentivo à autonomia e ao empoderamento feminino (RUAF, 2004; HOVORKA *et al.*, 2009).

A participação das mulheres em questões relacionadas ao acesso e à produção alimentar são entrecortadas por aspectos estruturais da cultura patriarcal, amplamente manifestadas nos altos índices de desigualdade social e de gênero, especialmente em relação às mulheres negras (RUAF, 2004; HOVORKA *et al.*, 2009; SILIPRANDI, 2009). Essas questões impactam profundamente a experiência de mulheres no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. Segundo Castro e Lara (2015, p. 32)

milhares de mulheres são submetidas a uma vida de injustiça social, marcada por carências materiais. Esta situação de pobreza é ainda mais grave entre as mulheres rurais e está indissoluvelmente ligada à desnutrição das mulheres e das crianças. Da mesma forma, a má-nutrição, produto da expansão maciça da chamada *junk food* (comida de plástico), de menor custo, afeta mais as mulheres e crianças que sofrem de pobreza e de insegurança alimentar.

A discriminação existente nos sistemas de produção também acarreta o antagonismo atribuído às mulheres no ciclo de produção alimentar contemporâneo, que foi tomado pela escala industrial de mercado, realizada para meios automáticos de produção, relacionados com um modo de produção capitalista. Nessa direção, o questionamento das lógicas de produções industriais com o uso de produtos tóxicos e a degradação ambiental são os pilares do ecofeminismo – corrente do feminismo que se desenvolveu a partir da década de 1960 nos Estados Unidos, aliada ao movimento de contracultura (CASTRO e LARA, 2015; SILIPRANDI, 2009).

A AUP, pensada enquanto estratégia de alívio de pobreza e empoderamento feminino, evidencia maiores índices de participação e protagonismo feminino relacionado à autonomia financeira, através de geração de renda; e social, por meio do fortalecimento de redes de apoio e posição social dentro da comunidade em que estão inseridas, conforme aponta o estudo de Hovorka *et al.* (2009, p. 14 – 16)

(...) a AU é, em muitos casos, especialmente efetiva e eficiente para mulheres casadas com filhos, ou para mulheres que são chefes de família, porque com frequência (mas não sempre), a atividade é feita

⁴² Ver: <https://www.ruaf.org/> Acesso em 30/07/2019.

perto de sua casa e combina com suas responsabilidades domésticas. A AU requer pouco dinheiro, dado que pode ser realizada com relativamente baixo investimento, tecnologia e insumos. Portanto, é atingível e sustentável para mulheres com pouca educação e recursos, e com frequência, estimula o uso de práticas indígenas. (...). O dinheiro que recebem da AU pode fortalecer a posição social da mulher dentro de casa e na comunidade. (...) A AU não só permite que as mulheres consigam atender as necessidades diárias de suas famílias, mas também fornece um potencial canal para aumentar sua independência, confiança e a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida. (*tradução nossa*)

Entrecortados pela questão de gênero, encontram-se estudos sobre a AUP críticos à percepção virtuosa atribuída ao tema – de acesso a alimentos frescos, benefícios ambientais, potencial pedagógico, geração de emprego e renda, entre outros – que podem encobrir desigualdades estruturais, dificultando reais transformações sociais e política. Dessa forma, engendrar justiça social e ambiental requer ir além das noções técnicas de produção de alimento em área urbana e de elencar seus benefícios óbvios, para abordar questões estruturais como o racismo e as profundas desigualdades sociais, de gênero e econômicas. Nessa direção, no livro *Beyond the Kale*, Reynolds e Cohen (2016) argumentam que os projetos de agricultura urbana focados diretamente na desconstrução de sistemas opressivos possuem maior potencial para engendrar mudanças sociais substanciais e significativas a longo prazo. O livro é permeado por casos de agricultores e hortelões urbanos que cultivam alimentos saudáveis em suas comunidades, usam esses espaços e realizam atividades para desestabilizar dinâmicas de poder e de privilégio que perpetuam a manutenção das desigualdades estruturais.

Ressalte-se ainda a crítica de McClintock (2014) à AUP enquanto sinônimo de sistemas alimentares sustentáveis que denuncia e contrapõem o sistema agroalimentar industrial, cuja tendência é de preencher espaços antes ocupado por medidas de proteção social e que atualmente possuem um caráter neoliberal. O autor atenta justamente para as contradições inerentes aos processos da AUP, que inicialmente surge como um contramovimento popular e atualmente é, em grande medida, um instrumento de fortalecimento de políticas públicas de urbanização neoliberais. Nessa direção, há um risco de polarização analítica da AUP em duas vertentes: o da “agricultura urbana ativista” e o da “agricultura urbana neoliberal”, o que pode representar um perigo para a análise da complexidade do fenômeno, conforme explica o autor:

A agricultura urbana passou a representar uma rejeição radical de um sistema agroalimentar que canalizou as externalidades da produção capitalista para áreas de baixa renda e para os corpos urbanos pobres.

Muitas iniciativas de agricultura urbana em todo o mundo estão recuperando a produção e o consumo de alimentos do mercado, reincorporando o sistema agroalimentar nas relações sociais, enfatizando a equidade, suficiência e benefícios ecológicos. Ao mesmo tempo, alguns desses programas estão simplesmente preenchendo as lacunas deixadas pela contenção do Estado neoliberal; eles evitam a fome, mas também podem evitar formas de políticas ativistas necessárias para reconfigurar radicalmente a sociedade. A agricultura urbana não é simplesmente radical ou neoliberal, mas ambos, operando em múltiplas escalas. Portanto, é fundamental ir além desse dualismo. Críticas existentes da natureza neoliberal da agricultura urbana podem ser contraproducente, (...) sobre como superar essas contradições. Ao mesmo tempo, as afirmações Panglossianas⁴³ da capacidade infinita da agricultura urbana de promover empregos verdes, segurança alimentar, alimentação saudável e a mitigação dos gases de efeito estufa acabará se revelando decepcionante. Em última análise, identificar e compreender esses processos diferentes e contraditórios requer análise em vários níveis – individual, organizacional, bairro, cidade, regional, nacional, global – em vários períodos para capturar as várias escalas espaciais e temporais em que esses processos operam (MCCLINTOCK, 2014, p. 165, *tradução nossa*).

Baseado na premissa do autor, esta pesquisa busca dar vazão à complexidade do fenômeno da AUP em regiões vulneráveis sem se ater às perspectivas “neoliberal”, “radical” ou “reformista”, mas justamente analisar a multiplicidade de agentes e as contradições dos processos envolvidos na produção da agricultura urbana – que são multifacetados – e incluem concepções norteadoras das mais diversas.

2.2.3 Dimensão econômica

Das dimensões levantadas, o âmbito que tem recebido maior atenção de estudos ao longo da última década é o econômico, especialmente no que se refere às questões de logísticas intraurbanas de distribuição alimentar; de alívio da dependência das redes convencionais de supermercados; da resiliência em casos de ruptura do modelo de produção em escala industrial; e das situações de escassez nutricional, de modo a garantir e ampliar o acesso à alimentação – financeira e geograficamente acessíveis a nível local. Outro item da dimensão econômica é a questão do fortalecimento da economia local, em contraponto aos significativos impactos gerados pela produção de monocultura em grande escala – como o custo de produção, distribuição, embalagens, transporte e armazenamento (MARTINEZ *et al*, 2010).

⁴³ Panglossiano – que se refere ao doutor Pangloss, personagem do romance *Cândido*, de Voltaire. É um sujeito definido pelo exagero de otimismo e pela tendência de ver o melhor lado das situações mesmo frente às adversidades. Sinônimo de otimista ingênuo; excesso de otimismo; que tudo vai dar certo; que nunca perde a esperança diante de grandes adversidades.

No caso da AUP, além da economia financeira e de recursos trazidos pela alternativa ao sistema produtivo industrial, ocorre também o fortalecimento da economia local, decorrente das trocas monetárias e circulação que ocorrem dentro da comunidade. A diminuição dos custos na cadeia de produção também reflete em preços mais baixos no produto final repassado ao consumidor, impactando diretamente em uma economia da porcentagem do orçamento financeiro familiar destinado à alimentação, ao mesmo tempo em que oferta alimento com qualidade e variedade nutricional muitas vezes maior do que aquele oferecido em centros de compras (OLIVEIRA, 2017). Ademais, a agricultura urbana pensada enquanto modelo alternativo de produção de alimentos é frequentemente associada ao conceito e prática de economia solidária (NAGIB, 2016). Segundo Paul Singer (2008 p. 289), a economia solidária é definida como

um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto.

Essa forma de organização econômica pautada pela autogestão é inerente a alguns tipos de hortas comunitárias. Pensadas enquanto um conjunto de práticas democráticas pautadas pela igualdade e respeito, elas podem atuar como um mecanismo de luta emancipatória na forma de uma guerrilha simbólica, não a partir da violência, mas da ação politizada de retomada do espaço urbano e da lógica de produção, desafiando a lógica vigente do capital (NAGIB, 2016). Apesar de muitas hortas comunitárias terem caráter de contestação do *status quo* capitalista neoliberal e de engendrar práticas voluntárias, são notórios também projetos de agricultura urbana que carregam múltiplos sentidos de empreendedorismo, nos quais a geração de renda e emprego são seus objetivos, conforme discutidos a seguir.

2.2.4 Dimensões do empreendedorismo⁴⁴ – social, popular e feminino

É fato que o desenvolvimento urbano sem planejamento ambiental engendrou processos catastróficos ao meio ambiente e à sociedade (enchentes, inundações, deslizamento de terra, entre outros) e que a instalação de grandes indústrias e fábricas são associadas à produção de poluentes altamente nocivos ao ser humano e aos ecossistemas.

⁴⁴ Uma breve história do empreendedorismo social será traçada no próximo capítulo, referentes aos processos históricos que engendram a prática nos EUA, na Europa e no Brasil.

Nessa direção, a AUP também se tornou objeto de iniciativas com caráter de empreendedorismo social, tendo em vista a diminuição desses impactos e a promoção de ações e projetos que sejam úteis ao meio ambiente, à diminuição de mazelas sociais e à geração de renda (ANASTACIO, 2018).

Nessa direção, Lima *et. al.* (2019) afirmam que o empreendedorismo social é intrínseco à expansão urbana associada ao desenvolvimento sustentável. Os autores destacam que as cidades são polos em constante expansão e, em muitos casos, desgovernado e sem o mínimo de planejamento. Nesse âmbito, a AUP é pensada como um dos elementos do planejamento urbano sustentável (DAMASIO, 2015). Azevedo *et. al.* (2020) salientam que, em se tratando de AUP, diferentes pontos precisam ser ajustados para que as ações, de fato, gerem benefícios, como modelos de ações sociais, alinhados com a noção de responsabilidade social e a preservação dos recursos naturais. Ou seja, uma vez que uma das finalidades da AUP é o desenvolvimento urbano sustentável, visando a produção e alimentos de modo menos agressivo ao meio ambiente, é fundamental a participação da população nesses processos.

Assim, ao considerar a agricultura urbana como um fenômeno que também busca o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente, entende-se que sua prática promova ações baseadas em novos tipos de articulações sociais com diversos agentes, tendo em vista atacar as desigualdades estruturais (AZEVEDO *et. al.*, 2020). Ademais, o empreendedorismo popular visa a inclusão social da parcela da população que não possui acesso a recursos econômicos, a exemplo de pessoas desempregadas por longo período, moradores de rua, entre outros, através da geração de um quadro estável de renda (BOSE, 2012). Um aspecto relevante é a busca por sujeitos que tornem esse movimento ativo e, de fato, gerem os resultados como alvo da participação popular no contexto produtivo e econômico. Na visão de Serpa (2018, p. 36):

Se for verdade que as identidades (étnicas, de gênero, de classe, regionais, territoriais, nacionais etc.) pululam no mundo contemporâneo, que elas são dinâmicas e processuais e não estáticas, então se faz necessário que haja espaços onde essas identidades possam se confrontar, explorar e negociar suas contradições, ou seja, “espaços públicos” reais e concretos. Porque, senão, o que temos são identidades sociais e espaciais concebidas pelo Estado (em todas as suas escalas) que, em geral, não correspondem às experiências identitárias das populações dos bairros, das cidades, dos países, dos territórios e regiões institucional e oficialmente demarcados.

Dessa forma, o empreendedorismo popular é associado às camadas sociais que, historicamente, são estigmatizadas pelas sociedades, uma vez que seu principal objetivo é a inclusão social, o desenvolvimento econômico e transformações de identidades para além daquelas estabelecidas pelas estruturas sociais clássicas. Nesse sentido, destacam-se membros da sociedade que antes eram estigmatizados e agora são agentes participantes e produtores de processos de produção, ocupando espaços que outrora eram impensáveis devido às barreiras sociais, revelando o amplo potencial de desenvolvimento social e econômico no campo do empreendedorismo popular.

Dentre os públicos que se destacam estão as mulheres empreendedoras que avançam cada vez mais no mundo dos negócios em diferentes áreas. Segundo Floriano (2013), o público feminino se destaca no universo do empreendedorismo por conta de fatores comportamentais tidos como característicos do sexo e ressalta a invalidade do argumento a respeito das diferenças biológicas como justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres. Nessa direção, Floriano (2013, p. 26) aponta que

As principais particularidades do sexo feminino, na maioria das vezes, são apontadas como sendo: a sensibilidade, o uso da intuição para analisar situações e resolver problemas, o detalhismo, a presença de grande carga emotiva no que diz respeito à condução de relacionamentos e a multifuncionalidade. Mulheres costumam, ainda, promover a colaboração e a união entre as partes e terem facilidade para planejamentos de longo prazo.

Apesar disso, o empreendedorismo feminino ainda não se desenvolve em toda potencialidade devido a inúmeros fatores, tais como as desigualdades estruturais e naturalização da violência contra a mulher provocadas pela cultura machista que influencia, também, o mercado. Tendo em vista que o empreendedorismo popular abrange o empreendedorismo feminino, este remete a ações que promovam o desenvolvimento sustentável em comunidades lideradas por mulheres. Nessa direção, a própria família pode ser considerada uma comunidade em que a mulher exerce o papel de chefe da família. Cunha e Spanhol (2014) ainda afirmam que mulheres possuem características inatas de liderança e empreendedorismo, que se desabrocham mediante o destaque e protagonismo feminino, a exemplo das organizações de base das periferias das grandes cidades, muitas lideradas por mulheres. Ademais, hortas urbanas em espaços ociosos são exemplos de projetos que viabilizam a geração de renda de famílias carentes que, em muitos casos, também são lideradas por mulheres.

2.2.5 Dimensão ambiental

Os aspectos ambientais que incidem sobre a AUP em grandes cidades são de três ordens: (a) desenvolvimento territorial, verificado na crescente expansão do território urbano ao longo dos últimos anos, na diminuição de terras destinadas à produção agropecuária e na crescente complexidade ao redor da logística da produção alimentar; (b) o reuso e reciclagem de dejetos urbanos que podem ser utilizados como matéria-prima orgânica para a produção da AUP; (c) resiliência às alterações ambientais trazidas pelas mudanças climáticas, como inundações, enchentes e períodos de seca estendida, bem como alterações no microclima e melhoria dos níveis de poluição das áreas nas quais se realiza a AUP (OLIVEIRA, 2017).

Além desses, Stewart *et al.* (2013) indicam que existem alguns riscos e desvantagens à prática da AUP no âmbito da saúde ambiental, como o risco à saúde potencializado pelo uso de fontes de águas urbanas não-tratadas, que pode contaminar os alimentos e levar a proliferação de doenças transmissíveis, posando um risco de saúde pública para a comunidade. Um outro aspecto também é a questão relacionada à qualidade do solo, erosão do solo ou ao uso de pesticidas em excesso – embora, como veremos adiante, a AUP está, em grande parte, estritamente relacionada com o cultivo orgânico.

No âmbito da relação entre meio ambiente e economia, a dimensão ambiental é estratégica no sentido de geração de valor sem causar danos ambientais. Para grandes empresas, a dimensão ambiental é imbuída de um universo que remete ao constante cuidado para com as inúmeras etapas da produção (JACOBI, 2003). Ademais, o aumento pela busca por alimentos orgânicos demonstra que esse mercado ganha força – conforme o público se conscientiza a respeito dos riscos associados ao uso exagerado de pesticidas na produção de alimentos e dos demais mecanismos comumente utilizados na agricultura convencional que agridem o meio ambiente. Por conta desses fatores, o tópico seguinte visa transcorrer a respeito da produção de alimentos orgânicos, a permacultura e a agroecologia.

2.3 Alimentos orgânicos, a permacultura e a agroecologia⁴⁵

Os alimentos orgânicos, a permacultura e a agroecologia fazem parte de uma matriz teórica e de prática que critica severamente – especialmente a permacultura e a

⁴⁵ A produção de alimentos orgânicos é prática em todas as hortas desta pesquisa; a permacultura e a agroecologia são concepções norteadoras do Viveiro Escola União de Vila Nova e do Planta Periferia; e a agroecologia da Horta da Mateo Bei e Horta Sabor da Vitória.

agroecologia – os modos de produção agrícolas extensivo-industrial, com o uso de aditivos químicos, denunciando-os como eixos centrais da exploração da natureza, do ser humano e dos animais. Como veremos adiante, esses conceitos estão intrinsicamente relacionados com as práticas de AU em São Paulo e, em certa medida, em Lisboa, e compõem um quadro de elementos centrais para entendimento e análise dessas práticas em ambas as cidades. Para entender esses conceitos, é necessário, antes, entender ao modelo a que eles se opõem – o industrial-extensivo – brevemente explicado a seguir.

2.3.1 Breve história da agricultura e a Revolução Verde

Não existe consenso a respeito da origem da atividade agrícola na história. Inúmeros autores das mais diversas áreas do conhecimento – biologia, econômica, história, agronomia – tentam responder à pergunta “porque começamos a cultivar alimentos?”⁴⁶ (COHEN, 1978; KUEPPER, 2010). Da hipótese sobre o advento da atividade agrícola à primeira revolução agrícola, a principal mudança deu-se com o início da Revolução Industrial, que começou entre 1760-1780, estendendo-se até 1830-1840 na Grã-Bretanha. Nesse período, os processos de produção artesanais foram substituídos pela manufatura em fábricas, fortemente marcados pelo uso de produtos químicos, produção de ferro, uso de energia a vapor, carvão e água em escala industrial, bem como a mecanização da agricultura e fabricação de têxteis. Depois da Grã-Bretanha, a revolução se estendeu pela Europa Ocidental e pelos EUA. Esses processos industriais tiveram profundos impactos nas condições culturais, sociais e econômicas da época (HOBSBAWM, 2003).

Os efeitos da revolução industrial na agricultura acarretaram a criação de novos padrões de rotação de culturas e utilização de animais, abrindo caminho para rendimentos

⁴⁶ Do ponto de vista da antropologia evolutiva, Cohen (1978) propõem duas noções sobre as causas subjacentes à revolução agrícola: (a) a agricultura fez parte de uma evolução da cultura, passando pelo estágio de selvageria, barbárie e civilização, e (b) a agricultura foi criada devido à pressão populacional ou mudanças climáticas. A primeira noção faz parte da doutrina marxista, que o autor rejeitou. Nessa direção, a segunda foi adotada para explicar essa transformação. O argumento parte do questionamento sobre as razões para o cultivo do alimento, uma vez que o homem poderia viver como caçador-coletor? A resposta é baseada em duas noções materialistas: em termos nutricionais, um caçador-coletor tem uma dieta superior à do agricultor e o trabalho exigido deles é muito menor que o de agricultores. Então porque começaram a plantar se caçar e coletar é mais vantajoso, tendo em vista que sabiam o suficiente sobre a domesticação de plantas? Porque estavam famintos e a única vantagem da atividade agrícola é o fato de produzir mais calorias comestíveis por unidade do que a caça e a coleta, portanto, a densidade populacional desencadeou a atividade agrícola. Para validar o argumento, o autor apresenta uma intensa revisão do período pré-agrícola da história com a qual demonstra que, à medida que a população mundial aumentava, as práticas de subsistência se diversificavam.

de culturas em larga escala. O cercamento de terras, aprovado na Grã-Bretanha no século XVII, permitiu que a aristocracia adquirisse campos que eram *bens comuns* e os tornasse *bens de produção*, expulsando os pequenos agricultores ou comprando suas terras, causando-lhes a migração, que então passaram a procurar trabalho assalariado nas cidades. Esses trabalhadores forneceriam o trabalho braçal para novas indústrias durante a chamada Revolução Industrial. O imperativo desses processos era exclusivamente o crescimento econômico, em detrimento do meio-ambiente e das relações sociais (HOBBSAWM, 2003).

Ainda de acordo com Mazzoleni e Nogueira (2006, p. 268) “ao invés de desenvolver conhecimentos e inovações para produção agrícola sem agressões ecológicas, o mundo científico e empresarial caminhou, ou melhor, correu para o outro lado”. Esse modo de produção agrícola estendeu-se durante as Guerras Mundiais e diante das perdas ocasionadas pela guerra, as políticas de Estado de desenvolvimento macroeconômico entraram em cena para direcionar a produção agrícola em larga escala.

Nos EUA, pós-Segunda Guerra Mundial, houve um processo de modernização agrícola cujo objetivo era alinhar as áreas rurais com valores das relações de mercado em um programa liderado pela Rockefeller Foundation. O programa trabalhava em duas frentes: a técnica, relativa à pesquisa em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas para aumentar a produtividade em climas e solos específicos; e a psicológica-social, transmitindo aos agricultores o desejo de se comportarem como sujeitos prudentes e empreendedores, incitando um comportamento desejável para os meios de perpetuação do programa. Esse programa desencadeou a Revolução Verde, que ocorreu no final da década de 1940 e, ao longo dos anos 1950 e 1960, lançou mão de um discurso ideológico – em contexto de Guerra Fria – de aumentar a produção de alimentos com o propósito de acabar com a fome no mundo. Dessa forma, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, através de vendas de amplos pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como México, Brasil e Índia (NALLY and TAYLOR, 2015).

Nesse momento, a economia agrícola enfrentou o desafio da superprodução. Os avanços tecnológicos juntamente com a introdução de máquinas movidas a gasolina e energia elétrica, o uso generalizado de pesticidas e fertilizantes químicos, provocaram o aumento da produção (BENEDICT, 1953). Para ajudar a consumir culturas excedentárias, o congresso americano criou um programa de alimentos que exportou produtos agrícolas

para países mais pobres. Os defensores de tal política argumentaram que as remessas de alimentos poderiam promover o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Grupos humanitários conceberam esse programa como uma forma dos EUA compartilhar sua abundância. Em 1964, o governo decidiu usar alimentos excedentes para alimentar as camadas mais pobres da população. Nesse sentido, durante o programa “Guerra contra a Pobreza”, elaborado no mandato do presidente Lyndon Johnson (Partido Democrata, 1963 – 1969), o governo lançou o programa federal *Food Stamp*, oferecendo a pessoas de baixa renda cupons que poderiam ser aceitos como pagamento de alimentos por supermercados (GARDNER, 2000).

Nessa direção, se por um lado, as políticas e programas da Revolução Verde pregavam a monocultura extensiva para alimentar o mundo e acabar com a pobreza, por outro lado, ambientalistas e conservacionistas atacavam fortemente esses programas e políticas agrícolas, afirmando que elas surtiavam graves efeitos colaterais no solo e na vida humana (BARTON, 2001; KUEPPER, 2010). Esse sistema de produção de alimentos, cultivados em enormes fazendas de monoculturas e extensivas instalações de produção animal, é fortemente dependente de insumos químicos, tais como fertilizantes sintéticos e pesticidas. Os fertilizantes são necessários porque cultivar a mesma planta (e nada mais) no mesmo lugar, ano após ano, rapidamente esgota os nutrientes que a planta necessita, e esses nutrientes precisam ser reabastecidos de alguma forma. Os pesticidas se tornam necessários porque os campos de monocultura são altamente atraentes para certas ervas daninhas, pragas e insetos (KIMBREEL, 2002; KUEPPER, 2010; PAULL, 2014).

No Brasil, a Revolução Verde foi desenvolvida no auge da ditadura militar na década de 1960 – e profundamente influenciada pelo modelo de Revolução Verde dos EUA – tendo em vista a industrialização da produção agrícola em larga escala mantendo o histórico modelo de latifúndio. De acordo com Zamberlam e Fronchetti (2001, p. 17), o governo brasileiro implementou a Revolução Verde através das seguintes estratégias:

divulgação das propostas e investimentos; concessão de espaços para os organismos internacionais; envio de professores, técnicos e pesquisadores para o exterior a fim de serem treinados e vinda de técnicos desses centros internacionais para efetuarem treinamentos no Brasil; atração de empresas transnacionais para o país a fim de produzirem insumos (químicos), máquinas e equipamentos e de indústrias processadoras de matérias primas agrícolas. Chegaram a Ford, Shell, Ciba-Geigy, ICI, UNILEVER, Du Pont, Bayer, Basf, Stauffer, Dow Química, Pfizer, Unon Carbide, Hoeschst, Monsanto, Rhodia, entre outras; criação de centros e órgãos de pesquisa, no Brasil,

para 'adequarem os produtos' à realidade do solo e do clima. Surge a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária), EMBRATER (Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), as EMATERs (Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural) e as cooperativas fundam seus centros de pesquisa também com a mesma finalidade; estímulo ao surgimento de cooperativas de comercialização agrícola para organizar os agricultores e introduzi-los às novas práticas; reformulação do papel do Banco do Brasil, passando a ser um órgão financiador por excelência desse novo modelo.

Esse modelo de modernização da agricultura organizou a produção do espaço rural, acarretando transformações na estrutura agrária de todo o país, como pode ser visto na preferência por monoculturas de cana-de-açúcar, milho, arroz, soja e algodão para exportação e no modelo de agronegócio de produção agrícola. As consequências desastrosas do agronegócio são sentidas nos impactos ambientais, visto na extinção de espécies animais e vegetais provocadas pelo desmatamento e na contaminação de rios e lagos. Os impactos econômicos e sociais são nefastos, pois privilegiam produtos economicamente mais rentáveis na lógica da competição econômica neoliberal, exploram e marginalizam populações rurais e acarretam o êxodo rural (ZANBERLAM e FRONCHETI, 2001).

Nessa direção, no Brasil, historicamente, há uma enorme divisão entre dois atores de produção agrícola: o agronegócio-monocultor-exportador que destrói o meio ambiente, e os atores ligados à luta pela reforma agrária, os movimentos de justiça social no campo, como o MST, que incorporou métodos ecológicos de cultivo, e outros movimentos campestres de caráter socialmente emancipatórios que também prezam pela preservação ambiental. A seguir discute-se o surgimento dos movimentos em torno dos alimentos orgânicos nos EUA e no Brasil.

2.3.2 Alimentos orgânicos

Em contraposição à monocultura industrial e à dependência em fertilizantes e pesticidas sintéticos, nasce na década de 1940, nos EUA, e se desenvolve na década 1950, o Movimento Orgânico, marcado por forte discurso ambientalista (BARTON, 2001). No âmbito ideológico, Kuepper (2010, p. 02) elucida que

os pioneiros do movimento orgânico inicial foram motivados por um desejo de reverter os problemas da agricultura – erosão, depleção do solo, declínio das variedades de plantio de culturas, alimentos de baixa qualidade, pecuária e pobreza rural. Eles abraçaram uma noção holística de que a saúde de uma nação construída sobre uma vida útil depende da vitalidade a longo prazo de seu solo. Verificou-se que a saúde e a

vitalidade do solo estavam incorporadas na sua biologia e na fração de solo orgânica chamada *humus*. (tradução nossa)

O método da agricultura *humus* consiste em alimentar o solo com redes de alimento como bactéria, fungus, minhocas, insetos que digerem matéria orgânica para nutrir o solo. Esse método é oposto ao uso de fertilizantes, pois estes alimentam a planta diretamente, mas não o solo. O *humus* era amplamente utilizado por agricultores que não viam os benefícios de utilizarem fertilizantes inorgânicos, pois percebiam que não respeitavam a vida do solo. O termo *humus* não era muito utilizado, sendo substituído pelo termo *orgânico* e assim permanece até hoje (KUEPPER, 2010). Dessa forma o termo ‘agricultura orgânica’⁴⁷ passou a ser utilizado em diversas partes do mundo para referir-se a um tipo de agricultura que não faz uso de insumos químicos e fertilizantes (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006; KUEPPER, 2010).

A partir dos anos 2000, movimentos como os de *food justice* e o *localismo*, especialmente nos EUA, foram concebidos como ferramenta e arma social para combater os aspectos nocivos da crescente comodificação da vida. O localismo é um movimento alternativo de produção de alimento, que atua através de símbolos e práticas de resistência nos moldes de movimentos anti-capitalistas (KLOPPENBURG et al. 1996). Na Europa, esse movimento é marcado pela governança rural em consonância com a mudança gradual da Política Comum Agrícola da União Européia, como afirmam Dupuis e Goodman (2005, p. 360)

os adeptos dos sistemas alimentares locais na Europa, embora possivelmente menos propensos ao idealismo transformador radical dos movimentos sociais dos EUA, consideram a re-localização como estratégias para realizar um imaginário rural eurocêntrico e defender

⁴⁷ Etingoff (2017) desvenda as origens históricas do termo ‘agricultura orgânica’ através de uma compilação abrangente de valores, práticas e técnicas do passado e do presente, juntamente com a exibição de estudos de caso existentes sobre o desenvolvimento sustentável da agricultura orgânica. Além dele, o primeiro capítulo do livro *Sustainable Development of Organic Agriculture: Historical Perspectives* (2017) discute as múltiplas e possíveis origens do termo ‘agricultura orgânica’ na época moderna. Lord Northbourne é citado como o primeiro autor a utilizar o termo, antes mesmo de Sir Albert Howard. Lord Northbourne (1896-1982) cunha o termo ‘agricultura orgânica’ em seu livro *Look to the Land* publicado em 1940 (ETINGOFF, 2017). Lord Northbourne era fazendeiro, filósofo e escritor, possuía ávido interesse em sistemas biodinâmicos de plantio e nas dimensões metafísicas do contato com a terra. Em seu livro, ele apresenta a filosofia, o raciocínio e os processos sutis da agricultura orgânica ao invés de salientar a mecânica ou as técnicas de produção de alimentos orgânicos. As ideias contidas nesse livro tomaram vida própria e rapidamente o termo ‘agricultura orgânica’ se tornou mundialmente utilizado, começando especialmente pelos EUA e Austrália (PAULL, 2014).

sua identidade cultural contra uma globalização corporativa dominada pelos Estados Unidos. (*tradução nossa*)

No Brasil, observa-se uma mudança em relação à produção orgânica a partir da década de 1980. Contudo, foi principalmente a partir de 1992 que avanços significativos em relação aos orgânicos começam a acontecer (MAZZOLENI e NOGUEIRA, 2006). Nessa direção, Amantino e Mesquita (2003, p. 2) afirmam que

no Brasil, o processo de credibilidade de produtos orgânicos iniciou nos anos 1980, a partir da iniciativa de cooperativas de consumidores e produtores em privilegiar a garantia da qualidade de alimentos produzidos e comercializados como ecológicos, em contraposição aos produtos oriundos da agricultura convencional e aos efeitos negativos sobre a saúde e a natureza (o ambiente) constatados a partir do uso de agroquímicos durante a Revolução Verde. Essa iniciativa estava baseada no entendimento de haver uma diferença nos princípios que regem esse tipo de produção e a importância de lhe atribuir credibilidade. Em meados dos anos 90, começa um movimento no sentido de normatizar e regularizar a produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos no país. Inicia-se então um debate sobre um eixo regulação e auto-regulação na padronização de produtos e processos entre os diversos atores envolvidos, ONG's, representantes do Ministério da Agricultura, associações de produtores e de comercialização, etc.

A partir dos anos 1990, o modo de se pensar, as práticas, a regulamentação, os apoios institucionais e financeiros para agricultura orgânica no Brasil têm conquistado cada vez mais legitimidade e espaço (AMANTINO e MESQUITA, 2003; CERVEIRA e CASTRO, 1999). Hoje em dia a agricultura orgânica também incorporou um caráter de justiça social, como afirmam Mazzoleni e Nogueira (2006, p. 269): “a expressão ‘agricultura orgânica’ abrange todas as demais definições que atentem para o problema de desenvolver a agricultura de forma economicamente viável, social justa e ambiental correta”. Ressalte-se ainda o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que realiza, a longo prazo, investimentos em todos os setores da economia, inclusive na agricultura familiar e estimulou o fortalecimento de iniciativas de orgânicos (ORMOND *et ali.*, 2002).

A partir do exposto acima verifica-se que as ações em relação à produção de alimentos orgânicos no Brasil configuraram-se tanto torno da regulamentação, normatização, certificação e comercialização desses produtos – em maior escala – quanto da sua relação com justiça social e ambiental – em menor escala.

A partir dos anos 2000, os orgânicos foram adquirindo grande valor no mercado de alimentos por serem associados à alimentação saudável e à produção livre de

agrotóxico (LIPOVETSKY, 2007). Isso explica o valor que esses alimentos têm alcançado no mercado brasileiro, principalmente em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2018, os alimentos orgânicos movimentaram o montante de R\$4 bilhões em todo o Brasil, segundo dados⁴⁸ do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis). Uma matéria⁴⁹ realizada no Rio de Janeiro indicou que o preço dos produtos orgânicos pode chegar a custar até 257% a mais do que os produtos regulares.

Nessa direção, Lipovetsky (2007) aponta para a relação do homem com o consumo e, principalmente, para os novos tipos de consumo, na qual o localismo e os alimentos orgânicos estão inseridos, designando o *homo consumericus* que carrega preocupações como o consumo responsável, os efeitos no meio ambiente, as relações de solidariedade que se materializam na emergência dos produtos éticos e justos, social e ambientalmente. O hiperconsumismo propulsiona o questionamento de escolhas sobre o alimento – tema amplamente abordado por Pollan (2006) – argumentando que, como omnívoros, seres humanos são confrontados diariamente com uma grande variedade de escolhas alimentares, o que acaba resultando em um dilema.

O autor investiga os alimentos industriais, os alimentos orgânicos e os alimentos forrageados. Em relação à cadeia de cultivo de alimentos orgânicos, ele faz duas distinções: a produção industrial de orgânicos em larga escala e os orgânicos produzidos em pequena escala. As fazendas orgânicas industriais tendem a utilizar a monocultura e, mesmo não usando fertilizantes ou pesticidas, ainda são suscetíveis a doenças e pragas que acompanham a monocultura. No entanto, devido às quantidades maciças de compostagem que fazendas orgânicas industriais exigem, eles consomem grandes quantidades de petróleo para transportar o composto necessário. O autor ainda investiga os múltiplos setores da produção orgânica e questiona se é ou não verdadeiramente bom para o planeta e reflete que a produção pode tornar-se orgânica, mas isso não significa que ela seja ambientalmente ou socialmente mais justa (POLLAN, 2006).

Em outra direção, a produção orgânica de caráter social, no Brasil, é também associada à agrofloresta agroecológica, que é um sistema de produção de alimentos

⁴⁸Ver: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2019/04/mercado-brasileiro-de-organicos-fatura-r-4-bilhoes#:~:text=O%20mercado%20brasileiro%20de%20org%C3%A2nicos,de%2060%20empresas%20do%20setor> Acesso em: 12/11/2019.

⁴⁹ Ver: <https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019/> Acesso em: 12/11/2019.

considerado resiliente e diverso baseado em plantações que exigem baixa manutenção através da incorporação de árvores frutíferas, arbustos, ervas, videiras e vegetais perenes que geram rendimentos úteis aos humanos (ARMANDO, 2002; GOTSCH, 2000). Apesar de, nos últimos anos, a produção de orgânicos estar mais relacionada à crescente demanda de mercado do que às lutas sociais por reforma agrária, justiça social, soberania alimentar e direito ao alimento, é uma técnica de produção que se encontra na órbita das concepções e práticas da permacultura e da agroecologia, discutidos a seguir.

2.3.3 Permacultura

A Permacultura foi o resultado da síntese criativa de um longo processo de estudos empíricos de sistemas realizado por Bill Mollison e David Holmgren ao longo da década de 1970. Os princípios de pensamento e design da permacultura são baseados na dinâmica entre processos de ecossistemas, da agricultura de pequena escala, de tecnologias de baixo impacto e de justiça social redistributiva. Holmgren (2002) descreve a Permacultura como uma integração pós-moderna de elementos de diferentes tradições e da modernidade, envolvendo mudanças e evoluções contínuas. Esse processo gera um sistema holístico que integra terra, recursos, pessoas e meio ambiente através de fluxos de sinergias benéficas que limitam o desperdício e buscam a manutenção de ecossistemas agrícolas a partir da diversidade de cultivos, estabilidade e resiliência dos ecossistemas naturais. É um design de integração harmoniosa de meio-ambiente e pessoas, fornecendo alimentos, energia, abrigo e outras necessidades materiais e não materiais de forma sustentável.

No cenário ambiental, a permacultura utiliza as energias naturais como água, vento, sol, gravidade e animais para trabalhar, ao invés da energia advinda de combustíveis fósseis. Os princípios do design orientam a criação de sistemas dinâmicos e adaptativos através da inclusão de elementos como culturas alimentares, plantas, animais, habitações, estradas, fontes de água e assim por diante. A resiliência e a adaptabilidade dos sistemas alimentares são construídos através da diversidade, redundância e aumento da fertilidade do solo, imitando tanto quanto possível os processos de ecossistemas naturais produtivos (HOLMGREN, 2002).

Os princípios de design de permacultura são concebidos dentro de uma ética relacionados à justiça social e ecológica que envolvem o cuidado da terra, o cuidado com as relações humanas e a definição de limites para consumo e reprodução, bem como redistribuição do excedente (HOLMGREN, 2002). Nessa direção, a permacultura

também aparece como um movimento de resistência ao capital neoliberal e envolve redes, grupos, indivíduos, comunidades e práticas sustentáveis, contrapondo-se à crise estrutural da globalização, que revelam possibilidades e limitações na busca de uma sociabilidade mais ecológica e igualitária (SILVA, 2013). Dessa forma, práticas de permacultura são marcadas pela construção de relações de horizontalidade, respeito ao meio ambiente e às pessoas envolvidas e, portanto, suas concepções norteadoras estão localizadas no mesmo campo ideológico das práticas de agroecologia, discutida a seguir.

2.3.4 Agroecologia

A agroecologia possui vários significados e aplicações. É tanto uma ciência, um conjunto de práticas agrícolas e movimentos sociais que consistem na aplicação de conceitos ecológicos para o design e gestão de agro-ecossistemas sustentáveis. A agroecologia engloba três objetivos: o econômico, o social e o ambiental – pensados de forma relacional, como a viabilidade econômica, o desenvolvimento rural integrado, desenvolvimento local e estável, a autossuficiência alimentar, a manutenção da biodiversidade, tecnologias de baixo custo e a satisfação de necessidades locais (ALTIERI, 2012). Nessa direção, Leff (1994; 2002) afirma que práticas agroecológicas implicam na inserção de técnicas em uma nova teoria da produção.

A concepção de produção sustentável provém do equilíbrio entre solo, nutrientes, luz solar, plantas, umidade, entre outros organismos presentes no solo. O sistema agroecológico torna-se produtivo quando essas condições de cultivo prevalecem e quando as plantas se adaptam, a partir do manejo, às situações adversas. O design agroecológico pressupõe policultivos anuais, em culturas rotativas, associadas ao consórcio de plantas. Dessa forma, sistemas de produção de base agroecológica são caracterizados pela utilização de tecnologias que dialogam com a natureza, mantendo ou alterando pouco as condições de equilíbrio entre os elementos participantes e o ambiente (ALTIERI, 2012).

No âmbito de conhecimento, a agroecologia integra o conhecimento tradicional e o científico, considerando os aspectos socioeconômicos e culturais específicos dos territórios locais. Como a agroecologia é baseada em práticas sustentáveis, envolve também a gestão ecológica dos recursos naturais e implica em formas de ação social, desde a produção até o consumidor final. É um sistema que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento agrícola e social devido aos diversos benefícios que proporciona, como qualidade de vida para os agricultores, alimentos orgânicos,

valorização dos trabalhadores agrícolas, rastreabilidade dos produtos e preservação do meio ambiente. É uma técnica que recusa o uso de pesticidas, insumos e produtos que matam os organismos vivos do solo, que contaminam a água e prejudicam outros seres vivos que compõem o ecossistema. Do ponto de vista epistemológico, a agroecologia está ligada a uma filosofia de respeito ao meio ambiente e ao ser humano. Por esses motivos, quem pratica a agroecologia tem como premissa a mentalidade de considerar o coletivo e não apenas o individual. Nessa direção, é o oposto do modelo do agronegócio (ALTIERI, 2012).

No Brasil, a agroecologia é, historicamente, praticada enquanto movimento de luta ecológica na agricultura, cujas ideias e práticas foram consolidadas na Associação de Agricultores Orgânicos – AAO, que contou com a participação de José Lutzenberg e Ana Maria Primavesi. Além desses, a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) passou a apoiar a agricultura agroecológica e crítica em relação ao modelo de modernização agrícola da década de 1970, dando origem ao Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA). A partir de 1980, as concepções de agricultura ecológica passaram a penetrar em associações de agrônomos e trabalhadores rurais, bem como de movimentos camponeses, que deram origem ao Projeto Tecnologias Alternativas, que se articulou com outros movimentos da América Latina. Em 2003, a agroecologia foi contemplada pela Lei 10.831/2003, que prescreve técnicas biológicas, contempla a cultura local de produção de alimentos, a preservação de recursos naturais, é socialmente benéfica, e onde o uso de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados é estritamente proibido. Nessa direção, a cadeia de produção agroecológica contempla questões ambientais, sociais e econômicas solidárias – que politiza a questão da produção de alimentos da produção de alimentos para além da simples certificação de orgânicos (OLIVEIRA, 2017, p. 71 – 75).

A articulação da agricultura urbana com a agroecologia surgiu no I Simpósio Nacional de Agricultura Urbana, realizada por meio de uma parceria entre MDS, FAO e RUAF, tendo em vista a apresentação da pesquisa de Santandeu e Louvo (2007) sobre AUP no Brasil, cujo desdobramento deu origem à Política Nacional de AUP, que entrou como Projeto de Lei em julho de 2015. A partir de 2010, a atuação de movimentos sociais como Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), MST, entre outros, promoveu incentivos à produção agroecológica, ainda que incipiente. Ademais, segundo Oliveira (2017, p. 74)

Em 2012 foi criada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, por meio da Lei no 7794/2012 e foi criado o primeiro Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (2013/2015), onde consta o apoio ao fortalecimento da Agricultura Urbana e Periurbana. Como a agroecologia remete à importância da produção local e da aproximação entre consumidores e produtores, a Agricultura Urbana também passou a ser articulada com as propostas da agroecologia por movimentos sociais e também por organismos internacionais e alguns governos locais. Nos últimos anos, também foram lançados financiamentos específicos para as agriculturas mais ecológicas como o Pronaf Agroecologia, Pronaf Florestas e Pronaf Eco. Porém, os agricultores urbanos não conseguem participar desses programas, pois apesar de terem sido reconhecidos legalmente para participarem dessas políticas, suas estruturas não condizem com o perfil de agricultor familiar delineado pelos respectivos programas.

A partir do exposto, verifica-se que a agroecologia é associada à democratização do acesso a alimentos, especialmente promovidas por iniciativas da sociedade civil, como no caso de São Paulo. Apesar da agroecologia ter um forte caráter social e emancipatório, nos últimos anos, é tangível o aumento da demanda por produtos orgânicos oriundos de sistemas de produção de base agroecológica – devido à relação direta da qualidade e credibilidade destes produtos com a utilização das tecnologias que respeitam a natureza durante a produção; por alterarem pouco ou em nada as condições de equilíbrio entre os organismos vivos, assim como o benefício social (ALMEIDA, 2004).

2.3.4.1. As mulheres

No Brasil, a participação de mulheres no âmbito de lutas sociais no espaço rural, em movimentos agrícolas e de acesso à terra tiveram um crescimento significativo durante a década de 1990, passando a ser foco de pesquisas acadêmicas a partir dos anos 2000⁵⁰ (SILIPRANDI, 2009). Segundo Siliprandi (2009, p. 122), esses estudos permitiram uma análise aprofundada das mudanças nos sistemas produtivos rurais, e conclui-se que “de maneira geral, participar de experiências agroecológicas permitia a ampliação do espaço de atuação dessas mulheres para além das suas redes de sociabilidade habituais”. Foram destacados seis fatores principais que favoreceram essa mudança na atuação feminina a partir da produção agroecológica:

- A valorização das atividades desenvolvidas tradicionalmente por mulheres em sistemas de produção familiar, como a manutenção de hortas, pomares, jardins,

⁵⁰ Ressalte-se que são inexistentes estudos sobre a questão de gênero na agricultura urbana em São Paulo ou no Brasil e, por esta razão, toma-se como referência estudos sobre questão de gênero no espaço rural do país.

cuidado de animais e produção caseira de produtos alimentícios – incidindo em seu maior envolvimento nas diversas etapas do processo de produção.

- A mudança sociocultural e afetiva desencadeada pelo cultivo e pela relação de proximidade com a natureza, é pautada pelo respeito entre as pessoas, que culminam na valorização do trabalho de cuidado – culturalmente atribuído às mulheres – e abre espaço para o questionamento das relações autoritárias de poder, principalmente no âmbito doméstico.
- O fato de a propriedade não ser de posse única do chefe de família exige uma divisão de trabalho e participação de todos os membros da família, rompendo com o monopólio masculino de comando.
- Em anos mais recentes, a partir do desenvolvimento de projetos sociais de instituições externas à organização familiar – como elaboração de políticas públicas e conselhos populares específicos para a mulher por parte da gestão pública, ONGs e movimentos de mulheres – passaram a exercer pressão cada vez maior para que as mulheres estejam mais presentes em espaços sociais e de decisão política, tradicionalmente ocupados por homens.
- A participação das mulheres nos circuitos de produção e venda de produtos as expunham a indivíduos externos à sua própria rede social, proporcionando trocas e ganhos de conhecimentos e aumentando seu reconhecimento social, com impactos no reconhecimento do próprio trabalho e aumento de sua autoestima.
- O fato de as mulheres receberem diretamente rendas mais estáveis, fruto do seu próprio trabalho, lhes possibilitava maior autonomia frente à família, auxiliando no seu empoderamento financeiro e social (SILIPRANDI, 2009).

Contudo, ao mesmo tempo em que essas mudanças significativas ocorriam em alguns espaços, notou-se também algumas situações em que o controle produtivo retornava às mãos dos homens. Isso se deu principalmente em sistemas de produção que avançavam nas práticas ecológicas e passavam a conquistar fatias maiores do mercado, mais estruturado para receber e comercializar certos tipos de produtos – como no caso dos orgânicos. Nesses casos, o controle do sistema produtivo voltava a ser centrado nos homens e as mulheres voltavam a um lugar de atuação pautado apenas pela mão-de-obra (SILIPRANDI, 2009).

Siliprandi (2009) sugere que esse fenômeno pode ser explicado pelo atravessamento de características patriarcais das comunidades onde essas mulheres estão

inseridas, indicando ainda que, sob essa lógica, as atividades produtivas, geradoras de renda, são majoritariamente identificadas como masculinas, enquanto atividades reprodutivas, como o cuidado e a manutenção dos espaços, são encaradas como femininas. Da mesma forma que a agroecologia propulsiona transformações para mulheres que enfrentam as arraigadas estruturas patriarcais, os saberes sobre preservação ambiental de populações indígenas também são contemplados pela agroecologia, discutidos a seguir.

2.3.4.2 Saberes indígenas e tradicionais

Os saberes agroecológicos são um conjunto de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas que dizem respeito às condições ecológicas, sociais econômicas, técnicas e culturais de cada região, de cada população, grupo ou etnia. É notória a contribuição de comunidades tradicionais cujas práticas trazem equilíbrio ao meio ambiente e preservam os recursos naturais, conforme apontam Caporal *et. al.* (2006, p. 46):

A agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”.

Em outras palavras, a identidade local, as condições culturais e comunitárias das quais fazem parte agricultores, especialmente os rurais, juntamente com suas práticas sociais reafirmam a apropriação e valorização de seus saberes e métodos tradicionais. Para Toledo (1989), a agroecologia gera novas potencialidades para a produção agrícola, novas tecnologias ecológicas, afirmando suas estratégias nas comunidades rurais. No que tange à indústria, Caporal *et. al.* (2006, p. 51) afirmam que a agroecologia

Integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo de desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural sustentável e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística.

Este entendimento demonstra que os métodos da agroecologia e suas estratégias para desenvolver uma agricultura sustentável possui vasto potencial produtivo, pois baseia-se na capacidade dos recursos naturais, na conservação dos solos e no manejo de processos ecológicos. Esse potencial para o autoconsumo oferece o manejo produtivo dos diversos recursos da selva tropical, passando da agricultura itinerante tradicional ao

estabelecimento de parcelas fixas altamente produtivas, baseadas no uso múltiplo e integrado de seus recursos (BOEGE, 1992).

A partir desses saberes, se apresenta uma diversidade de possibilidades para o desenvolvimento do manejo de reservas extrativistas e da floresta natural, bem como o desenvolvimento de práticas de manejo agro-silvoecológicas para um melhor aproveitamento da floresta tropical. Assim, os saberes indígenas e tradicionais sobre a utilização sustentável dos recursos ambientais abrem novas possibilidades para reverter a degradação ecológica, para preservar a heterogeneidade cultural, estabelecer melhores formas de convivência social e de relação com a natureza através da regeneração dos recursos naturais e do manejo de cultivos diversificados.

2.3.5 Eco-pedagogia e educação ambiental

Por último, a importância do âmbito educacional e do potencial pedagógico da AUP se reflete na medida em que existe uma percepção geral de que vivemos uma crise ambiental mundial em que a maioria das pessoas não sabem explicar como isso de fato acontece, mas cada vez mais revelam em seus discursos uma preocupação relacionada a temas como as mudanças climáticas, o efeito estufa, o desmatamento indiscriminado, o efeito dos agrotóxicos nos alimentos e na saúde humana, poluição dos rios, entre outros.

Soffiati (2002, p. 47) afirma que “é a primeira vez nos 4.500.000 de anos de existência do nosso planeta, que se constitui uma crise ambiental oriunda das atividades exercidas por uma só espécie – no caso a nossa – que assume um caráter global”. Nessa direção, a educação ambiental é concebida como um longo e contínuo processo de aprendizagem e trabalho cooperativo que envolve a família, a escola e a comunidade. A educação ambiental vai além da simples transmissão de conhecimentos, da herança cultural dos povos às gerações seguintes, para ser objeto de uma formação integral do educando, inserindo-o no meio social. Nesse sentido, Loureiro (2002, p. 69) afirma que

A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza.

O Movimento Ecopedagógico foi impulsionado a partir do Primeiro Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, realizado pelo Instituto

Paulo, com o apoio do Conselho da Terra e da UNESCO, de 23 a 26 de agosto de 1999, em São Paulo e do I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia, realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, de 24 a 26 de março de 2000. Este movimento defende uma pedagogia imbuída de “impregnar sentidos às práticas e aos atos cotidianos, desenvolvendo novas capacidades, tais como: vibrar emocionalmente, interconectar-se e pensar em totalidade” (GUTIÉRREZ e PRADO, 2000, p. 24). Nessa direção, a Ecopedagogia pode ser definida tanto como uma prática e movimento social e político, voltado para questões ambientais, que aponta para uma reorientação dos currículos educacionais, para que sejam incorporados seus princípios, valores e práticas.

Leff (2001) ainda defende que o saber ambiental questiona todas as disciplinas e todos os níveis do sistema educacional, ao desafiar a transmissão do saber, propondo uma educação dialógica de relação entre pesquisa, docência, difusão e extensão de saber. Assim, reforça uma exigência de atitudes inovadoras de educadores e educandos na criação de novas relações sociais na produção do saber ambiental:

O ensino tradicional básico falha não tanto por ser disciplinar, mas por não impulsionar e orientar as capacidades cognitivas, criativas dos alunos, e por estar desvinculado dos problemas do contexto sociocultural e ambiental. A pedagogia ambiental deve gerar um pensamento da complexidade que seja crítico, participativo e propositivo (LEFF, 2001, p, 261).

A escola pautada na lógica dos saberes disciplinares, de certa forma, força o professor a trabalhar seus conteúdos de maneira separada. No entanto, pela perspectiva eco-pedagógica o professor compreende as relações intrínsecas dos aspectos biológicos, geográficos, históricos, econômicos, sociais e culturais que permeiam a sociedade e o ambiente. Ou seja, o professor cria mecanismos que o auxiliem a integrar no ambiente educacional e os princípios da eco-pedagogia como parte da educação integral, fortalecendo assim o compromisso com o desenvolvimento crítico dos alunos, quanto da consciência ecológica.

Finalmente, a elaboração desses conceitos frente às práticas e expressões de agricultura urbana realizada no contexto dessa pesquisa dá margem a interpretações em diferentes camadas e magnitudes, de modo a desvelar a inter-relação que se dá entre sustentabilidade, sociabilidades, laços comunitários, trajetórias de vida, empoderamento feminino, geração de renda e fluxos de investimento local. A seguir traça-se breve

panorama da AUP no Brasil, com ênfase na cidade de São Paulo, e em Portugal, com ênfase em Lisboa – cidades do estudo de campo.

2.4 Brasil e São Paulo

A República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul e da América Latina; possui a quinta maior extensão territorial do mundo – 8.515.767 km² – a quinta maior população do planeta, com mais de 210 milhões de habitantes e é o maior país do mundo a falar a língua portuguesa. É delimitado pelo Atlântico a leste, possuindo um litoral de 7.491 km². O país faz fronteira com todos os países sul-americanos (ao norte pela Venezuela, Guiana, Suriname e pelo departamento ultramarino francês da Guiana Francesa; a noroeste pela Colômbia; a oeste pela Bolívia e Peru; a sudoeste pela Argentina e Paraguai e ao sul pelo Uruguai), com exceção de Chile e Equador. Possui inúmeros arquipélagos, que formam parte de seu território, como o Atol das Rocas, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha, Trindade e Martim Vaz.

No Brasil, o primeiro esforço no âmbito do poder público a nível federal referente à agricultura urbana foi o Programa Nacional de Agricultura Urbana, feito em 2004 e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em 2012 com o objetivo de promover a agroecologia através da agricultura urbana e periurbana (GIACCHE e PORTO, 2015). Conforme discutido anteriormente, o estudo realizado por Santandeu e Lovo (2007) em 11 regiões metropolitanas do Brasil – Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF) e Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA) – identificou 635 iniciativas de AUP no país. No entanto, alguns municípios já adotavam políticas de AUP, como é o caso de Teresina, com o Programa de Hortas Comunitárias (MONTEIRO e MONTEIRO, 2006) e Belo Horizonte, com o Programa Centro de Vivência Agroecológica (COUTINHO e COSTA, 2012).

Conforme discutido, no âmbito social, Santandeu e Lovo (2007, p. 5) consideram que as práticas de agricultura urbana e periurbana no Brasil podem possuir contornos que abrangem muito mais do que somente uma produção agrícola, sendo também considerado um mecanismo de promoção de justiça social e ambiental, solidariedade, igualdade de gênero e cidadania:

Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana, social e

ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades. Partindo deste enfoque, a AUP contribui para promover cidades produtivas e ecológicas, que respeitam a diversidade social e cultural e que promovem a segurança alimentar e nutricional. A AUP é praticada por indivíduos ou organizações formais ou informais nas mais diversas condições sociais. A prática da AUP está relacionada também com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente (...).

Na cidade de São Paulo, segundo dados do IBGE (2019), estima-se que a cidade possua 12 milhões e meio de habitantes, sendo a mais populosa do país e do continente americano. Possui o maior PIB per capita do país (R\$ 31.833,50); é o maior polo econômico da América Latina e é uma das cidades mais desiguais do planeta em termos sociais, econômicos e espaciais – e estes fatores se manifestam na constituição espacial da cidade (ROLNIK e FRÚGOLI, 2001). A ocupação e expansão territorial da cidade foi marcada por um rápido processo de urbanização na qual houve pouca ou ausente integração dos ecossistemas naturais, de projetos ou programas de inclusão das populações mais carentes. Dessa forma, a cidade ainda enfrenta enormes desafios relativos à: (a) centralização administrativa, de serviços, das atividades econômicas em regiões centrais; (b) marginalização da periferia; (c) falta de integração de áreas verdes, caracterizada por problemas ambientais, com consequências negativas para saúde pública (OLIVEIRA, 2017).

Os bairros centrais, mais ricos, possuem uma população de maior poder aquisitivo e são áreas repletas de serviços e infraestrutura. Os bairros periféricos, mais pobres, possuem uma população de baixa renda e são áreas com precária ou ausente infraestrutura urbana e baixa provisão de serviços (ROLNIK e FRÚGOLI, 2001).

As desigualdades da cidade e seus desafios ambientais, sociais e econômicos se refletem no campo da AUP. Do ponto de vista institucional, a agricultura urbana torna-se pauta da gestão pública do município de São Paulo a partir da década de 1980, quando o então governador de São Paulo, Franco Montoro, elaborou e implementou políticas de produção de alimentos em terrenos ociosos, como o da Eletropaulo, Transpetro e Sabesp. Em 2004 a agricultura urbana é institucionalizada em forma de lei, a partir da criação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo (PROAURP)⁵¹, instituído pela Lei nº 13.727/2004, cujo objetivo era fazer da agricultura um veículo para gerar

⁵¹Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?p=30091 Acesso em 03/04/2019

emprego e renda, combater a fome e promover inclusão social. Porém, a lei não assegurou lugar institucional e ação efetiva do poder público (OLIVEIRA, 2017).

Estas e outras características da institucionalidade da AUP na cidade de São Paulo – com foco em seus desdobramentos na zona Leste de São Paulo – serão abordadas em profundidade no próximo capítulo.

2.5 Portugal e Lisboa

Portugal é localizado no sudoeste do continente Europeu, seu território se estende pela zona ocidental da Península Ibérica e em arquipélagos no norte do Atlântico. O país tem uma área total de 92.090 km², isto é, é um pouco menor do que o Estado do Pernambuco. É delimitado a norte e leste pela Espanha; ao sul e oeste pelo Atlântico e ainda possui duas regiões autónomas: os arquipélagos dos Açores e da Madeira. É o país mais ocidental da Europa e possui uma população em torno de 10 milhões e 500 mil habitantes (INE, 2011).

Lisboa é a capital de Portugal e a cidade mais populosa do país, com pouco mais de meio milhão de habitantes. A Área Metropolitana de Lisboa é habitada por mais de dois milhões e meios de pessoas e é a maior e mais populosa área metropolitana do país (INE, 2011). É o centro político, sede do Governo, residência do presidente e sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). É ainda a capital mais a ocidente do continente europeu na costa atlântica e onde há maior incidência de sol.

Historicamente, a atividade agrícola em Portugal era realizada em área rural, porém, a relação do meio urbano com o meio rural sempre foi presente, desde a Idade Média, quando do desenvolvimento das cidades medievais e do espaço de cultivo rural sem populações. Apesar da atividade agrícola rural ser presente, as hortas que existem no entorno da cidade de Lisboa são as que, historicamente, a abastecem (TELLES, 1996). A agricultura urbana – já com essa denominação – foi promovida no país a partir dos anos 2000 devido a incentivos da União Europeia, e a partir de 2008, devido à crise financeira, muitos terrenos se tornaram áreas de cultivo (DELGADO, 2017).

No âmbito do poder público, a AU torna-se objeto da gestão municipal a partir de 2007, quando a Câmara Municipal de Lisboa definiu uma estratégia para a implementação, desenvolvimento e promoção da agricultura urbana, que fazia parte da manutenção da estrutura verde da cidade. Nessa direção, a CML desenvolveu o projeto

paisagístico denominado Parques Hortícolas de Lisboa, atualmente chamado de Parques Hortícolas Municipais. Em 2011 foi criado o Grupo de Trabalho de Promoção de Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (GTPAUCL) com a finalidade de instalar os Parques Hortícolas e de comunicar à população os objetivos do projeto.

Ademais, em 2012, a gestão pública incluiu a AU como parte do Plano Diretor Municipal de Lisboa de 2012⁵², que incluiu a Estrutura Ecológica Urbana (EEU) como elemento estratégico de planejamento da cidade. A EEU tem por objetivo garantir a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais e seminaturais do território urbano, que é restringido pelo tecido urbano, especialmente no centro da cidade (SANTOS *et. al.*, 2015).

Os Parques Hortícolas do estudo são localizados de bairros sociais – equivalente socioeconômico da zona Leste de São Paulo. Os bairros sociais são estigmatizados em Portugal e não estão concentrados em uma área única. A presença do tráfico de drogas, de gangs de jovens, de conflitos endêmicos e da presença de minorias étnicas são elementos que compõe um quadro de percepções negativas a respeito desses locais (GONÇALVES e PINTO, 2001). No contexto lisboeta, os bairros sociais concentram populações de baixa renda, de grupos étnicos e minoritários e, simultaneamente, são espaços construídos com o intuito de promover a habitação e a integração de seus moradores na cidade – fato que ainda não acontece. Em contexto de crise econômica, que implica em graves consequências para a coesão social, os bairros sociais concentram populações desfavorecidas que não possuem opções de escolha de moradia, onde se materializa a imposição da segregação social e de espaços segregados sócio espacialmente (CARREIRAS, 2018).

Os aspectos de formação sócio-histórica, o projeto no âmbito municipal, a participação popular e outras características da AUP em Lisboa serão abordados em profundidade no capítulo 7.

⁵² Ver: <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal> Acesso em 05/04/2020.

3. A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA ZONA LESTE

Este capítulo discute os aspectos sócio-históricos da zona Leste referentes aos macroprocessos de ocupação e produção territorial, suas características socioeconômicas e culturais, com vistas a elucidar as origens das hortas – para responder ao objetivo específico 1. Nessa direção, a partir das entrevistas com os (as) agricultores (as); gestores (as); das conversas com frequentadores das hortas; moradores; e compradores locais, foi possível apreender a forte presença de elementos sócio-históricos da região, tais como a origem indígena, negra e nordestina; a militância das famílias nos movimentos de moradia e nas Comunidades Eclesiais de Base; a presença das indústrias da região e a implicação desses elementos na produção dos terrenos das hortas.

Nessa direção, discute-se a produção territorial, considerando, inicialmente, sua ocupação no período colonial. Em seguida, no período que se estende de 1840 a 1940, abordam-se as transformações das dinâmicas sócio territoriais, configuradas pelo advento do mercado de terras e da instauração da atividade industrial na região. A partir de 1940, apresenta-se o processo de urbanização marcado pela produção de habitações populares e da periferia em larga escala – questão central que elucidar a origem dos terrenos das hortas – e, nesse contexto, é destacado o papel dos movimentos sociais e de moradia, sua relação com a COHAB e a CDHU, bem como a migração nordestina para a região dos anos 1970 em diante. A partir da década de 1990, discute-se o movimento ambiental e a presença de novos agentes tais como o crime organizado e suas implicações no controle no território e nas hortas.

Os aspectos apresentados a seguir configuram o contexto no qual os (as) participantes deste estudo – gestores (as), agricultores (as), servidores (as) públicos (as) e funcionários (as) de empresas privadas – realizam suas atividades. Esses aspectos são fundamentais para compreender o uso da terra na região, que incide diretamente sobre a produção da AU. Ao longo do texto são apresentados resultados das observações de campo em interlocução com as entrevistas realizadas com os (as) participantes. Contudo, para auxiliar o leitor a localizar geograficamente os acontecimentos históricos na região, o capítulo se inicia apresentando a atual divisão administrativa da zona Leste e sua caracterização socioeconômica para, em seguida, dar início à sua história colonial.

3.1 Caracterização atual

Segundo informação no site⁵³ da Prefeitura de São Paulo, a cidade é dividida em 5 zonas: Norte; Oeste, Centro; Sul e Leste. Na divisão administrativa atual do município de São Paulo, a chamada “zona Leste” ou “região leste” (mapa 01), refere-se a uma região localizada entre a Radial Leste, a Avenida Sapopemba, a Avenida Salim Farah Maluf e as cidades de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcellos, Poá, Mauá, Santo André e São Caetano do Sul – que fazem limite com o município de São Paulo e compõem parte da Região Metropolitana de São Paulo (mapa 02).

Mapa 01 – Divisão das Prefeituras Regionais do Município de São Paulo.

Fonte: Atlas do Trabalho de Desenvolvimento da Cidade de São Paulo, 2000.

⁵³Ver: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=14894> Acesso em 21/08/2019.

Mapa 02 – Região Metropolitana de São Paulo, Divisão Sub-regional.

Fonte: EMPLASA, VCP/UDI, 2011.

Segundo o Censo de 2010⁵⁴ da Prefeitura de São Paulo, a região da zona Leste possui uma população com cerca de quatro milhões de pessoas em uma área de aproximadamente 380km², portanto, trata-se de uma região com alta densidade demográfica. Do ponto de vista da divisão administrativa, a região é composta por 33 distritos, distribuídos por 13 prefeituras regionais⁵⁵. A zona Leste também é dividida em 2 regiões macrorregiões, a Leste 1 e a Leste 2. A Leste 1 engloba as prefeituras regionais de Vila Prudente, Artur Alvim, Sapopemba, Penha, Mooca e Aricanduva. É a região mais desenvolvida da zona Leste, com melhor infraestrutura, urbanização e bairros de segmentos sociais com maior poder aquisitivo, como o Jardim Avelino e o Jardim Anália Franco.

A região Leste 2 engloba as prefeituras regionais de Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Itaquera, São Mateus, Guaianases e Cidade Tiradentes. Segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de 2010⁵⁶, a densidade demográfica da zona Leste 2 é maior que 400 hab./há¹; quase 38% de sua área urbanizada atinge os

⁵⁴ Ver:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758 Acesso em 12/02/2019.

⁵⁵ “Prefeitura regional” e “subprefeitura” são termos utilizados alternadamente participantes e designam o mesmo equipamento público: trata-se de uma descentralização administrativa do município de São Paulo, responsável por uma área de dois ou mais distritos. Sua autoridade máxima é o subprefeito, normalmente indicado diretamente pelo prefeito do município.

⁵⁶ Ver: <http://ipvs.seade.gov.br/view/index.php> Acesso em 12/02/2019.

graus 5 e 6 (7 é o mais alto). Segundo o Censo 2010, esta região possui 2.380.783 habitantes, o que representa quase 21% da população do município de São Paulo. É uma região que apresenta baixos índices de empregos formais por habitante (0,09), o que é muito menor que a média do município (0,41). Nessa direção, o quadro socioeconômico predominante da zona Leste é o de uma população de baixa renda. A seguir, discute-se os aspectos da formação sócio-histórica da região.

3.2 Raízes da zona Leste

Um agricultor e um gestor entrevistados⁵⁷ falam de sua herança indígena e contam como sua avó fazia rezas e realizava curas por meio do uso de plantas e ervas medicinais, o que a tornou conhecida no bairro como ‘benzedeira’⁵⁸, assinalando que a busca atual pela atividade de agricultura foi influenciada pela memória dessa relação familiar:

Foi meu primo que me falou daqui do Viveiro. Comecei a vir aqui, a ler muito sobre permacultura, mas tem uma herança familiar também... [para buscar a atividade de agricultura]. Minha avó era índia e ela plantava em um jardim grande na frente de casa, tinha de tudo ali. Ela conhecia todas as ervas, todas as plantas. – Caio, agricultor urbano.

Minha avó é índia (...), ela dizia que foi expulsa da terra dela quando era criança e tem muita coisa que se perdeu porque tinha aquela coisa de perseguição religiosa, etnocídio. Então a língua, os rezos, eram tidos como bruxaria, era proibido, então muita coisa se perdeu, mas ela carregou pra vida dela... Esse o contato com a terra, com as ervas medicinais, o benzimento. Ela era parteira, aprendeu com as avós e com a mãe dela. Ela não foi letrada, mas era muito sábia, muito guerreira, as poucas histórias que ela me contava... eu ficava fascinado, encantado e isso me influenciou muito na vida. Minha família é do Itaim Paulista, bairro vizinho, na minha infância tinha muita área rural, era uma área meio urbana, meio rural, então eu cresci na cidade, mas vivia no mato, acho que começou aí [o interesse pela agricultura] – Vítor, gestor de horta.

⁵⁷ A partir das entrevistas com agricultores (as), gestores (as) e moradores locais, levantou-se literatura sobre a história dos bairros da zona Leste, verificando-se os aldeamentos indígenas e os efeitos da colonização portuguesa na região. Os livros *Itaquera; O bairro de São Miguel Paulista. A aldeia de São Miguel de Ururá na história de São Paulo; Penha; Itaim Paulista e Brás* da série “História dos bairros de São Paulo”, contam a história dos bairros que compõem a região. Além do passado indígena, também são abordados os antecedentes históricos relativos à escravidão de populações africanas, traficadas para o Brasil, considerando que 5 agricultoras, 3 agricultores e 2 gestores possuem ascendência Africana e o racismo estrutural é presente na trajetória de vida desses sujeitos. Sobre o racismo estrutural, ver o artigo: BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Rev. Direito Práx.** vol.9 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2018.

⁵⁸ “Benzedeira” ou “curandeira” é um termo usado popularmente para se referir a mulheres que exercem uma atividade de cura, destinada a um doente, onde são feitos gestos ao redor do corpo da pessoa, geralmente acompanhados pelo uso de ervas e pela recitação de uma prece, reza ou canto. Sobre o benzimento, ver o livro: OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é benzeção**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 1985.

Josilene, uma das agricultoras do Viveiro Escola União de Vila Nova, reflete sobre a influência da ascendência indígena e negra em sua vida e sobre o racismo:

Eu tenho laços muito fortes com os indígenas e com os negros... Porque minha avó e minha bisá [bisavó] foram escravizadas. Minha avó tinha uma história muito linda, ela sempre contava para a gente, da minha bisá, que eles tiveram que fugir, que eles vieram pro Brasil pra serem vendidos pros barão do cacau lá na Bahia. Minha avó era pequena na época, ficou trabalhando na casa deles, depois ela se envolveu com um dos filhos do barão e teve que sair corrida. Só que meu vô não desistiu da minha avó não, eles foram viver no mato, nas matas e arrumaram trabalho em outras fazendas vizinhas. E essa história se repetiu de novo com a minha mãe. Minha mãe é negra, se envolveu com um homem branco e ela engravidou, mas ele não quis assumir porque ela era negra. Em 1973 foi quando eu nasci, então em 1973 já existia o racismo, de preto ter que ficar com preto e branco ter que ficar com branco. Então eu já tenho no sangue essa resistência... De querer vencer, de ter um objetivo e saber o que é melhor... A agricultura tá no sangue, é genética.

Além dos entrevistados, em conversas com moradores locais e com outros (as) agricultores (as), constatou-se que possuem ascendência indígena advinda da própria região e de populações africanas escravizadas e traficadas para o Brasil. A área que hoje corresponde a São Miguel Paulista, em 1592, era chamada de Ururá, conforme explica Bontempi (1970, p. 22): “o fato é que a denominação Ururá, em terras de São Paulo, correspondia efetivamente a região que, começando pouco além da Penha, estendia-se pela margem esquerda do Tiete (...)”. Os chamados “índios de Ururá” ou os “índios de São Miguel” foram catequizados por padres jesuítas, que também exerciam função de “protetores de índios”. Eram constantes os conflitos entre os padres jesuítas e os colonos portugueses, que disputavam a posse das aldeias. No caso dos colonos portugueses, o interesse nessas terras era a exploração mineradora ou agropecuária através do trabalho indígena escravizado⁵⁹. Já os jesuítas, estes queriam garantir a liberdade e os aldeamentos para uso-fruto indígena (BOMTEMPI, 1970).

Por volta de 1612, a descoberta de novas minas perto da localidade, na região hoje equivalente a Guarulhos, ocasionou uma invasão onde posseiros tomavam terras para si, efetuando a primeira ocupação de brancos na região: “Assim como Jaguaporeruba e Itaquera, outras paragens de São Miguel serão invadidas por lavradores e criadores, frequentemente por meros posseiros, mas também por gente amparada em títulos evidentemente abusivos” (BOMTEMPI, 1970, p. 51). Além dos indígenas, dos colonos

⁵⁹ Utiliza-se o termo “escravizado” para descrever o regime de exploração do trabalho das populações indígenas e populações africanas escravizadas e traficadas para o Brasil. Os autores citados se referem a essas populações como “escravos”.

portugueses e dos padres jesuítas, os bandeirantes – chamados de “exploradores”, cujas atividades incluíam caça e a escravização de índios – implicaram em inúmeros conflitos relativos à posse e à exploração de terras.

Em 1622, o bandeirante Fernão Munhoz comandou a obra da Capela de São Miguel Arcanjo⁶⁰ – hoje conhecida popularmente como “Capela dos Índios” (fotografia 01) – com trabalho indígena escravizado, e seu entorno ganhou ares de “terras de brancos”. No século XVII já havia relativa miscigenação entre índios e brancos, e uma disseminação da atividade agropecuária, com cultivo de trigo, vinhas, milho e pinhais e criação de gado e cavalos. Essa atividade agropecuária realizada por colonos avançava em terras indígenas por meios espoliativos. À medida que aumentavam os conflitos entre jesuítas, colonos e indígenas, a reforma da capela de São Miguel foi implementada pelo padre João Alves, em uma tentativa de ampliar a atividade jesuíta na região, incentivar os colonos a terem maior proximidade com os valores da religiosidade cristã e consequentemente, piedade dos indígenas (BOMTEMPI, 1970).

Fotografia 01 – Capela de São Miguel Arcanjo.

Crédito da foto: Gustavo Nagib, 2020.

⁶⁰ A Capela de São Miguel dos Anjos é citada com frequência pelas agricultoras do Viveiro Escola União de Vila Nova como ponto de referência de localização na região. Sobre a Capela, ver o link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Capela_de_S%C3%A3o_Miguel_Arcanjo Acesso em 20/04/2019.

No entanto, para atender aos interesses da Coroa Portuguesa de exploração de terras para a mineração, os colonos continuaram a usar trabalho indígena escravizado, contra o qual os índios se rebelavam, mas continuavam a ser caçados e forçados ao trabalho. A exploração colonial foi celebrada pela Coroa que, junto ao Marquês de Pombal, expulsou os jesuítas do Brasil e transferiu parte de seu trabalho para padres franciscanos. Apesar de terem sido readmitidos depois, o alcance e influência das ações jesuítas foi gravemente prejudicada e silenciada. Dessa forma, os índios continuaram a ser escravizados, pois “o seu papel era mais importante nas minas, para onde eram conduzidos em copiosos magotes, sob regime francamente servil” (BOMTEMPI, 1970, p. 78).

Toda tentativa de rebelião indígena era violentamente reprimida e com a ação jesuíta enfraquecida, os aldeamentos indígenas seguiam sendo ocupados e exterminados nos séculos seguintes. No final do século XVII, os franciscanos assumiram as funções religiosas na capela de São Miguel, sem os quais os índios estariam em situação de maior vulnerabilidade. No século XVIII, o aldeamento indígena permaneceu ao redor da capela e os brancos “vão formando roças, fazendas, os sesmeiros, os titulares de aforamentos e os meros posseiros (...), cujo único interesse no local seria pela busca dos meios de subsistência” (Ibid., p. 87).

Ao longo do século XVIII, à medida que as empreitadas bandeirantes e a atividade mineradora se exauriam, juntamente com o aumento da mortandade⁶¹ indígena por doenças infecciosas trazidas pelos portugueses e pela violência de sua escravização, o trabalho africano escravizado foi introduzido em São Miguel Paulista (BOMTEMPI, 1970). O tráfico de africanos para o Brasil ocorreu entre meados do século XVI até meados do século XIX e, à medida que a colonização se desenvolvia, a necessidade por trabalhadores escravizados aumentava, ocasionando incentivo ao comércio de populações africanas pela Coroa Portuguesa aos colonos, tornando-se uma atividade altamente lucrativa para os envolvidos e uma das principais atividades do sistema econômico mercantilista vigente (SCHWARTZ, 2018). Dessa forma, o tráfico de africanos e a exploração de sua força de trabalho são os elementos que compõem a acumulação

⁶¹ Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), antes da invasão portuguesa ao Brasil, estima-se que havia 3 milhões de índios, hoje estima-se que são aproximadamente 500 mil. O processo sistemático de dominação, despovoamento e violência contra a população indígena é chamado de “genocídio dos povos indígenas no Brasil”. Ver: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao> Acesso em: 14/03/2019.

primitiva do capital que será a base para o futuro desenvolvimento das relações de produção capitalista no Brasil (MOURA, 1989).

Não existe consenso entre historiadores a respeito de um número preciso sobre a quantidade de africanos traficados para o Brasil. O historiador econômico Caio Prado Jr. afirma que antes da vasta importação que ocorreu no século XIX, 5 ou 6 milhões de africanos já haviam sido trazidos ao Brasil; Afonso Bandeira de Mello calculou cerca de 2 milhões e meio de africanos ao longo de 93 anos; Pedro Calmon afirma terem sido 8 milhões; e Rocha Pombo, calculou 10 milhões (MOURA, 2004). Registros históricos demonstram que eram trazidos em navios negreiros, em condições extremamente precárias, o que provocava a morte de metade dos cativos durante a viagem, jogados ao mar. Uma vez no país, eram forçados aos mais diversos tipos de trabalho, principalmente nos engenhos de açúcar e nos centros de mineração a partir do século XVIII (SCHWARTZ, 2018).

O regime de escravidão impunha ao africano um tratamento exaustivo e desumano. Além disso, eram mantidos em condições precárias em senzalas, mal alimentados e subjugados aos mais variados tipos de violência, física e mental. Isso motivou diferentes formas de resistência entre os escravizados, que incluíam a desobediência, fugas individuais e coletivas, revoltas e rebeliões, a formação de quilombos, entre outras (MOURA, 1959).

Em São Miguel Paulista, os capatazes das senzalas passaram a ocupar a vila em funções administrativas, e juízes e cabos atuavam na ordenança local da região, com capitães-do-mato controlando violentamente os escravizados – o que propulsionou a atividade agrícola na região. No começo do século XIX, os franciscanos perderam força local, os aldeamentos indígenas foram praticamente extinguidos e transformados em freguesias, tornando-se um bairro “quase exclusivamente de brancos, obviamente com o ponderável contingente de mestiços, não só os mamelucos, como também os oriundos da miscigenação de brancos com africanos ou menos frequentemente destes com índios” (BOMTEMPI, 1970, p. 127).

A partir da segunda metade do século XIX, foram criados os limites com os bairros do entorno – Penha e Itaim Paulista – e com a Fazenda *Caguaçu*, que hoje corresponde à região de Itaquera. Em 1891, São Miguel Paulista recebeu autonomia distrital e começou a sentir os efeitos da crescente economia cafeeira. O aumento da construção civil no

centro de São Paulo provocou o desmatamento da região para suprir a demanda por madeira e a atividade de olaria entrou em franca expansão no início do século XX, devido à facilidade de acesso à matéria prima da várzea do Tietê, que também fornecia areia e pedregulho. Para atender à demanda de transporte de cargas, foi construída a linha de ônibus Penha-São Miguel em 1930 e, em 1935, instalou-se a Companhia Nitro-Química Brasileira, que inaugurou a fase industrial de São Miguel Paulista imprimindo uma nova dinâmica socioeconômica na região, a da exploração capitalista (BOMTEMPI, 1970) – que será abordada adiante.

3.2.1 Itaquera

Na região que hoje corresponde ao distrito de Itaquera, há notas de sítios e posseiros na Paragem de Caguaçu e a presença deles configurou um dos primeiros bairros rurais da região, porém sem registro oficial. O primeiro registro oficial de aquisição de terras é de 1722, do Convento de São Paulo da Ordem dos Carmelitas, no bairro rural de Caguaçu (DELI, 2010) – área que hoje abrange o território administrado pelas prefeituras regionais de Itaquera, São Mateus e Cidade Tiradentes e onde se localiza o Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo.

A aquisição dessas terras aconteceu após a elevação da Vice-Província Carmelitana do Rio de Janeiro à categoria de Província, sob o nome de Província Carmelitana Fluminense. O Convento de São Paulo da Ordem dos Carmelitas era subordinado à Vice-Província Carmelitana, sediado no Rio de Janeiro. Depois de sua constituição jurídica, a Província adquiriu autonomia, o que veio a impulsionar significativamente seu crescimento (DELI, 2010). Assim que se instalaram, os carmelitas “começaram por explorar o solo agricolamente. Quanto produziram, o que produziram, qual a finalidade dessas culturas, é uma incógnita, (...). Sabe-se que fizeram muitas experiências de cultivos e que possuíam escravos” (LEMOS e FRANÇA, 1999, p. 38).

Ao longo do século XVIII, com o aumento de riquezas e acúmulo de bens, também aumentaram os conflitos internos relacionados à distribuição de privilégios, disputas de poder, distanciamento da religiosidade, afastamento da pobreza obrigatória, entre outros fatores que vieram a abalar gravemente a Província e provocaram frequentes reformas e interferências, tanto do Estado quanto de instâncias religiosas superiores. Os conflitos geraram graves consequências para a ordem religiosa, que passou a sofrer perseguições e a fechar os noviciados, causando uma queda significativa no número de religiosos.

Durante o período do Império, no século XIX, a decadência da Província Carmelitana foi tamanha, que ela perdeu sua autonomia. A partir de interferência do Estado com medidas administrativas que cerceavam os direitos da Ordem sobre seus bens, as dificuldades para administrar as fazendas, os conventos e os escravizados, tornavam-se cada vez maiores. Para evitar os confiscos por conta das dívidas dos conventos, os carmelitas começaram a realizar contratos particulares de arrendamento de terras e de escravizados sem autorização do governo (DELI, 2010).

Apesar dessas dificuldades, a Ordem continuou a exercer grande influência sobre a população – social e culturalmente – sob a forma de serviços funerários, arrendamentos de terras para conhecidos, realização de casamentos e procissões. Em 1869, o Império autorizou a venda da Fazenda Caguaçu, mas não a implementou. Com a abolição da escravidão em 1888 e o advento da República em 1889, as ordens religiosas começaram a se recuperar e a Província Carmelita Fluminense foi restaurada após ter passado pelas mãos das Ordens Beneditina e Franciscana, que libertaram os escravizados não arrendados. No documento da escritura de venda, a área é mencionada como tendo sido doada a antigos escravizados em “uma espécie de concessão de uso que depois teria se estendido em doação” (DELI, 2010, p. 56).

A presença e influência da igreja católica é sentida fortemente na zona Leste até hoje. A arquidiocese de São Paulo⁶², que corresponde à circunscrição territorial da Igreja Católica no Brasil, possui, na região episcopal de Belém (zona Leste), um total de 71 paróquias (igrejas), como pode ser visto nas Igrejas Nossa Senhora do Carmo, em Itaquera; na Basílica de Nossa Senhora da Penha e Mosteiro e Igreja de Nossa Senhora da Esperança; no distrito da Penha, entre outras. A atuação da Igreja Católica na região será abordada novamente adiante.

3.3 A modernização conservadora e o mercado de terras

Conforme discutido anteriormente, a acumulação primitiva do capital no Brasil se deu, principalmente, a partir da exploração do trabalho de africanos durante o período do escravismo pleno (1550 – 1850). A partir da segunda metade do século XIX, deu-se início à modernização tecnológica no Brasil, porém, do ponto de vista social, a modernização foi conservadora. Durante o período do escravismo tardio (1851 – 1888), a elite aristocrata e escravocrata brasileira elaborou estratégias políticas, econômicas e sociais

⁶² Ver: <http://arquisp.org.br/home> Acesso em 12/08/2019

racistas que garantiram a manutenção de seus privilégios. Nesse período, a elite criou mecanismos de controle e de segregação da população negra que coibiu a inserção social dos escravizados, através da Lei de Terras e da implementação da Política Imigrantista, que resultaram na segregação sistêmica e sistemática dessa população (MOURA, 1989).

Essas políticas são estruturantes no que tange ao regime de ocupação e uso da terra no país, na medida em que a concessão de terras era realizada pela Coroa Portuguesa até meados do século XIX, nas sesmarias, ou eram ocupadas. A Lei de Terras, criada em 1850, essencialmente mantinha a estrutura fundiária com os antigos senhores de escravos. Dessa forma, a terra passa a pertencer a quem já a ocupava e com a Política Imigrantista, os senhores passaram a arrendar terras aos imigrantes europeus livres e não aos escravizados recém libertos com a Abolição da Escravatura de 1888. Dessa forma, estava posta a exclusão sistêmica de negros e negras de acesso à terra e ao trabalho remunerado nas fazendas e fábricas (MOURA, 1989). Essa população e seus descendentes compuseram a maior parte da população periférica em todas as cidades do Brasil.

Do ponto de vista econômico, a partir da segunda metade do século XIX, a expansão da atividade econômica cafeeira impulsionou a criação do mercado de terras e a instalação da rede ferroviária para escoamento da produção. A Lei Imigrantista ocasionou a importação da mão-de-obra livre europeia, principalmente italianos e espanhóis, que podiam arrendar terras e realizar trabalho remunerado em fazendas e fábricas, propulsionando a atividade comercial, pois muitos já vinham com uma profissão (sapateiro, artesão, alfaiate, etc.). O contexto de desenvolvimento econômico e rápido crescimento populacional geraram condições para a instauração de relações sociais de produção capitalista. Concomitantemente, os terrenos urbanos passaram a ser mais valorizados, assim como as terras mais afastadas do centro, que tinham por finalidade a apropriação de rendas fundiárias e implantação de loteamentos (DELI, 2010).

A propriedade imobiliária urbana também passou a ser valorizada como fator de investimento na produção da cidade, em grande medida, devido às parcerias entre poder público e privado, o primeiro viabilizando o segundo ou, em outras palavras, o interesse privado passa a ficar entrelaçado com a ação pública – tornando o interesse de proprietários de terra em interesses de Estado (SEABRA, 1987). Entre as décadas de 1910 a 1920, o mercado de terras encontrava-se nas mãos de inúmeras empresas, principalmente de origem britânica, que determinavam as múltiplas finalidades para os loteamentos de terra: estilo moderno para classes altas; distritos industriais na zona Oeste

para atender às necessidades das fábricas; loteamentos nas imediações da represa do Guarapiranga e do rio Grande; loteamento de recreio; entre outros. O empreendimento da Companhia Comercial, Pastoril e Agrícola (CCPA) aglutinou dois tipos de lotes: lotes urbanos próximos à ferrovia, voltados para trabalhadores que precisavam ir ao centro da cidade para trabalhar e

lotes para a implantação de pequenas propriedades agrícolas, onde começariam a se instalar imigrantes, muitos de origem nipônica, que, no campo dos hortifrutigranjeiros, atenderiam parte das necessidades da cidade em expansão, em hortifrutigranjeiros, como viria de fato a ocorrer (DELI, 2010, p.78).

Nesse contexto, a Fazenda Caguaçu foi vendida em 1919 à CCPA, quando o mercado já estava em franca expansão. A propriedade que ficava “a leste da Penha, se estendia para o sul, a partir do local em que havia uma estação da estrada de ferro Central do Brasil, a estação Itaquera” (DELI, 2006, p. 71). O loteamento realizado pela CCPA, nas terras mais próximas da estação, que já se configuravam como urbanas, recebeu o nome de “Vila Carmosina”. Outra parte dessas terras foi dividida em 600 lotes maiores, de caráter rural, chamada de “Colônia” (AZEVEDO, 1958, p. 167-168).

Segundo Lemos e França (1999, p. 58 – 61), o estabelecimento dos primeiros japoneses ao Brasil a partir da década de 1920, impulsionou a atividade agrícola principalmente na região de Itaquera, onde introduziram novos hábitos alimentares e, portanto, novos tipos de cultivo, como “legumes, hortaliças e frutas (que) passam, gradativamente, a fazer parte integrante da mesa do paulistano”. O coronel Bento Pires, dono de terras na região, planejou uma colônia agrícola para parte delas e para realizar o trabalho, contratou o “engenheiro agrônomo e também veterinário Tsunejiro Ishibashi (...). Foi ele quem organizou os loteamentos”. A presença nipônica na agricultura é sentida até hoje na região, na Festa do Pêssego e na produção agrícola com o uso de agrotóxico, e no Cinturão Verde de São Paulo – que será abordado adiante.

Nesse período, o governo republicano adotou uma medida econômica denominada ‘encilhamento’, que propulsionou a especulação baseada em crédito e dinheiro fácil. O mercado imobiliário foi amplamente impulsionado, triplicando o preço dos terrenos e, ao mesmo tempo, “sindicatos” passaram a comprar terras em áreas suburbanas da capital. O Banco Evolucionista mediava as negociações referentes às terras devolutas, concessões de uso de terreno para imigrantes e implantação de burgos agrícolas de forma irregular,

de modo que indivíduos se tornaram donos ou credores hipotecários do banco, em um processo marcado por uma série de irregularidades, tais como

venda e hipoteca de terrenos dos quais não eram os legítimos donos; concessão, mediante pagamento, de direitos a moradores (que não precisavam de tal concessão para estarem ali); extorsões e intimidações (muitas contra pessoas simples, donas de lotes urbanos de pequenas proporções); e uma grande “grilagem” de terras a partir, por exemplo, da manipulação do tamanho de antigos foros e a assinatura falsa de sucessores, bem como a conivência de certos cartorários. O fato é que os efeitos desta ação toda continuariam a ser sentidos durante muito tempo, mesmo com a consolidação da urbanização na Zona Leste (DELI, 2010, p. 90).

O crescimento vertiginoso da cidade é associado à rápida industrialização, com a instalação de mais de 100 fábricas de diversos ramos da indústria (tecido, chapéu, cerveja, sabão, etc.), que alavancaram o desenvolvimento de atividades de comércio e de serviços (bancos, companhias de transporte e seguro), no chamado “surto industrial” que “acabou transformando as cidades em polos de atração populacional de indivíduos em busca de melhores condições de vida” (TONAKI, 2013, p. 10).

3.4 A indústria e as vilas operárias

A partir da década de 1940, com a intensificação dos loteamentos urbanos irregulares, as terras de Colônia deixaram de ter características predominantemente rural, engendrando novos processos de interação entre o urbano e o rural. Paralelamente, mudanças na legislação de uso do solo ocasionaram as pequenas propriedades agrícolas a dar lugar ou a conviver com um número cada vez maior de indústrias, e principalmente de “loteamentos clandestinos e outras formas de ocupação irregular de caráter urbano” (DELI, 2010, p. 114). Diante de dramáticas mudanças sociais e econômicas da nova época, a cidade mostrava-se despreparada para lidar com os problemas ocasionados “pelo aumento do lixo, pela ineficiência ou inexistência de um sistema regular de infraestrutura e serviços (água, esgoto, energia, gás, iluminação, transporte urbano, etc.)” (TONAKI, 2013, p. 11).

À medida que a atividade industrial crescia, com ela nascia a “indústria da habitação” para acomodar o operariado, pois diante do imenso contingente populacional “recém-chegado a São Paulo a demanda por habitações estimula o mercado imobiliário que neste momento torna-se um investimento de retorno certo, com altas taxas de lucro atraindo toda uma variedade de investidores especialmente industriais” (TONAKI, 2013, p. 15). Até então, o novo operariado aglomerava-se em moradias coletivas precárias que,

na época, eram denominadas de ‘cortiços’, ‘pensões’, ‘casinhas’, entre outros, caracterizadas pela péssima condição de higiene e salubridade, proliferando doenças e sendo associadas, pela burguesia letrada, à imoralidade e ao mau comportamento (TONAKI, 2013).

O paradigma médico-sanitarista da época concebia um diagnóstico de que essas condições de moradia eram “nocivas à sociedade” e que melhorias nas condições de habitação teriam impacto positivo na saúde, na alimentação, no comportamento e na moralidade do operariado (TONAKI, 2013). Dessa forma, as vilas operárias tornaram-se resposta a dois problemas: o de moradia, consolidando-se como modelo para uma sociedade limpa e saudável do ponto de vista sanitarista, e a do empresário, que agora sabia onde sua força de trabalho habitava, exercendo maior controle sobre seu salário, dando espaço para a criação de mecanismos para a relação paternalista de patrão-empregado. Essa dinâmica demandava um comportamento de obediência e disciplina por parte do operariado, que servia também para a contenção de movimentos políticos e, assim, criavam-se condições para que empresários construíssem seus impérios na capital paulista (BLAY, 1985).

Paralelo a esse processo, as ações do Estado nas ocupações irregulares – as favelas – eram realizadas por meio da repressão, coerção e de destruição de novas ocupações. A remoção de famílias e seu realojamento em conjuntos habitacionais longe de regiões centrais de São Paulo era realizada de maneira truculenta. Nessa direção, as obras públicas de caráter sanitarista foram marcadas pela demolição de cortiços e o chamado Trabalho Social (TS) consistia em intervenções assistencialistas com base no modelo europeu conservador, onde a pobreza era um problema a ser combatido, realizado através de doação de recursos materiais e na educação moralista e disciplinadora (PAZ e TABOADA, 2010).

A construção de moradia pela indústria esteve presente em todas as regiões brasileiras, o que veio a consolidar uma prática com forte impacto do ponto de vista social, urbanístico e arquitetônico (CORREIA, 1998). Hoje, a presença das vilas operárias na zona Leste de São Paulo é ainda vista nos bairros do Brás, Moóca, Belém e Belenzinho. No entanto, na última década, as vilas têm sido alvo da especulação imobiliária propulsionada pelo processo de *gentrificação*, passando a fazer parte de um amplo processo de vendas para grandes empresas do mercado imobiliário, descaracterizando a região e gerando, por parte dos moradores locais, mobilizações e protestos a favor da

preservação e manutenção das vilas pelo Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo (RODRIGUEZ, 2006).

3.5 A habitação social e a produção da periferia

Até meados dos anos 1940, a indústria era a grande responsável pela construção das vilas operárias. Com o advento da Era Vargas (1930-1954), período marcado pela formação da sociedade urbano-industrial capitalista através da forte presença do Estado em todos os setores da economia, o governo passou a conceber a questão da habitação como um interesse social e a fazer intervenções no mercado do aluguel. Nesse período, Vargas tornou-se popular entre as camadas mais pobres da população devido a uma série de medidas como contenção, congelamento de aluguel e políticas de proteção ao inquilinato que visavam à ampliação da legitimidade do regime através da redução do custo de reprodução da mão de obra assalariada, rendendo-lhe o apelido de “pai dos pobres” (BONDUKI, 1994).

No entanto, não houve de fato a formulação de uma estratégia de política habitacional em todas as suas dimensões (regulamentação do mercado de locação, financiamento habitacional, gestão dos empreendimentos e política fundiária), bem como não houve uma articulação entre os ministérios e os vários órgãos do governo de modo que interferissem de forma efetiva na questão da habitação. No final da década de 1940, a lei do inquilinato gerou dois problemas, pois à medida que congelava o preço do aluguel, desestimulava o empresariado e, principalmente os grandes investidores, a investir no mercado habitacional, gerando uma escassez de habitações. Em termos populacionais a cidade continuava a crescer devido à atividade industrial, ocasionando uma severa crise de habitação, pois os proprietários passaram a exigir suas propriedades de volta ou a elevar o rendimento delas. Dessa forma, o despejo ou a ameaça dele tornou-se um grande problema. A principal consequência dessa transformação na distribuição de moradia foi a produção da periferia – de forma completamente irregular (BONDUKI, 1994).

Nessa direção, o processo da produção da periferia na região da zona Leste é marcado por uma série de irregularidades nos âmbitos jurídico, urbanístico e administrativo, conforme esclarecido por Nunes (2014, p. 124 – 125): *(a)* jurídico, onde “aquele que ocupa a área a possui de fato, mas não por direito. Não significa, entretanto, que o ocupante tenha consciência disso ou que a tenha ocupado ou invadido com conhecimento prévio da sua situação”; *(b)* urbanístico, onde “o aspecto a ser considerado

refere-se à implantação do loteamento: áreas públicas menores, vias com largura ou declividade em desacordo, infraestrutura incompleta, são algumas das irregularidades mais comuns”; (c) administrativo, onde “o loteamento não passou por aprovação da Prefeitura ou está pendente do cumprimento de exigências para sua aprovação”.

A partir de 1937, o Estado começou a produzir habitação em larga escala com a criação “das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), seguidas pela instituição da Fundação da Casa Popular, em 1946”, onde a função do primeiro era garantir a aposentadoria dos pensionários e a da segunda, produzir moradia para a população de baixa renda, onde a dinâmica que imperava entre as partes era a de clientelismo e o paternalismo (BONDUKI, 1994, p.721).

Do ponto de vista arquitetônico, as carteiras prediais das IAPs localizavam-se nos bairros como a Móoca e Tatuapé, e atendiam as necessidades da família de trabalhadores de baixa renda, pois eram construídas nos moldes do conceito de “habitação econômica”, como pode ser visto nos blocos de apartamentos, construções amplas e sólidas ao invés de casas – diferente de tudo que foi construído anteriormente em habitação popular. A ação pública de habitação na era Vargas foi um processo feito de forma propagandística e populista, mas que produziu moradia e poupava o trabalhador do ônus da construção da casa própria (Ibid., p. 728).

Com o golpe de 1964, foi instaurada a ditadura militar no Brasil – período marcado pelo autoritarismo e centralização administrativa. Nesse momento, as condições habitacionais pioraram não só devido ao congelamento do aluguel – que afastava o interesse de investidores privados – mas também devido à presença maciça da mão-de-obra migrante, oriunda principalmente do nordeste do país, que chegava à capital paulista sem ter local para morar. A alternativa encontrada pela população nesse período para a negociação de redução do valor ou “eliminação do aluguel”, foi construir casas próprias (autoconstruídas) em favelas, ou em loteamentos na periferia que não eram servidos por nenhuma infraestrutura urbana, mesmo que precária e insalubre (BONDUKI, 1994).

Vale destacar que, em São Paulo, a alternativa de possuir a casa própria em loteamentos periféricos era viável, principalmente, por ser conveniente ao processo de expansão industrial e servir ao sistema político-econômico vigente. A construção da casa própria de baixo custo pelos trabalhadores – sem implicar em aumento de seu salário – significava estabilidade para o sistema econômico e político. No entanto, do ponto de

vista político e de mão-de-obra, os trabalhadores não tinham nenhum apoio para construir suas casas (BONDUKI, 1994).

Para contornar a questão da habitação, em 1964 o governo criou o Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), para financiar a habitação no Brasil, criando também regulamentações, leis, planos e instituições nas esferas federal, estadual e municipal para financiar moradia às famílias de baixa renda. Além disso, em 1968 foi criado o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS) e o Financiamento de Saneamento (FINASA), recursos centrais no processo de urbanização. Em 1969, o BNH passou a aplicar o FGTS no sistema de água e esgotos e em 1971, criou-se o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) (SILVA, 2008).

O BNH operava com programas de construções-autônomas, que consistiam na organização e realização de mutirões; loteamentos de grandes áreas para serem urbanizadas; promoção e implementação de melhorias em favelas e desenho de unidades-embrião de moradia que eram acessíveis à população de baixa renda. No entanto, esses programas apresentavam inúmeras falhas e irregularidades do ponto de vista da legalidade dos processos (PULHEZ, 2016), conforme se discute a seguir.

3.5.1 A COHAB-SP e a construção de Cidade Tiradentes

Em 1965 foi criada a Companhia de Habitação Popular (COHAB) – uma sociedade anônima de economia mista – que atuava em nível municipal pelo SFH. No caso da cidade de São Paulo, os empreendimentos habitacionais da COHAB-SP são amplamente encontrados em toda zona Leste e particularmente no distrito de Cidade Tiradentes. Originalmente, Cidade Tiradentes era constituída pela Fazenda Santa Etelvina⁶³, entre outras chácaras, com amplas áreas verdes de Mata Atlântica. Em 1970 a Fazenda foi comprada pela COHAB-SP através da Secretaria da Habitação e deu-se início à construção dos conjuntos habitacionais Santa Etelvina I, II, III e IV, V, VI e VII; e Barro Branco I e II – construídos a partir do final da década de 1970 até final da década de 1990. Segundo Lavos (2009, p. 39), de 1965 a 1992, a COHAB-SP produziu 142.000 Unidades Habitacionais (UH), das quais 40.000 estão em Cidade Tiradentes e “até 1981 seu estoque de terras estava na zona leste (93% na zona leste, das quais 24,5% estavam ocupadas, sendo que destes 99% estavam nos distritos de Guaianases e Itaquera)”.

⁶³Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/index.php?p=94 Acesso em 20/12/2019

O processo de urbanização de Cidade Tiradentes foi marcado por uma série de irregularidades na ocupação e no uso de terrenos, desencadeando inúmeras disparidades entre as dimensões legais e ilegais do processo, ocasionando diversos tipos de relações entre moradores e poder público – tratados de maneiras distintas em cada gestão municipal, conforme esclarece Lavos (2009, p. 51):

As formas de apropriação e uso do espaço são diversas e se orientam num mundo de possibilidades, acessos e restrições. A capacidade de fiscalização do poder público é restrita. O poder público atua com uma legislação rígida que não é cumprida. Os loteamentos nas periferias das grandes cidades muitas vezes são abertos com “vista grossa” (corrupção) dos órgãos fiscalizatórios, e muitas ocupações em terrenos públicos ou privados são levadas a cabo com o apoio de líderes legislativos municipais ou seus assessores. O sentido do poder público, nestes termos, é orientado de forma diferente circunstancialmente. O próprio sentido da urbanização do Estado muitas vezes age na contramão da legalidade. Muitos conjuntos habitacionais em Cidade Tiradentes foram construídos antes mesmo da regularização dos lotes. Os tempos da política executiva nem sempre atendem aos prazos da burocracia legal.

Uma das características da produção habitacional de interesse social eram os múltiplos interesses do mercado da habitação – tanto das empresas privadas, interessadas nos repasses de verbas do BNH – quanto de moradores, que foram contemplados com os apartamentos da COHAB devido às suas ligações políticas. Essas relações imprimiram inúmeras variáveis entre “o que se entende por legalidade e respeito às normas e o que se entende por ilegalidade. Neste campo de relações os agenciamentos entre o poder público e a população são móveis e, em muitos casos, arbitrários, ao sabor do reconhecimento do poder” (LAVOS, 2009, p. 52). Nakano (2002) e Maricato (1997) criticam as políticas da COHAB de aquisição de terrenos na zona Leste, argumentando que esse tipo de padronização de habitação popular não estimulou a participação popular e gerou uma cultura clientelista, de favores para com a população, resultando em um processo de despolitização em relação à questão da moradia.

Além dessas questões, a constituição geomorfológica do distrito de Cidade Tiradentes é de morros e de terreno arenoso. A construção do conjunto habitacional Santa Etelvina – o maior da América Latina – acarretou elevado custo de terraplanagem. Ademais, os processos envolvidos na construção civil foram feitos com tecnologias defasadas, o que pode ser verificado na má qualidade dos apartamentos, cada vez menores; e nos materiais de construção, ocasionando uma série de problemas nas

instalações térmicas, acústicas e elétricas, o que gerou inúmeros processos judiciais contra as construtoras (LAVOS, 2009).

Nesse cenário, a política de habitação de interesse social tornou-se mercadoria privada, com grande probabilidade de superfaturamento e baixa qualidade de apartamentos. Cidade Tiradentes é o resultado de amplos problemas decorrentes de interesses políticos e técnicos. Além disso, de acordo com os dados demográficos de escolaridade e renda⁶⁴ da Prefeitura do Município de São Paulo, Cidade Tiradentes possui baixos índices de escolaridade, altos índices de desemprego, salários mais baixos do que no resto da cidade e altos índices de homicídio. No entanto, apesar da perversidade dos interesses políticos e empresariais, do abandono e descaso do Estado para com a população, a face humana de Cidade Tiradentes ainda é encontrada na trajetória de vida de seus moradores, no cotidiano de luta pela sobrevivência vinculado às transformações territoriais do distrito e às mudanças da paisagem, que era essencialmente rural e tornou-se um “mar de prédios” (SILVA, 2008).

Além da COHAB-SP e de grandes empreiteiras privadas, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU) também foi responsável pela construção de conjuntos habitacionais (fotografia 02) no distrito de Cidade Tiradentes e, em menor escala, em diversos outros distritos da zona Leste, como é o caso de União de Vila Nova. No entanto, a CDHU passou por diversas transformações institucionais que resultaram em um paradigma mais progressista de trabalho com a população local – distintas da COHAB-SP – conforme se discute a seguir.

⁶⁴Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/epidemiologia_e_informacao/geoprocessamento_e_informacoes_socioambientais/index.php?p=265358 Acesso em 17/12/2019

Fotografia 02 – Conjuntos habitacionais da COHAB e CDHU de Cidade Tiradentes.

Crédito da foto: a autora, 2017.

3.5.2 A CDHU e os movimentos de moradia

Em 1983, com o declínio do BNH e dos repasses financeiros do SFH, o então governador do Estado de São Paulo André Franco Montoro (PMDB, 1983 – 1987) criou a Secretaria Executiva de Habitação com o objetivo de redimensionar a vontade política em relação à habitação popular, batizada de Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH), passando a depender exclusivamente de recursos financeiros do governo do Estado de São Paulo e estabelecendo autonomia em relação à política federal (CDHU, 2016; PULHEZ, 2016).

Na década de 1980, em contexto de redemocratização, a CDH assumiu as funções de gerenciar, administrar e controlar a concepção e a execução de programas e empreendimentos habitacionais (PULHEZ, 2014). Nesse momento, os movimentos de moradia ganharam força, articulando-se com outros movimentos sociais e com a Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁶⁵, entre outros, que passaram a pressionar o Estado por respostas sobre a questão da moradia. Dessa forma, em resposta à pressão popular, a CDH adquiriu grandes glebas na cidade de São Paulo, particularmente na zona Leste, onde criou um de seus serviços mais significativos: o

⁶⁵ A formação das CEBs, os movimentos sociais e de base serão discutidos em maior profundidade no item 2.7.

mutirão autogestionário⁶⁶, dando início a um processo de construção de conjuntos habitacionais que ocasionou grande proximidade entre os movimentos de moradia e os quadros da CDH que executavam as obras (CDHU, 2016).

Nessa direção, o Trabalho Social (TS) da CDH assumiu um caráter mais politizado devido à relação deste com os movimentos de moradia e com as CEBs – o que veio a compor um processo mais amplo de resistência em relação à ditadura militar, estabelecendo uma metodologia de trabalho social baseado na Educação Popular de Paulo Freire (PAZ e TABOADA, 2010). Nesse período surgiram as Associações de Moradores que, inicialmente, tinham um papel de mediadoras e depois de executoras perante o Estado, devido à sua proximidade com os movimentos de moradia e por razão da ausência de quadros operativos e das carências nas áreas onde atuavam (FERNANDES, 1994).

Em 1985, a CDH, através da atuação de José Fábio Zamith Calazans, criou o Departamento de Favelas e diversificou o perfil dos profissionais que atuavam no Trabalho Social, por meio da contratação de sociólogos, urbanistas, arquitetos, psicólogos, geógrafos, pedagogos, entre outros, que imprimiram perspectivas humanistas para a atuação da empresa – e que entravam em choque com concepções mais mecanicistas das engenharias, civil e de produção. Os novos contratados questionavam o modelo coercivo de remoção de famílias e propuseram meios de mobilização e participação popular na urbanização das favelas. Nesse sentido, as concepções norteadoras do TS passaram a ter um caráter mais progressista e crítico, apesar de não romper completamente com o modelo conservador, funcionalista e coercivo de intervenção em favelas (BUENO, 2000; PAZ, 2008).

Em estudo sobre movimentos de moradia na zona Leste, verifica-se que a família exercia um papel central na articulação social da moradia, influenciando as próprias políticas habitacionais: “as diferentes configurações familiares (...) se combinam às ações dos movimentos e como suas escolhas de onde e como morar podem influenciar seu atendimento habitacional” (AQUINO, 2015, p.07). O cadastramento dessas famílias era feito por indicação dos movimentos de moradia, desde que atendessem aos critérios da CDH e dos próprios movimentos (CDHU, 2016). Josilene, uma das agricultoras do

⁶⁶ Para maiores detalhes sobre os mutirões autogestionários ver: CARVALHO, C. S. A. de. **Lupa e Telescópio: mutirão em foco. São Paulo anos 90 e atualidade**. Tese de doutorado da FAU-USP, 2004.

Viveiro Escola União de Vila Nova, comenta sobre seu primeiro apartamento, comprado através dos programas da CDHU:

A gente morava em um barraco até que uma assistente social da CDHU teve misericórdia de mim e me encaixou em um programa de habitação. Foi ela quem me falou sobre direitos. A gente foi para uma casa de madeira e depois de 5 anos eu peguei um apartamento, que vendemos e pegamos uma casa. Eu fiquei com a casa, não meu marido. Aquilo mudou minha vida.

Nessa dinâmica, os movimentos constituíam o principal veículo de luta popular de famílias de baixa renda que tinham como objetivo o atendimento pelos programas de habitação. Os mutirões eram organizados principalmente em torno dessas famílias que, por sua vez, eram os sujeitos do discurso e da prática dos movimentos de moradia em articulação com o poder público (OLIVEIRA, 2007).

Ademais, os estudos de Fontes (2008) e de Durham (1973), demonstram que os movimentos de moradia em São Paulo eram constituídos por famílias oriundas principalmente da região nordeste do Brasil. Alice, uma das agricultoras do Viveiro Escola União de Vila Nova, recorda-se do movimento de moradia de Itaquera, no qual seu pai era atuante:

Quando eu tinha 14 anos, meu pai era membro da Associação de Moradores e pedia para eu escrever a ata das reuniões. Ele era metalúrgico envolvido com a causa da moradia, então eu cresci nesse meio, ia nessas reuniões tudo. Conheço a Associação de Moradores de Itaquera, as mulheres que eram liderança lá.

Entre 1986 e 1987, diante da crise econômica do país, desemprego, baixos salários e impossibilidade de pagar o aluguel nas regiões centrais de São Paulo, os movimentos de moradia organizados, ligados a partidos políticos e à ala progressista da Igreja Católica por meio das CEBs, iniciaram amplo processo de ocupação de terras em São Paulo e em outras capitais do Brasil (BUENO, 2000; PETRAROLLI, 2015; CDHU, 2016).

Nesse período de redemocratização, houve um fortalecimento dos movimentos sociais e, no âmbito municipal, foram criados os primeiros programas para a urbanização e regularização de favelas por partidos de esquerda, que haviam recém assumido a gestão municipal e passaram a aprovar e a implementar a inédita legislação que servia a população periférica na questão da habitação. Alguns exemplos desses programas são o Programa Mutirão no Rio de Janeiro; o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) em Recife; o Programa Municipal de Regularização de

Favelas (PROFAVELA) em Belo Horizonte, e programas semelhantes implementados nas favelas de Diadema e da Grande São Paulo (BUENO, 2000; PETRAROLLI, 2015).

No âmbito nacional, esses programas e legislações, entre outros, abriram caminho para a consolidação das arenas participativas, legitimando as noções de direito à cidade e de direitos sociais – através da participação da sociedade civil na esfera pública como local de negociação e de enfrentamento – configurando-se como veículo de construção social democrática e que se manifesta na AU a partir dos anos 2000. Esses mecanismos de participação popular tornam-se referência para os movimentos sociais, para acadêmicos engajados e para profissionais da área do trabalho social da habitação (PAZ, 2008).

Durante a década de 1990 houve um aumento massivo de ocupações informais, porém, o modelo de remoção coerciva já não era mais visto como boa prática. Nessa direção, as experiências consideradas “alternativas” da década de 1980 se consolidaram ao longo da década de 1990 por essa razão e pela complexidade e aprimoramento técnico de intervenção, ocasionado pela integração entre os setores socioambiental, jurídico e econômico das companhias de habitação (DENALDI, 2003).

Além dessas, o financiamento de organismos internacionais também auxiliou a consolidar a urbanização de favelas como um conjunto de ações integradas com o objetivo de requalificar espaços urbanos ocupados de forma irregular. No entanto, o caráter da urbanização varia de acordo com os programas de habitação estaduais e municipais, e a relação com a população varia, principalmente, de acordo com a orientação do partido político dos governantes (PETRAROLI, 2015).

Nessa direção, nas gestões de Orestes Quércia (PMDB, 1987 – 1991) e de Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB, 1991 – 1994), o modelo de produção habitacional priorizou a iniciativa empresarial privada através da contratação de construtoras e empreiteiras para realizar os projetos de urbanização e habitação, em programas que atendiam às crescentes demandas dos movimentos de moradia, aos interesses do empresariado do setor da construção civil e da autonomia do Estado em relação a recurso financeiro (ROYER, 2002; CDHU, 2016).

Ressalte-se que o modelo de relação com os movimentos de moradia de Fleury se deu por meio do mutirão, mas em lógica distinta do modelo de mutirão autogestionário, da gestão da prefeita Luiza Erundina (PT – 1989 a 1993) para o município de São Paulo. Dessa forma, a participação popular nos mutirões e a relação da população com os projetos da CDHU foi descaracterizada (ROYER, 2002). A pressão por moradia persistia e, para atender a demanda, foi criada uma “cota para favelados”, ancorada em uma mentalidade assistencialista-clientelista, onde a população era concebida como beneficiária dos programas, sem proposta de participação popular nas intervenções dos assentamentos precários. Já os governos municipais com gestão de partidos de esquerda ampliavam a mobilização e participação popular nos projetos autogestionários (ROYER, 2002).

Na gestão de Mário Covas (PSDB, 1995 – 2001), a CDHU foi reorganizada do ponto de vista institucional – com demissões de funcionários e revisão de procedimentos – com vistas a focar no atendimento e priorizar a Região Metropolitana de São Paulo, recebendo grande parte dos recursos financeiros estaduais da habitação (DENIZO, 2008; SILVA, 2018). Nesse momento, o modelo de mutirão da gestão de partidos de esquerda foi mantido devido à pressão de órgãos multilaterais e não de fato por vontade política (SILVA, 2018).

A partir dos anos 2000, os projetos de intervenção em favelas passaram a constar no planejamento da CDHU – por razão do financiamentos dos órgãos multilaterais e no ensejo das mudanças políticas promovidas pelo governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003 – 2011) – que criou o Ministério das Cidades e consolidou nacionalmente as políticas de urbanização de assentamentos precários, tomando como referência as experiências progressistas das gestões municipais, entre outras inovações institucionais (PETRAROLI, 2015).

Nessa direção, diversos projetos⁶⁷ de caráter participativo e progressista receberam recursos e foram desenvolvidos pela CDHU, entre eles, o Projeto Jardim Santo André, na cidade de Santo André; o Projeto Pimentas, na cidade de Guarulhos; o Projeto Cotas Serra do Mar, na cidade de Cubatão; o Projeto México 70, na cidade de São Vicente; e o Projeto Pantanal, no bairro de São Miguel Paulista, cidade de São Paulo –

⁶⁷ Para maiores informações sobre os projetos da CDHU, ver a dissertação: SILVEIRA, M.C. **Mobilizando redes e construindo arenas participativas: o trabalho social nas políticas de urbanização de favelas da CDHU**. Dissertação de mestrado. FFLCH – USP, 2018.

que dá origem ao Viveiro Escola União de Vila Nova. O Projeto Pantanal será discutido no próximo capítulo, revelando as transformações institucionais da CDHU, bem como a articulação do projeto com múltiplas organizações da sociedade civil, coletivos, entre outros, com ampla participação das agricultoras do Viveiro Escola.

Conforme discutido, as pressões e carências de todas as ordens pelas quais as camadas mais pobres da população passavam, acarretaram transformações na sociedade civil durante a ditadura militar que foram sentidas principalmente na formação da participação popular da década de 1980. Na cidade de São Paulo, devido ao crescimento populacional e urbano, as organizações da sociedade civil se articulavam em movimentos de diversos tipos para exigir direitos – o que se configurou como meio de mobilização e organização social nas periferias da cidade até hoje. Nessa direção, para entender melhor a atuação dessas organizações, o próximo item é dedicado aos movimentos sociais e à formação do terceiro setor no Brasil, que irá atuar também no âmbito da agricultura urbana e periurbana a partir dos anos 2000.

3.6 Os movimentos sociais e o embrião do terceiro setor

Do ponto de vista da sociedade civil, na década de 1960, o rápido crescimento urbano propulsionou entidades não-oficiais a assumirem o papel de ponte com as comunidades mais pobres no trabalho da ‘luta social’⁶⁸. Essas entidades não-oficiais também passaram a atuar como assessoria técnica junto aos movimentos de base, com quadros de pessoas capacitadas para estimular, articular e alinhar os novos movimentos locais, também, com lutas globais. Nesse cenário, Paulo Freire foi figura chave no quesito de Educação Popular, imprimindo às causas populares, os temas de emancipação e de justiça social através da educação, constituindo discurso e práticas estruturantes da luta social (FERNANDES, 1994).

Em relação aos formatos em que a questão social se configurava, Landim (1993) e Gohn (2000) demonstram que “ONG” foi um termo criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 1940, para designar entidades não-oficiais que recebiam auxílio financeiro de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, norteadas

⁶⁸ Lutas sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico que se relacionam a um conjunto de ideias que motivam e fundamentam um conjunto de práticas sociais. É um discurso que se torna ação política, afirmando sua identidade na busca por direitos em sociedades democráticas. Dessa forma, as lutas sociais se relacionam diretamente com o exercício da cidadania de uma determinada sociedade. Ver: VENTURA, Tereza. **Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 40, p. 159-170, out. 2011.

por uma concepção de trabalho denominada “desenvolvimento comunitário”. Essa perspectiva apareceu na América Latina como parte de uma estratégia mais ampla dos EUA para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento industrial e tecnológico em países do “Terceiro Mundo” – do qual o Brasil fazia parte. As políticas desenvolvimentistas, chamadas de “Nacional Desenvolvimentismo” (1930 – 1964) foram elaboradas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a ONU, que tinham por objetivo a modernização da sociedade através do crescimento econômico⁶⁹.

Essa perspectiva relacionava-se com a concepção de que uma sociedade desenvolvida e moderna era baseada na industrialização, e que isso, conseqüentemente, eliminaria a pobreza. Naquele momento, as mudanças estruturais (reforma agrária, urbana, tributária, etc.) faziam parte dessa agenda e seriam articuladas e mobilizadas pelos grupos da sociedade civil organizada. Essa estratégia de desenvolvimento também era motivada pelo medo da expansão do comunismo – durante a Guerra Fria (1947 – 1991) – onde os capitalistas liderados pelos EUA e os socialistas liderados pela URSS travavam franco combate pela dominação mundial (WANDERLEY, 1998).

No âmbito da emancipação popular, a partir da década de 1970, no Brasil, os movimentos sociais se multiplicaram como forma social de resistência à ditadura e eram violentamente reprimidos, pois seu modelo de atuação exigia mudança do regime político e reivindicava a construção de uma sociedade justa e democrática – alinhadas principalmente a ideais socialistas. Esse período foi marcado por perseguições políticas, prisões e tortura pois a luta das classes populares representava uma ameaça ao sistema vigente (NETTO, 2002). Devido ao endurecimento nas relações políticas, houve um recrudescimento no diálogo entre as estruturas sócio-políticas estabelecidas (sindicatos,

⁶⁹ Ressalte-se a crítica marxista de Davis (2006), sobre a produção das favelas em países em desenvolvimento, que expande as noções de formação de proletariado do marxismo clássico e da ortodoxia do capitalismo neoliberal, imprimindo uma visão apocalíptica às favelas, moldadas a partir das políticas e programas dos referidos órgãos internacionais. O autor argumenta que as favelas serão o modelo urbanístico para as cidades do futuro e se refere à reestruturação neoliberal das economias urbanas do Terceiro Mundo, que ocorreu desde o final da década de 1970, como a “hegemonia da classe média”, o “imperialismo branco”, “os proprietários de elite” e de ONGs alinhadas à agenda dos doadores internacionais e grupos de base igualmente dependentes do financiamento de ONGs internacionais. Ver: DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Boitempo Editorial, 2006.

partidos e lideranças populares) e o Estado. Essa falta de diálogo abriu espaço para maior aproximação entre movimentos sociais e movimentos de base (FERNANDES, 1994).

Os movimentos de base reivindicavam direitos – de habitação, de serviços públicos, de dignidade social e ambiental, entre outros – e, a partir da conscientização das formas de opressão e dominação, construíam o discurso e prática da luta social contra o autoritarismo de Estado, defendendo o direito de participação e igualdade entre os cidadãos, “independentemente de suas diferenças de raça, sexo, classe e geração” (OLIVEIRA, 2007, p. 21). Os movimentos buscavam uma construção democrática de Estado, em um país onde, socialmente, a democracia não era valorizada – e ainda não é. Nesse sentido, os militantes de movimentos sociais ocupavam

o lugar de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), com o direito de definir como a sociedade deve ser organizada, contra a sociedade autoritária e centralizadora, buscando espaços de ampliação da política e seus agentes (...). (...) o movimento popular assume formas as mais diversas, que vão desde associações até movimentos rurais, como os sem-terra ou os movimentos de barragens, passando por movimentos de mulheres, comunidade de base da Igreja Católica, movimentos negros, sindicatos profissionais ou movimentos ecológicos (...) (OLIVEIRA, 2007, p. 18-19).

Um dos movimentos mais expressivos neste período foi a Teologia da Libertação, movimento progressista da Igreja Católica na América Latina norteador por uma concepção social da fé religiosa, visando à transformação da vida dos mais pobres por meio do envolvimento destes em assuntos políticos e cívicos. O movimento enfatizava maior conscientização a respeito das estruturas socioeconômicas ‘pecaminosas’ que causam as desigualdades sociais, bem como encorajava a participação ativa da população mais pobre na mudança dessas estruturas (FERNANDES, 1994).

Conforme discutido nos itens anteriores, o movimento operava através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por meio da realização de debates sobre questões de ordem cívica local, fomentando a formação política e social, principalmente nas favelas (FERNANDES, 1994). O agricultor Chico⁷⁰, da Horta da Mateo Bei, conta sobre sua militância na pastoral de uma Igreja na Penha:

Sou católico, nos anos 90 eu frequentava as pastorais e fui coordenador de uma comunidade de base... mas era muita reunião... era reunião demais! Eu dava informação sobre batizado, sobre as atividades da igreja, mas agora eu passei para os mais novos, eles têm que assumir.

⁷⁰ Entrevista realizada no dia 04 de maio de 2018 na horta Mateo Bei.

Ressalte-se também que a presença de mulheres de origem rural nordestina, de baixo nível socioeconômico é marcante no processo da formação política popular nas CEBs. Lá, elas criavam nexos entre “educação e movimento popular, vida privada e atuação pública, sonhos e utopia, educadores e educação (...)”, em espaços onde se conheciam, se articulavam e tomavam decisões que possibilitavam agenciamento social e político para além das esferas de sua condição de trabalho imposta pelo capital (OLIVEIRA, 2007, p. 04).

‘Justiça social’, ‘luta’ e ‘militância’ fazem parte do vocabulário de duas agricultoras e três agricultores para se referirem à atuação de suas famílias em movimentos de moradia e nas paróquias progressistas da Igreja Católica. As referidas agricultoras também falam muito da militância para se referirem ao esforço empenhado ao enfrentarem as dificuldades na gestão dos processos das hortas e nas adversidades que enfrentam em suas áreas. Alice⁷¹, uma das agricultoras do Viveiro Escola União de Vila Nova, se refere à horta como um direito de justiça social:

(...) isso aqui é justiça social! Eu cresci nos movimentos de moradia de Itaquera vivendo nisso e não acabou não! Eu também tenho direito nessa horta! Vem esses capangas querendo mandar nessa terra (...) essa terra aqui né deles não! Essa terra aqui é nossa! E não vem querer dizer o contrário!

Atualmente, um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação na zona Leste é padre Antônio Luiz Marchioni, popularmente conhecido como “Padre Ticão” (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2017). O padre Ticão faz parte da ala progressista da Igreja Católica, defensor de direitos humanos e debatedor de temas controversos como aborto e uso medicinal da cannabis sativa⁷², tornando-se alvo de ataques de grupos fundamentalistas⁷³. As questões ambientais também fazem parte de seu escopo de discurso-ação e em janeiro de 2020 ele fez um chamamento para realizar uma reunião sobre energia solar em casas, empresas e praças da zona Leste, de São Paulo e do Brasil, na Paróquia da Igreja de Ermelino Matarazzo⁷⁴, onde atua. O padre Ticão já fez diversas visitas às hortas da zona Leste, inclusive, a uma das hortas estudadas por esta pesquisa, o Viveiro Escola, em maio de 2018.

⁷¹ Entrevista realizada no dia 17 de maio de 2018 no Viveiro Escola União de Vila Nova.

⁷² Ver: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2019/03/nao-vou-dizer-que-deus-e-maconheiro-mas-ele-e-cannabista-diz-padre/> Acesso em 12/12/2019

⁷³ Ver: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/08/padre-ticao-ameacas-fundamentalistas/> Acesso em 12/12/2019

⁷⁴ Chamamento extraído do grupo de WhatsApp ‘Amigos do Viveiro Escola’ em 15/01/2020

Além do padre Ticão, o pedagogo e presbítero Júlio Renato Lancellotti, popularmente conhecido como “Padre Lancellotti” é pároco da Igreja São Miguel Arcanjo no bairro da Mooca e realiza missas na capela da Universidade São Judas Tadeu, no mesmo bairro. Lancellotti também é defensor dos direitos humanos e sofre ameaças de diversos grupos⁷⁵, incluindo da polícia civil e de moradores da região por sua militância em defesa de moradores de rua e de grupos vulneráveis.

3.6.1 O movimento ambiental e a criação da APA do Carmo

O primeiro registro de mobilização popular em torno da questão ambiental na zona Leste de São Paulo é de 1985, quando a Prefeitura de São Paulo implantou um aterro sanitário em uma grande área que hoje correspondente a parte do Parque do Carmo, ocasionando a articulação de “diversos movimentos sociais da Zona Leste” que “se uniram na luta pela desativação desse aterro, culminando com um acampamento que durou dezessete dias e dezessete noites, impedindo a entrada dos caminhões de lixo” (DELI, 2014, p. 134).

O fechamento definitivo do aterro e a mobilização popular de diversos segmentos sociais em torno da causa ambiental demonstra a conscientização socioambiental de moradores da região, culminando na criação da Área de Proteção Ambiental do Carmo (APA do Carmo) em 1989 – fato este que a difere das outras APAs de São Paulo – criadas a partir do quadro técnico da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

O Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo (PNMFC) foi criado em junho de 2003, recebendo o nome de Parque Natural Municipal do Carmo. Em 2008 ele foi ampliado e rebatizado de Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, para diferenciá-lo do já existente Parque Municipal do Carmo – Olavo Egydio Setubal⁷⁶. Além da APA do Carmo, a zona Leste também conta com a APA Mata do Iguatemi, situada entre dois conjuntos habitacionais, em terreno pertencente à CDHU. A APA Mata do Iguatemi foi criada em 1993, possui 3 hectares e é a menor de São Paulo:

Sua área estabelece uma zona de vida silvestre abrangendo todos os remanescentes da flora original, constituída por espécies típicas de Mata Atlântica. A APA promove restrições à implantação de atividades poluidoras, que possam afetar os mananciais de água, o solo e o ar, bem

⁷⁵ Ver: <https://ponte.org/padre-julio-lancellotti-defensor-dos-pobres-e-alvo-de-nova-ameaca-de-morte-em-sp/> Acesso em 12/08/2019

⁷⁶ Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/index.php?p=42141 Acesso em: 04/01/2020

como de obras de terraplenagem e de movimentação de terra que possam alterar as condições ecológicas. A área tem sido alvo de invasões de grupos religiosos, que fazem peregrinações até o chamado “Monte Sagrado”, como também tem servido de refúgio para usuários de drogas ou de atividades de caçambeiros com despejo de resíduos, bota-fora, exigindo ações de controle mais efetivas dos órgãos de proteção ambiental (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, 2020).

Conforme demonstrado, os movimentos sociais, de moradias e ambientais da zona Leste são os elementos que compõem a macroestrutura da formação sócio-histórica da região, bem como a origem nordestina de grande parte de seus moradores.

O trabalho de campo exploratório revelou grupos que atuam há 10 anos ou menos, como a Rede Permaperifa⁷⁷, que organiza mutirões de permacultura nas periferias de São Paulo e o MUDA, Movimento de Agroecologia Urbana da cidade de São Paulo, que conta com grupos em Itaquera, Ermelino Matarazzo, Mooca⁷⁸ e Penha. Além desses, existem diversos outros movimentos, de múltiplas causas, que atuam na zona Leste e em todas as periferias da cidade de São Paulo, protagonizado principalmente por segmentos jovens.

Segundo relatos obtidos no trabalho de campo, existe grande interesse por parte de segmentos jovens em se engajar com a agricultura urbana na região – especialmente enquanto atividade remunerada – porém, muitos deles manifestam descontentamento com a falta de incentivo público e, em alguns casos, da própria família para se envolverem em atividades de horticultura, além de apontarem a burocracia envolvida no acesso aos terrenos, como uma barreira à horticultura.

3.7 Cinturão verde

O trabalho de campo também mostrou a relação das hortas com o chamado “cinturão verde de São Paulo” especialmente no que se refere à compra de mudas para as hortas. Petrone (1964) e Seabra (1969) discutem o processo histórico de transformação da região na qual os bairros rurais que formaram o “cinturão de terras”, tornou-se o “cinturão caipira” e depois em “cinturão verde”. Os primeiros indícios de atividade agrícola nessa região – que hoje é constituída pelas cidades que circundam a zona Leste – são encontrados “em volta de São Paulo de Piratininga” (LEMOS e FRANÇA, 1999, p. 28).

⁷⁷ Ver: <https://pt-br.facebook.com/REDEPERMAPERIFA/> Acesso em 11/12/2020

⁷⁸ Ver: <https://www.facebook.com/mudamooca/> Acesso em: 21/11/2020

Entre as décadas de 1950 a 1970, a especulação imobiliária sobre os loteamentos nessa região imprimiu outro uso para a terra, para além da atividade agrícola – tais como empreendimentos imobiliários de casas de veraneio, condomínios de luxo, vilas operárias, colônias de férias, sítios e chácaras, que foram construídas concomitantemente às atividades de produção de hortifruti, constituindo-se hoje no “cinturão da especulação”. Dessa forma, o cinturão verde não se constituiu somente de sítios agrícolas, mas é também produto da especulação imobiliária especializada de forma fetichizada (EL-KHATIB, 2018).

Do ponto de vista ambiental, o cinturão verde que hoje abriga a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (Programa MaB-UNESCO)⁷⁹ recebe apoio do Instituto Florestal desde 2007, vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente⁸⁰, por concentrar funções ambientais e sociais, tais como: (a) abrigo de nascentes, mananciais e afluentes de rios que correm para São Paulo; (b) possui função reguladora do clima, impedindo a formação de ilhas de calor; (c) auxilia na qualidade atmosférica; (d) é berço de vasta biodiversidade de espécies, de fauna e flora; (e) promove segurança alimentar das cidades; (f) apresenta patrimônio cultural e histórico; (g) possui potencial para descobertas científicas; (h) estimula a sustentabilidade. A Secretaria também lista as ameaças ao cinturão verde, tais como:

especulação imobiliária; grandes obras de infraestrutura; legislação inadequada e descumprida; regulamentação fundiária precária; extração ilegal de recursos florestais; mineração; lixo urbano; poluição atmosférica; depredação do ambiente; desconcentração industrial (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, 2020).

Dois gestores de hortas compram mudas dos produtores Taií⁸¹, viveiro de mudas, em Biritiba Mirim e do Viveiro Municipal Tomoe Uemura⁸², em Suzano, ambas cidades localizadas no cinturão verde.

⁷⁹Ver: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/o-instituto/rbcv/> Acesso em 12/12/2019

⁸⁰Ver: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/o-instituto/rbcv/o-cinturao-verde/> Acesso em 12/12/2019

⁸¹ Ver: <https://www.facebook.com/taiimudas/> 31/11/2020

⁸² Ver: <https://www.suzano.sp.gov.br/web/viveiro-municipal-tomoe-uemura-e-inaugurado-no-jardim-imperador/> 31/11/2020

3.8 Crime organizado

Conforme discutido nos itens anteriores, a produção em larga escala da periferia é marcada por irregularidades de todos os tipos e por segregacionismo social e racial. Junte-se a isso o descaso e abandono histórico do Estado nas dimensões determinantes do bem-estar social (saúde, educação, moradia); a insuficiência ou falta de serviços públicos, entre outras inúmeras infrações de cidadania e de direitos humanos que gerou um cenário onde atividades ilícitas – especialmente o tráfico de drogas – ganhou mercado, território e poder⁸³. Não é o intuito aqui fazer uma genealogia de atividades ou organizações criminosas⁸⁴ – de qualquer tipo – na zona Leste, mas sim de apresentar as situações as quais os sujeitos desta pesquisa enfrentam e como lidam com elas, pois atravessam os processos de gestão das organizações da sociedade civil, de uma empresa e das hortas estudadas por esta pesquisa.

Entre os agentes do crime, destaque-se o Primeiro Comando da Capital (PCC)⁸⁵, uma das maiores organizações criminosas do Brasil, formado em 1993, cuja principal fonte de renda provém da venda de drogas como maconha e cocaína, entre outras atividades. Ressalte-se que o PCC não é a única organização criminosa atuante na região e, conforme relato dos (as) participantes da pesquisa, as atividades criminosas e/ou ilegais são de inúmeros tipos e realizadas, também, por agentes legais.

As situações enfrentadas pelos (as) participantes são as mais variadas. Conforme explicado na metodologia, os (as) participantes desta pesquisa não são identificados e devido às implicações de se abordar questões relacionadas ao crime organizado e às atividades ilícitas, também não serão identificadas nem as hortas e nem as organizações / entidades / empresas em questão.

As situações e os casos descritos a seguir foram contatos por gestores (as) de hortas, servidores (as) públicos (as), e por agricultores (as) – que serão identificados pelas letras alfabéticas A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K e L. Conforme pode ser verificado nos apêndices de roteiros de entrevistas, o tema sobre o crime organizado e as atividades ilícitas não foi uma pergunta direta, mas o assunto surgia, principalmente, quando da

⁸³ Ver: BIONDI, K. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. Tese de doutorado em Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

⁸⁴ Sobre a genealogia e atuação do crime, ver o livro: ANJOS, J. H. **As raízes do Crime Organizado**. Florianópolis: IBRADD, 2002.

⁸⁵ Sobre o PCC, ver o livro: FELTRAN, G. S. **Irmãos: Uma história do PCC**; Companhia das Letras, 2018.

pergunta sobre os desafios enfrentados na gestão dos processos de operacionalização da horta, no caso dos gestores, e na trajetória de vida, no caso de agricultoras (es).

Além de falarem sobre os desafios relativos aos agentes legais da AU na região, os (as) gestores (as) e servidores (as) públicos (as) também mencionavam o “poder paralelo”, referindo-se aos grupos de crime organizado que atuam na região e como sua presença incide sobre as hortas. A seguir, são descritas e analisadas as situações relatadas.

3.8.1 O impacto na gestão e nos terrenos

Em reunião aberta com um projeto que buscava parceria com uma horta, o gestor A, de uma entidade responsável pela implementação da referida horta, conta como entrou para o mundo do crime quando era jovem e tornou-se traficante de drogas. Em certo momento ele foi pego pela polícia e ficou preso por 10 anos. Na prisão recebeu uma carta de uma senhora que o orientou a converter-se à religião evangélica, o que desencadeou um processo de reflexão sobre sua vida e o fez questionar sobre seu papel no mundo. Quando saiu da prisão, fez trabalho voluntário por um ano em um assentamento do MST onde aprendeu os princípios da agroecologia, da luta social e do respeito à terra.

A partir dessa experiência e da transformação pessoal através do “renascimento em Cristo”, tornou-se pastor, retornou ao local onde antes atuava com vendas de drogas a fim de regenerar a comunidade com atividades culturais, afirmando ser este o “chamado de Cristo” e seu papel no mundo. Quando retornou ao local, que estava muito precário, diz que passou por muita resistência tanto por parte da comunidade quanto por parte dos ex-colegas do crime, que viam com desconfiança sua transformação. No entanto, com persistência e com o envolvimento da comunidade, conseguiu estabelecer suas atividades. Sua atuação foi crucial para a implantação da horta no local, negociada com todas as instâncias de poder no local: o público, o “paralelo” e a comunidade.

Em outra situação, o gestor B conta como a autorização do traficante foi fundamental para a implantação da horta, em certa localidade:

(...) sem a autorização dele, eu nem entro no [diz o nome do local], que dirá fazer uma horta... Tem que ter muita conversa, explicar muito bem os benefícios que [a horta] traz para a comunidade e... veja como são as coisas... A mãe dele [do traficante] gosta de plantar e isso foi de uma ajuda e tanto! (...) Um dia ele me pediu uns sacos de composto e eu achei aquilo estranho... pensei cá com meus botões que era pra mãe dele, entreguei os sacos e ele disse ‘vem cá ver minhas meninas’... Eu pensei que fossem as filhas dele, quando ele me mostrou... era uma

plantação de maconha! O composto era pra plantação de maconha dele e eu ainda brinquei ‘essa maconha é orgânica?’ [risos].

O gestor C relata em detalhes as situações que enfrenta na horta e no bairro, contando sobre como os sujeitos envolvidos em atividades ilícitas *impõem* certas condições para a existência da horta e da influência que exercem sobre terrenos na região:

Aqui tinham vários grupos de máfias diferentes, muitos já foram, morreram, foram embora, etc. Hoje eu nem vou atrás de saber muito o que existe aqui... Sei que tem boca de drogas, sei que tem grupo que rouba carga de caminhão, tem uns aí que já vieram até tomar cafezinho, já entrou gente do PCC aqui que eu sei, então não sei nem qual é a relação deles com esse espaço e eu prefiro não saber.

(...)

Aqui tem terreno desocupado pra dedeu e eu quero plantar, fazer um lago, e ele [liderança local] olha e fala: ‘você é muito inocente, filho’. Tem um terreno lá embaixo grande, já ia começar a plantar, fui no fórum do bairro, ele [liderança local] falou ‘rapaz, não é assim que funciona’. Só que não fala como funciona também. Sei que é isso: o ‘chefe do pedaço’ recebe [diz a quantia] por mês para deixar a gente ficar aqui, mas só eu sei disso... Tem que dá uma mesada pra deixar a gente trabalhar aqui!

O gestor D fala sobre o tráfico de drogas como um ator presente na região que não pode ser ignorado, ressaltando que o trabalho não pode ser feito como se ele não existisse e ainda ressalta o aspecto de convencê-los a respeito dos benefícios da urbanização:

No meu ponto de vista, não posso ver uma área quando eu entro, o tráfico como inimigo. Ao mesmo tempo (...) eu não posso negociar com eles. (...) Dentro da [empresa] ainda existe umas contrapartidas, pessoas acham que ‘ah, vou contratar bandido para poder trabalhar?’ E não é isso (...) as pessoas não veem assim, outras pessoas não pensam do mesmo jeito, pensam ‘vou ter bandido na minha cola’. (...) Se pensar dessa forma eles viram inimigos, aí não se trabalha. Cansamos de falar que, quando entramos, falamos [aos envolvidos com o crime]: ‘se não for conosco, será com outro, se não for com outro, será com a polícia’. Não podemos confrontar, mas também não podemos nos acuar.

(...)

Já houve áreas em que [funcionários da empresa] já saíram, por exemplo, com a arma colocada na cabeça. Aqui já teve rixa de bandido e mataram gente na frente do [funcionário da empresa]. (...). Passamos por muitas coisas... Depende de quem conduz. Tem lugares que o tráfico quer a urbanização e o que diminui um pouco com a urbanização é a questão da violência e dos homicídios. O tráfico não diminui, o tráfico sempre vai existir, quer queira, quer não.

Além das ocupações ilegais, o descarte ilegal de resíduos sólidos é fortemente presente na região e aparece com frequência na fala dos participantes da pesquisa, especialmente dos gestores (as). Segundo os (as) entrevistados (as), moradores locais e

frequentadores das hortas, os resíduos sólidos advêm tanto de construções de casa própria, quanto de empresas que descartam irregularmente resíduos de construção civil de grandes construtoras. Nessa direção, a servidora pública E fala a respeito da invasão de terrenos, do descarte ilegal e da implicação disso para a agricultura urbana:

(...) existe pressa por parte das facções por ocupação de território... por invasão de terreno pra lotear, então a grande maioria das hortas, principalmente as que começaram, tinham problema com isso porque [grupos de ocupação] queriam invadir a horta, mas [o poder público] não entra nisso... (...) E tem o valor [do terreno] e tem uma máfia do descarte. E você sabe, você vê a caçamba descartando e aquilo não é de morador... e tem muitos relatos, muitos... E eles recebem pra descartar correntemente só que tudo que você leva pra um aterro você paga, a única coisa que você vai gastar [para descartar ilegalmente] é gasolina... [risos] é complicado.

(...)

A questão para a agricultura é a disputa de espaço e quem você acha que ganha na disputa do espaço? Sem a presença de um poder público e de um projeto social, eles [pessoas envolvidas com atividades criminosas] vendem com o discurso de ‘olha isso aqui [a horta] vai te dar uma oportunidade’, e a partir do momento que o poder paralelo vê que é legal, que é um negócio interessante e ele vai falar pra não mexer lá, pra não jogar entulho lá, que agora tem a horta. Vão falar ‘a horta é nossa, é pra todo mundo’, aí a horta consegue existir. (...) Por que você acha que têm agricultores que abandonam as hortas? Não é tudo de bom ter uma horta? Então... alguma coisa aconteceu pro agricultor abandonar, mas [o poder público] não chega aí e o agricultor é o elo mais frágil dessa cadeia.

O gestor F fala sobre as irregularidades na gestão de resíduos da construção civil e ausência de coleta seletiva de lixo na região. Por essas razões, a população descarta esses materiais em terrenos das torres de transmissão de energia elétrica:

Quando entramos aqui... isso aqui era um mato gigantesco, aquela ali era uma área que o pessoal tacava tudo quanto é tipo de lixo, porque aqui estão sempre construindo casas e essa região não tem coleta efetiva de lixo. Para recolhimento de detritos de construção tem menos coleta ainda. Não tem coleta todo dia. A prefeitura tirava 2 vezes por semana e olha lá. Não atende a demanda. Povo vê área aberta e taca coisa. Aqui foi relativamente fácil porque só havia lixo para tirar, coisa simples. Aquela ali, era alto de lixo, saiu na época, uns 5 anos atrás, 40 caminhões de lixo e teve que aterrar.

Outro gestor fala sobre o uso irregular de terrenos, como invasão, descarte e as consequências de instalações irregulares de energia elétrica:

Geralmente o uso que a população dá [para terrenos abandonados] é transformar em lixões ou muitas vezes ocorrem invasões de pessoas, montam favelas aí para tirar é um rolo enorme. É realmente perigoso ter invasões nesses terrenos porque as pessoas puxam fios, a maioria

desses incêndios em comunidades em geral, é isso. Estão em áreas de transmissão, puxam esses fios, isso aqui não é carga para você colocar dentro de uma casa enfim, gera descarga e pega fogo.

Além do crime organizado, alguns funcionários de empresas atuam de forma corrupta, fazendo pedidos de participação em esquemas de lavagem de dinheiro para uma organização, segundo relato do gestor B:

Semana passada eu recebi um representante do [fala o nome do banco], (...), que fechou várias agências e tinham vários materiais no meio dessas agências fechadas (...) tinham computadores, armários, mesas, cadeiras e foram jogados num depósito pra ser leiloadado e a ideia era leiloar, porque (...) ele iria doar o dinheiro do leilão pra projetos sociais, (...) e aí me ligaram (...) falaram que a [fala o nome do banco] vai vender isso e vai dar o dinheiro pra projetos sociais e eu achei maravilhoso (...). Falaram 'isso aqui é o negócio, isso aqui são móveis e equipamentos que eles venderam' e isso na verdade passaria por um comprador e esse comprador reteria uma parte e a outra parte vai pro banco, o dinheiro volta pra ele reinvestir ou vai pro social e foi definido por uma lei que tem ir pra ir pra um projeto social, então tem que ir 75% e isso dava mais de dois milhões de reais.

(...)

Então olha a sugestão... 75% do dinheiro seria dividido entre os superintendentes do [fala o nome do banco], gerência e advogados, 75% de 2 de milhões de reais e os 25% que sobriariam ia pra ser dividido entre o intermediário um, intermediário dois e a [entidade]... Então 75% mais 25% seriam 100% e teria de dividir 25% por três ainda, dá 8,33 % pra [entidade] de 2 milhões de reais. Então passar pela [entidade] legitima o negócio porque vai ta lá o caixa 2 milhões pra [entidade] só que depois ninguém vai saber que a [entidade] deu 75% pra esses grandão do [fala o nome do banco] e mais esses dois intermediários e ela ficou só com 8%. Só que assim... os 8% que ela fica em dinheiro não dá pra esquentar nenhuma moto aí, porque 8% de 2 milhões dá... sei lá... 170 mil reais, alguma coisa assim... é isso, mas você tem que arrumar nota fiscal de 830 mil reais, de um milhão, como você vai arrumar essa nota pra fechar o caixa? Com notas frias. Você acha que vale a pena pra [entidade] sujar o trabalho com isso? (...) E isso não é novidade pra ninguém, a gente passa por isso todo santo mês, todo santo mês!

O mesmo gestor ainda conta sobre como um assessor de deputado estadual propôs um esquema para poder viabilizar recurso de um ministério e um de outro sujeito ligado a partido político:

3.8.2 *O impacto nas hortas*

Em todas as hortas houve pelo menos uma situação de roubo ou invasão. Em três hortas ocorreu poucas vezes e em duas hortas ocorre com frequência, principalmente durante a madrugada. Agricultores (as) e gestores (as) relatam sobre roubo de

instrumentos de cultivo como a enxada, o enxadão, pá reta, o forcado, sacho, entre outros. Além desses, também relatam roubo de mangueira, canos, fiação elétrica e alimentos produzidos pela horta. Em quatro hortas, a hipótese sobre quem seriam os ladrões é a mesma: usuários de drogas ilícitas. Em uma horta, desconfia-se que os ladrões sejam pessoas que tenham acesso ao local. Em cinco hortas houve invasão noturna, por usuários de drogas ilícitas – que pulam o muro ou portão de acesso à horta e causam danos ao local. A agricultora G comenta sobre um dos episódios:

Quando eu chego aqui de manhã e vejo os canteiros todos revirados eu sei que os *nóias* passaram a noite aqui... Acontece às vezes... Teve uma vez... eu acho que eles fizeram uma festa [risos], tinha latinha de cerveja pra tudo que é lado, deixaram uma sujeira toda, mas é assim... o que eu posso fazer? Eu tenho pena deles... são jovens, às vezes não têm rumo na vida.

O mundo da ilegalidade impõe às hortas diversos tipos de situações, evidenciando a capilaridade e permeando todo o tecido social na periferia. Essas situações ultrapassam de várias formas a vida de agricultores (as), que também contaram inúmeras situações de sua vida pessoal, onde foram roubados (as) ou enganados (as). Aspectos mais específicos do impacto de organizações criminosas ou pessoas ligadas a esse âmbito será analisado no capítulo 5, relativo à operacionalização das hortas.

3.9 Síntese e análise do capítulo

Os processos de produção territorial da zona Leste foram traçados em suas dimensões sócio-históricas, de modo a contextualizar a região, com o intuito de elucidar a origem das hortas – respondendo ao objetivo específico 1 – que compõem o nível macro da “paisagem” da Transição para a Sustentabilidade. Nessa direção, é evidente que as características mais marcantes da região estão fortemente associadas à presença da indústria, apesar de muitas terem sido desativadas ou relocadas para o ACB Paulista; às vilas operárias, ainda que muitas estejam sendo demolidas pelo mercado imobiliário; aos vastos complexos de conjuntos habitacionais da COBAH-SP e da CDHU; aos múltiplos movimentos sociais, de moradia e ambiental; e à forte presença do crime organizado.

A aproximação presencial à região seguida por conversas com moradores e comerciantes locais possibilitou uma identificação: a percepção de que a zona Leste é fortemente associada aos fatores citados acima, muito mais do que à prática de agricultura – ainda que a agricultura de origem nipônica e convencional, em propriedade privada, tenha forte presença na região. Durante o trabalho de campo exploratório, nas primeiras

aproximações às três hortas em terrenos da CDHU (Viveiro Escola União de Vila Nova, Planta Periferia e Horta Fazendinha), quando da pergunta a moradores locais, comerciantes e transeuntes se estes conheciam as hortas e se poderiam indicar um trajeto para chegar nelas, a maioria afirmou que não as conhecia. No caso das hortas das torres de transmissão de energia elétrica da Enel/Eletropaulo, as pessoas conheciam a Horta da Mateo Bei e a Horta Sabor da Vitória. A Horta da Sodexo (São Mateus) é desconhecida, permanecendo fechada por um portão azul.

Nessa direção, muitos moradores e comerciantes não sabem que esses locais *existem*, indicando que as hortas ainda não são percebidas como elementos constituintes da paisagem. No entanto, uma vez que se descobre quais são suas funções – a de produção de alimento a preço acessível – tornam-se referência para a comunidade tanto local quanto externa, portanto, mostram avanços graduais neste âmbito. Ademais, as hortas vêm crescendo em relevância na região, especialmente na última década, devido a políticas públicas e programas elaborados por diversas Secretarias da Prefeitura de São Paulo, juntamente com a ação de servidores (as) públicos (as), organizações da sociedade civil e políticas e projetos institucionais das empresas responsáveis pelos terrenos das hortas. Nessa direção, o próximo capítulo é dedicado aos agentes envolvidos na instalação, operacionalização e manutenção das hortas, bem como os aqueles envolvidos na comercialização e divulgação da AU, a partir da década de 1980.

4. A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA URBANA NA ZONA LESTE

Este capítulo identifica e analisa os agentes que regulamentam o uso dos terrenos para a atividade agrícola; os modelos de gestão que instalam, operacionalizam e realizam a manutenção das hortas, bem como os desafios que enfrentam, as limitações e os potenciais que possuem; os fatores que influenciam na permanência (ou não) de agricultores (as) nesses locais; realiza o levantamento de uma estimativa de hortas na zona Leste; e identifica e analisa os agentes envolvidos na comercialização e divulgação da AU na região – tendo em vista responder ao objetivo específico 2. A partir da organização dos dados produzidos no trabalho de campo, foram divididos em quatro eixos os agentes que produzem a AU na zona Leste:

- (a) Poder público – referente às políticas e programas públicos de fomento à agricultura urbana no Estado e no município de São Paulo e seus desdobramentos na zona Leste;
- (b) Normas técnicas – referente à regulamentação do uso dos terrenos da empresa Enel com finalidade de atividade de horticultura; dos processos de urbanização da CDHU que envolvem a construção de hortas e viveiros; e uma estimativa da quantidade de hortas na região;
- (c) Organizações da sociedade civil – referente à atuação de três organizações com concepções norteadoras e modelos distintos de gestão;
- (d) Empresas privadas – referente às políticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) das empresas Consul e Sodexo, e do “Sistema S” (especialmente o Sesc).

4.1 Poder público

Conforme discutido no capítulo anterior, mesmo diante do avanço do mercado imobiliário, a agricultura continuou a ser praticada na região em propriedades privadas, principalmente por descendentes de japoneses e, informalmente, por outras pessoas, porém, sem reconhecimento do poder público. A partir da década de 1980, a agricultura em área urbana passou a ser pauta do governo do Estado de São Paulo, concebida como um dos meios para sanar dois problemas: a do desemprego e a do acesso ao alimento natural, sendo elaborada enquanto diretriz para endereçar questões relativas às desigualdades estruturais da produção de alimento no Brasil. Durante a década de 1990,

esses programas e projetos de incentivo à agricultura em área urbana foram descontinuados devido à mudança de governo e, no início dos anos 2000, o tema ganhou força novamente na cidade de São Paulo em função da ação de múltiplas organizações sociais envolvidas na produção hortifruti em área urbana.

Na zona Leste, especificamente, a ação da equipe técnica da prefeitura regional de São Mateus foi fundamental, pois ela auxiliou na regulamentação da atividade de agricultura urbana, participando da elaboração do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo (PROAURP). A partir da legitimação da AU em São Paulo, programas e projetos foram elaborados por múltiplas Secretarias Municipais, estimulando a produção da agricultura urbana na região e na cidade – norteadas por concepções de geração de renda, inclusão e proteção social e associadas à preservação ambiental e ao empreendedorismo agroecológico. A cronologia das ações do poder público em relação à AU se discute a seguir.

4.1.1 Agricultura urbana em contexto de redemocratização

A partir dos anos de 1980, o Brasil se redemocratizou e desencadeou mudanças significativas na institucionalidade do país. No Estado de São Paulo, foi implementada a descentralização das decisões governamentais a partir da criação de novos mecanismos democráticos como o referendo, o plebiscito e o incentivo à participação popular através de Conselhos Populares (MONTORO, 1990). As diretrizes de governança propostas pelo então governador do Estado de São Paulo, André Franco Montoro (PMDB, 1983 – 1987) estavam alinhadas com as políticas de descentralização e participação popular, pautadas pela “democratização da gestão e das decisões do Governo Estadual (...); moralização e austeridade na aplicação dos recursos governamentais (...)”; com vistas a “voltar o potencial econômico de São Paulo e a força das políticas públicas” (MONTORO e MELO, 1987, p. 14).

Montoro era crítico ferrenho de políticas e programas federais que privilegiavam o modelo de produção agrícola industrial-exportadora, com uso intensivo de tecnologia e aditivos químicos. Apesar do avanço industrial do setor agrícola no Estado de São Paulo durante as décadas de 1950 – 1970, o referido modelo reproduz as desigualdades sociais crônicas do Brasil, especialmente no que diz respeito à precariedade das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais e da falta de mecanismos de acesso à terra e de serviços públicos por essa população – ocasionados pela baixa organização da força

de trabalho agrícola e por restrições na legislação. Segundo Montoro, o governo do estado de São Paulo é cúmplice pela permanência desses problemas. Diante desse quadro, a proposta de seu governo foi dar prioridade “à melhoria das condições de alimentação básica da população; à organização e assistência aos pequenos produtores; ao acesso à terra e à melhora das condições de empregos e salários para os trabalhadores agrícolas” (MONTORO e MELO, 1987, p. 15).

Para desenvolver e implementar as novas diretrizes em área rural e urbana, Montoro lançou uma ‘batalha pela alimentação’ – fortemente baseada em noções de proteção social – onde foram elaborados os Programas Municipais de Alimentação (PMA), que visavam a “produção descentralizada de alimentos para serem vendidos a preços acessíveis às pessoas de baixa renda ou repassados para a merenda escolar” (MONTORO e MELO, 1987, p. 98). No caso da cidade de São Paulo, a zona Leste é especificamente citada como região de um projeto piloto de hortas domiciliares e comunitárias:

Em 1983, diante da recessão e do desemprego (...), o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento lançaram um movimento de estímulo à implantação de hortas, principalmente a nível domiciliar, como resposta à crise econômica. A população aderiu prontamente: um projeto-piloto desenvolvido na zona Leste do município de São Paulo foi aperfeiçoado e transformado em programa de governo em âmbito estadual. (...) Essa ação foi desenvolvida a partir de um projeto-piloto na Zona Leste da Capital, na área das Administrações Regionais da Móoca, Penha, São Miguel-Ermelino Matarazzo, Itaquera-Guaianazes e Vila Prudente, em conjunto com os administradores e respectivas esposas, consistindo na distribuição de sementes e folhetos explicativos sobre a cultura de hortaliças. Em dois meses foram beneficiadas 6.000 famílias (MONTORO e MELO, 1987, p. 100 – 101).

Os tipos de hortas implantadas foram: (a) comunitária – familiar para produção, consumo e comercialização; (b) municipais e institucionais – para funcionários e clientes; (c) escolares – em escolas públicas ou privadas, para merenda ou atividade pedagógica; (d) domiciliar – nas residências, para complementar a alimentação. Os objetivos da implantação das hortas eram: “absorção da mão de obra desempregada, o reforço no orçamento familiar, o estímulo à prática de solidariedade e o apoio à participação social do povo junto ao Governo (...)” (MONTORO e MELO, 1987, p. 101). Elas foram implantadas em terrenos concedidos pela Cesp e pela Eletropaulo; em faixas de curso de água; em terrenos ao longo de rodovias do DER; faixas ao longo de vias ferroviárias desativadas da Fepasa; áreas de uso comum dos municípios; em conjuntos habitacionais;

em áreas livres de escolas públicas e privadas; em áreas livres e de expansão de indústria e empresas (MONTORO e MELO, 1987).

Durante a década de 1990, com a mudança de governo, não houve continuidade desses programas e do ponto de vista do poder público, caiu no esquecimento. No entanto, os agricultores continuaram a cultivar nos terrenos da Eletropaulo por terem adquirido o contrato de comodato diretamente com a empresa (retorna-se a essa questão adiante). Nessa direção, as hortas implantadas pelo governo de Franco Montoro, especialmente nos terrenos das torres de transmissão de energia elétrica, permaneceram em atividade na zona Leste. O registro é de 107.850 metros quadrados cedidos em contratos de comodato a entidades da sociedade civil, que beneficiaram 12.000 famílias. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) – empresa brasileira que detém a concessão e gerência dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de São Paulo – contribuiu com 12.000 metros quadrados em cessões realizadas com prefeituras municipais (MONTORO e MELO, 1997).

A agricultura em área urbana caiu em abandono por parte do poder público na década de 1990, mas tornou-se pauta novamente no início dos anos 2000, conforme explicado a seguir.

4.1.2 Atuação de equipamentos públicos e elaboração do PROAURP

Durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (PT, 2000 – 2004), uma das entrevistadas⁸⁶, Vanderléa⁸⁷, ex-servidora pública da prefeitura regional de São Mateus, apresentou um projeto de educação ambiental – que incluía possíveis soluções para a questão do descarte ilegal de resíduos sólidos e de lixo doméstico – para a prefeitura regional de São Mateus, sendo aprovado imediatamente, conforme recorda:

Quando cheguei lá, me deparei com um mundo de problemas relacionados à área ambiental, que não era só a questão do lixo. (...) Aquilo era muito mais do que uma região altamente pobre, como todos sempre disseram... Tinha uma quantidade enorme de espaços onde a população depositava resíduos e aquilo era um mundo... era uma cidade... com uma população de quase 500 mil habitantes, com áreas verdes belíssimas ainda, com uma quantidade de nascente estrondosamente bonitas e muitas ainda preservadas com vegetação no entorno... Uma população que muitas vezes não tinha clareza da importância de tudo aquilo e que pediam para a subprefeitura canalizar

⁸⁶ Entrevista realizada no dia 07 de maio de 2019 na sede da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

⁸⁷ Ressalte-se que todos os nomes são fictícios.

a nascentezinha porque estava incomodando... canalizar um riozinho porque estava incomodando... Enfim... então as solicitações iam desde aterrar nascentes e alguns pediam a horta comunitária

Entre os anos de 2000 e 2004, a prefeitura regional realizou um levantamento hídrico nos distritos do Iguatemi, Parque São Rafael e São Mateus, feito em função do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo⁸⁸, onde verificou-se a existência de áreas verdes intactas especialmente em São Rafael e no Iguatemi. Durante esse levantamento, a equipe da prefeitura regional tomou conhecimento dos (as) agricultores (as) em terrenos das torres de transmissão de energia elétrica, em terrenos públicos e em áreas de nascente. Os contratos de comodato da Eletropaulo assinados com os agricultores durante a década de 1980, em alguns casos, continuaram no âmbito familiar:

Os contratos [de comodato] passavam de pai para os filhos. Nas mais antigas, o pai morria e o filho continuava naquele terreno, principalmente próximo da região do Aricanduva, que tinha uma grande quantidade de hortas e produzindo muito. Havia contratos antigos, de 20 anos... e eles vendiam pro Ceasa⁸⁹.

No entanto, não existem registros da comercialização desses alimentos para o Ceasa (CEAGESP) na prefeitura regional de São Mateus. Mediante contato com esses (as) agricultores (as), a equipe verificou que o caráter *cultural* da agricultura praticada nos terrenos da Eletropaulo, exercida principalmente por pessoas oriundas do nordeste do Brasil, que já traziam conhecimento de cultivo da roça com a família, trocavam ou doavam o que produziam na horta, e compartilhavam pratos típicos de sua região como o cuscuz e a tapioca.

No âmbito técnico, a equipe diferenciou os terrenos onde já se praticava a atividade de horticultura e outros espaços disponíveis para serem utilizados para essa atividade, especialmente os terrenos das torres de transmissão de energia elétrica. A partir do levantamento realizado em função do Plano Diretor e de sua divulgação para os (as)

⁸⁸O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado em 31 de julho de 2014, é uma lei orgânica do município que norteia o desenvolvimento e crescimento da cidade até o ano de 2030. É elaborado com a ampla participação da sociedade da sociedade civil e tem por objetivo direcionar “as ações dos produtores do espaço urbano, públicos ou privados, para que o desenvolvimento da cidade seja feito de forma planejada e atenda às necessidades coletivas de toda a população, visando garantir uma cidade mais moderna, equilibrada, inclusiva, ambientalmente responsável, produtiva e, sobretudo, com qualidade de vida”. Para acessar o Plano Diretor, ver: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/> Acesso em: 31/07/2018.

⁸⁹ O Ceasa refere-se à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), uma empresa estatal de abastecimento, o terceiro maior centro atacadista de alimentos do mundo e o primeiro do Brasil e da América Latina. Ver: <http://www.ceagesp.gov.br/> Acesso em 02/02/2020

agricultores (as), notou-se o potencial da atividade agrícola para a geração de renda, associada à preservação ambiental, conforme relato da ex-servidora pública:

Fizemos reuniões nas comunidades, juntando grupos para compreender o que era e como se organizava, discutir e mostrar qual o papel do Plano Diretor. Aí começamos a identificar quais fatores gerariam desenvolvimento, melhoria de qualidade de vida da população daquela região, sem agredir o meio ambiente... porque tinham fábricas altamente poluidoras, como as de alumínio. Percebemos que a agricultura era uma atividade importante, a ser fomentada. Poderíamos estruturar melhor, sistematizar o que existia, mostrar que gerava renda, que eles já tinham um conhecimento, tinham cultura, então começamos a mapear mesmo, todos aos agricultores de São Mateus.

Naquele momento, foi também levantada a possibilidade de favorecer ou não a utilização dos espaços das torres de transmissão de energia elétrica, pois questionou-se se o eletromagnetismo⁹⁰ poderia gerar problemas de saúde para os (as) agricultores (as). Nessa direção, realizou-se um levantamento informal sobre a saúde desses (as) agricultores (as) e constatou-se que não havia indicativo de que o trabalho embaixo das torres gerasse problemas de saúde para essas pessoas.

A partir disso, a equipe da prefeitura regional de São Mateus passou a fomentar a atividade, organizando reuniões com os (as) agricultores (as) para discutir a importância de seu trabalho, assim como para se conhecerem e trocarem experiências. Além disso, propôs formas de desenvolvimento de geração de renda através da AU, no mesmo momento em que se discutia a regulamentação da AU na cidade de São Paulo. A equipe da prefeitura regional participou ativamente do processo de elaboração do PROAURP, conforme relata a referida ex-servidora pública:

queríamos que saísse uma legislação atendendo aquela população... estavam atendendo muito a zona Sul, região de Parelheiros, que tinha uma área maior de plantio disponível, e pensavam ‘agricultores de verdade estão lá’, enquanto em São Mateus, na zona Leste, não aparecia agricultura urbana e a gente queria que aparecesse porque senão não poderia ser encarado como parte de um programa, como política e não transformaria a realidade dessas pessoas.

A regulamentação de lei de agricultura urbana e periurbana também contou com a participação de agrônomos e assessores técnicos que atuavam em São Mateus e já sinalizavam a vontade de formar uma Associação. Em 2004 o PROAURP⁹¹ foi criado. O

⁹⁰ Não foram realizados estudos científicos sobre os efeitos do eletromagnetismo em pessoas que cultivam nos terrenos da faixa de linha de transmissão de energia elétrica.

⁹¹ Ver: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-51801-de-21-de-setembro-de-2010> Acesso em 10/09/2020.

Projeto de Lei nº 234/03, da Vereadora Lucila Pizani Gonçalves (PT), publicado em 14 de janeiro de 2004, estabelece que:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo.

§ 1º - Para os fins desta lei, entende-se por agricultura urbana toda a atividade destinada ao cultivo de hortaliças, legumes, plantas medicinais, plantas frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano no âmbito do município.

§ 2º - A implementação do programa se dará em áreas públicas e privadas do município.

Art. 2º - O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município de São Paulo tem por objetivos:

I - combater a fome; II - incentivar a geração de emprego e renda; III - promover a inclusão social; IV - incentivar a agricultura familiar; V - incentivar a produção para o autoconsumo; VI - incentivar o associativismo; VII - incentivar o agroecoturismo; VIII - incentivar a venda direta do produtor; IX - reduzir o custo do acesso ao alimento para os consumidores de baixa renda.

Art. 3º - O Executivo efetuará o levantamento das áreas públicas apropriadas para a implantação do programa, observando a Lei nº 13.430/2002.

Art. 4º - O Executivo cadastrará as áreas privadas compatíveis para a implementação do programa, com prévia concordância dos proprietários.

§ 1º - O Executivo poderá oferecer incentivo fiscal ao proprietário de terreno sem edificação ou com edificação que não comprometa a implementação do programa, com redução do IPTU.

§ 2º - Para a implementação do programa o Executivo poderá proceder à utilização compulsória dos terrenos particulares, nos termos da Lei Municipal nº 13.430/2002.

Art. 5º - O Executivo criará um sistema de banco de dados dos terrenos públicos e particulares apropriados para a implementação do programa, disponibilizando os dados pela Internet.

Art. 6º - O Executivo está autorizado a firmar convênios com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública para a implementação do programa.

§ 1º - O Executivo regulamentará os critérios para o cadastramento das entidades referidas no "caput" deste artigo.

§ 2º - Serão priorizadas as entidades que apresentarem maior tempo comprovado de trabalho em ações comunitárias e sociais, desde que preencham os demais critérios exigidos em regulamentação pelo Executivo.

Art. 7º - O programa priorizará:

I - a produção local de alimentos incentivando a vocação de cada região; II - uma política de crédito e de seguro agrícolas; III - a garantia de assistência técnica e pesquisa pública direcionadas ao bom desempenho do programa; IV - incentivo para a consolidação de formas solidárias de produção e comercialização dos produtos; V - o incentivo para formação de cooperativas de produção e de comercialização dos produtos; VI - formas e instrumentos de agregação de valor aos produtos; VII - a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias da cidade; VIII - a aproximação de produtores e consumidores de uma mesma região; IX - estimular os comerciantes a vender produtos locais em feiras e mercados municipais; X - a compra de produtos do programa para abastecimento das escolas municipais, creches, asilos, restaurantes populares, hospitais e entidades assistenciais.

Art. 8º - O Executivo garantirá a realização de cursos de aprendizado e aprimoramento em matérias concernentes aos propósitos desta lei, bem como a assistência técnica nos locais de implementação do programa.

Art. 9º - O Executivo deverá adotar providências no sentido de que princípios básicos de agricultura sejam incluídos no conteúdo de algumas disciplinas escolares, a critério do órgão competente.

Art. 10 - Fica o Executivo autorizado a firmar parcerias e convênios com a União, com o Estado, cooperativas de trabalho, as micro, pequenas, médias e grandes empresas, bem como com entidades estrangeiras para atingir os objetivos desta lei.

Art. 11 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentária próprias consignadas no Orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Verifica-se que a lei possui um forte caráter de geração de renda e comercialização solidária que atende prioritariamente – mas não exclusivamente – pessoas em situação de vulnerabilidade social nas periferias da cidade. No entanto, “apesar de assegurar instrumentos jurídicos para essa atividade, não foi suficiente para assegurar um lugar institucional, e tampouco ações do poder público” (OLIVEIRA, 2017, p. 82). No momento em que foi aprovada, a proposta de gestão do programa seria executada pelas Secretarias do Abastecimento; Verde e do Meio Ambiente; Trabalho e Empreendedorismo; e Coordenadoria das Subprefeituras (OLIVEIRA, 2017).

No caso da prefeitura regional de São Mateus, em 2005 criou-se o grupo “Dias do Campo”, composto por funcionários comissionados e por uma estagiária, para implantar o programa de agricultura urbana na região. Nesse âmbito, as ações da prefeitura regional incluíam: (a) prover apoio técnico para transição da agricultura convencional para a orgânica; (b) conceder terras ociosas para plantio; (c) favorecer os agricultores já atuantes

da região; *(d)* fornecer adubo orgânico; *(e)* formar novas parcerias com fornecedores de adubo de cavalo; *(f)* estimular a geração de renda através da agricultura e não somente a doação; *(g)* organizar passeios para conhecer os Movimentos de Integração (centros de integração de produtores e consumidores com cestas de produtos) organizados pela Igreja Católica no Parque São Rafael; *(h)* venda de cestas para os funcionários (as) e servidores (as) da prefeitura regional de São Mateus; *(i)* organizar reuniões mensais para discutir formas de oficialização (cooperativismo ou associativismo).

O grupo e os (as) agricultores (as) se reuniam mensalmente. Um assessor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), especializado em formas de organização do trabalho também participava das reuniões. Finalmente, em 2007, os (as) agricultores (as) decidiram por formar uma associação, batizada de “Associação dos Agricultores Urbanos de São Mateus”, cujo nome fictício é Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL) – que será discutida em maior profundidade adiante.

Em 2009 foi lançado o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável/Agricultura Limpa⁹², com o intuito de preservar mananciais através da agricultura orgânica, imprimindo também um caráter de proteção de mananciais à agricultura urbana. A AAZL incluiu, ainda, a preservação de nascentes em sua missão. Ademais, segundo Oliveira (2017, p. 83), o Programa de Agricultura Limpa marcou o estímulo da

conversão da agricultura convencional para a agricultura agroecológica, a fim de preservar os mananciais e de proporcionar o empreendedorismo agroecológico e a competitividade da agricultura familiar. Com a assinatura do Protocolo e a criação do Programa Agricultura Limpa, houve uma legitimação da agricultura na cidade de São Paulo, e em especial a agricultura agroecológica por conta de seu vínculo com a preservação dos mananciais. Através desta legitimação da AU agroecológica foram lançados financiamentos através dos recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Outro programa que incidiu no fomento à agricultura urbana na cidade de São Paulo foi o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS)⁹³, incorporado na Estratégia Saúde da Família (ESF), na Coordenação da Atenção Básica, lançado pela Secretaria

⁹²Ver: <https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=12495> Acesso em: 12/07/2018

⁹³Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/pavs/index.php?p=21571 Acesso em: 06/05/2018

Municipal da Saúde (SMS), em 2008, durante a gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab (DEM, 2006 – 2012).

O objetivo do programa era estimular novas práticas da promoção da saúde e a ação capilar dos Agentes Comunitários de Saúde em seus territórios. A tônica do programa era “fortalecer a gestão intersetorial em questões ambientais com impacto sobre a saúde da população, envolvendo a promoção de atitudes voltadas à preservação, conservação e recuperação ambiental e a promoção e proteção da saúde da população” (SÃO PAULO, 2016).

O desdobramento desse programa na zona Leste foi a implantação de hortas comunitárias em Unidades Básicas de Saúde (UBS), através da ação da prefeitura regional de São Mateus, em função do aproveitamento de espaços públicos ociosos e como forma de tratamento terapêutico. Nessa época, havia o Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO)⁹⁴ no Parque do Carmo, que tinha por objetivo remover pessoas atendidas em manicômios e/ou que apresentavam problemas de saúde mental dos espaços públicos.

A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SMVMA) realizava encontros mensais entre educadores ambientais e funcionários (as) do Hospital Municipal Prof. Waldomiro de Paula que, por sua vez, implantavam um projeto de integração entre meio ambiente e saúde, possibilitando maior aproximação com a população local. O trabalho vinculado ao hospital foi completamente transferido para a prefeitura regional de São Mateus, onde foram realizadas discussões para implantação de um programa sobre cultivo e uso de plantas medicinais.

Além da prefeitura regional de São Mateus, as prefeituras regionais de Ermelino Matarazzo, Penha, Vila Prudente e Aricanduva instalaram hortas em UBSs através do PAVs, bem como em diversos equipamentos da educação como os Centros Educacionais Unificados (CEU); as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs); os Centros de Educação Infantil e Creches Conveniadas (CEIs); e as Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), entre outros equipamentos públicos da região (figura 02). Conta-se um total de 6 hortas em Ermelino Matarazzo, 7 na Penha, 16 em Aricanduva, 21 em Vila Prudente, porém não há indicativo do tipo de horta nem dos beneficiários⁹⁵.

⁹⁴Ver: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/noticias/?p=266318> Acesso em 12/07/2018

⁹⁵Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?p=38665 Acesso em: 04/05/2018.

Figura 02 – Hortas do “Núcleo Leste 2”.

Fonte: SÃO PAULO, 2012.

Segundo Josenildo, servidor público⁹⁶ da prefeitura regional de São Mateus, o grupo “Dias do Campo” foi desfeito em 2011. Nesse ano, o referido servidor assumiu alguns aspectos da gestão da AU local para que os agricultores não ficassem desassistidos:

Eu não sou biólogo, sou engenheiro químico e ninguém queria mexer com isso, eu só mexi porque a gestão anterior deu oportunidade. Eu fiquei com dó porque os agricultores iriam ficar sem ninguém para dar apoio. Então, passei dar apoio, mas não tenho condições nenhuma. Como dar apoio sem ter competência? (...) Onde tinha barraco, a prefeitura derrubava, chama desfazimento, pois é invasão de área pública. A prefeitura tirava, o prefeito ligava pra gente, a gente fazia o cercamento e eu colocava os agricultores nesses terrenos.

Nessa direção, entre 2011 e 2016, o apoio oferecido pela prefeitura regional de São Mateus foi o cadastramento de pessoas interessadas em cultivar áreas de descarte e a designação dessas pessoas para os terrenos. A Cada de Agricultura Ecológica (CAE) da zona Leste doava arame farpado para fazer o cercamento e a SMVMA doava o “mourão”, que são tocos de madeira que sustentam o arame farpado. O agricultor era responsável pela manutenção do local.

⁹⁶ Entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2020 na prefeitura regional de São Mateus.

A CAE da zona Leste, inicialmente instalada no Parque do Carmo, foi criada em 2010 com o objetivo de fornecer assistência técnica agrícola ao longo do processo produtivo do alimento, incluindo a preparação do solo, os cuidados específicos com cada tipo de cultivo e a comercialização dos produtos das hortas. Nesse período, o CAE também fornecia assistência técnica tanto para agricultores convencionais, isto é, que usavam aditivos químicos, quanto para agricultores orgânicos. Todos os agricultores e agricultoras das hortas dos linhões entrevistados (as) referem-se positivamente ao apoio técnico da CAE.

Em 2012, a prefeitura regional de São Mateus já não realizava mais os contratos de comodato e a estufa que havia sido construída, foi desativada. Houve uma tentativa de convênio com a Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) para realizar a concessão de uso do terreno dos linhões, mas por razões de ordem jurídica, a empresa decidiu fazer o contrato de comodato diretamente com os agricultores, sem intermédio da prefeitura regional. O referido servidor relata que 3 agricultores abandonaram terrenos que haviam solicitado – a razão é desconhecida – e que a partir de 2016, não houve mais apoio à agricultura na prefeitura regional de São Mateus. Devido a mudanças operacionais no sistema de informações digitais da PMSP em 2017, o referido cadastro não foi mantido.

4.1.3 Programas e projetos municipais e estaduais de apoio à AUP

Em 2001 foi lançado o Programa Operação Trabalho (POT), instituído pela Lei nº.13.178 de 17/09/2001, com novas redações em 2003 (nº.13.689) e em 2004. O programa atende pessoas residentes no município de São Paulo em situação de vulnerabilidade social⁹⁷. Seu objetivo é a reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho através de um auxílio financeiro mensal no valor de um salário-mínimo⁹⁸ e de aquisição de habilidades através de treinamento oferecido pela PMSP.

Desde que foi lançado, o programa desenvolveu 11 projetos, em parceria público-privado, sendo que uma delas foi realizada com uma das organizações estudada por esta pesquisa, o Cidades Sem Fome. Atualmente, o POT desenvolve outros 11 projetos, dos quais um é denominado “Hortas e Viveiros Urbanos”, lançado em 2015, cujo objetivo é

⁹⁷ Pessoas acima de 18 anos, de família de baixa renda, desempregado (a) e não beneficiário (a) de seguro-desemprego ou do FGTS. O único auxílio permitido era o Bolsa Família.

⁹⁸ O valor do salário-mínimo é de R\$ 1.047,90, porém, com as mudanças de gestão na PMSP, o valor diminuiu até R\$ 600,00.

a formação de agentes multiplicadores locais, para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação de projetos de agricultura urbana que devem gerar trabalho e renda e contribuir para preservar e recuperar recursos naturais na cidade. (...) A proposta formativa pretende que os agentes de produção agroecológica tornem-se agentes de educação e proteção ambiental através da agricultura e da temática alimentar e incentivem o trabalho coletivo/associativo na região de atuação. (...) O foco principal é o fortalecimento da comunidade que participa do Projeto, reconhecendo seu papel na conservação e transformação do espaço e da segurança alimentar e nutricional das comunidades (SÃO PAULO, 2017).

Segundo Amanda, servidora pública⁹⁹ da Secretaria Municipal das Subprefeituras, que fez parte da gestão do projeto entre 2015 e 2018, o projeto foi concebido como instrumento de incentivo para manter os agricultores (as) nas hortas:

(...) a gente tinha grupos de agricultores, grupos de pessoas interessadas começando a fazer agricultura e a gente não tinha nenhum subsídio pra isso... para insumo, ferramenta, curso, e aí a gente viu isso como uma oportunidade de manter essas pessoas nas hortas e... porque essas pessoas não conseguem se manter voluntariamente, elas precisam pagar contas, elas precisam viver, elas precisam comprar leite pro filho... Então a gente pensou... (...) como que a gente pode fazer isso? Como que a gente estrutura uma coisa assim? Pra que as pessoas fiquem ali, pra manter essas áreas sem ocupação irregular, sem descarte de lixo, mudar um pouco a visão de uma área ociosa na periferia, porque ela não precisa ser uma área de vetor de pragas urbanas e doenças né? Pode ser uma coisa produtiva. (...) Já existiam grupos trabalhando com isso, e a gente iniciou o POT com 32 vagas, em 2015 e aí a gente chegou a ter 140 e poucas vagas, pessoas sendo beneficiadas pelo POT diretamente.

Agricultoras e agricultores de cinco hortas da zona Leste – com exceção dos agricultores da Horta da Sodexo (São Mateus) – receberam a “bolsa do POT”¹⁰⁰, sendo considerada pelos beneficiários (as) entrevistados (as), o primeiro estímulo para a prática de agricultura enquanto atividade remunerada. A bolsa viabilizou a permanência, mesmo que temporária, dos (das) agricultores (as) nas hortas e, em alguns casos, retirou-os (as) da condição de voluntário (a), sem remuneração.

A bolsa também foi um incentivo embrionário da possibilidade de geração de renda própria através da atividade de horticultura. A duração da bolsa é de no máximo dois anos por pessoa, mesmo em projetos distintos e depois desse período, a mesma pessoa poderá se inscrever no POT novamente somente depois de 5 anos. A razão para a

⁹⁹ Entrevista realizada no dia 04 de fevereiro de 2020, na Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

¹⁰⁰ “Bolsa do POT” é o modo como agricultores (as) e gestores (as) se referem ao incentivo.

duração de dois anos é para evitar que o programa ganhe contornos assistencialista, conforme esclarece a servidora pública:

(...) a gente não queria que fosse mais um projeto assistencialista. E a ideia é que eles [agricultores e agricultoras] consigam caminhar com as próprias pernas. É pra dar um empurrão. Já tivemos caso de moradores de rua, (...) eles passam o dia lá na Rua Porto Seguro e a gente colocou uma horta lá. A mudança, assim... foi absurda! Você dá dignidade pras pessoas. Teve morador de rua que voltou pra casa e teve caso de gente que começou a faltar, faltar e a gente pensou que tinham voltado pro mundo das drogas.

Em maio de 2016, as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura (SMA/SAA), juntamente com a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e o Instituto Kairós¹⁰¹, assinaram o Protocolo de Transição Agroecológica¹⁰² visando o estímulo à produção orgânica, promoção de boas práticas agroambientais, uso sustentável dos recursos naturais pelos (as) agricultores (as) e fomento à produção, oferta e consumo de alimentos saudáveis e agroecológicos.

A proposta do Protocolo é apoiar e viabilizar o processo de transição do sistema produtivo convencional para o sistema norteado pelos princípios da agroecologia em áreas rurais, urbanas e periurbanas do estado de São Paulo. Atualmente, 35 produtores estão no processo de transição agroecológica na cidade de São Paulo¹⁰³ e três agricultoras entrevistadas por esta pesquisa receberam o certificado em 2019, manifestando grande satisfação ao recebê-lo.

Em agosto de 2018, Bruno Covas (PSDB) assumiu a prefeitura de São Paulo e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho reativou o programa “Estufa Escola Lucy Montoro¹⁰⁴”, edital nº 002/SMDet/PMIS/2019¹⁰⁵, norteada pelos eixos da segurança alimentar e nutricional; do desenvolvimento social; da sustentabilidade; da produção agroecológica; do empreendedorismo e geração de renda; e da educação. A partir de janeiro de 2019, a supervisão da agricultura urbana ficou sob encargo da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), decreto nº 58.596.

¹⁰¹ Ver: <https://institutokairos.net/> Acesso em: 21/12/2019

¹⁰² Ver:

http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/Protocolo%20SMA_SAA_AAO_Kairos%20assinado.pdf Acesso em: 21/12/2019

¹⁰³ Ver: <https://www.agricultura.sp.gov.br/noticias/466-anos-de-sao-paulo-migracao-nordestina-fomenta-agricultura-urbana-na-capital/> Acesso em: 21/12/2019

¹⁰⁴ O programa original foi implementado durante o governo de Franco Montoro.

¹⁰⁵ Ver: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/6064_2019-0001097-1%20-%20Edital\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/6064_2019-0001097-1%20-%20Edital(1).pdf) Acesso em: 21/12/2019

Em agosto de 2019, a Secretaria Municipal das Subprefeituras – através do Departamento de Agricultura e Abastecimento – lançou um convite (figura 03) para debater o atual cenário da agricultura urbana na região da zona Leste; apresentar o Secretário e a equipe técnica aos agricultores, às agricultoras, aos outros interessados, com o objetivo de estimular o diálogo entre poder público e as partes interessadas e anunciar o retorno da agrônoma da Casa de Agricultura Ecológica (CAE) da zona Leste, agora transferida para a prefeitura regional da Penha – em processo de instalação.

Estiveram presentes no encontro 9 agricultores (dos quais 3 participaram desta pesquisa), 9 agricultoras (das quais 5 participaram desta pesquisa), 2 gestores de hortas (dos quais um participou desta pesquisa), 4 servidores (as) públicos, uma representante da SABESP, 2 estudantes de graduação, 4 pesquisadores do tema, entre outros participantes.

Figura 03 – Convite “Apresentação do Programa Agricultura Urbana – zona Leste”.

Fonte: SMSUB, 2019.

Os assuntos levantados pelo secretário foram a precificação e comercialização de orgânicos; a melhoria na produtividade através de apoio técnico; a articulação entre as prefeituras regionais da zona Leste em relação aos recursos disponíveis para a agricultura urbana; o incentivo ao empreendedorismo e a regularização dos contratos de comodato – considerado o item de maior urgência. Os agricultores afirmaram a dificuldade de acesso

à terra e a insegurança em relação à permanência nela; a necessidade de melhorias na infraestrutura das hortas, tais como instalação de banheiro, caixa d'água, composteira e limpeza dos terrenos viciados em descarte. Uma funcionária da SABESP se pronunciou a respeito da disponibilidade da empresa em apoiar as hortas existentes em seus terrenos e viabilizar a implantação de mais hortas. Uma das participantes levantou o comprometimento do poder público em relação ao Protocolo de Transição Agroecológica.

Ainda segundo servidora pública da SMSUB, a prefeitura regional da Penha se prontificou a assumir a responsabilidade pelos terrenos da faixa da linha de transmissão naquela região e a articular os (as) agricultores (as) em relação ao contrato de comodato. Conforme deliberação de reunião realizada na sede da prefeitura regional da Penha com técnicos da ENEL em novembro de 2019, o contrato de comodato será feito diretamente com a prefeitura regional e não com os (as) agricultores (as).

4.1.4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Em 2014 foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), regulamentado pelo Decreto nº 57.058/2016 – como instrumento do Plano Diretor Estratégico de São Paulo – com o objetivo de “propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural sustentável e solidário, bem como acompanhar e monitorar sua execução” (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL - SÃO PAULO/SP, 2018, p. 2)¹⁰⁶. Os princípios norteadores do CMDRSS são ancorados na participação popular:

Art. 2º. Poderão participar das assembleias para eleição dos representantes da sociedade civil no CMDRSS os agricultores das regiões Sul, Leste, Norte; os participantes de movimentos de agricultura urbana da região centro-oeste e as organizações não governamentais ligadas à agricultura familiar de qualquer região da cidade de São Paulo que estejam devidamente inscritos de acordo com o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial da Cidade em 17/09/2019, página 63.

Art. 3º. Consideram-se como princípios norteadores do CMDRSS a transparência, o respeito, a pluralidade, a cidadania, a universalidade, a legalidade, a moralidade, a precaução, a prevenção, a impessoalidade, a publicidade e a eficiência como base da participação popular na

¹⁰⁶ Para detalhes sobre o regimento interno do CMDRSS, ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Regimento%20Interno%20CMDRSS_set_2018.pdf Acesso em: 20/12/2019.

tomada de decisões. (REGIMENTO ELEITORAL DAS ASSEMBLEIAS DESTINADAS À ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO – CMDRSS, 2019, p. 01).

Em setembro de 2019, o CMDRSS lançou convites para agricultores e agricultoras das zonas Sul, Norte e Leste (figura 04), e de outros movimentos de AU de São Paulo para esclarecimentos sobre a eleição do CMDRSS, realizada em dezembro de 2019. A eleição contou com os participantes das assembleias, consistindo em 2 agricultoras e 1 agricultor da zona Sul, 8 agricultoras e 14 agricultores da zona Norte, 9 agricultoras da zona Leste, além de outros representantes de organizações da sociedade civil, onde uma delas representa a Rede de Agricultoras Paulistas Periféricas Agroecológicas (RAPPA).

Figura 04 – Convite para a eleição do CMDRSS.

Fonte: CMDRSS, 2019.

A ampla participação das agricultoras deve-se também à atuação da Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas, que articula as agricultoras nas regiões periféricas da cidade e estimula sua participação nas atividades de auto-gestão propostas pela Rede e no CMDRSS (esse item será abordado adiante). No entanto, apesar da participação de agricultores e agricultoras ter aumentado significativamente – o que representa um enorme avanço em termos de participação popular – não houve avanços em termos de melhorias técnicas e aportes financeiros para a agricultura urbana.

Segundo Regina¹⁰⁷, ex-servidora pública e uma das organizadoras da RAPPa, desde a primeira Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Cidade de São Paulo, realizada em junho de 2016, discute-se a criação de um cadastro único de terrenos disponíveis para a atividade de horticultura – como os terrenos de concessionárias de energia elétrica, distribuição de água, oleodutos, entre outros – e de um cadastro para os (as) agricultores (as), para facilitar a regularização e a gestão da horticultura, viabilizada através de termo de cooperação com essas empresas. No entanto, essa discussão “ainda não saiu do lugar até hoje”, afirmando que a AU em São Paulo, no âmbito do poder público, acontece

...na base do heroísmo de servidores públicos (...) e tem que fazer o que está na política pública e pra fazer, tem que ter responsável, tem que ter orçamento, endereço certo, só que não tem! Então a gente tira do nosso bolso a gasolina, detona nosso carro pra chegar em lugares que é estrada de terra, porque não tem infraestrutura.

Atualmente não há um departamento, estrutura e orçamento próprio para a agricultura urbana na cidade de São Paulo. Apesar da existência de duas Casas de Agricultura Ecológica, uma em Parelheiros e outra na zona Leste, com engenheiras agrônomas, os outros cargos são genéricos e não estritamente relacionados à atividade agrícola. Conforme discutido, as políticas públicas para a AU são fragmentadas; a capacidade institucional pública é limitada; há dependência das bolsas do POT (quando ela ocorre) para capacitação de participantes em áreas periféricas; há dependência de financiamento internacional, como o Projeto Ligue os Pontos¹⁰⁸ em Parelheiros.

¹⁰⁷ Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2019.

¹⁰⁸ Ver: <https://ligueosPontos.prefeitura.sp.gov.br/>. O projeto Ligue os Pontos é financiado pela Bloomberg Philantropies: <https://www.bloomberg.org/> Acesso em 12/07/2019.

Apesar da AU constituir uma vontade política no âmbito da sociedade civil organizada, como no caso dos Hortelões Urbanos¹⁰⁹ e de outros movimentos de regiões centrais de São Paulo – constituído principalmente por segmentos sociais de condição socioeconômica elevadas, orientados por valores progressistas – não é uma agenda implementada de forma universal e estratégica na cidade devido aos vícios da administração pública atrelados a agendas partidárias, bem como pelas razões históricas e culturais discutidas nos itens e capítulos anteriores.

Em outras palavras, o âmbito do poder público em relação à AU é fragmentado, intermitente, dependente de financiamento da filantropia internacional e provavelmente resultará em poucos avanços a médio prazo. Além do poder público, duas empresas que incidem sobre a atividade de agricultura urbana na zona Leste são a Enel e a CDHU, discutidas a seguir.

4.2 Normas técnicas sobre o uso de terrenos e implantação de hortas

As hortas deste estudo são regulamentadas por normas técnicas da Enel (ex-Eletropaulo) e da CDHU, cuja formação histórica foi discutida no capítulo anterior. No caso da Enel, levantou-se como as normas técnicas estabelecem (ou não) o que pode ser cultivado nesses terrenos e sob qual regime. No caso da CDHU, levantou-se os processos de participação popular nos projetos de urbanização que geraram o Viveiro Escola União de Vila Nova. Tanto os técnicos da Enel quanto da CDHU são presença constante nas hortas e interagem com frequência com gestores (as), agricultores (as) e servidores (as) públicos (as), configurando-se como agentes centrais na operacionalização das atividades de horticultura nessas localidades.

4.2.1 Hortas em terrenos da Enel

A origem da empresa de energia elétrica Enel (ex-Eletropaulo e Light), onde se encontram as “hortas dos linhões” da zona Leste, remonta ao período de expansão comercial paulista do final do século XIX, que via no setor de serviços públicos um novo horizonte de investimentos, conforme explicado no capítulo anterior. Entre 1870-1904, a produção e distribuição de energia elétrica tornou-se alvo de disputa entre diversos grupos empresariais e um grupo canadense ganhou a competição, batizando a empresa de São Paulo Light (também chamada de *São Paulo Railway, Light and Power Company*),

¹⁰⁹ Ver o livro: NAGIB, G. (2018) **Agricultura Urbana como Ativismo na Cidade de São Paulo**. São Paulo, primeira edição, Annablume.

responsável por construir toda a infraestrutura de distribuição de energia na cidade de São Paulo e algumas hidrelétricas (SAES, 2009).

Em 1956, o governo do presidente Juscelino Kubitschek foi marcado por um intenso processo de industrialização e a Light foi nacionalizada, recebendo o nome de São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade. Em 1979, durante a ditadura militar, o contrato de concessão de 70 anos cedido à Light termina, sendo adquirida pelo então ministro de Minas e Energia, Shigeaki Ueki, por meio de controle acionário (JANUZZI, 2007).

Em 1981, o governo do estado de São Paulo adquiriu a Light paulista, criando sua própria empresa de energia, a Eletropaulo. A partir de 1985, já com a democracia reestabelecida no Brasil, o Estado passou a controlar a distribuição de energia elétrica norteadas por ideias favoráveis “à solução dos problemas sociais” (FRANÇA, 1999, p. 03). Dessa forma, o Estado era responsável por garantir fornecimento de energia para a população de baixa renda, tendo em vista proporcionar melhorias em sua qualidade de vida através da criação da “tarifa social”, isto é, de subsídios que implicavam em descontos por faixa de consumo. Esse tipo de serviço proliferou principalmente durante a década de 1980 (FRANÇA, 1999).

Conforme discutido no capítulo anterior, os participantes dos movimentos que reivindicavam o direito a serviços públicos (água, energia, transporte, saneamento, etc.) passaram a ser consumidores regulares de energia elétrica. O contexto social, físico e legal dos novos consumidores impôs uma necessidade de adaptação por parte da Eletropaulo à realidade materializada das favelas, dos cortiços e das moradias irregulares, o que veio a engendrar a criação de “departamentos de programas sociais”, que atuavam através de “ações de atendimento à população de baixa renda, principalmente nos assentamentos subnormais urbanos (favelas, cortiços e loteamentos na periferia)” (FRANÇA, 1999, p. 06 – 11).

Os programas sociais passaram a diversificar seus formatos para além de subsídios relacionados à distribuição de energia elétrica, abrindo espaço também para projetos de caráter filantrópico e cultural que atendessem às necessidades de melhoria na qualidade de vida mais ampla da população. Na década de 1980, os programas sociais da Eletropaulo eram: (a) Programa Pró-luz; (b) Programa Baixa Renda; (c) Programa Habitações Multifamiliares; (d) Programa Hortas Comunitárias; (e) Programa Turma da

Rua; *f*) Programa Terceira Idade, entre outros (FRANÇA, 1999). A Eletropaulo criou o programa Hortas Comunitárias¹¹⁰ em 1985, com o objetivo de diminuir os gastos com manutenção dos terrenos onde estão instaladas as torres de transmissão de energia elétrica e solucionar parte dos desafios relacionados às instalações em contexto urbano, conforme esclarece França (1999, p. 20):

Outro grande problema que a empresa podia enfrentar eram as invasões e ocupações ilegais de seus imóveis. Além dos prejuízos óbvios de ter uma propriedade transformada em favela, a empresa podia ser responsabilizada criminalmente se algum acidente com a rede causasse prejuízos a outrem, mesmo que fosse um invasor. Faz parte da legislação¹¹¹ (...) a obrigatoriedade de fiscalização periódica das instalações. A partir desses motivos, e procurando dar uma finalidade social aos terrenos abaixo da linha de transmissão, a Eletropaulo criou (...) o Programa Hortas Comunitárias. Esse programa consistia da cessão, em comodato, de áreas sob as linhas de transmissão, para entidades ligadas à prestação de serviços a comunidades carentes, com a finalidade de desenvolver plantações de hortaliças e criação de pequenos animais.

O programa ainda fornecia materiais para a implantação da horta, sementes, assistência técnica e não permitia a construção de qualquer tipo de edificação, além de exigir acesso integral dos funcionários da Eletropaulo às hortas. O estudo de França (1999) indica que ao final de 1997, o programa havia cedido 58 hortas, em quase 300 mil metros quadrados de terrenos às organizações da sociedade civil, beneficiando cerca de 25 mil pessoas. No entanto, não é esclarecida a origem desses dados nem o método para obtê-los.

Durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995 – 2002), foram implementadas políticas de privatização às empresas estatais e, nesse processo, a Eletropaulo foi vendida para quatro empresas menores. As concessionárias que passaram a atender a região metropolitana de São Paulo foram as empresas Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., e a Empresa Bandeirante de Energia S.A. ficou com parte menor do mercado de distribuição, entre outras (FRANÇA, 1999; JANUZZI, 2007).

A partir do processo de privatização, o Departamento de Responsabilidade Social da Eletropaulo ampliou seu escopo de trabalho e em 2005 passou a publicar um relatório anual¹¹² de suas ações socioambientais, pois a empresa incorporou a sustentabilidade em

¹¹⁰ A pesquisa não faz menção à parceira nem aos programas de André Franco Montoro.

¹¹¹ O autor não indica a legislação.

¹¹² Ver: <https://www.eneldistribuiçaoesp.com.br/relatorio-de-sustentabilidade> Acesso em 10/01/2018

suas metas. O Relatório de Responsabilidade Social Corporativa da AES Eletropaulo (2005, p. 31) possui um item dedicado exclusivamente ao comodato de terrenos, no qual elucida os benefícios para os comodatários e para a empresa:

A AES Eletropaulo cede gratuitamente, em regime de comodato, terrenos localizados ao longo dos 754 quilômetros de linhas de subtransmissão para pessoas físicas ou jurídicas interessadas em cultivar hortas comunitárias ou plantações ornamentais. A iniciativa envolve mais de 1.000 famílias, que ocupam cerca de 3 milhões de metros quadrados para produção de alimentos, flores e plantas medicinais. No final de 2005, a distribuidora somava 1.054 contratos firmados, e havia ainda 2 milhões de metros quadrados disponíveis para cessão. Os contratos, renováveis após cinco anos, estabelecem direitos e deveres do comodatário, entre eles o de manter o terreno limpo e permitir o acesso dos funcionários da distribuidora para manutenção das torres e fiscalização do comodato. A empresa paga os impostos e entrega o terreno limpo e roçado para o comodatário, que usufrui integralmente do que vier a produzir (para consumo próprio ou para venda). Todos os comodatários são informados sobre as regras de segurança associadas à ocupação. Qualquer pessoa pode se candidatar para ser comodatário: basta identificar o terreno e fazer uma solicitação à distribuidora, que fará uma avaliação técnica do pedido. (...) O comodato é vantajoso também para a empresa, pois reduz custos com a manutenção do terreno e visa evitar a ocupação desordenada dessas áreas, e o consequente risco de acidentes na proximidade com as linhas de transmissão. As ocupações irregulares mobilizam socialmente a empresa, que desenvolve toda uma atividade de desocupação, por meio de negociação com as famílias em alguns casos e mediação do Poder Judiciário em outros.

O relatório também menciona um convênio com a Associação Global de Desenvolvimento Sustentado¹¹³, com sede em São Bernardo do Campo, onde a associação ofereceria, a partir de abril de 2006, assistência técnica para todos os comodatários. A associação desenvolveu uma cartilha “especificamente para o atendimento do convênio com a AES Eletropaulo para a implementação conjunta do Programa de Inclusão Social e Ambiental – PISA.” (AGDS, 2007, índice).

No final de 1996, ainda durante o governo de FHC, foi criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)¹¹⁴, uma autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que regula e fiscaliza a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no país, seguindo a legislação, as diretrizes e as políticas do governo federal para o setor. A ANEEL também é responsável pelo marco regulatório do uso de

¹¹³ Ver: <https://sites.google.com/a/agds.org.br/agds/> Acesso em 10/01/2019

¹¹⁴ Ver: <https://www.aneel.gov.br/a-aneel> Acesso em 10/01/2019

terreno das linhas de transmissão. No site da ANEEL não foram encontradas a especificações técnicas para o uso do terreno da faixa da linha de transmissão.

No entanto, segundo Cristiano¹¹⁵, um dos gestores da ONG Cidades Sem Fome, a partir de 2017, a ANEEL passou a exigir uma fiscalização e aplicação de regras mais rigorosas nos terrenos de linha de transmissão devido ao aumento do número de casos de dengue nessas áreas. Nessa direção, as empresas que produzem e transmitem energia elétrica como a Enel começaram a arcar com multas de valores altos por não estarem cumprindo com essas regras, conforme explica:

A ANEEL começou a fiscalizar, de uns 2 anos pra cá, mais firme, desde 2016, 2017. O que aconteceu? No governo do Temer¹¹⁶ houve um fortalecimento das agências reguladoras e novas orientações¹¹⁷ pra aumentar o poder de fiscalização dessas agências em cima dessas empresas privadas. Essas agências existem aqui no Brasil desde os anos 90, mas nunca foram muito fiscalizadoras, por assim dizer, mas agora são. E quais foram as ações? As agências fiscalizadoras verificaram quais terrenos tinham mato e lixo, um dos motivos para terem ido atrás das empresas como a Enel foi por conta de eliminar focos de dengue. Nesses terrenos na periferia, a galera taca de tudo... então a dengue empestia. Por que você acha que grandes focos de dengue são córregos nas periferias? Justamente por terem mais espaços vazios, cheios de entulho e linhas de transmissão. Então, começaram a mapear onde estavam os maiores focos da dengue e onde estavam? Nas áreas de linhas de transmissão! Então começaram a multar muito as empresas e não foi pouca multa, não. Tanto que, hoje em dia, as empresas começaram, ‘ah, teve também outro motivo de fiscalização: invasão.’ Invasões, favelas entrando nas áreas de linhas de transmissão e isso depois causa um problema enorme ao Estado para fazer essa remoção. Aí vem a imprensa, mídia negativa, tem que remover as pessoas, então agora toda vez que é preciso fazer uma remoção de uma área que tenha pessoas e crianças, a agência reguladora faz a empresa pagar aluguel social para essas pessoas. O argumento da empresa é sempre assim: ‘ah, mas por que tenho que pagar, se invadiram meu terreno?’ A agência responde, ‘sim, invadiram um local que vocês não deveriam ter deixado invadir e não tem conversa’. Hoje em dia, as agências reguladoras têm muito mais sanções, as empresas antes faziam o que queriam, os terrenos tinham mato, mato alto, mas agora não pode mais e as empresas estão sendo multadas e o que elas percebem? Que precisam de um projeto muito eficiente ali pra evitar de levar essas multas elevadíssimas.

¹¹⁵ Entrevista realizada no dia 18 de outubro de 2019, via Skype.

¹¹⁶ Refere-se ao mandato do ex-presidente Michel Temer (MDB, 2016 – 2019).

¹¹⁷ Em buscas virtuais foram encontradas diversas orientações técnicas. A mais recente data de 12 de agosto de 2019.

Ver:

https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_transmissao/documentos/Nota%20T%C3%A9cnica%202018-2019-SEL-SCT-ANEEL.pdf Acesso em 09/09/2020.

Além das questões relacionadas à fiscalização mais rigorosa em terrenos de transmissão de energia elétrica, as agências reguladoras passaram a exigir um maior nível de segurança, para evitar acidentes, tanto para os técnicos quanto para os agricultores. Nessa direção, o argumento da ONG Cidades Sem Fome em relação às normas técnicas refere-se à capacidade das organizações que operacionalizam as hortas em instalar e garantir as novas normas de segurança:

O problema é que agora com as regras novas, a ANEEL fala que precisa seguir normas de segurança para operar nos terrenos de linhas de transmissão porque se acontecer algum acidente com uma pessoa lá dentro, quem responde por isso? Qualquer coisa que aconteça com qualquer beneficiário dentro dessas áreas a responsabilidade é nossa. Depois responsabilidade da Enel e com certeza a ANEEL processaria as duas. Por ser linha de transmissão, não é assunto de fácil resolução, falam ‘ah, é só dar acesso ao terreno’, não é assim tão fácil. Porém, até hoje nunca houve acidente, mas é necessária uma personalidade jurídica para se responsabilizar pela área, seja ONG, seja Associação... A Enel tem fiscais próprios, faz a fiscalização e presta a fiscalização para ANEEL. Empresas dependentes de fiscalização, na Horta da Sodexo, foi uns 15 fiscais lá, tudo tinha que estar dentro do padrão. Hoje, não há problema, está dentro da regra.

Em buscas virtuais foram encontradas 130 concessionárias de energia elétrica¹¹⁸ que operam no Estado de São Paulo e diversas especificações técnicas que tratam da permissão ou proibição da atividade de horticultura (das quais 3 estão listadas no quadro 07, como exemplo ilustrativo). Ressalte-se que não foram encontradas as especificações técnicas atuais da Enel ou que se refiram diretamente à AU em São Paulo.

A prefeitura regional de São Mateus possui vasto material a respeito da AU praticada na região, inclusive os contratos de comodato realizados diretamente com o órgão no ano de 2008 (anexo I). Em exame do documento, verifica-se que o prazo de duração do comodato é de 5 anos e que permite o “plantio de espécies vegetais de até 2,00 metros de altura, de ciclo rápido (máximo 12 meses), finalidade essa que não poderá ser alterada, sob pena de imediata e automática rescisão contratual” (AES Eletropaulo. INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMODATO, 2008, p. 1).

¹¹⁸Ver: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ouvidoria_conce/concessionaria_action.cfm Acesso em 10/01/2019

Quadro 07 – Especificações técnicas para o uso do terreno da faixa da linha de transmissão.

Concessionária de energia elétrica e outras empresas	Título do documento / sítio
CELG PAR	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA LIMITAÇÃO DO USO DE FAIXA DE LINHAS DE SUBTRANSMISSÃO E TRANSMISSÃO DA CELG PAR - 69 kV, 138 kV E 230 kV https://www.eneldistribuicao.com.br/go/documentos/ET-LTP.pdf
CEMIG	CRITERIOS DE INTERFERÊNCIAS COM FAIXAS DE LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO https://www.cemig.com.br/pt-br/atendimento/Clientes/Documents/Normas%20T%C3%A9cnicas/pels_5621_000001p.pdf
IACO AGRÍCOLA	Preservação Ambiental na faixa de servidão da LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA http://www.graficapex.com.br/imgs/cartilha-linhao-20x20cm.pdf

Fonte: a autora, 2019.

Em 2016, a Eletropaulo incorporou sete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (4, 7, 8, 9, 11, 13, 16) à sua missão corporativa. Em julho de 2018¹¹⁹, a empresa foi adquirida pelo grupo italiano Enel¹²⁰, tornando-se a maior distribuidora de energia elétrica do país. O Relatório Anual de Sustentabilidade da Enel no Brasil de 2018 apresenta vasto cronograma das ações em torno da sustentabilidade, que inclui a participação em diversas conferências mundiais, prêmios de sustentabilidade, entre outros.

O relatório de 2018 cita uma única vez as hortas comunitárias no item “02 – Criação de Valor Compartilhado a Longo Prazo – Comunidade e Valor Compartilhado – Comunidade e Criação de Valor” (Enel, 2018, p. 46 – 48), mas não faz qualquer menção aos contratos de comodato, aos comodatários, nem à programas específicos de hortas comunitárias ou à agricultura sustentável.

Tendo em vista que 3 hortas desta pesquisa (Horta Sabor da Vitória, Horta da Mateo Bei e Horta da Sodexo (São Mateus) se localizam em terrenos onde estão instaladas as torres de transmissão de energia elétrica, pelas quais a Enel é responsável pelo cumprimento dos regulamentos referentes ao uso dessa faixa e pela elaboração das especificações do contrato de comodato, foram feitas tentativas de contato com a

¹¹⁹Ver: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/enel-comprou-eletropaulo-e-se-torna-a-maior-distribuidora-de-energia-do-pais,70002337383> Acesso em 26/12/2019

¹²⁰Ver: <https://www.eneldistribuicao.com.br/a-enel/quem-somos> Acesso em 26/12/2019

empresa, através de três meios: (a) contato via LinkedIn com as responsáveis pelo Departamento de Sustentabilidade; (b) envio de e-mail para a ouvidoria da empresa; (c) envio de e-mail para uma funcionária da empresa, responsável pelos projetos sociais da empresa. A resposta da referida funcionária foi positiva e pediu o encaminhamento das perguntas por e-mail, porém respondeu que não estaria apta a responder as perguntas.

No entanto, segundo relato de Amanda¹²¹, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, foram realizadas reuniões com os (as) agricultores (as) das hortas dos linhões por razão da urgente necessidade de renovação do contrato de comodato e divergências entre o modelo de gestão de hortas proposto pela ONG Cidades Sem Fome – que ganhou um edital lançado pela Enel – e o modelo de gestão proposto pela Associação de Agricultores da Zona Leste.

A Enel não possui uma regulamentação que contemple um modelo específico de gestão das hortas dos linhões. Ademais, a própria empresa admite ser um desafio a gestão dessas hortas porque cada terreno possui relevo e recursos únicos, além das especificidades técnicas de cada torre de linha de transmissão. Em outras palavras, um terreno nunca é igual a outro e uma torre nunca é igual a outra, portanto, a aplicação das normas técnicas é um grande desafio. Ademais, as novas regras exigidas pela ANEEL tornam o cenário de aplicação de normas técnicas mais difícil. No caso da Enel, a empresa deve cumprir as exigências da ANEEL e, ao mesmo tempo, estabelecer as normas do uso do terreno e dos tipos de cultivos, conforme esclarece a servidora pública:

[é o Patrimônio da Enel] que decide o que pode e o que não pode [plantar], e ela [responsável pelo Patrimônio da Enel] falou que não pode de jeito nenhuma a circulação de pessoas. (...) E animais. Também não pode ter animais. Eles falam que é muito arriscado ficar exatamente embaixo da linha, porque tem um campo magnético... A gente até pediu pra eles fazerem uma palestra pra todos os agricultores falando os riscos, do que pode acontecer, explicar isso pra eles, essas questões técnicas. Por exemplo, as bananas... eles estão avaliando se pode deixar, se pode a uma certa distância, porque como ela absorve muita água, a condutividade também é muito maior, então embaixo do linhão não pode nada, na verdade ela falou que não pode nenhum plantio embaixo do linhão mesmo. E todas as hortas têm.

A deflagração da disputa entre a ONG CSF e AAZL, a urgência da renovação de contrato de comodato e a reunião dos (as) agricultores (as) com a empresa, revela que a

¹²¹ Entrevista realizada no dia 04 de fevereiro de 2020, na Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

própria empresa está em processo de reelaboração das normas do uso do terreno dos linhões – um exemplo típico dos desafios do âmbito do regime da Transição para a Sustentabilidade – mas demonstra disposição em colaborar com os (as) agricultores (as) e vice-versa, conforme explica a servidora da SMSUB:

...bem ali na faixa de linha de transmissão teoricamente não pode [cultivar alimentos]. E isso depende de caso a caso, mas ela [a responsável pelo patrimônio da Enel] falou que não é o ideal. E como eu falei, se não pode de jeito nenhum então a gente já vai dando um jeito porque todos eles se comprometeram a cumprir normas da Enel. A gente falou, ‘então vamos ver exatamente o que pode e o que não pode’... Eles falam embaixo da projeção, na verdade você não pode nem encostar nelas... (...) eles falaram que o ideal seria ter uma proteção em todas as torres, então uma área de proteção em todas as torres, ok. Então provavelmente vão acontecer algumas mudanças não na estrutura, mas adaptações pra um novo modelo que a Enel ainda tá desenvolvendo. E os agricultores também estão dispostos a fazer o que precisa pra se manterem lá.

4.2.2 Hortas em terrenos da CDHU

Três hortas desta pesquisa – o Viveiro Escola, a Horta Fazendinha e o Planta Periferia – estão em terrenos que pertencem à CDHU. A partir de entrevistas com 3 técnicos e com a gerente de projetos sociais da CDHU, constatou-se que não existe um modelo único ou diretriz específica para uso de terrenos para hortas ou para a agricultura urbana.

No caso do Planta Periferia, o local é cercado pelo “mar de prédios” da COHAB, porém o terreno da horta pertence à CDHU. Para conseguir a liberação do uso do terreno, os gestores entraram em contato com a Associação de Moradores Videira – veículo de comunicação entre a CDHU e a comunidade – que, por sua vez, contatou a subprefeitura de Cidade Tiradentes, responsável pelos trâmites burocráticos para a liberação do terreno para a atividade de horticultura. Apesar de ter sido aprovado inicialmente, o processo burocrático foi marcado por dificuldades, que serão discutidas no capítulo seguinte.

No caso da Horta Fazendinha, ao lado direito encontram-se os prédios da CDHU e à frente localiza-se a APA Mata do Iguatemi. A negociação do uso do terreno para atividade de horticultura foi feita diretamente entre o gestor da horta e a CDHU, conforme seu relato. O Viveiro Escola União de Vila Nova localiza-se à frente da linha de trem da CPTM e atrás da horta são vistos os prédios da CDHU, como pode ser visto na fotografia abaixo (03). Diferentemente da Horta Fazendinha e do Planta Periferia, a construção do

Viveiro Escola é fruto de demanda popular, realizado durante o processo de urbanização da área.

Fotografia 03 – Vista aérea do Viveiro Escola União de Vila Nova e, ao fundo, os prédios da CDHU.

Crédito da foto: CDHU/SSARU, 2018.

Conforme explicado no capítulo anterior, a CDHU é uma empresa de economia mista (público e privada), responsável pela construção de habitações populares, possuindo vasta quantidade de terrenos de uso de interesse social nas periferias da cidade de São Paulo, especialmente na zona Leste. No entanto, os projetos de hortas, viveiros e outros projetos socioambientais não são produto de uma política institucional da empresa para uso do terreno – como no caso da Enel – mas são o resultado de um amplo processo de ativismo institucional e de participação popular em seus projetos de urbanização – realizada através da Superintendência Social de Ações da Recuperação Urbana (SSARU), rebatizada de Gerência Social de Ações de Recuperação Urbana e Fomento de Desenvolvimento Local (GSARUFDL)¹²² no final de 2018.

Em um cenário institucional conservador, a SSARU se articulava com uma ampla rede de agentes públicos e privados, imprimindo um caráter experimental e inovador de implementação de práticas de participação popular e influenciando diferentes setores da

¹²² Informação verbal concedida em entrevista realizada com a gerente de projetos sociais do GSARUFDL, no dia 07 de fevereiro de 2020, no Viveiro Escola União de Vila Nova.

empresa a interagirem com os projetos de urbanização nas favelas (SILVEIRA, 2018). Ademais, a empresa também readequou as diretrizes e normativas que norteiam as intervenções e criou uma ampla gama de projetos sociais inovadores que foram centrais no desenvolvimento socioeconômico, preservação e sustentabilidade ambiental das localidades onde implementaram os processos de urbanização (CDHU, 2018; SILVEIRA, 2018).

A partir de 2012 a CDHU passou a publicar os Relatórios de Sustentabilidade¹²³, onde detalha as diretrizes e processos de urbanização das múltiplas localidades em que atua, bem como explica os métodos de formação comunitária e dos projetos sociais desenvolvidos a partir das demandas da população local. O Relatório de Sustentabilidade (CDHU, 2018, p. 36) mostra os mais atuais projetos sociais, entre eles: hortas e cozinha comunitária; viveiro de plantas e mudas (são chamados de “viveiro escola”); turismo de base comunitária; comunicação comunitária; ateliê de artes, música e costura; cooperativas de reciclagem; entre outros, norteados pelos seguintes eixos:

Participação e organização comunitária: encontros entre as equipes técnicas e a população, para apresentação do projeto de intervenção, o andamento das obras de urbanização, divulgação de resultados da pesquisa diagnóstica realizada pela equipe social, bem como os critérios e modalidades de atendimento habitacional disponíveis para cada programa.

Pós-urbanização: após a conclusão das obras de urbanização é preciso construir novas relações com o ambiente transformado, de modo que aqueles antes vistos como invasores responsáveis pela degradação do território sejam os principais incentivadores do uso público.

Arte-educação: projetos com ênfase na capacitação técnica da população para o exercício de práticas culturais e artísticas, incentivando talentos locais, principalmente no que se refere à execução de intervenções de arte urbana nos espaços públicos e fachadas das casas.

Comunicação Comunitária (ComCom): ações direcionadas para a construção de canais de comunicação entre a CDHU e os moradores, que são formados para atuar diretamente na criação de mídias mobilizadoras como rádio e jornal comunitário, além da produção de conteúdos diversos. O ComCom também difunde a cultura local, promovendo eventos e publicando esses conteúdos nas suas mídias.

Educação ambiental: implantação de projetos e atividades de sensibilização ambiental (oficinas, plantio e manutenção de áreas verdes), com o objetivo de conservar e recuperar os ecossistemas das áreas onde são feitas as intervenções.

¹²³ Ver: <http://www.cdhu.sp.gov.br/publicacoes/relatorio-de-sustentabilidade> Acesso em: 13/12/2019.

Economia solidária: o foco do trabalho técnico social, diante de possíveis vocações da população para geração de trabalho e renda, é fortalecer a organização comunitária buscando parcerias com órgãos públicos e privados para nortear as ações de capacitação para formação de grupos produtivos locais, com base nos princípios da economia solidária.

O trabalho social foca no desenvolvimento local e busca, através da articulação de múltiplas parcerias e do trabalho de assessoria técnica oferecida aos grupos e projetos sociais, “fomentar a organização e a autonomia comunitária, contribuindo também para a sustentabilidade das intervenções físico-urbanísticas” (CDHU, 2018, p. 39). Um dos projetos que lançou mão desses eixos norteadores no processo de urbanização, foi o Projeto Pantanal. O projeto iniciou em 2002 e foi desenvolvido nos bairros de Vila Nair e União de Vila Nova, que fazem parte de uma região mais ampla denominada “Pantanal”, portanto o nome (CDHU, 2012).

Os objetivos do Projeto Pantanal (figura 05) eram de regulamentar a situação fundiária da região; desenvolver os aspectos urbanísticos e socioambientais da área; construir moradias e fornecer serviços de infraestrutura, tais como serviços de drenagem, pavimentação, hídricos, saneamento básico, sistema viário, dois parques com área de lazer e arborização do local – tendo em vista proporcionar melhorias na qualidade de vida da população local (CDHU, 2010).

Foi também previsto a criação de escolas, postos de saúde e comércio. A intervenção atendeu 8.310 famílias, das quais 3.010 foram alocadas em novas Unidades de Habitação (1.808 no próprio local) e 5.300 alocadas em lotes urbanizados (CDHU, 2010). A gerente social da GSARUFDL, Valéria, esclarece os processos de participação popular, escolha de representantes e levantamento de demandas:

Nós chamamos os vizinhos, por grupos, os afins, aqueles que a gente já tinha uma relação, pedia a planta por grupos da vizinhança, setor A, quadra 2, temos 50 pessoas, mais 50 na outra. Fizemos 120 reuniões para poder conversar com as pessoas, chamamos isso de ‘geografia da representação’ com um morador de cada área. Não tenho como conversar com 5 mil famílias, mas tenho como conversar com uma pessoa que legitimamente está representando, então cada reunião, legítimo quem quer representar seu território, sua quadra, incentivamos, mobilizamos para ter representação, eles se colocam como representantes, a gente legitima, então esse é o representante entre o poder público, a CDHU e comunidade. Não que outros moradores não possam, mas a gente como não tem como conversar com todos, temos essas pessoas que têm condições, tempo, interesse de participar e é aceito pelo grupo, para que elas possam fazer esse intermédio. Essas pessoas participam das reuniões. Só quando as reuniões tratam de obras

que irão acontecer nas ruas, participam todos. Senão, participam os representantes. Passamos para eles, ele consulta o grupo, nos traz o retorno deles. Tudo aqui foi discutido à exaustão, cada pedacinho desse, cada rua, cada poste, tudo (...) e nesse processo vamos discutindo, conhecendo as pessoas, descobrindo as vocações, potencialidades. Uma coisa que era unânime aqui em União de Vila Nova... até porque muita gente era coisa da vontade do resgate de um espaço verde, disso da infância, de um espaço de plantio, onde pudessem plantar, comer alimentos saudáveis, coisas sem veneno porque eles comem muito veneno, alimento industrializado e houve essa discussão, vimos esse entre outros potenciais.

Ademais, segundo Gabriely¹²⁴, ex-coordenadora do Viveiro Escola União de Vila Nova, a formação de lideranças comunitárias foi proposta na primeira etapa do processo de urbanização – inclusive de lideranças femininas, apesar da maioria ser masculina. As formações de lideranças foram feitas juntamente com o Fórum de Desenvolvimento Sustentável da zona Leste para identificar pessoas que tinham potencial de mobilizar e articular a comunidade em termos de vocações. O Fórum era um espaço de discussão referente a todas as questões e as tomadas de decisões do processo de urbanização, desde a localização de ruas, postes etc. e era o principal mecanismo de comunicação da CDHU com a população.

Após a formação das lideranças comunitárias, foram discutidos quais tipos de iniciativas vocacionais a população iria desenvolver na área. O objetivo das iniciativas era criar “um sentimento de coletividade e de comunidade nas pessoas, objetivando-se assim melhor integração das famílias com aquele novo espaço construído” (REZENDE, 2011, p. 05, no prelo). Para tanto, foi realizado um levantamento de potencialidades socioambientais através de pesquisa feita de porta em porta.

Foram identificadas as seguintes vocações: *(a)* cooperativa de reciclagem, uma vez que havia um lixão e aterro no local e moradores locais coletavam na rua sem regulamentação; *(b)* atividades de corte e costura, devido à alta quantidade de desempregadas (os) com habilidades de costura que não exerciam o trabalho por falta de oportunidade, equipamentos e material; *(c)* atividade de paisagismo devido aos amplos recursos hídricos, potencial ecológico e Áreas de Preservação Permanente, apesar das irregularidades ambientais (REZENDE, 2011, no prelo).

¹²⁴ Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2019 no Viveiro Escola União de Vila Nova.

Figura 05 – Banner do Projeto Pantanal.

Fonte: CDHU/SSARU, 2018.

A partir desse levantamento foram criados três grupos de trabalho cujos cursos de formação foram realizados com a metodologia de Pedagogia da Roda, do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)¹²⁵, norteados pelas noções de autonomia e empoderamento social, onde os participantes se conheciam e se articulavam por meio dessas rodas de conversa.

O primeiro grupo criou uma cooperativa de reciclagem Nova Esperança; o segundo formou um grupo de costura que atua no Galpão de Artes e Ofícios da CDHU; e o terceiro grupo – por razão da maioria da população local ser de origem rural nordestina e ter uma relação prévia com o cultivo – sentiram a necessidade de contato com as plantas

¹²⁵Ver: <http://www.cpcd.org.br/> Acesso em 09/10/2019.

novamente e com a atividade do plantar, e portanto, criaram o Viveiro Educador, que posteriormente se transforma no Ponto de Cultura Socioambiental Quebrada Sustentável e ainda depois, no atual Viveiro Escola União de Vila Nova.

Além do Projeto Pantanal, outros projetos de urbanização da CDHU que, a partir da demanda da população local, criou diversos projetos sociais (quadro 08) , foram o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar¹²⁶, em Cubatão, que inclui os projetos Ateliê Arte nas Cotas, de artes e costura; o Com Com Serra do Mar, de comunicação comunitária; o Cota Viva; o Varre Vila, de limpeza urbana e reciclagem; o Tur na Serra, de turismo de base comunitária; o Viveiro Serra do Mar, de plantas e mudas; e o Nesdel / Do Ninho, de gastronomia comunitária.

O Projeto de Urbanização Pimentas, localizado no distrito de Pimentas, cidade de Guarulhos, conta com cinco projetos sociais, entre eles o Viveiro Pimentas, de mudas e plantas; e um grupo feminino de gastronomia afetiva chamado Criadoras de Sabores, que atua a partir das concepções da culinária afetiva, de resgate de saberes gastronômicos e do uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) encontradas no próprio local. O Programa de Urbanização Integrada do Jardim Santo André, ou Jardim Santo André, que conta com o Lab.Urbe, de comunicação comunitária, arte urbana e intervenções artísticas; um Ateliê de Costura; o Viveiro Santo André de plantas e mudas; e a Cozinha do Gueto, uma cozinha comunitária norteadas pelos valores da economia solidária e no resgate e valorização dos saberes locais, dos participantes envolvidos.

Valéria, gerente dos projetos sociais, explica a formação desses projetos a partir das particularidades de cada território:

No projeto Pimentas tem áreas que não poderão ser moradias, então estamos fazendo um viveiro, menor do que este [Viveiro Escola União de Vila Nova] por conta da declividade do terreno, inclusive estamos fazendo captação de água de uma mina no terreno, está em obras. Lá tem 2 faixas uma de Petrobras, outra da EDP Bandeirantes, pretendemos transformar esses 2 locais em viveiros. (...) Na Serra do Mar estamos trabalhando com famílias incrustadas na serra que têm dentro do seu quintal a Mata Atlântica, lá é como aqui, o viveiro, é matéria prima pra cozinha. Nas Mulheres do GAU e na Serra do Mar tem cozinha, tem plantio, viveiro, o forte lá são PANCs porque Mata Atlântica oferece muitos alimentos, fizemos esse resgate lá e começou

¹²⁶ No dia 27 de março de 2019, a CDHU organizou um dia de troca de experiências no Projeto Serra do Mar Projeto com as participantes do Projetos Pantanal, Pimentas e do Jardim Santo André. A equipe técnica do Projeto Pantanal gentilmente me convidou para participar do encontro, onde pude conhecer as outras equipes e ver de perto os projetos sociais da Serra do Mar, também chamados de Cota 200. A equipe técnica informou-me sobre os projetos das outras localidades.

como? Da demanda dos moradores. E no projeto da Serra do Mar, precisávamos trabalhar com o meio ambiente, então nada melhor do que um viveiro para trabalhar isso. Mas como vai manter? Como a população vai lidar, no seu dia a dia, na Mata Atlântica, sem pensar em invadir a área de novo? Fizemos uma perimetral para o morador que divide a área verde, o que é área urbana e trabalhos isso... respeito, sustentabilidade, já tem turismo de base comunitária, vem gente do mundo inteiro, recebemos duas mil pessoas ano passado, tem roteiro, comida local. Já veio até o Príncipe Harry [do Reino Unido] visitar o projeto!¹²⁷

Tudo começou porque na baixada, tinham mulheres que vendiam cocada, era muito comum. E a gente trabalhando lá, surgiu a questão das cocadas em Cubatão. ‘Por que vocês pararam? Ah, porque as mulheres ficaram mais velhas, colocamos foco em outras coisas, vamos tentar resgatar’. E no resgate, resgatamos ora-pro-nóbis, lírio do brejo, inhame, taioba, elas ganharam prêmio de menção honrosa¹²⁸ da ONU com carne de jaca e vinagrete de lírio do brejo, as mulheres da Serra do Mar. Lá chama Núcleo de Desenvolvimento Local e Economia Solidária (Nesdel) e neste grupo as mulheres da cozinha chamam ‘Do Ninho’. Foi assim que surgiu: da perspicácia da equipe no trato com a comunidade, foi muito mais pessoal do que institucional. Agora estamos institucionalizando isso. Porque essa coisa do resgate do plantio é da comunidade, todas as áreas em que a gente trabalha, grande parte é nordestinos e eles gostam de plantar.

Quadro 08 – Projetos sociais da CDHU.

Nome do projeto / localização / tipo	Mídia social
Do Ninho / Nesdel Serra do Mar – gastronomia	https://www.facebook.com/doninho.nesdel/
Criadoras de Sabores Pimentas – gastronomia	https://www.facebook.com/criadorasdesabores/
Com Com Pimentas Pimentas comunicação comunitária	https://www.facebook.com/ProjetoComCom.Pimentas/
Laburbesa, Santo André comunicação comunitária e intervenção artística	https://www.facebook.com/laburbesa/
Viveiro Escola União de Vila Nova São Miguel Paulista Horta e cozinha	https://www.facebook.com/mulheresdogau/

Fonte: a autora, 2020.

A partir das entrevistas com os técnicos e gerente de projeto sociais da CDHU, constatou-se que a empresa possui inúmeros terrenos ociosos na cidade de São Paulo,

¹²⁷Ver: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/principe-harry-visita-programa-estadual-da-serra-do-mar/> Acesso em: 02/03/2020.

¹²⁸Ver: <https://www.tribuna.com.br/cidades/cubatao/moradoras-de-cubat%C3%A3o-recebem-men%C3%A7%C3%A3o-honrosa-em-concurso-culin%C3%A1rio-da-onu-1.49399> Acesso em 02/03/2020.

apontando para grande potencial para projeto de hortas e viveiros nesses locais. Nessa direção, os técnicos da empresa sugeriram entrar em contato com o departamento de gestão fundiária através de telefonema e informaram o número. Após conversa com a assistente do departamento, foi informado que dados específicos sobre a gestão fundiária, localização e quantidade de terrenos ociosos devem ser encaminhadas para o Diretor de Atendimento Habitacional da CDHU através de carta ofício (apêndice VI). A carta foi enviada em julho de 2019, porém não obteve retorno.

Além da CDHU e a Enel, a SABESP possui inúmeros terrenos na cidade de São Paulo e inclusive uma horta leva seu nome em um de seus terrenos na zona Leste. Nessa direção, também foi enviada uma carta ofício para a SABESP com vistas a adquirir informações sobre a quantidade de terrenos e saber se a empresa possui uma política institucional ou diretriz a respeito da atividade de horticultura. No entanto, a carta não obteve resposta.

4.2.3 Estimativa de hortas

O Censo Agropecuário¹²⁹ de 2006 identifica 129 Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs) e conta 386 pessoas exercendo a atividade de horticultura no município de São Paulo. O Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo¹³⁰ conta com 253 UPAs no município de São Paulo. O estudo de Valdiones (2013) mostra que o Cadastro de Produtores Rurais da Prefeitura (não encontrado) aponta mais de 440 UPAs no município de São Paulo.

O Censo Demográfico do IBGE de 2010¹³¹ mostra que a população rural no município de São Paulo era cerca de 100 mil habitantes, com 52,5% dessa população localizada nas prefeituras regionais de São Miguel (zona Leste, com 30,6%), Parelheiros e Capela do Socorro (ambos na zona Sul, com 45,6%). No censo agropecuário do IBGE de 2017¹³² não existem dados sobre a quantidade de unidades agrícolas¹³³ no município de São Paulo porque não existe a categoria “unidade agrícola urbana”.

¹²⁹ Ver: <http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais.php#s> Acesso em: 28/11/2019

¹³⁰ Ver: <http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/> Acesso em: 28/11/2019

¹³¹ Ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230> Acesso em: 28/11/2019

¹³² Ver: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> Acesso em: 28/11/2019

¹³³ “Unidades agrícolas” é o termo utilizado pelo IBGE para se referir a terrenos agrícolas produtivos em áreas rurais. O IBGE não possui uma designação específica para unidades agrícolas em contexto urbano.

A Plataforma Sampa+Rural¹³⁴, lançada no dia 16 de setembro de 2020, do Projeto Ligue os Pontos da Prefeitura Municipal de São Paulo, contém informações relevantes para o desenvolvimento da agricultura na cidade de São Paulo, e conta com um mapa que abrange a localização das hortas; o tamanho dos terrenos; os tipos de cultivo; se possuem suporte técnico e parceiros; e se fazem parte de Associação ou Cooperativa; a quantidade de agricultores (as); a existência de grupos de consumo responsável; os pontos de produção e venda agroecológica nessas regiões da cidade; onde se localizam as feiras livres e orgânicas; os mercados; as organizações, iniciativas; entre outras informações.

Em uma tentativa de produzir uma estimativa de quantidade de hortas, identificar seus endereços e proprietários na zona Leste, foi realizado levantamento a partir de múltiplas fontes de informação: (a) mapa colaborativo das hortas de São Paulo; (b) mapa de parte das hortas da Enel; (c) mapa de um projeto de hortas pedagógicas financiado pelo Banco do Brasil; (d) do Censo Agropecuário; (e) de estimativa de hortas da SABESP a partir de relato de um funcionário da empresa.

A partir dessas fontes foram gerados dois quadros. O quadro 09 mostra as hortas levantadas por prefeitura regional e suas localizações. O quadro 10 mostra a quantidade de hortas por proprietários, incluindo terrenos particulares. A partir do segundo quadro, foi gerado um mapa (03), com a localização das hortas na zona Leste. Ressalte-se que os quadros 07 e 08 e o mapa 03 foram elaborados antes da Plataforma Sampa+Rural ter sido lançada.

Quadro 09 – Endereço de hortas da zona Leste por prefeitura regional.

Prefeitura regional Nome da Horta	Localização	Terreno
Mooca / Pari / Belém		
Horta das Flores	Av. Alcântara Machado, 2200	Público
Horta da Praça Kantuta	Praça Kantuta	Público
Horta do Pari	Rua Frei Pacífico Wagner, 78	Público
Horta Escolar IFSP campus São Paulo	Rua Pedro Vicente, 625 - Canindé	Público - escolar
Horta CEFOPEA	Av. Ariston de Azevedo, 10	Público
Vila Prudente		
Escola Estufa Vila Prudente	Av. do Oratório, 172	Público
Sapopemba		
Viveiro e Horta Zilda Arns	Rua Antônio Pereira Pegas, 251, Jardim Grimaldi	Incerto
Aricanduva		
Horta do José e irmãos	Rua João Pujol, 79	Enel

¹³⁴ Ver: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/> 25/09/2020.

Penha / Cangaíba / Vila Matilde		
Chácara do Gil	R. Apadana, 65 - Vila Talarico	Incerto
Chácara do Renato	R. Teodoro Lorencini, 2-150 - Jardim Maringá	Enel
Escola Estufa Penha	Rua Heitor Diniz Campello, 104 - Cangaíba	Enel
Horta Buenos Aires	Avenida Buenos Aires, 392 - Vila Buenos Aires	Enel
Horta Comunitária Gaspar Pereira	Rua Gaspar Pereira, 360 - Vila Paulistânia	Enel
Horta do Expedito	R. Chá da Terra, 339-231 - Vila Nhocuné	Enel
Horta do Seu José Mauro	Rua Bento Quirino, 527 - Vila Talarico	Enel
Itaquera / Cidade Líder		
Escola Estufa Itaquera	Rua Blecaute, 303 – Jardim Nossa Senhora do Carmo	Público
Horta Fazendinha	Rua Gitirana, 220	Público
Horta da Vila Nancy	Rua Wilsom Ackel, 642	Incerto
Horta do Japonês	Rua Aturiá, 282-400 - Jardim Santa Maria	Enel
Horta Caseira da Evanete	Rua Astolfo Marques, 22 - Jardim Santa Terezinha	Enel
Horta do Seu João	Rua Embiú - Jardim Santa Maria	Enel
Horta ONG Vida Integral 3	Rua Eduardo Kiyoshi Shimuta, 53 – Vila União	Incerto
Rocinha Fortuna de Minas	Rua Fortuna de Minas	Enel
São Mateus		
Cantinho da Dona Marcia	R. Cel. Ernesto Duprat, 375-287 - Cidade São Mateus	Enel
Escola Estufa São Mateus	Av. Ragueb Chohfi, 822 – Jardim Três Marias	Público
Fazenda do Paiva	R. Armando Barbosa - Jardim Santa Adelia	Enel
Horta da Mateo Bei	Rua José Décio Machado Gaia, 50	Enel
Horta da Dona Telma	Rua Alessandro Giulio Dell'Aringa, 459-401 - Cidade São Mateus	Enel
Horta da Ludineide	Rua Alessandro Giulio Dell'Aringa, 447a - Cidade São Mateus	Enel
Horta da Sabesp	Praça Felizberto Fernandes, Largo de São Mateus	Sabesp
Horta do Adriano	R. Simão Álvares Mousinho, 354-278 - Jardim Nove de Julho	Enel
Horta do Dudu e Manu	R. Josino Mendes de Alvarenga Freire - Jardim Tiete	Enel
Horta do Lauro	Av. Nossa Sra. do Desterro, 29, Jardim Santa Adélia	Enel
Horta do Roberto	R. Alberto de Macedo, 382 - Jardim Santa Adelia	Enel
Horta do Sr. Antônio	Perto da Rua João Lafinur	Enel
Horta do Sr. Alberto	Rua das Estrelas, 172 - Cidade Satélite Santa Bárbara	Incerto
Horta do Sr. Jeremias	R. João Baruel, 99 - Jardim Santa Adelia	Enel
Horta do Sr. João	Rua Raul Raimo - Jardim Santa Adelia	Enel
Horta do Sr. Pedro	Rua José Vieira do Rio, 163 – em frente à Praça Frei Tito	Público
Horta do Silval e do João	R. Fernando Pinheiro, 296-300 - Jardim Santa Adelia	Enel
Horta Dona Bela	Rua Morro do Espia, na altura no número 422	Enel
Horta Fazendinha Imperador	Avenida Piranguçu, na altura do número 10 - Jardim Imperador	Enel

Horta Sabor da Vitória	Rua Aberto de Macedo, 381 – Jardim Santa Adélia	Enel
Sítio Acolhedor	Avenida Sapopemba, perto da Rua Boa Esperança	Incerto
São Miguel Paulista		
Escola Estufa São Miguel Paulista	Rua Craval, 19 – Cidade Nova	Público
Horta do Antonio e Cida	Rua Napeias, 17	Enel
Horta do Emílio	Av. Raimundo Paradera - Vila Rosaria	Enel
Horta do Maurício	Av. Deocleciano Alves Pereira, 238 - Vila Rosaria	Enel
Horta dos Galdinos	Rua Parmênides, 131 - Cidade Nova	Enel
Horta Primo Verde	Rua São Silvestre, 8 - Vila Nova União	Incerto
Viveiro Escola União de Vila Nova	Rua Papiro do Egito, 100b – (esquina com Rua Jacobina)	CDHU
Itaim Paulista		
Escola Estufa Itaim Paulista	Avenida Marechal Tito, 3012	Público
Guaianazes		
Escola Estufa Guaianazes	Rua Oтелo Augusto Ribeiro, 582	Público
Horta ONG Vida Integral 1	Rua Chuvas de Verão, 20	Conjunto Habitacional Fazenda do Carmo
Horta ONG Vida Integral 2	Rua Tineciro Içibaci, 1530 – Colônia	Incerto
Cidade Tiradentes		
Horta GRAU/ CT (Grupo de agricultura urbana/ Cidade Tiradentes)	EMEF Maria Aparecida do Nascimento	Incerto
Escola Estufa Cidade Tiradentes	Rua Sara Kubitscheck, 165	Público
Horta do GRAU / CT (Grupo de agricultura urbana/ Cidade Tiradentes)	CAA (CEBECH)	Incerto
Horta do GRAU / CT (Grupo de agricultura urbana/ Cidade Tiradentes)	Rua Milagre dos Peixes, 700	Incerto
Horta GRAU/ CT (Grupo de agricultura urbana/ Cidade Tiradentes)	CEU Inácio Monteiro	Público (municipal)
Horta Planta Periferia	Rua dos Têxteis, 1349 - Chácara Santa Etelvina	CDHU
Viveiro Casa das Araucárias	Rua Arquiteto Professor Chaves, 10	Conjunto Habitacional Castro Alves
Escola EMEF Olinda Menezes Serra Vidal Profa	Rua Varzea Nova, 40	Público - escolar
TOTAL		56

Fonte: a autora, a partir de múltiplas fontes, 2019.

Quadro 10 – Quantidade de hortas por proprietário de terrenos.

Proprietários de terrenos	Quantidade de hortas
Público estadual	01
Público municipal – áreas de espaços educacionais (EMEI, EMEF, CEI, CEUs, etc.) subordinados à Prefeitura Municipal de São Paulo.	50
CDHU e conjuntos habitacionais não designados	4
Enel	30
Sabesp	19
Particular – são hortas que foram registradas somente no Censo Agropecuário, ou seja, não houve menção delas nos mapas colaborativos. Como essas se situam em áreas periurbanas (sem densas áreas habitacionais e já com fragmentos de cinturão agrícola conforme a imagem de satélite), é feita a <i>suposição</i> de que elas sejam particulares. Neste caso, a área pertence a um indivíduo que <i>provavelmente</i> realiza o cultivo agrícola na área.	74
Sem dados – são as demais hortas que foram encontradas nos mapas colaborativos, porém sem menção clara sobre quem seria o proprietário do terreno. Por estar em áreas densamente ocupadas, fica difícil supor o proprietário e se elas são comunitárias ou não.	31
Total	209

Fonte: TERAVID, 2019.

A partir do quadro acima foi feito um mapa para localizar espacialmente as hortas da zona Leste, abaixo. A partir da observação do mapa, verifica-se maior concentração de hortas na região administrada pela prefeitura regional de São Mateus (F), com hortas pertencentes à Enel. A prefeitura regional de Itaquera (E), conta com maior quantidade de hortas particulares próximas à APA do Carmo.

Mapa 03 – Mapa das Hortas da zona Leste por prefeitura regional. Fonte: TERAIVZ, 2019.

4.3 Organizações da sociedade civil

Conforme discutido anteriormente, a partir da criação do PROARUP em 2004, a agricultura urbana e periurbana tornou-se objeto de interesse de organizações da sociedade civil. Nesse âmbito, foi realizada busca virtual e por indicação, e foram identificadas as seguintes organizações: as ONGs Cidades Sem Fome e Vida Integral SP; a Associação Global de Desenvolvimento Sustentado (AGDS) e a Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL) – sendo que esta foi uma organização da sociedade civil gerada pela ação da prefeitura regional de São Mateus.

Também foi identificada a rede Permaperifa, que atua no âmbito da permacultura na periferia e presenciou-se a formação da Rede de Agricultoras Paulistas Periféricas Agroecológicas (RAPPa), que atua no âmbito da articulação de mulheres envolvidas com a agricultura nas periferias de São Paulo. Conforme discutido na metodologia, as organizações consideradas para este estudo foram, a ONG Cidades Sem Fome, a AAZL e a RAPPa. As três entidades possuem modelos distintos de gestão e atuação e incidem de maneiras distintas sobre as hortas estudadas na zona Leste.

Tendo em vista a heterogeneidade de dinâmicas de atuação das entidades da sociedade civil, buscou-se analisar as concepções e os sentidos atribuídos às suas ações a partir das falas dos sujeitos, considerando-se seus contextos. Nessa direção, na análise da ONG discutem-se os sentidos desvelados por meio das falas de seus gestores acerca do empreendedorismo social; da AAZL, as concepções de associativismo baseado na agroecologia e na economia solidária; e a da RAPPa, a formação e articulação em rede de mulheres na agricultura urbana em regiões periféricas, implicando em sua formação enquanto sujeito político através de uma identidade feminista agroecológica transformadora.

4.3.1 Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL)

Conforme discutido anteriormente, através da ação da prefeitura regional de São Mateus, em 2009 foi criada uma associação denominada Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM), cujo nome fantasia é Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL), para reunir e articular os (as) agricultores (as) da região com o objetivo de “prestação de serviços que possa (sic) contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais

e culturais de seus associados”, conforme pode ser visto na primeira página do estatuto da AAZL (fotografia 04).

Fotografia 04 – Primeira página do estatuto da AAZL.

Fonte: Prefeitura regional de São Mateus, 2019.

É preciso esclarecer que a cartilha intitulada “Associativismo” (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012) estabelece as diferenças entre associação, cooperativa e sindicato no âmbito rural. A definição de ‘associação’ segundo a cartilha é

uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses. Pode existir em vários campos da atividade humana e sua criação deriva de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais. (...) É muito comum que as pessoas se reúnam para alcançar objetivos que, individualmente, seriam bem mais difíceis ou mesmo impossíveis de serem conseguidos. (...), organizações não-governamentais (ONGs), entidades representativas de categorias profissionais, grupos sociais ou setores produtivos reivindicam sua participação no planejamento. Essa participação é definitiva para influenciar a direcionar os recursos públicos aos projetos desejados pela maioria da população, bem como

fiscalizar sua aplicação. Ao mesmo tempo, o associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência. Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva da qual todos são beneficiários (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012, p. 23).

A partir da fundação da AAZL, foi deliberado que os (as) agricultores (as) associados (as) se reuniriam mensalmente para discutir os objetivos em comum e as questões de ordem técnica de produção, logística e comercialização de alimentos. Em 2010, a AAZL conquistou um espaço de comercialização na Feira do Parque do Carmo pois começou a participar de Fóruns Públicos onde levantou questões sobre a diferença entre agricultores de áreas urbanas e de áreas rurais, apontando para uma lacuna em políticas públicas que atendam às necessidades específicas de produção, logística e distribuição de alimentos para suprir os hábitos de consumo do público em área urbana. Segundo Thereza, atual presidente da Associação¹³⁵, entre 2010 e 2017, a organização passou por uma série de desafios referentes a conflitos internos entre os participantes e de dificuldades em relação à gestão.

Em 2015 as atividades da AAZL foram alavancadas quando uma pedagoga¹³⁶ que trabalhou com projetos de educação ambiental e, inspirada por projetos de agroecologia, inscreveu a Associação em um edital do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) com o auxílio do Instituto Kairós¹³⁷, tendo logrado sua aprovação e batizando o projeto de “Agricultura Sustentável”. O edital impulsionou as atividades da Associação, fomentando participação dos (as) agricultores (as) em diversos eventos, ampliando e estabelecendo novas parcerias.

No âmbito das parcerias, a AAZL trabalha com o Instituto Kairós, que atua com apoio técnico de agronomia agroecológica em hortas orgânicas, oferecendo oficinas de treinamento e capacitação para agricultores (as). Trata-se de uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos princípios norteadores são a economia solidária, a agroecologia, a soberania alimentar e a agricultura familiar – articuladas por meio da

¹³⁵ Entrevista realizada no dia 16 de maio de 2019.

¹³⁶ Informação verbal concedida em conversa na Horta da Mateo Bei em julho de 2018.

¹³⁷ Para mais informações sobre o Instituto Kairós, ver a dissertação: PISTELLI, R.de S.S. **Relações de consumo responsável em educação: um diálogo com a economia popular e solidária através da trajetória do Instituto Kairós**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014.

elaboração de subsídios para políticas públicas, produção e difusão de conhecimento. Os objetivos do Instituto incluem a educação e a promoção do consumo responsável; o desenvolvimento de ações de comercialização norteadas pelas concepções de economia solidária e de comércio justo em toda cadeia produtiva dos envolvidos; o estímulo à aproximação entre produtores e consumidores alinhados com o paradigma de Segurança Alimentar e Nutricional; a produção da agricultura orgânica e agroecológica; a produção e difusão de conhecimento acerca dessas concepções (INSTITUTO KAIRÓS, 2017).

A AAZL busca parcerias com hortas, eventos, iniciativas, organizações e empresas que também estejam alinhados com as concepções da agroecologia. A partir de relatos dos (as) de associados (as), algumas das atividades da Associação em 2017 foram: participação em oficina de compostagem no Viveiro Escola União de Vila Nova; reativação da estufa da subprefeitura de São Mateus; realização de oficina de ervas medicinais no Senac da Penha e da feira do Parque do Carmo; vendas no Instituto Chão, no IV Festival de Agricultura Urbana no Centro Cultural São Paulo e no Festival Primaveras Periféricas no Sesc Itaquera.

Em 2017, três agricultoras associadas receberam o Certificado de Transição Agroecológica; foram estabelecidas novas parcerias e fortalecimento de parcerias já estabelecidas com a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, o Fundo Casa, o Sesc Itaquera e o Parque do Carmo.

A partir de 2018, em observação de campo, verificou-se que a AAZL iniciou a realização da Feira Orgânica aos sábados na Rua Maria Luiza Americano e a produzir mudas orgânicas na estufa da subprefeitura de São Mateus. A organização ampliou seus pontos de venda na Feira de Orgânicos de São Miguel; participou no V Festival de Agricultura Urbana no Unibes Cultural; no evento Primaveras Periféricas; na Feira de Alimentos Orgânicos e Agroecológicos do Sesc 24 de Maio; e no Festival da Terra ao Prato no Parque Villa Lobos.

Além desses, também participaram do evento Inova ZL e da oficina de compostagem com alunos da Universidade Federal do ABC. Em 2019, comercializaram produtos no *Urban Farming* Ipiranga; no Instituto Feira Livre; na Feira de Alimentos Orgânicos e Agroecológicos do Sesc 24 de Maio; no Sesc Avenida Paulista e no V Festival de Agricultura Urbana no Natural da Terra, na Vila Madalena. A Associação

também estabeleceu parceria com a AMLURB, empresa de gestão de resíduos para entrega de adubo.

Em termos de comercialização de produtos, os agricultores (as) associados vendem seus produtos localmente, em suas hortas, geralmente para moradores, comércio e restaurantes locais; nas feiras citadas acima; no Sesc e no Senai da zona Leste. Além da comercialização local, as agricultoras da Horta da Mateo Bei e da Horta Sabor da Vitória também vendem seus produtos em eventos de parceiros (quadro 11) localizados em regiões centrais da cidade, demonstrando grande satisfação em participar desses eventos. Nessa direção, os alimentos produzidos nessas duas hortas também são vendidos em bairros de nível socioeconômico elevado.

Quadro 11 – Parceiros de vendas da AAZL em regiões centrais de São Paulo.

Nome	Sítio
Centro Cultural São Paulo	http://centrocultural.sp.gov.br/acao-cultural/#horta
Festival da Terra ao Prato	http://festgastronomiaorganica.com.br/
Instituto Chão	http://www.institutochao.org/
Instituto Feira Livre	http://www.institutofeiralivre.org/
Supermercado Natural da Terra	https://www.naturaldaterra.com.br/
Unibes Cultural	https://unibescultural.org.br/
Urban Farming Ipiranga	https://www.instagram.com/urbanfarmipiranga/

Fonte: a autora, 2020.

Do ponto de vista social, os atuais desafios enfrentados pela Associação são: atrair mais agricultores (as); garantir o cumprimento do Protocolo de Transição Agroecológica dos (as) agricultores (as) associados (as); estimular a integração de jovens nas hortas através da troca de saberes entre as gerações de agricultores (as). Em observações de campo e a partir do relato de 2 agricultoras associadas e da presidente da Associação, há uma grande procura por parte dos segmentos da juventude para engajar em atividade agrícola agroecológica, porém, os incentivos são poucos e instáveis.

Do ponto de vista operacional e técnico, os desafios referem-se à realização de limpeza de terrenos com entulhos; garantia do acesso a insumos, tais como compostagem, palha e poda; fornecer assistência técnica especializada; capacitação e treinamento para o uso de máquinas agrícolas para a implantação de canteiros; implementação de técnicas agroecológicas e agroflorestais nas hortas.

Além desses, o grande, permanente e persistente desafio da AU: o acesso e a garantia de acesso à terra. Em todos os casos, não fica claro a existência de um conjunto de estratégias para solucionar os múltiplos desafios – levando-se em conta que alguns deles preveem uma ação conjunta com outros agentes da AU. No entanto, é tangível o estímulo que a AAZL promove no sentido de ampliar a participação dos (as) associados (as) em fóruns e conselhos populares – um dos espaços do debate politizado entre sociedade e poder público, de formação de sujeitos políticos e de estimular vendas em outras regiões da cidade.

A AAZL opera em regime de Organização de Controle Social (OCS)¹³⁸ – mapa da agricultura orgânica realizado pelo Ministério da Agricultura que certifica os produtores orgânicos. Nesse regime, os associados se “auto certificam” com a participação dos consumidores, dos agricultores e dos técnicos. Estes realizam, uma vez por mês, vistoria nas hortas que fazem parte da Associação e realizam os procedimentos necessários para manter a certificação.

O cadastramento dos (as) agricultores (as) viabiliza a venda direta de seus produtos ao consumidor e permite a participação em programas governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de venda institucional. Para se cadastrar, o agricultor tem de ser legalmente reconhecido através da Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP) e fazer parte de uma OCS, como a AAZL. Ademais, segundo servidora pública da SMSUB, a situação com o contrato de comodato tem de estar regularizada para receber a certificação, caso contrário, o (a) agricultor (a) a perde.

Atualmente a associação possui cerca de 40 associados em 12 hortas distribuídas por diversas regiões da zona Leste de São Paulo e uma na cidade de Suzano. As reuniões da AAZL ocorrem na segunda terça-feira do mês, às 14h00, na prefeitura regional de São Mateus ou em outras localidades, de acordo com a disponibilidade de espaço. Além dos (das) agricultores (as), a AAZL conta com a atuação de três voluntários – uma responsável pelos aspectos administrativos, outra pelos aspectos de articulação e um diretor comercial (também idealizador do *Urban Farming* Ipiranga).

¹³⁸Ver: <http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuaria-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica> Acesso em: 12/12/2019

Um dos agricultores associados organizou um empreendimento de economia solidária e agroecológica com o objetivo de implantar uma horta com plantas medicinais, entre outros cultivos, e fazer uma Farmácia Viva¹³⁹ no local. O evento contou a presença de moradores locais, apoiadores da AU na região, agricultores (as), amigos (as), entre outros participantes, em clima de entrosamento a aprendizagem colaborativa.

A partir das observações de campo com agricultores (as) associados (as); conversas com 3 agricultores e 3 agricultoras em diversas ocasiões; entrevista em profundidade com duas agricultoras associadas; e participação nas reuniões, apreendeu-se que os (as) agricultores (as) reconhecem a necessidade, a importância de se unirem e de serem representados pela AAZL. No entanto, mencionam os desafios relacionados aos “objetivos em comum” dos (das) associados (as) e as dificuldades das questões de ordem operacional e logística, conforme relata a presidente da AAZL¹⁴⁰:

(...) primeiro, a produção não é alta porque os pedaços de terra são pequenos. Segundo, porque os objetivos dos agricultores, alguns querem plantar para ganhar seu salário e sustentar a cidade, sair pra fora, fazer feiras... e outros não querem participar de feiras... Estamos em uma luta pra entrar em outra feira e muitos não querem participar porque falam ‘vai tomar meu tempo... como vou para a feira? Como vou vender e levar o produto?’

As dificuldades dos (as) associados (as) refere-se a principalmente à gestão das múltiplas funções que a horta exige, como o preparo do solo; o cultivo; a irrigação; a precificação dos alimentos; o atendimento ao cliente; o transporte de alimentos; o custo de deslocamento; isto é, questões referentes à operacionalidade da horta juntamente com as outras funções que encadeia.

Além dessas questões, duas associadas mencionam o baixo nível de escolaridade formal – tanto a ausência quanto a pouca alfabetização, associada à dificuldade de ler e escrever – como um impedimento para maiores avanços, para preenchimento de editais e busca de aportes financeiros. Além da AAZL, a ONG Cidades Sem Fome opera na região com implantação de hortas, a partir de um modelo de gestão distinto à da Associação, porém com desafios semelhantes do ponto de vista técnico e operativo.

¹³⁹ Segundo a Política Nacional de Assistência Farmacêutica e do SUS, a Farmácia Viva compreende o processo de cultivar a planta medicinal, fazer a colheita, a triagem, a secagem para ocorrer a extração no laboratório, onde são obtidas as tinturas e extratos, podendo ser usados como produto acabado ou como matéria prima para produção de outros produtos fitoterápicos. Ver: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/politica_nacional_praticas_sus_fitoterapia_folder.pdf Acesso em: 12/12/2019

¹⁴⁰ Informação verbal em entrevista realizada no dia 24 de maio de 2019 na Horta Sabor da Vitória.

4.3.2 ONG Cidades Sem Fome (ONG CSF)

A ONG Cidades Sem Fome (ONG CSF) foi fundada em 2004 e iniciou suas atividades nos bairros de Aricanduva, Cidade Tiradentes, São Mateus, Itaquera e São Miguel Paulista da zona Leste de São Paulo e atualmente possui uma série de projetos em outras cidades do Brasil. O diretor é de origem rural do Rio Grande do Sul, formado em administração de empresas, possui especialização em agropecuária e políticas ambientais na Alemanha. Atuou profissionalmente em empresas e multinacionais de diversos ramos no Rio de Janeiro e entre 1998 e 2001 trabalhou em projetos sociais em cidades perto de São Paulo, onde adquiriu conhecimento sobre “a questão social”. Em 2001, a então prefeita Marta Suplicy (PT, 2000 – 2004) criou a Secretaria de Relações Internacionais, para a qual abriu uma vaga de coordenador administrativo e financeiro. O diretor enviou seu currículo para essa vaga e foi aprovado. Esse trabalho o proporcionou adquirir vasta expertise a respeito de fontes de financiamento internacional e a saber detalhes do funcionamento da máquina pública.

Ao mudar-se para a zona Leste, percebeu a enorme quantidade de terrenos abandonados e cheios de entulho perto de sua casa e começou a perguntar na região quem eram os donos desses terrenos, a limpá-los e cultivá-los aos finais de semana. As hortas foram “de uma foi para duas, de duas para três e de repente eram quatro” e geraram interesse dos moradores locais, que manifestaram interesse em comprar os alimentos. A partir disso, pensou “esse negócio pode até virar algo maior”. Nesse momento, Marta Suplicy tomou conhecimento de suas hortas a partir de um artigo escrito pelo falecido jornalista Gilberto Dimenstein na Folha de São Paulo, intitulado “O agricultor do asfalto”, que o redirecionou para a Secretaria do Meio Ambiente para que fizesse o mesmo na PMSP, sendo proponente na elaboração do PROAURP em 2004.

Mediante mudança de gestão da Prefeitura de São Paulo em 2005, o diretor decidiu criar um instrumento jurídico – uma organização não governamental – para dar continuidade aos trabalhos nas hortas e, dessa forma, foi criada a ONG Cidades Sem Fome. Em 2005 a ONG se candidatou para um edital nacional da Petrobrás, foi aprovado e o dinheiro investido nas atividades do projeto. O diretor afirma que, naquele momento, convencer secretários municipais, diretores de Departamentos de Responsabilidade Social de grandes empresas e outros potenciais investidores em aportar recursos para a agricultura urbana era extremamente desafiador, pois além da alimentação orgânica e saudável não ter a visibilidade que possui hoje, o empresariado “tinha uma ideia muito

fixa de que a característica de São Paulo é a indústria e a prestação de serviços, quando eu falava da agricultura urbana, eles falavam ‘mas São Paulo é rica, compra alimento do Paraná’”. Nesse sentido, a estratégia adotada para convencer os investidores foi a questão da inclusão social e da geração de renda para as populações vulneráveis.

O perfil dos participantes das hortas são homens e mulheres, geralmente aposentados (as), com idades que variam entre 50 e 90 anos, com baixo nível de escolaridade formal e em situação de vulnerabilidade social, isto é, são pessoas que se encontram fora do mercado do trabalho e/ou não conseguiram se aposentar por não apresentarem tempo suficiente de trabalho para serem beneficiários da previdência social; pessoas que enfrentam desemprego a longo prazo; marido e esposa desempregados; famílias com grande número de filhos; e em situação muito precária de moradia.

A ONG busca localmente esse perfil de participante em entidades que prestam serviços de assistência social como igrejas, associação amigos do bairro, associação de moradores, centros comunitários, entre outros, pois estas entidades conhecem os moradores e as necessidades de suas localidades. Além desses critérios, os participantes escolhidos devem morar perto das hortas para facilitar a mobilidade e ter algum conhecimento prévio sobre cultivo, isto é, já devem ter trabalhado em roça, fazenda ou horta.

A ONG opera com 4 assistentes técnicos agrícolas que passam instruções de cultivo para os (as) participantes selecionados (as). As localidades onde a ONG atua são: zona Leste de São Paulo, Itaquá, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes e Ferraz de Vasconcelos, que são cidades da Região Macrometropolitana de São Paulo; Penedo e Itaquá no Estado do Rio de Janeiro tudo para lado leste da região Metropolitana. Na zona Leste, a ONG opera em 25 hortas, onde trabalham 147 agricultores e beneficia outros 372 com apoio e assistência técnica.

Como agricultura urbana não tinha a visibilidade que possui hoje, o diretor argumentava com os investidores que existem políticas públicas para inserção de jovens no mercado de trabalho, porém, são escassas ou inexistentes as políticas públicas para amparar pessoas na terceira idade. A partir do financiamento da Petrobrás, os investidores passaram a dar credibilidade para a proposta da ONG, pois consideram o critério de seleção da Petrobrás extremamente disputado.

Além da questão da inclusão social, o diretor viu no crescimento de interesse por alimentos orgânicos por parte de restaurantes de alta gastronomia de bairros centrais de São Paulo, uma grande oportunidade de gerar um negócio social. Porém, os desafios em relação ao desenvolvimento desse tipo de negócio são a escala com a qual operam e a falta de aportes financeiros:

Eu vejo a agricultura urbana como um grande gerador de trabalho e renda, não como um projeto social. (...) imagina o contexto que a gente está São Paulo, somos 20 milhões de pessoas que precisam se alimentar pelo menos uma vez por dia com alguma coisa e hoje existe uma demanda muito grande por produtos de horta, (...) imagina transformar isso num projeto corporativo... é um projeto que tem possibilidade de gerar milhões de dólares, então eu imagino que em algum momento no futuro as pessoas saiam das universidades pra fazer um projeto corporativo mesmo, você tem muito mais possibilidades de financiamento. Aí vamos fazer 50 hortas na Zona Leste e vamos abastecer todos os restaurantes da alta gastronomia de São Paulo. (...) E por que ainda não conseguimos transformar o projeto social em projeto corporativo, por quê? Porque faltam recursos, um projeto social com 20 ou 30 mil você consegue fazer uma horta (...) e você seleciona as pessoas elas trabalham e vendem lá, agora quando você transforma no corporativo, restaurantes da Vila Madalena vão vir todo dia pra zona Leste buscar alimento aqui.

Além de restaurantes de alta gastronomia de bairros centrais de São Paulo, multinacionais como Google, Amazon e Apple (cujas sedes estão localizadas em bairros de alto nível socioeconômico como Itaim Bibi e Vila Olímpia) buscam estabelecer parceria com a ONG para a compra de alimentos orgânicos, indicando a grande demanda por esse tipo de alimento por parte do setor empresarial:

No começo do ano a Google entrou em contato com a gente porque eles têm uma política de compra de produtores locais e regionais e aí eles falaram ‘a gente tem 1200 funcionários em São Paulo, três restaurantes e a gente quer comprar de vocês’, mas não dá pra atender 3 restaurantes com as hortas do CSF, porque é investimento e tem de ter articulações pra aumentar a produção. Demanda existe, uma demanda grande! O que tem de restaurante e pizzaria ligando pra gente e falando ‘a gente precisa de pimentão, a gente precisa de rúcula, a gente precisa de temperos’, o que tem de negócios pra temperos é imenso, só que não tem o negócio. E não é só a Google, a Berrini¹⁴¹ inteira liga pra gente... a Amazon, a Apple, todas essas empresas querem produtos orgânicos de impacto social, senão eles compravam do Pão-de-Açúcar¹⁴². (...)

¹⁴¹ A Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, localizada no bairro do Brooklin Novo, concentra em sua extensão e nas imediações sedes de empresas ligadas ao setor de serviços avançados.

¹⁴² Pão de Açúcar é uma rede de supermercados que opera em bairros de alto nível socioeconômico de São Paulo, cujos consumidores são, em grande maioria, provenientes de segmentos sociais abastados. Ver: <https://www.paodeacucar.com/> Acesso em 12/10/2019

Uma rede de hotéis 5 estrelas perguntou se a gente pode fornecer pra eles, mas a gente precisa de uma produção muito maior pra fazer um contrato desse.

Segundo o diretor, alimentos orgânicos ainda não possuem produção em larga escala, realizada por múltiplos produtores. Ele cita o exemplo da Fazenda A Toca¹⁴³, de Pedro Paulo Diniz, filho de Abílio Diniz – dono da rede de supermercados Pão de Açúcar – que, sozinho, não consegue abastecer as gôndolas de produtos orgânicos de toda a rede dos supermercados da rede em São Paulo; e a rede de supermercados Carrefour¹⁴⁴, que compra de uma variedade de produtores para manter a diversidade de produtos. Além da procura por grandes empresas por alimentos orgânicos, a ONG também estimula o consumo dos alimentos das hortas por moradores locais, tendo em vista a promoção de uma alimentação saudável na região:

Os patrocinadores financiam o nosso projeto pra fazer com que esse produto seja acessível para as pessoas ao redor do nosso projeto, a nossa ideia não era produzir na Zona Leste e vender em Higienópolis ou nos Jardins com o valor muito agregado. (...) As bases alimentares do nosso país estão enraizadas em arroz, feijão e farinha de mandioca, carne e muito refrigerante porque não tem a disponibilidade produtos alternativos perto da sua residência para as pessoas da periferia, da favela ou da comunidade, então a medida que você tem uma horta numa região muito populosa e ela se encontra longe de um varejo, essa população vai ser cliente fiel dessa horta aqui, então ela vai comprar a verdura praticamente todo dia lá e uma coisa que eu me enganei também é que a gente achava que dentro da favela não existe poder aquisitivo. O que não existe é disponibilidade da dieta alimentar variada pra essas pessoas, elas sempre comem a mesma coisa, feijão, arroz, farinha de mandioca, muita carne e refrigerante, porque as mercearias locais vendem cigarro, cerveja, cachaça e extrato de tomate, mas não vendem verduras e legumes, então a medida que você cria uma horta numa área bem populosa a tendência inicial de gerar dinheiro pra quem tá na horta é grande e ao mesmo tempo você beneficia milhares de pessoas pelo acesso a esse alimento porque o custo é baixo comparado com o preço dos supermercados.

Em relação aos terrenos, a ONG fez um mapeamento de proprietários de terrenos em São Paulo e descobriu que existem 27 concessionárias de energia elétrica atuando no município de São Paulo (CPFL Paulista, Elektro, EDP Bandeirantes São Paulo, Energisa Sul-Sudeste, Enel, entre outras). Além das concessionárias, também fez levantamento de empresas de habitação social como CDHU e COHAB, o Instituto Nacional de

¹⁴³ Ver: <https://fazendadatoca.com.br/> Acesso em 13/12/2019

¹⁴⁴ Ver: <https://www.carrefour.com.br/institucional/sustentabilidade/canal-do-consumo-consciente/consuma-alimentos-organicos> Acesso em 14/12/2019

Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁴⁵ e construtoras proprietárias de grandes áreas nas periferias da cidade.

A primeira concessionária de energia elétrica com quem a ONG conseguiu assinar os contratos de comodato foi com a EDP Bandeirantes¹⁴⁶. Com a Eletropaulo houve maior dificuldade de negociação. No entanto, por conta de as hortas dos linhões da empresa ganharem visibilidade midiática, fazendo parte de uma reportagem do Globo Repórter¹⁴⁷ sobre produção de alimentos em área urbana, muitas pessoas contataram a Eletropaulo que, por sua vez, contatou a ONG para implementar o projeto e, por esta razão, o comodato de algumas hortas foram viabilizadas.

Em relação ao financiamento, a ONG busca não depender de financiamento público, como as bolsas do POT, e diversificar sua fonte de captação de recurso. Para tanto, a ONG estabeleceu as seguintes estratégias: (a) busca de palavras chaves no Google, a cada 15 dias, tais como ‘editais abertos para projetos de geração de renda’ e ‘editais para projetos sociais’, realizando uma triagem do levantamento virtual; (b) contato com consulados e/ou embaixadas de países como Austrália, Nova Zelândia, Suíça, Alemanha, Japão, entre outros; (c) contato e apresentação do trabalho da ONG em multinacionais, consulados e autarquias públicas como Eletrobrás, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, entre outros.

Os patrocinadores que financiam os projetos de hortas exigem metas a serem atingidas, como por exemplo: um número específico de pessoas trabalhando por horta, que tenham filhos que frequentam a escola e que comprovem a presença escolar; que a produção da horta seja orgânica, entre outras demandas. Além de uma lista de exigências por parte dos patrocinadores, há também empresas que contratam os serviços da ONG para realizar os projetos sociais da empresa e fiscalizar seu trabalho. Cada etapa de trabalho deve ser registrada e os resultados devem ser apresentados a cada 3 ou 4 meses, dependendo da empresa.

Sobre o financiamento, um dos critérios exigidos pelos múltiplos patrocinadores é de que as hortas se tornem autossustentáveis para evitar um processo de dependência

¹⁴⁵ O INCRA é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira, criado 1970, com o objetivo de implementar a reforma agrária, desenvolver o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da Federação. Existe em todo o território nacional.

¹⁴⁶ Ver: <https://www.edp.com.br/> Acesso em: 20/12/2019

¹⁴⁷ Globo Repórter é um programa do semanal produzido e apresentado pela Rede Globo (maior rede de televisão comercial aberta do Brasil e a segunda maior do mundo), que vai ao ar às noites de sexta-feira.

assistencialista. Dessa forma, exigem que uma concepção de “expansão de projeto” seja aplicada às hortas e nessa direção, não financiam as mesmas hortas. Assim, a proposta de trabalho da ONG é de capacitar os (as) agricultores (as) a fim de se tornarem também gestores e empreendedores para que eventualmente não venham a depender da ONG, nessa direção, é estimulada também uma educação financeira dos participantes.

Um dos desafios nesse sentido, foi o fato de que muitos agricultores não tinham conta no banco – muitos devido ao trauma causado pelas medidas econômicas do Plano Collor, elaborado pela equipe do ex-presidente Fernando Collor de Mello (PROS, 1990 – 1992), que bloqueou as cadernetas de poupança e aplicações financeiras, deixando o dinheiro da população retida por 18 meses.

A ONG já recebeu diversos prêmios de várias entidades, nacionais e internacionais, como o banco Caixa Econômica Federal; a Fundação Ashoka; a empresa brasileira Cacau Show; a Rotary Foundation; a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; UM Habitat; entre outros. Além desses, a ONG já participou de congressos internacionais sobre agricultura urbana e produção de alimentos em grandes cidades no Canadá, Alemanha e Reino Unido.

Em 2013, recebeu o título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que é uma caracterização jurídica para organização do terceiro setor com vistas a facilitar parcerias e convênios com órgãos públicos das esferas federais, estaduais e municipais e receber doações de empresas para descontar no imposto de renda. A ONG já implementou 44 áreas ao redor da cidade de São Paulo, de diversos tamanhos. A certificação de orgânico da ONG atualmente é feita pela Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento¹⁴⁸.

Por razão do diretor falar alemão fluentemente, voluntários internacionais entram em contato com a ONG (como esposas de executivos de empresas de multinacionais alemãs em São Paulo – Bosch, Volkswagen, Deutsche Bank, entre outras), para fazer trabalho voluntário, sendo que uma delas auxiliou a montar o site e a organizar o escritório da ONG na Alemanha. O CSF também recebe estudantes de graduação e pós-graduação de diversas regiões de São Paulo e do Brasil e de países como Bélgica, Alemanha, Suíça para realizar estudos sobre agricultura urbana, que também realizam trabalho voluntário

¹⁴⁸ Ver: <https://www.codeagro.sp.gov.br/transicao-agroecologica/comparativo-com-certificacao-organica>
Acesso em: 21/04/2020.

na ONG; recebe visita de gestores públicos, prefeitos de outras cidades brasileiras e de empreendedores sociais de países como Moçambique, Canadá, entre outros países.

Sobre a escala dos projetos da ONG; as demandas dos patrocinadores; a autonomia e politização dos participantes; e a ausência de diálogo com os outros grupos de AU na cidade, Cristiano reflete sobre esses temas enfatizando que o modelo de trabalho da ONG é distinto de outras formas de articulação da AU na cidade de São Paulo:

São Paulo tem demanda para tudo, tem vários modelos e nós somos um modelo. Cada um opera de uma forma. Já conversei com outras ONGs que perguntam ‘como vocês acessam grandes empresas e nós não?’ Depende do modelo que você apresenta. Se querem manter hortas pequenas com pouco impacto, na minha opinião, pode até conseguir patrocínios, mas empresas querem massa. Quando é pequeno vale políticas públicas, mas Estado não vai gastar com isso hoje. (...) Tem organizações e associações, e etc. mas não existe, institucionalmente, organização desses agentes, acho que todos são bons e complementares, mas eu particularmente, nunca vi essas organizações nos chamarem para falar de agricultura urbana, nem nos procuram para isso. Nosso foco é geração de renda, questões mais politizadas não entram em nosso escopo, talvez no deles sim e tudo bem, é o que eles fazem. Nós fazemos geração de renda e redução da pobreza. (...) Não entramos em polêmicas políticas, nossa função é gerar renda na periferia, comprovada, com auditoria, mais gente trabalhando, é esse modelo e ponto. Cada um vê o que dá, há riscos se entrar em política, especialmente sobre captação, empresa privada quer ver a ONG do projeto dees protestando nas mídias? Não. Não é assim na captação de recurso. Se você recebe dinheiro público ok, nossa receita é privada, nós nos abtemos. Deputados, esquerda, direita, nos isentamos disso pelo bem da captação.

4.3.2.1 Os projetos

Atualmente os projetos da ONG são: (a) Hortas Comunitárias e Hortas Escolares, de agricultura orgânica em toda a cidade de São Paulo; (b) Hortas Urbanas, de agricultura convencional na zona Leste; (c) Estufas Agrícolas e Pequenos Agricultores Familiares, em áreas rurais na cidade de Agudos, no Rio Grande do Sul; e (d) Horta-Empresa, de agricultura orgânica extensiva para vendas corporativas.

Cinco hortas do projeto de Hortas Comunitárias e Horta-Empresa fazem parte de uma área contínua da faixa do linhão da Enel/Eletropaulo (figura 06), paralelas à Avenida Mateo Bei – denominadas de áreas de 1 a 5 – que, no total, estima-se que possua mais de 30.000m². Segundo o diretor, um projeto piloto está em andamento para essas cinco áreas, para qual a Enel irá aportar recursos financeiros.

As hortas desta pesquisa que recebem assistência técnica da ONG, são a Horta da Mateo Bei (área 3) e a Horta da Sodexo (São Mateus) (área 2), em São Mateus, localizadas na mesma rua, uma em frente à outra; e a Horta da Tia Bela, localizada em Aricanduva.

Figura 06 – Cinco áreas das hortas dos linhões da Enel.

Fonte: a autora, a partir do Google Earth, 2019.

Segundo Cristiano, a área 1 está em fase de implementação e as áreas 4 e 5 estão com o contrato de comodato regularizado. A seguir são analisadas as seguintes hortas: Horta da Sodexo (São Mateus) (área 2), que faz parte do Programa Horta-Empresa; a Horta da Mateo Bei (área 3); e a Horta da Tia Bela, que fazem parte do projeto Hortas Comunitárias. A AAZL e o CSF atualmente disputam o modelo de gestão a ser implantado na Horta da Mateo Bei e ambas as organizações negociam com a Enel.

4.3.2.1.1 Hortas comunitárias

As hortas comunitárias que recebem assistência técnica da ONG Cidades Sem Fome, entre outras, são a Horta da Mateo Bei e a Horta da Tia Bela (fotografia 05 e 06). Conforme relato da agricultora da horta da Tia Bela¹⁴⁹, ela recebeu assistência gratuita da ONG, tais como equipamentos para nivelar o terreno, montagem dos canteiros, assistência técnica para ensino de aprimoramento do cultivo, mudas, entre outros insumos e se manifestou agradecida pelo apoio da ONG.

A agricultora cultivava nesse terreno antes da assistência da organização e entrou em contato com o comodatário antigos do terreno para cultivar ali – o que salienta a cultura de informalidade em relação ao acesso ao terreno. A agricultora Bela comenta

¹⁴⁹ Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2018. A referida agricultora faleceu em meados de outubro de 2018 e atualmente sua neta é responsável pela horta. Ressalte-se que durante a pesquisa de campo, um agricultor da horta da Mateo Bei também faleceu, ambos de causas naturais.

sobre como começou a cultivar o terreno, sua relação com a ONG, com a PMSP e com visitantes internacionais:

Tinha um senhor que cuidava desse terreno e ele morreu, aí pedi pro filho dele me dar a chave pra pegar as ervas. Pensei ‘vou ver se ele me deixa trabalhar aqui’ e ele me deu a chave. A ONG apareceu depois, aí eles começaram a me ajudar, a dar assistência, muda, esterco, sem cobrar nada da gente. (...). Sem a ONG eu não ganharia dinheiro com a horta. Ele lutou pra gente ter água da SABESP. Trouxe trator, equipamentos, máquinas. A prefeitura já trouxe esterco, mas aí tinha que pagar tanto, não sei mais o que, tinha o caminhão e eu preferi ficar com a ONG. Eu tenho tudo da ONG, ele liga perguntando se estou precisando de alguma coisa e pra mim tá ótimo. Tem uma equipe que vem aqui, os técnicos. E eles me fornecem tudo. Às vezes fico doidinha sem saber o que faço primeiro. Quando não dou conta, ele manda os técnicos. Devia ter umas mil dessa ONG espalhada pro povo não sofrer.

(...)

Eles já organizaram eventos pra os gringos aqui. Vieram uns negão, chineses, alemães, gente da Bélgica. Vieram estudantes da Alemanha também. Eu fazia a comida toda em casa e trazia para cá, foi uma festa e tanto, comeram tudo.

Fotografia 05 – Banner da Horta Orgânica da Tia Bela.

Crédito: a autora, 2018.

Fotografia 06 – Torre de transmissão de energia elétrica da Horta da Tia Bela.

Crédito: a autora, 2018.

A venda dos alimentos fica a encargo de Bela e de seu marido, que trabalha com ela e vendem no local – para vizinhos, comerciantes de alimentos e restaurantes locais. Além desses consumidores, pessoas de outras regiões da zona Leste como Itaquera e outras cidades da RMSP como Guarulhos, compram no local e ainda, algumas pessoas entram em contato via WhatsUp com Bela para compras. O valor dos produtos é mais baixo em relação ao preço do mercado, variando entre R\$ 1.50,00 e no máximo R\$3.00,00 pela unidade de produto vendido.

O casal de agricultores da horta da Tia Bela e os (as) agricultores (as) da horta da Mateo Bei são aposentados (as) e a renda que adquirem com a horta não constitui sua principal fonte de renda. Nessa direção, as atividades na horta constituem-se principalmente como uma atividade terapêutica, ocupacional e de acesso ao alimento natural, pois além de saírem de casa, conversam com clientes e isso lhes confere um sentido de bem-estar, conforme o relato de Bela:

A horta é tudo pra mim. É a razão do meu viver. Se eu não tivesse isso aqui, nossa... às vezes é engraçado porque eu seguro as pessoas para conversar. Aqui é bom demais, como bem e ganho um dinheirinho... As pessoas entram, a gente conversa, bate papo, vamos na horta, escolhem o que querem, compram e vão felizes da vida. Não tenho o que reclamar, dos 49 anos que estou aqui, não tenho inimigos [risos].

A partir das observações do trabalho de campo e das entrevistas com dois agricultores e duas agricultoras que recebem assistência técnica da ONG, constatou-se que, devido à idade avançada dos (das) participantes – dois se recuperando de doenças graves e uma apresentando problemas de saúde; o baixo nível de escolaridade; o fato da horta não constituir sua principal fonte de renda; entre outros fatores, torna questionável a implementação desse modelo de uma gestão empreendedora com esse perfil de participante.

Ademais, a implementação da horta depende da confluência de uma série de agentes e recursos, tais como: (i) contrato de comodato assinado junto à Enel; (ii) a compostagem, que depende de grandes máquinas para revirar e aerar o composto, necessitando do apoio do poder público com máquinas e espaço; (iii) a produção ou aquisição de mudas, que depende de técnicas específicas de produção ou de contato com os produtores.

Esses fatores demonstram a interdependência dos agricultores (as) para com o terceiro setor, o setor público e privado, e que exigiria do agricultor (a) – se de fato

estivessem atuando em uma capacidade autônoma – uma mobilização e articulação coletiva para lidar com esses agentes. Apesar da autonomia e empreendedorismo na horta serem questionáveis com esse perfil de participante, é tangível a melhoria em sua qualidade de vida e as funções terapêuticas que a atividade de horticultura oferece, especialmente tendo em vista que a cidade de São Paulo que não possui equipamentos para o bem-estar da terceira idade¹⁵⁰.

4.3.2.1.2 Horta-empresa

O primeiro modelo de horta-empresa que ONG implementou para atender a demanda de alimentos orgânicos de grandes empresas, foi para a multinacional Sodexo. A horta foi inaugurada em outubro de 2018 e conta com 15 agricultores. O modelo de operação dessa horta será analisado em maior profundidade no próximo capítulo e, a seguir, é investigada a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da empresa, tendo em vista analisar a implicação dessa política em projetos sociais de produção de alimentos na periferia, apreender seu impacto na agricultura urbana e vislumbrar possíveis desdobramentos futuros na produção de alimentos orgânicos em larga escala para atender a demanda empresarial.

A Sodexo¹⁵¹ é uma empresa francesa de gerenciamento de serviços alimentícios com sede em Paris que atende uma ampla gama de setores da economia, incluindo empresas privadas, agências governamentais, o setor educacional (de escolas de pré-primário à universidades), o setor da saúde (hospitais, clínicas médicas e centros para a terceira idade), o setor de energia (mineradoras e petrolíferas), o setor militar (bases e complexos militares), o setor carcerário (prisões) e setor de esporte e catering¹⁵².

Não foram encontrados estudos sobre a RSE da Sodexo no Brasil em buscas bibliográficas, porém foram encontrados estudos nesse âmbito na França e na Holanda. Em estudo sobre a RSE da Sodexo holandesa, Pompe e Korthals (2010, p. 371) mostram que a RSE da Sodexo adotou princípios, tais como confiança, respeito, transparência e integridade dos negócios, para transmitir uma imagem corporativa de empresa de alta

¹⁵⁰ Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/idosos/ Acesso em 20/02/2020. Tome-se como referência de equipamento público para o bem estar da terceira idade o Clube do Idoso, na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo. Ver: <http://igualdade.sorocaba.sp.gov.br/destaques/clube-do-idoso/> Acesso em 20/02/2020.

¹⁵¹ Trata-se de uma multinacional que opera em 67 países e emprega mais de 470 mil funcionários. No Brasil, a Sodexo opera desde 1977 e se consolidou como empresa de serviços e benefícios para empregados como, por exemplo, o vale-alimentação.

¹⁵² Ver: <https://www.sodexo.com/home/your-industry/business-industry.html> Acesso em: 31/03/2020

credibilidade. Esses princípios são elaborados em um código de ética que busca promover uma conduta ética e cumprimento da lei para impedir irregularidades e conflitos de interesses. Nessa direção, a RSE da empresa é caracterizada por:

Missão, valores, princípios e políticas traduzidos em compromissos das partes interessadas e aplicados a clientes, funcionários, fornecedores, acionistas e países anfitriões. Estes compromissos não apenas articulam a busca da empresa por parceria de longo prazo, mitigação de riscos e promoção do bem-estar mas também mostra o espírito da empresa de reagir à sociedade e traga seus objetivos morais em um estado mais alto de seriedade. Essa seriedade entra em prática com três questões principais: proteção ambiental (redução do consumo de água e energia, redução de resíduos e reciclagem); nutrição e saúde (programas para promover dietas equilibradas e combater a obesidade); envolvimento em comunidades (particularmente através do seu programa “STOP Hunger”, que opera em 23 países). Essas questões podem estar relacionadas a vários projetos locais da Sodexo. A Sodexo até iniciou um ambiente na Internet chamado “SO-ÉTICA” para estimular e monitorar as atividades locais de RSE (tradução nossa).

No entanto, os autores demonstram que a RSE não é bem-sucedida no país devido às lacunas entre aspirações morais da empresa e a implementação, que ocorre devido a falhas da empresa em lidar com a complexidade de fatores irracionais do âmbito da moral dos negócios. Funcionários da Sodexo dos Estados Unidos da América fundaram a ONG *Stop Hunger*¹⁵³ em 1996 para servir refeições gratuitas a crianças em situação de vulnerabilidade social, que não tinham acesso a refeições quando os restaurantes da escola eram fechados durante o verão.

No Brasil, a ONG *Stop Hunger*¹⁵⁴ desenvolve uma série de projetos, ações e auxílios sociais relacionados à alimentação; produz material educativo, disponível para download em seu site, onde fornece instruções para instalação de hortas em espaços pequenos, médios e grandes; e um manual para cultivo de temperos. A instalação da horta – para atender a demanda de alimentos de impacto social da Sodexo – pela ONG Cidades Sem Fome materializa a primeira horta de caráter empresarial na cidade de São Paulo, e será abordada em maior profundidade no próximo capítulo.

A partir do exposto acima, apreende-se que devido ao amplo diálogo com o setor empresarial de São Paulo e com patrocinadores nacionais internacionais, a ONG Cidades Sem Fome consegue adquirir financiamento para seus projetos e atuar nos aspectos de operacionalização das hortas, mantendo uma gestão controlada desses espaços e

¹⁵³ Ver: <http://www.stop-hunger.org/home.html/> Acesso em 20/04/2020

¹⁵⁴ Ver: <http://br.stop-hunger.org/home/nossas-acoas/hortas-comunitarias.html> Acesso em 20/04/2020

inaugurando o modelo horta-empresa, para atender a demanda de multinacionais na aquisição de alimentos de impacto-social. Além disso, a ONG possui grande visibilidade na mídia, o que amplia sua imagem pública e ganha apoiadores. No entanto, é tangível que não estimula o debate politizado *com* e *entre* os participantes a respeito da agricultura urbana, e não procura dialogar com os outros agentes da AU na cidade pela razão de não se tratar do escopo com o qual a ONG opera.

4.3.3 Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPA)

Conforme discutido anteriormente, a partir do final da década de 1990 e do início dos anos 2000, a participação da sociedade civil em questões de interesse social foi ampliada, ocasionando o fortalecimento de grupos, redes e associações em toda a cidade – mas particularmente na periferia – que se tornaram protagonistas em reivindicações de serviços públicos e direitos sob forma de pressão social para elaboração de políticas públicas que contemplassem as questões específicas relativas à mulher, ao meio ambiente, à sustentabilidade, ao idoso, entre outros – fato que até então fora inédito na história do Brasil (JOVCHELOVITCH e PRIEGO-HERNANDEZ, 2014).

O desenvolvimento sustentável e a agricultura urbana também se tornaram objeto dessas reivindicações e, conforme elucidado anteriormente, em 2016 é criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário Sustentável (CMDRSS), que enfatiza a questão de gênero e étnica, conforme relatório final da I Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Cidade de São Paulo¹⁵⁵ (2016, p. 19):

...entendemos que todas as políticas públicas, estratégias, programas e projetos relativos ao desenvolvimento rural agroecológico devem ser pautados pela participação ampla e democrática, pelo respeito às especificidades dos territórios e às questões de gênero e etnia.

Nesse âmbito, o trabalho de campo¹⁵⁶ revelou um aspecto ainda não investigado na AU em São Paulo ou no Brasil: a questão de gênero. Nessa direção, as agricultoras do Viveiro Escola União de Vila Nova e da Horta Sabor da Vitória participam, e duas servidoras públicas (entrevistadas) organizam a Rede das Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPA), formada em maio de 2018.

¹⁵⁵Ver: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/RelatorioFinalweb.pdf> Acesso em 11/05/2019.

¹⁵⁶ A partir do trabalho de campo realizado no Viveiro Escola União de Vila Nova, uma das agricultoras me convidou para participar do primeiro encontro da Rede. Desde então, estive presente em seis encontros da Rede entre maio de 2018 e dezembro de 2019.

A seguir são descritos e analisados três encontros da Rede, desde sua primeira formação, chamada de “Ciclo de Encontros de Agricultoras”, norteada por princípios e práticas da agroecologia e do feminismo. A formação das oficinas foi idealizada e realizada a partir do encontro entre uma técnica da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)¹⁵⁷ da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e de uma assessora parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, em reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário Sustentável (CMDRSS).

Devido às suas experiências no setor público, elas propuseram um GT (grupo de trabalho) exclusivamente para as agricultoras da cidade com o objetivo de implementar a referida questão de gênero citada no referido relatório. Dessa forma, foi criado o “Grupo de Trabalho Mulheres e Agroecologia”, tendo em vista alcançar, principalmente, mulheres em regiões periféricas, pois além de serem regiões que possuem baixos índices de nível socioeconômico; insuficiência ou ausência de serviços públicos; alto índice de violência e exclusão social em relação às mulheres, são também regiões que possuem remanescentes da Mata Atlântica, inúmeras nascentes de água e são grandes áreas produtoras de alimentos.

O GT foi aprovado pelo CMDRSS e, em seguida, buscou-se parceria com a Sempreviva Organização Feminista (SOF)¹⁵⁸, que realiza um trabalho de referência com mulheres e agroecologia. A partir dessa parceria realizou-se o primeiro “Ciclo de Encontros de Agricultoras”, com o objetivo central de “organizar as mulheres para a construção de uma rede sociotécnica de agricultoras, extensionistas rurais, técnicas e pesquisadoras da cidade de São Paulo, visando à autonomia econômica das agricultoras” (BELLENZANI *et al.*, 2019, p. 03).

A primeira oficina ocorreu na sede da SOF no dia 18 de maio de 2018 onde estiveram presentes 27 mulheres (agricultoras das zonas Leste e Norte de São Paulo, suas familiares, servidoras públicas, técnicas, pesquisadoras, entre outras). A oficina começou com um café da manhã coletivo e seguiu para uma rodada de apresentações individuais. Em uma das apresentações, uma das agricultoras relatou a violência doméstica a qual sobreviveu, provocando comoção coletiva.

O papel das emoções em ação coletiva feminista – e em movimentos sociais – recebeu atenção de estudos de gênero, sendo reconhecido como um aspecto integral dessa

¹⁵⁷ Ver: <http://www.cati.sp.gov.br/portal/> Acesso em 27/04/2019. A referida técnica foi entrevistada no dia 04 de maio de 2019, no Parque da Água Branca, antiga sede da CATI.

¹⁵⁸ Ver: <http://www.sof.org.br/> Acesso em 26/04/2019.

dinâmica (BUECHLER, 1995; TAYLOR, 1995; FERREE & HESS, 1994; GAMSON, 1992). Quando as emoções são reconhecidas como elementos que propulsionam o processo de mobilização coletiva, duas delas emergem com frequência: o sentido de injustiça e a raiva, que são uma expressão legítima da indignação moral e da raiva justa, direcionadas à fonte de injustiça (HERCUS, 1999).

Após a apresentação inicial, as mulheres foram divididas em cinco grupos e receberam cartolinas e massinha de modelar para se expressarem a respeito de sua relação com a agricultura urbana agroecológica em suas localidades, possibilitando a revelação de uma pluralidade de situações e práticas. Durante o processo interativo, semelhanças emergiram em relação aos potenciais e aos desafios que as agricultoras enfrentam na horta. Os dados levantados foram organizados em quatro eixos e sistematizados em relação aos elementos que moldam suas experiências:

- Eixo econômico – em alguns casos, a prática da agricultura é a principal fonte de renda da agricultora, em outros, é uma renda complementar; e ainda em outros casos, existe um desejo que a agricultura seja a principal fonte de renda, mas ainda não o é;
- Eixo familiar – em alguns casos, a família apoia o trabalho da mulher na agricultura, mas não o aceita como sua principal atividade; em outros casos, o marido ou parceiro é contra o trabalho da mulher na agricultura por questionar sua conduta moral na horta ou por desvalorizar seu trabalho;
- Eixo afetivo e existencial – todas as agricultoras falaram de um sentimento de *amor pela terra*, da relação de afeto que possuem com o cultivo, com as flores e com a terra em si. Uma agricultora falou de como descobriu um novo significado para sua vida devido à atividade na horta. Muitas delas são provenientes da região do nordeste do Brasil e aprenderam a trabalhar na roça com a família. Nesse sentido, o retorno à agricultura na cidade é também permeado por um sentimento nostálgico de retorno às raízes e à infância;
- Eixo gestão de tempo – o fato de a horta ser perto de seu local de moradia permite maior flexibilidade em relação ao tempo dedicado ao trabalho doméstico, aos cuidados com os filhos e ao tempo que elas dedicam ao trabalho na horta.

Em seguida foi realizada outra dinâmica com a finalidade de compor proposições a respeito das necessidades das agricultoras, para serem incorporadas no Plano Municipal

de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), instrumento norteador do CMDRSS. A dinâmica evidenciou os seguintes resultados, divididos em três eixos: (a) eixo saúde – encontram-se duas evidências – o impacto negativo que o trabalho na horta causa no corpo das mulheres devido ao uso de ferramentas que não correspondem à sua fisionomia e o trabalho físico extenuante, que pode levar a problemas ortopédicos.

Entretanto, há também evidências do impacto positivo do trabalho na horta, quando algumas agricultoras reconhecem melhorias na saúde como perda de peso, melhorias na pressão arterial e na sensação de bem-estar em geral. Há relatos também de melhoria na condição de saúde mental, como superação de depressão. As agricultoras apontam, também, a dificuldade em acessar incentivos financeiros oferecidos pelo poder público devido à falta de transparência do processo, portanto, há necessidade de maior transparência e incentivos específicos para as agricultoras.

Elas mencionam que desconhecem o processo de negociação entre os proprietários dos terrenos e o poder público relativos ao contrato de comodato, portanto, há necessidade de transparência nesses processos e viabilização desses contratos às mulheres que queiram acessar a terra. O estudo de Hovorka *et al.* (2009, p.16) também reforça esses resultados, pois

...as mulheres enfrentam severas restrições no acesso, uso e controle da terra nas cidades, em comparação com seus pares masculinos. Os homens tendem a ter a primeira escolha de qualquer terra disponível, deixando as mulheres com terrenos de baixa qualidade ou menos seguros. (*tradução nossa*)

A dinâmica permitiu o reconhecimento de elementos comuns (potenciais e desafios) e da percepção da necessidade de conhecimento de cada uma das áreas produtivas na cidade onde as agricultoras atuam, isto é, de conhecer a realidade das outras hortas. Decidiu-se, em comum acordo, que as oficinas teriam continuidade em hortas propostas por elas com capacidade de acolhimento de um grupo composto por trinta pessoas aproximadamente.

O processo interativo de ouvir o relato das experiências com a agricultura urbana possibilitou reconhecer a formação de laços de solidariedade entre as participantes e a criação de senso de identidade coletiva, corroborando dados de outros estudos sobre o papel de elementos comuns em práticas feministas que atribuem significado e sentido à vida das mulheres, que passam a se reconhecer enquanto categoria a partir de experiências

compartilhadas e, dessa forma, estabelecem vínculos que fortalecem sua ação social coletiva (FOMINAYA, 2010; HERCUS, 1999).

Weir (2008, p.112) também denomina esse processo histórico formativo como “políticas de identidade transformativas”, configuradas a partir de uma

identificação baseada não na suposta semelhança, mas no reconhecimento do outro e uma abertura à transformação do *eu*¹⁵⁹ (...) que incorpora ambas relações de identificação e reconhecimento das relações de poder: portanto, políticas de identidade transformadora são políticas de autocritica e autotransformação e transformação de um “nós”. *(tradução nossa)*

Ao final da oficina, duas agricultoras das Mulheres do GAU propuseram que a segunda oficina fosse realizada no dia 23 de junho de 2018 no Viveiro Escola União de Vila Nova (figura 07).

Figura 07 – E-flyer da segunda oficina de Mulheres e Agroecologia na cidade de São Paulo.

Fonte: Grupo de WhatsUp “Encontro de Mulheres SP”, 2018.

A horta é localizada a 25 minutos a pé da estação de trem São Miguel Paulista, uma região periférica, afastada do centro e, portanto, com menos serviços de transporte.

¹⁵⁹ O termo em inglês é *Self*, traduzido como “eu”, que também pode ser traduzido como “auto”.

Algumas participantes da oficina não sabiam como chegar ao local e, via grupo de *WhatsUp*, combinaram um ponto de encontro na estação do metrô Brás, que dá acesso ao trem que leva a São Miguel Paulista. Nesse ponto de encontro havia um homem presente demonstrando interesse em participar da oficina. Sua presença, porém, levantou o questionamento a respeito da participação masculina nas oficinas.

Discutiu-se que, por se tratar de um espaço onde as mulheres também falam sobre temas delicados como situações de abuso, assédio e violência de todos os tipos, elas poderiam se sentir intimidadas e não encorajadas a falar a respeito desses temas na presença de homens. Tendo em vista que algumas dessas mulheres foram e algumas ainda são vítimas de violência doméstica, decidiu-se que homens não poderiam participar das oficinas. A única exceção feita se referiu às mulheres que têm filhos pequenos, podendo trazer os meninos.

A recusa da participação de homens nas oficinas é interpretada como uma resistência às estratégias patriarcais, que historicamente, permitiram ao homem deter hegemonia nos espaços públicos e nos locais de exercício de poder. Estes dados corroboram questões já amplamente investigadas a respeito das desigualdades entre homens e mulheres, com óbvias desvantagens para mulheres. Nessa direção, Safiotti (2015, p. 37) afirma que

O sexismo não é somente uma ideologia, reflete também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. (...). As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores.

Muitos homens (amigos, maridos, parceiros, pesquisadores, etc.) manifestam interesse em participar das oficinas e recebem “não” como resposta. Quando interpretado sob a perspectiva da cultura de socialização em relação ao gênero masculino, homens possuem o *habitus*¹⁶⁰ a terem acesso a qualquer lugar que queiram ir, especialmente ter acesso *aonde sua mulher vai*, ou simplesmente pelo fato de serem homens (SAFFIOTI, 2015).

¹⁶⁰ *Habitus* é o termo cunhado pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Refere-se ao capital incorporado, isto é, os elementos que organizam as formas pelas quais os indivíduos percebem o mundo social ao seu redor e como a eles reagem. O *habitus* representa a forma como a cultura e a história pessoal moldam o corpo e a mente e, como resultado, moldam a ação social no presente. O conceito põe fim à antinomia indivíduo / sociedade dentro da sociologia estruturalista.

Obviamente o entendimento que cada um deles faz a respeito das oficinas é distinto, alguns apoiam amplamente um espaço *de* mulheres e *para* mulheres, bem como apoiam a participação de sua parceira ou esposa, enquanto outros ficam incomodados a ponto de não permitirem a participação de sua esposa, como ilustrado no relato de uma das agricultoras: “Se eu não me impor, eu não venho. Se dependesse dele (do marido), eu não estaria aqui. Ele diz que eu venho ‘bater perna’, não entende que as oficinas são importantes pra mim e não apoia minhas escolhas”¹⁶¹. Tome-se como referência o último caso, mais representativo da situação que acontece com a maioria das agricultoras em relação ao conjugue, do que o primeiro.

Neste encontro estavam presentes 31 mulheres, das quais três levaram crianças pequenas. Estavam também presentes uma professora de nutrição, três estudantes do SENAC de São Miguel Paulista e três mulheres indígenas das aldeias *Tapé Mirim* e *Krukutu*, pertencentes ao território indígena *Tenonde Porã*, da etnia guarani *Mbya*, localizadas no extremo sul de São Paulo. Depois da rodada de apresentação individual, as organizadoras propuseram uma atividade sobre a divisão sexual do trabalho, lançando mão da metodologia do relógio (fotografia 07) (JANCZ *et. ali.*, 2018). As participantes foram divididas em dois grupos, onde fizeram um relógio para suas atividades e outro para as atividades dos homens (tomando como referência o marido ou parceiro) ao longo de um dia.

Fotografia 07 – Roda da atividade do relógio.

Crédito: a autora, 2018.

¹⁶¹ Entrevista realizada no dia 27 de julho de 2018 no Viveiro Escola União de Vila Nova.

Os dados dos quadros mostram que a mulher possui uma dupla jornada de trabalho, pois além do trabalho formal – na horta ou em outra forma de trabalho remunerado – ela também é responsável pelo trabalho doméstico. Em seguida, houve um debate caloroso a respeito da desigualdade de gênero em relação ao trabalho doméstico.

Essa distribuição desigual do trabalho se deve, historicamente, ao sistema patriarcal, que atribuiu ao gênero feminino funções de reprodução e cuidado doméstico, e, na medida econômica, o sistema capitalista o concebeu como parte do sistema não-mercantil, isto é, não remunerado. Isso significa, dentro da lógica do trabalho assalariado, que trabalho doméstico não é trabalho, que não existe ou não foi atribuído valor ao trabalho das mulheres, sendo este considerado gratuito. Essas desigualdades nos remetem às práticas de “(...) apropriação material pelos homens da força de trabalho das mulheres, seja qual for seu estatuto familiar – esposas, mães, filhas, irmãs.” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1999, p. 64).

Depois dessa dinâmica, as Mulheres do GAU serviram um almoço com pratos variados produzidos no próprio local. Após o almoço, três agricultoras das Mulheres do GAU realizaram uma visita guiada pelo Viveiro, mostrando as hortaliças, frutas, legumes e plantas medicinais que cultivam ali, falando sobre as técnicas que usam para descobrir “qual planta é boa de comer e qual não é” e contando um pouco da história do Viveiro. Depois da visita, o grupo entrou em acordo a respeito de sua primeira necessidade técnica – aprender a produção, o manejo, o tratamento e o uso de plantas medicinais.

Ao final do encontro, as três mulheres indígenas se propuseram a acolher a terceira oficina, realizada na aldeia indígena Guarani *Kalipety*, localizada na terra indígena *Tenonde Porã*, no extremo sul da cidade de São Paulo. É importante ressaltar que as eleições de outubro de 2018 e eventual vitória de Jair Messias Bolsonaro (sem partido, 2018 – atual) abalaram o grupo que, diante de um cenário já insipiente de recursos, políticas, serviços e equipamentos públicos para a mulher, viram suas conquistas ameaçadas e se mostravam temerosas a respeito do aumento da violência contra a mulher.

Diante do turbulento cenário político, decidiram fazer a quarta oficina na Comuna da Terra Irmã Alberta, um assentamento do Movimento dos Sem Terra (MST), localizado em uma antiga área improdutiva da SABESP, no extremo da região noroeste de São Paulo¹⁶². A quinta oficina foi realizada no dia 16 de fevereiro de 2019, no Instituto Vila Nova Esperança, localizada ao lado do Parque Estadual Jequitibá, local de difícil acesso.

¹⁶² Informações acima foram retiradas do grupo de WhatsUp “Encontro de Mulheres SP”.

Por meio do grupo de WhatsUp, as participantes organizaram as caronas para que todas pudessem chegar ali. No total, 28 mulheres participaram – 4 trabalhadoras do setor público, 3 pesquisadoras e 21 agricultoras das regiões periféricas da cidade de São Paulo.

Na rodada de apresentações, a líder da associação, conhecida como Lia, contou a história da horta comunitária, falou um pouco de sua trajetória de vida e dos prêmios de sustentabilidade que havia conquistado em eventos internacionais de design, “mesmo não sendo arquiteta, engenheira ou designer”. Ela enfatizou que a horta “é de todos e para todos e aqui ninguém sabe mais que ninguém (...) aqui a gente aprende fazendo, aprende junto, é tudo junto e misturado mesmo”. A horta já recebeu diversos prêmios, nacionais e internacionais, inclusive do Banco Santander e a presidente da Associação já apresentou a horta em evento de sustentabilidade no México e em programas da televisão brasileira.

Em seguida, realizou-se uma visita guiada à horta, onde é cultivada uma variedade de PANCs. O local possui uma cozinha comunitária; espaço lúdico para crianças; um forno a lenha para fazer pizzas construídas com a técnica da bioconstrução; um viveiro; um orquidário e três lotes para as hortas. Após a visita guiada, foi servido o almoço com alimentos produzidos no local e, na sequência, as agricultoras e as servidoras públicas foram divididas em grupos para discutir as demandas, os problemas e os desafios da atividade na horta em suas respectivas localidades, assim como os desafios e potenciais relativos aos próprios encontros. Os resultados foram sistematizados nos seguintes eixos:

- Valorização e treinamento – demanda por valorização da agricultura familiar orgânica e treinamento para processar os alimentos (bolos, farinhas, geleias, conservas, etc.); valorização de si mesma e das outras; reconhecimento do trabalho da agricultora; agregar valor ao alimento;
- Comercialização – obtenção de selo de qualidade e licença para ter acesso de venda em mercados consumidores formais; viabilizar comercialização em assentamentos urbanos;
- Articulação – maior mobilização e fortalecimento comunitário; maior união entre as diversas comunidades e regiões da cidade; ampliar trabalho em equipe;
- Problemas – lidar com frequentes ameaças e assédio moral; indefinição sobre a garantia de acesso à terra; incertezas em relação à continuidade dos projetos; lidar com a burocracia relativa à infraestrutura da horta (falta de água, luz, esgoto e comprovante de residência); e questões relativas à leitura e escrita, pois muitas agricultoras possuem baixo nível de escolaridade;

- Desafios – obter maior autonomia na gestão da horta; aprender métodos alternativos para controle de pragas e preparação do solo; busca de novas fontes de financiamento;
- Potencial – criação de um mapa social com redes de produção, comercialização e consumo; estabelecer novas parcerias; promover o uso de cadernetas agroecológicas; compartilhamento de saberes, mudas e sementes; e fortalecimento da rede.

A sexta oficina foi realizado em junho de 2019, na Chácara Santo Amaro, também conhecida como Nossa Fazenda, propriedade da ex-presidente da COOPERAPAS¹⁶³, onde foi discutido o mapeamento participativo das iniciativas lideradas por mulheres em toda cidade de São Paulo, com o objetivo de auto-reconhecimento e da sistematização de suas demandas, potenciais e desafios para que a rede se fortaleça e se consolide. No dia 08 de março de 2019, a RAPPa participou da Marcha Mundial das Mulheres, para a qual confeccionaram um estandarte (fotografia 08) para representar o grupo, que contou com a participação de 16 mulheres.

Fotografia 08 – Estandarte da RAPPa.

Crédito: a autora, 2019

¹⁶³ Ver: <http://cooperapas.blogspot.com/> Acesso em 29/05/2019

Após a marcha, formalizou-se a Rede, com o propósito de acessar o Edital Elas Periféricas¹⁶⁴, da Fundação Tide Setúbal, para obter financiamento e ampliar seu escopo de atividades. Estruturou-se uma página no Facebook¹⁶⁵ para registrar, divulgar e ampliar o alcance da rede publicamente, atendendo aos critérios do Edital. As atividades realizadas até aquele momento foram sistematizadas, elaborou-se um planejamento para ações futuras e a rede foi batizada de “Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas”.

A inscrição para esse edital foi a primeira tentativa de captação de recurso com o objetivo de diminuir a “dependência do apoio de órgãos públicos e aumentar sua autonomia em relação a eles – fundamental enquanto resistência ao desmonte de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, proteção ambiental e direitos – e mesmo em relação ao próprio CMDRSS” (BELLENZANI *et al.*, 2019, p. 05). No entanto, a rede não logrou aprovação.

O sétimo encontro da Rede foi realizado no dia 31 de agosto de 2019, na Secretaria de Agricultura de Abastecimento, onde grupos de agricultoras e outras participantes foram divididos por grandes regiões da cidade (Sul, Leste, Oeste, Norte e Centro) para fazer um mapeamento de hortas, iniciativas, pontos de comercialização e apoios técnicos a partir do conhecimento e contatos das participantes.

O oitavo encontro da Rede foi realizado no dia 30 de novembro de 2019, na Nossa Chácara – Cantinho da Serra, localizado no extremo norte de São Paulo, próximo a uma construção abandonada do Rodoanel, onde a agricultora responsável enfrenta os inúmeros desafios de sua região. Foram discutidas as atividades da rede até o momento, levantaram-se questões de planejamento para 2020 e foi realizada uma troca de presente entre as participantes. Finalmente, em janeiro de 2020, a rede foi rebatizada de “Rede de Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas (RAPPA)”.

Em oito encontros realizados ao longo de 2018 e 2019, a RAPPA reuniu mais de 150 mulheres envolvidas com a agricultura urbana e periurbana das periferias São Paulo. O perfil das participantes é composto por diversidade étnica e racial; nível socioeconômico (as agricultoras apresentando menor nível, e as técnicas, pesquisadoras e servidoras públicas apresentando maior nível); instrução formal (as agricultoras apresentando baixo nível de escolaridade e as técnicas, pesquisadoras e servidoras

¹⁶⁴ Ver: <https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/3925/fundacao-tide-setubal-lanca-a-segunda-edicao-do-edital-elas-perifericas> Acesso em 30/07/2019

¹⁶⁵ Ver: <https://www.facebook.com/agricultorasperifericaspaulistanas/> Acesso em 26/07/2019

públicas apresentando alto nível de escolaridade); idade (desde 20 anos, até acima de 60 anos); orientação sexual; e religiosidade.

Essa diversidade de perfis configura-se em um espaço de formação de identidades transformativas e articulação de ações pautadas por ideias feministas de caráter emancipatório em relação às diversas formas de opressão as quais as mulheres são submetidas, especialmente as mulheres negras e periféricas. Todas as participantes demonstram grande satisfação em participar dos encontros e de fazerem parte da RAPPa.

Até o momento, os encontros da Rede foram viabilizados de forma autogestionária, contando com contribuições financeiras das participantes para a alimentação e o transporte. Nas discussões coletivas, a autogestão feminina, a autonomia das mulheres e o estímulo à participação e representatividade feminina, tanto no CMDRSS quanto nas chamadas públicas para aquisição de alimentos em equipamentos públicos, continuam sendo os eixos norteadores do planejamento das oficinas. Os desafios da RAPPa são similares às outras organizações no que se refere às questões de ordem de logística como transporte, escoamento da produção, assistência técnica, acesso à insumos (sementes e adubos orgânicos), capacitação e extensão rural em área urbana.

4.4 Empresas privadas

Conforme discutido anteriormente, grandes empresas como CDHU e multinacionais como a Enel são agentes centrais na instalação e operacionalização da AU na zona Leste no que tange o acesso à terra. Nessa direção, esta pesquisa também investigou três empresas (Sesc, Cônsul e Sodexo, sendo que a última foi analisada no item referente à ONG CSF) cujas políticas institucionais incidem sobre a produção e comercialização dos produtos da AU na zona Leste de São Paulo.

O Sesc Itaquera promove iniciativas socioambientais no Festival Primaveras Periféricas, onde 3 hortas estudadas participaram entre 2017 e 2019. O Sesc Itaquera, Sesc Avenida Paulista e Sesc Consolação oferecem espaço para comercialização nas Feiras de Produtos Orgânicos e Agroecológicos, nas quais as hortas Planta Periferia, Viveiro Escola União de Vila Nova, Horta Sabor da Vitória e Horta da Mateo Bei comercializam seus produtos. Além disso, diversos Sescs de São Paulo promovem oficinas e debates sobre agricultura urbana e agroecologia.

O Consulado da Mulher – financiado pela multinacional Cônsul – fornece capacitação e treinamento de gestão de negócio para mulheres periféricas, na qual as

agricultoras do Viveiro Escola União de Vila Nova participam. Conforme explicado anteriormente, a empresa de serviços alimentares Sodexo teve sua horta instalada pela ONG Cidades Sem Fome em um dos terrenos da Enel, materializando a primeira horta de caráter empresarial da cidade, buscando a produção orgânica em larga escala, para fins comerciais, entre outros projetos.

4.4.1 O “Sistema S”

O “Sistema S” designa as instituições SESC (Serviço Social do Comércio), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem), criadas entre 1942 e 1946, no final do governo de Getúlio Vargas e durante o governo de Eurico Gaspar Dutra. Desde sua criação, o “Sistema S” passou por diversas orientações ideológicas – desde ultraconservadoras, até progressista. Independentemente das orientações ideológicas que nortearam as políticas e ação dessas instituições ao longo de sua história, o “Sistema S” configura-se, até hoje, naquilo que se entende como a Sociedade e o Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Hoje o Sesc é uma instituição privada, mantida por empresários¹⁶⁶ da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC)¹⁶⁷.

O “Sistema S” atua em todo o Brasil, com atividades voltadas, principalmente, para o bem-estar social dos seus empregados, familiares, e aberto à comunidade, nas áreas de Cultura, Lazer, Saúde, Educação e Assistência, com oferta de serviços de educação em saúde, assistência odontológica e alimentação; educação e biblioteca; desenvolvimento, promoção e apresentação das artes e da cultura; espaço recreativo, esportes, turismo social, ação comunitária, entre outros (POMPOLO, 2007; BECHARA, 2007).

As questões ambientais tornaram-se características de suas políticas institucionais a partir da década de 1990, quando o Sesc Departamento Nacional criou a Estância Ecológica do Pantanal – o Sesc Pantanal¹⁶⁸ – no Mato Grosso, constituindo-se na maior

¹⁶⁶ Todas as grandes empresas no Brasil pagam uma contribuição fiscal ao governo, onde parte desses recursos é repassada para uma entidade patronal (a Confederação Nacional da Indústria, por exemplo), que por sua vez, à direciona integralmente para o Sistema S. Empresários afirmam que essa contribuição poderia ser direcionada diretamente ao governo e se manifestam a favor da diminuição do valor da contribuição, argumentando que o Sistema S também tem outras fontes de recursos, como a cobrança de alguns cursos. Fonte: conversa com funcionária do Sesc Avenida Paulista no dia 24 de março de 2019 na Feira de Produtos Orgânicos.

¹⁶⁷ Ver: <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/comercio/> Acesso em: 20/04/2020.

¹⁶⁸ Ver: <https://www.sescpantanal.com.br/> Acesso em: 19/03/2020.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Brasil, em uma área que equivale à cidade do Rio de Janeiro. Em 1994, o Sesc São Paulo cria o Programa Mesa Brasil¹⁶⁹, uma rede nacional de Bancos de Alimentos, de caráter assistencialista, cujo objetivo é combater a fome e o desperdício.

O programa atua em todas as unidades do Sesc, em todo país, desde 2003, articulando produtores rurais, vendedores atacadistas e varejistas, indústrias e empresas do ramo de alimentos, centros de distribuição e alimentos, através da doação de excedentes e de alimentos que não correspondam ao padrão estético de comercialização, tendo em vista atender a população em situação de vulnerabilidade social e nutricional que recebem assistência das organizações sociais cadastradas.

Em 2004, o Sesc elaborou as Diretrizes Gerais de Ações do Sesc, onde definiu a responsabilidade ambiental como uma de suas características básicas (SALADINI, 2012). Em março 2010, o Sesc incorporou a Sustentabilidade em suas práticas corporativas, alavancadas pelo projeto ECOS – Programa de Sustentabilidade¹⁷⁰, para implementar ações em torno da sustentabilidade com o objetivo de induzir mudanças de paradigmas na condução de procedimentos internos, buscando realizar a tríade de desenvolvimento econômico associado a procedimentos ecologicamente corretos e socialmente justos, atuando no âmbito da conscientização de funcionários e otimização de recursos internos para mitigar os impactos socioambientais da instituição (SESC, 2016).

A partir dessas diretrizes institucionais para a sustentabilidade, o Sesc passou a ampliar a pesquisa e difusão do tema, estimulada pela atuação dos múltiplos agentes e âmbitos envolvidos na produção da sustentabilidade. Dessa forma, Sescs de todo país passaram a promover projetos e oferecer espaço para iniciativas socioambientais, estimulando a educação ambiental e práticas agroecológicas (COSTA, MORAIS e FERNANDES, 2015; SESC, 2016).

Em 2015, o Sesc São Paulo criou a Gerência de Educação para Sustentabilidade e Cidadania, que concebeu e publicou o catálogo Ideias e Ações para um Novo Tempo – Territórios em Transformação (SESC São Paulo, 2017)¹⁷¹, onde apresenta uma seleção de iniciativas socioambientais de diversas cidades no Estado de São Paulo, incluindo

¹⁶⁹ Ver: <https://mesabrasil.sescsp.org.br/conhecer/o-mesa-brasil/> Acesso em: 19/03/2020.

¹⁷⁰ Ver: <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/Sustentabilidade/programa+ecos/> Acesso em: 19/03/2020.

¹⁷¹ Ver: https://issuu.com/sescsp/docs/catalogo_final_23-05 Acesso em: 19/03/2020.

iniciativas da zona Leste, como o Instituto Nova União da Arte (NUA) – que na época responsável pelo Viveiro Escola União de Vila Nova (Quebrada Sustentável) – a AAZL e a horta Sabor da Vitória:

As dez hortas são cultivadas por trinta pessoas que vivem nos bairros de Cidade Tiradentes, Guaianazes, São Mateus e São Miguel Paulista – todos participam da Associação dos Agricultores da Zona Leste. A associação promove projetos de assistência técnica em agroecologia, venda coletiva das hortaliças e representatividade política. Os produtos são comercializados em feiras orgânicas, como a do Parque do Carmo, em pontos localizados nos bairros como o Viveiro Escola Quebrada Sustentável. A agricultura urbana e ecológica destacam-se na zona Leste de São Paulo como uma forma de regeneração de espaços urbanos e geração de trabalho e renda por meio da produção de alimentos saudáveis. (...) Hoje, na horta Sabor da Vitória, localizada no Jardim Santa Adélia, ela [a agricultora] produz verduras e legumes sem o uso de agrotóxicos e atende clientes cinco dias por semana (SESC São Paulo, 2017, p. 89 – 90).

A publicação ainda dedica um item ao Viveiro Escola Quebrada Sustentável (atual União de Vila Nova), onde conta um pouco da história do local e menciona o trabalho das Mulheres do GAU. De 01 a 10 de setembro de 2017, o Sesc Itaquera realizou a primeira edição do Festival Primaveras Periféricas¹⁷², onde foram apresentadas diversas iniciativas que emergem nas periferias da cidade São Paulo, incluindo as iniciativas socioambientais da zona Leste.

O Festival foi inspirado nas revoluções, insurgências, levantes políticos e culturais da Primavera dos Povos (um conjunto de revoluções na Europa Central e Oriental que eclodiram contra os regimes governamentais autocráticos em 1848); a Primavera de Praga (eclodiu em 1968 e foi um período de liberalização política na Tchecoslováquia durante sua dominação pela União Soviética após a Segunda Guerra Mundial); e a Primavera Árabe (foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de dezembro de 2010).

Na primeira edição do Festival, o Viveiro Escola Quebrada Sustentável participou com vendas de alimentos, mudas de plantas e cosméticos naturais e a horta Planta Periferia participou com venda de alimentos e realização de oficina de compostagem em espaços fechados com o uso de baldes adaptados, dados aos participantes (fotografia 09).

¹⁷²Ver: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11240_PRIMAVERAS+PERIFERICAS+FLORESCER+NAS+MARGENS Acesso: 23/11/2017

Os gestores da horta Planta Periferia também já participaram de debates e mesas redondas sobre agricultura urbana e agroecologia promovidos pelo Sesc Vila Mariana, em 2017.

Fotografia 09 – Projeto Planta Periferia realizando oficina de compostagem no Sesc Itaquera.

Crédito: a autora, setembro de 2017.

No mês de julho de 2018, o Sesc Avenida Paulista promoveu o “Minicurso: Horta e Agricultura na Cidade”¹⁷³ – feito a partir da demanda dos usuários do Sesc, interessados em conhecer mais a agricultura urbana praticada em São Paulo – e onde pesquisadores (as) do Grupo de Estudos de Agricultura Urbana do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (GEAU/IEA/USP) foram convidados a apresentar suas pesquisas (figura 08).

O interesse dos participantes no Minicurso estimulou a organizadora e outros (as) funcionários (as) do Sesc Avenida Paulista a realizarem uma Feira de Produtos Orgânicos, com sua primeira edição no dia 24 de março de 2019. Quatro agricultoras das Mulheres do GAU, a gestora/agricultora da horta Sabor da Vitória e outros (as) expositores (as) participaram com vendas de alimentos das hortas e produtos alimentícios naturais e artesanais. As agricultoras das Mulheres do GAU e da horta Sabor da Vitória demonstraram grande satisfação em participarem da Feira.

¹⁷³ A curadoria do mini curso foi feita pelo pesquisador Gustavo Nagib (GEAU/IEA/USP), que gentilmente me convidou para participar. A apresentação foi um resumo do capítulo III e deste capítulo. Ver: https://www.sescsp.org.br/aulas/159518_HORTAS+E+AGRICULTURA+NA+CIDADE Acesso em: 12/08/2018.

A descrição do evento¹⁷⁴ na página do Facebook do Sesc Avenida Paulista demonstra que a instituição vem incorporando pautas que discutem a relação entre alimentação saudável, agricultura familiar e empoderamento feminino, e as promove em seus eventos e em sua ação educacional:

Domingo é dia de feira livre! No dia 24/3, produtoras rurais de diversas regiões da cidade participam da Feira de Produtos Orgânicos do Sesc Avenida Paulista. 🍌🍋🍇🍅🥦🍄 O evento reúne agricultoras que cultivam frutas, legumes, grãos, verduras e outros alimentos sem a utilização de produtos químicos sintéticos (tais como fertilizantes e pesticidas), ou modificados geneticamente. A agricultura biológica tem pautado as discussões sobre alimentação saudável e a produção agrícola sustentável, com respeito ao meio ambiente e baseado na agricultura familiar. Encerrando a feira de orgânicos, o Samba de Dandara, que é um grupo voltado à expansão e fortalecimento do lugar da mulher tanto no samba como no mundo. Elas apresentam ritmos afro-brasileiros, o samba em suas várias vertentes: ijexás, afoxés e pontos de candomblé e umbanda. No show, "Samba de Dandara" convida a cantora Roberta Oliveira. Não há necessidade de inscrição nem retirada de ingresso

Depois da primeira edição da Feira de Produtos Orgânicos, o Sesc Avenida Paulista passou a organizá-la uma vez por mês. Devido ao crescente interesse do público pela relação entre alimentação saudável, agroecologia, sustentabilidade, meio ambiente e empoderamento feminino, o Sesc Avenida Paulista passou a oferecer cursos e aulas em torno dessa temática e organizou o bate papo “Donas do mundo: a mulher na agroecologia”¹⁷⁵ (figura 09), que contou com a participação da agricultura/gestora da horta Sabor da Vitória; com a presidente da COOPERCUC¹⁷⁶, uma cooperativa agropecuária atuando nas cidades de Uauá, Canudos e Curaçá, no norte da Bahia; e com gerente da Orgânicos Mariani¹⁷⁷, uma cooperativa de orgânicos localizada na cidade de Garibaldi, no Rio Grande do Sul.

O bate papo foi baseado no curta metragem Donas do Mundo¹⁷⁸, produzido pela Articulação do Semiárido Brasileiro, exibido no saguão do Sesc Avenida Paulista no dia 18 de abril de 2019 e seguido por um bate-papo com as referidas convidadas.

¹⁷⁴ Ver: <https://www.facebook.com/events/262713117948221/> Acesso em: 12/07/2019.

¹⁷⁵ A funcionária do Sesc Paulista que organizou o mini curso e a Feira de Produtos Orgânicos gentilmente me convidou para mediar o bate papo. Ver: <https://www.facebook.com/events/840691522963229/> Acesso em 21/07/2019.

¹⁷⁶ Ver: <http://www.coopercuc.com.br/> Acesso em 21/07/2019.

¹⁷⁷ Ver: <https://www.organicosmariani.com.br/> Acesso em 21/07/2019.

¹⁷⁸ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=YGS-PnVFjDg> Acesso em 21/07/2019.

Figura 08 – E-flyer do Minicurso.

Fonte: Sesc Avenida Paulista, 2018.

Figura 09 – E-flyer do bate papo Mulheres da Terra.

Fonte: Sesc Avenida Paulista, 2019.

Os temas abordados foram suas impressões a respeito da condição da mulher na agricultura familiar – rural e urbana; os impactos do uso de ferramentas da agricultura no corpo da mulher; os desafios que elas enfrentam estando à frente de suas empreitadas; a comercialização de seus produtos; o machismo que tiveram de enfrentar pelo fato de serem mulheres; assédio moral e sexual; sobre como não se submeteram aos variados tipos de pressões para as desestimularem a seguirem adiante com seus projetos; a reação de suas famílias quando assumiram seus projetos; e o empoderamento feminino.

O Sesc Consolação também passou a realizar uma Feiras de Produtos Orgânicos em 2019, na qual as agricultoras da horta Sabor da Vitória e Horta da horta da Mateo Bei participaram. A partir do exposto acima e de observações trabalho de campo, verifica-se que desde 2017, o Sesc Itaquera realiza eventos e atividades que visam dar visibilidade às iniciativas socioambientais das periferias da cidade, que incluíram as hortas Planta Periferia e Viveiro Escola Quebrada Sustentável e uma organização da sociedade civil, a AAZL. Dessa forma, apreende-se que as agricultoras dessas hortas circulem por outros

espaços – de comercialização, vivências e eventos – além do âmbito de suas hortas, que proporcionam interação com uma grande variedade de público e situações.

O Sesc Avenida Paulista, o Sesc Consolação, o Sesc Pompéia e o Sesc São Caetano também incorporaram as temáticas relacionadas à agricultura urbana, agroecologia, alimentação saudável e empoderamento feminino em sua ação educativa, oferecendo aulas, cursos e eventos – em recente e crescente processo de divulgação dessas temáticas.

4.4.2 Instituto Consulado da Mulher

Este item analisa ações sociais¹⁷⁹ do Instituto Consulado da Mulher (ICM) ou simplesmente Consulado da Mulher¹⁸⁰, onde as agricultoras do Viveiro Escola União de Vila Nova recebem sua assessoria desde outubro de 2018 e tiveram sua cozinha equipada com um fogão de seis bocas, um refrigerador com freezer e dois fornos micro-ondas

¹⁷⁹ Na década de 1980, devido à redução do modelo de Estado de Bem-Estar Social e à implementação de políticas econômicas neoliberais, a sociedade passou a cobrar um comportamento ético e maior comprometimento social e ambiental por parte de grandes empresas. A partir do final da década de 1990 e no início dos anos 2000, as empresas passaram a sistematizar e a racionalizar suas ações sociais através da criação de departamentos internos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), contratando consultorias especializadas em “questões sociais” para investir adequadamente seus recursos. Além disso, o setor empresarial passou a investir na criação de fundações, institutos e centros para apoiarem ações públicas e políticas públicas. No entanto, a RSE com enfoque na questão de gênero, tais como políticas empresariais para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, cota pra mulheres em cargos de chefia e gerência, ainda é incipiente no Brasil (KIRSCHNER, 2006; 2009).

No âmbito internacional, a RSE cresceu paralelamente à flexibilização de direitos trabalhistas, fazendo com que associações empresariais pressionassem o Estado para a reestruturação ou retirada de direitos trabalhistas da legislação – e a favor da negociação direta com os trabalhadores. Existem múltiplas abordagens a respeito do que a RSE representa – alguns autores a apontam como estratégia de marketing empresarial, outros como uma nova onda de adaptação empresarial em torno de direitos humanos, questões ambientais e desenvolvimento social, às quais as empresas terão inevitavelmente de aderir. O fato é que não existe consenso entre essas abordagens, apenas diferentes perspectivas (CAPPELLIN *et al.*, 2002).

O fator em comum entre elas é que se trata de uma série de mecanismos que empresas criam e implementam para promover um diálogo multinível com todos os agentes envolvidos em sua cadeia produtiva – de serviços e de consumo – tendo em vista manter a estabilidade dos empreendimentos econômicos a médio e longo prazo, elaboradas a partir da lógica do investimento para acúmulo de recursos econômicos. Em outras palavras, o capital social e humano de uma empresa – e de todos os agentes envolvidos – passa a ser valorizado como fator de manutenção e expansão do próprio negócio. As atividades da RSE hoje são consideradas como medida do capital social empresarial e, conseqüentemente, demonstram o quanto confiáveis são para o mercado (LINS *et al.*, 2017).

¹⁸⁰ O Consulado da Mulher é a ação social da marca Consul, administrada pela holding Whirlpool S/A, empresa brasileira do ramo de eletrodomésticos e subsidiária nacional da Whirlpool Corporation que, por sua vez, é a maior fabricante mundial de eletrodomésticos para uso doméstico como fogões, geladeiras, freezers, forno micro-ondas, máquinas de lavar, etc. A Whirlpool S/A é responsável pelas marcas Brastemp, Consul e Kitchen Aid no Brasil.

doados pelo Consulado. Ademais, outras 3 agricultoras entrevistadas por esta pesquisa também manifestam interesse em receber essa assessoria.

O Consulado da Mulher foi criado em 2002, atua em 23 estados do Brasil, em mais de 875 projetos e já beneficiou mais de 35 mil mulheres de regiões periféricas. Seu objetivo é capacitar profissionalmente¹⁸¹ e acompanhar os empreendimentos de mulheres de baixo nível educacional, moradoras de áreas socialmente vulneráveis, com renda per capita igual ou menor a um salário-mínimo.

O trabalho do Consulado é uma assessoria, com duração de 2 anos, realizada através de oficinas de treinamento, trocas de aprendizados nos espaços de produção e em consultorias individuais ou coletivas. O responsável pelos projetos sociais do Consulado da Mulher foi entrevistado, com o objetivo de analisar a metodologia de ação da empresa na zona Leste de São Paulo e sua assessoria com as Mulheres do GAU, que alavancou o aspecto de gestão de negócio da cozinha.

Atualmente, a equipe do ICM em São Paulo consiste no responsável pelos projetos sociais e duas educadoras sociais que coordenam 65 empreendimentos na cidade de São Paulo, sendo que 40 deles são espalhados pelos distritos de São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo, Vila Prudente – isto é, a zona Leste de São Paulo – no Conjunto da Juta e no Sacomã.

Segundo Alex¹⁸², no período de formação e delimitação do escopo dos projetos sociais do ICM, a decisão de trabalhar com mulheres foi proveniente da identificação das desigualdades enfrentadas por elas, do trabalho doméstico não remunerado, da necessidade de resgate da autoestima e de valorização de seu trabalho:

Nós percebemos todas as dificuldades, as segregações e mazelas que aconteceram com a mulher e quando nos deparamos com o mercado de trabalho, sempre tem um processo de desigualdade social muito puxado pra mulher. Então houve esse consenso de trabalhar com a mulher... E com a mulher é trabalhado todas outras questões familiares, com o que conseguimos atingir com o recurso dessas atividades, o que entra na casa é para todos os membros da família e por último, se ela pensar... vem ela. Então esse é um trabalho forte que fazemos, de resgatar autoestima, de trabalhar esse “eu consigo”, de exteriorizar empoderamento. A gente não empodera ninguém. Começa por aí, a gente entende que elas são empoderadas, agora a gente auxilia para que ela exteriorize esse empoderamento de alguma forma, seja por atitudes

¹⁸¹ Ver: <http://consuladodamulher.org.br/manual-do-empendedor/> Acesso em 23/11/2019

¹⁸² Entrevista realizada no dia 28 de janeiro de 2020 na sede do Instituto Consulado da Mulher, localizado no Jardim Santa Emília, São Paulo.

na família, seja por atitudes de conseguir vender seu produto, porque às vezes ela é tímida, mas tem que vender, confiar naquilo que faz de forma mais efetiva.

Quando o ICM iniciou em 2002, suas atividades consistiam em oferta de cursos de manicure e crochê. Nesse momento, a empresa contratou uma consultoria para criar instrumentos para comprovar o impacto que os cursos tinham na vida das mulheres e alinhou o trabalho desenvolvido com concepções de empreendedorismo. A partir disso, foi elaborada uma política de trabalho com grupos de microempreendedoras que já atuavam ou gostariam de atuar com atividades de artesanato, alimentação, saúde e agricultura familiar – que inclui também a agroecologia e a economia solidária.

A escolha de atuar com mulheres periféricas nasceu a partir de trabalho de campo realizado nas periferias de São Paulo. Nessas localidades, a equipe busca o perfil das participantes em organizações da sociedade civil e em equipamentos públicos da assistência social, oferecendo os cursos perto das localidades onde essas mulheres residem:

Indo para as periferias, vendo e participando de grupos de economia solidária, juntamente com outras parcerias e pelo Brasil, percebemos especialmente nas periferias de grandes cidades, mais nas capitais como São Paulo, aquelas placas de “aceita-se encomenda de doces, salgados”. E isso é um perfil de empreendedores que não têm apoio do SEBRAE para empreender e temos o perfil para atendê-las. Passamos a atender grupos e mulheres que empreendem individualmente (...) tem uma equipe técnica que desenvolve trabalhos em campo. São Paulo tem essa expansão grande, para atuar escolhemos distritos e a partir disso fazemos busca ativa em ONGs, associações, etc., para chegarmos a essas mulheres. (...) Já fomos atrás de CRAS¹⁸³ e por isso conseguimos parceiros para que elas possam fazer cursos perto de onde moram, para minimizar o custo com transporte e também facilite no contexto que estão inseridas, porque precisam levar e buscar filho na escola, fazemos esse equilíbrio para que elas possam participar das aulas.

A metodologia de trabalho é pautada pela educação popular, de contextualização do trabalho da mulher a partir de suas próprias referências. Segundo o gestor, empreendimentos na área de alimentação tem crescimento acelerado, pois trata-se de um item essencial de primeira necessidade, de consumo garantido e que estimula a inovação e aprendizado: “se você faz bolo, é um bolo pelo qual as pessoas já estão habituadas a

¹⁸³Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_basica/index.php?p=1906 Acesso em 12/03/2020

comer, há outro sabor que o diferencia da indústria, e buscamos esse diferencial, o sabor da infância, algo que diferencie o produto dentro do que ela já produz”.

O ICM já forneceu assessoria para um grupo de 15 agricultoras de um assentamento do MST do Amazonas – entre diversos outros grupos norteados pelas concepções de agroecologia e de economia solidária – o que evidencia a incorporação de *práxis* tradicionalmente implementadas por organizações da sociedade civil e demonstra a capilaridade das ações de multinacionais que realizam a gestão social nordestada por concepções de empreendedorismo feminino.

O assessoramento individual das participantes é feito no ambiente doméstico – na cozinha – onde é realizada a readequação desse espaço como espaço de trabalho, de acordo com normas de segurança da Vigilância Sanitária e cuidados com a saúde. Esse processo reorganiza o entendimento que a família faz da mulher e de seu trabalho, desencadeando uma série de mudanças sobre a percepção que o marido ou parceiro possui sobre o trabalho da esposa ou parceira. Além disso, enfatiza a necessidade de trabalhar a questão de gênero no ambiente doméstico:

Uma mulher de Ermelino Matarazzo juntou dinheiro e fez uma cozinha. Aí o marido sentou-se à beira da mesa e falou assim “gastei muito dinheiro fazendo isso” e olhou para ela. Depois disse: “nós gastamos muito dinheiro fazendo isso” aí se ele a olhasse novamente viria um balãozinho de pensamento saindo da cabeça dela “eu gastei muito dinheiro”. Temos essas relações muito fragilizadas também, de masculinidade que, enfim, atinge diretamente a mulher dentro desse contexto.

(...)

As individuais [empreendedoras], não são tão individuais... de alguma forma [os maridos] fazem parte do empreendimento, ou por desemprego, ou porque não tem oportunidade formal e a esposa está na informalidade e precisa quem entregue, faça isso e aquilo e ele ajuda. Aí vem o papel da desconstrução social porque antigamente ele era o provedor e aí passou a ser a mulher. Ele entra na ação dela, que foi desacreditada por ele. Tem várias ações, trabalhar gênero é fundamental, eles [os maridos] são bem-vindos, ‘meu marido pode vir, ele é primeiro a chegar, não falta’.

O ICM chegou a construir as cozinhas para as participantes, mas pararam devido a cortes de orçamento e enfatizam que não fazem doações irrestritas de eletrodomésticos para equipar a cozinha das participantes com produtos da marca Consul. A noção assistencialista ou de marketing empresarial é desmistificada no início do treinamento e são esclarecidos os fatores que elas precisam cumprir: ter 75% de presença nas formações

e se encarregarem das entregas (o *delivery*). A empresa consegue minimizar parte das necessidades delas enquanto empreendedoras, exigindo que se mantenham proativas durante todo o processo de formação. A doação de eletrodoméstico é moderada, de acordo com a prioridade de cada participante.

Segundo Alex, em 2019, o ICM atendeu diretamente 956 pessoas – homens e mulheres – onde 80% foram mulheres e 3.025 indiretos, familiares. No total foram 560 empreendimentos assessorados em todas as unidades do Brasil do Consulado da Mulher. Juntos, esses empreendimentos faturaram R\$9,2 milhões. Em 2 anos de assessoria, quem começou em 2017 e concluiu em 2019, teve um aumento de 68% na renda. O ICM esteve em 15 Estados e 37 cidades do Brasil. Em algumas localidades, existe o escritório do Consulado da Mulher, em outras localidades não, então eles abrem um edital no dia 8 de março chamado “Prêmio Consulado da Mulher” – estabelecido com parceiros (empresas e organizações da sociedade civil) – para acessar essas mulheres.

O Consulado passa por uma auditoria externa todo ano, que exige notas fiscais e, para emitir nota fiscal, a mulher precisa estar registrada com CNPJ¹⁸⁴ ou MEI¹⁸⁵. No entanto, o ICM não exige que as participantes possuam CNPJ ou MEI, mas o fato de algumas possuírem a nota fiscal categoriza as participantes “porque há grupos que não têm nota fiscal e para fazer alguma prestação de serviço, recorremos a grupos mais estruturados, com nota fiscal. Ao invés de ir ao mercado, compramos delas, já fazemos uma geração de renda, compramos os *coffees*”. Cada grupo ou empreendedora possui um público e necessidades distintas e abrir o CNPJ pode implicar, por exemplo, na perda de benefícios sociais:

A mulher que está empreendendo conosco, em casa, em 2 anos, às vezes elas não vão querer ter CNPJ e emitir nota porque o público que ela atende é outro e seria uma demanda que ela não tem de atender pessoas jurídicas. Então, elas continuam atendendo pessoas físicas e tudo bem. Só que ela continua fazendo a formação e tem um módulo que trabalhamos a formalização. Ela recebe informações ‘se eu tiver que me formalizar, o que vou fazer? MEI, microempresa?’ Ela pode formalizar, se ela quiser. Tem mulheres que a formalização não é interessante porque ela recebe algum benefício, se ela formalizar vai cortar o benefício e a renda que ela tem ainda não é suficiente, ela precisa desse auxílio governamental e está tudo bem.

¹⁸⁴ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o número de identidade de uma empresa ou pessoa jurídica. Esse número serve para comprovar a existência da empresa e situação legal em qualquer atividade junto ao governo, clientes, parceiros e fornecedores.

¹⁸⁵ O MEI (microempreendedor individual) é uma pessoa jurídica. Ver: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Acesso em: 12/03/2020

O Consulado já tentou estabelecer parcerias com alguns equipamentos públicos e com Secretarias Municipais envolvidas com políticas públicas para mulheres, porém, devido à flutuação de interesses partidários, nunca há continuidade com as parcerias. No entanto, o fato de ser uma grande empresa ajuda a propulsionar alguns processos:

Nosso projeto de uma lavanderia, no litoral, até hoje não assinamos termo na prefeitura. Porque ia e voltava, aí o documento some, não sei quem não está mais lá, volta o processo, alguns até pedem para fazer esquema e tudo mais. Políticas de terra é uma dificuldade para ceder terreno, mesmo se a gente propuser uma construção que não leve um real da prefeitura. É difícil de trabalhar... mas são muitas vezes aliados também, por causa do peso da indústria, então puxamos pra esse lado que nos favorece de alguma forma, para acessar alguns espaços, faz um diferencial sim, mas por outro lado, tem a burocracia do poder público.

4.4.2.1 As Mulheres do GAU e o ICM

As Mulheres do GAU se inscreveram em agosto de 2018, foram aprovadas e a partir de outubro de 2018 começaram a receber a assessoria. O assessor técnico da CDHU explica como o Consulado da Mulher selecionou as Mulheres do GAU:

Eles [a equipe do ICM] selecionaram 8 iniciativas lideradas por mulheres, em especial neste, é único grupo de mulheres, outras são individuais, familiares, esposa que fazia bolos para marido vender na porta de faculdade e negócio começou a crescer, outra vendendo marmitas, ela e a irmã, iniciativas assim se diferenciam deste grupo, aqui somos 7 mulheres, mais 4 querendo entrar. Vamos para 11. Destes grupos de 8 é o único coletivo mesmo. Neste ano [2019] eles estão fazendo encontros, são 2 vezes ao mês, encontros para discussões sobre empreendedorismo, vieram conhecer espaço, ver o que têm, encontros no Marista, fazem encontros lá 2 vezes ao mês, com assuntos diversos. No último trouxeram outros grupos falando do empoderamento da mulher, da violência contra a mulher... doméstica... trazem outros assuntos.

O gestor do ICM enfatiza que o foco da assessoria é na gestão do negócio:

Os parceiros [refere-se aos técnicos da CDHU] desenvolvem um trabalho ótimo na comunidade. Está lá, é técnico de agricultura, elas têm técnicas de manejo e plantio e nós vamos para lá para fortalecer o trabalho que falta. Vamos trabalhar a questão financeira, questões da gestão do negócio. Entramos de fato, como parceiros, nesse apoio. É o que fazemos com as Mulheres do GAU. Elas têm formações de agroecologia, de plantio, se entrarmos nessa seara seria trocar seis por meia dúzia para elas, mas como gerir de fato os negócios? Como elas vão gerir o negócio? Quanto é o produto? Quanto vou vender? Independente da produção ser agroecológica, trabalhamos com a gestão deste empreendimento.

No momento de aprovação todas as agricultoras participavam das oficinas de treinamento. Porém, em 2019 houve uma divisão no coletivo, que geraram dois grupos dentro das Mulheres do GAU: o grupo da horta e o grupo da cozinha. Uma das agricultoras da horta, Josilene, participou por um ano e meio das oficinas de treinamento e relata seu aprendizado: “Quando eu comecei lá no Consulado, primeiro era como manter o negócio, como você consegue cliente? De que jeito você consegue cliente? Que tipo de público você almeja? Adulto, criança, jovem? Era mais isso mesmo.”

As mulheres do GAU abriram um MEI para as atividades da cozinha no nome de uma das agricultoras e, devido ao aumento de entrada na cozinha, atualmente estão decidindo se abrem um MEI para as atividades e produtos da horta. Atualmente, somente algumas mulheres do grupo da cozinha estão participando do treinamento da ICM. Alice, do grupo da cozinha, fala sobre a experiência:

Ia o grupo inteiro, mas depois foram menos. Assim... não é imposto, se a pessoa não quiser ir, é de boa. Se uma só quisesse ir, é de boa pra eles, mas tem que ter uma pessoa pra ir para representar o grupo porque é assim... Isso é uma coisa importante para o grupo e para o individual também. Se você vai, você adquire conhecimento, se você não vai, quem tá perdendo é você. No momento só tá indo eu e mais três [mulheres da cozinha] e a assessoria deles é ótima. Teve as doações que eles fizeram de uma geladeira, micro-ondas e fogão, da parte material. Da parte da teoria, eles ensinam a fazer precificação, como se apresentar pro cliente, entender a parte democrática do financeiro, eu acho muito válido. Trabalham o relacionamento com o grupo, com a família e tudo isso eles abrangem. E dá pra falar de tudo... algumas choram, a gente sabe quando a mulher tá tendo problema em casa, tem casos que dá pra ver que tem violência doméstica. Eles dão assessoria também nessa parte emocional. (...) A gente vem de umas comunidades carentes. A gente não tem condição de pagar uma terapia, não terminamos o ensino médio, não tinha como fazer uma faculdade, então é muito válido, pro conhecimento pessoal, é muito bom o aprendizado. Eu mesma não tinha tempo pra estudar, só trabalhar, então quando vem uma coisa dessa, é uma riqueza, as apostilas são muito boas, que só vem agregar e somar.

4.5 Síntese e análise do capítulo

Neste capítulo foram identificados e analisados os agentes que regulamentam o uso dos terrenos para a atividade agrícola; os modelos de gestão que instalam, operacionalizam e realizam a manutenção das hortas, bem como os desafios que enfrentam, as limitações e os potenciais que possuem; os fatores que influenciam na permanência (ou não) de agricultores (as) nesses locais; o levantamento de uma estimativa de hortas na zona Leste; e os agentes envolvidos na comercialização e

divulgação da AU na região – respondendo ao objetivo específico 2. Os processos entre os múltiplos agentes revelam os potenciais inexplorados, as inovações e os desafios enfrentados por eles, discutidos a seguir.

(i) Poder público

Conforme já apontado por Oliveira (2017), a agricultura urbana na cidade de São Paulo sofre da fragilidade institucional característica do setor público e, juntamente às constantes mudanças de gestão pública e flutuações de interesse político-partidário em relação à AU, cria-se um cenário de defasagem entre o poder público, organizações da sociedade civil e os (as) agricultores (as). A gestão pública, a nível municipal e regional, é marcada por lentidão e por interrupções em relação aos recursos e processos de viabilização técnica para a implantação das hortas.

A AU já passou pelas Secretarias Municipais do Abastecimento; Verde e do Meio Ambiente; Trabalho e Empreendedorismo; e Coordenadoria das Subprefeituras, além de projetos nas Secretarias da Saúde e da Educação, voltadas para hortas pedagógicas e medicinais, com vistas à educação ambiental. No entanto, devido às características dos contextos de vulnerabilidade social e o perfil dos participantes nas hortas – onde todos são ou aposentados ou dependentes de auxílios governamentais como fonte de renda mínima – os equipamentos da Secretaria da Assistência Social possuem um potencial inexplorado em termos de parcerias inter-secretariais, uma vez que atuam diretamente no âmbito do bem-estar dessa população e, consequentemente, dos (as) agricultoras (as).

Outro potencial de parceria inter-secretarial refere-se à Secretaria de Segurança Pública, uma vez que a presença de organizações criminosas e de outras atividades ilícitas impossibilitam maiores investimentos na AU. Nessa direção, a Secretaria de Segurança Pública seria a única instância do poder público preparada para lidar com os agentes do crime – fato que foge do alcance de qualquer outro âmbito da AU – mas que indica possibilidades de hortas comunitárias terem o potencial de promover a segurança local. O mesmo raciocínio se aplica aos terrenos abandonados ou viciados em descarte – que indicam a ação de máfias que operam para grandes empresas de construção civil – impossibilitando ou dificultando a instalação de hortas nesses terrenos, mas que, uma vez instaladas, promovem benefícios em suas localidades.

(ii) Normas técnicas e regime do uso de terrenos

Foi demonstrado que existe vasto potencial inexplorado de produção agrícola em terrenos de faixas de servidão das torres de transmissão de energia elétrica – os terrenos dos linhões – por razão da quantidade de distribuidoras em São Paulo, por volta de 30, com milhares de quilômetros de terrenos que ainda não foram utilizados para essa finalidade. Não há um projeto ou aportes financeiros em larga escala por parte dessas empresas para a agricultura nesses terrenos, indicando uma possibilidade de investimento em produção de alimentos. No entanto, conforme discutido, a presença de organizações criminosas dificulta maiores investimentos, uma vez que intimida as empresas.

As novas exigências da ANEEL para os terrenos dos linhões impõem a necessidade de uma série de adaptações técnicas nessas localidades. Além disso, a deflagração da disputa entre organizações da sociedade civil indica o início de uma especulação em torno de terrenos de faixa de transmissão de energia elétrica de dois tipos: do potencial que representam em termos de produtos e serviços alimentares para grandes empresas, por um lado, e de articulação sociopolítica visando a autonomia dos (as) agricultores (as), a soberania alimentar e nutricional, o acesso à alimentação natural pela população da região, e o estímulo à economia solidária, por outro.

A empresa Enel demonstrou disposição para dialogar com os (as) agricultores (as) agroecológicos (as), uma vez que acatou seus pedidos de período de adaptação às novas normas técnicas. Já a CDHU, por razão de uso de metodologias participativas nos processos de urbanização com ampla participação das comunidades – associada à formação de lideranças comunitárias e levantamento de vocações profissionais – engendrou processos diferenciados das demais empresas na implementação de hortas comunitárias, uma vez que hortas e viveiros são um dos projetos de desenvolvimento social e econômico das regiões onde operam. Nessa direção, a CDHU – e seus parceiros – atuam em consonância com a comunidade, engendrando processos participativos que fortalecem iniciativas de empreendedorismo popular de hortas e de cozinhas comunitárias.

Em relação à saúde ambiental, a zona Leste é uma região altamente urbanizada com presença de indústrias e amplos projetos de construção civil que geram toneladas de resíduos. Nessa direção, não foi encontrada na Enel e na CDHU, um protocolo ou procedimento para verificar a qualidade do solo e do ar para a atividade de agricultura nesses terrenos. Além disso, não existem pesquisas feitas sobre o efeito do

eletromagnetismo na saúde humana ou possíveis efeitos nos alimentos produzidos nos terrenos dos linhões.

(iii) *Organizações da sociedade civil*

Dois modelos de gestão norteados por concepções distintas de produção agrícola urbana disputam terrenos e agricultores (as) na zona Leste. A ONG Cidades Sem Fome trabalha na perspectiva do empreendedorismo social de geração de renda; empregabilidade de indivíduos em situação de vulnerabilidade social; possui forte capacidade administrativa; vasta expertise de gestão do Terceiro Setor; não depende de financiamento ou de programas públicos; capta recursos financeiros de instituições filantrópicas nacionais e internacionais para desenvolver seus projetos; e atende às demandas de grandes empresas por alimentos de impacto social, como pôde ser verificado na materialização da horta-empresa da Sodexo (São Mateus). No entanto, a ONG não incentiva a autonomia dos (as) agricultores (as), pois não estimula a participação desses sujeitos em Conselhos Populares, nem o debate politizado entre os (as) agricultores (as) sobre seu papel na produção agrícola urbana e contribuição para elaboração de políticas públicas.

A AAZL opera dentro das concepções da agroecologia; economia solidária; estimula a politização dos (as) agricultoras (es) associadas (as) através da participação em Conselhos Populares; promove o debate a respeito da segurança alimentar e nutricional; articula-se com organizações da sociedade civil e pontos de vendas norteados por valores progressistas, participativos, solidários e emancipatórios. No entanto, a AAZL apresenta limitações na capacidade administrativa e financeira, bem como apresenta dificuldades em estabelecer objetivos em comum entre os (as) associados (as), tendo em vista as necessidades e condições distintas de cada participante e de suas respectivas hortas.

A articulação feminina na formação e atuação da RAPPa, demonstra avanços nos processos de participação democrática popular de mulheres, atuando como um catalizador de transformação das agricultoras em sujeitos políticos, pois estas passam a participar no CMDRSS e em outros Conselhos Populares direcionados às mulheres, estimulando o debate sobre o feminismo popular e levantando as dificuldades enfrentadas por mulheres tanto na AU quanto em outros âmbitos.

Ademais, nos encontros da RAPPa foram levantadas as dificuldades específicas que mulheres enfrentam na produção da AU, que vão além de questões técnicas, e

incluem o assédio moral, sexual e a violência contra a mulher. As agricultoras que participam da RAPPAs são agroecológicas e, tendo em vista que a agroecologia é um sistema que considera todos os componentes do sistema de produção de alimentos, contribui para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por essas mulheres. Nessa direção, a aplicação do feminismo à agroecologia demonstrou ir além da visão instrumental da produção de alimentos, pois propõe práticas e reflexões que contribuem para a luta das mulheres por direitos, autonomia, emancipação de opressões históricas e culturais e, finalmente, para a justiça social e de gênero. No entanto, a rede possui dificuldades em relação ao financiamento para dar continuidade às suas atividades.

(iv) *Empresas privadas*

Averiguou-se a capilaridade de mecanismos de penetração do capitalismo neoliberal transnacional nas periferias de São Paulo como no caso do Consulado da Mulher. A ação da empresa nas camadas mais pobres da população é feita através de treinamento para empreendedorismo popular voltados principalmente para a mulher, estimulando o desenvolvimento de micro-negócios de alimentos. No caso da Sodexo, a empresa desenvolve projetos de hortas comunitárias em parceria com diversas instituições e organizações da sociedade civil, e teve sua primeira horta de produção extensiva orgânica de hortaliças instalada pela ONG Cidades Sem Fome. No entanto, atente-se para o fato de que Consulado da Mulher e Sodexo operam com concepções e modelos de empreendedorismo social distintos.

As unidades do Sesc de São Paulo vêm incorporando temáticas relacionadas à agricultura urbana, à agroecologia, à alimentação saudável e ao empoderamento feminino em sua ação educativa, oferecendo aulas, cursos e eventos, em recente e crescente processo de divulgação e estímulo ao debate dessas temáticas. Apreendeu-se que as agricultoras agroecológicas que circulam por esses espaços interagem com uma grande variedade de público e situações, ampliando seus espaços de comercialização, de vivências e divulgação de seu trabalho.

O próximo capítulo é dedicado à atuação de gestores (as) e agricultores (as) de seis hortas na zona Leste. Ressalte-se que a Horta da Tia Bela foi analisada no item referente às hortas comunitárias da ONG CSF, portanto, seis hortas serão analisadas a seguir.

5. AS HORTAS DA ZONA LESTE

Este capítulo refere-se à localização, origem, acesso, atuação de gestores (as) e agricultores (as) nas hortas. São analisadas a dimensão social (a relação com a comunidade, compradores e múltiplos agentes); a dimensão ambiental (tipos e técnicas de cultivo, se promove ou não a conscientização e preservação ambiental); a dimensão econômica (geração de renda, financiamento das hortas, precificação, comercialização e empreendedorismo popular); e os desafios enfrentados pelas hortas do estudo – a partir da percepção de agricultores (as) e gestores (as) envolvidos no cotidiano da realização das atividades das hortas – com vistas a responder ao objetivo específico 3.

5.1 Viveiro Educador – Ponto de Cultura Socioambiental Quebrada Sustentável – Viveiro Escola União de Vila Nova – Mulheres do GAU

Quadro 12 – Quadro informativo da horta Viveiro Escola União de Vila Nova.

Localização	Rua Papiro do Egito, 708-716, União de Vila Nova, São Miguel Paulista.
Área	De área cultivada, 800 m ² . De estufa, 190 m ² . De terreno, 1.900 m ² . Existem diversas nascentes nas proximidades do terreno.
Proprietário do terreno	No momento é a CDHU, que também é responsável por pagar contas de água e luz.
Concessão de uso	Inicialmente, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Não havendo manifestação de interesse, proponentes locais podem reivindicar o uso do espaço. De 2014 a novembro de 2017 – Projeto Quebrada Sustentável organizado pela ONG NUA De fevereiro de 2018 – CDHU até o momento presente
Infraestrutura	Na estufa: uma cozinha equipada com geladeira, freezer, dois micro-ondas e fogão de 6 bocas doadas pelo Consulado da Mulher; um fogão industrial, e um micro-ondas antigo; uma dispensa para guardar alimentos e equipamentos de cozinha; dois banheiros; um escritório com mesa e computador. No terreno: uma pequena construção de dois cômodos feita com a técnica de bioconstrução; equipamentos de ginástica da AGRO Gym; canteiros de plantio.
Participantes	Atualmente 9 mulheres, na horta e na cozinha.
Técnicas de cultivo	Agroecológica e permacultura.
Tipos de cultivo	Hortaliças, frutas tropicais, ervas finas, temperos, PANCs, entre outros.

Vendas	No local; em feiras agroecológicas; em feiras de orgânicos; em diversas unidades do Sesc; por compradores externos; em eventos; entre outros locais.
Financiamento	FUNCAD (2014 – 2015) Bolsa do POT (intermitente) ONG NUA
Assessoria técnica e / ou vínculos associativos	CDHU Consulado da Mulher (assessoria técnica na cozinha) AAZL
Parceiros	AGRO Gym AMLURB - Recepção de composto orgânico Centro Social Marista - Irmão Justino Eletrólux (doação de equipamentos de cozinha) Espaço Zym Fundação Tide Setúbal Instituto Alana, Instituto NUA Mercado Municipal de São Miguel Paulista Permaaperifa PermaSampa SENAC São Miguel (vendas e oficinas) SESC Itaquera, Guarulhos e Paulista (vendas e oficinas) Sociedade Instrução e Socorros - Centro Educacional Santo Agostinho UNICSUL - Anália Franco USP Leste
Clientes	Consórcio Morar Paulista Consórcio Viver Melhor Dellahouse Produções Culturais Galpão ZL Instituto Tellus
Entrevistados (as) e técnicas de produção de dados	2 gestores e 3 gestoras; 1 agricultor e 5 agricultoras – em múltiplas visitas ao local a partir de julho de 2017 até janeiro de 2020. Acampamento das atividades das agricultoras exógenas à horta. Conversas com compradores dos produtos da horta no local e com moradores da região. Conversas com múltiplos apoiadores e parceiros do Viveiro.
Logo da horta

Fonte: a autora, a partir das informações fornecidas pelos (as) entrevistados (as), 2020.

5.1.1 Origem da horta

Conforme discutido no capítulo anterior, o Viveiro Escola União de Vila Nova é localizado no bairro de União de Vila Nova (também chamado de Jardim Pantanal ou Vila Pantanal), no distrito de São Miguel Paulista, em uma área triangular. A região inclui, ao norte, o rio Tietê junto à Rodovia Ayrton Senna, a Linha 12–Safira da CPTM ao sul (compreende o trecho da rede metropolitana entre as estações do Brás e Calmon Viana), e o córrego Cruzeiro do Sul e Jacú no entorno (figura 10).

O Viveiro Escola União de Vila Nova está localizado na Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê – criada em 1987, aprovada em 1998 e plano de manejo aprovado em 2013 pelo Governo do Estado de São Paulo. Trata-se de uma área com grande potencial hídrico, onde são encontradas inúmeras nascentes, córregos e onde ainda existem trechos de Mata Atlântica e biodiversidade de fauna e flora. Por muitos anos, a área sofreu com inundações, enchentes e alagamentos devido às invasões irregulares e à ausência de planejamento urbano (SÃO PAULO, 2013).

Figura 10 – Localização do Viveiro Escola União de Vila Nova.

Crédito: a autora, a partir do Google Earth, 2019.

Segundo o diretor¹⁸⁶ da ONG NUA (Instituto Nova União da Arte)¹⁸⁷, a ocupação de União de Vila Nova aconteceu a partir de 1987, com a invasão de 200 famílias que se instalaram na área por estarem em emergência na favela das Malvinas. Durante a década de 1990 a área continuou sendo ocupada irregularmente e o tráfico de drogas iniciou suas operações no local, desencadeando uma série de disputas violentas tanto por terreno quanto por pontos de venda de drogas.

O diretor conta que União de Vila Nova “era uma terra de ninguém, era uma guerra de tráfico, as pessoas não se falavam, havia uma desconfiança geral, era todo mundo contra todo mundo. Aqui era o segundo bairro mais violento de São Paulo, tinha muito homicídio”. Alice, uma das agricultoras, lembra-se de como era conviver com a violência nessa área, em meados da década de 1990:

Quando cheguei aqui era só lama, eu acordava de madrugada pra trabalhar e via as pessoas ali, deitadas no chão. Eu pensava que elas estavam dormindo... Às vezes eu tinha que pular essas pessoas e foi aí que eu percebi que elas não estavam dormindo não... eram defuntos. Aqui era demais a violência...

Segundo Oliver¹⁸⁸, assessor técnico da CDHU, em 2007 União de Vila Nova apresentava o pior Índice de Desenvolvimento Humano (0,69) da cidade e era considerado o terceiro maior assentamento precário de São Paulo, além de possuir alarmantes índices de homicídio. Em 1997, o Governo do Estado de São Paulo incumbiu à CDHU o trabalho de cadastrar as famílias assentadas nessa área, removê-las temporariamente e instalá-las novamente no local para dar início ao projeto de urbanização da área, que durou do início dos anos 2000 até meados de 2010.

A área onde o primeiro projeto do Viveiro Escola – e onde boa parte do bairro foi construído – era um lixão, e muitos moradores da região eram catadores de lixo que viviam de vendê-lo para centros de reciclagem. Diante deste cenário, em 2010, a equipe de projetos sociais da CDHU, em parceria com a GIRAL¹⁸⁹ e executado pelo Centro de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (CADS), desenvolveram um projeto

¹⁸⁶ Informação extraída de uma apresentação pública feita no Viveiro Escola União de Vila Nova no dia 17 de fevereiro de 2018.

¹⁸⁷ Ver: <https://www.novauniaodaarte.org/> Acesso em: 10/06/2019

¹⁸⁸ Entrevista realizada no dia 17 de julho de 2019 no Viveiro Escola União de Vila Nova.

¹⁸⁹ A Giral é uma consultoria que trabalha com geração de valor compartilhado. Prestam serviços em Inteligência de Recursos, Governança Intersetorial e Negócios de Impacto. Ver: <http://giral.com.br/> Acesso em 20/04/2020.

socioambiental chamado “Viveiro Educador de União de Vila Nova”, como um dos projetos vocacionais levantados a partir das aptidões dos moradores locais.

A GIRAL convidou o educador popular Tião Rocha, de Minas Gerais, para trabalhar o potencial humano¹⁹⁰ da área tendo em vista realizar a formação de multiplicadores ambientais. O objetivo do Viveiro, deliberado em oficinas participativas com os membros da comunidade, era transformar a área em um modelo de bairro sustentável, através de projetos de arborização e paisagismo, formação de multiplicadores ambientais e recuperação das áreas verdes do bairro.

Os objetivos ambientais do Viveiro previam a produção de mudas, hortas comunitárias, cultivo de plantas medicinais, uso de compostagem, produção agroecológica e práticas de permacultura. Os objetivos sociais e econômicos previam um plano de trabalho de geração de renda a partir dos objetivos ambientais, incluindo também a profissionalização dos participantes nas atividades de horticultura e paisagismo. Foi estipulada uma bolsa para os multiplicadores, que atuaram por 6 meses, mas devido a diferenças entre GIRAL e CDHU, esse benefício foi removido do contrato, gerando desestabilização no grupo do Viveiro.

Segundo Gabriely¹⁹¹, primeira coordenadora do Viveiro, contratada inicialmente pela GIRAL e depois pela CDHU para desenvolver a formação de paisagismo comunitário, o processo de formação do Viveiro foi realizado através de oficinas de planejamento e de plantio, onde o conhecimento dos participantes era contemplado em uma dinâmica “de baixo-para-cima”, de aprendizado e de construção coletiva. Nessas oficinas foi feito um resgate histórico da região, do conhecimento dos (as) participantes e da história do lixão que existia antes do Viveiro Educador, pois esses elementos proporcionavam à formação um caráter de coletividade, de pertencimento e de reconhecimento da história e do conhecimento dessas pessoas, isto é, da valorização desses sujeitos. Os (as) participantes eram, em sua maioria, de origem rural nordestina, e vieram para São Paulo com suas famílias.

Uma das técnicas utilizada para a realização das oficinas foi a Roda de Conversa, conforme explica a ex-coordenadora: “a gente se sentava em roda e sempre fazia uma

¹⁹⁰ Potencial humano é usado em contraposição à noção de desenvolvimento humano, que é medido pela quantidade de bens materiais que uma pessoa possui.

¹⁹¹ Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2019 via Skype. Ressalte-se que os nomes dos sujeitos entrevistados são fictícios.

dinâmica para iniciar, para falarem de como elas estão, como estão se sentindo e fazer uma harmonização do grupo. Eu sentia que isso ajudava muito para dissolver os conflitos e outras questões difíceis”. Segundo Moura e Lima (2014, p. 98) a Roda de Conversa é um momento singular de partilha, pois trata-se de

um espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo, muda caminhos, forja opiniões, razão por que a Roda de Conversa surge como uma forma de reviver o prazer da troca (...). No contexto da Roda de Conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, uma vez que pressupõe um exercício de escuta e fala. As colocações de cada participante são construídas a partir da interação com o outro, sejam para complementar, discordar, sejam para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversar, nesta acepção, remete à compreensão de mais profundidade, de mais reflexão, assim como de ponderação, no sentido de melhor percepção, de franco compartilhamento.

No Viveiro Educador, as Rodas de Conversa eram um momento de acolhimento que foram fundamentais para estimular um espaço de fala¹⁹² que proporcionou aos (às) participantes se conhecerem e, principalmente, onde as mulheres começaram a se manifestar e a falar sobre o que lhes afligia, conforme recorda Gabriely:

...às vezes eu chegava lá e a mulher na roda de conversa estava emburrada, você via que pessoa não estava bem e não tinha como não abrir. Não dava para falar, ‘olha, deixa os problemas para fora, agora falaremos de hortaliças’, não dava... Então, sempre tinha momento de acolhimento. ... sempre tentei manter os dois lados, até porque tinha uma coisa prática, de plantar, então se ficasse muito tempo no acolhimento, chegava a hora de regar, o sol já estaria alto, aí não dava. Então, sempre tinha o acolhimento, cada um falava um pouco. Por uma meia hora do dia, algumas dinâmicas, coisas que percebo na minha experiência de educação ambiental, que se não tiver uma dinâmica, uma música, cantar uma cantiga, às vezes a gente lia uma poesia, isso ajuda no entrosamento do grupo e a quebrar o gelo. Vai liberando tensões que cada um chega do dia a dia.

Naquele momento, a ex-coordenadora notava uma nítida diferença entre homens e mulheres ao se colocarem para falar na roda e estimulava as mulheres a se manifestarem e a estabelecer limites para homens falarem. Do ponto de vista de gestão do espaço, o Viveiro conseguiu doação de terra, de mudas e buscou parceria com uma casa de dependentes químicos gerenciado por uma igreja evangélica local, onde os dependentes fizeram o trabalho pesado de remoção de pedras, entulhos e de peneirar a terra.

¹⁹² Espaço de fala: uma roda de conversa aberta, onde os participantes são estimulados a falar sobre como estão se sentindo naquele momento e a levantar qualquer assunto que sintam necessidade de manifestar.

Com dois meses de atividade, o Viveiro começou a receber visita das crianças atendidas pela ONG NUA, de escolas da região, e do Centro de Referência e Educação Nutricional (CREN), dando início a uma série de atividades elaboradas coletivamente para as visitas. O grupo também estabeleceu parcerias com a USP Leste para elaborar vivências de conscientização ambiental e de Farmácia Viva, com Postos de Saúde, entre outras colaborações e atividades.

No décimo mês do projeto foram instaladas a estufa, os canteiros e iniciou-se venda de adubo e de plantas. Apesar de estar progredindo bem, a CDHU havia avisado que aquele espaço seria provisório e pediu aos participantes para que o Viveiro mudasse de local, causando grande desmobilização entre as participantes. Nesse período também houve fortalecimento do grupo de mulheres que eram voluntárias no local e começaram a vislumbrar a possibilidade de geração de renda com a atividade de horticultura. Porém, um problema na gestão financeira – uma delas roubou o dinheiro e não retornou mais ao local – causou desestabilização no grupo. Depois de algumas mudanças internas em relação à gestão do espaço, o Viveiro foi realocado para seu endereço atual.

5.1.2 Dimensão social, ambiental e econômica

Em meados de 2014, a gestão do Viveiro Educativo foi passada para a ONG NUA, e o local foi rebatizado de “Ponto de Cultura¹⁹³ Socioambiental Quebrada Sustentável¹⁹⁴”. Nesse momento, o diretor da ONG NUA convidou Vítor¹⁹⁵ para ser o coordenador da Quebrada, que introduziu e desenvolveu práticas de permacultura, uso de técnicas e de cultivo agroecológicas e conquistou recurso financeiro através do edital do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD) com o objetivo de desenvolver o potencial eco-pedagógico do espaço e para dar continuidade aos projetos que foram gerados ali. A ex-coordenadora também participava por meio de encontros mensais para fortalecer a Roda de Conversa com as mulheres.

Entre 2015 e 2017, o novo coordenador conseguiu as bolsas do POT para quatro agricultoras, estimulando as mulheres a gerar renda através da venda dos produtos da horta, da produção de cosméticos naturais e de alimentos veganos. Uma agricultora

¹⁹³Os “Pontos de Cultura” são a materialização da Política Nacional de Cultura Viva. Ver: <http://culturaviva.gov.br/> Acesso 10/10/2019

¹⁹⁴ Ver: <https://www.novauniaodaarte.org/pontodecultura> Acesso 10/10/2019

¹⁹⁵ Entrevista realizada com o segundo coordenador do espaço, no dia 17 de junho de 2017. Ressalte-se que os nomes dos entrevistados são fictícios.

recebia a bolsa do LOAS¹⁹⁶ por razão de saúde mental – portanto 5 agricultoras recebiam incentivos financeiros da Prefeitura de São Paulo.

Nesse período, o Viveiro desenvolveu seu caráter eco-pedagógico, realizando uma série de atividades, tais como: (a) capacitação de adolescentes para atuarem como facilitadores ambientais no bairro, através de programa com enfoque em educação ambiental (fotografia 10); (b) realização de visitas eco-pedagógicas monitoradas pelos facilitadores ambientais com alunos da rede de ensino médio; (c) realização de oficinas de agrofloresta, cosméticos e gastronomia natural no Sesc Itaquera e seminário no Sesc Vila Mariana; (d) realização de oficina de criação de minijardins e jardins verticais com a reutilização de materiais (pneus, garrafas PETs, vasos, caixotes de madeira, etc.); (e) estímulo à comunidade para construir hortas caseiras em pequenos espaços, sem o uso de agrotóxico; (f) realização de mutirões para fazer uma casinha de dois cômodos com a técnica da bioconstrução com alunos da Formação de Agentes Socioambientais Urbanos “Programa Carta da Terra em Ação”¹⁹⁷, da UMAPAZ.

Fotografia 10 – Banner do curso de Educadores Ambientais.

Crédito da foto: a autora, 2017.

¹⁹⁶Ver: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencia-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/> Acesso em 05/12/2019

¹⁹⁷Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/carta_da_terra/index.php?p=249 Acesso em 05/12/2019

As ações em torno da sustentabilidade também eram norteadas pela crescente incorporação de discursos e práticas que envolveram o resgate e a valorização dos saberes do cultivo na roça das participantes, com efeitos positivos na sua autoestima, conforme relata Vítor¹⁹⁸:

(...) desde a Eco 92 o meio ambiente é notícia. Não sei se a incorporação do mercado verde, capitalismo verde, trouxe mais palavras da sustentabilidade na mídia, acho que um pouco é isso. As pessoas não têm a mínima noção do que é meio ambiente, sustentabilidade, mas já ouviram falar, não sabem o que fazer, nem que é importante. Por outro lado, muitas pessoas com origem na roça, no interior... sei lá... passaram por um processo de vir para São Paulo e negar essas origens, ter vergonha das origens e esconder.... E teve uma geração que sofreu isso, mas agora os jovens querem aprender, dizem, ‘nossa, que incrível isso que você sabe’, ‘quero aprender, ensina para gente’. A autoestima da pessoa volta, ela vê que realmente era importante o que o pai ensinava, a mãe, a avó, o que era feito na roça lá no Norte, ou sei lá onde e acho que isso faz parte do movimento, é o que vejo aqui.

Além da valorização dos saberes das participantes associados a práticas de sustentabilidade, o aquecimento global e as mudanças climáticas também são preocupações das agricultoras, conforme contam Josilene¹⁹⁹ e Leocácia²⁰⁰, que também levantam a importância do tema, o problema da falta reconhecimento do trabalho dos catadores de lixo e da falta de conscientização de alguns moradores:

Eu fico preocupada com o aquecimento global, daqui pra frente se a humanidade não mudar algumas atitudes, vai ficar ruim para o planeta... Veja os catadores, são pessoas discriminadas e o trabalho de coleta e de reciclagem é tão importante. Eu trabalhei em uma cooperativa de reciclagem por 7 meses para conhecer os materiais, para aprender como selecionar para dar para os catadores. Eu presto muita atenção no clima, não tem mais frio. Não vamos conseguir ficar na sombra. Eu tive essa curiosidade de conhecer uma nascente aqui perto, fui até lá e chega um rio aqui. – Josilene

Isso aqui tudo era um lixão, filha. O povo vivia de vender isso aqui, tinha cheiro ruim... imagina como era antes dessas reformas tudo. Agora tem a cooperativa [de reciclagem] lá na frente, mas ainda tem gente que não se importa, que não entende, que joga lixo na rua, depois quando chove tem enchente, a água entra na casa das pessoas e depois elas reclamam. Não tão fazendo a parte delas. (...) mas é assim, a gente conversa, tem que insistir, convidar pra conhecer a horta, mas a resistência às vezes é grande – Leocácia

¹⁹⁸ Entrevista realizada no dia 14 de julho de 2017 no Viveiro Escola União de Vila Nova.

¹⁹⁹ Entrevista realizada no dia 07 de maio de 2018 no Viveiro Escola União de Vila Nova.

²⁰⁰ Entrevista realizada no dia 19 de abril de 2018 no Viveiro Escola União de Vila Nova.

A perspectiva de geração de renda para as mulheres tornou-se uma possibilidade real com a conquista da bolsa do POT, por meio da articulação dos gestores: “elas não queriam trabalhar sem receber, então começamos a formar esse grupo de educadores próximos, em termos de ideologia, do que pensávamos para o lugar e isso reaproximou as mulheres”, diz Vitor. Com essa configuração, a Roda de Conversa com as mulheres recebeu atenção especial e passaram a durar mais tempo, com uma hora ou uma hora e meia, pois era o espaço onde, além de discutir sobre as questões relativas às atividades da horta, elas podiam falar abertamente sobre suas questões pessoais, familiares e afetivas – um espaço de reflexão que, muitas vezes, não tinham em suas próprias casas.

O aprendizado coletivo e horizontal envolve aprender com umas com as outras e, na Roda de Conversa, as discussões sobre os tipos de cultivo e sobre a maneira como cada agricultora conduz seu trabalho, estimulava o desafiador exercício da coletividade, marcado por diferenças, conforme relata Gabriely;

Cada uma falava de si e depois do grupo. E quais são as questões [do grupo]? ‘Ah, fulana está aguando a planta errado’. E a outra dizia, ‘mas foi assim que eu aprendi’, então e agora? Como vamos fazer? Muitas questões, a individualidade, a relação com o grupo, a construção de saberes, de como lidar com saberes diferente, deixar sua vontade de lado para fazer a do grupo, são muitas questões trabalhadas (...) todas importantes de serem olhadas e entendidas para o grupo dar certo, não dá para ignorar esses aspectos quando se trabalha a horizontalidade.

O grupo se reunia semanalmente para discutir as dificuldades, as possibilidades, os sonhos e os caminhos por onde o grupo de mulheres poderiam inovar e expandir a atividade comercial da horta e da cozinha; sobre como lidar com os conflitos e dificuldades de elaborar o trabalho umas com as outras. Nesse momento, a convivência diária na horta era marcada por diferenças interpessoais a respeito do conhecimento sobre o cultivo de alimentos e dificuldades referentes à atuação autônoma, conforme relata Vítor:

elas mesmas demoraram a se empoderar com medo de... não sei bem a palavra... de um contra movimento. Sempre disse a elas, ‘estou apoiando, ajudando, mas não posso andar por vocês.’ Elas tinham medo de tudo. O Sesc nos ajuda muito eles contratam oficinas, eu dou aula de agrofloresta no Sesc Itaquera, elas dão aulas de cosméticos, de gastronomia, tem feira de ideias, Seminário no Sesc Vila Mariana, pagam o valor, aí elas foram se empoderamento... mas foi um processo de mediação de conflitos muito duro, fui mediando porque havia muita briga entre elas, havia muita competição.

Em observações de campo apreendeu-se que o medo das agricultoras em relação a se posicionar na horta era associado à presença de alguns sujeitos que as intimidavam como mecanismo para manter controle sobre o espaço. Apesar dessas dificuldades, as agricultoras foram incorporando noções de autonomia e compreensão do trabalho coletivo:

Compartilhar com as outras pessoas não é fácil. Todas temos que começar juntas, não posso plantar o que eu quero, tem que ser todo mundo junto decidir o que vai plantar. O meu jeito não é o jeito certo, nem o dela, a gente tem que pensar um jeito junto do que vai plantar. – Josilene

Se eu preciso fazer alguma coisa, eu vou e faço, não espero ninguém vir fazer não. Não gosto de adular, não tenho paciência... Quando quero fazer, não espero. (...) Eu fico matutando algumas coisas, tem que fingir que não vi, não ouvi, que não tá acontecendo. Tem gente que não aceita conselho. Não adianta ser dura, tem que ouvir e aceitar algumas coisas, por mais que você não goste. – Marilda

A maior dificuldade aqui é lidar com as pessoas, mas a gente supera tudo junto. É tanta reunião que a gente faz, mas é assim mesmo, a gente tem que falar o que aflige. Cada uma tem seu jeito, tem sua história, tem sua essência, mas a gente tem que se manter unidas. – Alice

Entre 2015 e 2016, o grupo de mulheres contou com o apoio de uma colaboradora, Lívia, que as conscientizou e orientou sobre questões de violência contra a mulher, estimulando as que estivessem nesse tipo de situação, a fazer a denúncia na Delegacia de Defesa da Mulher. Uma das agricultoras conta como se conscientizou sobre a questão da violência doméstica no Viveiro e sobre o feminismo:

Eu comecei aqui como voluntária... Vinha aqui de vez em quando, aí foi depois eu fui me envolvendo, conheci a Lívia e ela que começou com esse trabalho de conscientização, de falar que o que acontecia com muitas de nós era violência doméstica, foi ela quem me falou sobre feminismo. – Alice

Eu cheguei aqui pela Alice, falou pra eu vir pra cá, pra não ficar o tempo todo em casa. Eu conhecia o Viveiro, meus filhos participavam das atividades aqui e como eu tava em casa sem fazer nada, tive uma curiosidade e vim participar como voluntária, aí saiu a bolsa do POT e eu entrei. Hoje eu vejo que estava deprimida, que tava muito mal, vir aqui me ajudou muito, gosto muito daqui. – Josilene

A colaboradora também introduziu conceitos feministas de empoderamento econômico através do crescente mercado de produtos veganos e vegetarianos, auxiliando na formação do grupo de mulheres, batizado de “Mulheres do GAU”. Nesse momento, as atividades de geração de renda tinham duas frentes: a produção de alimentos veganos e vegetarianos e a produção de cosméticos naturais, que eram vendidos no próprio local,

em eventos no Sesc Itaquera e em outros eventos relacionados à sustentabilidade e ao meio ambiente, como o Festival CoCidade²⁰¹.

Além de Livia, uma outra colaboradora do espaço, Ariane, trabalhou conceitos de ecofeminismo e de saberes naturais sobre a saúde da mulher, estimulando o desenvolvimento de percepções sobre o autocuidado feminino a partir de noções do cuidado natural, entre outros. Ariane realizava dinâmicas de danças circulares, troca de experiências entre as mulheres da Quebrada, da comunidade e de mulheres que apoiam e/ou fortalecem o trabalho feminino, entre outros eventos²⁰².

Em observações de campo no Viveiro, além da Roda de Conversa, as atividades de receber estudantes, realizar oficinas, lidar com o público e a própria atividade de horticultura melhorou consideravelmente a autoestima e a qualidade de vida das agricultoras. Nesse sentido, a criação coletiva de um espaço comunitário, onde as práticas ambientais estão entrelaçadas à troca de saberes populares e à criação de redes de apoio, tanto na comunidade quanto fora dela, fomentou uma sustentabilidade baseada no fluxo da abundância – em meio ao deserto da escassez – demonstrando que o grupo de mulheres opera no contra-fluxo das noções de falta de emprego, de oportunidade, de conformidade às forças do mercado de trabalho e das estruturas opressoras contra a mulher.

Além disso, para essas mulheres, ter contato com pessoas de regiões centrais da cidade, bem como de outras áreas periféricas e com jovens de formação universitária, implicou em ampliar seu horizonte de aprendizado, o que, em sua visão, é diferente de conversar com alguma conhecida da comunidade, no sentido, principalmente de identificar o machismo inscrito nas relações interpessoais, conforme relata Alice: “se ela [agricultora] falar com a vizinha dela, é capaz da vizinha pode falar ‘ah, fica quieta mesmo’, se o marido mandou calar a boca, cale mesmo. (...) Na roda [de conversa] elas podem falar, têm voz, são escutadas”.

A abertura de conversa sobre temas sensíveis e controversos que a Roda possibilitou, também abriu espaço para as participantes falarem sobre seus sonhos e desejos em relação ao próprio espaço, sobre a possibilidade geração de renda e

²⁰¹ Ver: <https://www.facebook.com/CoCidade/> Acesso em 12/10/2018.

²⁰² No dia 25 de julho de 2017, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, elas organizaram uma celebração que contou com a presença de mulheres negras de múltiplas formações: uma instrutora de Yoga e Ayurveda; uma jornalista especialista em educação infantil com ênfase em meninas negras; uma artesã e poeta; uma fotógrafa; as agricultoras e outras parceiras/apoiadoras do espaço. Houve recitação de poesias, danças circulares e um abraço coletivo, celebrado com grande alegria.

empreendedorismo, conforme conta Josilene: “eu aprendo muito aqui, todo dia é uma coisa nova, tem muita dificuldade também, mas penso em montar um negócio no futuro, eu tenho meus objetivos e eu sei que vou conseguir”.

O caráter do trabalho horizontal, coletivo, estimulando a expressão, a geração de renda e o empoderamento das mulheres, além de ser um desafio em si, gera também outros desafios no sentido de desencadear uma série de dinâmicas que operam na contramão dos mecanismos de controle exercidos pelos poderes estabelecidos no local, que serão discutidos no item relativo aos desafios.

Em novembro de 2017, a Quebrada entrou em crise por razão de mudanças internas em relação a gestão do espaço, término das bolsas do POT e do financiamento do FUMCAD. Uma série de reuniões foram organizadas nesse momento, em que duas agricultoras questionavam a gerência e se recusaram a serem coordenadas por homens: “se for pra homem ficar mandando aqui, eu não venho mais”, diz Alice, ideia ratificada por Leocácia. Outras duas agricultoras também expressaram vontade de desistir da participação na Quebrada e por quererem mais autonomia em relação aos aspectos operacionais e administrativos da horta.

Depois de 4 meses de negociações, em março de 2018, a CDHU assumiu a manutenção do espaço e a assessoria técnica do projeto. Um técnico dos projetos sociais da CDHU, Oliver, foi designado para auxiliar as mulheres em relação às parcerias comerciais visando estimular o aspecto de empreendedorismo do grupo, ênfase em transferência de habilidades para que as mulheres se apropriassem dos aspectos operacionais da horta e cozinha.

O local foi rebatizado novamente, agora chamado de “Viveiro Escola União de Vila Nova”, não sendo mais um “Ponto de Cultura”. O técnico comenta sobre as mulheres desafiarem e/ou questionarem a autoridade masculina – manifestada principalmente na figura do marido ou companheiro (presente ou ausente) – sobre o que as motivam a participar na horta e reflete sobre as transformações na vida delas:

É aquela coisa delas quererem ter mesmo o próprio domínio da situação... No Viveiro elas poderem resolver as questões, os problemas, participar mais da vida ativa da comunidade, como pessoas que estão lá para lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos. Umas estão no Viveiro para poder ajudar e outras porque não têm marido ou não tem apoio de nenhuma figura masculina, mas pra provar também que mulher por si só pode fazer as coisas sem precisar ter o homem por perto. Há algumas que

entraram por ociosidade, viviam com depressão dentro de casa sem fazer nada, outras querem empreender mesmo, ter um negócio para ter um porto seguro e isso foi motivando o grupo. O contato com a permacultura, com outros grupos de agricultura da zona leste, o grupo de agricultura mais feminina, que trabalha essas questões... isso foi trazendo outra visão pra elas. Mesmo com questionamentos, porque muitas ainda vivem em função do homem, mesmo não querendo, mas ainda tem isso. Uma delas, conversando comigo, fala que ele disse que a evolução delas é um grande perigo para a questão masculina. Ela vai ganhar mais do que o homem? Vai mandar mais? Fazer coisas que não faço? É uma mentalidade bem machista mesmo... Será que ela vai me trocar por outro por causa disso? Ainda tem muito disso...

Em abril de 2018, a CDHU iniciou uma grande reforma na infraestrutura do Viveiro, ampliando o espaço da cozinha, construindo um local para guardar alimentos, reformando o escritório e os dois banheiros. A reforma contou com a participação da artista plástica Ines Prado Izabela, que fez o projeto paisagístico do local e refez o logotipo das Mulheres do GAU, causando renovação de esperanças e estimulando a coletividade das mulheres, que se manifestaram com grande entusiasmo sobre as transformações do local:

...olha só essa coisa mais linda que fizeram aqui, o espaço ficou um espetáculo! Agora que não dá vontade de sair daqui mesmo. Espia aqui o espaço de guardar alimento, agora temos um espaço. Olha pros canteirinhos, parece um desenho na terra e até os passarinhos tão celebrando com a gente. – Jandira

Isso aqui ficou bonito demais, olha é pra Deus isso aqui agora. Virgem que esses desenhos bonitos de tudo tão colorindo o espaço. – Marilda

Agora é festa! Com essa cozinha, ninguém me segura mais! Lembra daquela vassoura que a gente usava pra fechar o fogão? Agora não vai precisar mais [risos]. – Alice

Depois da reforma, as atividades da cozinha aumentaram significativamente, com diversos pedidos de clientes externos por alimentos naturais e veganos. Devido ao aumento da demanda de pedidos dos produtos e início de pedidos para serviços de catering, em setembro de 2018, uma técnica foi contratada por uma empresa terceirizada da CDHU, o Consórcio Morar Paulista, para dar suporte nos serviços oferecidos pela cozinha com a finalidade de fortalecer o grupo, estabelecer o regimento interno e auxiliar nos aspectos administrativos e contábeis das Mulheres do GAU.

Conforme discutido no capítulo anterior, em outubro de 2018, elas foram aprovadas em um processo seletivo do Instituto Consulado da Mulher para receber assessoria sobre gestão de cozinha por dois anos, que inclui desde o marketing até a precificação dos produtos. A partir dessa nova configuração, as Mulheres do GAU

ampliaram ainda mais seu escopo de serviços para além das atividades de realização de oficinas, cultivo, vendas de hortifrúti e de alimentos produzidos no Viveiro, passando também a realizar serviços de catering para grandes empresas e a organizar almoços aos domingos no local.

As atividades desenvolvidas no ano de 2018 foram: *(a)* realização de oficinas de hortas em pequenos espaços no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) de São Miguel Paulista, em escolas municipais da região e no Sesc Itaquera; *(b)* acolhimento de grupos para realizar eventos no local, como a Rede Permaperifa e o Coletivo Corpo Aberto, de performance feminina; *(c)* realização de oficina de PANCs no festival “Compartilhando Segredos e Sabores” com o projeto social da CDHU Serra do Mar; *(d)* participação no primeiro encontro da Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas, onde propuseram recepcionar o segundo encontro; *(e)* recepção do segundo encontro da Rede das Agricultoras Paulistanas Periféricas Agroecológicas e participação no terceiro e quarto encontros da Rede; *(f)* realização de oficina de manejo agroflorestal com o Perma Sampa; *(g)* realização de oficina de produtos de limpeza com a reutilização de óleo de cozinha no Espaço Alana, no Jardim Pantanal; *(h)* realização do I Festival de Primavera do Viveiro Escola União de Vila Nova; *(i)* visita ao Projeto Social Tabor, de missionários religiosos; *(j)* realização de oficina de horta coletiva no Sesc Ipiranga; *(k)* instalação da AGROGym; entre outras atividades.

Em 2019 as atividades foram: *(a)* realização de mutirão de bioconstrução (figura 11); *(b)* recepção, visita monitorada e almoço para um grupo da Fábrica de Cultura; *(c)* participação nos 4 encontros da Rede das Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas; *(d)* organização de almoços para diversos grupos; *(e)* participação em feiras de vendas de hortifruti, mudas, flores e produtos alimentícios em feiras no Sesc Avenida Paulista; *(d)* realização de serviço de catering para grandes empresas e multinacionais em eventos de 3 dias de duração; *(f)* realização de festa junina (figura 12 e fotografia 11); *(g)* recebimento do Certificado de Transição Agroecológica; entre outros.

Figura 11 – Convite para o mutirão de bioconstrução.

Fonte: CDHU/SSARU, 2019.

Figura 12 – Convite das Mulheres do GAU.

Fonte: CDHU/SSARU, 2019.

Fotografia 11 – Festa Junina no Viveiro Escola.

Crédito: a autora, 2019.

O Viveiro recebe, com frequência, estudantes de pós-graduação de outros países, ativistas socioambientais e oficinairos alinhados com a proposta do espaço. Uma dessas

visitas foi da indiana Vidhi Jain²⁰³, cofundadora da *Shikshantar*, projeto de educação livre, em Udaipur na Índia, em convite público:

Vamos juntos nesta Jornada da Cozinha da Terra. Hoje _Dia 1 de novembro. Cozinhar é a forma mais efetiva e deliciosa de unir as pessoas. E como tudo começa e termina na terra, a Jornada de Desaprendizagem da UniDiversidade das Kebradas²⁰⁴ tem início nas cozinhas. O evento acontece no Viveiro Escola de São Miguel Paulista. Rua Papiro do Egito _ 100b, Em União de Vila Nova. As anfitriãs desse encontro são as Mulheres do GAU, coletivo de mulheres que fazem agricultura e cozinha de raiz juntamente com a indiana Vidhi Jain, cofundadora da *Shikshantar*, projeto de educação livre, em Udaipur na Índia, que honra os conhecimentos locais dos povos tradicionais. Temos a honra de estar fazendo a união destes ingredientes essenciais, a Claudia Mattos Madhav, Giselle Paulino e a Zulmira, a Zuzu. Vamos colocar a mão na terra, plantar nossas histórias e conversar com os alimentos. Tudo isso no melhor tempero do Brasil e da Índia. Venha desconstruir e desaprender!

Em observações de campo ao longo de 2019, verificou-se que o Viveiro foi se tornando um ponto de encontro, de vivências, aprendizagem e de trocas que foi conquistando a comunidade local – que antes apresentava uma postura de distanciamento e desconfiança – e que, aos poucos, começaram a frequentar o espaço e a estabelecer vínculos com o local. Porém, a adesão da comunidade local e o próprio reconhecimento do local enquanto espaço de convivência e compra de produtos naturais é um grande desafio.

Além disso, um evento significativo para as Mulheres do GAU foi que o grupo se dividiu em dois: o grupo da horta e o grupo da cozinha, devido ao aumento da demanda pelos serviços e produtos da cozinha e que gerou a necessidade de subdividir as participantes para dar conta de atender todas as demandas de todos os eventos para os quais são convidadas.

A circulação das Mulheres do GAU em regiões centrais, com venda de produtos, participação em feiras e eventos, propiciou a elas a percepção das diferenças de poder aquisitivo entre consumidores das diversas regiões da cidade. Nessa direção, os valores das oficinas e dos produtos da horta (figura 13) foram calculados como uma referência de valor, mas não como um preço fixo, tendo em vista que a comunidade local e adjacências são vulneráveis e não têm condições de pagar o preço da tabela.

²⁰³ Ver: <http://shikshantar.org/author/vidhi-jain> Acesso em: 19/11/2019

²⁰⁴ Ver: <https://www.facebook.com/groups/2405340473073591/> Acesso em: 19/11/2019

Figura 13 – Tabela de preço dos alimentos da horta do Viveiro Escola.

FEIRINHA DO G.A.U.

(11)9 6961 6359 (11)9 5734 9277

<h3>HORTALIÇAS</h3> <p>ALFACE.....R\$3,00(MAÇO) ALMEIRÃO.....R\$3,00(MAÇO) BETERRABA.....R\$9,00(KG) CHUCHU.....R\$8,00(KG) ESCAROLA.....R\$3,00(MAÇO) ESPINAFRE.....R\$5,00(MAÇO) PEPINO.....R\$6,00(KG) RÚCULA.....R\$5,00(MAÇO)</p>	<h3>FRUTAS</h3> <p>BANANA PÃO.....R\$7,00(DÚZIA) BANANA PRATA.....R\$7,00(DÚZIA)</p>
<h3>PANC</h3> <p>CANA-DO-BREJO.....R\$4,00(MAÇO) CAPUCHINHA.....R\$3,00(MAÇO) FOLHA DA BETERRABA.....R\$5,00(MAÇO) ORA-PRO-NÓBIS.....R\$3,00(100G) PEIXINHO.....R\$4,00(MAÇO) SERRALHA.....R\$4,00(MAÇO) TAIOBA.....R\$5,00(MAÇO)</p>	<h3>ERVAS AROMÁTICAS</h3> <p>CEBOLINHA.....R\$3,00(MAÇO) COENTRO.....R\$3,00(MAÇO) ERVA CIDREIRA.....R\$3,00(MAÇO) ERVA DOCE.....R\$3,00(MAÇO) HORTELÃ.....R\$3,00(MAÇO) MANJERICÃO.....R\$2,00(MAÇO) ORÉGANO.....R\$2,00(MAÇO) SALSA.....R\$3,00(MAÇO)</p>

PRODUÇÃO SEM USO DE AGROTÓXICOS, TRANSGÊNICOS E FERTILIZANTES QUÍMICOS

OBS: POR SE TRATAR DE PRODUTOS ORGÂNICOS E DE NÃO TERMOS UM PLANTIO DE ALTA ESCALA ENTRE EM CONTATO PARA SABER O QUE HÁ DISPONÍVEL NO MOMENTO EM NOSSA HORTA.

Fonte: CDHU/SSARU 2020.

Duas agricultoras comentam essas diferenças, afirmando que vendem mais barato ou doam o alimento quando sabem que a pessoa não tem dinheiro, e que diferenciam o valor do produto de acordo com a região dos clientes:

Aqui a gente pratica o preço da quitanda daqui da Vila, às vezes, a gente vende a um real, dois reais, depende porque às vezes chega gente aqui e fala ‘ah, eu queria comer uma alface, quanto é?’, é 3 reais, 2,50, e fala ‘ah, eu só tenho um real’, então leva por um real. Outra fala ‘minha mãe falou pra eu pegar um real de coentro e cebolinha’, toma, leva por um real. E tem gente que não paga nada, que leva *na faixa* também. Aí se uma pessoa quer vir comprar, quer conhecer o Viveiro, eu sempre pergunto ‘você é da onde?’, porque tem esse diferencial, não tem uma tabela... Quando vem uma pessoa que a gente sabe que tem posse, a gente não vende o pé de alface por um real, aí a gente vende por 3 reais. Todo preço tem um diferencial por região, as bananas, as PANCs, de um ou dois reais a mais. – Alice

Eu tenho prazer em cortar as folhas e dar para as pessoas, mas eu não sei cobrar. Não sou chegada porque não sei dar pouco, eu dou muito. Eu sou muito *fartureira*. Eu acho que não é tudo que pode ser vendido. Como vou deixar alguém ir embora daqui sem levar o que precisa? Eu não sei como cobrar direito, então eu não gosto de vender. Me falam que eu vendo barato demais, que não é esse o preço, é mais. – Marilda

Tendo em vista que a comunidade local e adjacentes são vulneráveis, elas realizam oficinas gratuitas ou pedem uma contribuição de R\$70,00 nesses locais e levam mudas, adubos e sementes pois sabem que escolas públicas não têm recurso financeiro. Em escolas particulares, elas afirmam que as próprias escolas oferecem pagamento e que, a partir do valor oferecido, estipularam o valor a ser cobrado, que varia entre R\$250,00 e R\$380,00, que também inclui o transporte, dependendo da localização.

A mesma lógica se aplica para as vendas em Feiras de Orgânico: “se é pro lado de cá, a gente vende pelo preço da comunidade, de dois e cinquenta ou três reais, se vai pra feira na Pompéia ou Pinheiros, aumenta pra cinco ou sete reais, então depende do local”. A participação e vendas em diversas unidades da rede Sesc de São Paulo, proporcionou às Mulheres do GAU uma percepção de diferença de hábitos de consumo e de perfil de clientes das diferentes regiões da cidade, bem como as levaram estabelecer um preço fixo de vendas para todas as unidades do Sesc, uma vez que é exigência da empresa:

Com o Sesc tem que ser um preço único (...), então não importa se é o Sesc Itaquera ou o Vila Mariana, se a muda é 7 reais no Sesc Itaquera, é 7 reais no Sesc Pompéia, mas eu fui percebendo que maioria das pessoas não pergunta preço pros lados de lá, querem saber de qualidade e passam o cartão sem perguntar preço. Quando é escola particular, eu vejo criança de 9 anos, 12 anos com cartão de crédito, é outra realidade... – Alice

Em 2019, as Mulheres do GAU abriram um MEI para as atividades, serviços e produtos da cozinha, no nome de uma das agricultoras e atualmente estão decidindo se abrem um MEI para as atividades, produtos e serviços da horta. O grupo da horta passou a ter um controle de caixa próprio, onde uma das agricultoras aprendeu a usar o computador e hoje é responsável pela planilha de Excel do fluxo de caixa.

Segundo Josilene, desde o final de 2019, o grupo da horta tem procurado estabelecer parcerias tanto para trabalho na horta, que requer muito trabalho manual (fotografia 12), quanto para obter apoio financeiro externo, devido à crescente demanda pelos produtos da horta (fotografia 13) e por cestas agroecológicas.

Fotografia 12 – Três agricultoras do grupo da horta do GAU.

Crédito: CDHU/SSARU 2019.

Fotografia 13 – Produtos na horta

Crédito: CDHU/SSARU 2019.

Em termos das instalações da horta, o local possui cerca de 65 canteiros de 2, 3, 9 e 10 metros, onde calculam a quantidade de hortaliças plantadas. Em termos de manejo, elas fizeram um setoriamento dos canteiros, estabelecendo padrões, por exemplo, de 2 metros de comprimento por 50 de largura, 9 metros de comprimento por 70 de largura, que comporta 85 pés de alface e 160 pés de rúcula. Há rotatividade de cultivos, para que a terra descanse e reponha seus nutrientes.

O controle de pragas é feito de maneira natural, com observação, uso de spray de fumo, pimenta, entre outros, para controlar, por exemplo, o ataque de formigas. A irrigação é feita com mangueira e balde de água, portanto necessita de um sistema de irrigação. Além disso, o poço de onde tiram a água está secando, necessitando mais investimento nesse setor. Elas também mencionam a necessidade de melhorias no cercamento do local, de ter um berçário de mudas e de ter alguém para cuidar desse aspecto específico, uma vez que a germinação das sementes leva tempo e necessita de cuidados especiais.

Uma agricultora guarda as sementes e faz um pequeno sementário no local, no entanto, não é o suficiente para cobrir a demanda da horta. Duas agricultoras compram as mudas de um viveiro em Suzano e pedem a ajuda a um rapaz para encher os sacos e retirar o composto de um pátio de compostagem em São Rafael, distrito de São Mateus. O gasto com o ajudante e carroto para transporte é computado no fluxo de caixa. O grupo de mulheres da horta tem planos de expansão do projeto em outros terrenos da CDHU e, em junho de 2020, conseguiram autorização da empresa para expandir as atividades de

horticultura em um terreno próximo ao Viveiro Escola União de Vila Nova. O principal objetivo desse novo terreno é ampliar espaços de cultivo, gerar oportunidades para as pessoas da comunidade a agregar valor ao local.

O grupo da cozinha produz e vende bolos, pães, geleias, biscoitos, sucos, infusões, entre outros alimentos (fotografias 14 e 15), com valores de referência, mas não fixos. As receitas dos alimentos foram feitas a partir do resgate da memória afetiva dessas mulheres, que fazem bolos e bolachas salgadas a partir da memória dos alimentos típicos de sua terra natal:

Um dia a gente sentou e começamos a lembrar o que a gente comia na casa das avós lá em Pernambuco e na Bahia... e então a gente foi trazendo essas lembranças, incorporando as PANCs e colocando algumas coisas daqui, fomos fazendo aquela misturada. A maioria das nossas receitas são de lembrança mesmo, de resgate da nossa memória. Algumas coisas eu aprendi em curso de culinária e incorporo nelas, a gente dá uma repaginada nelas. Os bolos eu já tinha base pelo curso de culinária e confeitaria do SENAI e dentro dessa base eu incorporei algumas coisas, como o bolo de capim-limão e o bolo verde de ora-pro-nóbis. No lugar de colocar o leite, a gente bate o capim, coa e coloca no lugar do leite. As bolachas, era uma bolacha tradicional de festa, elas derretem na boca, o povo lá só coloca farinha, manteiga e queijo ralado. Aqui eu incorporei a folha da batata doce, um pouco de água. Pra versão vegana, a gente coloca a biomassa, que não fica esfarelado.

Fotografia 14 – Pães, bolo e torta da Mulheres do GAU.

Crédito: CDHU/SSARU 2019.

Fotografia 15 – Bolo de flores das Mulheres do GAU.

Crédito: a autora, 2020.

Conforme discutido no capítulo anterior, os projetos sociais da CDHU incluem um projeto de mídia comunitária, como o “Projeto ComCom Pimentas”, de Guarulhos, que se tornou parceiro do Viveiro Escola. Desde 2017, os coordenadores buscavam

parcerias para divulgar suas atividades na mídia e em outras comunidades. A equipe do Projeto ComCom Pimentas realizou uma série de gravações no Viveiro, com suporte multimídia, tendo em vista a construção de um acervo e consequente difusão desses processos em múltiplos meios de comunicação. Segundo Vítor, ex-coordenador do Viveiro, a estratégia de divulgação dos projetos sociais da CDHU, tem como objetivo ampliar a visibilidade pública e trazer pessoas de fora da região para conhecer o espaço.

A partir de 2018, as Mulheres do GAU conquistaram projeção na grande mídia, por meio da participação em reportagens de canais da TV aberta como o Repórter Eco, da TV Cultura, e o Cidades e Soluções, da Globo News, além de entrevista e reportagens sobre o espaço em jornais, canais do Youtube, entre outros. Elas utilizam amplamente mídias sociais como Facebook²⁰⁵ e Instagram²⁰⁶, para divulgar suas atividades, serviços e produtos.

Além da presença na mídia, a partir de 2020, as Mulheres do GAU foram convidadas²⁰⁷ para participar de eventos ligados à história da zona Leste, tais como: (a) participação na abertura do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, realizado no dia 04 de fevereiro de 2020, como parte do Projeto de Visitação dos Parques Naturais Municipais, iniciado em janeiro de 2020; (b) participação e venda de alimentos no evento de celebração da ancestralidade indígena de São Paulo REVOADA (figura 14); (c) participação no passeio histórico na Capela dos Índios, finalizando com um almoço no Viveiro.

²⁰⁵ Ver: <https://pt-br.facebook.com/mulheresdogau/> Acesso em 12/12/2019

²⁰⁶ Ver: @mulheresdogau

²⁰⁷ Os convites foram compartilhados no grupo de WhatsApp “Amigos do Viveiro”.

Figura 14 – Convite do evento REVOADA.

Crédito: a/d, 2020.

16h30min Documentário: Revoada de Parelheiros a Guaianazes: Um voo pela ancestralidade indígena na cidade de São Paulo.

Local: Casa de Cultura Raul Seixas

Endereço: R. Murmúrios da Tarde, 211 - José Bonifácio, São Paulo.

#zonaleste #danca

As Mulheres do GAU estarão neste espetáculo de dança do Coletivo Corpo Aberto expondo seus quitutes, mudas e ervas.

REVOADA

De Parelheiros a Guaianases

Dia 08/02

13h Graffiti indígena com André Manauara.

13h30min Exposição dos artesanatos dos Guarani M'bya e das Mulheres do GAU

14h Coral Guarani kalipety

14h30min Roda de conversa sobre o povo Guarani M'bya e Guaianases com CPDOC, Tiago Honório dos Santos e Claudia Martins Gonçalves.

15h30min Espetáculo Revoada

O passeio “Capela Histórica e Agricultura Urbana” (figura 15), realizado no dia 08 de fevereiro de 2020, foi elaborado pela guia de turismo e historiadora Mônica Goulart em parceria com a Agência Cenas Paulistas e terminou com um almoço no Viveiro Escola:

Você sabia que em São Miguel Paulista encontra-se a Capela mais antiga da cidade de São Paulo? Localizado na Zona Leste da cidade, a história de São Miguel se confunde com a da cidade de São Paulo em diversos momentos, que vão do período colonial ao desenvolvimento econômico atual. Neste roteiro, iremos juntos de trem até São Miguel, que ao longo do caminho já poderemos observar as mudanças da paisagem como também antigas edificações, sendo uma delas parte da antiga fábrica do Conde Matarazzo. Iniciamos a nossa chegada na região, realizando um guiamento na Capela de São Miguel abordando a história desse antigo povoamento através da sua arquitetura e de seu acervo artístico que só confirmam o reconhecimento desse templo como um importante patrimônio histórico da cidade. Após, realizaremos uma caminhada até o Viveiro Escola União de Vila Nova, coordenado pelas Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana), imigrantes nordestinas que trabalham como agricultoras no Viveiro e desenvolvem a manutenção do local baseadas em conceitos de permacultura através de plantio, cultivo, colheita e manejo agroflorestal. No Viveiro será oferecido um delicioso almoço com ingredientes orgânicos produzidos no próprio local, teremos monitoria, oficina e um cafezinho de despedida tudo preparado com muito carinho pelas Mulheres do GAU. Uma programação diferente que vai te surpreender!

Figura 15 – E-flyer do passeio “São Miguel Paulista: Capela Histórica e Agricultura Urbana.

Crédito: Cenas Paulistas Turismo Cultural, 2020.

5.1.3 Desafios

Conforme discutido anteriormente, a história da região é marcada por tensões relacionadas a: (a) ausência de órgãos públicos mais presentes; (b) descarte ilegal de lixo; (c) presença do crime organizado (tráfico de drogas e desmonte de carros); (d) invasões de terrenos. Em observações de campo, fica evidente que as atividades criminosas não são somente relacionadas às drogas e aos carros, mas também são ações capilares, infiltradas na trama de interesse de lideranças comunitárias que afetam diretamente as atividades e as participantes da horta. Nesse sentido, ações maliciosas são uma forma de garantir a manutenção de poder sobre a comunidade e sobre o terreno.

As ações para manter a horta e a comunidade sob seu controle são: (a) distribuição de cestas básicas e empregos, estabelecendo uma relação de dependência e de favores com a comunidade; (b) destruição de espaços designados para plantio de árvores e outras áreas verdes como forma de intimidação; (c) furto de equipamentos utilizados na horta e produtos; (d) manipulação de pessoas frágeis com difamações e propagação de intrigas com a intenção de colocar as pessoas umas contra as outras e desarticular trabalho em andamento; (e) assédio moral; (f) intolerância religiosa com pessoas praticantes de práticas religiosas e/ou espirituais distintas da evangélica e que sofrem intimidação se quiserem usar o espaço para realizar um ritual de caráter espiritualista.

Nesse contexto, a maior dificuldade residia em desenvolver a autonomia nas participantes, pois na medida em que as mulheres começam a agir autonomamente e a

fortalecer o caráter coletivista da horta, interferem diretamente nos esquemas estabelecidos de poder e, portanto, sofrem retaliações como críticas e sabotagens.

Do ponto de vista financeiro e logístico, os desafios na Quebrada são: (a) o desenvolvimento de ações para tornar o projeto autossustentável do ponto de vista financeiro; (b) a busca de novos meios de captação de recursos; (c) ampliação de parcerias com a iniciativa privada na região e outras regiões de São Paulo; (d) aquisição de um carro ou outro veículo para trazer composto, mudas e outros equipamentos, bem como levar a produção para outras áreas da cidade com vistas a ampliar as áreas de comercialização dos produtos.

Na perspectiva das agricultoras, apesar de ter tido muitos avanços na relação com a comunidade, muitas pessoas ainda não compreendem as concepções que fundamentam a implementação das atividades nas hortas em função de costumes culturais arraigados que, em sua maioria, é de emigrante do nordeste brasileiro. A proposta do Viveiro é de produção e venda de alimentos vegetarianos e/ou veganos. No entanto, os segmentos populacionais provenientes do Nordeste possuem outro tipo de dieta, ancorada no consumo de carnes vermelhas, dificultando, portanto, sua aderência à participação nas atividades do local. Apesar dos desafios em relação à comunidade local, elas possuem *fé* no trabalho, conforme relato de 3 agricultoras:

Aqui em União de Vila Nova tem muitos nordestinos e eles têm aversão à comida vegetariana, têm uma rejeição à comida natural, então tem pouco público daqui mesmo. A gente fez uma festa junina aberta, em 2017, gratuita, tinha comida, tinha música e não veio muita gente da comunidade. Isso me incomoda e tem gente que tenta boicotar nosso trabalho, falam mal da gente, da nossa comida, mas eu não desisto. Eu tenho fé. – Alice

É muito benefício para a comunidade, mas poucas pessoas conhecem. A comunidade tinha que tá mais presente. Aqui tudo é natural, não tem agrotóxico, é um incentivo para cuidar da natureza e do meio ambiente. (...) Moro aqui há 21 anos, me dou bem com todo mundo, mas não me identifico com o bairro, (...). Às vezes não te falam bom dia. – Josilene

Não tem confiança, não sei o que acontece, eu converso com as vizinhas, digo que temos tudo aqui, que montamos cesta de vegetais e legumes, convido para vir aqui, mas não dão credibilidade. O Viveiro aqui na periferia é um pedaço de céu, mas muita gente nem quer vir conhecer o Viveiro. Precisa divulgar mais na comunidade. Aqui tem tanta variedade de mudas e plantas, dá pra gerar renda, dá pra dar pra comunidade, então tinha que chamar mais as pessoas. – Marilda

A gente tá sempre aqui de braços abertos, acolhe todo mundo, mas não é todo mundo que acolhe a gente, mas é assim... às vezes a pessoa não conhece e não entende... e porque não entende, não gosta. – Jandira

5.2 Planta Periferia

Quadro 13 – Quadro informativo do Projeto Planta Periferia.

Localização	Avenida dos Têxteis, 1349, Chácara Santa Etelvina, Cidade Tiradentes
Área	De área cultivada, 1.800 m². De terreno, 5.500 m².
Proprietário do terreno	CDHU
Concessão de uso	Associação de Moradores Videira – não regularizado
Infraestrutura da horta	Sistema de esgoto; sistema de captação de água de chuva; uma cisterna de ferrocimento; um viveiro de mudas; uma composteira termofílica
Participantes	3 agricultores, 2 agricultoras, 1 gestor e 1 gestora durante a duração do projeto
Técnicas de cultivo	Agroecológica durante a duração do projeto
Tipos de cultivo	Hortaliças, leguminosas, árvores frutíferas, ervas e temperos
Vendas	No local, em feiras e no Sesc Itaquera
Financiamentos	Bolsa do POT (2016 – 2017)
Assessoria técnica e/ou vínculos associativos	AAZL
Parceiros	N/A
Clientes	N/A
Entrevistados (as) e técnicas de produção de dados	O gestor – em maio de 2017 em visita à horta e em março de 2018 por Skype A gestora – em julho de 2019 por Skype Conversas com ambos em múltiplos eventos externos à horta.
Logo da horta	A logo is a circular emblem. In the center, the words 'Planta Periferia' are written in a stylized, hand-drawn font. The text is surrounded by various colorful illustrations of vegetables and herbs, including leafy greens, carrots, and small flowers. At the bottom of the circle, there is a silhouette of a hand reaching up towards the center.

Fonte: a autora, a partir das informações fornecidas pelos (as) entrevistados (as), 2019.

5.2.1 Origem da horta

Cidade Tiradentes é um distrito da cidade de São Paulo acessível por diversas vias, incluindo a Estrada do Iguatemi, a Avenida Inácio Monteiro, a Avenida dos Metalúrgicos,

a Avenida dos Têxteis e a Avenida Sara Kubitscheck. A horta está localizada na Avenida dos Têxteis, 1349, próxima à Avenida dos Metalúrgicos, na altura do Parque Ciência, atrás da GCM – Inspetoria de Tiradentes e da Associação de Moradores Videiras, ao lado da Escola de Ensino Fundamental e Médio Fúlvio Abramo e cercada por Conjuntos Habitacionais da CDHU e COHAB (figura 16).

Na primeira visita ao local, em conversa com 3 moradores locais e com 5 transeuntes na Avenida dos Têxteis, estes não sabiam da existência da horta. Porém, 2 moradores souberam indicar a localização da Associação de Moradores Videira. Ao chegar no local, fui recebida pela presidente da Associação, uma senhora negra de idade avançada, que falou de sua militância em movimentos de moradia da década de 1980 e me mostrou a local. A Associação de Moradores Videira oferece uma série de aulas à comunidade, como ballet, zumba, jazz entre outras atividades culturais, além de ser um ponto de encontro da comunidade local.

Figura 16 – Localização do Projeto Planta Periferia.

Crédito: a autora, a partir do Google Earth, 2019.

O projeto foi idealizado e desenvolvido por um casal. O gestor é de Cidade Tiradentes e pensava em um projeto de horta comunitária no referido terreno. O casal se inscreveu no Projeto Hortas e Viveiros da Prefeitura de São Paulo para receber a bolsa do POT, foram aprovados e deram início ao projeto em outubro de 2016, finalizado em 2017. Além da horta, eles também realizam outras atividades socioambientais nos bairros de

Barro Branco, Santa Etelvina e Metalúrgicos, todos localizados no distrito de Cidades Tiradentes.

A gestora é formada em tecnologia da informação e, após uma crise profissional decidiu trabalhar na área ambiental, se aperfeiçoando por meio de um curso de gestão ambiental. Antes do projeto, ela atuou em projetos de permacultura, jardinagem e agricultura orgânica por meios de trabalhos voluntários e de vivências em um assentamento do MST e em comunidades alternativas. O gestor é formado em biologia, trabalhou na área da educação e atua como jardineiro, agricultor e permacultor. Já participou de projetos de jardins verticais e educação ambiental para pessoas em situação de vulnerabilidade social e adolescentes infratores. Foi proponente do projeto junto à Prefeitura de São Paulo e articulador social dele.

Em entrevista com o gestor, realizada no dia 14 de maio de 2017, ele explica que a motivação do casal para realizar o projeto foi de “trazer para a periferia da zona Leste mais ações voltadas ao meio ambiente, permacultura e afins, fora do circuito de agricultura urbana que envolve ações nas regiões mais nobres da cidade”.

Além desses, o projeto também apresentava os seguintes objetivos: *(a)* viabilizar ações de pertencimento da comunidade para melhoria do bairro, resgatando conhecimentos e atividades ao ar livre e junto à terra; *(b)* transmitir os conhecimentos adquiridos em prol da melhoria da qualidade de vida da comunidade através da soberania e justiça alimentar no bairro; *(c)* formar multiplicadores na área de agricultura orgânica e urbana, permacultura e educação ambiental; *(d)* transformar o local e construir um espaço voltado para a educação e conscientização ambiental; *(e)* gerar renda para a comunidade local e para sujeitos em situação de maior vulnerabilidade social; *(f)* estabelecer a equidade de gênero através do estímulo de mulheres para participarem das atividades da horta.

5.2.2 Dimensão social, ambiental e econômica

O projeto teve início com a limpeza do terreno que possuía muito entulho e lixo de todos os tipos, incluindo restos de construção civil. Depois da limpeza pesada, seguiu-se uma longa etapa de preparação de solo, com processos de adubação verde (técnica que recicla nutrientes do solo a partir da plantação de determinadas espécies de plantas, especialmente as leguminosas ou gramíneas, para tornar o solo mais fértil) e preparação do roçado para receber as sementes. As condições de solo eram muito desfavoráveis, com

pouquíssima matéria orgânica e muita pedra, e para melhorar sua condição, houve uma intensa reconstrução com técnicas de fito-remediação²⁰⁸ para desintoxicá-lo.

O processo durou três meses, durante os quais também foram construídos infraestrutura de esgoto, cisterna de ferrocimento e sistema de captação de água de chuva, feitos em oficinas e mutirões organizados no local. Nos primeiros seis meses, pouco da produção foi aproveitada devido ao intenso ataque de pragas, principalmente de formigas e diversos outros insetos, controlados por meio de controle de pragas agroecológico. A produção começou a se estabilizar entre março/abril de 2017 e, nesse período, foram feitos um viveiro de mudas; uma composteira termofílica²⁰⁹ (fotografia 16); canteiros médios ou pequenos para cultivo de temperos e ervas (fotografia 17); 20 canteiros de tamanho médio e grande para plantio em regime de consórcio de hortaliças (foto 18).

Fotografia 16 – Composteira termofílica.

Crédito: a autora, 2017

Fotografia 17 – Canteiros de temperos e ervas.

Crédito: a autora, 2017

²⁰⁸ A fitorremediação é um processo de biorremediação que usa vários tipos de plantas para remover, transferir, estabilizar e/ou destruir contaminantes do solo e das águas subterrâneas, feitos em vários tipos de processos e mecanismos (COUTINHO e BARBOSA, 2007).

²⁰⁹ A compostagem termofílica aceita maior variedade de resíduos orgânicos, como restos de carne e alimentos cozidos. Neste sistema, as bactérias processam a matéria orgânica a uma temperatura acima de 60°C. Isso sanitiza o processo e não atrai vetores. Ver: <https://mandatogoura.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Vereador-Marquito-Copia.pdf> Acesso em 12/08/2019

Fotografia 18 – Canteiros grandes e médios de cultivo e, ao fundo, os conjuntos habitacionais da COHAB e da CDHU.

Crédito: a autora, 2017.

A partir de março de 2017, os gestores começaram a participar em reuniões da AAZL; a realizar vendas coletivas com outros grupos de produção agroecológica e a participar de eventos no Sesc Itaquera, com oficinas de compostagem no Festival Primaveras Periféricas. A precificação para venda era estabelecida pela tabela de preços padronizada pela AAZL, com um valor que variava entre R\$2.00 e R\$2.50 por item.

Todos os integrantes, incluindo os gestores, recebiam a bolsa do POT, porém o POT foi cancelado pela Prefeitura de São Paulo em agosto de 2017, antes do previsto para o término do projeto. A bolsa, cujo valor era de um salário-mínimo (R\$ 937,00), já havia sido reduzida pela metade e, em agosto de 2017, foi encerrada. A partir desse momento, o retorno econômico da horta se consolidou por meio da venda de produtos no local. Do ponto de vista da geração de renda, o projeto não gerou renda para os participantes, pois o que se conquistava com a venda de produtos em eventos externos, era utilizado na manutenção da horta.

Ressalte-se uma situação em que o dono de um restaurante de um bairro nobre de São Paulo, já atento à crescente demanda de segmentos sociais abastados por alimentos orgânicos e ao marketing positivo associado à compra de alimentos orgânicos “de impacto social”, propôs uma parceria com os gestores, inclusive oferecendo recursos logísticos como uma van, uniformes, crachás e ferramentas para que os alimentos fossem produzidos exclusivamente para o restaurante. No entanto, os gestores recusaram a proposta afirmando que preferem “alimentar a população local com alimentos naturais, pois não existem em abundância na região do que vender para bairros nobres”.

5.2.3 *Desafios*

Em relação à comunidade local, houve forte resistência por parte dos moradores e dos equipamentos públicos locais, como escolas, em entender o conceito de horta comunitária e a interagir com a proposta do espaço. Nesse sentido, foi possível identificar que a relação entre a horta e comunidade era de estranhamento, pois hortas comunitárias não fazem parte da paisagem daquela região e, portanto, os moradores locais não estão habituados a acessá-las ou a comprarem alimentos naturais diretamente do agricultor. Em observações de campo, percebeu-se a ausência de comércio de venda hortifruti nas redondezas. A própria localização da horta – atrás da Associação de Moradores Videira – local por onde os transeuntes devem passar para entrar na horta, constituiu uma espécie de “barreira invisível”, dificultando o acesso a partir da rua.

Em um ano de duração, o projeto teve a participação de quatro agricultores e duas agricultoras no total. Os três agricultores – um refugiado, um com questões de inabilidade mental e um jovem cumprindo pena socioeducativa de prestação de serviço à comunidade – receberam a bolsa do POT e um deles participou do Projeto de Formação “Agroecologia, Participação Social, Trabalho, Empreendedorismo e Cidadania”, do Programa Agriculturas Paulistanas: Hortas e Viveiros da Comunidade²¹⁰, demonstrando satisfação ao obter o certificado.

Segundo o gestor, a ideia de trabalhar com esse perfil de participante, era de “introduzir visões alternativas de trabalho coletivo e possibilitar a interação social entre eles e a comunidade, buscando um maior pertencimento dessas pessoas com o bairro e de incentivar o desenvolvimento das habilidades de horticultura”. Em relação aos

²¹⁰ Ver: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/noticias/?p=234443> e <https://www.amater.com.br/revista-cadernos-agroecologia/> Acesso em 12/08/2019

participantes, a gestora afirma que “a maior parte das pessoas que tivemos na equipe foi mais com fundo social do que por afinidade por agricultura. Essa afinidade uma única pessoa tinha, mas o resto era questão social mesmo”.

Nesse sentido, o desenvolvimento das habilidades de horticultura e de gestão da horta, foi marcado por dificuldades no que se refere à atuação autônoma por parte dos participantes, uma vez que eles estabeleceram uma relação de dependência com o gestor. A relação dos participantes com aos moradores e compradores locais é uma via de mão dupla, pois existe tanto a dificuldades por parte dos participantes em lidar com o público e o da própria comunidade em compreender a proposta do projeto e dos participantes, marcados pelo que o sociólogo Erving Goffman (2014, p. 07-08) chama de “estigma social”, que envolve a doença mental, a criminalidade e o último, e mais recente (não citado na obra do autor, mas carregado de sentidos similares), o refugiado.

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião (...). Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, (...), encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. (...) Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.

De modo geral, a comunidade local não se apropriou do conceito de participação na horta, tampouco se envolveu com os temas ambientais propostos no espaço. Na visão dos gestores, trazer a comunidade para as ações coletivas foi o maior desafio, o que refletiu, também, na baixa procura da comunidade por compra dos produtos da horta. Ademais, observou-se que havia muitos furtos de alimentos; que alguns moradores pediam os produtos de graça; que algumas pessoas podiam pagar e não pagavam; outras prometiam pagar, mas não pagavam; e muitos alimentos eram dados como presente. A

maior parte da produção era dividida entre os participantes. Nessa direção, a horta desenvolveu um caráter de subsistência, muito mais do que venda.

Em setembro de 2017 o casal teve um filho e, por razão dos cuidados com o bebê, não podiam estar mais presentes na horta como antes. Isso desencadeou uma evasão de participantes que passaram a não frequentar mais a horta e, finalmente, abandonaram o projeto. Naquele momento, o casal procurou alguém que os substituísse e, apesar de alguns candidatos se mostrarem dispostos inicialmente, acabou não acontecendo.

Um dos objetivos da horta era estabelecer maior paridade entre a quantidade de homens e mulheres. Além dos três agricultores, duas mulheres foram convidadas para participar do projeto. No entanto, a participação de uma delas “ao invés de fortalecer essa parte do feminino, acabou segmentando (...) e quando as trouxemos, dissemos que estávamos procurando uma pessoa que encabeçasse quando a gente fosse embora e ela se animou, mas na hora de ter essa participação ativa não rolava”.

A gestora propunha um modelo horizontal de gestão, porém, esse modelo foi marcado por dificuldades: “tentamos, na maior parte do tempo, fazer uma gestão na horizontalidade, sem hierarquia, conversando para que elas tentassem administrar com a gente, mas havia sempre resistência porque elas queriam que a gente administrasse”. A gestora reconhece que enfrentou preconceitos pelo fato de ser mulher:

Eu percebia que as pessoas queriam falar com ele [o gestor] e não comigo... Pediam para ele, não pediam para mim e isso acontecia o tempo todo. Se era para pedir algo, era para ele. Mesmo as agricultoras, mesmo mulheres, não vinham falar comigo. Isso eu via bem claro. Até o pessoal da Associação, tinha respeito por ele e em diversos casos falava com ele. Isso incomodava bastante... Mesmo quando ia dar curso, passar algum conhecimento, não era só questão de hierarquia, mas de respeito. No curso eles não prestavam atenção, eu falava alguma coisa e eles não prestavam atenção... Baseado no comportamento das pessoas vejo que o fato de eu ser mulher pegava mais.

5.2.4 Desdobramentos do projeto

Meses após o encerramento do projeto, a gestora se inscreveu, em março de 2018, em um projeto de Hortas Pedagógicas em Escolas da Rede Municipal de Ensino Público da Cidade de São Paulo por meio de um Edital da Fundação Banco do Brasil²¹¹, que atendeu 200 escolas em São Paulo, divididas entre 10 técnicos. Ela trabalhou em 20 hortas

²¹¹Ver: <https://www.fbb.org.br/pt-br/> Acesso em 23/11/2019

nos distritos de Guaianazes, Cidade Tiradentes e São Mateus. A gestora enumera uma série de desafios para implantar hortas nas escolas, pois havia muitos conflitos nas relações interpessoais dentro da própria escola: “pude ver muito este contraste, essa dificuldade de as pessoas lidarem entre si no ambiente escolar. Vejo que muitas hortas não foram para frente, durante ou depois do projeto, simplesmente por dificuldade de relacionamento entre pessoas”.

Além dessas questões, havia questões de ordem técnicas de qualidade do solo, pois “tinha muita formiga, era deficiente de matéria orgânica e precisava de muito mais esforço. Não era só chegar, colocar as sementinhas ou mudas”. A experiência de implementação e manutenção de hortas em muitas escolas foi marcada por conflitos de interesses – o interesse coletivo atrelado ao desenvolvimento da horta e interesses pessoais. Ela menciona o fato de mais mulheres participarem do projeto do que homens, devido à maior quantidade de mulheres trabalhando em equipamentos públicos de educação (CEI, EMEI), assim como a origem rural nordestina de muitas delas

No início de 2019, o casal decidiu dar início a um novo projeto voltado para serviços, com ênfase mais comercial, para atender outras demandas além da social. Agregando o aprendizado do Planta Periferia, das hortas pedagógicas e das características da região, o casal elaborou uma nova proposta de projeto de sustentabilidade, o Poliniza (figuras 17 e 18), que opera em três eixos: o comercial, o educacional e o coletivo.

Figura 17 – Anúncio da mudança de projeto.

Fonte: Instagram, 2019.

Figura 18 – Logotipo do @poliniza_acao.

Fonte: Instagram, 2019.

O projeto está em andamento desde maio de 2019, com múltiplas frentes: (a) participação em eventos de alimentação saudável, como o “Experimenta: comida, saúde

e cultura” no Sesc Itaquera; (b) realização de oficinas de plantio de ervas, como no “Taste of São Paulo”²¹²; (c) oficinas de educação alimentar e experimentações com plantas para crianças em escolas; (d) instalação de hortas verticais em pequenos espaços; (e) criação de forros com bambu; (f) criação de cocções com ervas medicinais, entre outros.

Os desafios da nova empreitada são estabelecer novas parcerias e manter o mínimo de fluxo de caixa. A busca por parcerias também envolve em se conectar com grupos, organizações, coletivos e empresas que também estejam alinhados com valores da agroecologia, evolução consciente e orientação comunitária. Nesse sentido, os desafios do projeto atualmente se referem à necessidade de manter parcerias já estabelecidas para garantir sua continuidade, a comercialização dos serviços oferecidos e a sustentabilidade financeira.

A Associação de Moradores Videira hoje é responsável pela horta onde ocorreu o projeto Planta Periferia. Em visita ao local em janeiro de 2020 (fotografia 21), uma moradora local afirma que o cultivo ainda é o orgânico, porém não agroecológico. A horta se encontra tomada por muito mato, mas ainda possui diversos tipos de cultivo como frutíferas e hortaliças. Não foram encontradas ervas medicinais e temperos.

Fotografia 19 – A horta atualmente.

Crédito: a autora, 2020.

²¹² <https://saopaulo.tastefestivals.com/> Acesso em 25/11/2019

5.3 Horta Fazendinha

Quadro 14 – Quadro informativo da Horta Fazendinha.

Localização	Rua Gitirana, 200, Colônia, Itaquera
Área	Da área cultivada, 700 m². Do terreno, cerca de 45.000 m². A área possui duas nascentes de água.
Proprietário do terreno	Inicialmente CDHU e depois se tornou pública APP (Área de Proteção Permanente da APA do Iguatemi)
Concessão de uso	Atualmente o gestor possui a concessão de uso através da CDHU
Infraestrutura	Sistema de captação de água de chuva; sistema de aquaponia; canteiros de tamanhos variados; um viveiro de mudas; um espaço para vendas; uma cozinha; um contêiner que serve como escritório e eventual dormitório
Participantes	3 agricultores e 1 gestor
Técnicas de cultivo	Orgânica
Tipos de cultivo	Hortaliças, leguminosas, árvores frutíferas e PANCs
Vendas	No local
Financiamento	Bolsa do POT por dois anos com múltiplos agricultores. Atualmente não possui.
Assessoria técnica e/ou vínculo associativo	N/A
Parceiros	Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)
Clientes	Moradores locais
Entrevistados (as) e técnicas de produção de dados	O gestor e 3 agricultores, em múltiplas visitas à horta ao longo de 2019. Conversas com o gestor e agricultores em múltiplas ocasiões em eventos relacionados à agricultura na região
Logo da horta

Fonte: a autora, a partir das informações fornecidas pelos entrevistados, 2019.

5.3.1 Origem da horta

A horta Fazendinha é localizada na Rua Gitirana, 200, no distrito de Itaquera. O bairro de Itaquera é acessível por diversas vias. Para chegar à horta optou-se por ir até a estação de metrô Itaquera, tomar uma van que sobe a Rua Chubei Takagashi, e descer à altura do Conjunto Habitacional Fazenda do Carmo, pertencente à CDHU. À esquerda da horta encontra-se a Estrada do Iguatemi e à sua frente, parte da APA Mata do Iguatemi (figura 19). As edificações da área consistem em diversos prédios de conjuntos habitacionais da CDHU, moradias irregulares, bares que vendem bebidas alcoólicas, mecânicas de carro e não há comércio de alimentos. Em conversas com transeuntes, estes sabiam da horta e indicaram sua localização.

Figura 19 – Localização da Horta Fazendinha.

Crédito: a autora, a partir do Google satélite, 2019.

Em 2005, o gestor²¹³ da horta foi convidado para trabalhar no programa ADE Sampa²¹⁴ por razão de seu envolvimento, no passado, com a coleta e produção de adubo orgânico em Ermelino Matarazzo. Nessa época, o programa era coordenado pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, durante gestão dos ex-prefeitos José Serra e Gilberto Kassab (2005 – 2012). Através de sua atuação na região, o gestor conheceu as

²¹³ Entrevista realizada no dia 24 de maio de 2019.

²¹⁴ Ver: <http://adesampa.com.br/> Acesso em 17/04/2020

peessoas envolvidas na implementação das hortas, soube do Projeto Hortas e Viveiros Urbanos do Programa Operação Trabalho (POT), conheceu o perfil das pessoas que trabalhavam nas hortas, como moradores de rua e de abrigos e pensou que a atividade de horticultura seria um bom meio de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

O gestor iniciou um trabalho de coleta de resíduos orgânicos para produção de adubo e compostagem em condomínio privado, monitorado pela EMURB, em Itaquera, Guaianazes e Cidade Tiradentes e produziu canteiros para utilizar esse composto. Foi nesse período que a Horta Fazendinha (fotografia 20) foi inaugurada, em setembro de 2015.

Fotografia 20 – Horta Fazendinha.

Crédito da foto: a autora, 2019.

5.3.2 Dimensão social, ambiental e econômica

Antes da inauguração da horta, o terreno era utilizado pela população local como área de descarte de lixo: “o lixo ia até a rua... derrubaram o muro e os caminhões vinham de ré para descartar, a Prefeitura limpava e uma semana depois enchia de novo, porque a área é escura, sem luz e cheia de matagal”. A limpeza do terreno foi feita em 17 viagens de entulho e depois foi feita a terraplanagem. Em seguida, foi instalado um sistema de captação de água de chuva com plásticos pretos e foi feito um galpão de 120 m² para abrigar plantas.

Alguns meses depois foi instalado sistema de energia elétrica, construído um poço para bombear água em períodos de seca e designado um espaço para ensacar o composto. Apesar de hoje a horta estar estabelecida, algumas pessoas da comunidade ainda mantêm o hábito de jogar lixo no local, especialmente no terreno da floresta: “tem condomínios dos 2 lados e 4 anos depois de horta, há quem ainda jogue. Tiramos 2 caminhões de pneus e ainda há pneus na mata, mas é um espaço que estamos, um pouquinho a cada dia, melhorando”.

No início, os trabalhadores da horta eram indicados por albergues, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e outros equipamentos da Assistência Social, mas estes trabalhadores não se apropriaram do trabalho. Por dois anos, um grupo de 5 mulheres desempregadas trabalharam na horta diariamente e três receberam a bolsa do POT, o que estimulou a aproximação da comunidade ao local: “elas possuem relação muito próxima com a comunidade, fazem este canal de comunicação. O fato delas estarem aqui, vinha a comunidade em peso para cá”. No entanto, quando a bolsa terminou, elas cessaram as atividades.

Atualmente, 4 mulheres trabalham no local como voluntárias a cada quinze dias, e três agricultores trabalham na horta diariamente, sendo que um deles está no projeto desde o início, responsável pelo manuseio, mistura, marcar datas, peneirar e ensacar o composto. Os participantes são 3 homens, todos acima de 50 anos, um desempregado, um aposentado e um com dificuldades de se recolocar no mercado de trabalho. Eles já receberam a bolsa do POT por 2 anos, possuem conhecimento prévio de agricultura, auxiliaram na construção da nova infraestrutura e um deles já conduziu um curso de formação em horticultura na horta. Os três trabalham na horta por terem vocação para a agricultura e afinidade com questões ambientais, como contam Daniel²¹⁵ e Simão²¹⁶:

Já fiz ursos técnicos de agronomia, passei por cidades do interior fazendo reflorestamento, já tinha essa ligação com a questão ambiental, de produção de alimentos. Eu já dei um curso aqui, penso que a educação ambiental ajuda porque sem um conhecimento ou uma vocação, o pessoal não vai se interessar. No interior eu já trabalhei com 2 tipos de agrônomos, o convencional, que gosta de fertilizante e de meter veneno e arado no chão, e o agroecológico, que é mais bacana. Eu vou mais pela segunda. Minha cunhada é agrônoma e ela adora um veneno, eu falo ‘pelo amor de Deus, você e seu marido, sentam o couro de fertilizante, vou embora desse lugar.’ – Daniel

²¹⁵ Entrevista realizada no dia 27 de setembro de 2019 na Horta Fazendinha.

²¹⁶ Entrevista realizada no dia 10 de setembro de 2019 na Horta Fazendinha.

Eu comecei a fazer aqui embaixo, em um posto de saúde, fiz canteiros em garrafas e ficou muito bonito. Aí fiz um curso de compostagem da prefeitura, era pra um projeto para tirar lixo orgânico da lixeira e transformar em adubo. Veio um outro pessoal também, de fora, dar curso e explicar sobre mamona, margaridão, folha de bananeira para fazer o processo. Fiquei quase um ano como voluntário, a prefeitura me chamou, mas como voluntário eu não aceitei, parei. Aí fui pro terreno da Associação Frei Jonas, comecei plantando mamão, coisas bonitas, vendia bem o coentro, fiz parceria e vendia aqui e lá, aqui e lá, uma correria, aí fiquei só aqui. Aqui veio muito caminhão de terra, aqui embaixo você não consegue cavar nada. Conseguimos tirar no carrinho os maiores, levamos para lá, está vendo? Tudo caminhão de terra que veio. – Simão

O gestor salienta que atualmente não trabalha mais com pessoas de “perfil social” e assinala que a horta recebe muitos voluntários que querem colaborar ou ajudar da maneira que podem. Para evitar invasões e descarte irregular, foi feito um sistema para não deixar o espaço desassistido, manter pelo menos uma pessoa para interagir com a comunidade e fazer o atendimento, das 07h00 até às 11h00 e das 14h00 até às 18h00.

A partir de fevereiro de 2019 iniciou-se uma intensa fase de reformas e ampliações na infraestrutura da horta, que incluiu: camas de produção de mudas; instalação de dois banheiros e uma cozinha; ampliação de canteiros no chão e suspensos; construção de filtros biológicos; reforma no sistema de energia elétrica para bombear água; e construção de um sistema de aquaponia²¹⁷ com tilápias²¹⁸ (fotografia 21).

O financiamento partiu do próprio gestor. Atualmente a horta possui 10 bancadas de cultivo suspensas (fotografia 22), 30 canteiros no chão (fotografia 23) e 2 estufas. Os alimentos cultivados são: alface, couve, coentro, repolho roxo, beterraba, almeirão, hortelã, erva-doce, boldo, legumes de época e mudas de diversos tipos de hortaliças. Há também o plano de montar um herbário para produzir infusões fitoterápicas²¹⁹.

²¹⁷ Aquaponia é um sistema de cultivo de hortaliças que combina a Piscicultura, cultivo de peixes, e a Hidroponia, cultivos de plantas com raízes submersas na água, sem o uso de solo. Trata-se de um sistema de ciclo fechado que resolve um problema da piscicultura, solucionando um problema da hidroponia. O excremento produzido pelo animal, rico em nutrientes, alimenta as plantas que, por sua vez, filtram a água do peixe. Os dois sistemas são fisicamente separados e são interligados por um bombeamento que leva a água com as fezes para o sistema hidropônico e que devolve a água limpa do sistema hidropônico, para o tanque com os peixes.

Ver: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/178041/1/2018DC01.pdf> Acesso em 18/04/2020.

²¹⁸ Tilápias são peixes de água doce, criados para alimentação humana. São fáceis de manter em aquário, crescem e se reproduzem com facilidade.

²¹⁹ Fitoterápicos são tipos de medicamentos que possuem princípios ativos obtidos a partir de partes de plantas.

Fotografia 21 – Tanque de aquaponia.

Crédito: a autora, 2019.

Fotografia 22 – Bancadas de cultivo suspensas.

Crédito: a autora, 2019.

Fotografia 23 – Canteiros de cultivo e, ao fundo, prédios da CDHU à esquerda e a APA Mata do Iguatemi, à direita.

Crédito da foto: a autora, 2019.

A ampliação da infraestrutura teve por objetivo, principalmente, atender à crescente demanda de visitas pedagógicas. Uma das parcerias estabelecidas foi com professores do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), que propuseram um curso de formação em Gestão Ambiental, teórico e prático, de hortas urbanas e verticais em pequenos espaços, a ser conduzido no local. Outras parcerias

estabelecidas foram com o Centro para Crianças e Adolescentes (CCA), de 7 a 14 anos e com o grêmio estudantil de uma escola estadual, onde 8 alunos aprenderam sobre horticultura em mutirões realizados na horta aos finais de semana.

O gestor e agricultores frequentemente recebem convites para realizar palestras de educação ambiental sobre compostagem e montar hortas em escolas públicas e particulares. Além das visitas pedagógicas, a horta recebe pessoas em tratamento de saúde mental do CAPS, desempregados, pessoas com condições de saúde mental, entre outros.

A horta conseguiu se tornar uma referência na região e todos os dias os moradores locais compram ou pegam alimentos no local. Em observações de campo, verificou-se visitas diárias de moradores buscando os alimentos da horta, pagando de acordo com o que podem ou recebendo gratuitamente, se não têm condição de pagar. Muitos moradores locais entram na horta, interagem tanto com o gestor quanto com os agricultores, compram ou pegam os alimentos. Os produtos não possuem preço fixo e os compradores pagam o quanto podem ou querem:

Se a pessoa quer coentro, às vezes colabora com R\$1,00 ou com R\$2,00 reais. Ontem por exemplo, veio um senhor aqui e retirou 20 mamões para fazer doce. Outro chegou aqui e falou ‘olha, vou pagar R\$15,00 pro senhor comprar sementes’. E foi de uma forma espontânea. Não é assim, ‘só sai daqui se a gente vender’, até porque a gente tem uma boa relação com essa comunidade e as pessoas colaboram do jeito que podem.

Apesar da boa relação com os compradores, o gestor enfatiza a necessidade de fechar o local para evitar furtos de materiais e alimentos, que ocorre com frequência. Compradores externos, de outras regiões da zona Leste, procuram a horta, mas não de regiões centrais da cidade. Restaurantes da região já procuraram o local, mas como a horta não pode garantir abastecimento permanente, não continuaram a comprar com eles. Dois pastores de igrejas evangélicas já procuraram o gestor com proposta de instalar hortas em terrenos de igreja, como parte de projeto de reabilitação de dependentes químicos, mas não houve acordo. Ao longo de 2019, o formato de plantio foi diversificado, cobriram parte da horta para protegê-la da chuva e mostrar outros modelos de cultivo para os visitantes.

5.3.3 Desafios

Nos primeiros 2 anos da horta, o gestor afirma que trabalhar com pessoas com “perfil social” foi extremamente desafiador e que prefere trabalhar com pessoas que já tenham vocação para a atividade de horticultura:

O pessoal que está nessa situação está doente mesmo, debilitado, então não dá muito certo... Só porque está desempregado não resolve. Por isso na cidade umas hortas dão certo outras não, não basta estar desempregado, isso não faz horta ter atividade. Ficamos aqui um bom período sem bolsistas, não por isso deixou de existir. O seu Simão tem 5 anos que está com a gente, para ele tanto faz ser bolsista ou não porque é vocação e porque ele tem comércio, então tem outra forma de se manter.

Do ponto de vista da relação com o poder público e, de modo geral, com Prefeitura de São Paulo, não é positiva. Foram feitas tentativas de maior aproximação com a prefeitura regional de Itaquera, incluindo convites aos prefeitos regionais para conhecer o local, mas estes não demonstraram interesse:

Isso aqui era um problema para a prefeitura, era lugar de descarte e hoje é um modelo eficiente para combater o descarte irregular, mas a prefeitura não tem atitude. Eu já cansei de chamar subprefeito pra visitar aqui. Se pegar a realidade da periferia, as pessoas lutam para ter o básico na alimentação. Eles preferem a comida mais barata que tiver por que o poder aquisitivo é baixo e assim uma alimentação orgânica e saudável até pela saúde, está longe de acontecer. O governo não tem essa visão mais ampla de política de transformar espaços ociosos em locais de produção.

Em relação à comunidade e escala da produção, os desafios são dois: que as pessoas não depredem, joguem lixo ou furem do local e que se comprometam com o trabalho na horta para possibilitar uma produção em escala:

Isso na periferia, até por uma questão cultural, as pessoas ainda não têm esta visão, eles entram mais para destruir do que para cultivar. Muitos têm interesse, mas falam ‘vou plantar nesse terreno baldio’ para que, na hora que tiver na metade do período dele de plantio, será destruído, as pessoas virão colher sem que as plantas estejam maduras o suficiente. Têm todas estas questões complicadas. Falamos de alimentação orgânica, de horta comunitária, muitos acham bonito, mas poucos colocam mão na massa. O interesse é grande, mas não é rentável. Neste espaço não dá para ter produção em escala. Não adianta dizer que vai produzir para complementar alimentos para uma creche, se não tem escala. Teria que desenvolver edificando estufas e a partir daí uma escala mais comercial.

5.4 Horta Sabor da Vitória

Quadro 15 – Quadro informativo da Horta Sabor da Vitória.

Localização	Rua Alberto de Macedo, 381 – Jardim Santa Adélia, São Mateus
Área	De área cultivada, 7.000 m ² . De terreno, 13.800 m ² . O terreno possui uma nascente.
Proprietário do terreno	Enel
Concessão de uso	Um senhor não identificado. Atualmente o contrato de comodato está em processo de negociação com a Enel.
Infraestrutura	Um poço; um galinheiro; um espaço coberto com uma pia e mesa; uma casinha para guardar ferramentas.
Participantes	3 agricultores e 1 gestora / agricultora
Técnicas de cultivo	Agroecológica
Tipos de cultivo	Hortaliças, legumes, ervas e temperos finos, PANCs, frutas, entre outros.
Vendas	Espaço Sabor da Vitória Feira do Parque Ceret Instituto Feira Livre Rede Sesc
Financiamento	Próprio
Assessoria técnica e / ou vínculos associativos	AAZL
Parceiros	Diversos microempreendedores das áreas de alimentos, cosméticos naturais e profissionais da área de agronomia e nutrição.
Clientes	Compradores do Espaço Sabor da Vitória e dos locais de venda.
Entrevistados (as) e técnicas de produção de dados	Um agricultor e uma agricultora / gestora – em múltiplas visitas ao local de fevereiro a dezembro de 2019. Acompanhamento das atividades da gestora exógenas à horta. Presença na inauguração da loja. Conversa com clientes e parceiros da Loja.
Logo da horta

Fonte: a autora, a partir das informações fornecidas pelos (as) entrevistados (as), 2019.

5.4.1 Origem da horta

A horta Sabor da Vitória localiza-se na Rua Alberto de Macedo, 381, no bairro Jardim Santa Adélia, distrito de São Mateus. O local é acessível por diversas vias. Está ao sul do Terminal Intermodal São Mateus – um terminal de ônibus Intermunicipais da EMTU e estação de Metrô – que possui 2 linhas de ônibus que passam pela Rua Alberto de Macedo que, por sua vez, desembocam na Avenida Adélia Chohfi (figura 20). O bairro é residencial, as edificações das redondezas consistem em casas de pequeno e médio portes, e quase não há prédios. Há comércio local de alimentos como padarias e restaurantes populares. Na frente da horta localiza-se outra horta, pertencente à mesma linha de transmissão de energia elétrica.

Figura 20 – Localização da Horta Sabor da Vitória.

Crédito: a autora, a partir do Google Earth, 2019.

A horta existe desde a década de 1980, quando um senhor, morador da região, conseguiu o contrato de comodato com a Eletropaulo e começou a cultivar a parte baixa do terreno, deixando a parte de cima sem cuidados. Um casal²²⁰, de origem rural baiana, chegou em São Paulo em 1995 e, desde então, ela procurou terrenos para cultivar alimentos. O primeiro local que encontrou foi uma horta em um Posto de Saúde. No entanto, como a venda não era permitida, a agricultora procurou outros terrenos onde a

²²⁰ Entrevista realizada com o agricultor no dia 17 de maio de 2019 na Horta Sabor da Vitória.

venda fosse permitida e encontrou a Horta da Sabesp, porém, devido a desentendimentos com agricultores do local, não permaneceu ali por muito tempo.

Em 2011, o casal conheceu a AAZL e voltou a se animar com a ideia de obter renda por meio da atividade de horticultura. Em 2014, eles conheceram o referido senhor, visitaram a horta e foram alertados por ele sobre as dificuldades do terreno, pois havia muita pedra e necessitava de limpeza. Havia, ainda, o receio de devolver o comodato à Eletropaulo. Ressalte-se que o agricultor que possui o contrato de comodato passa-o informalmente para outro agricultor – ou de pai para filho, conforme discutido no capítulo anterior – sem o conhecimento da empresa. Nessa direção, a informalidade é muito presente na transferência do contrato de comodato.

5.4.2 Dimensão social, ambiental e econômica

Na sequência, o casal passou a cultivar no local e seguiram sem saber o paradeiro do comodatário, portanto, sem regularização do contrato de comodato. Em 2019, a Enel pediu o documento para passá-lo para o nome deles, mas até novembro, não obtiveram retorno da empresa. Os técnicos da Enel²²¹ fazem inspeção na horta com frequência e pedem para o casal realizar ajustes de acordo com os critérios exigidos pela empresa, como por exemplo, aterrar uma nascente, porém, a razão do critério: “aqui tem uma fonte e, quando peguei esse terreno, já tinha essa fonte, de água natural e agora eles querem que a entupam, que aterre. Eles dizem que não pode ter... Quer dizer uma horta que não pode ter água natural?”. A água que irriga a horta é dessa nascente, tratada pelo casal com cloro para evitar proliferação de mosquitos e bombeada para a parte mais alta do terreno, além de ter uma saída para mangueira, para irrigação manual.

A Enel fornece poda vinda de Cotia e de Diadema, que trazem com um caminhão que possui uma máquina de tritura. Em observações de campo, não fica claro se a Enel permite ou não animais nas hortas, enquanto regra geral, mas para caso desta horta, exigem que os animais estejam presos. O casal mantém um galinheiro com 30 galinhas e 12 galeto e vislumbra a possibilidade de investimento em galinhas e ovos orgânicos:

A procura pelos ovos caipiras é grande, mas não tenho como investir nesse negócio... mas a renda com ovos caipiras ó, é boa, têm 30 fêmeas. Estava com elas no poleiro, o fiscal [da Enel] chegou, disse ‘não pode galinha presa nem solta porque tem horta’. Cerquei com tela e ele disse

²²¹ O casal se refere aos técnicos da Enel como os técnicos da Eletropaulo. Conforme explicado no capítulo anterior, não existe regulamentações técnica universal para as hortas dos linhões por parte da Enel e não fica clara a razão para aplicação de alguns critérios.

‘cercado pode’ [risos]. De 5 virou 30, estou com 12 machos presos para matar e comer, não dá para ficar com muito macho, porque eles servem só para comida, não dá ovo. Tempo atrás, matei 15, não dá um 1 kg cada, esses danadinho por aí chamam galetto, agora tem 12, passamos 2 meses dando ração natural, dá remédio de verme, própolis. Ela faz tratamento natural e você vê a diferença na carne para comer.

O casal adquiriu e aprimorou conhecimentos agroecológicos sobre compostagem, plantio, adubação, controle de pragas, entre outras, em diversas oficinas realizadas pelo Instituto Kairós, com duração de cerca de um ano, e em oficinas realizadas pela CAE da zona Leste, demonstrando grande satisfação com o aprendizado.

A horta recebe, com frequência, visitas de estudantes de graduação e de pós-graduação – especialmente estudantes do curso de agronomia, gestão ambiental e geografia – de diversas universidades como Universidade Cruzeiro do Sul, USP, FMU, Universidade Anhembi Morumbi, entre outras, para fazer visitas pedagógicas, conduzir pesquisa e realizar trabalho de campo (fotografia 24).

Fotografia 24 – Visita de estudantes de pós-graduação.

Crédito da foto: a autora, 2019.

Atualmente a horta possui entre 130-150 canteiros, de diversos tamanhos, a maioria grande, de 20 – 25 metros de comprimento e 1.50 – 2.00 metros de altura (fotografias 25 e 26), organizados de forma vertical, onde são cultivados, com técnicas agroecológicas, uma variedade de ervas e temperos, PANCs, legumes e hortaliças, tais como: manjerição, alecrim, sálvia, manjerona, arruda, capim santo, erva cidreira, babosa, poejo, hortelã, erva doce, guaco, salvia no vaso, açafraão, cebolinha, pimentão, cebolas, cebolinha, coentro, taioba, azedinha, peixinho, ora-pro-nóbis, beterraba, cenoura, beterrabas, inhame, berinjela, cinco tipos de alface, escarola, almeirão, rúcula, alho-poró, cebolinha, coentro, espinafre, açafraão, entre outro.

Fotografia 25 – Cultivos da horta.

Crédito da foto: a autora, 2019.

Fotografia 26 – Canteiros de cultivo.

Crédito da foto: a autora, 2019.

Além de trabalhar na horta, a gestora também era dona de uma loja de produtos para animais e, por razão de um problema de saúde mental, decidiu se dedicar exclusivamente ao trabalho na horta, fechando a loja, pois não via mais sentido em fazer algo que não gostava. Nildo pediu demissão de seu emprego quando percebeu que poderia ganhar mais com o trabalho na horta. Diante da alta demanda por alimentos orgânicos e da perda de produtos que não eram vendidos a tempo por questões de ordem logística, o

casal decidiu usar o espaço de sua própria casa para inaugurar uma loja de produtos da horta e outros produtos alimentícios orgânicos, alugando um outro local para morar.

Ele também afirma que, devido ao trabalho na horta e a partir do envolvimento com a produção de alimentos orgânicos, mudou seus hábitos de compra de alimentos, passando a consumir carne orgânica. O fato de a horta ter excedentes também incentivou o investimento na loja de orgânicos. A inauguração da loja Espaço Sabor da Vitória, localizada na rua Cônego Antônio Dias Pequeno, 456, Jardim Tietê, São Mateus, aconteceu no dia 13 em abril de 2019 (figura 21) e contou com a presença de amigos; familiares; da vizinhança; de uma profissional da nutrição que deu uma palestra sobre alimentação natural e saudável; de um agrônomo; e de uma massoterapeuta.

Houve degustação de alimentos como massas, doces e pães veganos e naturais produzidos por parceiros da loja, e uma microempreendedora que produz cosméticos naturais. Cada microempreendedor tinha uma mesa, onde apresentava e vendia seus produtos. O clima era de entrosamento e alegria. Além dos alimentos da horta e produtos dos parceiros, a loja também vende produtos das marcas orgânicas Native²²² e Korin²²³ e recentemente eles começaram a revender galões de água da marca Bonafont²²⁴.

Figura 21 – Convite para a inauguração da loja Espaço Sabor da Vitória.

Fonte: enviado pela agricultora, 2019.

²²² Ver: <https://nativeorganicos.com.br/> Acesso em 18/09/2019.

²²³ Ver: <https://www.korin.com.br/> Acesso em 18/09/2019.

²²⁴ Ver: <https://www.bonafont.com.br/produtos/bonafont-re-torna> Acesso em 24/07/2020.

O casal conta com um assistente de marketing que faz os E-flyers enviados por WhatsApp para clientes e amigos da loja e, a partir de agosto de 2019, eles abriram uma conta no Instagram @sabordavitoria.orgnicos, onde divulgam seus produtos, as feiras, evento e palestras que participam e/ou realizam, e ainda divulgam conteúdo sobre alimentação saudável, alimentos orgânicos, conscientização ambiental e sustentabilidade. Conforme discutido no capítulo anterior, a gestora é frequentemente chamada para participar de palestras e eventos na rede Sesc e em coletivos e/ou grupos agroecológicos. A partir de janeiro 2020, a loja começou a fazer *delivery* de seus produtos para diversas regiões da cidade.

Em observações de campo, apreendeu-se que a relação do casal com os clientes da horta e da loja é bastante satisfatória e eles possuem grande credibilidade tanto na região quanto com clientes que compram em outros pontos de venda na zona Leste, como a Feira Orgânica de Itaquera, aos sábados, na rua Maria Luiza Americana, e na Feira do Parque do Centro Esportivo, Recreativo e Educativo do Trabalhador (CERET), às terças-feiras. Além dessas feiras, ela já comercializou no Sesc Avenida Paulista, no Sesc Consolação, no Instituto Feira Livre e na Feira Orgânica no Belém, evento organizado em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Leste 1, em um projeto realizado pelo Fundo Socioambiental Casa Cidades com apoio financeiro de diversas organizações como Fundo Socioambiental do Banco Caixa Econômica Federal e a OAK Foundation (figuras 22 e 23).

Figura 22 – Feira Orgânica no Belém.

Fonte: enviado pela gestora, 2020.

Figura 23 – Realização, patrocinadores e parceiros da Feira.

Fonte: enviado pela gestora, 2020.

A gestora faz parte de um grupo de pessoas que comprem cestas de orgânico diretamente do agricultor, pois “você vai estar consciente sabendo o que você está levando, consciente de quem está ajudando, do que você está fazendo e ajuda o agricultor a não sair da horta.”. Atualmente a horta conta com mais dois agricultores que trabalham em período integral e com dois ajudantes contratados por tempo determinado.

5.4.3 Desafios

O maior desafio técnico da horta refere-se à irrigação, que é feita de forma manual e a agricultora manifesta vontade da instalação de um sistema de irrigação por gotejamento e o contrato de comodato. Além desses, a horta é frequentemente procurada por segmentos da juventude (pessoas entre 20 e 35 anos), que possuem interesse em trabalhar no local, adquirir conhecimentos em horticultura e exercer a agricultura urbana enquanto atividade remunerada.

No entanto, há dificuldades em definir objetivos em comum e individuais que atendam tanto às necessidades específicas do trabalho na horta, quanto às aspirações dos jovens em relação à agricultura urbana. Apesar das diferenças, a gestora reconhece quem tem aptidão para o trabalho de horticultura e busca incentivar esses jovens a seguirem seus sonhos e a terem ambições saudáveis:

Muitos jovens já passaram por aqui. Dá muito trabalho, só entram querendo ganhar muito dinheiro. Não querem entrar para aprender, querem que a gente pague para aprender, vários anos da minha vida aqui eu paguei para ensinar. Esse ano que passou, falei ‘parei, não aguento mais pagar para ensinar.’ Quando você paga para ensinar está perdendo dinheiro. Perdia o dia inteiro ali com o cara e ele aprendeu um pouquinho assim. Outro dia você coloca para fazer a mesma coisa e ele não sai do lugar. (...) Esse rapaz apareceu aqui na minha horta e pensei ‘o cara é bom.’ falei ‘não posso pagar muito, dou mil reais.’ Ele nem discutiu... olhei pro cara e perguntei ‘que você quer?’ Ele falou assim, ‘não quero nada, não quero dinheiro, quero aprender’. Falo assim, qual é seu sonho? E ele ‘eu não tenho, para mim, isso aqui está bom.’ Olhe, para por aí, não quero ninguém aqui sem sonho. Tem que ter ambição! Ambição saudável, pessoa sem sonho, sem ambição, sem nada não vai me ajudar. Hoje, pergunte a ele se tem ambição ou não tem? Ele já estava fazendo tudo sem você se matar ensinando, cuidava de tudo como se fosse dele, não tinha problema.

Contornar fatores climáticos, como tempestades que destroem a plantação, especialmente nos meses de alto verão como janeiro e fevereiro, também são um desafio, uma vez que, se uma colheita não é feita, não há retorno financeiro e não há como pagar os ajudantes.

5.5 Horta da Mateo Bei

Quadro 16 – Quadro informativo da Horta da Mateo Bei.

Localização	Rua Professor José Décio Machado Gaia, 50, São Mateus.
Área	De área cultivada, 6.900 m ² . De terreno, 7.800 m ² .
Proprietário do terreno	Enel
Concessão de uso	Cidades Sem Fome até 2019. Em negociação com a Enel.
Infraestrutura	Um balcão de atendimento; um quarto para guardar materiais e instrumentos de cultivo; uma área coberta com uma mesa e cadeiras; duas caixas d'água.
Participantes	Atualmente 4 agricultores e 3 agricultoras.
Técnicas de cultivo	Agroecológica
Tipos de cultivo	Hortaliças, leguminosas, frutas, ervas finas e temperos.
Vendas	No local; em Feiras de Orgânicos; na rede Sesc.
Financiamento	No passado, a bolsa do POT
Vínculos associativos e/ou assessoria técnica	AAZL e Cidades Sem Fome
Parceiros	N/A
Clientes	Compradores do local
Entrevistados (as) e técnicas de produção de dados	Dois agricultores e duas agricultoras em múltiplas visitas à horta de fevereiro de 2018 a dezembro de 2019. Acompanhamento das atividades exógenas a hortas, de uma das agricultoras
Logo da horta	N/A

Fonte: a autora, a partir das informações fornecidas pelos (as) entrevistados (as), 2019.

5.5.1 Origem da horta

A Horta da Mateo Bei²²⁵ localiza-se na rua Professor José Décio Machado Gaia, 50, no bairro Cidade de São Mateus, distrito São Mateus e é amplamente acessível por diversas vias. A rua é uma travessa da Avenida Mateo Bei, na altura do número 1.640. A Avenida Mateo Bei é uma das maiores avenidas da cidade de São Paulo e possui diversos tipos de comércio, serviços, prédios e casas residenciais em toda sua extensão. Há bares,

²²⁵ A Horta da Mateo Bei também leva os nomes de uma agricultora que trabalha no local e de um agricultor, marido dela, falecido em 2018, e ainda “Horta comunitária da Mateo Bei”, de acordo com os entrevistados.

restaurantes populares, mercearias, mercados e supermercados nas redondezas, além de lojas de produtos especializados, como produtos naturais. Atualmente, na frente da Horta da Mateo Bei localiza-se a Horta da Sodexo, pertencente à mesma linha de transmissão de energia elétrica (figura 24).

Figura 24 – Horta da Mateo Bei e a Horta da Sodexo (São Mateus).

Crédito: a autora, 2019.

A Horta da Mateo Bei foi iniciativa da prefeitura regional de São Mateus, que realocou um casal de agricultores de origem rural nordestina, que cultivavam em uma área de nascente em São Rafael, juntamente com outros dois casais, onde cada família cultivava seu lote, desde 2008. A área da horta da Mateo Bei estava cheia de entulho e lixo de todo tipo e, segundo ex-funcionária da prefeitura regional de São Mateus, a remoção do lixo levou muitas viagens de caminhão, conforme seu relato:

Essa foi uma das primeiras áreas que começamos a horta, era uma área enorme, completamente abandonada, cheia de lixo. O casal plantava em uma área que era várzea do Rio, afluente do Aricanduva, Cabaçu. Plantavam usando água da nascente, era uma área ao lado da casa deles na qual eles plantavam e cuidavam com muito carinho. Por outro lado, para entrar no Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, não dava para apoiarmos o plantio em cima de uma nascente por ser uma área que precisava ser protegida, preservada e recuperada. Então não dava para ter agricultores nesses locais. Disse a eles que não poderiam ficar ali apesar da importância do trabalho deles e eles são muito empreendedores né? Aí conseguimos essa área da Eletropaulo, levaram muitos caminhões de lixo e, quando ficou limpo, passamos a eles, para duas famílias, enfim, conseguimos que ficassem 5 agricultores urbanos ali e foi assim que aconteceu. Estão ali até hoje.

Em seus 12 anos de existência, a Horta da Mateo Bei tornou-se uma das “hortas dos linhões” mais conhecidas da zona Leste e de São Paulo, recebendo cobertura midiática de matérias de jornais, revistas e diversos canais de televisão aberto e fechado, como no caso do programa Repórter Eco, da TV Cultura e Cidades e Soluções da Globo News. O local recebe estudantes do ensino primário, médio, graduação e pós-graduação, professores, visitantes do Brasil e de outros países, que fazem pesquisa ou querem conhecer a horta; além de pessoas com questões de saúde mental que fazem tratamento no CAPS.

Muitos dos visitantes e estudantes conhecem a horta por intermédio da ONG CSF, uma vez que entram em contato com a organização através do site e agendam a visita. O primeiro gestor da horta atuava como coordenador do local e detinha o contrato de comodato até seu falecimento, em agosto de 2017. Antes de seu falecimento, ele havia passado o contrato para a ONG CSF. Após disputa entre a ONG CSF e a AAZL referente ao contrato de comodato, o contrato hoje está no nome da agricultora do local.

5.5.2 Dimensão social, ambiental e econômica

A horta é dividida entre 4 famílias, onde cada uma possui seu espaço e tipos de cultivo distintos. A água é fornecida pela Sabesp, a irrigação é manual, feita com mangueiras e o cultivo é agroecológico. Em 2015 e 2016, através do recurso do FEMA, o Instituto Kairós e a AAZL, realizaram uma série de oficinas sobre compostagem, tipos de cultivo, técnicas de plantio, manejo agroecológico, entre outras, além de prestar assistência na horta. Os agricultores lembram como desse período com carinho, de muito aprendizado tanto sobre a agricultura agroecológica quanto sobre a importância de preservar o meio ambiente e de manter uma relação próxima com a comunidade. A horta atualmente recebera assistência técnica e ferramentas da CAE da zona Leste.

D. Severina²²⁶, uma das agricultoras, cultiva alface, cebolinha, coentro, banana, chuchu, couve, gengibre, açafrão, e legumes da época, explicando que também cultiva a pedido dos clínicos e os incentiva a experimentar novas hortaliças e PANCs:

Aqui eu tenho que plantar de tudo para atender as pessoas, não posso plantar só alface, só isso ou aquilo. Se eu planto alface e a pessoa chega querendo comprar almeirão, como eu faço? Eu tenho plantado couve, cebola, quatro tipos de almeirão, quando é época eu também planto beterraba e alho poró. Eu ensinei o povo a comer azedinha, falei ‘leva

²²⁶ Entrevista realizada no dia 14 de junho de 2019 na Horta da Mateo Bei. Ressalte-se que os nomes são fictícios.

experimentar’, eles levaram e disseram, ‘amei’, pois então, já achei público para azedinha e eles começaram a comprar. Já plantei couve manteiga, mas aqui não deu bem, então vou tirar, cortar. Dá muita doença, vou deixar somente alguns pés.

Na horta são cultivados diversos tipos de flores e plantas ornamentais ao longo dos canteiros (fotografia 27), para atrair os polinizadores²²⁷, como abelhas, vespas, joaninhas, pássaros borboletas, entre outros, que são fundamentais para a agricultura e produção de alimentos: “essa aqui é uma planta ornamental chamada Crista-de-galo ou Veludo (fotografia 28), olha filha, é assim... vamos plantando nos canteiros, eu vejo assim, que tudo é vendável... olha aí os bichinhos nas folhas para equilibrar, cada bichinho encontra seu lugar.”. Além disso, flores e plantas ornamentais como calêndula e citronela repelem insetos e ervas como alecrim, anis e coentro repelem pragas.

Fotografia 27 – Alface crespa e planta ornamental.

Crédito: a autora, 2019.

Fotografia 28 – Flor Crista-de-galo.

Crédito: a autora, 2019.

O agricultor Jonas²²⁸ comenta que chegou à horta por indicação da filha, quando ele estava desempregado: “eu era contador, fiquei um tempo desempregado e aí quando tava para me aposentar, minha filha falou ‘vai lá tem um pedaço de terra, lá o senhor planta’. Era para ser um negócio de *delivery* de orgânicos, mas não deu certo”. Ele se

²²⁷ Os polinizadores são responsáveis pela transferência de grãos de pólen entre diferentes estruturas das flores, o que resulta na formação de frutos e sementes. A polinização é essencial para a reprodução das plantas e influencia diretamente na produção agrícola.

²²⁸ Entrevista realizada no dia 17 de junho de 2019 na Horta da Mateo Bei.

interessou por ervas aromáticas e plantas medicinais e mostra que planta mais de 80 tipos, tais como alecrim, manjeriço, orégano, erva-doce, hortelã, poejo, tomilho, sálvia, manjerona, alfavaca, entre outros. Sr. Chico, um dos agricultores²²⁹ da horta da Mateo Bei, conta que começou a trabalhar ali para evitar de ficar doente e que aprendeu a atividade de horticultura no local:

Em 2007 eu tive câncer, operei e tive que ficar dentro de casa, eu acho que fui ficando mais doente... Se eu quisesse ficar bom, eu sabia que tinha que ficar longe do sofá, aí vim pra horta. Além de uma boa terapia, é uma fonte de renda quando a gente chega nessa etapa da vida, você sabe... remédios são caros (...). Passar o dia aqui é a vida pra mim, eu voltei pra roça e não saí da cidade. Isso aqui é uma roça urbana. A dificuldade é a falta de experiência de como cuidar de umas plantas específicas. Eu não fiz curso, não sei como regar na hora certa. Às vezes chega muitos clientes ao mesmo tempo e não sei lidar com esse montante de gente. Não estocamos nada aqui, tudo é cortado na hora. Trabalhar na horta eu aprendi mesmo aqui, fui aprendendo na prática mesmo. Sei todos os tipos de banana, aprendi a tirar o cacho direitinho.

O composto é tanto produzido no local (fotografia 29) quanto trazido do pátio de compostagem de São Mateus. Os canteiros são cobertos com sombrite (fotografia 30), suspensos com paus de madeira.

Fotografia 29 – Composto da horta.

Crédito: a autora, 2018.

Fotografia 30 – Canteiros cobertos com sombrite.

Crédito: a autora, 2018.

²²⁹ Entrevista realizada no dia 11 de maio de 2018 na horta da Mateo Bei.

Além de hortaliças, legumes, verduras, frutas, PANCs, flores e plantas ornamentais, a agricultora cultiva alimentos e plantas a partir de sua memória afetiva da infância, como o melão-de-são-caetano²³⁰, a assa-peixe e o fumo (fotografia 31), para fazer fumo de corda:

Essa aqui é a assa-peixe, muito boa pra gripe, pra dor no corpo e esse aqui em Pernambuco chamamos de melão de São Caetano... serve de remédio, remédio amargo, para o fígado e outras coisas. Esse aqui é um pé de fumo. Conhece fumo? Toda produção de tabaco do mundo é essa planta aí, eu não sei fazer tabaco, mas o fumo, fumo de corda eu sei fazer, é com esse aí. Meus pais tinham quando era criança. Vou te ensinar. Na plantação, até aqui mais ou menos, quando chega assim começamos a tirar, igual folhas de couve, tirando as folhas de cima, tirando, tirando, fica só o pau. Aí vamos madeçar. Madeçar é fazer assim ó, ó, ó, então dando exemplo dessa quebra juntinha dela, vai colocando uma em cima da outra, 10 a 12 folhas. Então é feito igual dessa altura, fazendo um varal com 2 estacas e bastante madeira fazendo isso para secar no sol.

Fotografia 31 – Pé de *Nicotiana tabacum*.

Crédito: a autora, 2019.

²³⁰ Também conhecido popularmente como melão amargo, erva-de-São-Caetano, fruto de cobra ou melãozinho, trata-se de planta medicinal usada no tratamento de problemas relacionados a diabetes, problemas de pele. Pode incluir ação cicatrizante, antirreumática, hipoglicemiante, antibiótica, antiviral, adstringente, depurativo, inseticida, laxativo.

As mudanças climáticas chama bastante atenção dos agricultores e agricultoras, que comentam sobre esses efeitos no cultivo:

Eu percebo umas diferenças na temperatura, já percebia antes, que fazia mais frio, que tinha inverno mesmo e tinha verão mesmo. Agora tá tudo bagunçado, tem dia que faz frio demais e calor demais, aí chove que cai um mundo, depois fica um tempão sem chover. Tá esquisito demais e a gente vê isso nas plantas. – Chico

Estamos com essas dificuldades... as pragas, mas não sabemos se é praga, se é o tempo. Esse ano, o tempo está mais rigoroso, depois fez um friozinho leve, deu muita chuva... Não sei, minha filha, parece que o tempo está destemperado... É uma coisa que a gente não tem estudo para explicar, só a natureza sabe explicar. Está mais rigoroso e as plantas estão sofrendo com esse tipo de coisa de temperatura sobe e desce... Elas dependem muito de quando o clima está favorável, mais estável, um clima bom para planta, mas este ano está rigoroso para elas, as bichinhas às vezes não aguentam. – Severina

Em observações de campo, apreendeu-se que a horta é um local bastante requisitado por moradores, comerciantes locais e pessoas de outras regiões da zona Leste como Carrão, Itaquera e São Miguel Paulista. Algumas pessoas de outras regiões de São Paulo também compram no local. A simpatia da agricultora conquista as pessoas e ela conta que, apesar de problemas de saúde e da idade avançada, ela não renuncia à horta e pretende permanecer ali “plantando do jeito que a gente planta e atendendo à comunidade, até que Deus me leve pra junto dele.”

Atualmente a venda dos produtos da horta não constitui a principal fonte de renda da maioria dos (as) agricultores (as), sendo que estes são aposentados (as), recebem aposentadoria, possuem idade avançada e, conforme discutido no capítulo anterior, essa faixa etária costuma apresentar problemas de saúde. No entanto, a agricultora afirma que a horta é sua principal fonte de renda, uma vez que sua aposentadora é usada para pagar a faculdade de seu neto.

A horta não possui uma produção planejada e, nessa direção, não é possível calcular uma renda fixa por mês para cada agricultor, porém, os participantes afirmam que a renda gerada pela horta contribui para cobrir gastos domésticos e para adquirir remédios, que usam por razão de problemas de saúde. Ainda de acordo com relatos dos (as) entrevistados (as), o agricultor falecido que atuava como coordenador da horta desenvolveu um caráter de empreendedor popular no local, porém não foram encontrados registros da receita gerada.

Na horta, o valor do maço de hortaliça varia entre R\$2,00 (fotografia 32) e R\$3,00. O cacho de banana é R\$4,00. Além dos cultivos, a horta promove a venda de produtos alimentícios locais como massas frescas de diversos sabores (fotografia 33). Os (as) agricultores (as) mantêm as vendas anotadas em um caderno.

Fotografia 32 – Preço de maço de hortaliça.

Crédito: a autora, 2019.

Fotografia 33 – Cartaz de venda de massa fresca.

Crédito: a autora, 2019.

Os valores dos produtos da horta não variam de acordo com a região geográfica de São Paulo ou nos Sesc e ainda vendem por R\$1,00 a unidade de alimento para organizações assistenciais. Além da horta, a agricultora também comercializa em Feiras de Orgânicos na zona Leste organizadas pela AAZL, nas Feira de Orgânicos do Sesc Itaquera e Consolação e em alguns eventos em regiões centrais da cidade.

5.5.3 Desafios

Os desafios técnicos listados pelos (as) entrevistados são: (a) acesso a mudas – compra e transporte ao local; (b) prevenir furtos noturnos de alimentos; (c) montagem da caixa d'água e questões relativas a dificuldades na irrigação.

Em observações de campo, apreendeu-se que as novas exigências técnicas da ANEEL tornam mais desafiadoras a dinâmica entre os fiscais e os técnicos da Enel, os técnicos da prefeitura de São Paulo e agricultores (as), pois a situação configura-se em uma transição sociotécnica que, conforme discutido no capítulo teórico, não possui via única de implementação e estão sujeitos a disputas devido à conflito de interesses. Um

dos conflitos para a transição sociotécnica é visto no caso das árvores frutíferas, especialmente as bananeiras (fotografia 34), na instalação de caixa d'água e nas reformas estruturais no local, conforme relata a agricultora:

Eu já disse que meu jeito de trabalhar é outro... aprendemos com a bióloga da prefeitura, que nos orientou a proteger meio ambiente. Os fiscais dizem que as bananeiras puxam energia dos fios, da banana para os fios, olha minha filha... já falaram tanta coisa... que atrapalha a luz, a gerente disse 'tenho 30 anos disso', falei 'mas dona, como vou cortar 100 pés de banana?'. A banana pacová, enxertada, é boa, gostosa, mas cresce demais... Ela disse 'tem que tirar', disse 'vou pagando aos pouquinhos trabalhadores para tirar porque não é fácil. Falaram 'tudo bem, vai tirando aos pouquinhos, mas vai tirar', então digo... 'qual é o problema com a banana?' (...) Chegou um funcionário aí dizendo se queria que passasse o trator? Digo 'não, não quero trator.', porque é um grande trabalho, se fizer na mão demora bastante, mas eu digo 'vou ter que pagar o trabalhador, é pouco mas ele tem esse salário, um salário pequenininho, mas ganha.' Não posso falar para você trabalhar e tirar esse trabalho dele. E prefiro que corte na enxada, que é melhor do que trator porque ela protege minhocas. Tem muitas coisas que estão tudo na minha cabeça, não sei se continua, estou lutando para continuar assim... trabalhando desse jeito. Ele disse 'está bom, mas a senhora sabe que no futuro as bananeiras não vão poder continuar', eu digo 'tá bom, tire as bananeiras', planto naniquinhas para comer, queria que continuasse porque banana é fruto de que fizemos aqui nesses anos todos.

Fotografia 34 – Bananeiras nas laterais da horta, ao centro, as torres de transmissão de energia elétrica.

Crédito da foto: a autora, 2019.

5.6 Horta da Sodexo (São Mateus) ²³¹

Quadro 17 – Quadro informativo da Horta da Sodexo (São Mateus).

Localização	Rua Professor José Décio Machado Gaia, 20-A, São Mateus.
Área	De cultivo, 6.200 m ² . De terreno, 8.500 m ²
Proprietário do terreno	Enel
Concessão de uso	Cidades Sem Fome
Infraestrutura	Dois banheiros; uma área coberta com mesa e refeitório; quatro tanques de água.
Participantes	15 agricultores contratados pela Cidades Sem Fome
Técnicas de cultivo	Extensiva orgânica
Tipos de cultivo	Hortaliças
Vendas	Para a empresa Sodexo
Financiamento	Cidades Sem Fome
Assessoria técnica e/ou vínculos associativos	N/A
Parceiros	N/A
Clientes	Sodexo
Entrevistados (as) e técnicas de produção de dados	Um gestor e dois agricultores em três visitas à horta em 2019 e uma em 2020.
Logo da ONG	ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME

Fonte: a autora, a partir das informações fornecidas pelos entrevistados, 2019.

5.6.1 Origem da horta

Segundo relato de entrevistados, havia uma família de agricultores cultivando o local anteriormente, mas não foi possível apreender se a família foi retirada do local ou se saíram voluntariamente. Conforme explicado no capítulo anterior, a ONG Cidades Sem Fome é contactada por multinacionais como Microsoft, Apple, Amazon, grandes redes de hotéis, restaurantes, entre outros negócios, que procuram ‘alimentos de impacto

²³¹ Ressalte-se que o nome “Horta São Mateus” foi adotado a partir de 2020, por razão da pandemia, antes disso, a horta era chamada de “Horta da Sodexo”.

social', isto é, alimentos produzidos de forma sustentável que resultem em impacto social positivo para os participantes.

Nessa direção, a empresa de serviços alimentares Sodexo entrou em contato com a ONG em fevereiro de 2018 para propor uma parceria para a instalação de uma horta²³², com o objetivo de atender a demanda por alfaces de 480 restaurantes de empresas na região e de outras regiões de São Paulo. Dessa forma, a horta-empresa para a Sodexo foi inaugurada em outubro de 2018.

5.6.2 Dimensão social, ambiental e econômica

A partir de 2019, a ONG contou com a expertise de dois economistas que focaram em questões específicas de cálculos relativos à geração de renda, com o objetivo de criar um modelo de horta com a qual seja possível gerar renda fixa para os participantes. Após os cálculos, verificou-se que muitas áreas de hortas eram deficitárias em termos de produção e calculou-se o investimento para torná-las produtivas. Constatou-se que uma área de produção pequena exige tanto investimento quanto uma média e que, por esta razão, a ONG decidiu por investir em grandes áreas e reduzir o número de hortas para empregar mais pessoas, aumentar a produtividade e oferecer um salário aos participantes.

Segundo Cristiano²³³, a média salarial nas hortas comunitárias é de R\$1.700, mas varia de horta para horta. Alguns conseguem chegar a R\$2.200, outros R\$1.600 e o piso é em torno de R\$1.400, com uma variação de R\$2.000 em colheitas boas e de R\$800 em épocas mais secas. O modelo de pagamento é de empresa para ONG, e ONG para participantes.

O perfil do agricultor é de homens com idade entre 35 a 52 anos, com alguns mais velhos, de origem nordestina, com baixo nível de escolaridade, que começaram a trabalhar muito cedo na indústria automobilística ou em outras fábricas da região do ABC, são demitidos aos 40 anos de idade e são considerados velhos para retornarem ao mercado de trabalho. A proposta de trabalho para esses participantes é que eles sejam contratados com MEI²³⁴ e que assinem um contrato de beneficiárias com direitos e deveres. Além disso, está previsto um desconto de seguridade social, que não é obrigatório, mas que a

²³² Ver: <https://sodexoservicos.com.br/novidades/cidades-sem-fome-sodexo-apoia-projeto-de-hortas-urbanas-sustentaveis/> Acesso em 12/05/2020.

²³³ Esses dados foram obtidos durante uma visita de trabalho de campo, realizado no dia 07 de setembro de 2019, em razão do XIII ENANPEGE, na Horta da Sodexo.

²³⁴ MEI refere-se ao micro-empendedor individual. Ver: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/> Acesso em 21/08/2020.

ONG afirma ser necessário no futuro. No caso desse projeto, o agricultor será coberto por 24 meses como beneficiário.

O sistema de trabalho na horta é das 08h00 da manhã, até 12h00, com duas horas de almoço por razão de evitar de trabalhar sob sol forte. Depois retornam às 14h00 ou às 16h00 dependendo da temperatura e intensidade do sol. A ideia de ter dois banheiros, um refeitório e uma área de descanso, em áreas cobertas na horta, é para que os agricultores possam trazer suas refeições ou cozinhar suas refeições no local e descansar. Os agricultores não “batem ponto” e há um líder, que é responsável pela área e por quem trabalha no local.

A irrigação é feita em tiras de gotejamento (fotografia 35), pois consome menos água e não atinge as torres de transmissão de energia elétrica. A produção da horta é extensiva e orgânica, de hortaliças (fotografia 36), que permite a colheita a cada 2 meses e, dessa forma, permite remunerar os participantes de forma fixa. A água é proveniente de duas fontes: de um poço e de captação de água da chuva. Em toda a área da horta há cisternas de captação que capturam a água da chuva, com ligações que enchem as cisternas.

Fotografia 35 – Fitas de irrigação por gotejamento.

Crédito: Mateus Sampaio, 2019.

Fotografia 36 – Mudas de dois tipos de hortaliças.

Crédito: a autora, 2019.

O transporte da produção fica a encargo da própria Sodexo, que contrata serviços terceirizados. A produção no primeiro ano foi de 12 toneladas, com previsão para atingir 15 toneladas e estabilizar em 18. Além do cultivo de alface, há rotação de culturas para evitar pragas. Nessa direção, os cultivos também variam para couve, rúcula, cenoura e coentro.

5.6.3 Desdobramentos do modelo horta-empresa

Além da Sodexo, o gestor comenta de dois planos de horta-empresa. Um deles é com a empresa de transmissão de energia elétrica Furnas²³⁵, no Rio de Janeiro. O projeto prevê estimular a participação de mulheres nos projetos de hortas da empresa, para fortalecer o empoderamento feminino associado à geração de renda, com o objetivo de fazê-las não depender financeiramente do marido. A meta é chegar a 50% de mulheres na

²³⁵ Ver: <https://www.furnas.com.br/> Acesso em 21/08/2020.

horta, e a tendência é que seja um projeto, futuramente, somente para mulheres: “nós estávamos pesquisando, avaliando, analisando, quais razões da enorme violência doméstica que existe nessas regiões, porque as mulheres não possuem renda, dependem de marido, do parceiro, do pai, ficam sujeitas a abusos, então queremos trabalhar nisso”.

Além desse projeto, a ONG está em diálogo com uma empresa estadunidense, a *Young Living*²³⁶, que quer investir em agricultura urbana no Brasil para criar plantações de flores e ervas que compõem seus produtos. A empresa produz óleos essenciais e investe em “padrões para plantio, colheita, destilação e produção dos óleos”²³⁷. A empresa pensa em investir em grandes plantações de flores para gerar renda em comunidades carentes. Nessa direção, a ONG está estudando o plantio de flores em larga escala, o que também traz uma nova perspectiva para a agricultura urbana, conforme reflete o gestor:

Vejo que em agricultura urbana não precisamos ficar plantando apenas tomate, milho e alface, hoje temos demanda mercadológica para plantas alimentares, porque não pegamos uma horta de larga escala para PANCs, tem mercado? Tem sim! Testamos várias opções, temos que testar. (...) No nosso caso, temos terra e produtos, precisamos produzir e vender, tudo é de caso a caso, conduzimos muito estudo, não fazemos só na boa intenção, pensamos em todos os aspectos. Estamos vendo outras formas comercializar, de distribuir porque não vai ter governo que substitua a captação privada, tem que ter formas e remuneração pro agricultor.

Para dar vazão à nova visão de negócio social e implementar o modelo de horta-empresa, em 2018 a ONG tornou-se uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o que significa que não pode ter lucro distribuído e que lucro retorna para os participantes, além dessa configuração permitir consultoria para empresas e replicar esse tipo de trabalho.

Na direção da inovação e diversificação de serviços, no final de 2019 e começo de 2020, a ONG diversificou os serviços de vendas de alimento, através da instalação de um sacolão popular (fotografias 37 e 38) para atender às necessidades da população local por alimentos frescos, considerados de melhor qualidade do que os oferecidos por mercados locais.

A “banca teste” é localizada na Rua Professor José Décio Machado Gaia, n. 71, literalmente, ao lado da Horta da Mateo Bei. Atualmente a banca aguarda o alvará de funcionamento pela Prefeitura de São Paulo. A justificativa para a existência de um

²³⁶ Ver: https://www.youngliving.com/pt_BR/brazil Acesso em 21/08/2020

²³⁷ Ver: https://www.youngliving.com/pt_BR/company/younglivingfarms Acesso em 21/08/2020

hortifruti popular nessa região é que a produção hortifruti que abastece a região advém do CEASA e, segundo o gestor, são de pior qualidade do que a produção vendida para as regiões centrais da cidade.

Fotografia 37 – Hortaliças do sacolão popular.

Crédito: a autora, 2020.

Fotografia 38 – Frutas e legumes do sacolão popular.

Crédito: a autora, 2020.

Além da diversificação de serviço de acesso à alimentação natural pela população local, a ONG começou a realizar serviços de delivery, com a listagem de produtos disponíveis por data²³⁸ e preço, em mensagem enviada via WhatsApp. A mensagem ainda fala que “Todas as hortaliças são orgânicas. Legumes como batata, cebola, chuchu, alho, bananas e alguns outros são de cultivo convencional”. A mensagem enviada por WhatsApp e a lista de produtos (quadros 18, 19, 20 e 21) são as seguintes:

HORTA SÃO MATEUS²³⁹ - CONTATO – WHATS xx xxxxxxxxxx

- A entrega é feita via Uber, o valor do transporte deve ser acrescido ao valor do pedido. Sugiro pedir juntamente com amigos, parentes, vizinhos etc para compartilhar os gastos com Uber.
- Estamos na Rua Professor José Décio Machado Gaia, 20 - Bairro São Mateus - zona leste. Coloque esse endereço no aplicativo do Uber para simular o valor do frete. Ou se preferir, você pode retirar seu pedido nesse mesmo endereço. Atendimento segundas à sextas 08 às 16hs, aos sábados até o meio dia.
- Todas as hortaliças são orgânicas. Legumes como batata, cebola, chuchu, alho, bananas e alguns outros são de cultivo convencional.
- Formas de pagto: cartão débito crédito, em dinheiro para o entregador ou transferência bancária (xxxx xxxxx CPF xxx xxx)

²³⁸ A listagem abaixo de produtos disponíveis teve validade entre os dias 24 de agosto de 2020 a 29 de agosto de 2020.

²³⁹ Por razão da Pandemia da Covid-19, as operações da Horta São Mateus foram adaptadas às novas exigências da Vigilância Sanitária e houve mudança no tipo de cultivo, mais diversificado e atendendo a população local.

xxx xx, Banco do Brasil, Agência xxxxx, Conta Corrente xxxxxxx
(depósito antecipado com envio do comprovante).

Quadro 18 – Lista de legumes, frutas e outros e valores.

Legumes / Frutas / Outros	Legumes / Frutas / Outros
Abóbora cabochã – R\$ 6,50 a unidade	Cebola (cabeça) – R\$ 7,00 o quilo
Abóbora cabochã descascada – R\$ 6,00 kg	Cenoura – R\$ 6,00 o quilo
Abóbora Paulistinha – R\$ 5,00 a unidade	Champion Paris (branco) – R\$ 20,00 quilo
Abobrinha italiana – R\$ 5,50 o quilo	Shimeji – R\$ 20,00 o quilo
Abobora de pescoço (para doce) – 6,00 o quilo	Gengibre – R\$ 11,00 o quilo
Alho – kit com 3 cabeças – R\$ 10,00	Inhame – R\$ 8,00 o quilo
Alho Poró – R\$ 5,00 – unidade	Limão – R\$ 7,00 o quilo
Banana nanica – R\$ 6,00 a dúzia	Mandioca descascada (congelada) – R\$ 5,00
Banana prata – R\$ 6,00 (dúzia)	Pepino japonês – R\$ 5,00 o quilo
Batata doce – R\$ 5,00 o quilo	Quiabo – 8,00 o quilo
Batata inglesa (de mesa) – R\$ 5,00 – o quilo	Tomate – R\$ 6,00 o quilo.
Batata bolinha (para conserva) – R\$ 6,00 kg	Tomate cereja – R\$ 6,00 pacote com 300 gramas
Berinjela – R\$ 5,00 o quilo	Laranja pera – R\$ 4,00 o quilo
Beterraba – R\$ 6,00 o quilo	

Fonte: CSF, 2020.

Quadro 19 – Lista folhas, hortaliças e outras e valores.

Folhas / Hortaliças / Outras	Folhas / Hortaliças / Outras
Acelga – R\$ 5,00 a unidade	Couve manteiga – R\$ 3,00 o maço
Alface crespa – R\$ 3,00 o pé	Espinafre – R\$ 4,00 – maço
Alface lisa – R\$ 3,00 o pé	Pimentão verde – R\$ 8,00 o quilo
Almeirão de corte – R\$ 5,00 maço	Rabanete (vermelho redondo) – R\$ 5,00 o maço
Almeirão pão – R\$ 5,00 o maço	Repolho – R\$ 5,00 unidade
Brócolis ninja – R\$ 6,00 a unidade	Rúcula – R\$ 4,00 o maço
Brócolis ramoso – R\$ 6,00 a unidade	Salsa – R\$ 3,00 o maço.
Catalonha – R\$ 4,00 o maço	Salsão – R\$ 5,00 a unidade
Cebolinha – R\$ 3,00 o maço	Chuchu – R\$ 5,00 o quilo
Coentro – R\$ 3,00 o maço	
Couve flor – R\$ 6,00 a unidade	

Fonte: CSF, 2020.

Quadro 20 – Temperos da horta / in natura e valores

Temperos da horta / in natura
Hortelã – R\$ 5,00 maço
Manjerição de folhas finas – R\$ 4,00 o maço
Mix (salsa, cebolinha, coentro) R\$ 4,00 – o maço
Ora Pro Nobis (folhas verdes) – R\$ 5,00 pacote com 100gr

Fonte: CSF, 2020.

Quadro 21 – Temperos desidratados / pó / chás / outros e valores

Temperos desidratados / pó / chás / outros
Açafrão em pó (Cúrcuma) – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas
Alecrim – R\$ 5,00 Pacote com 50 gramas
Alho frito – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas
Caldo de carne tradicional – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas – sal, creme de milho, cebolinha, óleo de soja, alho, salsa, pimenta preta, louro e gengibre.
Canela em pau – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas
Canela em pó – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas
Chá camomila em flor – R\$ 5,00 – Pacote com 30 gramas
Chá carqueja – R\$ 5,00 – pacote com 30 gramas
Chá de boldo em folhas – R\$ 5,00 pacote com 15 gramas
Chá era doce (sementes) – R\$ 5,00 – pacote com 50 gramas
Chá erva cidreira – R\$ 5,00 – Pacote com 30 gramas
Chá melissa – R\$ 5,00 pacote com 20 gramas
Chá quebra pedra – R\$ 5,00 pacote com 30 gramas
Chimi Churri – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas – Alho granulado e cebola granulados, ervas finas, orégano, pimentão verde e vermelho, tomate em flocos.
Colorau – R\$ 5,00 – Pacote de 50 gramas
Cominho – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas
Cravo da Índia – R\$ 5,00 – pacote com 30 gramas
Lemon Pepper/Pimenta com limão – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas - Sal, pimenta do reino preta, cebola, creme de milho, alho, açafrão, óleo de soja, aromatizante de limão.
Louro (folhas) – R\$ 5,00 – pacote com 10 gramas
Manjerição – R\$ 5,00 Pacote com 30 gramas
Nóz moscada em pó – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas
Orégano – R\$ 5,00 – Pacote com 20 gramas
Páprica doce – R\$ 5,00 – Pacote com 50 gramas
Pimenta em grão - R\$ 5,00 – Pacote de 50 gramas – Mix de pimenta rosada, branca e preta.
Pimenta em pó – R\$ - pacote com 30 gramas

Fonte: CSF, 2020.

5.6.4 Desafios

Os desafios listados pela ONG são: (a) referentes aos agricultores – muitos não possuem conta no banco, o que dificulta a transferência de dinheiro; (b) a logística no transporte dos alimentos para outras regiões da cidade; (c) em relação ao poder público, a ONG encontra dificuldade em estabelecer parcerias com a Prefeitura de São Paulo ou com as Secretarias Municipais; (d) maiores aportes de recursos financeiros – por parte do poder público e de empresas – para projetos de larga escala de agricultura urbana como geração de renda e empregabilidade de populações vulneráveis.

Décio²⁴⁰, um dos agricultores, conta dos desafios de adaptar o local às exigências da Enel:

²⁴⁰ Entrevista realizada no dia 25 de setembro de 2019 na Horta da Sodexo.

Eu trabalho com [a ONG] tem 5 anos. Não só aqui, já trabalhei em várias hortas escolares, já plantei várias... Eu sou funcionário da ONG, mas não sou registrado, eu trabalho com eles, tanto eu quanto aqueles rapazes. (...) Eu vim do Paraná, lá eu trabalhava com lavoura, eu vim pra cá pra São Paulo, trabalhei em empresa pra cá, quando eu sai da empresa aí eu não conseguia assim arrumar um emprego na minha área, aí arrumei aqui, foi um senhor que me indicou. (...) O duro que eu não sei como a gente faz porque eles [técnicos da Enel] não quer que usa nada de maquinário grande, essas coisas grandes eles não quer que usa, só que as bananeiras aqui a gente vai tirar, porque tem que tirar aos poucos, tirar os pé que não tem cacho, deixar os pé que tem cacho, e é bem extenso.

5.7 Síntese e análise do capítulo

Em atendimento ao objetivo específico 3, neste capítulo foram analisadas três dimensões: a dimensão social (a relação com a comunidade, compradores e múltiplos agentes); a dimensão ambiental (tipos e técnicas de cultivo, se promove ou não a conscientização e preservação ambiental); a dimensão econômica (geração de renda, financiamento das hortas, precificação, comercialização e empreendedorismo popular); e ainda os desafios enfrentados pelas hortas do estudo. A análise do conteúdo apresentado se desdobra em sete processos, conforme seguem:

(i) *Protagonismo e empoderamento feminino*

Apreendeu-se que o protagonismo e o empoderamento feminino são tangíveis no Viveiro Escola União de Vila Nova e na horta Sabor da Vitória, engendrando um processo de empreendedorismo popular feminino. No caso das Mulheres do GAU, a participação das agricultoras nas Rodas de Conversa, forneceu-as com um espaço para se manifestarem sobre questões controversas e viabilizou a conscientização a respeito de todos os tipos de violência contra a mulher. A partir dessa dinâmica, elas iniciaram uma série de enfrentamento contra diversas formas de opressão, desafiando autoridades masculinas no âmbito familiar, comunitário e, inclusive, os poderes locais estabelecidos. Ao longo de 2018 e 2019, seguiu-se o processo de desenvolvimento econômico, alavancado pelo apoio técnico da CDHU e do Consulado da Mulher.

As Mulheres do GAU aprenderam a gerir conflitos, a se articularem com organizações, empresas, coletivos e pessoas de diversas regiões da cidade, ampliando seu escopo de aprendizado e de oferta de serviços. Além desses, a participação das mulheres nos encontros da RAPPa e em eventos do Sesc, tiveram impactos significativos na vida

dessas mulheres. O processo de valorização pessoal e coletiva associado à geração de renda através da agricultura urbana agroecológica, forneceu subsídios psíquico-sociais para elas desenvolverem maior autonomia econômica, começarem a empreender e a se emanciparem de arraigadas barreiras sociais e culturais que dificultam o acesso da mulher ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades na agricultura urbana.

No caso da horta Sabor da Vitória, a gestora participa de mesas redondas; de palestras de diversos grupos e coletivos; dos encontros da RAPPa; é presidente da AAZL e circula por diversas unidades do Sesc vendendo os produtos da horta. Mesmo sem apoios ou aportes financeiros, abriu uma loja de produtos orgânicos em São Mateus, que é uma região com escassez desse tipo de comércio. Sua loja também oferece espaço de vendas para microempreendedores locais – de alimentos, cosméticos e saúde – estimulando a alimentação saudável, orgânica e promovendo debates sobre sustentabilidade, saúde e bem-estar. Além disso, a gestora fala publicamente sobre questões relativas às dificuldades enfrentadas por mulheres na agricultura urbana como assédio moral e machismo, que afastam mulheres das hortas e as impedem de exercer a agricultura urbana.

Conforme demonstrado, nas hortas agroecológicas os conhecimentos e a bagagem cultural dos (as) agricultores (as) são valorizados. Nessa direção, no Viveiro Escola União de Vila Nova, na Horta Sabor da Vitória e na Horta da Mateo Bei, os conhecimentos sobre certos tipos de cultivos remetem à memória de infância e afetiva das agricultoras – como demonstrado nas receitas de bolos e biscoitos das Mulheres do GAU e no cultivo de tabaco para fumo na horta da Mateo Bei, realizando um resgate de narrativas sobre tipos de cultivo e da culinária nordestina.

Apesar de ser tangível os benefícios do empoderamento social e econômico, eles indicam que não são o suficiente para solucionar as questões que afligem as mulheres envolvidas com a agricultura urbana, pois refletem as desigualdades estruturais que muitas mulheres enfrentam. Os dados indicam, ainda, a necessidade de vincular esses aspectos com políticas públicas que abordem o empoderamento das mulheres de uma maneira mais efetiva e que envolva múltiplos setores da sociedade – setor público, setor privado, terceiro setor e a educação para a equidade no âmbito familiar.

Os constrangimentos enfrentados pelas mulheres na agricultura urbana apontam ainda para as seguintes necessidades: o acesso à educação formal; acesso à educação digital para usarem os recursos de mídias sociais; educação sobre direitos e participação

política; treinamento de habilidades para capacitação econômica; acesso a cuidados de saúde reprodutiva e materna; acesso a programas coletivos de poupança e crédito; advocacia em questões de violência doméstica; e direitos de propriedade.

(ii) *Práticas pedagógicas*

O Viveiro Escola União de Vila Nova, as hortas Sabor da Vitória, Fazendinha, Mateo Bei e Sodexo (São Mateus) recebem ou já receberam visitas pedagógicas de escolas primárias; do ensino médio; de estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas do conhecimento, demonstrando desenvolverem enorme potencial pedagógico. No entanto, há diferenças de abordagem e de práticas pedagógicas entre as hortas.

Nas hortas Viveiro Escola e Sabor da Vitória há incentivo a uma cultura de envolvimento e de emancipação desenvolvidas através de práticas pedagógicas participativas que incluem os seguintes aspectos: (a) demonstrar a relação do sistema alimentar em sua integralidade associado à sustentabilidade social, ambiental e econômica; (b) a valorização da cultura alimentar e culinária dos (as) agricultores (as); (c) a dimensão política, cultural, social, econômica e afetiva do cultivo, da alimentação e do ato de comer; (d) o entendimento de que há diferenças de opiniões, de perspectivas e da necessidade de respeito a essas diferenças; (e) estímulo à participação, autorreflexão e autonomia dos (as) participantes; (f) busca pelo envolvimento e fortalecimento coletivo e comunitário permanente em todas as etapas envolvidas na produção, distribuição e comercialização dos alimentos; (g) práticas pedagógicas com diversos setores da sociedade (escolas, comércio, empresas); (h) dinâmicas marcadas pela horizontalidade, de partilha de histórias e soma de conhecimentos; (i) busca de novos parceiros (as) para realização de práticas pedagógicas nos diversos setores.

Em suas visitas pedagógicas, a horta Fazendinha enfatiza os aspectos da produção orgânica como benefício ambiental, por não utilizar agrotóxicos, o benefício social por fornecer alimento natural para uma população que não tem acesso a esse tipo de alimento com facilidade e benefício econômico por cobrar valores baixos – ou não cobrar – pelo alimento. O projeto Planta Periferia não obteve sucesso na articulação com equipamentos de educação local, pois estas não aderiram à proposta do projeto de participação e envolvimento comunitário e, dessa forma, não realizou seu potencial pedagógico. No

entanto, apesar do projeto não ter permanecido, os gestores inovaram ao criar outro projeto com finalidades coletiva, comercial e educacional.

A horta da Mateo Bei e da Sodexo recebem visitas pedagógicas mediadas pela ONG CSF, que as apresentam como um projeto de geração de renda e inclusão social, ainda que os (as) agricultores (as) não corroborem com essa perspectiva ou participem integralmente da atividade.

(iii) Relação com a comunidade, poder público e empresas privadas

A horta Sabor da Vitória e Mateo Bei têm uma relação satisfatória com a comunidade e não apresenta conflitos. A relação com o poder público também é satisfatória, demonstrada principalmente pela presença de técnicos da prefeitura regional São Mateus (especialmente durante a elaboração do PROAURP) e da CAE zona Leste, que prezam por técnicas agroecológicas de cultivo. A horta da Sodexo não é aberta ao público e não há registro de visita de técnicos da prefeitura.

No projeto Planta Periferia a relação com a comunidade local não foi satisfatória, pois esta não aderiu às concepções norteadoras e à proposta participativa, além disso, não tiveram apoio da Associação de Moradores local, nem da prefeitura regional de Cidade Tiradentes. No Viveiro Escola, a relação com a comunidade local existe, mas ainda é incipiente e, segundo as participantes, poderia melhorar; não há qualquer relação com a prefeitura Regional de São Miguel. A horta Fazendinha tem uma relação satisfatória com a comunidade, mas não com a prefeitura regional de Itaquera, que não demonstra interesse ou valoriza a horta. Em todas as hortas, com exceção da horta da Sodexo, a relação com o poder público se deu principalmente via Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo através da bolsa do POT, que será discutido no item relativo ao financiamento.

As agricultoras da horta Sabor da Vitória, Viveiro Escola e Mateo Bei comercializam e participam de eventos no Sesc, demonstrando satisfação com essas experiências e buscam maior parceria com diversas unidades do Sesc. O Consulado da Mulher também recebeu avaliação positiva por parte das agriculturas que receberam o treinamento.

(iv) Adaptações, inovações técnicas e acesso à terra

Conforme discutido anteriormente, a Enel passou a exigir uma série de novas adaptações técnicas e exigir novas regras às hortas dos terrenos dos linhões, que incidem

sobre as hortas Sabor da Vitória, Mateo Bei e Sodexo. Uma das novas regras é a proibição da circulação de pessoas pelas hortas, o que compromete as visitas pedagógicas. Outra adaptação é a limitação de tipos de cultivo, que compromete o método agroecológico, como a restrição do plantio de bananas. No caso das hortas em terrenos da CDHU, não há regras específicas para cultivo ou restrição de acessibilidade. Nessa direção, a horta Fazendinha instalou outros métodos produção de alimentos e animais, como demonstrado no sistema de aquaponia, associado à produção de peixes.

No caso do projeto Planta Periferia, realizaram inovações técnicas como a cisterna de ferrocimento, sistema de captação de água de chuva e a composteira termofílica. O Viveiro Escola realizou inovações técnicas a partir de diversas parcerias, como visto na implantação da AgroGym; uma casa feita com técnica de bioconstrução de 2 cômodos; além de técnicas de cultivo agroecológicas na horta; e diversos tipos de composteira.

Dessa forma, no caso das hortas dos terrenos dos linhões, as adaptações e inovações técnicas são regulamentadas pelas exigências da Enel, que limitam algumas das atividades e plantios realizados pelos (as) agricultores (as). Já no caso das hortas de terrenos da CDHU, não há regras rigorosas e as que existem demonstram não limitar a inovação nesses locais.

Em relação ao acesso à terra, no caso da horta Sabor da Vitória, a gestora procurou ativamente por terrenos para cultivar até chegar ao terreno da Enel onde estão atualmente. Os (as) agricultores (as) da horta da Mateo Bei foram realocados (as) pela equipe da prefeitura regional de São Mateus do local onde cultivavam anteriormente, por se tratar de área de nascente. Os (as) agricultores (as) da horta da Sodexo foram selecionados (as) pela ONG CSF. A agricultora da horta da Tia Bela chegou ao local informalmente mencionando que “tinha um senhor que cuidava desse terreno e ele morreu, aí pedi para o filho dele me dar a chave para pegar as ervas, pensei ‘vou ver se ele me deixa trabalhar aqui’ e ele me deu a chave”.

Os (as) agricultores (as) da Horta Fazendinha foram convidados pelo gestor, que já os conhecia pessoalmente. Os (as) agricultores (as) do projeto Planta Periferia foram selecionados (as) pelo fato de comporem o perfil de participantes procurados pelos gestores. No caso do Viveiro Escola, três agricultoras cultivavam em terrenos abandonados ou invadidos antes de chegaram à horta por contatos na comunidade ou por serem convidadas por mulheres que já trabalhavam no local.

Dessa forma, e conforme já discutido anteriormente, o acesso à terra para a atividade de agricultura é marcado por enorme informalidade e não fornece garantias para a permanência nesses locais, especialmente para os (as) agricultores (as).

(v) *Financiamento*

Em relação ao financiamento, todos os (as) agricultores (as) de todas as hortas – com exceção dos que trabalham para a horta da Sodexo – em algum momento já receberam a bolsa do POT, demonstrando que a bolsa da Prefeitura de São Paulo gerou resultados positivos e incentivou, mesmo que indiretamente, o empreendedorismo popular, como visto no caso das agricultoras do Viveiro Escola e da horta Sabor da Vitória. No entanto, a bolsa do POT é sujeita às flutuações de interesses político-partidários e não há garantia de sua continuidade caso ocorra mudança de gestão na PMSP.

No caso da horta Planta Periferia, a duração de um ano do projeto demonstra a fragilidade em relação a recursos públicos. Os (as) agricultores (as) da horta Fazendinha já receberam a bolsa do POT, mas no momento a horta não possui financiamento. O Viveiro Escola busca permanentemente outros parceiros para diversificar fontes de financiamento, além de realizar vaquinhas virtuais²⁴¹ para arrecadar fundos. A horta Sabor da Vitória se mantém financeiramente a partir da venda dos produtos das hortas e, recentemente, também aderiu à uma vaquinha virtual²⁴² para financiar o sistema de irrigação por gotejamento.

A horta da Sodexo, gerida pela ONG CSF, conforme discutido, não depende de financiamento público e consegue aportes financeiros de patrocinadores nacionais e internacionais. A instalação da horta-empresa atende à vasta demanda por alimentos de impacto social por parte de grandes empresas, e de serviços populares de acesso ao alimento in natura, como visto no sacolão popular. Apesar desse modelo de horta não estimular a politização de agricultores (as) nem o debate politizado sobre produção de alimento, é ancorado em um modelo de negócio social de AU que busca garantir um salário de valor fixo por mês e que responde às necessidades de grandes empresas, uma vez que operam com parâmetros mais rígidos de compra. A ONG também fornece

²⁴¹ Ver: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/renda-e-empoderamento-das-mulheres-do-gau> Acesso em 28/07/2020.

²⁴² Ver: <https://benfeitoria.com/terezinha?lang=ptbr> Acesso em 28/07/2020.

indícios de que começa a incorporar novas demandas de produção de alimentos associadas à questão de gênero, como no caso da horta de Furnas; e outros tipos de demanda, como a de produção de flores, para uma grande empresa de óleos essenciais.

(vi) *A vulnerabilidade social*

Todos (as) os gestores (as) mencionaram o desafio de trabalhar com o perfil de participantes em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social dos (as) agricultores (as) é marcada principalmente pelo baixo nível de instrução formal; alguns apresentam problemas de saúde mental; longo período de desemprego; e baixo nível socioeconômico. Em relação ao trabalho na horta, os (as) gestores (as) do projeto Planta Periferia e Fazendinha (nos dois primeiros anos do projeto) afirmaram terem enormes dificuldades para que os (as) agricultores (as) se apropriassem completamente do trabalho e atuassem de forma autônoma. Nessa direção, essas hortas demonstram necessidade de maior capacitação desses sujeitos para não terem tanta dependência do gestor.

Apesar das limitações que os fatores citados acima impõem a essas populações, no caso do Viveiro Escola e Sabor da Vitória, as agricultoras desenvolveram habilidades de gestão e hoje conseguem atuar de forma mais autônoma, criativa e se consideram “agricultoras e empreendedoras”.

(vii) *Mudanças climáticas e conscientização ambiental*

Conforme demonstrado, gestores (as), agricultoras e agricultores das hortas agroecológicas (Viveiro Escola União de Vila Nova, Horta Sabor da Vitória e Horta da Mateo Bei) comentam sobre os efeitos das mudanças climáticas no cultivo, mostram-se conscientes a respeito da necessidade da preservação ambiental e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas através do manejo ecológico da agricultura. Nas hortas orgânicas os gestores e agricultores não mencionam esses aspectos.

6. A TRAJETÓRIA DE VIDA DE AGRICULTORES (AS)

Este capítulo analisa a trajetória de vida²⁴³ de agricultores (as) da zona Leste de São Paulo, elucidando suas origens; os motivos que os (as) levaram às grandes cidades; sua trajetória profissional; os motivos que os levaram às hortas em regiões altamente urbanizadas; onde adquiriram conhecimento sobre o cultivo; e os impactos da agricultura urbana em suas vidas – com vistas a responder ao objetivo específico 4.

Ressalte-se que durante a aproximação ao campo, houve um processo de interação com agricultores e agricultoras, marcado pela construção de confiança e empatia entre pesquisadora e pesquisados (as), sobretudo com as agricultoras. Especificamente nesse caso, as entrevistadas se reportaram a elementos mais íntimos, o que proporcionou a emergência da dimensão da violência contra a mulher em contexto de vulnerabilidade social – dado que emergiu no percurso do estudo e que não foi previsto inicialmente. Em decorrência disso e considerando o volume de situações-problemas relatadas pelas entrevistadas abordando esse aspecto, procedeu-se ao levantamento de literatura sobre a questão de gênero na agricultura urbana e da violência contra a mulher.

Conforme discutido na metodologia, a principal técnica empregada na produção de dados sobre a trajetória de vida de agricultores (as) foi a entrevista compreensiva. Esse tipo de entrevista é uma situação única, marcada pela interação entre duas subjetividades – a do entrevistador e a do entrevistado – pois a reflexividade provocada pelas perguntas do entrevistador encoraja o entrevistado a refletir sobre si e a criar uma narrativa a seu respeito (FERREIRA, 2014).

Antes de todas as entrevistas, houve uma apresentação da pesquisadora, a explicação dos objetivos da pesquisa e a aceitação voluntária por parte dos (as) participantes. Apesar da entrevista ser norteadas por um roteiro de perguntas (apêndice III), a reflexividade provocada pelas perguntas conduzia os (as) entrevistadas (os) a outros assuntos e, nesse sentido, nenhuma entrevista foi igual à outra, nem a sua duração. Por exemplo, a entrevista com um agricultor durou 18 minutos e com outro, cerca de 4 horas. Ressalte-se que nem todos os (as) entrevistados (as) respondiam a todas as questões do

²⁴³ Alguns aspectos da trajetória de vida desses agentes foram abordados nos capítulos 3 e 5 e serão retomados na síntese do capítulo.

roteiro. O quadro abaixo mostra o perfil os (as) entrevistados (as) e, conforme esclarecido anteriormente, os nomes são fictícios.

Quadro 22 – Perfil das agricultoras e agricultores entrevistados.

Nome	Idade	Cor	Estado civil	Filhos Filhas	Educação
Alice	49	“eu sou preta, minha mãe é branca, meu pai é preto”	União estável	4	Ensino médio incompleto
Josilene	48	“misturada, minha mãe é negra, meu pai é branco”	Viúva Atualmente tem companheiro	5	Fazendo ensino médio supletivo
Jandira	62	Parda	Viúva	3	Ensino fundamental incompleto
Marilda	56	Preta	Casada	5	Ensino fundamental incompleto
Leocácia	57	Preta	Casada	3	Ensino fundamental incompleto
Severina	69 aposentada	Parda	Viúva	1	Ensino médio completo pelo EJA
Therasia	59	Branca	Casada	1	Ensino fundamental incompleto
Bela	78 Aposentada/ faleceu em 2018	Branca	Viúva	5	Ensino fundamental incompleto “entrei com 7, me formei com 9”
Nildo	53	Branco	Casado	1	Ensino fundamental incompleto
Chico	67 aposentado	Branco	Casado	2	Ensino fundamental incompleto
Simão	65 aposentado	Pardo	Casado	2	Ensino fundamental incompleto
Daniel	56	Branco	Solteiro	-	Ensino médio completo e fez cursos técnicos
Décio	45	Pardo	Casado	2	Ensino fundamental incompleto
Caio	39	Pardo “meio branco, meio índio”	Divorciado	2	Graduação em História em andamento

Fonte: a autora, 2019.

6.1 A roça, a fazenda e a lavoura

As 8 agricultoras e 3 dos 6 agricultores entrevistados são oriundos de cidades do interior da Bahia e do Pernambuco, estados da região do Nordeste²⁴⁴ do Brasil. Do estado

²⁴⁴ Segundo o IBGE (2010), a região do Nordeste possui 49 milhões de habitantes, o que equivale a 30% da população nacional. É o segundo maior colégio eleitoral do país, possui o menor IDH e é o terceiro

da Bahia, as cidades de origem de 5 agricultoras são Pimenteiras, Boninal, Catolés, Ribeira do Pombal e Vitória da Conquista. Três agricultores são de Feira de Santana, Ribeira do Pombal e “do sertão da Bahia”. Do estado do Pernambuco, uma agricultora é de Jaboatão dos Guararapes, outra de uma cidade “entre Limoeiro e Bom Jardim” e um agricultor “do sertão do Pernambuco”. Do estado de São Paulo, dois agricultores são oriundos da própria zona Leste e um outro de uma região rural do Paraná.

Cinco agricultoras e três agricultores contam que foram criados ‘na roça’ e duas agricultoras foram criadas ‘na fazenda’. Três agricultores falam que trabalharam ‘na lavoura’ desde pequenos. Tanto a roça, quanto a fazenda e a lavoura são áreas que remetem ao ambiente rural, à atividade de agricultura e à criação de animais. A roça, em particular, carrega um significado cultural identitário, uma vez que é elemento central da formação do sistema de produção agrária do país – principalmente o da propriedade rural de monocultura – desde a colonização do Brasil (OLIVEIRA, 2012).

Oliveira (2012) elabora uma definição da roça como diferenciada daquilo que se entende por “chácara” e “casa de campo”, cujas finalidades, da última em particular, é o lazer. Nessa direção, a roça é uma unidade de produção de alimentos e de animais e não de lazer.

No caso das agricultoras e agricultores oriundos da roça, a memória desses locais remete à diversidade de cultivos, ao trabalho árduo, à vida dura, por vezes a falta de alimentos, a fome, a seca e a impossibilidade de estudar devido à rotina de trabalho. Foi na roça onde 3 agricultoras e 2 agricultores aprenderam o cultivo de alimentos típicos da região do Nordeste como milho, mandioca, feijão, abacaxi, laranja, banana, entre outros alimentos conforme seus relatos:

Eu nasci na roça, meu pai era dono de uma roça e a gente pegava a roça de meia, com o balaio na cabeça. No balaio eu carregava as panelas. Eu ia pra roça mais meus irmãos, a gente plantava feijão-de-corda, cebola, milho, mandioca, eu fazia farinha. Eu trazia água de rega, regava as

maior PIB do Brasil. É uma região composta por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em razão de suas características geográficas e culturais distintas, a região é ainda dividida em quatro sub-regiões: o sertão, o agreste, o meio-norte e a zona da mata – cada um com níveis distintos de desenvolvimento humano. O Nordeste foi o primeiro local da invasão colonial portuguesa, cuja exploração se iniciou com a extração do Pau-Brasil (Pau-de-Pernambuco) em 1530 na área que corresponde ao Nordeste. A Vila de Olinda, fundada em 1534 – cidade do atual estado de Pernambuco – inaugura a primeira Capitania Hereditária e, anos mais tarde, Salvador, atual capital da Bahia, foi a primeira sede administrativa do governo-geral português e a cidade que mais recebeu populações africanas escravizadas, rendendo-lhe o título de “a capital negra do Brasil” (MESGRAVIS, 2015).

plantações. E tudo o que a gente fazia ali, a gente repartia. A gente acordava às 4 da manhã, nem banho a gente tomava. E como é que eu ia pra escola depois de 6 horas de trabalho na roça sem tomar banho? E na escola eu ia aprender o quê? E a gente tem que ser o que é né? A gente já passou até fome, às vezes não tinha café para beber. Não era fácil, mas em época de fartura, tinha rapadura, mel, tapioca quentinha, a gente trabalhava na casa de farinha, cada um tinha um dia de torrar a farinha. – Marilda

Nasci no meio de uma plantação, eu trabalhava na roça com meu pai desde pequenininha. A gente plantava mandioca, milho, feijão. A gente tinha um sítio e comia o que plantava, tinha vaca, tinha porco, tinha bicho, tinha tudo. Mas às vezes não tinha tanta fartura, às vezes faltava água, os bicho morria tudo, aí era triste demais. Eu não pude estudar... entrei na escola com 7, me formei com 9. – Bela

Até meus 22 anos, eu trabalhei com meus pais que eram pequenos sitiantes e a gente trabalhava pra nossa sobrevivência. A gente também pagava trabalhador porque o ofício era pesado, e nós ia crescendo e indo pra roça, todo mundo na roça. Lá a gente cultivava feijão, milho, mandioca, abacaxi, banana, laranja a nossa vida era assim. Lá a gente não cultivava hortaliça não. – Severina

Eu vim da roça mesmo, a gente plantava feijão e milho no inverno, porque no inverno lá seria agora em maio que é o tempo de nosso plantio. Trabalhava com isso e tinha terreno molhados de brejo, plantava cana, cana caiana, banana, quiabo essas coisas no verão, no brejo. No verão vendia banana, cana caiana, quiabo, aipim como chamamos lá. Mas aí não estava bom, comecei a perder plantio, plantava no inverno e não tinha chuva suficiente, então acabei saindo. Muitas vezes a falta de chuva mata o plantio, outras vezes é muita chuva que mata também e eu nunca havia imaginado deixar minha cidade. Por causa dessas crises de chuva acabei saindo de lá. – Nildo

O quintal de sua casa foi onde Alice aprendeu a experimentar plantas não convencionais como o mandacaru, a taioba, a serralha e a palma, devido à falta de outros alimentos:

O pessoal aqui fala que é modinha esse negócio de PANCs, mas lá era ‘ou você comia ou você morria’ porque era aquilo de não ter o que comer. Meu pai falava que eles não tinham o que comer, aí eles iam pro quintal e o que tinha lá pra comer, eles comiam. Comia palma, mandacaru... a gente comia taioba, serralha, era as coisas que nasciam espontâneos no quintal. Não tinha outra coisa pra comer, por isso de comer a banana e o mamão verde, era porque não tinha outra coisa. Meu pai falava que tudo o que tem leite não é bom, se você pegar uma planta e sai leite, não come. Era a sabedoria deles, eles aprenderam assim... usando e passando pelos perrengues. – Alice

A fazenda diferencia-se da roça em tamanho, funções e escala. Trata-se de uma grande propriedade rural, geralmente com centenas ou milhares de hectares, com finalidade de produção agrícola ou agropecuária para fins comerciais. Geralmente possui

maquinário, equipamentos e capacidade de armazenamento de produtos e mantimentos e é ligada à uma logística de distribuição de sua produção. A fazenda pode ser administrada por uma ou múltiplas famílias, por uma comunidade, por grandes empresas ou por indivíduos (OLIVEIRA, 2012).

Tanto na roça quanto na fazenda as agricultoras aprenderam a preparar os alimentos típicos da culinária nordestina – como a tapioca, a rapadura e o tijolo de mamão; e a manusear os instrumentos como a roda de mandioca²⁴⁵ (ou casa de farinha), e o tacho. No caso das agricultoras criadas em fazendas, o lugar remete à produção agropecuária em maior escala para fins comerciais. Em suas narrativas, essas atividades são permeadas pela lembrança das relações familiares, conforme seus relatos:

Tanto a família do meu pai quanto da minha mãe eram donas de fazenda. A família do meu pai era dona de comércio. A família do meu pai era racista, não queriam que ele ficasse com a minha mãe porque ela era negra, então eu não conheci meu pai, só vi uma foto dele. (...) Aprendi a plantar com a família mesmo, com os avós maternos, com a minha mãe, com meus tios. Eu aprendi sobre plantação e agricultura com eles, lá na Bahia. – Josilene

Meu pai era um velho muito rico, tinha uma fazendona que ia até a Penha. Tinha um rio cheio de peixe, a gente pegava peixe quando a gente queria, quando a gente não queria, a gente comprava aquelas costelas e fazia mocotó pra comer, aí eu tava enjoada, eu ia no rio pegar peixe na rede, assava na brasa, só lembro coisa boa, e nós fomos criadas assim. (...) Aí nessa vida nós fazíamos cachaça, mel, tijolo de mamão, rapadura. Eu até falo pra você como fazia tijolo de pó de mamão... Faz do mamão, mas se não tiver o mamão a gente corta o pé de mamão, descasca, rala na roda de ralar mandioca, que faz farinha de mandioca, lava bem lavado pra tirar aquele leite, prensa e quando o mel tá curado aí é só jogar o mamão e cozinhar até dar o ponto, aprendi a fazer o doce por causa disso. Aí dá o ponto e você coloca nas formas de tijolo, só que o mamão do tijolo é diferente porque ele fica mole, a rapadura endurece né. Fazíamos requeijão também, tinha umas 40 vacas de leite, gordas. – Jandira

No caso da lavoura, trata-se de uma técnica agrícola usada para fazer sulcos na terra, que podem ser feitos com ferramentas de mão, com animais de tração como boi ou cavalo e com máquinas de arado, com o objetivo de revolver a terra para viabilizar melhor adesão das raízes ao solo. A lavoura geralmente é uma das operações da fazenda e suas funções incluem facilitar a irrigação através de otimização da circulação da água, destruir

²⁴⁵A casa de farinha consiste em um sistema de ralação, de prensagem e de forno. A farinha de mandioca é um típico alimento brasileiro, especialmente do Norte e Nordeste do país. A preparação da farinha – seca, de água e mista – produz a goma, que gera o polvilho e a farinha de tapioca, e o tucupi (líquido), são processados por métodos herdados dos indígenas, que tradicionalmente cultivam o alimento

ervas daninhas, tornar a terra “fofa” para receber melhor as sementes, texturizar e proteger o solo de encharcamento pluvial advindos de grandes chuvas e é um meio de controle de pragas, uma vez que estas se tornam visíveis aos predadores em nível mais alto (MAZOYER e ROUDART, 2010).

O trabalho na lavoura aparece nas narrativas de dois agricultores, que trabalharam em propriedades de terceiros em sua terra natal, como meio para obter renda.

Lá no sertão da Bahia eu plantava alguma coisa em casa, pra gente comer. Meus pais tiveram 7 filhos homens e a gente trabalhava na terra dos outros, isso na década de 70, era o sustento da família. A gente acordava antes do sol, pegava a enxada antes de tomar um café e ia pras lavouras. – Chico

Lá no Paraná eu trabalhava com lavoura dede pequeno. A gente era em 5 irmãos e 3 irmãs, tinha muita boca pra alimentar. Meu pai morreu cedo, era minha mãe era só pra criar a gente. – Décio

Um agricultor menciona o trabalho remunerado em uma chácara, com o manejo de gado:

Acabei indo para Salvador, que era uma cidade mais próxima, fui para tomar conta de uma chácara, tirar leite de vaca, essas coisas, mexer com gado porque o cara queria uma pessoa para amansar o gado dele. Acabei ficando com ele lá uns 8 meses. Tinha que dar alguma coisa pra minha família. Na minha cidade fazia agricultura também, mas lá não estava bom, comecei a perder plantio, falei ‘preciso sair fora daqui, já casado com uma filha’. Não dava para sustentar minha filha, todo ano perdendo safra, as vezes até perdendo plantio do brejo, vinha uma enchente, ficava 8 dias cheio de água, matava cana, matava banana, falei ‘não vai dar não, vou matar minha filha de fome se ficar.’ – Nildo

A partir do relato de agricultoras e agricultores, apreende-se que o primeiro contato com a cultivo ou trato de animais foi na roça, na fazenda ou na lavoura e onde tiveram os primeiros aprendizados ou contato com a agricultura e com a produção de alimentos. No caso das agricultoras, também foi onde aprenderam a cozinhar alimentos e pratos típicos de sua região. No caso de uma agricultora, o consumo de plantas não convencionais era motivado pela falta de outros alimentos e pela fome. Ademais, é nítida a percepção dos agricultores a respeito dos impactos das condições climáticas no cultivo.

6.2 Agricultores: a saída do Nordeste e o trabalho na indústria

A primeira onda de migração nordestina para São Paulo ocorreu no final do século XIX, motivada pela expansão agrícola cafeeira no estado de São Paulo, conforme discutido no capítulo III. Segundo Melo e Fusco (2019, p. 02), na primeira metade do século XX, as causas para a migração nordestina para São Paulo foram relacionadas à

forte concentração fundiária e a consequente dificuldade no acesso à propriedade rural de pequenos produtores, situação agravada pela inserção de máquinas na agricultura e pelo fenômeno das secas periódicas que assolavam a região nordestina no período (Seplan/PR,1994). O desemprego e subemprego nas áreas urbanas também representariam importantes fatores de expulsão de mão de obra da Região Nordeste para as regiões mais dinâmicas do país, tendo São Paulo como seu maior expoente. Os fatores de atração até 1950 eram basicamente o nível salarial mais elevado em São Paulo, a expansão do emprego rural e urbano, especialmente pela oferta de trabalho nos setores de construção civil e na indústria nos grandes núcleos urbanos.

Conforme discutido no capítulo III, São Paulo foi um polo atrativo de instalação de grandes indústrias devido a investimentos nacionais e internacionais, facilitado por parcerias público-privadas. A tese de Correia (2008) analisa o impacto da instalação da indústria automobilística – dentre elas a Volkswagen²⁴⁶ – em cidades do estado de São Paulo como São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, localizadas na região do Grande ABC, que fazem parte da Região Macro Metropolitana de São Paulo. A tese argumenta que a indústria automobilística cria um mito devido à sua imponente e analisa as implicações dessas instalações na economia, nos múltiplos atores locais, além de questionar a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores.

Apesar dos efeitos da instalação desse tipo de indústria serem questionáveis em inúmeros aspectos – principalmente no âmbito ambiental e na saúde do trabalhador – é inegável, do ponto de vista do imaginário popular, a atração que as indústrias instaladas na capital paulista, e na região do ABC, exerceram em milhares de nordestinos, motivados pela busca de melhores condições de vida, de trabalho e fuga da fome. Nessa direção, quatro agricultores afirmam que saíram de suas cidades de origem, em busca de trabalho em indústrias ou fábricas na capital paulista:

Eu saí da minha terrinha, do interior da Bahia e vim em busca de oportunidades em São Paulo, cheguei aqui e logo comecei a trabalhar. Meu primeiro emprego foi em uma metalúrgica que prestava serviço para a Volkswagen. Eu trabalhava com carga pesada e transporte industrial. Aposentei ainda quando trabalhava na Volks, quando o terceiro dono assumiu, que era neto do dono e que fechou a empresa que trabalhava. Depois disso pensei que podia fazer trabalhos mais leves. – Chico

Aqui em São Paulo eu fui logo trabalhar em uma firma boa, fui metalúrgico de uma montadora de automóveis no ABC por 21 anos. A firma foi pra Diadema e eu fui demitido. Arrumei trabalho em outro lugar pra completar meu tempo pra aposentar. – Simão

²⁴⁶ Ver: <https://www.vw.com.br/pt/volkswagen/volkswagen-do-brasil.html> Acesso em 21/04/2020.

Cheguei em São Paulo e fui trabalhar na fábrica. Trabalhei na Fofura Lucky²⁴⁷, conhece? Que fazia o salgadinho Torcida. Trabalhei lá 23 anos e meio, eu era encarregado da parte de produção. Aí quando eu saí da empresa, não consegui arrumar emprego na minha área de jeito nenhum. – Décio

Antes de vir pra São Paulo, já tinha trabalhado em empresa em Salvador, entrei em empresa de pintura industrial, passei um ano e pouco na empresa. Nesse período não sabia ler, apenas assinar meu nome, a empresa passou a me dar testes de pintura, papel para ler, eu não sabia, em 5 anos de pintura, eu não sabia ler. Aí me disseram ‘não pode, porque a partir de agora vai ser assim’, então teria que aprender a ler, fui embora de volta para minha cidade, depois de 5 anos em Salvador, fui embora por não saber ler. Pensei, ‘e agora voltar para minha cidade, com mais uma filha?’ E minha esposa falou, ‘por que não vai para SP?’ Eu disse, ‘eu já estou aqui pastando sem saber ler, vou chegar em São Paulo e arrumar o quê? Sem leitura alguma.’ Ela disse, ‘vai tentar’, a família dela tinha gente aqui. Cheguei aqui um dos cunhados estava na Vega Sopave²⁴⁸, uma coletora de lixo. Ele me disse, ‘olha eu posso te arrumar uma vaga, te coloco lá amanhã, o serviço é esse, esse, esse, coleta de lixo na rua, se você não tiver vergonha, nem preconceito de fazer coleta de lixo.’ Eu disse, ‘meu amigo é dinheiro honesto? Se é dinheiro honesto nós tamo indo’ E foi assim que eu vim. Fiquei 19 anos nessa empresa. – Nildo

No caso dos agricultores oriundos de São Paulo, um retornou à São Paulo por razão familiar e outro começou a se dedicar à agricultura devido à insatisfação com seu emprego de bancário.

6.2.1 Impactos da AU nos agricultores

Todos os agricultores apreciam o trabalho na horta e listam os benefícios associados à atividade, como o próprio fato de poder exercer a prática de horticultura; os novos aprendizados que adquirem; a superação de problemas de saúde mental e de vício como alcoolismo; e poder conviver com outras pessoas. Para os agricultores aposentados, o maior benefício é poder praticar a atividade de horticultura, sair de casa e ganhar renda extra. O agricultor da Horta Sabor da Vitória afirma que mudou completamente sua vida, para melhor, devido ao trabalho na horta. O agricultor da horta Fazendinha, que era bancário, encontrou um novo ofício na atividade de horticultura e hoje vê sentido na vida. Para o agricultor da Horta da Sodexo, poder ter renda através da atividade da agricultura é o maior benefício.

²⁴⁷ A empresa Fofura Lucky foi comprada pela companhia Pepsi Co. em 2010. Ver: <https://exame.com/negocios/pepsi-compra-a-dona-dos-salgadinhos-torcida-e-fofura-m0139996/> Acesso em 22/07/2020.

²⁴⁸ Ver: <http://www.vega.com.br/> Acesso em 22/07/2020.

Dos 6 agricultores entrevistados, 4 possuem o ensino fundamental incompleto e gostariam de voltar a estudar, mas não é uma prioridade. Um agricultor, que está cursando graduação em História, reflete sobre o aprendizado e as sensações causadas pelas atividades na horta:

Eu comecei aprender novas formas de plantar, de cultivo, de como tirar raiz, como replantar, muda de árvore. É um multiverso, um universo paralelo de várias formas. No começo eu fazia o que me pediam, então eu ia ajudando para poder aprender. Era na base da foice e do facão. Comecei a aprender os nomes e identificação das plantas. Depois fui me acostumando, aprendendo a andar, onde pisar, onde não pisar, antes eu saía cortando tudo. Corta aqui, corta ali e com o tempo fui me acostumando, fui aprendendo. Hoje já identifico planta, como recuperar, como acomodar, salvar, fui aprendendo o básico mesmo. Também aprendo com os livros, leio sobre PANCs, leio panfletos do Bill Mollison. E tem uma questão emocional ligado à minha mãe, à minha avó, gosto de mato por causa delas e isso é desproporcional a quem eu sou para a sociedade e é proporcional ao meu ‘eu natural’, onde não tem cobrança ou preocupação, parece um lar, é um lar, não tem uma meta, pode até ter, mas é mais leve. É um outro trabalho, me sinto mais natural. – Caio

Todos os agricultores das hortas da Enel afirmam que aprenderam novas técnicas, formas e tipos de cultivo com os cursos realizados pelo Kairós e continuados pela CAE zona Leste. Os agricultores da Horta Fazendinha aprenderam técnicas de cultivo orgânico na própria horta e aprimoraram seus conhecimentos com o gestor.

6.3 Agricultoras: a busca pela família e a jornada tripla de trabalho

Conforme discutido no capítulo III, os movimentos de moradia da zona Leste eram constituídos em torno de famílias, em sua grande maioria, oriundas do Nordeste do Brasil. As mulheres nordestinas também se articulavam e fortaleciam laços de solidariedade nas Comunidades Eclesiais de Base. No caso das agricultoras, sua vinda para São Paulo foi motivada principalmente pela presença de familiares na capital paulistana, pela busca de tratamentos de saúde que não existiam ou não eram acessíveis em suas regiões, e pela busca de melhores condições de vida, conforme seus relatos:

Fui criada no litoral do Pernambuco e vim para São Paulo atrás da minha família. Meu pai veio visitar minha tia, arrumou serviço e trouxe minha irmã mais velha. Minha mãe vendeu a casa e veio para São Paulo também. Eu fiquei lá só, então vim pra cá. Vim por causa da família mesmo, não ia ficar sozinha lá no Pernambuco. – Alice

Eu vim para São Paulo para tratar minha filha. Com 4 anos de idade ela já tinha problema na cabeça, não dormia, caía, não falava. Esse tratamento em Salvador era caro, então eu tive que vir pra São Paulo.

Lá na Bahia não tinha médico, não tinha remédio. Eu pensava em voltar quando acabasse o tratamento, mas lá não ia ter recurso que nem tem aqui. Quando o pedido do médico tá pra vencer, eu vou no médico de novo e é de graça. (...). A minha filha sumia e ia pro abrigo. E teve uma vez que ela apareceu aqui em casa sem os documentos. Esse médico foi enviado por Deus, porque que homem bom! Ele me chamou e disse que eu teria um problema pro resto da vida... – Marilda

Uma das agricultoras, viúva e mãe de 5 filhos, veio para São Paulo para “ter do que viver” depois da morte de seu marido. Nesse momento, se viu sozinha e teve de recorrer a parentes para ajudá-la:

Meu marido morreu de câncer com 43 anos, antes de eu vir para cá, eu já tinha meus 5 filhos. Vim pra cá porque lá não tinha do que viver. – Bela

Vim porque não queria ficar mais lá na Bahia. Eu tava morando na casa de uma amiga da família, então com 17 anos vim morar em [cidade do interior de São Paulo]. (...) Imagina... eu tava sozinha com um filho pra criar, aí minha mãe tava morando em São Paulo e falou pra eu vir trabalhar aqui. – Josilene

Uma vez na capital, instaladas na casa de parentes, essas mulheres trabalharam como empregadas domésticas²⁴⁹, faxineiras, costureiras, copeira, dentre outros trabalhos, conciliando o trabalho remunerado com o trabalho doméstico em suas próprias casas e o cuidado de seus filhos – configurando uma jornada tripla de trabalho – o remunerado, o cuidado da casa e o cuidado dos filhos.

No caso das entrevistadas, quatro não tiveram acesso aos direitos e garantias sociais por razões distintas. Soma-se a isso o fato de que além de do trabalho remunerado, elas também eram responsáveis por suas casas e pelo cuidado com os filhos. Nessa direção, duas agricultoras trabalhavam em múltiplos lugares ou faziam outros serviços para complementar a renda, inclusive com a ajuda dos filhos.

Alice trabalhou no comércio, em fábrica, com faxina e limpeza de prédios, entre outros, com registro em carteira. Em seu trabalho como zeladora, ela conheceu o Programa Operação Trabalho e tornou-se zeladora de uma praça. Outra agricultora,

²⁴⁹ No Brasil, o trabalho doméstico é herança colonial, que explorava a mão-de-obra negra escravizada, obrigada a cumprir múltiplas funções no âmbito doméstico das famílias coloniais. Em relação à legislação brasileira sobre o trabalho doméstico, somente em 1972, a disposição de empregado doméstico foi reconhecida pela Lei n.º 5.859/1972 e, posteriormente, revogada em 2015 (Lei Complementar n.º 150/2015), sendo aperfeiçoada ao estabelecer a jornada de no máximo 44 horas por semanas, diárias de 8 horas, pagamento de hora extra, pagamento extra para trabalho noturno, seguro-desemprego e fundo de garantia. Em 1988, a Constituição da República do Brasil, o artigo 7.º, assegurou aos trabalhadores domésticos direitos e garantias sociais.

Therasia, conseguiu abrir uma loja de produtos para animais, mas não se sentia satisfeita com o trabalho.

Eu já fiz de tudo nessa vida. Já trabalhei de montadora numa firma de montar cesta básica, depois fui caixa em comércio, saí. Depois fui contratada para manusear máquina injetora em uma fábrica, e olha, eu tive sangramento nasal por causa da fumaça que saía dessa máquina e saí de lá, não dava pra ficar não. Aí fui costureira em linha de montagem da Marisa, em todos esses fui registrada. Eu já tinha minhas meninas todas, saía do trabalho e cuidava delas. Já fiz limpeza de prédio, faxina, fiquei na portaria, então tive experiência de zeladoria, aí foi que eu fiquei sabendo do POT, do projeto de Praças, hortas e viveiros e virei zeladora de praça, foi lá que tudo começou. – Alice

Eu era dona de uma loja de produtos para animais aqui, vendia ração, coleira, essas coisas, mas eu entrei em depressão. Não via sentido naquilo. Um dia um cliente entrou e eu não quis falar com ele, aí pensei ‘isso aqui já era, não dá mais’. Já trabalhava na horta e bem assim, da noite pro dia, fechei a loja e vim viver da horta. – Therasia

6.3.1 Gênero e violência

Conforme explicado na apresentação, a violência contra a mulher não foi uma questão abordada diretamente nas entrevistas ou prevista no percurso da pesquisa. No entanto, à medida que as agricultoras contavam sobre suas vidas, a violência contra a mulher se impôs no percurso da pesquisa. As situações-casos foram relatadas por 4 agricultoras.

A violência é um fenômeno amplo, complexo e estudado por diversas áreas do conhecimento. Não é o intuito aqui fazer uma discussão aprofundada a respeito do fenômeno, mas apenas lançar mão de algumas definições para localizar as situações que ocorreram com as agricultoras e que acarretaram múltiplas implicações de transformações da sua realidade subjetiva (sua vida íntima e pessoal), objetiva (sua vida profissional e financeira), e em seu trabalho na horta.

Nessa direção, lança-se mão da definição do *World report on violence and health*²⁵⁰ (2002, p. 05), da Organização Mundial da Saúde, cujo primeiro capítulo considera a violência um problema global de saúde pública e a define como “O uso

²⁵⁰A citação foi extraída do seguinte documento, que não foi localizado: WHO. **Global Consultation on Violence and Health**. Violence: a public health priority. Geneva, World Health Organization, 1996 (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).

Ver: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf;jsessionid=4383C787EF3B2F205F99B56047B351D3?sequence=1 Acesso em 28/06/2020.

intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta em ou tem uma alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação” (tradução nossa).

O relatório propõe 3 tipos de violência de acordo com as características daqueles que cometem o ato violento: violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva. No caso desta pesquisa, a violência interpessoal e suas duas subcategorias foram as formas mais presentes na vida de 4 agricultoras. Conforme definição do Relatório (2002, p. 06):

A violência interpessoal é dividida em duas subcategorias: Violência familiar e de parceiro íntimo – isto é, violência principalmente entre membros da família e parceiros íntimos, geralmente, embora não exclusivamente, ocorrendo em casa. Violência na comunidade – violência entre indivíduos que não são relacionados e que podem ou podem não se conhecer, geralmente levando a um lugar fora de casa. O primeiro grupo inclui formas de violência como abuso infantil, violência contra parceiro íntimo e abuso de idosos. Este último inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, estupro ou agressão sexual por estranhos e violência em instituições e ambientes como escolas, locais de trabalho, prisões e asilo. *(tradução nossa)*

Ressalte-se que o Brasil é o quinto país com maior taxa de feminicídio do mundo (MENEGHEL e HIRAKATA, 2011; ONU, 2016). O Mapa da Violência de 2015 mostra que, de 2003 a 2013, o número de homicídios de mulheres negras cresceu 54% no país. Na mesma década, houve um aumento de 190,9% na vitimização de mulheres negras (WAISELFISZ, 2015). Ademais, a primeira lei de proteção à mulher no âmbito doméstico foi aprovada somente em 2006, a Lei Maria da Penha²⁵¹, portanto, trata-se de um avanço histórico relativamente recente.

No caso das agricultoras, 4 são sobreviventes da violência contra a mulher. As entrevistadas elencaram inúmeras formas de violência as quais sobreviveram: assédio sexual e moral, humilhações verbais, agressões físicas, espancamentos e tentativa de feminicídio. Conforme definição da ONU, a violência começa na própria família e os perpetradores mais comuns de tais atos são as figuras masculinas mais próximas – o

²⁵¹ A lei foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 7 de agosto de 2006, entrando em vigor no dia 22 de setembro de 2006. A lei representa um marco nos avanços da diminuição da violência doméstica e é considerada pela ONU uma das melhores legislações do mundo a respeito do enfrentamento da violência contra as mulheres. No entanto, fatores culturais e históricos estruturantes das relações sociais no Brasil – como o machismo, o racismo e a homofobia – prejudicam o avanço do cumprimento da lei. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em 15/06/2020

marido, o avô, o tio, o padrasto, o primo, o irmão, o pai e o filho, isto é, a violência começa na família. A seguir, 3 agricultoras relatam situações em suas famílias, onde o algoz é o marido ou parceiro²⁵²:

Eu digo que eu não me casei, me casaram quando eu tinha 15 anos... Conheci meu marido em outubro e em dezembro a gente já estava casado. Não sabia o que era casamento... mas tudo bem, eu sabia fazer tudo dentro de casa, mas é cruel não saber de nada da vida... Ele nunca foi *brabo*, mas era muito ciumento... Não podia sair sozinha, ele não deixava outro homem chegar perto de mim.

Uma agricultora não recebia salário pelo fato de o patrão ser o pai de seus filhos e achar que ela não necessitava de salário. Além disso, o comportamento do cônjuge incluía o exercício vazio de poder, que levou a família à falência e à dificuldades de manutenção da vida:

Ele não me dava salário porque dizia que colocava as coisas em casa. (...) Ele sumia, gastava o dinheiro e tava tudo bem por ele. Eu só ligava de ter as coisas em casa para as crianças, e aí ele crescia muito pra cima de mim, era arrogante, sabe-tudo, pode-tudo. Quando eu ia falar, me chamava de burra, que eu não sabia de nada. Ele quis montar uma sociedade comigo, eu não aceitei, aí a briga foi feia porque ele era o ‘homem da casa’, que mandava em tudo. Chegou uma hora que eu não aguentei a pressão e aceitei, falei ‘toma aqui os cheques assinados’, e o que aconteceu? Ele deu cheque pra todo mundo, veio a cobrança, ele não tinha mais dinheiro, vendeu tudo, ficou no zero. Fomos viver de aluguel com filhos pequenos, aí começamos a passar necessidade.

Outra agricultora fala sobre as situações de violência doméstica que sofreu de seu marido, desde as primeiras ameaças, a manipulação psicológica, até a agressão física, a denúncia na delegacia da mulher, e o veredito do juiz, que condenou o referido por posse ilegal de arma de fogo e não por tentativa de feminicídio:

Quando fui para a delegacia da mulher fazer queixa, fizeram exame de corpo delito, eu tinha prova, tinha tudo e o juiz fez o quê? Condenou ele por posse ilegal de arma de fogo, não porque tentou me matar. Eu perguntei ao juiz se ele faria isso a uma filha ou parente dele, ele disse que não era a vontade dele, era a lei... E essa lei não protege a mulher. A gente pode ser assassinada e essa lei não tá nem aí. Ele ficou preso por um ano e meio e voltou para casa, porque pro juiz ele precisa de um lugar para morar. Você acredita nisso?

²⁵² Não é o intuito da pesquisa discutir a construção histórica e social da dominação masculina. Para mais detalhes ver: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. A condição feminina e a violência simbólica. Bestbolso, 2014.

Duas agricultoras falam de outros membros da família e pedem confidencialidade a respeito do referido parente:

O meu [cita o nome do parente] *mexeu* comigo quando eu tinha 12 anos. Eu falei para a minha [cita o nome da parente], ela reagiu mal, não aceitou, ficou doente. Meus tios me defenderam, falaram que iam matá-lo e falaram para eu me mudar. (...) Até que ele abusou de uma prima minha, aí ela [cita o nome da parente] largou dele.

Eu demorei pra aprender essa palavra... assédio.... Eu fui assediada pelo meu [cita o nome do parente], (...) e ele ficava lá se roçando em mim e na minha [cita o nome da parente]. Um dia desses, disse a um [cita o nome do parente] e ele me disse que eu vou para o inferno. Meu [cita o nome do parente] está morto. Vai levantar falso testemunho? Vai ficar lá no inferno ralando. Até na minha idade todo mundo já sabe o que é isso, mas na época iria falar para quem? Pra minha mãe? Nunca desabafava com ninguém. Meu pai? Jamais! Ninguém contava nada. Se hoje com essas políticas aí, já tá difícil denunciar, imagina no passado. Converso com pessoas mais velhas... Falar dessas histórias... para a mulher falar é muito difícil!

Todas as agricultoras são sobreviventes de violência comunitária. Uma delas sobreviveu às ameaças de seu vizinho, inclusive ameaça de morte, porque este queria um pedaço de terra seu quintal. Há ainda situações de assédio na própria horta, conforme relata uma agricultora:

Quando consegui entrar [na horta] tinha essa montaiada de homem e eu era peixe novo. Agora, imagina você, mulher, uma só no meio de tanto terreno e ainda fui *chamegada* por esse tal [fala nome da pessoa]. E ele me assediou. E muito. (...) Assédio foi pouco! Ele falava baixaria e queria pôr a mão [em mim]! Ele lá, nojento, mostrando *a coisa dele* e me oferecia dinheiro. Ele dizia ‘você acha que eu sou velho?’, e eu ainda brincava com ele, falava ‘é por 20 conto?’ (...) Ele assediava todas as mulheres. Teve tantas mulheres que ele assediou... do mesmo jeito que eu.

6.3.2 A perspectiva de gestores sobre gênero e violência

Conforme discutido no capítulo IV, gestores (as) das hortas, servidoras (es) públicas (os) e funcionários (as) de empresas privadas e mistas são cientes sobre as questões de violência, de assédio, entre outras formas de violência que afetam a vida das agricultoras. O Consulado da Mulher realiza debates sobre prevenção de violência contra a mulher e seus direitos. Diversas unidades do Sesc de São Paulo – e do Brasil – vêm promovendo debates e mesas redondas envolvendo o tema das mulheres na agroecologia, que inclui esses tópicos. No caso dos servidores (as) públicos (as), todas (as) falam sobre todas essas questões, mas dizem que não podem interferir diretamente e sugerem serviços de assistência à mulher para esses casos.

No caso da RAPPa, essas questões são discutidas abertamente e a Rede compartilha o serviço da Casa da Mulher Brasileira²⁵³, os Centros de Cidadania da Mulher²⁵⁴ e a ONG As Justiceiras²⁵⁵ para as participantes que precisam de assistência. No caso da AAZL, a presidente fala publicamente sobre esses temas. No caso da ONG CSF, um dos gestores fala sobre a implicação das estruturas opressoras nas hortas – que afasta as mulheres do local – e reflete sobre a importância da consciência de gênero nas hortas:

Já visitei várias hortas... e vi que algumas tem muito mais mulheres e outras muito mais homens e algumas só tem homens e algumas tem só mulher e por quê? Porque quando é muito misturado, por várias razões... aí vou entrar em assuntos delicados... você sabe de questão de assédio, de o cara achar que, porque ele é homem, pode falar o que quiser para mulher, fazer o que quiser ali... enfim... Então não deu muito certo deixar homens e mulheres misturados. São muito complicadas essas questões, temos que trabalhar muito isso ainda. Já teve empresa que queria saber se as novas beneficiárias já sofreram algum tipo de assédio. Com certeza. O meu ponto é: como abordar esse assunto com elas hoje em dia, porque é um assunto delicado. São questões relevantes, precisamos entender como integrá-las. Trazer o dinheiro para mão delas, pode parecer uma mudança pouca, mas é grande porque quando o dinheiro está na mão delas, elas deixam de ser dependentes do marido, do companheiro. Já pesquisei o bolsa-família e um dos grandes pontos muito positivo do bolsa-família é o dinheiro na mão da mulher. Qual era a referência? Mulher em casa com os filhos, principalmente as mais pobres, logo elas sabem o custo do dia a dia doméstico e se der esse dinheiro pro cara ele gasta em cachaça. Por quê? É pobre, está cansado de ser humilhado no trabalho, aquela história... Se der para a mulher, não resolve o problema da pobreza, mas já gera uma mudança, dá uma base ali. São problemas que não tem resolução fácil ou única. Agora, pequenas ações são muito válidas, como dar dinheiro na mão da mulher e ela ficar mais independente. Atrelado a isso dar uma educação mais... não sei se... educação política é a palavra.

Conforme discutido no capítulo anterior, os técnicos da CDHU e os múltiplos gestores e gestoras do Viveiro Escola União de Vila Nova enfrentam o machismo, trabalham o fortalecimento da autoestima e a valorização das mulheres. A gerente de projetos sociais da SSARU/CDHU explica o perverso processo de naturalização da violência contra a mulher no local – para além de uma questão estrutural e cultural – tendo em vista se tratar de uma área com alto nível de violência e homicídios no geral. Nessa direção, ela explica como a urbanização diminui esses efeitos:

²⁵³ Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/mulheres/equipamentos/index.php?p=288423 Acesso em 29/07/2020

²⁵⁴ Ver: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/mulheres/rede_de_atendimento/index.php?p=209597 Acesso em 29/07/2020

²⁵⁵ Ver: <https://justiceiras.org.br/> Acesso em 29/07/2020

Aqui era e ainda tem muita violência... Entenda... O que era uma mulher apanhar do marido quando aqui era um lugar que em toda esquina tinha um morto na rua? O que era uma mulher apanhar do filho? Não tinha essa importância se você visse como era a situação. Quando viemos para cá, a Secretaria de Segurança Pública, antes de começar urbanização, identificou 24 homicídios em um ano só contando o das ruas principais. Nas vielas, que aconteciam muitos, ela não contabilizou, isso não era contabilizado. Com 2 anos de urbanização, desadensamento de ruas, mobilização territorial, da comunidade, reuniões, esse número foi para zero, vê que loucura. A urbanização permite isso. Você vai entrar em uma rua que tem uma biqueira, vai alargar a viela, desadensou aqueles barracos todos, que era juntinho. Todas as casas com limite, casa com menos de 40 metros tinha que ser retirada. Porque tem que ter ensolação, arejar, ter qualidade de vida tudo isso foi pensado. Isso tudo causa uma mudança radical na vida dessas mulheres, esse depoimento, escuto de forma recorrente em todos os grupos: “meu mundo era minha casa, meu marido”. A violência doméstica, a violência psicológica, principalmente, você achar que só servia para aquilo, muitas com depressão, elas começaram a participar de muitos grupos e falam “minha vida era tão restrita à minha casa, aos meus filhos, à Igreja, à minha mãe, meu passeio era ir à feira” e hoje as Mulheres do GAU visitam tudo quando é lugar, são conhecidas, fazem aqueles eventos em lugares interessantes, conhecem gente do mundo inteiro, recebem gente do mundo inteiro, têm valorização e importância. Pensa que mudança na vida delas, aquelas que não têm valor na própria família, que muitas vezes o marido deprecia. Elas adquiriram conhecimento... elas se arrumaram.

6.3.3 Impactos da AU nas agricultoras

Todas as agricultoras apreciam o trabalho na horta e listam uma série de benefícios associados à prática de horticultura como melhorias na saúde e no bem-estar de modo geral. Elas mencionam redução de pressão arterial, perda de peso e melhoria da condição de depressão. No caso das mulheres que sobreviveram à violência doméstica, a horta possui uma dimensão existencial, pois enquanto a vida doméstica era um *viver em guerra*, a horta é *viver, criar e empreender a vida*. As atividades na horta reestabeleceram sua dignidade, seu senso de autoestima e sua identidade enquanto mulher. Nesse sentido, a horta apareceu como uma resposta à pressão de se sentirem ameaçadas e impotentes em situações de abuso ou violência. É na horta também que começaram a perder medo de diversas ameaças, e começaram a vislumbrar possibilidades de desenvolvimento pessoal e de resgatar sonhos perdidos.

Nessa direção, as atividades da horta vão muito além da concepção econômica de geração de renda e inclusão social, pois é ali que muitas delas se tornam conscientes das múltiplas formas de opressão que a sociedade exerce sobre elas. É na horta que elas

passam a perceber que podem ter controle sobre suas próprias vidas e a cooperar umas com as outras.

Em contexto de violência íntima e comunitária, as agricultoras voltam-se para algo que conseguem controlar: seu pedaço de terra. Através da horticultura elas criam um mecanismo de fortalecimento individual e coletivo como algo tangível, significativo e produtivo. A horta torna-se um local de resistência aos constrangimentos domésticos e sociais. Elas relatam com alegria cada plantio, cada flor, cada erva, como se no ato de plantar, estivessem eliminando a desolação e os problemas que passam em suas vidas privadas.

A horta é também um lugar de solitude, onde conseguem se afastar para *algum lugar*, um lugar que é delas, e ficar ali com seus pensamentos, medos, sonhos e assim começam a perceber seus desejos e a refazer planos. A horta é também o espaço onde elas podem pensar sobre suas vidas, resgatar a propriedade sobre si mesma e tomar suas próprias decisões. Nesse sentido, a atividade na horta é uma resposta significativa à violência e à impotência que cerceia a potência dessas mulheres.

O desenvolvimento de sua autoestima engendrou mudanças de percepção a respeito de qual profissão ou ofício gostariam de exercer. No caso das agricultoras das Mulheres do GAU e da Horta Sabor da Vitória, atualmente todas querem continuar exercendo a atividade de horticultura ou na cozinha e hoje se autodenominam “agricultoras e empreendedoras”. Para essas mulheres, a renda gerada pelas atividades da horta e da cozinha são sua principal fonte de renda.

Além disso, foi na horta onde também começam a vislumbrar a realização de seu maior sonho – o retorno à escola. Cinco agricultoras possuem o ensino fundamental incompleto; uma completou o ensino médio pelo programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA); outra está cursando o supletivo; e uma tem o ensino médio incompleto. Seis agricultoras falam que seu maior sonho é completar os estudos, conforme seus relatos:

Meu sonho é fazer faculdade de agronomia, biologia e gestão ambiental. Eu quero estudar para fazer o ENEM. – Josilene

Não tive oportunidade de voltar a estudar e meu sonho é voltar a estudar.
– Bela

Eu queria voltar a estudar porque é cruel não poder assinar seu nome, cê tem que pedir pros outros pra ler as coisas pra você, pra assinar. – Leocácia

Eu queria muito saber ler, ler os livros, eu vejo esses livros cheio de figura e eu queria saber ler tudinho pra aprender sobre as plantas, sobre as ervas, tem tanta coisa nesses livros – Jandira

Eu tenho muitos sonhos, quem pára de sonhar morre. Meu maior sonho é ter um comércio, vender meus artesanatos, junto com uma loja de utilidades, uma lojinha de muitas coisas. O outro sonho é voltar a estudar. – Alice

Eu tenho muitos sonhos, só sonho coisa boa. Queira ler e escrever direito que não sei bem, e eu converso com Jesus para ter um carro, nem que seja um carro velho. Ter saúde, não faltar comida em casa, estar com as minhas coisas organizadas, não ter dívida, não ter nome no CERASA. – Marilda

6.4 Síntese e análise do capítulo

Neste capítulo foram elucidadas as origens; os motivos que levaram agricultores e agricultoras à São Paulo e (as) às hortas na zona Leste; onde adquiriram conhecimento sobre o cultivo; e os impactos da agricultura urbana em suas vidas – respondendo ao objetivo específico 4. Diante do exposto, foram identificados dois processos estruturantes em suas vidas: o de vulnerabilidade social e o de empoderamento vinculado à AU.

Os dados demonstram que, de todos os agentes produtores da AU na zona Leste, os agricultores e agricultoras são os (as) que estão em situação mais vulnerável e mais expostos às inseguranças de suas regiões. No caso das mulheres, a situação se agrava pelo fato de estarem expostas à violência contra a mulher e, conforme os relatos, com ausência ou escassa assistência do poder público. A trajetória de vida desses homens e mulheres, em sua maioria oriundas de estados do Nordeste, é marcada por inúmeras dificuldades como fome; seca; não puderam ter acesso à educação formal; passaram por privações e humilhações de todos os tipos.

No que se refere ao empoderamento, o estudo evidencia que essas pessoas ressignificaram suas vidas através da atividade de agricultura urbana e da importância que a horta exerce hoje sobre suas vidas. No caso dos homens, aprenderam a cultivar em seu local de origem e na horta; a trajetória profissional é marcada principalmente pelo trabalho em diversos tipos de indústria; alguns passaram por longo período de desemprego; ou estavam insatisfeitos com o trabalho. O acesso à horta em São Paulo

ocorreu principalmente por via de contato pessoal com o gestor ou conhecido na horta. A atividade na agricultura urbana resultou em impactos positivos em sua qualidade de vida, melhorias na saúde geral e gerou renda extra.

No caso das mulheres, aprenderam a cultivar em seu local de origem ou na horta; a trajetória profissional é marcada principalmente por empregos na área de limpeza, cuidados, múltiplos serviços para gerar renda, além do trabalho de cuidado com os filhos e com a casa. A vida pessoal é marcada por exposição à violência íntima e social, situações às quais sobreviveram. O acesso à horta em São Paulo ocorreu, principalmente, por contato pessoal com uma liderança local, contato informal, amiga ou conhecida que trabalhava na horta.

No caso das agricultoras agroecológicas, estas tornaram-se empreendedoras populares e, em todos os casos, a atividade de agricultura ocasionou conscientização a respeito da dimensão da violência contra a mulher; provocou melhorias em sua saúde; no bem-estar geral; empoderamento e transformação de sua realidade subjetiva e objetiva; gerou renda; superaram situações de violência ou assédio; aprenderam e se apropriaram dos aspectos de gestão das hortas.

7. O ESTUDO EM LISBOA

Este capítulo²⁵⁶ elabora os aspectos investigados na cidade de Lisboa. Conforme explicado na metodologia, não se trata de investigação comparada entre Brasil e Portugal. No entanto, o estudo possibilitou a compreensão sócio-histórica do fenômeno estudado – a produção da agricultura urbana em dois Parques Hortícolas de bairros sociais de Lisboa – com o propósito de identificar e analisar os agentes envolvidos nesses processos, a dinâmica instaurada entre eles e como engendram suas atividades. Nessa perspectiva, foram consideradas as semelhanças e diferenças sociais, econômicas, culturais, políticas e históricas dos contextos estudados, respeitadas especificidades regionais e locais, conforme indicam Cowen, Kazamais e Unterhalter (2012).

Os procedimentos dos quais se lançou mão foram distribuídos para responder os objetivos da pesquisa, listados a seguir. Para responder ao abjetivo específico 1: *(a)* apresentação da formação sócio-histórica, política e econômica do país, bem como a formação da urbanidade e da ruralidade em Portugal e em Lisboa.

Para responder aos objetivos específicos 2 e 3: *(b)* revisão bibliográfica sobre o tema da AU em Lisboa; *(c)* análise de documentos referentes aos Parques Hortícolas Municipais de Lisboa e às tipologias das hortas; *(d)* entrevista com três funcionárias do Grupo de Trabalho para a Promoção da Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (GTPAUCL) da Câmara²⁵⁷ Municipal de Lisboa (CML); *(e)* entrevista com o presidente da Junta de Freguesia²⁵⁸ de Carnide referente ao Parque Hortícola de Carnide (Bairro Padre Cruz); *(f)* participação em duas oficinas de treinamento realizadas pelo GTPAUCL na Câmara Municipal de Lisboa e em uma Associação de Bairro.

Para responder aos objetivos específicos 3 e 4: *(g)* múltiplas visitas ao Parque Hortícola do Vale de Chelas e entrevista em profundidade com sete agricultores e duas agricultoras em seus talhões²⁵⁹ enquanto exerciam suas atividades. Além dessas, as observações em campo viabilizaram apreender os aspectos ambientais, sociais e

²⁵⁶ A pesquisa em Lisboa – não prevista no início da investigação – foi possível mediante oferta de bolsa PDSE-CAPES em dezembro de 2017. Em Lisboa, o tempo de trabalho de campo foi relativamente curto e os dois Parques Hortícolas em bairros sociais foram indicados pelo professor Vítor Sérgio Ferreira – a quem agradecemos pelo acolhimento e generosidade – por razão das semelhanças socioeconômicas com a zona Leste de São Paulo.

²⁵⁷ Câmara Municipal de Lisboa é o equivalente administrativo de uma Prefeitura Municipal.

²⁵⁸ Junta de Freguesia é o equivalente administrativo de uma prefeitura regional ou subprefeitura.

²⁵⁹ Talhões são lotes de cultivo.

econômicos, assim como as potencialidades, desafios e inovações engendradas nas hortas estudadas.

Além das situações relativas aos dois Parques Hortícolas, o trabalho de campo ainda revelou uma dimensão inédita da agricultura urbana na cidade, apreendida através da participação nos eventos da *Sustainable Food Week 2018*, iniciativa àquela altura inédita em Lisboa, organizada por um grupo de jovens voluntários (entre 20 e 40 anos, com alto nível de instrução formal), de diversas nacionalidades²⁶⁰, interessados ou envolvidos em projetos de sustentabilidade alimentar. Apesar dessas iniciativas não fazerem parte do escopo da pesquisa – tendo em vista que não estão diretamente relacionadas a Parques Hortícolas em Bairros Sociais – elas engendram novas dinâmicas de experiências agrícolas, ambientais e sociais, revelando novas propostas e demandas para uso da terra, distinto do proposto pelo GTPAUCL – e que, portanto, serão brevemente discutidas adiante.

Dessa forma, este capítulo se inicia com uma breve introdução sobre a relação entre a urbanidade e a ruralidade em Portugal, relacionando-as com sua formação sócio-histórica, política e econômica, seguido por uma explicação sobre como a agricultura urbana – já com essa denominação – foi promovida no país a partir dos anos 2000 e como determinados terrenos se tornaram áreas de cultivo devido à crise financeira de 2008. Em seguida é mostrada a atual divisão administrativa da cidade de Lisboa e uma caracterização dos Bairros Sociais. Adentra-se no fenômeno da AU na cidade de Lisboa, onde são apresentados e discutidos os resultados referentes ao Projeto Parques Hortícolas Municipais; das duas hortas do estudo; e da trajetória de vida de agricultores (as) do Vale de Chelas.

7. 1 Ruralidade e urbanidade em Portugal

Segundo Ferrão (2000), a relação entre a ruralidade e a urbanidade na Europa é histórica, de espaços distintos e complementares um ao outro, onde a principal função das áreas rurais era a produção de alimentos e, das áreas urbanas, o fornecimento de infraestrutura, bens, serviços e equipamentos públicos. De acordo como Telles (1996) Portugal possui uma longa tradição de atividade agrícola em áreas rurais. No entanto, a relação entre o meio rural e urbano sempre esteve presente, especialmente no que diz respeito à relação entre as cidades medievais e ao espaço rural não povoado. Nessa

²⁶⁰ As nacionalidades são oriundas de países como França, Inglaterra e EUA.

direção, os espaços produtivos são presentes principalmente nos Centros Históricos das cidades, fato que pode ser visto nos nomes de praças e ruas que fazem referência ao meio, a termos e a cultivos como, por exemplo, Praça das Amoreiras; Praça das Flores; Praça das Figueiras; Rua das Laranjeiras; Rua Alecrim; Rua dos Moinhos; Rua Horta; etc. Dessa forma, a existência de espaços produtivos se faz presente na memória e na cultura da cidade. Ademais, as quintas²⁶¹, granjas²⁶² e hortas que existem nas mediações da cidade eram as que, historicamente, a abasteciam.

As cidades portuguesas, como muitas cidades europeias, eram cercadas por muralhas, que são a herança arquitetônica de construções medievais, e a produção agrícola era encontrada no entorno delas. Esses espaços de produção eram a principal fonte de abastecimento de alimentos até o advento da industrialização no século XVIII e das Grandes Guerras Mundiais na primeira metade do século XX. Os processos de industrialização relativamente tardios em Portugal – quando comparados a outros países europeus – centrados principalmente nas cidades de Lisboa e do Porto, desencadearam a ocupação de terrenos que antes eram quintas, granjas e campos agrícolas²⁶³ no entorno das cidades, ocasionando uma retração da produção nessas áreas (TEIXEIRA, 2016).

No século XX, em 1933 foi aprovada a Constituição que inaugura o regime político do Estado Novo (1933 – 1975) em Portugal. Esse período foi fortemente marcado pelo nacionalismo, autoritarismo, autocracia, corporativismo e intervenção do Estado na economia e onde todo e qualquer interesse público era imediatamente sucumbido à tutela do Estado. A Constituição de 1933 estabelecia que o Estado era intermediador entre trabalhadores e patrões, o que tornou sindicatos profissionais em órgãos de representação, com o objetivo de conter os conflitos de classe (PINTO, 2010).

No entanto, a oposição interna continuava a existir e, devido à complexidade dos problemas da sociedade portuguesa, o regime também organizou e implementou uma vasta estrutura de controle político-social como prisões e campos de deportação aos opositores do regime, polícia política, censura, entre outros mecanismos de controle social fascista. Esse período também é chamado de regime Salazarista, em referência a

²⁶¹ Quinta é um termo português que se refere a uma propriedade rural de tamanho pequeno ou médio, que possui uma casa para moradia. O equivalente brasileiro seria sítio ou chácara.

²⁶² Granja refere-se a uma pequena propriedade rural onde é praticada a agropecuária em escala pequena e onde há instalações para armazenar a produção. No Brasil, granjas referem-se a uma propriedade onde há criação de aves, especialmente galinhas, para fins comerciais.

²⁶³ Campos agrícolas refere-se a uma área de terra não edificada, em zona rural, destinada à agricultura, tanto para cultivo como pastoreio.

António de Oliveira Salazar, seu fundador e líder, falecido em 1970, cujo sucessor Marcello Caetano, chefiou o governo até 1974, quando foi derrubado pelo golpe militar²⁶⁴ da Revolução dos Cravos, ocorrido no dia 25 de abril de 1974 (PINTO, 2010).

No Estado Novo, a intervenção do Estado na economia era regulamentada através do Condicionamento Industrial, que causava um retardamento no desenvolvimento industrial devido à falta de competitividade entre as indústrias portuguesas. No entanto, o discurso oficial era a favor de seu desenvolvimento. Essa ambiguidade entre discurso e prática era causada pelos interesses opostos de duas forças sociais: a ruralidade conservadora do país, que era avessa à industrialização, e o setor industrial, que via na substituição das importações uma grande oportunidade para desenvolver suas empresas. Além disso, a ambiguidade do Condicionamento também tinha o intuito de anestesiar a percepção da relação do regime português com o regime nazista da Alemanha e o fascista da Itália (LISBOA, 1992).

Além da ruralidade conservadora, a Igreja Católica também se beneficiou dos horrores do Estado Novo e cobriu “como um véu”, nas palavras de Gil (2004, p. 16) os “crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou”. A relação entre o Estado e a Igreja tinha raízes ideológicas arraigadas em uma tradição reacionária de caráter fortemente antiliberal e anticomunista, cujas origens profundas são encontradas na Inquisição Portuguesa. Nesse contexto, a única organicidade se dava através da hierarquização social, do corporativismo de Estado e a orientação espiritual era atribuída exclusivamente à Igreja Católica, imbuída de “cristianizar” a nação, legitimando uma relação de dominação compartilhada entre os líderes políticos e religiosos (SIMPSON, 2012).

Segundo Ferrão (1996), a emigração e a imigração é um fenômeno permanente no país há séculos. No entanto, a partir da década de 1940, torna-se numericamente expressivo, com destinos extracontinentais, como o Brasil e os EUA; e intercontinental, com destinos como Vila Real e Viseu, no norte do país; e o litoral, como o Algarve, Madeira e Açores. Essa emigração foi de caráter familiar, de pequenos proprietários, o que causou um aumento populacional no litoral do país, também propulsionado pelo

²⁶⁴ Ressalte-se que, diferentemente do Brasil, o golpe militar pôs fim ao regime ditatorial. A data de 25 de abril é amplamente celebrada pelos portugueses e foi resultado de amplo movimento social e político que depôs o regime do Estado Novo, iniciando o processo de democratização a partir da vigência da nova Constituição, de 25 de abril de 1976, com forte caráter socialista.

aumento de investimentos na industrialização nessas regiões e no desenvolvimento de infraestruturas básicas, que geraram relativo crescimento econômico (FERRÃO, 1996).

A partir da década de 1960, as cidades passaram a ser o centro do progresso nacionalista e adquiriram maior importância, pois tornaram-se polos geradores de empregos, serviços e de proximidade a equipamentos públicos. A ruralidade perde seu status e tornou-se fornecedora de mão de obra de baixo custo e desqualificada, que veio a alimentar o crescimento urbano. Dessa forma, a relação entre o urbano e o rural torna-se assimétrica e, a partir da introdução da agricultura mecanizada no campo, é inaugurada uma distinção entre o que é “novo e moderno”, isto é, o mecanizado e o que é “velho e arcaico”, feito por pessoas – os camponeses (FERRÃO, 2000).

Apesar da noção de progresso associada aos processos de industrialização e desenvolvimento econômico, a década de 1960 também foi marcada por imensas dificuldades nas despesas públicas, devido aos gastos gerados pelas Guerras Coloniais, que ocorreram entre 1961 e 1974. As Guerras Coloniais – também popularmente chamadas de Guerras de Independência – foi um período de confronto armado entre as Forças Armadas Portuguesas e as múltiplas forças dos movimentos de libertação, muitos de orientação marxista, das ex-colônias Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, que geraram dois problemas em Portugal: uma enorme despesa para o Estado e queda na mão-de-obra, pois as pessoas começaram a emigrar e o país enviava soldados para as Guerras, ocasionando diminuição populacional (FERRAZ, 2019).

Esse processo desencadeou mais uma onda de êxodo rural – principalmente de homens que buscavam uma vida melhor e que se alistaram como soldados. O aumento gradual da população em áreas urbanas não foi acompanhado nem por políticas públicas nem por planejamento territorial. Junta-se a isso, a construção irregular de habitações, que não contemplavam espaços verdes (TELLES, 1987; TEIXEIRA, 2016).

Dessa forma, a partir de 1950, houve grande crescimento de habitações ao redor da cidade, criando bairros compactados e bairros provisórios para acomodar os emigrantes rurais, bem como áreas clandestinas de moradias precárias e inapropriadas para residência. Além disso, todo o período do Estado Novo foi marcado por um lento processo de urbanização que se acelerou somente na década de 1980, impulsionado pela entrada de Portugal na União Europeia em 1986 e por investimentos estrangeiros. Só

então novos comportamentos sociais e padrões de consumo entram em cena (TELLES, 1997).

O setor da habitação também foi marcado por conservadorismo em relação ao papel da moradia e ao planejamento territorial das cidades. No que se refere à habitação, em contexto de União Europeia, Portugal não apresenta, numericamente, tantos bairros sociais quanto outros países europeus, mas cada país reflete, à sua maneira – e influenciado por fatores culturais, ambientais, sociais e econômicos – os valores e concepções das políticas de habitação (PITTINI *et. ali.*, 2015).

Em Portugal, o artigo relativo à habitação e ao urbanismo da Constituição da República Portuguesa (artigo 65º)²⁶⁵, não contempla a resolução dos problemas habitacionais nem valoriza o caráter social da habitação. Junte-se a isso a desregulamentação do setor habitacional, que acarreta persistentes problemas sociais relacionados à segregação socioespacial, à insuficiência habitacional e à estigmatização de bairros sociais (CARREIRAS, 2018).

7.1.1 Incentivos à AU

O rápido desenvolvimento urbano durante a década de 1980 não incluiu a agricultura no planejamento das cidades e não foi questão de debate no setor público (DELGADO, 2017). Gonçalo Ribeiro Telles, arquiteto, paisagista, ecólogo, político português, criador das zonas protegidas da Reserva Agrícola Nacional²⁶⁶, da Reserva Ecológica Nacional²⁶⁷ e das bases do Plano Diretor Municipal, foi o principal proponente de hortas em área urbana em debates públicos e defensor da “integração da ruralidade no interior da cidade, sobretudo por razões históricas e culturais, (...)” (TEIXEIRA, 2016, p. 08).

No entanto, apesar do arquiteto defender a agricultura urbana e de exercer grande influência na municipalidade de Lisboa, a AU não foi de fato implementada enquanto projeto do setor público até os anos 2000. Nessa direção, mudanças mais significativas em torno das temáticas da agricultura urbana e de sistemas alimentares começaram a ocorrer de fato a partir dos anos 2000, quando Portugal começou a se beneficiar de

²⁶⁵ Ver: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202008221555/128029/diploma/indice> Acesso em 23/07/2020.

²⁶⁶ Ver: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2009/03/06300/0198802000.pdf> Acesso em 30/07/2020.

²⁶⁷ Ver: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2926&Itemid=191 Acesso em 30/07/2020.

programas de incentivo e financiamentos europeus como o Leader +, que ocorreu entre os anos de 2000 e 2006 e apoiou o programa PROVE; programas de pesquisa em cidades europeias como o *Cost Urban Allotments Garden*, entre 2012 e 2016; e o *Cost Urban Agriculture Europe*, também realizado no mesmo período, que incentivou e integrou as equipes e iniciativas em Portugal e estabeleceu comunicação com outros países europeus referente ao tema.

A ONG OIKOS disseminou publicamente a iniciativa em Portugal, assinado no Pacto pela Política Alimentar Urbana de Milão²⁶⁸. No contexto dessa disseminação, 30 cidades manifestaram interesse com o objetivo de engendrar o desenvolvimento de sistemas alimentares urbanos sustentáveis e justos (DELGADO, 2017). Além de programas e projetos da União Europeia, iniciativas públicas, privadas, e organizações da sociedade civil portuguesas também deram início a projetos de hortas comunitárias, conforme pode ser verificado no estudo de Gonçalves (2014, p. 27), que produz um quadro com os distritos; número de hortas; ano de inauguração; e a origem das iniciativas de agricultura urbana no país, com o objetivo de reconhecer o desenvolvimento do fenômeno cronologicamente em nível nacional.

Os órgãos responsáveis pelas iniciativas são diversos, tais como Câmara Municipal, Junta de Freguesia, estabelecimentos de ensino público, organizações da sociedade civil, organizações privadas, entre outros. O quadro abaixo (23), com a cronologia das iniciativas, é reproduzido integralmente:

²⁶⁸ Ver: <https://www.oikos.pt/pt/component/k2/item/2134-confer%C3%A2ncia-%E2%80%9Cpara-uma-integra%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-seguran%C3%A7a-alimentar-e-nutricional-em-portugal%E2%80%9D> Acesso em 27/12/2019.

Quadro 23 – Cronologia de aparecimento das Hortas Urbanas e Entidades responsáveis por estas iniciativas.

Distrito	Nº Hortas	Ano de inauguração das Hortas											Origem das iniciativas			
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	CM	JF	Estabelecimentos de Ensino Público	Outros	
Aveiro	4								1	2	1	x	x	x	Associação Movimento Terra Solta	
Beja	1									1		x		x		
Braga	3					1		1			1	x			HiperNatura Continente	
Bragança	6								3	3		x		x	Obra Social Padre Miguel; EDP Solidária Barragens; EPA	
Coimbra	3			1		1			1			x	x	x	Instituições Particulares de Solidariedade Social	
Évora	2									2					Agenda 21 Local	
Faro	6								2	2	2	x			EDP Hortas Solidárias; ALGAR; FAGAR; Glocal Faro; Slow Food Movement; Biosite; DRAP	
Guarda	2						1			1		x				
Leiria	2							1			1			x	Iniciativa por parte dos Cidadãos	
Lisboa	15						1	2	3	3	6	x			Agrobio	
Portalegre	2								1		1		x	x	ADERAVIS; Projecto de Alimentação Saudável nas Escolas do Concelho de Portalegre	
Porto	29	2	3	2	3	2	1	3	6	3	4	x	x	x	LIPOR; Área de Habitação da Gaiurb; Santa Casa da Misericórdia; ADAPTA; Biotrofa; Associação Movimento Terra Solta; EDP Hortas Solidárias	
Santarém	5								1	3	1	x			Casa Solidária das Artes e Ofícios; Agrobio; Eco-Cartaxo	
Setúbal	2								1		1	x			Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco	
Viana do Castelo	2						1		1			x			Serviço da Área Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos	
Vila Real	1							1				x				
Caso Especial: Funchal	22		1		1	2	3	3	6	3	3	x				
TOTAL	107	2	4	3	4	6	7	11	26	23	21					

Fonte: GONÇALVES (2014, p. 27).

A partir do quadro, observa-se que a cidade do Porto foi pioneira²⁶⁹ nos projetos de agricultura urbana, contando com dois deles a partir de 2004; e as cidades do Porto, Funchal e Lisboa possuem a maior quantidade de hortas. Não é o objetivo aqui versar sobre as iniciativas e a razão da quantidade de hortas ser maior em um município do que em outro, uma vez que o foco do estudo são Parques Hortícolas de bairros sociais de Lisboa.

²⁶⁹ Ressalte-se que a primeira horta foi na cidade da Maia, sede da LIPOR. O projeto da LIPOR corresponde a quase toda a área metropolitana do Porto. Ver: <http://docplayer.com.br/12880086-Horta-a-porta-lipor-servico-intermunicipalizado-de-gestao-de-residuos-do-grande-porto.html> Acesso em 23/12/2020.

Portugal recebeu incentivos da União Europeia e desenvolveu programas e projetos de incentivo à AU, onde diversas empresas e organizações da sociedade civil as executaram (GONÇALVES, 2014; DELGADO, 2017). Além desses incentivos, programas e projetos, é preciso ressaltar o papel da AU no contexto da funcionalidade do Planeamento e Proteção da Estrutura Ecológica Urbana (EEU), que veio a ser contemplado no Plano Diretor Municipal para Lisboa de 2012 (TEIXEIRA, 2016).

A EEU é um modelo de planeamento e desenvolvimento urbano de cidades e territórios que tem como objetivo garantir o funcionamento de ecossistemas que inclui a preservação da biodiversidade. Nessa direção, o planeamento ambiental é marcado pelo reconhecimento, preservação e promoção da biodiversidade e da cultura, que devem ser implementadas de maneira ambientalmente sustentável, contribuindo para a qualidade de vida de seus moradores (TEIXEIRA, 2016).

Teixeira (2016, p. 17), defensora da agricultura urbana como instrumento da EEU, a partir das ideias de Gonçalo Ribeiro Telles, defende que:

A ‘infra-estrutura verde’ promovida pela EEU deverá ser o suporte das paisagens e dos ecossistemas naturais, assim como ter funções de corredor ecológico ao providenciar habitats para fauna e flora, constituir um filtro de ar e água, funções sociais e culturais ao promover um equilíbrio estético e paisagístico, propiciando à população espaços livres de recreio, lazer e educação ambiental, ou seja, a agricultura urbana é um conteúdo que pode ser eficaz neste ponto de vista, além disso, a vegetação pontua a cidade com elementos de cor, textura, movimento, contrastantes com os materiais inertes. Constitui, portanto, um dos elementos indispensáveis à construção da estrutura da cidade.

No entanto, apesar dos programas e incentivos à AU serem contemplados como parte do EEU do Planeamento Urbano de Lisboa, o advento da crise financeira mundial devido ao colapso dos *Lehman Brothers* em setembro de 2008, gerou uma grande dívida europeia, a começar pelo déficit da Grécia, seguido pela crise bancária da Irlanda, Islândia, Itália, Espanha e Chipre. Nesse contexto, Portugal também foi um dos países mais severamente afetados. Depois de 2 anos de negociação e apesar de revoltas populares, “a Irlanda, a Grécia, Portugal e Chipre foram obrigados a pedir empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à União Europeia (UE), os quais foram concedidos com condições muito exigentes” (FREIRE e MOURY, 2014, p. 97).

As exigências do FMI foram relativas a reformas políticas, desregulamentação dos mercados – especialmente do trabalho – entre outros. Em Portugal, o plano do FMI, da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Estado Português ficou

popularmente conhecido como “Troica”, entrando em vigor em 2011, com o objetivo central de equilibrar as contas públicas através de severas medidas de austeridade econômica (FREIRE e MOURY, 2014).

A crise em Portugal desencadeou o aumento de desemprego, o declínio populacional e os efeitos da Troica foram sentidos em todos os setores da sociedade. Àquela altura houve um aumento na quantidade de terrenos vazios devido ao colapso no setor da construção, gravemente afetado. Como consequência, houve um aumento no número de espaços de cultivo – apesar da atividade agrícola em meio urbano sempre ter sido presente (DELGADO, 2017).

Junte-se a isso o fato de que a questão do uso do solo em Portugal é bastante problemática, como pode ser verificada nas “políticas de uso do solo”, centradas em terrenos que priorizam edificações. Ademais, a falta de planejamento por parte das autoridades municipais ocasiona inflação em áreas de crescimento e ao mesmo tempo causa dispersão da ocupação territorial urbana, resultando em uma expansão de infraestrutura inutilizada, gerando espaços alternados entre construções e áreas não construídas que rompem “o continuum urbano” (DELGADO, 2015, p. 01).

Apesar dos efeitos catastróficos na economia e na vida dos portugueses, os efeitos da crise na agricultura urbana foram positivos, uma vez que gerou e promoveu iniciativas de AU, como podem ser observados nos estudos de caso analisados por Delgado (2015). Além desses, 18 Parques Hortícolas foram instalados entre 2011 e 2017 pela CML, isto é, o momento da crise engendrou oportunidades no que tange à produção para consumo próprio. Além disso, questionou-se as ‘políticas agrícolas rurais’, uma vez que ‘Zonas Agrícolas de Inclusão Social’ podem promover um debate crítico sobre o planejamento territorial da cidade, pois exigiria reformas legislativas para fornecer aos governos locais estratégias e ferramentas de recuperação de propriedades vagas, como inventário, informações desses locais, lista de pessoas interessadas, etc. (DELGADO, 2015).

7.2 Breve histórico do desenvolvimento urbanístico de Lisboa

O site da CML disponibiliza um histórico da evolução urbanística da cidade²⁷⁰, que aqui será exposto de forma resumida. Em 1948, a CML concluiu o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, elaborado pelo urbanista Étienne de Gröer, onde a cidade foi

²⁷⁰ Ver: <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao> Acesso em 21/09/2020

dividida em áreas de zoneamento para usos diversos; foi delineada a rede viária radiocêntrica; a zona industrial servida pela Avenida Infante D. Henrique; uma das travessias do rio Tejo foi criada; foi inaugurado o Aeroporto de Lisboa (atual Aeroporto Humberto Delgado) em 1942; foram inauguradas duas rodovias – uma para o Norte e outra para o Sul – continuadas da ponte sobre o Tejo.

Em 1977, uma grande reforma urbanística-viária, elaborada pelo arquiteto e urbanista Mayer-Heine, foi implementada com vistas a solucionar a questão da expansão urbana e do aumento de tráfego viário, através de ligações com as estradas do Norte e do Sul ao aeroporto. Além dessas, a Avenida Liberdade foi prolongada e Lisboa foi dividida em Unidades de Ordenamento do Território. Na década de 1990, a CML aprovou as diretrizes do Plano Estratégico de Lisboa (PEL) e do Plano Diretor Municipal, com o objetivo de “revitalizar a capital, para que a tornassem mais humana e moderna, consequentemente mais atrativa para viver e trabalhar tanto ao nível nacional como europeu, criando ainda um serviço administrativo mais eficiente e próximo do cidadão” (RIBEIRO, 2016, p. 38).

A questão da habitação social foi elaborada e implementada entre os anos de 1897 e 1994 pelo Plano de Intervenção a Médio Prazo para a Habitação Social de Lisboa (PIMP) e pelo Programa Especial de Realojamento (PER), realizado através de da cooperação entre Estado e Autarquias com o objetivo de proporcionar habitação adequada a famílias sem habitação ou em habitações precárias. O resultado do PER e do PIMP foram:

Em 2013, foi concluído o Relatório de Finalização dos Programas de Realojamento PER e PIMP, o qual refere que foram realojadas quase 19 mil famílias, contudo mais de 750 casos não foram resolvidos. Ainda na década de 90 houve uma importante transformação na zona oriental de Lisboa. A EXPO '98 veio substituir um antigo depósito industrial, e surgiu como a nova zona da cidade, dando mote à criação de infraestruturas que viessem reduzir a distância temporal entre o centro e o limite do concelho, muito devido às vias criadas e aos transportes públicos implementados. A Câmara Municipal de Lisboa iniciou em 2001 um novo Plano Diretor concluído em 2012. Este plano em vigor tem como estratégia principal assegurar a inclusão da cidade nas redes nacionais e globais, regenerar as malhas urbanas já consolidadas, promover a qualificação do espaço urbano e fomentar uma maior participação da população. Tem como bases principais o de atrair aglomerados familiares para nela residirem, criando-se mais empresas e empregos, reabilitando o edificado e requalificando-se o espaço público, devolver o rio à população, melhorar a rede de transportes públicos diminuindo o tráfego e aumentando os espaços verdes (RIBEIRO, 2016, p. 38).

Atualmente, a cidade de Lisboa é a mais populosa de Portugal, com pouco mais de meio milhão de habitantes. A Área Metropolitana de Lisboa é habitada por mais de dois milhões e meio de pessoas, é a maior e mais populosa área metropolitana do país (INE, 2011) e faz limite com os municípios / concelhos de Loures, Odivelas, Amadora e Oeiras (mapa 04). Segundo informação do site²⁷¹ da Assembleia Municipal Lisboa, sobre a organização administrativa da cidade:

A organização administrativa de Lisboa (Lei 56/2012 de 8 de novembro) criou um novo mapa da cidade de Lisboa e baseia-se numa estratégia de modernização do modelo de governo autárquico, descentralizando competências administrativas para as Juntas de Freguesia. As anteriores 53 freguesias passaram a 24, agregando algumas, delimitando outras de outra forma e criando uma nova área administrativa da cidade – o Parque das Nações.

A reforma administrativa de 2012 reorganizou a cidade em 24 Freguesias que, por sua vez, foram agrupadas em cinco Zonas – denominadas de Unidades de Intervenção Territorial (UIT). O quadro abaixo e mapa (04) mostram as 24 Freguesias em suas respectivas Zonas. Os tons de verde correspondem à zona Norte; o amarelo à zona Ocidental; o laranja à zona Centro; a violeta a zona do Centro Histórico; e o azul à zona Oriental.

Quadro 24 – Zonas e Freguesias de Lisboa

Zona	Freguesias
Norte	Santa Clara; Lumiar; Carnide; São Domingos de Benfica; Benfica.
Ocidental	Belém; Ajuda; Alcântara.
Centro	Alvalade; Areeiro; Avenidas Novas; Campolide; Santo António; Arroios.
Centro Histórico	Campo de Ourique; Estrela; Misericórdia; Santa Maria Maior; São Vicente; Penha da França.
Oriental	Beato; Marvila; Parque das Nações; Olivais.

Fonte: a autora, a partir do mapa da Assembleia Municipal de Lisboa, 2012.

Tendo em vista que o objetivo do estudo de campo em Lisboa visava Parques Hortícolas localizados em bairros e/ou regiões que correspondessem às características socioeconômicas e perfil de participante da zona Leste de São Paulo, o Prof. Dr. Vítor Sérgio Ferreira indicou o Parque Hortícola do Vale de Chelas, localizado na Freguesia de Marvila, zona Oriental e um professor de uma escola no bairro Padre Cruz indicou o Parque Hortícola de Carnide (bairro Padre Cruz), localizado na Freguesia de Carnide, zona Norte da cidade.

²⁷¹ Ver: <https://www.am-lisboa.pt/451600/1/009001,000531/index.htm> Acesso em 21/07/2020.

Ambos os bairros são denominados “bairros sociais”, isto é, são bairros de habitação popular, onde mora uma população de poucos recursos. Ressalte-se que Carnide, em sua maioria, é uma Freguesia de nível socioeconômico elevado, no entanto, o bairro Padre Cruz é um bairro de habitação social.

Mapa 04 – Freguesias e Zonas do município de Lisboa

Fonte: Assembleia Municipal de Lisboa, 2012.

Os bairros sociais são estigmatizados em Portugal e não estão concentrados em uma única área. Gonçalves e Pinto (2001, p. 111), em estudo sobre a imagem pública de três bairros sociais de Lisboa – o Horta Nova (freguesia de Carnide), o Casal dos Machados (freguesia do Parque das Nações) e o Boavista (freguesia de Benfica) – demonstram (a despeito de uma leitura preconceituosa sobre esses sujeitos) que a

presença do tráfico de drogas, de gangs de jovens, de conflitos endêmicos e da presença de minorias étnicas são elementos que compõem um quadro de percepções negativas a respeito desses locais:

Actores, imagens públicas e identidades são elementos que, nestes bairros sociais, se jogam num tabuleiro tridimensional: a droga, as conflitualidades e os bandos de jovens. São categorias centrais de discursos heterogêneos de actores residentes que, de formas diversas, apreendem, (re)constroem e representam, para si, as imagens que reconhecem negativas dos seus bairros para, de seguida, as exteriorizarem e a elas reagirem, imagens profundamente enraizadas que os realojamentos não souberam ou não puderam apagar. A droga – elemento visível e transversal aos três bairros – a segregação social e residencial num deles, a diversidade étnica de muitas famílias vindas de outros bairros, de outros contextos residenciais, também marcados pela precariedade e pela pobreza noutro, e os traços de uma juventude "ruidosa", reactiva e muito visível, porque ocupa e apropria os espaços públicos aí jogando as suas "contra-regras" e impondo as suas contraculturas, conotadas com a marginalidade, parecem ser causas e, num teimoso círculo vicioso, consequências intrincadas que marcam os ritmos e as cadências da realidade quotidiana destes actores sociais.

Nessa direção, no contexto lisboeta, os bairros sociais concentram populações de baixa renda, grupos étnicos e minoritários²⁷² e, simultaneamente, são espaços construídos com o intuito de promover a habitação e a integração de seus moradores na cidade – fato que ainda não acontece. Em contexto de crise econômica, que implicam em graves consequências para a coesão social, os bairros sociais concentram populações desfavorecidas que não possuem opções de escolha de moradia, onde se materializa a imposição da segregação social e de espaços segregados sócio espacialmente (CARREIRAS, 2018).

7.3 Agricultura urbana em Lisboa

Os primeiros registros de hortas urbanas na cidade de Lisboa são as dos bairros antigos de Alfama e Castelo – pertencentes à atual Junta de Freguesia de Santa Maria Maior – e do bairro da Graça – pertencente à atual Junta de Freguesia de São Vicente – todos do Centro Histórico de Lisboa. Essas localidades são limitadas por muros e

²⁷² Ressalte-se que na revisão bibliográfica sobre o tema dos bairros sociais, populações africanas ou de países não-europeus são tratadas como “minorias étnicas”. Não há uma leitura crítica sobre a respeito das interpretações sobre essas populações em Portugal e claramente há um racismo velado – social e em produções acadêmicas – tendo em vista que o ensino de História em Portugal perpetua o mito de “bom colonizador” e trivializa os horrores do tráfico negreiro e da escravidão. Ver: ARAÚJO, M. e RODRIGUES, A. **História e memória em movimento: escravatura, educação e (anti)racismo em Portugal**. Revista História Hoje, v. 7, nº 14, p. 107-132 - 2018

construções antigas e as hortas tinham por objetivo a sociabilidade da vizinhança e fins sanitários, por se tratar de bairros históricos (SANCHEZ e SANTOS, 2010).

O planejamento urbano do século XVIII implementou a concepção dos chamados “espaços verdes” e da arborização, materializados no Passeio Público, construído em 1764; no Jardim Botânico da Ajuda, construído em 1768; e o Passeio do Campo Grande construído em 1807, transformado posteriormente em jardim público em 1826 (TELLES, 1987). A partir desse planejamento, hortas, quintas e pomares tornaram-se parte da paisagem urbana, integrando ainda mais a relação já existente entre o urbano e o rural em Lisboa. Em zonas como Campo Grande, Telheiras e Benfica, a ruralidade era presente no urbano na forma de hortas e quintas, os quais a nobreza desfrutava como locais de lazer e férias. Nessa direção, Lisboa era uma cidade onde searas, olivais, hortas e quintas de lazer faziam parte de sua paisagem (FOLGOSA, 2007).

No século XIX, Lisboa era uma cidade que integrava a ruralidade e a urbanidade, fato este que foi central para o desenvolvimento da autonomia local e regional (TELLES, 1996). Nessa direção, já reinava a concepção de que para a cidade ser um ambiente saudável e ecológico, ela necessita de integração com os espaços naturais e rurais, materializado principalmente na forma de jardins. Assim, em 1830 foi feito o Jardim de São Pedro de Alcântara; em 1840, foi construído o Jardim da Estrela e em 1850, foi feito o Jardim do Príncipe Real. Em 1879, a Avenida da Liberdade foi construída, uma alameda arborizada que tinha por objetivo substituir o Parque Público e promover espaço de lazer para todos os segmentos sociais (SANCHEZ e SANTOS, 2010).

Segundo funcionária da Câmara de Lisboa, Rita Folgosa²⁷³, responsável pelo Grupo de Trabalho de Promoção da Agricultura Urbana, a realidade agrícola sempre foi presente na cidade de Lisboa:

Sempre existiu agricultura na cidade de Lisboa. Nós até tínhamos a alcunha... nós lisboetas... de “alfacinhas”²⁷⁴, de alguma forma está totalmente relacionado com o passado agrícola da cidade, principalmente nas zonas ao redor da cidade. Evidentemente a cidade foi crescendo, se urbanizando e ‘comendo’ estes espaços agrícolas, essas áreas verdes no entorno da cidade. Mas, sempre ‘às voltas’ na

²⁷³ Entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2018 na Câmara de Lisboa.

²⁷⁴ ‘Alfacinha’ é um termo popularmente utilizado em Portugal para designar pessoas provenientes da cidade de Lisboa. A primeira referência ao termo é encontrada na obra “Viagens na Minha Terra”, de Almeida Garrett (1846): “Pois ficareis alfacinhas para sempre, cuidando que todas as praças deste mundo são como a do Terreiro do Paço”.

cidade de Lisboa, em maior ou menor escala, em lugares pontuais, mas a agricultura sempre foi uma realidade que a cidade teve.

Ainda segundo a funcionária, as hortas não eram consideradas completamente ilegais pelo poder público mesmo antes da regulamentação mais atual da atividade agrícola. A Câmara contemplava normas e regulamentos desde 1930 e previam o aluguel de terrenos para atividades agrícolas, para a pecuária e criação de animais. A nível de patrimônio territorial, a Câmara permitia que cidadãos interessados nos ‘espaços livres’ da cidade pudessem praticar a atividade de agricultura através do aluguel do terreno. No entanto, a relação com o poder público se reduzia à permissão ou não da atividade, não garantia água, poda de mato ou qualquer outro tipo de apoio. Havia uma fiscalização do ponto de vista da ocupação – se o plantio estava dentro dos limites permitidos – mas não no que se refere à vigilância sanitária ou fiscalização ambiental, segundo relato da funcionária Rita Folgosa.

Conforme discutido anteriormente, a agricultura urbana foi estruturada no planeamento urbano a partir de 1980 pelo arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles, mas a percepção dos moradores de Lisboa sobre a atividade “era um bocadinho de chacota, de piada, porque as pessoas pensavam que cidade não era para agricultura, que agricultura era para ruralidade”, conforme relato de Rita Folgosa. Naquele momento, o arquiteto insistia na produção de alimentos frescos na cidade à medida em que ela expandia e a distância entre consumidores e produtores de alimentos aumentava, pois, para garantir a sustentabilidade, uma alimentação de qualidade e saudável era necessário voltar a trazer as plantações para cidade. Na década de 1980, a Câmara iniciou planos para a elaboração e desenvolvimento do “Plano Verde de Lisboa” (TELLES, 1997) com o objetivo de garantir a sustentabilidade ambiental, a preservação de zonas ambientais e impedir o crescimento desenfreado da cidade.

De um ponto de vista da gestão municipal, tendo em vista melhorar a situação económica, ambiental e aumentar a coesão social na cidade, o Plano Diretor Municipal de Lisboa de 2012²⁷⁵ incluiu a Estrutura Ecológica Urbana (EEU) como elemento estratégico de planeamento da cidade. A EEU tem por objetivo garantir a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais e seminaturais do território urbano, que é

²⁷⁵ Ver: <https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal> Acesso em 05/04/2020.

restringido pelo tecido urbano, especialmente no centro da cidade (SANTOS *et. al.*, 2015).

No que se refere ao meio ambiente, Lisboa conta com o Parque Florestal de Monsanto, em um terreno de 1000 hectares, que possui vasta diversidade de fauna e flora e é também berço de 33 espécies de plantas alimentícias não convencionais com potencial alimentício (DUARTE, 2017). Além disso, a cidade possui diversos parques, jardins, quintas, granjas e remanescentes de antigas fazendas e é estuário do rio Tejo, o mais extenso da Península Ibérica, com mais de 1000 km, que nasce na serra de Albarracim, na Espanha, e desemboca no oceano Atlântico, em Lisboa. Nessa direção, a cidade é berço de uma grande diversidade de ecossistemas, de flora e de fauna.

7.3.1 Plano Verde de Lisboa

O Plano Verde de Lisboa é parte integral do Plano Diretor Municipal, aprovado em 1993 e norteado por uma concepção ecológica de espaços públicos urbanos. Envolve o reconhecimento de sistemas ecológicos de uma região, norteados por estruturas instaladas sustentavelmente, com o objetivo de promover o acesso à biodiversidade na cidade. Uma das estruturas do Plano Verde inclui os Corredores Verdes, que requalificam ambientalmente territórios defasados, constituindo-se como base para uma definição de Estrutura Ecológica Urbana (FERREIRA e MACHADO, 2010).

O Plano Verde envolve a manutenção e a preservação de grandes zonas verdes, que inclui esse conjunto de Corredores Verdes na cidade, onde as pessoas podem percorrê-los em toda sua extensão. No entanto, os funcionários da CML perceberam que as pessoas não estavam fazendo usufruto dos corredores, dos espaços verdes e que havia muitos desses espaços voltados para centros comerciais. Elas concluíram que a razão para o desinteresse tinha a ver com a pouca melhoria desses espaços na cidade, indicando a necessidade de implementar melhorias na qualidade desses espaços para atrair mais a população.

A agricultura urbana é um dos instrumentos do Plano Verde de Lisboa e, nessa direção, a CML realizou, em 1990, um projeto piloto chamado Jardim do Campo Livre Nacional, de hortas destinadas a servir escolas públicas, mas não chegou a ganhar escala ou maior plano de instalação. A partir desse projeto, um grupo de funcionários públicos teve a ideia de dar uma função agrícola ao jardim, conforme originalmente concebido, e instalaram alguns talhões de cultivo.

Com a eleição do prefeito Antônio Costa (Partido Socialista, 2007 – 2015), que era a favor de questões ambientais, e do vereador Sá Fernandes²⁷⁶ (Independente), responsável pelas questões de clima, energia e estrutura verde da cidade, houve vontade política para implementar um projeto de caráter agrícola nos terrenos pertencentes ao patrimônio territorial de Lisboa. Nessa direção, os projetos do arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles foram resgatados e formou-se uma equipe de técnicos multidisciplinar – biólogos, arquitetos, paisagistas, geógrafos, biofísicos, entre outros – para trabalhar os múltiplos aspectos da sustentabilidade urbana e da promoção da biodiversidade do Plano Verde de Lisboa²⁷⁷. A partir da formação desse grupo, negociou-se os interesses políticos e urbanísticos para implementar o Plano.

Segundo Rita Folgosa, a CML tentou motivar outras Câmaras das cidades ao redor de Lisboa a continuar o Plano Verde, pois “não faz sentido ter um grande corredor verde e áreas verdes em Lisboa e quando acaba a cidade, não tem a continuação na cidade a seguir”, no entanto, o Plano abrangeu somente Lisboa. A concepção norteadora desses espaços é de trazer as zonas verdes – que inclui a agricultura urbana – para a população, junto com outros equipamentos como parques infantis, cafeterias, pistas de skate, equipamentos de fitness ao ar livre, entre outros, para “introduzir a prática agrícola nos jardins onde as pessoas vão passear, tomar café e brincar com os filhos”, segundo relato de Rita Folgosa. Além do benefício social, a inclusão de hortas urbanas significa menos ônus de manutenção para a CML, uma vez que os hortelões passam a fazê-la.

7.3.2 Projeto Parques Hortícolas Municipais²⁷⁸

Em 2007, quando a crise econômica já estava em pleno curso em Portugal, a CML definiu uma estratégia para a implementação, desenvolvimento e promoção da agricultura urbana, que fazia parte da manutenção da estrutura verde da cidade. Nessa direção, a CML desenvolveu o projeto paisagístico denominado Parques Hortícolas de Lisboa, atualmente chamado de Parques Hortícolas Municipais. O documento “Hortas Urbanas:

²⁷⁶ Nome completo: José Paixão Moreira de Sá Fernandes. Ver: <https://www.lisboa.pt/municipio/camara-municipal/composicao/partido-socialista/sa-fernandes> Acesso em 05/04/2020

²⁷⁷ Ver: https://issuu.com/silvia.santos/docs/lisbon_green_plan Acesso em 05/08/2019.

²⁷⁸ Ver: <https://www.lisboa.pt/cidade/ambiente/estrutura-ecologica/parques-horticolas> Acesso em 09/09/2020.

Estratégia Municipal para a Dinamização da Agricultura Urbana em Lisboa²⁷⁹ mostra os objetivos do plano:

consolidar os espaços existentes; aumentar as áreas verdes para garantir a continuidade ecológica; promover a diversidade de tipologias verdes; fomentar a ecologia e a biodiversidade; criar espaços sustentáveis ecológicos; garantir a sustentabilidade financeira dos espaços verdes; dinamizar a vivência dos espaços.

Para sua realização, o projeto previa as seguintes etapas:

1. Levantamento de áreas com hortas; 2. Levantamento de áreas com potencial para hortas; 3. Definição de normas para a agricultura urbana (tipologias de hortas, dimensões de talhões, obrigações, acesso e utilização da água e infraestrutura, atribuição de talhões); 4. Projectos; 5. Envolvimento/participação da população; 6. Formação.

Em seguida foram elaboradas uma série de normas²⁸⁰ para a prática de AU nos Parques Hortícolas a serem instalados que contou com a redefinição de conceitos do Património Mobiliário da Câmara Municipal de Lisboa. O estudo de Howorth (2011) mostra 4 classificações para os Parques Hortícolas de Lisboa, de acordo com seus objetivos. Hortas de Recreio têm por objetivo estimular as atividades lúdicas, melhorias na qualidade de vida e proporcionar um lugar de descanso diante do stress do cotidiano da cidade. As Hortas de Recreio têm como objetivo o recreio, o lazer, a educação ambiental das comunidades, estimular o contato entre os vizinhos e a troca de experiências, para aumentar a coesão social. Exemplos: Parque Monteiro-Mor, em Lisboa.

As Hortas Pedagógicas têm por objetivo a educação ambiental, trabalho e convívio na horta, são destinadas em maioria a jovens para adquirirem consciência ambiental, entenderem os benefícios da agricultura e terem contato com diversas tradições rurais, como por exemplo na Quinta Pedagógica dos Olivais. Howorth (2011, p. 07 – 08) classifica Hortas Sociais como:

...de uso familiar ou individual, têm como grande objectivo satisfazer as necessidades alimentares de pessoas e/ou famílias de poucos recursos. Destinam-se, por isso, à produção de produtos alimentares para auto-consumo e por vezes, caso haja excedentes, a uma eventual venda em mercados locais com o objectivo de melhorar os rendimentos

²⁷⁹ Ver: http://lisboaenova.org/images/stories/PontodeEncontro/2011/Rita_Folgosa_24-02-2011.pdf Acesso em 11/07/2020.

²⁸⁰ Ver: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1238771728D1ySW7zj9Hn25NA7.pdf> Acesso em 11/07/2020.

do produtor ou da família. Um exemplo deste tipo de hortas na cidade de Lisboa são as hortas localizadas no Vale de Chelas.

No site da CML, encontram-se as Normas de Acesso e Utilização das Hortas Urbanas²⁸¹, que oferece uma definição para 2 tipos de hortas:

d) Hortas Sociais – Horta urbana de uso individual ou familiar, com a área mínima de 80 m² e cuja finalidade é a satisfação de parte das necessidades alimentares do respetivo utilizador, servindo, desta forma, de complemento ao seu rendimento familiar. e) Hortas de Recreio – Horta urbana de uso individual ou familiar, com a área mínima de 40 m² e cuja finalidade é a contribuição para uma melhoria da qualidade de vida, proporcionando ao respetivo utilizador uma atividade de lazer e o contacto com a natureza;

Nessa direção, em 2011 foi criado o Grupo de Trabalho de Promoção de Agricultura Urbana na Cidade de Lisboa (GTPAUCL) com a finalidade de instalar os Parques Hortícolas e de comunicar à população os objetivos do projeto. Nesse momento, foi realizado um levantamento de terrenos com potencial para a atividade agrícola na cidade e foi feita a verificação de ocupações ilegais que poderiam ser incorporadas ao Projeto.

O design do projeto previa a instalação de quatro talhões (cujos tamanhos variam entre 80 m², 100 m², 150 m² ou 200 m²), servidos por uma casa de arrumos, com eletricidade e água, com o objetivo de atrair pessoas interessadas em atividades agrícolas e regulamentar a atividade para as pessoas que já a praticavam “de forma clandestina” – do ponto de vista da regulamentação jurídica. O Projeto foi passado para a Comunicação Social da Câmara de Lisboa, que fez a divulgação para a população. Dois Parques Hortícolas foram abertos no mesmo mês e, um deles, o Quinta da Granja “era uma Quinta antiga, um espaço já quase completamente impermeabilizado, funcionava como estacionamento aleatório, que tinha tendas de circo no Natal e tinham agricultores que faziam isso lá há 30 anos”.

A reação da população não foi pacífica nem positiva em relação ao Projeto. Segundo a funcionária, havia uma tendência por parte dos agricultores que praticavam a atividade, de acumular lixo e de montar barracões nas hortas, o que provocou uma percepção negativa sobre a agricultura urbana nos moradores locais. Além disso, antes do Projeto, quando a população local reclamava de ocupações ilegais e chamava a Câmara, o procedimento feito era enviar a polícia para fazer um levantamento de quem

²⁸¹Ver: https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/ambiente/estrutura_ecologica/documentos/Normas_de_Acesso_e_Utilizacao_Parques_Horticolas_Municipais.pdf Acesso em 11/07/2020.

eram os ocupantes, entrar com o maquinário sem aviso prévio e limpar o local. Alguns meses depois, o local voltava a ser ocupado. Quando a Câmara conversou com esses agricultores sobre o projeto, eles reagiram negativamente à proposta:

Chegamos a dizer ‘queremos que vocês fiquem, queremos apostar na agricultura urbana e obrigada por estarem aqui e fazer a manutenção do espaço. Temos novos projetos, queremos contar convosco’. (...) Foi bastante difícil porque eles estavam acostumados com uma Câmara que chegava com a polícia e depois tinham os pertences deles, a terra deles e eles perceberem que tinham que sair de lá, porque nossa condição era ‘vocês precisam sair para que façamos as obras e depois vocês voltam’. Isso era visto com um grande nível de desconfiança por parte deles. Nas primeiras reuniões foi uma coisa horrível... e depois que dissemos que tinham que cortar algumas árvores, eram árvores de frutos, porque não dava para fazer as obras (...) a relação foi essa, eram horríveis... nos chamaram de diversos nomes, houve muita gritaria. Nas primeiras reuniões tínhamos até presença de polícia à paisana porque não queríamos uma situação hostil, felizmente nunca aconteceu nada, não passou de berros e ofensas verbais.

Apesar do começo marcado por resistência por parte dos agricultores, as datas das obras foram divulgadas e as obras iniciadas – que consistia em passar o maquinário e implantar o projeto paisagístico. Depois da instalação de dois Parques Hortícolas, a população local se manifestou positivamente em relação às novas instalações. O projeto alcançou seus objetivos também devido a uma mudança de comportamento da Câmara, através do GTPAUCL, pois agora as pessoas agora sabiam quem eram as responsáveis pelo projeto e que podiam acessá-las, o que ocasionou uma aproximação entre os hortelões e o poder público.

Além disso, as funcionárias do grupo passaram a realizar reuniões em localidades próximas às hortas – nas Juntas de Freguesia e nas Associações de Moradores, isto é, elas se deslocam até esses locais – fato inédito até então. O GTPAUCL acompanhou as obras nas hortas, dava as orientações aos projetistas e fazia fiscalizações técnicas. Uma vez que as hortas foram instaladas, a Câmara realizou um chamamento público de candidaturas (figura 25)²⁸² ou de concurso (figura 26) para as pessoas interessadas em obter um talhão.

Os interessados devem consultar as regras de acesso e utilização dos Parques Hortícolas no site²⁸³ da Câmara, preencher a Ficha de Candidatura²⁸⁴, apresentar a

²⁸² Ver: <https://vivermarvila.blogs.sapo.pt/tag/hortas+urbanas> Acesso em 11/09/2020.

²⁸³ Ver: Acesso em 11/09/2020.

²⁸⁴ Ver: https://www.jf-carnide.pt/xms/files/PARA_A_POPULACAO/INICIATIVAS/Parque_Horticola_-_Fichas_de_Candidatura_-_Mapa_-_Regulamento.pdf Acesso em 11/09/2020.

fotocópia da cédula de identidade, comprovante de residência e o cartão de contribuinte na Junta de Freguesia ou diretamente na própria Câmara. O contrato de uso do talhão tem duração de um ano, mediante pagamento de uma taxa anual que varia entre €75,00 e €100,00, de acordo com o bairro. O contrato pode ser renovado se o agricultor cumprir com as regras e cultivar o talhão. Ressalte-se que a Câmara não realiza buscas de pessoas interessadas.

Figura 25 – Candidaturas Hortas Urbanas.

Fonte: CML, 2013.

Figura 26 – Concurso de Hortas Urbanas.

Fonte: CML, 2017.

Apesar do sucesso inicial, a população local demorou a se adaptar ao aspecto estético do Parque Hortícola, uma vez que é diferente de um jardim, pois durante a mudança das estações, não há plantio e o aspecto parece o de um local abandonado. A Câmara então esclareceu a normalidade desse aspecto, pois terminados os plantios de inverno, em um espaço de 3 semanas, começaram a ser plantadas as culturas de verão. A população não entendia o ciclo natural dos cultivos – literalmente – e, nessa direção, a Câmara passou a oferecer aulas sobre agricultura e sua relação com a alimentação. Pouco tempo depois, as hortas passaram a aparecer em fotos de venda de casas próxima a esses locais, ilustrando-as como um benefício.

Do ponto de vista técnico, os projetistas do projeto insistiram na instalação de Parques Hortícolas em diversos lugares da cidade devido aos benefícios que promovem, no entanto, as funcionárias do GTPAUCL insistiam que é necessário instalar hortas em lugares específicos e que se leve em consideração a qualidade do solo, a sombra de prédios, a distância de redes viárias, entre outros aspectos e, nessa direção, Parques Hortícolas nunca foram instalados em zonas industriais. A Câmara realiza avaliação da qualidade do solo, da água e análise bacteriológica. Para análise de contaminação de metais pesados no solo, nos vegetais e água infiltrada, a Câmara fez uma parceria com o Laboratório de Engenharia Civil do Instituto Superior de Agronomia.

Em alguns Parques Hortícolas, a água causou problemas devido à contaminação, fluência de esgotos e, por estas razões, decidiu-se por canalizar a água e utilizar mangueiras. Em caso de seca extrema ou problema com o tanque de abastecimento, a companhia de água EPAL Grupo Águas de Portugal²⁸⁵, traz a água. Quanto às técnicas de plantio, o GTPAUCL fornece os cursos de formação, mas se o hortelão quiser aplicar outra técnica, orgânica ou permacultura, é permitido, desde que os hortelões sigam as regras – independentemente de sua origem, nacionalidade ou prática de cultivo.

Nessa direção, os choques culturais são frequentes e o tratamento que a Câmara confere não é tolerante às práticas de populações de outras nacionalidades, especialmente as africanas:

Agora está na moda usar pneus dos carros para colocar em encostas, não encorajamos porque plástico é algo extremamente poluente, então não adotamos. É totalmente proibido nas hortas. Agora outras técnicas como a permacultura tudo bem. É engraçado até ver que o que acontece nas hortas, as pessoas têm técnicas diferentes, portugueses têm umas técnicas, africanos plantam de outra maneira, romenos d'outra, chineses d'outra, também é engraçado troca de experiências. Mas, isso... as pessoas estão à vontade, apenas seguem certas regras. No início, faz parte do português, o português é assim... meio desconfiado, mas depois se entrosa. (...) Principalmente por questões culturais, os africanos fazem queimadas, então expulsamos, porque há formação e eles sabem que não podem fazer. São punidos.

Os Parques Hortícolas são organizados em conjuntos de quatro talhões que dividem uma casa de arrumos com o objetivo de que os hortelões interajam uns com os outros, estimulando a ajuda mútua entre eles, pois quando viajam ou quando estão ausentes, precisam da ajuda do vizinho para aguar, apanhar os cultivos e trabalhar a terra.

²⁸⁵ Ver: <https://www.epal.pt/epal> Acesso em 21/04/2020.

O Projeto não prevê geração de renda para os agricultores, sendo que seu principal objetivo é abastecer famílias e o autoconsumo. No entanto, as funcionárias do GTPAUCL sabem que os agricultores vendem o que plantam, mesmo não sendo autorizado. Os talhões são pequenos e, portanto, considerados insuficientes para produzir um volume para a venda contínua. O GTPAUCL se dispõe a auxiliar os agricultores a se organizarem para realizar um mercado, caso seja interesse deles, mas até o momento, não houve manifestação para organizá-lo.

É proibido o uso de agrotóxicos nas hortas e nos cursos de formação, é ensinada a relação entre a alimentação e a saúde, promoção da conscientização ambiental e encorajamento de mudança de atitude em relação ao cultivo, uma vez que os hortelões, especialmente os mais velhos, estão acostumados utilizar DDT e outros produtos químicos. Apesar de incentivarem o cultivo biológico²⁸⁶, a Câmara não tem intenções de realizar a certificação biológica desse cultivo. Em relação às sementes, o GTPAUCL encoraja a troca de sementes entre os agricultores e que destinem tempo para a produção de sementes para o ano seguinte. Quando não há possibilidade de troca ou produção, é encorajada a compra de sementes biológicas. Em relação a mudas, há produção municipal na Quinta Cond'Arcos, nos Olivais e no Parque Quinta das Flores.

O perfil de participante varia de acordo com o nível socioeconômico dos bairros de Lisboa, mas segundo os dados da Câmara – a partir dos signatários das Fichas de Candidatura – os hortelões são 70% de homens, com baixa escolaridade, reformados, com uma média de 61,5 anos. No entanto, esses números refletem quem assina a Ficha e não o hortelão de fato. É comum que o avô ou o pai da família assine a Ficha e a mulher, os filhos e até amigos de fato exerçam a atividade de horticultura nos talhões. Apesar do perfil variar, o perfil signatário de quem pratica a horticultura é de origem rural, “não só nas hortas, mas a população de Lisboa como um todo, muitos vieram do Êxodo Rural, para trabalhar na cidade e ficaram. Esses têm o bichinho da agricultura, contato direto com a experiência agrícola e cá na cidade conseguem aplicar e a reviver esses tempos”, explica Rita Folgosa.

À medida que essa população envelhece, falece e os talhões vão sendo desocupados, os jovens procuram esses talhões e se envolvem com a atividade de horticultura motivados pela preocupação crescente com a alimentação, à possibilidade de

²⁸⁶ O termo “biológico” refere-se ao “orgânico” no Brasil.

ter acesso a produtos frescos, praticar exercícios físicos e estarem ao ar livre. No entanto, esses jovens não possuem prática de agricultura e muitas vezes pagam aos mais velhos para fazer o trabalho mais pesado.

Atualmente o GTPAUCL é composto por uma equipe interdisciplinar – todas mulheres – com as seguintes formações: geografia, engenharia biofísica, sociologia, agronomia e uma fiscal que atuou como jardineira. A formação inicial contava com duas arquitetas paisagistas. A partir de 2016, temas relativos à saúde alimentar e à nutrição adequada começaram a ser mais discutidos publicamente e, dessa forma, o GTPAUCL contratou uma nutricionista para incluir esses temas nas formações, uma vez que se relaciona à agricultura.

A regulamentação jurídica da agricultura urbana não está preconizada em uma legislação específica, mas sim, de uma ramificação da regulamentação de 1930. São espaços que também podem ser associados a processos de urbanização e construção de habitação, que se enquadra no “Regime Excepcional para a Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal, também designado por Lei das AUGI (Lei n.º 91/95, de 2 de setembro), do Programa Especial de Realojamento (Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de maio), entre outros” (LUIZ e JORGE, 2012, p. 148). O Projeto Parques Hortícolas Urbanos é enquadrado dentro dessas regulamentações.

Segundo Rita Folgosa, a mudança de gestão da CML não afeta diretamente as hortas, isto é, tanto faz se um partido de direita ou de esquerda é eleito, este fato não incide sobre a continuidade do Projeto. Em outros termos, a cultura do serviço público de Lisboa em relação a Projetos Sociais ou ambientais não é diretamente atrelada a interesses partidários, nem flutua de acordo com mudanças de gestão:

Serviço público tem que se ver, tem que ter cara, tem diretor, as decisões não passam por mim, mas as pessoas sabem quem somos. Isso melhora o controle, notificamos que não pode isso, faz aquilo, sabem quem está a dizer. (...) Políticos no Brasil só fazem para uns e não para os outros e não dão nada a ninguém. Esse trabalho de proximidade não só nas hortas, é preciso em todas as situações, nos bairros sociais, nas equipes sem abrigo, não é sem-terra, são pessoas que vivem nas ruas. Vocês chamam ‘sem teto’, aqui é ‘sem abrigo’. Dentro da Câmara são várias equipes cujo trabalho resulta pela cara que se dá e ligações entre as pessoas.

Recentemente, em 2018, foi formada uma plataforma nacional, o Alimentar Cidades Sustentáveis²⁸⁷, que disponibilizou um e-book chamado “Alimentar Boas Práticas: da Produção ao Consumo Sustentável 2020”, compilando 46 iniciativas envolvidas em ações, projetos e programas atuais relativos à alimentação em Portugal. No e-book, a AU é tratada como um dos sub-temas dos sistemas alimentares urbanos. Além disso, Lisboa foi eleita a Capital Verde da Europa 2020²⁸⁸ (considerando a União Europeia), uma vez que o Plano Verde da cidade é baseado em inovações socioambientais e estruturas ecológicas:

Já tínhamos concorrido outras vezes e ganhamos este ano para 2020 e, portanto, estamos muito contentes com isso. É a primeira vez que uma capital do sul da Europa ganhou, sempre ganhavam capitais e cidades pequenas do Norte da Europa. Aqui o clima é diferente, um grande desafio, fomos trabalhando e isso foi um reconhecimento internacional grande, de que estamos fazendo um bom trabalho integrado. A agricultura urbana é parte de um projeto para a cidade, que implica na produção de energia, utilização da água, eixos da sustentabilidade para o espaço público e as acessibilidades.

7.3.2.1 *Práticas de agricultura urbana*

Atualmente, o site da CML disponibiliza um mapa²⁸⁹ onde classifica em 4 tipos as práticas de agricultura urbana em Lisboa; quantifica o número de talhões e seus respectivos tamanhos; inclui o ano de fundação e outras valências²⁹⁰. No mapa constam 21 Parques Hortícolas (PH) e Núcleos de Hortas Municipais (quadro 25); 9 Núcleos de Hortas de Gestão Não-Municipal (quadro 26); 4 Outros Projetos Agrícolas (quadro 27); e 6 Novos Projetos Municipais (quadro 28).

²⁸⁷ Ver: <https://www.agroportal.pt/alimentar-cidades-sustentaveis-publica-e-book-alimentar-boas-praticas-da-producao-ao-consumo-sustentavel-2020/> Acesso em 23/08/2020.

²⁸⁸ Ver: <https://lisboagreencapital2020.com/> Acesso em 23/08/2020.

²⁸⁹ Ver: https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/ambiente/estrutura_ecologica/documentos/mapa_pratiquas_horticolas.pdf Acesso em 22/06/2020.

²⁹⁰ Valências referem-se aos outros equipamentos presentes no terreno onde estão instaladas as hortas, sendo eles: PI (Parque Infantil); Q (Quiosque/Cafeteria); PC (Pista Ciclável); EF (Equipamentos Fitness); TM (Tênis de Mesa); Skate Park (Skate Park).

Quadro 25 – Parques Hortícolas (PH) e Núcleos de Hortas Municipais.

Nome do Parque Hortícola / Valências	Talhões	Ano de fundação
PH de Campolide Outras valências: PI, Q, PC, EF	22 talhões entre 55 a 80 m ²	2011
PH Quinta da Granja Outras valências: PI, Q, PC, EF	56 talhões de 150 m ²	2011
PH Telheiras Outras valências: EF	21 talhões entre 80 a 120 m ²	2012
PH Bensaúde 2013 Outras valências: PI, Q	21 Talhões entre 80 a 120 m ²	2013
PH Quinta de Nossa Senhora da Paz Outras valências: PI, Q, PC, EF, TM	9 Talhões de 100 m ²	2013
PH Vale de Chelas Outras valências: PI, TM, SK, Q, PC	219 Talhões de 150 m ²	2013
PH dos Olivais Outras valências: Q, PC, EF	31 Talhões entre 80 a 115 m ²	2013
PH da Graça Outras valências: PI, Q	6 Talhões entre 43 a 92 m ²	2013
Eco-Hortas do Bairro da Boavista	-	2014
PH Rio Seco III	5 Talhões entre 94 e 205 m ²	2014
Hortas do Baluarte de Santa Apolónia	-	2014
Hortas do Bairro FONSECAS e Calçada	-	2015
PH da Vinha Outras valências: PC	39 Talhões entre 90 a 240 m ²	2016
PH Quinta das Flores Outras valências: PI	40 Talhões entre 92 a 130 m ²	2016
PH Quinta Conde D'Arcos Outras valências: PI, Q	45 Talhões entre 80 a 100 m ²	2016
PH Rio Seco IV	19 Talhões entre 120 m ²	2016
Hortas do Bairro 2 de Maio	-	2017
PH Vale Fundão	9 Talhões entre 100 a 135 m ²	2017
PH de Carnide	106 Talhões entre 50 a 100 m ²	2018
PH do Casal Vistoso	17 Talhões de 114 m ²	2019
PH Quinta das Carmelitas	23 Talhões entre 70 a 85 m ²	2019

Fonte: a autora, a partir do mapa da CML, 2019.

Quadro 26 – Núcleos de Hortas de Gestão Não-Municipal.

Nome do Parque Hortícola / Valências	Ano de fundação
Núcleo de Hortas do Parque Botânico do M.N.T.	2009
Horta FCUL	2009
Parque Agrícola da Alta de Lisboa	2015
Hortas Comunitárias da Bela Flor	2015
Hortas Comunitárias da Travessa da Rabicha	2016
Hortas Comunitárias do Bairro da Serafina	2017
PH Bairro da Boa Esperança	2017
PH Afonso Lopes Vieira	2017
PH Aquilino Ribeiro Machado Outras valências: PC, EF	2017

Fonte: a autora, a partir do mapa da CML, 2019.

Quadro 27 – Outros Projetos Agrícolas.

Nome do Parque Hortícola / Valências	Ano de fundação
Quinta Pedagógica dos Olivais	1996
Projeto Pedagógico Quinta do Zé Pinto. Valências: PI, PC	2009
Quinta das Carmelitas, Produção Agrícola e Frutícola	2016
Parque Vinícola de Lisboa	2016

Fonte: a autora, a partir do mapa da CML, 2019.

Quadro 28 – Novos Projetos Municipais.

Nome do Parque Hortícola
PH da Quinta do Beirão
PH do Vale da Ameixoeira
PH da Horta Nova
PH do Casalinho da Ajuda
PH da Tapada da Ajuda I e II
PH do Vale da Montanha

Fonte: a autora, a partir do mapa da CML, 2019.

Em entrevista com Graça²⁹¹, uma das funcionárias do GTPAUCL, ela afirma que a CML faz a gestão de 18 PHS e explica a diferença entre os tipos de Parques Hortícolas:

Geridas pela Câmara, são 18 neste momento, temos hortas sociais e hortas de recreio, ou por estarem em zonas diferentes, bairros de habitação social ou não, tem características e tem também preços diferentes a pagar, o tamanho dos talhões das sociais é maior. Por exemplo, em Carnide, dentro do próprio parque tem 2 núcleos, há uma zona lá mais em cima não sei se chegou a reparar, são mais pequenas, as de recreio, as de baixo, no mínimo 100 metros quadrados são sociais, sempre. Chelas são todas de 150 m², são grandes, muitas vezes apoiam subsistência e vendem. (...) É até muito interessante se vê nas zonas da cidade o tipo de interesse das pessoas esta divisão faz todos sentido, sociais e recreio, que são pequenas, muitas pessoas reformadas ainda na vida ativa, outras com origem no campo e da agricultura, querem ter horta como atividade ao ar livre.

7.3.3 Parque Hortícola de Carnide (Bairro Padre Cruz)

O Parque Hortícola de Carnide (figura 27) é localizado entre o Bairro Padre Cruz e o Bairro da Quinta das Camareiras, na Avenida Professor Francisco da Gama Caeiro, na Freguesia de Carnide, na zona Norte de Lisboa. A área de Carnide possui cerca de 19.200 habitantes (INE, 2011)²⁹² e uma densidade de 5.208 hab/km². À esquerda do PH encontra-se o Pavilhão Desportivo Bairro Padre Cruz, Estádio Agostinho Lourenço e

²⁹¹ Entrevista realizada no dia 26 de setembro de 2018 na Câmara Municipal de Lisboa.

²⁹² Ver: INE. **Censos 2011 - População residente por freguesia, CAOP 2013**. Dados populacionais de 2011. Instituto Nacional de Estatística, 2013. Ver: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros Acesso em 21/07/2020.

casas de habitação social; ao fundo, o parque de estacionamento de ônibus Ovnitur/UTS. A estação de metrô Pontinha está a 20 minutos de caminhada e o metrô Carnide, a 21 minutos. No entorno imediato não existe comércio de alimentos, supermercados ou restaurantes. No entanto, a 15 minutos de caminhada encontram-se diversos restaurantes na Praça do Coreto.

Figura 27 – Localização do Parque Hortícola de Carnide (bairro Padre Cruz).

Crédito: a autora, a partir do Google Earth, 2019.

Foram feitas 3 aproximações à horta do Bairro Padre Cruz (fotografias 39 e 40), mas os hortelões não se disponibilizaram para participar da pesquisa. No entanto, o presidente²⁹³ da Junta de Freguesia de Carnide, Fábio (Partido Comunista Português), aceitou participar²⁹⁴ da pesquisa.

O bairro Padre Cruz foi construído em 1959, durante o Estado Novo, como um “bairro provisório” para pessoas que trabalhavam no centro de Lisboa e precisavam de um local para dormir, isto é, é um bairro construído recentemente, em termos históricos. A partir dos anos 2000, o bairro passou por intensos processos de urbanização, de transformações socioeconômicas e ambientais, nos quais construções de alvenarias – que eram referências culturais para os moradores – foram requalificadas. Atualmente é

²⁹³ O presidente da Junta de Freguesia é o 1º candidato da lista mais votada para a assembleia de freguesia. Ver: <http://www.cne.pt/faq2/96/90> Acesso em 21/07/2020.

²⁹⁴ Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2018 na Junta de Freguesia de Carnide.

considerado o maior bairro social da Península Ibérica, com cerca de 5.500 moradores (INE, 2011) e é um dos bairros selecionados para fazer parte do Programa BIP/ ZIP (Bairro de Intervenção Prioritária / Zona de Intervenção Prioritária)²⁹⁵ de regeneração urbana, com o objetivo de promover a qualidade de vida de seus moradores e engendrar a integração na cidade (PINA, 2019).

Fotografia 39 – Talhões do Parque Hortícola de Carnide.

Crédito: a autora, 2018.

Fotografia 40 – Talhão do Parque Hortícola de Carnide.

Crédito: a autora, 2018.

²⁹⁵ Ver: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/> Acesso em 20/07/2020.

O perfil dos residentes do bairro, de acordo com dados estatísticos do INE de 2011, levantados por Pina (2019, p. 25 – 26) é o seguinte:

A grande maioria encontra-se na faixa etária entre os 25 e os 64 anos de idade (2.765), seguindo-se os indivíduos com mais de 65 anos (1.143), os jovens entre os 14 e os 24 anos (831) e, por fim, dos 0 aos 13 anos de idade (774). Apesar de 50,15% dos moradores pertencer à faixa etária entre os 24 e os 64 anos de idade, apenas 32,54% estavam empregados em 2011 – sendo que esta percentagem não precisa de se restringir exclusivamente à faixa etária mencionada. Quanto aos níveis de escolaridade, é importante mencionar que a percentagem de analfabetos era relativamente alta, correspondendo a 8,78%. Apenas 4,01% frequentaram o ensino secundário e 1,38% o ensino superior¹⁸.

Apesar do perfil de vulnerabilidade social, o Bairro Padre Cruz não sofreu de um estigma urbanístico como outros bairros sociais de Lisboa, pois as características da Freguesia de Carnide forneciam elementos históricos e simbólicos que estimulavam a valorização do local, distanciando-o da visão de um “apêndice” de Carnide ou de caracterização de um “bairro provisório do Estado Novo”. Nessa direção, a memória coletiva criou um sentido de comunidade no local (PINA, 2019).

No entanto, o sentido de interação entre as pessoas era mais relacionado às concepções do “bairro velho”, com as casas de alvenaria, mas este deu lugar ao “bairro novo”, composto por grandes prédios, perdendo o caráter de interatividade e onde não há tanta sociabilidade entre a vizinhança (NICOLAU, 2017). O estudo de Nicolau (2017) considera o bairro como um “não lugar” por parte de seus moradores, pois não há apropriação do local ou uma nítida interação entre a vizinhança.

Nessa direção, com vistas a promover arte e sociabilidade no bairro, bem como integrá-lo à cidade, a CML organizou, em 2016, o MURO – Festival de Arte Urbana LX_2016²⁹⁶, gerida por três iniciativas: Galeria de Arte Urbana (GAU), Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M. (EGEAC) e Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa (GEBALIS), com o objetivo de trazer a cidade ao bairro, de promover arte e cultura no local, fomentar o sentimento de pertencimento à cidade e mostrar o que existe em Lisboa além do Centro Histórico. O festival já teve outras duas edições, em Marvila (2017) e em Lumiar (2019) (PINA, 2019).

A principal atividade da edição do bairro Padre Cruz foi a exibição de grandes grafittis feitos nas paredes dos grandes prédios (fotografias 41 e 42). Além disso, o

²⁹⁶ Ver: <https://ocorvo.pt/bairro-padre-cruz-sera-o-palco-do-muro-2016-o-festival-de-arte-urbana-de-lisboa/> Acesso em 12/07/2020.

festival contou com apresentações de música, cinema, teatro, trabalho comunitário e associativo, debates, atividades na rua, paintball, diversidade gastronômica, entre outras atividades lúdicas, recreativas, pedagógicas e artísticas.

Fotografia 41 – Grafitti do bairro Padre Cruz.

Crédito: a autora, 2018.

Fotografia 42 – Grafitti em prédio do bairro Padre Cruz.

Crédito: a autora, 2018.

O Parque Hortícola de Carnide²⁹⁷ foi inaugurado em maio de 2018, no entanto, o presidente da Junta de Freguesia de Carnide afirma que a atividade agrícola no local é uma herança sócio-histórica e que a horta atualmente engendrou grande mobilização popular:

O bairro Padre Cruz é o maior bairro social da Península Ibérica, portanto isso pra nós é um grande desafio (...) porque é um verdadeiro barril de pólvora devido a quantidade de pessoas que tem, mais de sete mil pessoas de várias nacionalidades, de várias etnias, de vários traços sociais também. O bairro nasceu com as barracas²⁹⁸ de Lisboa, portanto várias zonas de barracas foram removidas e as pessoas foram trazidas para aqui o bairro, que foi construído nos 50 anos, 60 e era um bairro

²⁹⁷ Para maiores detalhes sobre o Parque Hortícola de Carnide, ver: https://www.jf-carnide.pt/xms/files/PARA_A_POPULACAO/PUBLICACOES/BOLETINS/boletim_fevereiro_2018.pdf Acesso em 21/09/2020.

²⁹⁸ Barracas se referem a barracos, uma pequena habitação feita de madeira, com teto de telha ou zinco, construída em áreas ou assentamentos não regulamentados.

um tanto quanto pobre. As pessoas trabalhavam no centro de Lisboa e ficavam nos arredores do centro, por aqui, portanto nisso o bairro vai se modificando ao longo dos anos (...) ...e tinha muito enraizado essa coisa das hortas e da agricultura e, pronto, nesse sentido as pessoas sempre foram fazendo muitas hortas espontâneas. A Câmara aparece com um projeto que vai mexer na terra e acaba por retirar a terra dessas pessoas e, nesse sentido, houve uma grande movimentação popular por parte das pessoas que se organizaram, foram à reunião na Câmara e pediam um terreno para continuar a cultivar como faziam sempre. Parte significativa daquelas pessoas veem a horta como uma opção de lazer, mas é também... como posso te explicar... uma forma de subsistência pra alguns deles.

Nessa direção, a instalação do Parque Hortícola no bairro Padre Cruz também foi uma conquista dos hortelões junto ao poder público, não somente um projeto da CML, que teve planos para que o local fosse o estacionamento de uma possível Feira Popular, conforme explica o presidente da Junta:

A Câmara queria retirar esses espaços [de hortas], pois precisavam desse terreno para construir uma Feira Popular. Lisboa não tem Feira Popular e isso é um problema muito sério aqui e no Entrecampos. Ela fechou faz uns aninhos e agora aí, esse anúncio sobre a Feira Popular e a Câmara retirou as pessoas todas para ter a Feira Popular. Entretanto, onde está o Parque Hortícola já estava parte do estacionamento da Feira Popular. Só não teve a parte do estacionamento porque a população se mobilizou, se manifestou mesmo, fez uma manifestação e foi até a Câmara em uma reunião com cerca de 60 a 70 pessoas que batalharam para que, pronto, para que isso acontecesse. A essa altura pediram, diante do presidente da Câmara, que construíssem um Parque Hortícola para que essas pessoas continuassem ali e foi assim que nasceu o Parque Hortícola de Carnide, com a Comissão dos Residentes e essa Comissão da Câmara junto com a Freguesia. Acabaram por ir desenvolvendo o projeto para que haja um Parque, então foi muito por aí. Essa região nasce pela vontade das pessoas. (...) aqui temos uma grande mobilização da população, uma população muito participativa e a participação é muito importante para nós aqui e muito valorizada, mas isso vai de Junta pra Junta, sabes? Tem gente que não tem nem metade da nossa dinâmica e eu acho que tem a ver com as opções das Juntas. Nós queremos ser conhecidos por essa perspectiva, da participação, é uma aposta, uma verdadeira aposta na participação das pessoas e nós somos conhecidos por uma grande mobilização aqui das hortas.

Em relação à mobilização dos hortelões junto à CML, o presidente da Junta afirma que algumas pessoas, muito tímidas, se expressaram sobre o fato de que o que plantavam neste local era o único alimento que muitas famílias tinham: “assistimos um dos mais tímidos e emocionante discurso de um homem que dizia ao Presidente da Câmara, que um conjunto de famílias se alimentavam com o que a terra lhes dava e este é um dos desabafos que fizeram as pessoas a falar sobre este projeto”.

Além da forte participação popular local para o estabelecimento da horta, atualmente são discutidas propostas de incentivo à economia social; de realização de feiras onde os hortelões possam vender seus produtos; realização de workshops para que os hortelões possam aprender questões sobre o solo, regas, compostagem; e a criação de uma Associação para gerir essas questões. Além disso, discute-se a possibilidade de o Parque Hortícola abastecer restaurantes locais, com vistas a desenvolver ainda mais a economia local e diminuir a logística envolvida na compra de alimentos, conforme esclarece o presidente da Junta:

Ao invés de irmos comprar no Marl²⁹⁹ compramos aqui porque é mais barato, comprarmos de cá porque estamos a alimentar a economia local e isso nós já fazemos, pensamos, ‘movimenta a economia local e isso vai de encontro a lei porque a lei não diz privilégio ao comércio local’, diz que ‘compre onde é o mais barato’. A lei portuguesa diz a entidade pública tende de comprar onde é mais barato mesmo que para isso implique em ir ao Continente³⁰⁰, ir ao grupo Jerônimo Martins³⁰¹, ao Makro³⁰², ao Marl. A lei, chama-se CCP, que é dos Contratos Públicos, diz que as instituições públicas e o Estado têm de comprar onde é mais barato, vai um bocado para a poupança de recursos? E nós aqui optamos a fazer, criar mecanismos para que se compre ao comércio local, não faz sentido comprar pão ao Marl por ser um centímo mais barato, pode se tentar negociar aqui com os comerciantes, no Marl ‘eu compro por x’, só que depois o que eu alego que para ir ao Marl eu tenho despesas de translocações e aqui eu vou a pé e compro o pão, coisas assim, não é contornar a lei, mas é ajudar a economia local, promover a economia local e de certa forma isso faz sentido né? Fica melhor do que ir de lá pra cá, transportar essas coisas incluindo ambiente com custos de distribuição, não faz sentido... Do ponto de vista local, nós podemos criar todos uma grande sinergia e ajudarmos a todos mutuamente. É um bucado isso que estamos a fazer e ainda não conseguimos fazer em todas as áreas, mas já estamos a fazer numa parte significativa. Ainda estamos longe de... atenção! Ainda estamos longe de fazer o envolvimento que queremos, mas estamos a caminhar nesse sentido.

Em três aproximações ao Parque Hortícola de Carnide foram vistos seis agricultores, de diversas etnias, a trabalhar nos talhões e, mediante apresentação e pedido de participação na pesquisa, estes recomendavam, educadamente, que falasse com outras pessoas. Notou-se uma certa timidez por parte dos agricultores em participar na pesquisa.

²⁹⁹ Marl é o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa. O correspondente paulistano é o CEAGESP. Ver: <http://www.marl.pt/> Acesso em 11/09/2020.

³⁰⁰ Continente é uma rede de hipermercados portuguesa. Ver: <https://www.continente.pt/pt-pt/public/Pages/homepage.aspx> Acesso em 11/09/2020.

³⁰¹ Jerônimo Martins é um grupo empresarial português de distribuição de alimentos e vendas especializadas. Ver: <https://www.jeronimomartins.com/pt/> Acesso em 11/09/2020.

³⁰² Makro é uma rede atacadista holandesa que atua em vários países, incluindo Portugal e Brasil. Ver: <https://www.makro.pt/> Acesso em 11/09/2020.

O outro Parque Hortícola investigado foi o Vale de Chelas, discutido a seguir e cujos agricultores aceitaram participar da pesquisa. Ressalte-se que foi feito contato com a Junta de Freguesia de Marvila a respeito do Vale de Chelas, mas não houve resposta.

7.3.4 Parque Hortícola do Vale de Chelas

O Vale de Chelas (figura 28) é localizado na Freguesia de Marvila³⁰³, zona Oriental de Lisboa, na Avenida Santo Condestável. Possui cerca de 37.793 habitantes (INE 2011) e densidade de 5.308 hab./km². O Vale encontra-se a 5 minutos de caminhada da estação de metrô Bela Vista e a 7 minutos de caminhada do metrô Vale de Chelas. Próximo à estação Bela Vista há um hipermercado da rede Pingo Doce, um McDonald's, cafés, carniçaria (açougue) e outros serviços como cabeleireiros e uma Casa de Direito Social.

O local possui, de terreno total, cerca de 103.950,00 m²; de área edificada – que consiste na Igreja de Santa Clara, no Skatepark de Marvila e a Cerci-coop. – Cerca de 13.800,00 m²; e de terreno cultivado, cerca de 355.970,00 m² (números obtidos a partir do Google Earth). Em aproximação ao local, observa-se grandes áreas sem edificações, em um vale, que são utilizadas para a atividade de horticultura. Além das edificações citadas acima, há 9 grandes prédios de habitações sociais em frente ao Vale, próximo ainda à Rotunda da Bela Vista e cercado pela Avenida Avelino Teixeira da Mota, no entanto, o tráfego não é intenso. Aos domingos, acontece a Feira do Relógio³⁰⁴, resquício da ruralidade na cidade.

³⁰³ Ver: <https://jf-marvila.pt/> Acesso em 14/07/2020.

³⁰⁴ Ver: <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/feira-do-relogio> Acesso em 14/12/2020.

Figura 28 – Localização do Parque Hortícola Vale de Chelas.

Crédito: a autora, a partir do Google Earth, 2019.

Segundo Ribeiro (2016, p. 35) “Até ao século XVIII o vale de Chelas caracterizava-se pelas suas inúmeras hortas e pomares junto dos conventos, quintas e palácios, onde pequenos núcleos populacionais também habitavam”. A partir da Revolução Liberal de 1820³⁰⁵, a região de Marvila foi adquirindo caráter industrial devido à instalação de fábricas no lugar das quintas e conventos, dando início às atividades industriais, que também trouxe consigo armazéns, vilas operárias, diversos serviços e propulsionou a inauguração da linha férrea em 1856, transformando o local na principal zona industrial de Lisboa, que acarretou na modernização da margem, ocasionada pela construção do Porto de Lisboa (FOLGADO e CUSTÓDIO, 1999; RIBEIRO, 2016).

Foi na década de 1940 que a região desenvolveu a característica urbana atual:

Em 1944, deu-se a edificação de duas construções nesta zona oriental da cidade, que estabeleceram definitivamente a paisagem urbana tal como a conhecemos. A primeira foi a Fábrica de Gás da Matinha, ocupando 4 dos 20 hectares ganhos ao rio Tejo, que começou a ser edificada em 1939 a partir das suas canalizações, com 15 km de extensão. Neste complexo faziam parte vias exclusivas para funcionários da fábrica, armazéns, edifícios de administração, zonas de destilação, depuração, de armazenamento e de transportes, cantina, posto médico e de balneários. A segunda construção foi o Bairro da

³⁰⁵ A Revolução Liberal, ou Revolução do Porto, foi um movimento liberal que eclodiu no dia 24 de agosto de 1820 na cidade do Porto, resultando no retorno à Portugal da Corte Portuguesa em 1821, que havia fugido para o Brasil durante a Guerra Peninsular, ratificando e implementando a primeira Constituição Portuguesa em 1822.

Madre de Deus, um bairro social, projetado em 1938 no Plano Diretor de Urbanização da capital. Um bairro de características de habitação unifamiliar no qual as suas construções não ultrapassam os dois pisos de altura (RIBEIRO, 2016, p. 36).

Apesar do PH de Chelas ter sido inaugurado em 2013 (o plantio clandestino existia desde a década de 1980), mudanças estruturais significativas ocorreram somente em 2015 no local:

Em 1994 foi aprovado o Plano de Urbanização do Vale de Chelas, mas foi revogado a 7 de Agosto de 2015 (CML, 2015)³⁰⁶. Este plano enunciava algumas estratégias principais de intervenção como a transformação da via de Chelas, a Rua Gualdim Pais, a criação de um arruamento desde a Rotunda do Vale de Chelas até à Avenida Infante Dom Henrique, a formação de uma zona de proteção e enquadramento do Cemitério do Alto de São João bem como a sua ampliação no lado norte. Embora a jusante do Vale de Chelas tenha ficado sempre à margem de uma solução eficaz, a sua envolvente como a área do Braço de Prata e o Vale de Santo António têm um plano aprovado (RIBEIRO, 2016, p. 40).

Conforme o exposto, a região do vale de Chelas é caracterizado pela presença de habitações sociais; de antigas indústrias, conventos e quintas; de amplas áreas a serem requalificadas; de redes de supermercados e fast-food, bem como comércio e tascas locais. Em estudo da área da engenharia agrônoma a respeito da caracterização e fertilidade dos solos de 4 Parques Hortícolas da cidade, o Vale de Chelas é considerado o maior de Lisboa em termos de área, com cerca 15 hectares de área e 400 talhões, divididos entre 150 horticultores (HOWORTH, 2011). Em estudo sobre hortas urbanas cultivadas por populações caboverdianas na área metropolitana de Lisboa em espaços urbanos não legais, o Vale de Chelas é considerado

um dos casos mais paradigmáticos, (...) programado para ser o maior parque hortícola do país, com aproximadamente 15 ha. No entanto, antes desta iniciativa, já existiam há pelo menos 30 anos cerca de 120 parcelas cultivadas (de dimensões variáveis entre os 50 m² e os 175 m²), com hortaliças, grãos, como ervilhas, favas e feijões, algumas árvores de fruto e cana-de-açúcar, por populações de alguns países africanos como Cabo-Verde e Guiné Bissau (LUIZ e JORGE, 2012, p. 148).

Em estudo de sobre práticas de economia solidária em iniciativas de AU em Lisboa – no qual uma das hortas estudadas é o PH do Vale de Chelas – foram levantados a quantidade de agricultores que cultivavam no local antes do projeto da CML (120); os que aceitaram participar do projeto (93); a quantidade de talhões (217) em uma área de 32.550 m²; as taxas anuais pagas à CML (1,60 € por m², com desconto de 80%, cujo

³⁰⁶ Ressalte-se que esse documento não foi encontrado.

valor não pode ser inferior a 58,60 € e uma taxa de 20 € para pagamento de despesas de funcionamento e manutenção das partes comuns); e ainda indica que “Após a requalificação, as pessoas que cultivavam esses terrenos tiveram prioridade no acesso aos talhões do novo parque.” (PAIZINHO, 2016, p. 63 – 64).

Ainda de acordo com a informação sobre os PHs de Lisboa no site da CML e disponíveis no quadro 25, o Vale de Chelas (fotografia 43 e 44) atualmente possui 219 talhões de 150 m². Conforme discutido, o Vale de Chelas era uma área cultivada de forma espontânea desde o início da década de 1980. Não existe um levantamento mais atualizado a respeito do perfil dos (as) agricultores de todos os PH, porém, conforme relato de duas funcionárias³⁰⁷ da GTPAUCL, trata-se de uma maioria de homens, reformados, que cultivam para consumo próprio e doação para amigos e familiares.

Fotografia 43 – Talhão do PH do Vale de Chelas.

Crédito: a autora, 2018.

³⁰⁷ Entrevista realizada no dia 18 de outubro de 2018 na Câmara Municipal de Lisboa.

Fotografia 44 – Talhões do PH do Vale de Chelas e habitações populares no topo do vale.

Crédito: a autora, 2018.

7.4 Trajetória de vida de agricultores (as) do Vale de Chelas

Foram realizadas 15 visitas ao Vale de Chelas entre setembro de 2018 e janeiro de 2019. As primeiras observações de campo mostraram uma maioria de homens a cultivar os talhões, dos quais 7 agricultores e 2 agricultoras se disponibilizaram para participar da pesquisa. Este item dedica-se à trajetória de vida dessas pessoas. Em todos os casos, os (as) entrevistados (as) gentilmente aceitaram participar da pesquisa mediante explicação de seus objetivos. Em dois casos, os agricultores foram entrevistados mais de uma vez.

Conforme discutido, muitos dos agricultores do Vale de Chelas já cultivavam no local antes do projeto da CML. Nessa direção, a escuta de suas falas e a apreensão de suas trajetórias de vida, proporcionou um olhar mais cuidadoso sobre suas origens; o que e como plantam; as razões que os (as) levaram a plantar naquele local; a relação com as funcionárias da CML; os significados da horta em sua vida cotidiana; e suas percepções sobre o projeto do PH, entre outros.

Mediante a pergunta sobre suas origens e vida profissional, apreendeu-se que 5 agricultores são de origem rural portuguesa e foram “às tropas”, isto é, serviram o Exército Português (ou as Forças Armadas Portuguesas) – um em Portugal, outro na França – e 3 foram às Guerras Coloniais, um em Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Um agricultor de origem indiana, que vivia em Moçambique, relata os efeitos da Guerra em sua vida. Em resumo, 4 agricultores são sobreviventes das Guerras de Independência. O quadro abaixo mostra o perfil dos (as) entrevistados (as).

Quadro 29 – Perfil de agricultores e agricultoras entrevistados.

Nome	Idade / profissão	Cor / etnia	Estado civil / filhos	Educação	Origem
José	68 reformado	Branco	Casado 1 filho e 1 filha	Quarta série	Braga
Antônio T.	67 reformado	Branco	Casado Tem filhos	Quarta série	Lamego
Antônio R.	62 motorista	Branco	Casado 1 filho e 1 filha	Quarta série	Monsanto, Castelo Branco
Vitor	73 reformado	Branco	Casado 2 filhas	Nunca estudou	Serra da Estrela
Pran	68 reformado	Indiano	Casado 2 filhos	Não informou	Diu, Índia
Mapril	68 reformado	Branco	Casado 2 filhas	Quarta série	Lourinhã
João	51 desempregado	Branco	Solteiro	Cursos técnicos	Luanda, Angola
Lourdes	77 reformada	Branca	Casada Tem filhos	Nunca estudou	Lamego
Suzana	72 reformada	Branca	Casada Tem filhos	Quarta série	Lisboa

Fonte: a autora, 2019.

7.4.1 A origem rural

Dos 7 agricultores entrevistados, 5 são de origem rural portuguesa, dos concelhos de Braga; Lamego; da antiga Monsanto (atualmente Idanha-a-Nova); da região da Serra da Estrela; de Lourinhã; e uma agricultora é de Lamego. Os cinco agricultores contam em ricos detalhes seu trabalho na terra – ou nas Quintas – desde a tenra infância:

Nasci e fui criado na agricultura, em 1962, como tinha mais atrás de mim, na altura já com mais 4 irmãos na minha casa, de meus pais, não havia nenhuma fonte de rendimento, vivíamos exclusivamente da agricultura em Lamego. E então, no exame da 4ª série, colegas fizeram admissão ao Liceu, minha mãe disse ‘vamos embora não podes continuar’, comecei a chorar, éramos 25 ou 26 da turma, entre rapazes e raparigas, e eu era o segundo melhor classificado em português, matemática, geografia, matérias fundamentais, mas não podia me opor a minha mãe, então fui trabalhar para uma Quinta que fazia vinho do Porto. Vivia entre as oliveiras, fazia vinho, amêndoas, azeite, laranjas e alguma agricultura para consumo da própria Quinta. O patrão na altura da Quinta, era detentor de uma grande fortuna, herança continuada dos pais, tinha umas 7 Quintas, entre elas comprou, pois, onde fui trabalhar, tinha comprado há uns 2, 3 anos, talvez em meados de 59. E então, pronto, lá fui trabalhar, para ganhar algum dinheiro e por lá fiquei até 1969 ou 70. – Antônio T.

Somos uma família de 4 irmãs e sou o único homem. Minhas irmãs trabalhavam e eu comecei a trabalhar com meu pai, tinha lá uns 7 anos. Porque era assim... uma casa com terreno, pasto, meu pai, tinha

oliveiras, animais a comer estaca, está bem, só que foram lá comer que não vi nada. Nessa altura, pronto, tinha lá uns 3 anos, fazia o que podia fazer, não dei conta do recado. Na província era assim, para ajudar os irmãos. Não se pode dizer que passava fome, mas não comia carne todo dia, (...). Semeava feijão, depois comia no inverno, teve alturas que lembro que antigamente, alturas de se comer de tudo, tinha época que era sopa de feijão, couve, vinha uma altura com feijão fraco, carne matava-se porco, comia o que vinha na altura. Salgava-se, comia. Ia se comendo ia cortando, orientava a caça. Meus pais semeavam trigo, centeio, havendo pão em casa, umas batatas, feijão, não se passava fome. Pode não comer como hoje, compra-se um peixinho, uma carnezinha, antigamente não era assim. Lembro que comia lá uma paca, corta-se o pescoço, pessoas tinham carne comia naquele dia, dava aos vizinhos o que não comia senão estragava, cheirava mal. – Antônio R.

Eu nasci em Braga, na minha família cultivávamos desde miúdos. Trabalhei na terrinha até ir à tropa, fui muito novo, mas sempre tive o cultivo presente. Trabalhei para outros também. – José

Dois deles ainda relatam terem passados imensas dificuldades, a vida dura, fome, a educação “na base da porrada”, e ainda um deles foi exposto a um regime de semiescravidão em uma Quinta, da qual fugiu:

Minha família, aquela zona era tudo, tudo, tudo do campo, não tinha outra coisa. Era pobre, pobre, pobre. Tinha pouca terra, agora está tudo abandonado. Uns foram para França, em 40, 50 por aí e tal. Tivemos anos que não choveu, muitas pessoas antigamente, ouvi dizer, que morreram de fome, não havia subsídio do Estado, nada, nadinha. Até os anos 60 e tal, todos vieram para Lisboa. Lembro de passar muita fome, muita. Uma sardinha dividia por 3, depois a cabeça todos queriam. Tinha 5, 6 anos era criança. As serras cheias de neve, ia descalço guardar as cabras, de noite não tínhamos mantas para camas, dormíamos todos uns virados para baixo, outros para cima, uma mantazinha, dormíamos assim. É assim era a vida. Vida de pobre. (...) Eu fui criado na base de muita porrada... não tinha comida, minha mãe não tinha o que me dar para comer, chorava com fome e pomba!! Apanhava. Chegava na escola sem comer, não aprendi nada quase, minha cabeça não dava para aprender, isso é outro caso. Portanto, crianças eram educadas na base da porrada, era uma ditadura forte entre os pais, não deixavam fugir daquilo. – Vitor

Agricultura aprendi foi quando era miúdo, minha família era muito humilde, muito humilde mesmo. Fiz a quarta série até que fugi aos 16 anos para Lisboa. Não gostava do campo porque comi o pão que o diabo amassou. Trabalhávamos muito, éramos pobres, comíamos pouco, o que via... era o pão que o diabo amassou. Recebia salário, mas muito pouquinho. Era 48, entrei para escola, e no ano 55 nosso país não era como é hoje. Era muito pobre. Só trabalhar, trabalhar, as coisas eram mais baratas, mas não compensava. Era trabalhar desde que o sol nascesse até o sol se pôr, 15, 16 horas por dia, a trabalhar no verão. Trabalhava para donos de grandes Quintas, éramos escravos a trabalhar para eles. Como no Brasil, não havia os barões do café? Pois... Não tinha negros, éramos todos brancos, mas era pobre que trabalhava para o rico. Era assim. Então fugi. Pus corda nos sapatos e fugi aqui para

Lisboa. Estava farto de trabalhar nos campos. Não se ganhava nada. –
Mapril

Pran, de origem indiana, trabalhava na terra da família em Diu, apesar de ter outra profissão no país:

Na Índia eu era pintor, mas também trabalhava em terra do meu pai, portanto, minha. Eu e irmãos. Não precisava ficar todo dia... Umas 6, 7 pessoas trabalhar na terra não é nada. Era 1.200 metros quadrados para consumo próprio. Saí da Índia em 1972, quando já tinha independência. Os portugueses saíram da Índia mesmo... É ilha, Diu, muito ilha mesmo, ao redor tem mato. Diu, são três sítios pequenos. – Pran

A agricultora Lourdes é de origem rural portuguesa, mas nunca trabalhou na horta pois exercia a atividade de costura desde pequena e não podia ter suas mãos sujas:

Eu fui criada pela minha mãe e pela minha avó, fui para a costura desde miúda. As pessoas vinham a festas, toda gente vinha. Roupa do dia a dia era outra, pessoas faziam costura, era muito barato. Festas no verão, eram muitas, velório, tinha o que trabalhar, para ganhar era pouquinho. Havia muitas festas, muito trabalho. E então, o que acontecia? Naquela altura, agora já não, naquela altura não via, não tinha máquina para casear, era a mão, isso só depois, a gente com mãos sujas a casear uma camisa branca, blusa, uma coisa qualquer, linha ficava suja, para não sujar as mãos, por causa da costura. Eu não podia plantar porque tinha que manter a mão boa para costura e trabalho na terra sujava as mãos.

A agricultora Suzana, nasceu em Lisboa e aprendeu a plantar com o pai: “há muitos anos quando nasci, havia hortas, tantas... e meu pai plantava. Era o trabalho dele. Aprendi com ele, todos fomos criados a trabalhar no campo, foi assim que aprendi”. O agricultor João nasceu em Luanda, em Angola, mas não forneceu mais detalhes a respeito de sua vida no país.

7.4.2 A tropa e as Guerras de Independência

Dos 7 agricultores entrevistados, 5 foram às tropas, isto é, serviram ao Exército Português (ou as Forças Armadas Portuguesas) em diversas localidades, dos quais 3 serviram nas Guerras de Independência, também chamadas de Guerra Colonial. Não se trata aqui em discutir os pormenores das guerras, mas de fornecer breve contextualização desses eventos históricos, de modo a apreender como afetaram a vida desses agricultores.

No caso de 2 agricultores que serviram em Portugal e na França, não lhes ocorreram grandes acontecimentos, conforme recorda o Sr. José: “eu trabalhava lá na terrinha até ir para tropa, para a França, eu era novo, depois fui trabalhar na Câmara, não tive problemas”; o Sr. Antônio R. também: “fui pra praça em Castelo [Branco], depois

cumpri o resto do tempo em Ilha [não se entende o que diz]. Não passei pelas guerras na África. Quando fui à tropa, a guerra já tinha acabado e não tinha necessidade de ficar lá”.

Já 3 agricultores foram recrutados para as Guerras de Independência na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, fato que marcou profundamente suas vidas. Nenhum deles queria ir, foram por obrigação e se negassem a ir, afirmam que poderiam terem sido presos ou mortos – práticas comuns durante o Estado Novo.

A atual República da Guiné-Bissau foi a primeira ex-colônia portuguesa na África a ter sua independência reconhecida por Portugal. Antes, ela fazia parte do Reino de Gabu e era parte do Império do Mali. Algumas partes desse território estiveram sob domínio do ex-Império Português desde o século XVI, mas a região só foi plenamente invadida no século XIX, passando a ser chamada de Guiné Portuguesa. A independência foi declarada em 1973 e reconhecida em 1974. Sua capital, Bissau, foi adicionada ao nome do país para diferenciá-la das Guiné francesa e espanhola, hoje denominadas Guiné e Guiné Equatorial (CARDOSO, 1995). O agricultor Antônio T. conta sobre seu tempo de condutor na Guiné Bissau, reflete sobre a guerra e seus efeitos:

...fui para Guiné, fiquei 2 anos e meio no mato... no mato... na floresta, desde setembro de 72 até agosto de 74. (...) Pronto, viemos depois em camionetes até o aeroporto militar, aí de avião. Não sabíamos quando chegamos lá tínhamos temperatura de 42 graus e outros tantos de umidade, não conseguíamos respirar suficiente. Pronto. Vínhamos uma vez por mês na cidade para reabastecimento. Nem sempre tinha confronto, vamos lá... Eu como condutor, dado o pantanoso do local, levava até um certo local até onde não dava mais, eles ficavam e eu voltava ao quartel, e eles se defrontavam com tiros de série, com granadas. Eu lembro perfeitamente. Na altura, Guiné não era independente, independência para o lado do partido político da Guiné, só foi realizado depois de 25 de abril. Nós, uns dias antes de regressarmos, fomos fazer um reconhecimento de toda a zona que eles, do PAIGC³⁰⁸, conheciam melhor que nós e eu conduzia a camionete. Sabe o que é berlier? Um caminhão militar, com rodados, retaguarda aos lados, de um pouco reclinar para frente, na parte da frente levava uns 10 militares do PAIGC carregados de granadas na cintura e armas. Pensava... ‘se há um toque, essa merda vai toda pro ar.’ Eu tinha de estar muito concentrado, felizmente correu tudo bem. Eles eram fanáticos, para irem cheios de granadas na cintura se não havia guerra. Andavam assim porque eram diretrizes do comando deles. Era assim que viviam. Agora a guerra estava nesta fase, ‘vamos libertar os homens porque não tinha onde guardar todo material’, havia muitos quilômetros sem qualquer apoio de nada. Digo eu, 20, 30, 40, 50 km por dia e tinham

³⁰⁸ O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foi o movimento que organizou a luta pela independência da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde, que eram colônias portuguesas.

kalashnikov³⁰⁹, granadas de mão a cintura e assim... E nós fazendo reconhecimento total para eles... Custou-me mais tarde, sobre aquela situação, mostrar a esta gente aquilo o que conhecem melhor do que nós, o pá! Mas eram ordens transmitidas, era o que tinha que fazer. Voltei [para Portugal] e depois não continuei no exército. – Antônio T.

Em relação a Angola, o primeiro registro de invasão portuguesa data do século XV, mas delimitação do território só ocorreu de fato a partir de 1920, com a “invasão efetiva” – determinada pela Conferência de Berlim de 1884. A Guerra de Independência de Angola (também chamada de Luta Armada de Libertação Nacional e ainda de Guerra Colonial Portuguesa), ocorreu a partir da década de 1960, quando as forças de independência angolanas (UPA/FNLA, MPLA e UNITA) entraram em conflito armado com as Forças Armadas de Portugal. A independência foi alcançada em 1975, depois de uma longa guerra de libertação (TORRES, 2012). Vítor foi à Angola como soldado, mas não quis se recordar dos episódios:

Não queria ir para tropa, já pensava em arranjar mulher, filhos, queria emprego, para seguir minha vida, mas sem emprego, sem trabalho certo não se vive. Depois arranjar mulher para quê? Passar fome? Graças a Deus, minha mulher e meus filhos não passaram pelo que passei, graças a Deus! Na tropa fui daqui em abril de 67 e vim em junho de 69, fui pra Angola e lá sabia que poderia morrer, mas não morri. Passaram-se coisas terríveis... Não vale a pena lembrar. Era a sensação de poder morrer a qualquer momento. Qualquer momento. Eu fui obrigado, toda a gente com uns 20 anos era tudo obrigado a ir. Agora só vai para tropa quem quer. Soldados contra a gente, viramos contra eles, era assim, um salve-se quem puder. – Vítor

A Luta Armada de Libertação Nacional ou Guerra da Independência de Moçambique, foi um conflito armado entre as forças da guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e as Forças Armadas de Portugal. A guerra começou em setembro de 1964 e terminou em setembro de 1974, tendo duração de 10 anos, quando foi negociada a independência em 1975 (CABAÇO, 2007). Mapril conta de como foi sua experiência como paraquedista das Tropas Paraquedistas (ou Corpo de Tropas Paraquedistas) em Moçambique:

Eu tinha 20 anos quando fui pra tropa. Em 79, 80 estava no auge da guerra. Foi por aí, anos 80, 1974 foi 21 de abril. Foi obrigado a prestar serviço militar, se não fosse era preso ou era morto. Aí era um corpo a mais a boiar no Tejo. Fui para lá obrigado. (...) Fui paraquedista, nas tropas especiais. Era mais duro, mas comia-se melhor, ganhava-se mais e quando tinha 20 anos, sabe quantos quilos eu pesava? 63 quilos e tenho 1,76 de altura. Abanava para todo lado. Era obrigatório.

³⁰⁹ Kalashnikov, é um fuzil de assalto, criado em 1947 pelo militar russo Mikhail Kalashnikov, produzido na União Soviética pela indústria estatal IZH. É a arma de fogo originária da família de fuzis “AK”.

Conforme mês dos anos, quem nascesse setembro a janeiro, já ia aos 19, era lei que obrigava ir para tropa. Fui para Trancos, em Portugal, depois me mandaram pra Moçambique. Em curso era duro, uma preparação muito forte, fui para lá com 73 quilos e voltei com 83 quilos de músculos, agora não tenho mais [risos]. Era obrigatório dar 8 saltos por ano, por causa do tirocínio, era um risco para ganhar mais dinheiro. Pertencia à NATO³¹⁰... Na altura paraquedista era da Força Aérea, era o conjunto de países que iam para guerra e outros a ajudar. (...) Saltávamos para ganhar mais. Como fuzileiros na Marinha é igual, para ganhar bainha preta. Ganhar bainha verde. Em Moçambique era guerra. A gente ficava 15 dias a procura do inimigo, muitas vezes estavam a nossa espera. Punham armas as costas, carregava no gatilho, para o ar, disparar. As primeiras duas fica a tremer, sentir em alerta e acontece aquilo êêêê!

Pran, de origem indiana, foi a Moçambique à procura de seu pai, se estabeleceu no país e saiu de lá devido à Guerra de Independência. Ele conta sobre sua ida à Moçambique, os efeitos da guerra em seu negócio e sua ida para Portugal:

Com 22 anos, saí da Índia e fui para Moçambique porque meu pai estava lá. (...). Eu não sabia uma palavra em português, depois aprendi lá. Fiquei 15 dias, veio meu amigo e comecei a trabalhar na loja. Loja de tudo, roupa, comida, comprava castanha, amendoim, vendia tudo. Em 1977 era para entrar para tropa. Saiu meu nome, houve chamada para ir para independência em 1974. Não fui. Foi sorte e não foi sorte, quem é que sabe? Naquele tempo era guerra mesmo. Saí de lá em 1978 porque passei pela Guerra de Independência em Moçambique, mas... nem vale a pena contar... destruíram a loja... As milícias de lá... enquanto população de lá mesmo... Partiram a loja, toda a loja... partiram ali mesmo. Não ficou nem uma agulha dentro da loja, limparam tudo. (...). Não queria sair de Moçambique por causa da guerra, mas eles [a milícia] mandavam fazer cada coisa... não estavam contra nós... mas o que eles fizeram? Destruíram, eu sei que era a mando, mas destruíram. Eu não queria sair, mas saí porque quando vinha caminhão, por lá, assaltavam, roubavam tudo. Caminhões completo, chegavam, matavam... foi ficando pior e eu já estava com minha família, casei, tive 2 filhos, então achei melhor sair. O menino tinha 6 meses e não trouxe nem 5 tostões, ficou tudo lá. Depois da independência escolhi para onde ir, para Brasil ou Portugal? No consulado perguntou Brasil ou Portugal? Escolhi Portugal porque tinha família aqui, não conhecia ninguém no Brasil. Estava a cá meu cunhado, não valia ficar lá mais tempo, então em 78 vim pra Lisboa mesmo.

As mulheres entrevistadas não foram às tropas – as mulheres que iam geralmente eram enfermeiras – mas Lourdes recorda de esperar por seu marido, que serviu a Marinha Portuguesa:

³¹⁰ Organização do Tratado do Atlântico Norte (em inglês: *North Atlantic Treaty Organization* – NATO; em francês: *Organisation du Traité de l'Atlantique Nord* – OTAN), é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, também chamado de Tratado de Washington, assinado em 4 de abril de 1949. Portugal é um dos doze membros fundadores da NATO.

Ele foi para a guerra, para a Marinha. Eu lembro bem... nos casaram no dia 25, no dia 26 viemos para Lisboa e no dia 28 eu já estava trabalhando. Ele conheceu a filha 7 meses depois dela ter nascido. Eu conheci meu marido com 15 anos, casamo-nos quando tinha 23. Namorei por 8 anos, por cartas... Oito anos! E capaz de não acreditar, mas só 2 meses antes de casar é que eu dei um beijo. Quando olha você, passaram 8 anos de namoro, fazer isso e aquilo, você nascida no Brasil, o senhor e a senhora e é aquela coisa... não tinha coragem de... ter aquela confiança.

Conforme exposto, os agricultores são de origem rural humilde, passaram por inúmeras privações, foram às tropas contra sua vontade, ou saíram de seu país devido à guerra; e retornaram ou vieram à Lisboa fugindo da guerra e em busca de trabalho – que se discute a seguir.

7.4.3 O trabalho em Lisboa

Uma vez em Lisboa, os ex-combatentes logo buscavam trabalho. Eles mencionam procurarem antigos locais de trabalhos; ofícios que já haviam exercido; ou para os quais haviam adquirido habilidade; e ficavam atentos aos chamamentos da Câmara para contratações:

Nos anos 80 já trabalhava em Lisboa, era motorista da Câmara, foram 36 anos trabalhando ali. Reformei há 2 anos porque começaram alterações, cortes de horas, aumentaram mais anos de trabalho, então reformei-me. A crise não me afetou porque estava no topo da carreira, consegui aposentar aos 60 com 90%, melhor do que as 66 anos, aproveitei e me aposentei. – José

Tirei carta de condução na escola de condução, carta profissional e então quando cheguei na Quinta onde trabalhei antes da vida militar, as pessoas do meu conhecimento disseram ‘ó Toninho, precisamos de motorista’ Opa! Foi logo, cheguei em 26 de agosto, foi tudo numa corrida, isso foi em setembro. Faziam vindima, eu transportava pela manhã o pessoal para o vale, iam cortar cachos [de uva] para dentro dos cestos e depois despejar para dentro de uma tina. Ia para adega descarregar e voltava outra vez. Me disseram ‘vamos te dar uma casa, quando casa, traz mulher aqui’. Depois vim, estava a um tempo, em 75, 76. Em outubro de 76 meti requerimento para a polícia e fui chamado. Minha mãe avisou, falei ‘senhor tenho que ir a Lisboa tratar de assuntos de vida militar’. Disse ‘quantos dias queres? Três dias? Ele disse ‘fica uma semana’, e eu disse ‘vou-me embora, vou para a polícia’. Fui em janeiro de 1977 e reformei-me em janeiro de 2003. Moro aqui em cima. – Antônio T.

Uma pessoa me disse ‘tem vaga na Câmara’. Fui me inscrever, esperei 4 anos para me chamarem. Nesta altura estava na terra, mas saí daqui, fiquei trabalhando na agricultura, tinha trator, plantava muito, daí entrei para jardineiro na Câmara, depois fui para motorista. – Antônio R.

Quando vim para Lisboa, à noite, sábados, domingos, era extra. Eu descarregava barcos de peixe. Trabalhei 25 anos com isso. Depois

descarregar caminhonete, não há facilidades para mim no trabalho, pronto e assim cheguei aos 73 anos e em abril faço 74. – Vítor

Trabalhei no Centro Comercial de Portela, por quase 5 anos, depois 21 anos em um imobiliário até ficar reformado. Depois fecharam lojas, porque mobília não anda. Eu trabalhava, montava móveis, carregava e montava. O caminhão cheio, ia no cliente, montava tudo e pronto, era isso, por 21 anos. Eles acharam melhor fechar porta. Essas coisas. – Pran

Um agricultor mais jovem, João, teve uma série de trabalhos e atualmente encontra-se desempregado, situação que não vê de forma negativa e ainda pensa em migrar para a Alemanha:

Não tenho graduação, mas trabalhei na área de indústria queijo fundido, depois logística, estive na área de informática, fizeram reestruturação, me mandaram embora por causa da crise e agora estou a desfrutar do desemprego. Não sei se fico aqui ou vou para Alemanha, pois ganha-se mais que aqui, muito mais. – João

Em relação às agricultoras, Suzana diz: “Trabalhei na Portugal Telecom muitos anos, trabalhei como empregada doméstica, como voluntária também, mas não tem nada ver com hortas”. Lourdes sempre trabalhou como costureira, queria estudar enfermagem, mas nunca foi encorajada pelo marido:

Eu tinha 2 tias surdas-mudas, meu pai morreu tinha 9 anos. Eu naquela altura, com 7 irmãos e meu pai veio a morrer, só davam confiança às irmãs. Eu tinha 8 anos e eu as acompanhava a todo lado. Uma delas, queria ser freira, então ia 2, 3 vezes na semana, eu ia ao convento com elas. Acho que não era mal, mas nunca fiquei no convento. Eu ia com elas, não foi por ninguém. Quando tinha 12 anos, queria ser freira, gostava. Talvez fosse de ir no hospital ver as enfermeiras que eram freiras, mas fiquei na costura. (...) Meu marido também não queria que eu estudasse, tinha ciúmes [risos]. Não estou mal, mas poderia estar melhor. Mas, graças a Deus, faço o que quero.

7.4.4 Da horta espontânea ao Parque Hortícola

Dois agricultores cultivavam no local desde antes do projeto da Câmara e os outros se candidataram aos talhões quando o projeto já estava estabelecido. Todos os agricultores falam positivamente sobre a atividade de horticultura:

Estou aqui há mais de 15 anos, já plantava antes do projeto da Câmara, depois vieram máquinas, prepararam isto para ficar assim nestas condições. Eu gosto, fico entretido, venho cedo, gosto muito. E olha esses cultivos, compartilha-se, é bom. – José

Antes cultivávamos sem projeto, cavava-se ali, à minha maneira, como quisesse, a Câmara falou, ‘vamos fazer hortas comunitárias’ e nós que cá já estavam demos os nomes, fomos os primeiros a construir hortas e

agora pagamos 70 euros por ano. Fico satisfeito, volto contente para casa, porque se não tivesse essa horta...eu sou uma pessoa que bebo café, bebo café e mais nada, nada de álcool, mas um ou dois cafés por dia. – Vitor

Minha esposa é funcionária da Câmara, eu também andei pela Polícia Municipal, então o município nos paga. O Comando Geral da Polícia que nos administra para efeitos do serviço e vencimento, o próprio município nos paga uma gratificação de 40 contos, na altura equivale 200 euros. É uma gratificação a mais que ganha outros polícias para ficar ao serviço da comunidade. Não tive conhecimento da primeira fase de distribuição do projeto da Câmara, deixei passar, portanto, não acompanhava e confesso que não tinha grande interesse. Meu interesse era cultivar em Lamego, mas estou convencido que ninguém faz tudo sozinho, então assinei os papéis e como o Comando ajuda a pagar, vim pra cá. – Antônio T.

Vou ao trabalho até 20, 21 horas, venho na parte da manhã, o resto estou a trabalhar. Da horta não dá para gente viver, não tiro dinheiro disso. Venho pra cá pra me distrair, é bom pra saúde. Enquanto estou aqui a cavar a gente não pensa em outra coisa, só nisso, estamos na terra a revirar, esquece-se de tudo lá fora. Cavar, cavar a terra... A horta era sobrevivência, não é plantou e ir embora, não, tem que olhar para ela, tem que fazer muita coisa. – Antônio R.

Vi a chamada [do Parque Hortícola] na Câmara Municipal e pensei ‘o que plantar aqui?’ O funcionário falou ‘dá para cultivar uns metros, se tiver sorte vai apanhar’. Caiu meu nome e apanhei 150 metros, aí comecei a vir aqui faz 4 anos, tem produto, tem tudo. Venho de manhã e de tarde. Não tem chatice nenhuma, gosto, passo o tempo, venho aqui, ar puro, ar livre. – Pran

Dois agricultores comentam sobre o efeito terapêutico da atividade de horticultura – mesmo sem ter aptidão – do fato de saírem de casa e de ter uma ocupação em situação de desemprego, conforme seus relatos:

Fiz várias operações, fui reformado por invalidez, disse epá! O que estou fazendo aqui em casa? Concorri a um talhão na Câmara, ganhei e cá estou. Há uma altura eu não gostava do campo e comecei a gostar de novo. – Mapril

No momento estou desempregado e estou me sentir muito, muito, muito bem. Sinto-me extremamente bem. Tive lesão muscular andava de muletas e soube disso. Agricultura. Nunca me dei ao trabalho de pôr mão a massa, estou morando neste prédio aqui ao lado. – João

Suzana, uma das agricultoras, se inscreveu na Câmara para o talhão por ter gosto pelo plantio: “Venho prá aqui por gosto. Amo plantinhas, amo isto, mas é preciso trabalhar. Só com livros sobre horta, não funciona. É preciso aplicar-se mesmo. Temos os talhões divididos em 4 quadrados, cada um de um agricultor. Agora está a semear até cá baixo”. Já agricultora Lourdes não faz tanto trabalho na horta por questões de saúde,

mas apesar de dificuldades físicas, ela aprecia estar no local “No verão, é um refúgio, é um retiro que a gente tem aqui”.

Conforme discutido no item sobre o projeto dos PH, uma casa de arrumos é dividida entre os (as) titulares dos lotes. Dois agricultores mostraram suas casas de arrumos (fotografia 45 e 46).

Fotografia 45 – Casa de arrumos de José.

Crédito: a autora, 2018.

Fotografia 46 – Casa de arrumos de Mapril.

Crédito: a autora, 2018.

Na casa de arrumos foi observada uma série de instrumentos de horticultura; armazenagem de produtos alimentares; sapatos e roupas para a atividade de horticultura; baldes; cestas; banquinho; sementes, entre outros objetos. Os entrevistados não reportaram problemas ou conflitos em relação à partilha da casa de arrumos e, de modo geral, têm uma convivência pacífica.

7.4.5 Cultivos, sementes e controle de pragas

Em relação aos cultivos, os agricultores seguem as recomendações do que é permitido pela Câmara, mas alguns também plantam escondidos algumas culturas que não são permitidas. Todos os cultivos são plantados de acordo com a época do ano e estão listados no quadro 30.

Pran, de origem indiana, cultiva diversos alimentos de sua terra natal e descreve os usos medicinais e gastronômicos de alguns de seus cultivos:

Esta é para diabete, mascarela, é muito amargo. Essa aqui é tipo abóbora, chamamos de buri. Aquele é chá, serve para fazer chá, põe 2, 3 folhas quando está constipado. Ali piripiri picante, a vermelha é picante forte. Aquela ali é alho verde pomos. Come picante? Não é muito picante muito, dá uma mordidela, não é muito picante, é tipo rabanete. Serve na salada, essas coisas. Tem muita pimenta na comida indiana para não pegar muita doença, a pimenta mata tudo. Essa é a patra, essa é mogri. Essa folha faz farinha de grão, com especiarias, enrola fica como este. Tenho 6 tipos de piripiri. Cheio de polpa, massa, turia, da Índia. Cultivo o que cultivava na Índia aqui e não preciso fazer compras. Essa aqui é de berinjela, quiabos, estes vocês conhecem bem. Aquele pimentão, piripiri padrão, aqui outro tipo de piripiri. Como todo dia, é só não abusar. Em Moçambique era piripiri para assustar pessoas. Aqui comemos caril, todo dia com arroz, aba. Esse aqui faz aba, produto tipo pão. Não é trigo, é parecido. Essa também, mas é pequena, não é grande. Essa é nativa da Índia, do meio da Índia. Essas coisas também são da Índia, feijão pedra. Guarda o ano inteiro. Há nas lojas aqui que africanos vendem. Coloco folhas de louro, piripiri, pimenta não pica e piripiri pica. Guarda junto para não entrar bicho nenhum senão apodrece.

Quadro 30 – Tipos de cultivos dos agricultores (as) do Vale de Chelas.

Agricultor	Cultivos
José	Batata doce, feijão, cebola, salsa, coentro, couve, courgette (abobrinha), pimentas, tomate coração de boi, physalis, morango.
António T.	Ervilha, feijão, coentro, cebola, couve, courgette (abobrinha), favas, pimentas, tomate coração de boi, agogi.
António R.	Berinjela, milho, tomate, favas.
Vitor	Ervilhas, feijão, batata, couve, alface, tomate.
Pran	Quiabo, mascarela, abóbora (buri), chá, alho verde, berinjela, pimentão, espinafre, louro. Cultivos da Índia: patra, mogri, turia, 6 tipos de piripiri (pimentas), trigo, feijão pedra.
Mapril	Batata, batata doce, berinjela, cebola cravo, chuchu, agrião, tomatinho, couves, pimentas, tomate, alho francês, meloa.
João	Cenoura, couves, favas, feijão, dentes de alho, morangos, tomate.
Lourdes	Batata, couves, feijão, favas, cebola, tomate, agrião.
Suzana	Ervilhas, morangos, plantas aromáticas, couves.

Fonte: a autora, 2019.

Em relação às sementes, todos os agricultores e agricultoras guardam sementes de alguns cultivos, trocam entre si e compram as que não conseguem de outro modo. O Sr. Antônio T. retira sementes do tomate: “Vê esses dois tomates? Você não vê essa riqueza,

não é? É para semente, pra retirar sementes dele para cultivar, um bom exemplo. Veja que estão seguros em cima, não cresce mais, fica mais maduro, depois para tirar, isto é tomateiro”. Dois compram sementes biológicas – porém não mencionam de onde compram – e no caso de Pran, ele compra sementes dos cultivos da Índia.

Em relação ao controle de pragas e fungos, todos os agricultores e agricultoras afirmam usar produtos biológicos, alguns especificam o que usam, outros não. No entanto, alguns comentam que há uso escondido de agrotóxicos, conforme relato do Sr. José: “porque não é permitido [uso de agrotóxico], não quer dizer que alguns não põem. Têm mosquito que usam para matar, eu não ponho nada, se vejo muita lagarta deixo um vidrozinho, nas couves, diversos objetos”.

Quatro agricultores afirmam usar métodos como spray de detergente misturado com pimenta ou spray de sabão, como no caso de Pran: “Não uso nada químico, tudo natural, nada de químico. Uso sabão, o que lava a louça, espalho e não parece bicho. Procurei na internet e na Índia já usava. Uso o mesmo. Pra lagarta, na folha meto aqui e acabou, já não aparece”. O Sr. Antônio T. fala que o clima influencia na presença de pragas também: “2018 foi ano terrível para pragas, o tempo foi muito irregular, a primavera foi terrível, muito frio, semanas sem chover, sementes não nasciam de maneira alguma”.

Todos os agricultores e agricultoras comentam que é difícil espantar os pombos e os pássaros, que comem o plantio, conforme relato do Sr. José: “Olha os pombos são aquelas, bicadinhas ali ó, comida da passarada, aqui eles comem tudo. Comem tudo”. O Sr. Antônio T. fala o que faz para espantar os pássaros:

Ali a frente 2 pequenos talhões com sementes recém-semeadas, pássaros vem e comem tudo, tudo! Então, dizia quando começar a crescer, os pássaros levam tudo. Agora senhora já não vê tanto, acabaram por fugir daqui. Comeram tudo, tudo. Olha para ver. Está vendo as folhas? Os pombos comem tudo. Então metemos sacos de plásticos, para terem vergonha de vir, mas a Câmara é alérgica a sacos de plástico [risos].

7.4.6 Vendas

Conforme discutido, vendas não são permitidas pela CML e não há previsão de promoção de feiras dos produtos dos Parques Hortícolas. Dos 7 agricultores entrevistados, três deles afirmam vender informalmente. O Sr. José vende quando pedem, mas não é seu foco: “Quem quer vender, pode vender, há pessoas que vendem, vem gente

aqui, ‘ah, quero um bocadinho disto, daquilo’, mas é mais para nosso consumo, da família, dos amigos, pessoas que tem amizade. Estamos a dar às vezes”. O Sr. Antônio R. vende e doa para amigos e familiares quando é possível. O Sr. Vítor diz que, apesar de vender e gerar algum dinheiro – não diz quanto – não vê perspectivas de lucro com a horta:

Vamos ser sinceros, isso não dá lucro, o que dá de lucro vai para o que pagamos pra Câmara, que é muito. Temos água à vontade. Água está para gente, 160 euros e vamos lá... Aqui é, para mim, reúno duas coisas, dá uns trocados, saio de casa, no meu caso pessoal, de saúde, ficar assim faz muito bem às pernas, andar e, portanto, tenho gosto por isso, não covo, tenho problema no coração e uma mancha no pulmão, é grave, então não covo, só rego, etc.

O Sr. Antônio T. não vende sua produção: “Nada, nada, zero de venda, isto aqui é para consumo próprio e para amigos, o que se vê com mais abundância, comemos, minha esposa leva a amigas”. João também não vende, mas já recebeu propostas para produzir para vendas biológicas:

Não vendo. Tive propostas de agricultura biológica, mas não tenho produção suficiente, é para mim, para amigos. Tenho couves e batatas no Natal. Alguns vendem para o público que quiser, grandes couves bonitas, alguns reformados. Fazem informalmente a quem os conhece. Eu, sinceramente, partilho, dou daqui e dali e amigos.

As duas agricultoras e dois agricultores não vendem seus cultivos e afirmam que doam parte de sua produção para amigos e parentes.

7.4.7 Relação com o poder público e a sociabilidade nas hortas

De modo geral, a relação com as funcionárias do GTPAUCL – às quais se referem como “a Câmara” – é respeitosa e nenhum dos (as) entrevistados (as) relatou problemas graves. Alguns agricultores fazem comentários humorísticos sobre a autoridade que a Câmara representa; outros comentam que a Câmara não faz o suficiente, que “prometem, mas não cumprem”; uma agricultora se sente “vigiada” pela Câmara; dois falam que poderiam fazer mais, permitir o cultivo de frutas, mas que, de modo geral, não há graves ofensas. Um dos agricultores, que cultivava no local antes do projeto da Câmara, reclama dos valores a serem pagos, acha-os elevados. Dois agricultores comentaram de pessoas que começaram a cultivar, mas eventualmente abandonaram os talhões e que a Câmara chama pessoas que fizeram inscrição, mas não receberam o talhão.

Em relação à sociabilidade na horta, nenhum entrevistado (a) demonstrou ter tido problemas graves com seus vizinhos e que se há desentendimento, procuram conversar e

se entender. O Sr. Antônio R. comenta: “Pessoas tem que se entender umas com as outras, caso contrário vai dar porrada umas nas outras, não convém, tem que conviver, é a vida, estamos em um mundo civilizado e temos que conviver, não é?”. De modo geral, todos se ajudam, aprendem uns com os outros, aguem os talhões do vizinho quando está de férias, guardam e trocam as sementes. João, que não tinha experiência em agricultura, afirma que aprende muito com os próprios agricultores: “Eu escuto e vejo o que eles fazem e ponho mão na massa. Poderia ver na internet, mas não faço isso. Vi informações na fava, capta da atmosfera e quando tiramos fava em abril, maio, não precisa estrumar, já está estrumada para outras culturas, de feijão, tomate”.

7.5 As novas iniciativas

O estudo de campo em Lisboa revelou, ainda, novos modelos de iniciativas e ações sociais civis em torno do uso do patrimônio territorial de Lisboa, distintos do modelo³¹¹ proposto pela CML. Apesar de não fazerem parte do escopo desta pesquisa, as novas iniciativas revelaram um novo perfil de hortelão, composto por uma maioria de jovens, entre 20 e 40 anos, de diversas nacionalidades, com alto nível de instrução, com ideias inovadoras e ambiciosas para a agricultura urbana. As propostas das novas iniciativas incluem a elaboração de novas configurações para o uso da terra como espaços de experimentação, de convivência, de articulação social, de produção agrícola e de empreendedorismo social.

Sete desses jovens, que se conheceram através de um chamado para voluntários, organizaram o evento *Sustainable Food Week*³¹², cuja primeira edição ocorreu de 26 de novembro a 02 de dezembro de 2018, com o objetivo de reunir pessoas interessadas ou envolvidas com projetos de sustentabilidade alimentar em Lisboa – e que gerou uma articulação inovadora de estabelecimentos e experimentos gastronômicos; práticas alimentares; chefs; agricultura urbana; e espaços de sociabilidade auto gerenciado, em diversas atividades.

A ação dessas iniciativas é múltipla e abrange uma variedade de propostas, tais como conscientização ambiental, ação coletiva para limpeza de terrenos, empreendedorismo socioambiental, gerenciamento comunitário de espaços públicos,

³¹¹ Ressalte-se que a partir de 2020 a CML têm promovido iniciativas de perfil mais inovador como o Bela Flor Respira – Agrofloreza, parte do Festival Jardins Abertos Ver: <https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/uma-horta-que-e-uma-floresta> Acesso em 17/09/2020.

³¹² Ver: <https://www.facebook.com/sfd.lisboa/> Acesso em 17/09/2020.

entre outras, e carregam um caráter de questionamento das regulamentações oficiais e apontam para abordagens mais inovadoras na arena da economia e da inovação social. As dinâmicas organizacionais são marcadas pela horizontalidade, autogestão e experimentação social. As novas iniciativas apresentam soluções que respondem à situação local, interesses e valores das comunidades e pessoas envolvidas. No entanto, os desafios que enfrentam são encontrar fontes de financiamento; verificar a viabilidade, implementação e continuidade dos projetos.

Alguns exemplos dessas iniciativas – que fizeram parte do evento *Sustainable Food Week* – estão listados no quadro 31 e combinam diferentes tipologias de ações respeitantes à AU. Ressalte-se que não se trata de uma lista exaustiva, mas de uma amostra.

Outro novo fenômeno recente em Portugal é justamente o movimento contrário ao movimento historicamente constituído do êxodo rural – a volta ao campo ou “retorno ao rural” de populações urbanas de classe média que buscam na quinta ou granja (que geralmente pertencem à família) – um novo estilo de vida, mais sustentável, que inclui a produção biológica e a preservação ambiental. Os “novos rurais”³¹³ geralmente são jovens (entre 20 e 40 anos com alto nível de instrução formal) agricultores, com caráter de empreendedorismo.

Além dos novos rurais, há também uma crescente procura por parte dos segmentos da juventude por cursos e práticas de permacultura e agroecologia, bem como da vida comunitária em eco-aldeias, como a pioneira Tamera³¹⁴, fundada em 1995 e norteadas por concepções ambientalistas mais radicais que inclui o amor livre e a governança coletiva; o Quinta do Manchas³¹⁵, projeto pessoal de retorno “às raízes” a cerca de 30 minutos de Lisboa, perto de Alhandra, na grande área metropolitana de Lisboa; entre outros.

Ferrão (2000) argumenta que a reinvenção da ruralidade se traduz na crescente pluralidade e multifuncionalidade do campo com novo valor patrimonial que inclui os recursos naturais e históricos, agora encarados também pela lógica do lucro. Nessa direção, os moradores tradicionais do campo passam a se preocupar com a proteção e

³¹³ Ver: <http://vozdocampo.pt/2017/04/19/novos-rurais-jovens-agricultores-empresendedores/> Acesso em 12/07/2020.

³¹⁴ Ver: <https://www.tamera.org/> Acesso em 12/07/2020.

³¹⁵ Ver: <https://quintadomanchas.weebly.com/> Acesso em 12/07/2020.

conservação da natureza, do patrimônio histórico e cultural associado ao lazer e ao turismo, como pode ser visto no crescente interesse pelo eco-turismo.

Quadro 31 – Novas iniciativas em Lisboa.

Nome da Iniciativa	Sítio / descrição
Horta FCUL ³¹⁶	https://pt-pt.facebook.com/hortafcul A Horta da FCUL foi criada em outubro de 2009 por alunos da Faculdade de Ciências da UL (FCUL), que se mostraram predispostos a partilhar com o mundo um gosto em comum: a Permacultura. Num espaço que liga a agricultura ao jardim, com um misto de horticultura, ervas aromáticas e árvores de fruto, tentamos mostrar um pouco do que a Permacultura tem para nos oferecer: as sinergias entre as plantas, as charcas e as camas elevadas, num local de aprendizagem e partilha de conhecimentos. Com um grupo cada vez maior e multidisciplinar, caminhamos no sentido da transição e da mudança, para um momento sustentável e de equilíbrio.
Terreno Com Calma	https://www.facebook.com/groups/1471113309700240/ Terreno próximo ao Espaço Com Calma – espaço cultural aberto à comunidade. O Com Calma é um espaço associativo e cultural em Benfica. Um espaço aberto ao debate, à partilha, ao conhecimento e à comunidade. Um espaço onde se pode Estar, Debater, Conviver, Ler, Petiscar, Aprender, Ouvir, Beber e Dançar... Com Calma.
Fruta à Mão	https://www.facebook.com/frutaamao/ Pomares públicos na cidade, cuidados pela população, cuja fruta produzida é para todos. Em votação no Orçamento Participativo 2014 - projecto142.
Lisbon Urban Agriculture	https://www.facebook.com/groups/979534275474419/ Grupo que visa reunir pessoas interessadas em práticas de agricultura urbana, permacultura e meio ambiente.
Sustainable Food Days – Lisboa	https://www.facebook.com/sfd.lisboa/ SFD.LX é um programa de 7 dias para celebrar iniciativas locais de alimentação sustentável em Lisboa.
Cooperativa Rizoma	https://www.facebook.com/rizomacoop.pt/ Cooperativa Rizoma é um projecto de criação de uma mercearia auto-gestionada de e para a comunidade que garante produtos a preços justos para quem produz e/ou coopera em Lisboa, Portugal.
A Sociedade	https://asociedade.pt/ Experiência gastronômica criativa com chefs que criam pratos a partir de alimentos sustentáveis para um jantar coletivo. Design de alimentos e de experiências gastronômicas.

Fonte: a autora, 2019.

³¹⁶ A Horta FCUL está listada no mapa da CML como horta de gestão não-municipal.

7.6 Síntese e análise do capítulo

Este capítulo analisou os aspectos investigados na cidade de Lisboa, com vistas a responder aos objetivos propostos. A partir do levantamento da literatura académica referente à agricultura urbana em Lisboa, verificou-se que as primeiras produções científicas sobre o tema são compostas principalmente por investigações técnicas das áreas das Engenharias, especialmente a agrônoma, alinhadas com as abordagens sobre cidades sustentáveis, estruturas ecológicas urbanas, aspectos da viabilidade ambiental como água, solo, relevo, dimensão paisagística, funcionalidade e estudos de caso locais (FERREIRA e MACHADO, 2010; HOWORTH, 2011; TEDESCO, 2013; GONÇALVES, 2014).

A partir de 2015, observa-se investigações voltadas para os aspectos de economia social e solidária (PAIZINHO, 2016); de crítica social ao projeto dos Parques Hortícolas (LUIZ e JORGE, 2012); ainda investigações técnicas da área da Arquitetura e Urbanismo (TEIXEIRA, 2016); e aspectos estratégicos da AU (DELGADO, 2015; 2017).

Os resultados explorados indicam para 3 processos, com potenciais e desafios, discutidos a seguir:

(i) *Poder público*

Conforme discutido, a ruralidade sempre esteve presente em Portugal e em Lisboa. A partir dos anos 2000, devido a incentivos de financiamento e programas da União Europeia, o tema voltou a ser elaborado pelas municipalidades, organizações da sociedade civil e empresas, que iniciaram a instalação de projetos de hortas comunitárias em todo o país. Em Lisboa, a primeira regulamentação da prática de agricultura em área urbana data de 1930, que voltou a ser discutida pelo poder público somente na década de 1980 e foi de fato implementada com o projeto Parques Hortícolas somente em 2011. O projeto possui forte caráter regulatório, alinha-se a paradigmas de cidades sustentáveis, estruturas ecológicas urbanas, viabilidade ambiental, mitigação de alterações climáticas e, em teoria, de participação social.

A partir das entrevistas, das observações de campo e da participação das oficinas oferecidas pela CML, ficou evidente que é um desafio para o poder público a contemplação das características socioculturais dos utentes, especialmente os de origem étnica diferente da europeia. Em outras palavras, há dificuldade em integrar as diferenças

socioculturais, pois a relação entre poder público e agricultores ainda é marcada por uma dinâmica predominantemente “de cima para baixo”.

Nessa direção, tendo em vista que a gestão da AU e os aspectos técnicos em Lisboa são estabelecidos pela Câmara Municipal de Lisboa, a relação entre a instituição e agricultores tende a ser unilateral, onde não há dinâmicas de fato participativas, nem contemplação ou resgate dos saberes dos agricultores – tanto os de origem portuguesa quanto os de outros países. Ressalte-se também que a gestão da CML é feita em silos, ou seja, não há relação com outros departamentos. Nessa direção, a AU é um projeto bandeira do vereador Sá Fernandes.

(ii) *Mobilização popular e vulnerabilidade social*

Conforme discutido sobre a horta do Bairro Padre Cruz, a forte mobilização popular de diversas etnias, juntamente com o apoio da Junta de Freguesia de Carnide, foi fundamental para a permanência e instalação do Parque Hortícola no local. Nessa direção, sugere-se uma observação mais cuidadosa em relação à dinâmica instaurada entre os múltiplos agentes responsáveis pela produção da agricultura em Lisboa – CML, agricultores, Junta de Freguesia e organizações da sociedade civil – que podem revelar processos mais participativos de relação entre poder público e a sociedade civil. Foi verificado que não existe mobilização popular em torno da AU no Vale de Chelas e que a Junta de Freguesia de Marvila não se envolve com o PH além dos aspectos técnicos exigidos pela Câmara. As razões para isso são diversas e oferecem subsídios para investigações futuras.

A trajetória de vida dos agricultores (as) do Vale de Chelas mostra a face profunda da vulnerabilidade social em Portugal, isto é, a vida dura na província; a fome; o frio; trabalho semiescravo; inúmeras privações; a obrigatoriedade de ir à tropa; o dia a dia da guerra; o retorno ou ida à Portugal; casamento e filhos. Uma vez em Lisboa, os agricultores trabalharam com ofícios que já haviam exercido ou onde já haviam adquirido habilidades e 3 trabalharam para a CML como motoristas ou jardineiros. Conforme demonstrado, o retorno à atividade na horta ocorreu informalmente, nas hortas espontâneas, e permaneceram ali depois da instalação do projeto Parques Hortícolas.

Atualmente, a atividade na horta se constitui principalmente em uma fonte de subsistência, de atividade terapêutica e de vendas informais para agricultoras e agricultores. Não há projeto de vendas, de geração de renda nem de empreendedorismo

relacionada à atividade de AU na capital portuguesa – o que indica um enorme potencial a ser desenvolvido, caso seja interesse dos envolvidos.

(iii) Novas iniciativas

Conforme demonstrado, a multiplicidade, o ineditismo e criatividade das novas iniciativas – características da inovação social – revelam uma profusão de práticas para o uso da terra; propostas para a agricultura urbana; formas de sociabilidade; e perfil de ação social da juventude. Nessa direção, a juventude traz novidades e, apesar da CML apoiar algumas de suas atividades – como pôde ser verificado na visita ao Parque Hortícola da Granja com estudantes secundaristas, pesquisadores e entusiastas da alimentação natural, com a presença de duas funcionárias do GTPAUCL – trata-se de um apoio simbólico, demonstrando que ainda não há projeto camarário que contemple as novas iniciativas, embora aponte o potencial de inovação social e gestão colaborativa da sustentabilidade e empreendedorismo jovem.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investigou a produção da agricultura urbana em sete hortas em contextos de vulnerabilidade social localizadas na zona leste de São Paulo e em dois Parques Hortícolas de bairros sociais em Lisboa, com vistas a compreender como se constrói a AU e como os agentes presentes nas respectivas localidades operam nesses processos, com foco no seguinte questionamento “Como se constrói a Agricultura Urbana em regiões de vulnerabilidade social na zona Leste de São Paulo e em Parques Hortícolas de Lisboa, Portugal e como os agentes sociais presentes nessas localidades operam nesses processos?”.

Inicialmente, a literatura levantada permitiu identificar que o tema vem sendo estudado em diversas perspectivas teórico-metodológicas, gerando diferentes eixos de análise, conforme se discutiu anteriormente: atividade multifuncional que examina a redução de pobreza; a geração de renda e de emprego; questões que afetam o desenvolvimento comunitário e o empoderamento feminino; atenção à promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional; ativismo e justiça social; instrumento de políticas de planejamento urbano e ampliação de mecanismos democráticos na governança pública; impactos ambientais, serviços ecossistêmicos e biodiversidade, entre outros.

Nesta pesquisa, o eixo de análise refere-se às possibilidades de combate às desigualdades estruturais em contextos de vulnerabilidade social; à geração de renda; melhorias na qualidade de vida de agricultores (as) urbanos (as); ampliação na produção e acesso de alimentos adequados ao consumo humano; conscientização e preservação ambiental.

Conforme discutido no capítulo teórico, a Perspectiva Multinível (PMN) propõe três dimensões – a paisagem, o regime e o nicho – a serem analisadas na Transição para a Sustentabilidade. Ademais, a PMN oferece subsídios teóricos para aquilatar a multiplicidade de agentes e de valores norteadores de suas ações que produzem as Transições para a Sustentabilidade que, no caso desta pesquisa, trata-se da agricultura urbana. Nessa direção, foram identificados e analisados os agentes, a dinâmica instaurada entre eles, o modo como realizam suas atividades que, em conjunto, produzem a agricultura urbana nessas localidades. Foram desvendadas as origens das hortas; seus processos de instalação, operacionalização e manutenção; sua dimensão social,

ambiental e econômica; a trajetória de vida de agricultores (as), bem como os potenciais de inovação, conflitos e desafios que emergem a partir das dinâmicas instauradas entre os múltiplos agentes – respondendo ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos.

A seguir são apresentados os principais achados do estudo – com foco no papel de cada agente nas TSs – nos níveis de paisagem, regime e nicho – na zona Leste de São Paulo e em Lisboa.

8.1 Zona Leste

Em nível de paisagem da PMN, as características macroestruturais mais marcantes da região – relativo ao processo sócio-histórico de expansão territorial – estão fortemente associadas à presença da indústria; das vilas operárias; aos vastos complexos de conjuntos habitacionais da COBAH-SP e da CDHU; aos múltiplos movimentos sociais, de moradia e ambiental; e à forte presença do crime organizado – que incide sobre os terrenos das hortas. Nessa direção, a zona Leste é mais associada a esses elementos do que à prática de agricultura.

Os resultados ainda mostram que as hortas em terrenos da CDHU não são percebidas como elementos constituintes da paisagem ou quais todas as suas funções, enquanto as hortas da Enel foram assimiladas pela comunidade. Apreende-se que, uma vez que a comunidade local descobre quais são as funções da horta, dentre elas, a de produção de alimento a preço acessível, tornam-se referência e, portanto, mostram avanços graduais em termos de acesso à produção local de alimentos adequados ao consumo humano por parte de populações vulneráveis.

Em nível de regime da PMN, que se refere à implantação, operacionalização e manutenção das hortas, os agentes identificados e analisados foram: *(a)* o poder público – políticas e programas públicos de fomento à agricultura urbana no Estado e no município de São Paulo e suas implicações na região; *(b)* normas técnicas de regulamentação do uso dos terrenos da empresa Enel e os processos de urbanização da CDHU; *(c)* organizações da sociedade civil – três organizações com modelos distintos de gestão, articulação e atuação que disputam terrenos e agricultores (as); *(d)* empresas privadas e sua Responsabilidade Social Empresarial (RSE); o Sesc; as empresas Consul e Sodexo, que incidem na AU de maneiras distintas.

No que tange o poder público, a implementação de políticas e programas de AU na cidade de São Paulo, bem como sua institucionalidade, é frágil e sujeita a interesses político-partidários. A gestão pública, em nível municipal e regional, é marcada por lentidão e por interrupções em relação aos recursos e processos de viabilização técnica para a implantação das hortas. Nessa direção, a relação entre o poder público, organizações da sociedade civil e os (as) agricultores (as) configura um campo de tensão. Os potenciais são relativos a parcerias inter-secretariais com a Assistência Social – devido à atuação junto às populações vulneráveis – e com a Secretaria de Segurança Pública – uma vez que é a única instância do poder público que tem capacidade para lidar com organizações criminosas.

No que se refere às normas técnicas e regime do uso de terrenos das faixas de servidão das torres de transmissão de energia elétrica, as novas exigências da ANEEL impõem a necessidade de uma série de adaptações técnicas nessas localidades. A empresa Enel inicia um processo de entendimento das concepções de cultivo agroecológicos (as), mas exige adaptações que podem comprometer o aspecto social e alguns cultivos da produção agroecológica, como a banana. Em relação ao seu potencial, esses terrenos são subutilizados para a produção agrícola e não há um projeto ou aportes financeiros em larga escala por parte de empresas de transmissão e distribuição de energia elétrica para a agricultura nesses terrenos, indicando uma grande possibilidade de investimento em produção de alimentos em regiões vulneráveis.

A CDHU atua em consonância com a comunidade, engendrando processos participativos que fortalecem iniciativas de empreendedorismo popular de hortas e de cozinhas comunitárias e, dessa forma, estimula a economia local e o empoderamento feminino. Em relação à saúde ambiental, não foi encontrada nem na Enel e nem na CDHU, um protocolo ou procedimento para verificar a qualidade do solo e do ar para a atividade de agricultura nesses terrenos. No entanto, a conscientização a respeito da importância da preservação ambiental é tangível em todas as hortas, promovidas principalmente pelas atividades pedagógicas.

Referente às organizações da sociedade civil, dois modelos de gestão norteados por concepções distintas de produção agrícola urbana disputam terrenos e agricultores (as) na zona Leste. A ONG CSF atua com modelo de empreendedorismo social de geração de renda, empregando indivíduos em situação de vulnerabilidade social, e possui forte capacidade administrativa. No entanto, a ONG não estimula a autonomia dos (as)

agricultores (as), nem sua politização ou debate sobre seu papel na produção agrícola urbana e na elaboração de políticas públicas. A AAZL atua com modelo agroecológico; estimula a politização dos (as) agricultoras (es) associadas (as) através da participação em conselhos populares; articula-se com organizações da sociedade civil e pontos de vendas norteados por valores progressistas, participativos, solidários e emancipatórios. No entanto, a AAZL é limitada na capacidade administrativa, financeira e tem dificuldades em estabelecer objetivos em comum entre os (as) associados (as).

A RAPPA atua como catalizador de transformação de agricultoras em sujeitos políticos, estimula o debate sobre o feminismo popular e levanta as dificuldades enfrentadas por mulheres na produção da AU. Os resultados relativos à rede mostram a necessidade de: *(a)* valorizar e reconhecer o trabalho da agricultora; *(b)* agregar valor ao alimento; *(c)* viabilizar comercialização em assentamentos urbanos; *(d)* ampliar a mobilização e fortalecimento comunitário; *(e)* garantir acesso e permanência na terra; *(f)* implementar meios para lidar com a burocracia relativa à infraestrutura da horta (falta de água, luz, esgoto e comprovante de residência).

Os desafios da rede são: *(a)* como lidar com frequentes ameaças e assédio moral; *(b)* métodos alternativos para controle de pragas e preparação do solo; *(c)* busca de novas fontes de financiamento. Nessa direção, além de questões de ordem técnicas, as dificuldades específicas que mulheres enfrentam na AU incluem o assédio moral e sexual associado às suas atividades e presença nas hortas. Os potenciais indicam a criação de um mapa social de redes de produção, comercialização e consumo; promoção do uso de cadernetas agroecológicas; compartilhamento de saberes, mudas e sementes.

Os principais desafios das três organizações da sociedade civil são: *(a)* o acesso à terra e a garantia de acesso à terra; *(b)* a renovação do contrato de comodato no caso dos terrenos da Enel; *(c)* questões de ordem de logística como transporte e escoamento da produção; *(d)* assistência técnica permanente; *(e)* acesso à insumos (sementes e adubos orgânicos); *(f)* capacitação e extensão rural em área urbana; *(g)* garantia de segurança no trabalho na horta – uma vez que os (as) agricultores (as) são os sujeitos mais expostos (as) às fragilidades sociais de suas regiões e as mulheres, à assédio; *(h)* diversificação de fontes de financiamento e autonomia em relação ao financiamento público; *(i)* maior capacitação para os (as) agricultores (as).

Em relação às empresas privadas, a ação social da Consul – o Consulado da Mulher – oferece treinamento popular voltado principalmente para mulheres, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenos negócios de alimentos, como verificado no caso da cozinha do Viveiro Escola. As unidades do Sesc de São Paulo vêm incorporando temáticas relacionadas à agricultura urbana, à agroecologia, à alimentação saudável e ao empoderamento feminino em sua ação educativa, oferecendo aulas, cursos e eventos, em recente e crescente processo de divulgação dessas temáticas. Ademais, apreendeu-se que as agricultoras agroecológicas que circulam por esses espaços interagem com uma grande variedade de público e situações, ampliando seus espaços de comercialização, de vivências e divulgação de seu trabalho. Nessa direção, a presença e atuação de grandes empresas no que tange a AU, configura-se principalmente como espaços de divulgação, comercialização e treinamento das iniciativas.

No caso da Sodexo, a empresa desenvolve projetos de hortas comunitárias em parceria com diversas instituições e organizações da sociedade civil e teve sua primeira horta de produção extensiva orgânica de hortaliças instalada pela ONG Cidades Sem Fome. O caráter da horta visa atender às necessidades da empresa através de um modelo controlado de produção.

Em nível de nicho da PMN, que se refere aos processos de gestão e inovação das hortas do estudo, são tangíveis os seguintes aspectos nas hortas agroecológicas: *(a)* o empoderamento, protagonismo e empreendedorismo popular feminino, marcados por valorização pessoal, coletiva e geração de renda; *(b)* maior acesso a alimentos agroecológicos por parte da população local; *(c)* valorização e respeito dos conhecimentos da bagagem cultural dos (as) agricultores (as); *(d)* estímulo à cultura de envolvimento desenvolvidas através de práticas pedagógicas participativas; *(e)* constante busca por parceiros e colaboradores em diversas regiões da cidade; *(f)* relação satisfatória com a comunidade (exceto o projeto Planta Periferia); *(g)* parcerias com o Sesc para comercialização de produtos e divulgação da iniciativa; *(h)* inovações técnicas nos terrenos da CDHU; *(i)* o acesso à horta é marcado por enorme informalidade.

Referente aos agricultores e agricultoras, são os (as) agentes em situação mais vulnerável e mais expostos às inseguranças de suas regiões. A trajetória de vida é marcada por inúmeras dificuldades e privações e essas pessoas ressignificaram suas vidas através da atividade de agricultura urbana. No caso dos homens, o trabalho de horticultura resultou em impactos positivos em sua qualidade de vida; melhorias na saúde geral; e

gerou renda extra. No caso das mulheres, ocasionou melhorias em sua saúde; no bem-estar geral; na qualidade de vida; ocasionou processos de transformação de sua realidade subjetiva e financeira; gerou renda; superaram situações de violência ou assédio; se apropriaram de aspectos de gestão das hortas; tornaram-se empreendedoras populares.

8.1.1. Sugestões para pesquisas futuras

Questão de gênero na AU. A pesquisa de campo mostrou os desafios específicos que mulheres enfrentam na gestão das hortas e os processos de transformação de sua realidade subjetiva e objetiva, especialmente as agroecológicas. Nessa direção, merece um olhar mais aprofundado de estudos científicos.

Projetos de urbanização da CDHU. A empresa instalou viveiros, hortas e cozinhas comunitárias no Viveiro Escola União de Vila Nova a partir da demanda da população local e possui projetos semelhantes como o “Do Ninho / Nesdel”, do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, na cidade de Cubatão; o “Criadoras de Sabores”, do Projeto de Urbanização Pimentas, na cidade de Guarulhos; e ainda uma cozinha que está em processo de instalação no Projeto Jardim Santo André, na cidade de Santo André. O objetivo dessas iniciativas é o desenvolvimento econômico e empreendedorismo local através da atividade de horticultura e do resgate de saberes culinários locais que apontam para o crescimento da gastronomia na periferia – e que ainda não recebeu atenção de estudos científicos.

Acesso à terra. Um dos maiores impedimentos para o desenvolvimento da agricultura urbana em São Paulo é o acesso e garantia à permanência na terra. Conforme discutido, trata-se de uma questão institucional que poderá avançar através de colaborações intersetoriais entre empresas privadas (distribuição de energia elétrica e habitação popular) e poder público para sua resolução.

Terceira idade e juventude. As atividades nas hortas comunitárias resultaram em uma série de impactos positivos na saúde e na qualidade de vida de agricultores e agricultoras. Ademais, São Paulo é uma cidade que não possui equipamentos públicos para o bem-estar para essa faixa etária, indicando o potencial de promoção da saúde, qualidade de vida e geração de renda extra. Na mesma direção, não há investigações voltadas para a relação da juventude com as hortas comunitárias, que tem demonstrado interesse crescente no exercício da horticultura enquanto fonte de renda; bem como

mobilização e ativismo socioambiental no caso dos jovens envolvidos com a permacultura na periferia.

Grandes empresas. Existe enorme demanda por parte de grandes empresas por alimentos de impacto social, como no caso da Sodexo que, além de ter tido uma horta-empresa instalada pela ONG CSF, também desenvolve projetos de hortas comunitárias nas periferias de São Paulo e em outras cidades, em parceria com diversas instituições e organizações da sociedade civil, que merece maior atenção de estudos científicos. Na mesma direção, o Consulado da Mulher que, apesar de não desenvolver projetos diretamente ligados à AU, fornece treinamento para microempreendedoras populares no âmbito da alimentação – temática ligada à agricultura.

O mesmo raciocínio se aplica à rede Sesc São Paulo, que incorporou temáticas relacionadas à agricultura urbana, à agroecologia, à alimentação saudável e ao empoderamento feminino em sua ação educativa, oferecendo aulas, cursos e eventos, em crescente processo de divulgação desses temas. Além do Sesc, empresas de transmissão e distribuição de energia elétrica como a antiga Eletropaulo (atual Enel) – que já desenvolveu projetos de AU nos terrenos dos linhões – podem propiciar maiores avanços no âmbito de análises da Transição para a Sustentabilidade e os desafios das transições sociotécnicas, uma vez essas empresas são responsáveis pela regulamentação do uso dos terrenos, incidindo diretamente sobre os (as) agricultores (as) e sobre o cultivo.

8.2. Lisboa

Em nível de paisagem da PMN, isto é, das questões macroestruturais, a relação entre o meio rural e urbano sempre esteve presente na cidade de Lisboa, entre as cidades medievais e o espaço rural não povoado. Ademais, historicamente, as quintas, granjas e hortas que existem nas mediações da cidade eram as que a abasteciam. Os processos de industrialização relativamente tardios em Portugal desencadearam a ocupação desses terrenos e de campos agrícolas no entorno das cidades, ocasionando uma retração da produção nessas áreas. O rápido desenvolvimento urbano durante a década de 1980 não incluiu a agricultura no planejamento das cidades e não foi questão de debate no setor público. Gonçalo Ribeiro Telles foi o principal proponente de hortas em área urbana no âmbito do poder público e defensor da integração da ruralidade na cidade, por razões históricas e culturais.

Em nível de regime da PMN – a partir dos anos 2000, a União Europeia passa a fornecer incentivos e financiamento e, dessa forma, a AU torna-se objeto de municipalidades, organizações da sociedade civil e empresas – iniciando a instalação de hortas comunitárias em todo o país. Em Lisboa, a agricultura urbana foi implementada com o projeto Parques Hortícolas em 2011, de caráter fortemente regulatório, alinhando-se a paradigmas de cidades sustentáveis, estruturas ecológicas urbanas, viabilidade ambiental, mitigação de alterações climáticas e, em teoria, de participação social.

Em nível de nicho da PMN, verifica-se que, na horta do Bairro Padre Cruz, a forte mobilização popular de diversas etnias com o apoio da Junta de Freguesia de Carnide, foi decisivo para a permanência e instalação oficial do Parque Hortícola no local. Já no Vale de Chelas foi verificado que não existe mobilização popular em torno da AU e que a Junta de Freguesia de Marvila não se envolve com o local para além dos aspectos técnicos exigidos pela Câmara.

Em relação aos agricultores (as) do Vale de Chelas, a atividade na horta se constitui principalmente em uma fonte de acesso ao alimento natural; de atividade terapêutica; e de vendas informais para os agricultores. Não há projeto de vendas, de geração de renda nem de empreendedorismo social relacionado à AU na capital portuguesa – o que indica enorme potencial a ser desenvolvido, caso seja interesse dos envolvidos.

O trabalho de campo ainda revelou a ação da juventude, engajada em uma profusão de novas práticas e propostas para o uso da terra e para a agricultura urbana, com novas formas de sociabilidade e perfil de ação social. Essas iniciativas revelam ideias inovadoras que a CML apoia simbolicamente, mas não em termos de projeto camarário.

Os principais desafios para o poder público referem-se à: *(a)* contemplação das características socioculturais dos utentes, especialmente os de origem étnica não-europeia. Há enorme dificuldade em integrar as diferenças socioculturais, pois a relação entre poder público e agricultores é ainda marcada por uma dinâmica predominantemente “de cima para baixo”, onde não há dinâmicas de fato participativas nem contemplação ou resgate dos saberes dos utentes; *(b)* contemplação das novas iniciativas e das demandas da juventude para a AU, que apontam para o potencial de inovação social, gestão colaborativa da sustentabilidade e empreendedorismo social.

8.2.1 Sugestões para pesquisas futuras

Sugere-se um levantamento exaustivo relativo aos múltiplos agentes e à dinâmica instaurada entre eles com finalidade de uso da terra e práticas de AU. Os agentes sugeridos são: CML; Juntas de Freguesia; agricultores (as); organizações da sociedade civil; e juventude – que podem revelar processos mais participativos e inovadores de relação entre poder público e sociedade civil. Ademais, não foram encontradas iniciativas agrícolas ou socioambientais em Bairros Sociais enquanto projeto de regeneração social e ambiental para além da proposta da CML, que podem indicar também, possíveis colaborações intersetoriais com o Departamento de Habitação e organizações da sociedade civil. O mesmo raciocínio se aplica às novas iniciativas em Lisboa, que não receberam atenção de estudos científicos.

8.3 São Paulo e Lisboa: aproximações e diferenças

Em nível de paisagem, a ocupação territorial nas localidades estudadas é marcada pela presença da indústria; por disputas de terreno; pela presença do mercado imobiliário e do crime organizado (na zona Leste). Tanto na zona Leste quanto em Lisboa verificou-se que os processos de implementação da AU são lentos, mas vêm se ampliando gradativamente.

Em nível de regime, em Lisboa, a AU é uma atividade altamente regulamentada e institucionalizada, porém é despolitizada, não contempla todos os agentes envolvidos na produção da AU e não há articulação entre o poder público, agricultores e novas iniciativas, apesar de alguns atos simbólicos isolados. Em São Paulo, há legitimação jurídica, porém não há continuidade dos projetos por parte do poder público, marcado por fragilidade institucional e falta de aportes e recursos para a AU. Porém, no âmbito de organizações da sociedade civil há dois processos crescentes: um norteado pela agroecologia, de caráter emancipador e politizado em relação à AU; de estímulo à participação política e empreendedorismo popular; e outro, da busca de grandes empresas por alimentos de impacto social. Ademais, é crescente articulação entre as iniciativas da zona Leste com outras de várias regiões da cidade, bem como articulações com empresas e iniciativa privada ligadas ao empreendedorismo popular.

Em ambas as localidades estudadas, é evidente a dimensão que a violência ocupou e ocupa na vida de agricultores e agricultoras, seja na memória, seja por ainda enfrentarem essas situações no presente. No caso dos agricultores do Vale de Chelas, cinco são

sobreviventes das Guerras de Independência e no caso das agricultoras da zona Leste, quatro são sobreviventes de violência contra a mulher. Nessa direção e conforme discutido no capítulo teórico, é característico da vulnerabilidade social uma série de injustiças, do abandono e cumplicidade do Estado para com as diversas formas de violência. Dessa forma, a AU em contextos de vulnerabilidade social não é vinculada somente às questões de produção de alimento para subsistência, terapia ocupacional ou geração de renda, mas configura um conjunto de atividades multifuncionais que têm potencial de transformação da realidade objetiva de agricultores (as), propiciando a constituição de novas subjetividades.

Finalmente, o estudo conclui que a atividade da AU, nos contextos estudados, provoca ampla melhoria na qualidade de vida de agricultores (as); inicia ou amplia a produção local de alimentos adequados ao consumo humano por parte de populações vulneráveis; implementa práticas de AU associadas à conscientização e preservação ambiental através de atividades pedagógicas; gera renda extra e é fonte principal fonte de renda associada ao empreendedorismo popular agroecológico;

Em suma, a AU – materializada tanto em atividades de caráter emancipatório, assistencialista ou regulatório – tem potencial para combater desigualdades estruturais enfrentadas por populações vulneráveis, contribuindo para transformações sociais, ambientais e econômicas em grandes cidades, indicando ainda, ser um campo com amplo potencial para desenvolvimento. Nessa direção, as Transições para a Sustentabilidade são lentas, mas acontecem gradualmente, marcadas pela relação – hora conflituosa, hora pacífica, hora colaborativa – entre os múltiplos agentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AES ELETROPAULO. Relatório de Responsabilidade Social Corporativa 2005. **Comunitas**, 2005. Disponível em: <http://www.vicentegil.com.br/old_version/rsocial2005/pdf/RS_Eletropaulo.pdf> Acesso em: 12/12/2019.
- AGDS. **Hortas Comunitárias. Manual do Participante**. 2007. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=YWdkcy5vcmcuYnJ8YWdkc3xneDoyMGExMGlxMWU0Mzk2ZjM0>> Acesso em: 12/12/2019.
- ALMEIDA, D. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004.
- ALTIERI, M.A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Expressão Popular, AS-PTA, Terceira edição, 2012.
- ALVEAR, C.A.S. **A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.
- AMANTINO, J. e MESQUITA, Z. **A Certificação de Produtos Orgânicos e seu Processo de Institucionalização no Brasil**. ANPAD, 2003. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-teo-0911.pdf>> Acesso em: 30/08/2017
- ANASTACIO, M.R. Empreendedorismo social e inovação social: contexto, conceitos e tipologias de iniciativas de impacto socioambiental. In: ANASTACIO, M.R.; CRUZ FILHO, P. R. A. e MARINS, J. **Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, pp.31-48, 2018.
- ANJOS, J. H. **As raízes do Crime Organizado**. Florianópolis: IBRADD, 2002.
- AOQUI, C. **O movimento de empreendedorismo social no Brasil sob a luz do Prêmio Empreendedor Social**. Tese de doutorado. São Paulo, USP – FEA, 2016.
- AQUINO, C.R.F. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ARMANDO, M. S. **Agrodiversidade: Ferramenta a Serviço de uma Agricultura Sustentável**. Série Documentos – Embrapa, p. 21, 2002.
- ASHOKA FOUNDATION **What is a social entrepreneur?** 2003. Disponível em: <http://www.ashoka.org/social_entrepreneur> Acesso em: 30/08/2017
- AZEVEDO, A. E. Itaquera e Poá, subúrbios residenciais. In: (org.), **A Cidade de São Paulo – Estudos de geografia urbana**. São Paulo, Nacional, Vol. IV, p. 153-179, 1958.
- AZEVEDO, F.F. de; PERXACS, Helena; ALIÓ, M.A. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator (Fortaleza)**, v. 19, 2020.

BACQ, S. & JANSSEN, F. The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. **Journal of Entrepreneurship & Regional Development**. Volume 23, 2011 - Issue 5-6: Community-Based, Social & Societal Entrepreneurship, 2011.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BARKI, E., COMINI, G., CUNLIFFE, A., HART, S., RAI, S. Social Entrepreneurship and Social Business: retrospective and prospective research. **RAE - Revista Administração de Empresa**. vol.55 no.4 São Paulo July/Aug. 2015.

BARTON, G. Sir Albert Howard and the Forestry Roots of the Organic Farming Movement. **Agricultural History**, Vol. 75, No. 2. Spring, pp. 168-187, 2001.

BECHARA, R.C. **A atuação de Lina Bo Bardin a criação do Sesc Pompéia (1977 – 1986)**. Dissertação de mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BELLENZANI, M. L. R.; COLETA, F. B.; IYUSUKA, S. S. Mulheres agricultoras em São Paulo-SP: tecendo a teia da agroecologia nas periferias paulistanas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA, 3. **Resumos**. Recife: UFRPE, 2019.

BENEDICT, M.R. **Farm Policies of the United States, 1790-1950: A Study of Their Origins and Development**. Twentieth Century Fund, 1953.

BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BIONDI, K. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. Tese de doutorado em Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BISHOP, M. and GREEN, M. **Philanthrocapitalism. How the rich can save the world**. Bloomsbury US, 2008.

BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BOBBIO, N. **O Futuro da democracia**. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

BOEGE, E. Selva extractiva y manejo del bosque natural: las selvas del Sureste de México. **El Cotidiano, México**, n. 48, p.28-34, 1992.

BOMTEMPI, S. **O bairro de São Miguel Paulista. A aldeia de São Miguel de Ururaí na história de São Paulo**. Série: História dos bairros de São Paulo, VII. Paulo, 1970.

BONDUKI, N. Depoimento. Periferia Revisitada. **Revista Espaço & Debates**, ano XVII, n.42. São Paulo: Neru, 2001. Pp. 92-99 [Entrevista], 2001.

BONDUKI, N. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**. Vol, xxix (127). Terceira edição, p. 711 – 732, 1994.

- BOSE, M. **Empreendedorismo social e promoção de desenvolvimento local**. Tese de doutorado. São Paulo, Faculdade de Economia e Administração – USP, 2012.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas – sobre a teoria da ação**. Campinas; Papirus Editora, 2005.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BUECHLER, S.M. New social movement theories. *The Sociological Quarterly*. 36:441-64, 1995.
- BUENO, L. **Projeto e favela: Metodologia para projetos de urbanização**. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BUSSO, G. **El enfoque de la vulnerabilidad social en el contexto latinoamericano: situación actual, opciones y desafíos para las políticas sociales a inicios del siglo XXI**. Santiago, Chile: CEPAL, 2001.
- CABAÇO, J.L. de O. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese de doutorado. Departamento de Antropologia – FFLCH, USP, 2007.
- CABANNES, Y. **Pro-poor legal and institutional framework for urban and peri-urban agriculture**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO, 2012.
- CAEIRO, J.M.C. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Rev. Katál. Florianópolis*. Vol. 11 n. 1 p. 61-72 jan./jun. 2008.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Regulamento do Plano Director Municipal de Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>> Acesso em 12/09/2019.
- CAMARGO, C.C. **A comunicação do “terceiro setor” como expressão do neoliberalismo: as práticas discursivas e os sentidos do trabalho em ONGs de comunicação**. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2018.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal do Paraná, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.emater.tcche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf>> Acesso em 12/08/2020.
- CAPPELLIN, P. Ações afirmativas, gênero e mercado de trabalho: a responsabilidade social das empresas na União Europeia. In Rocha, Maria Isabel Baltar (org.). **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 384 p., 2000.
- CAPPELLIN, P. *et al.* As Organizações empresariais e a responsabilidade das empresas. In KIRSCHNER, A.; GOMES, E.; CAPPELLIN, P. (Orgs.). **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumará, pp. 253-278, 2002.
- CARDOSO, C. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, 2, pp. 259-282, Année 1995.

CARDOSO, C.F. e BRIGNOLI, H.P. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, Pensar BH – Política Social, 2. jun. 2004.

CARREIRAS, M. Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: evidências de micro segregação. **Finisterra**, LIII, 107, pp. 67-85, 2018.

CASTILHO, E.P. A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP): o principal agente da política de habitação popular da ditadura militar brasileira (1964-1985). **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, SC, 2015.

CDHU. **CDHU: 50 Anos Promovendo a Habitação Social no Estado de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Habitação. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. 1a Edição, São Paulo: KPMO Cultura e Arte, 2016.

Disponível

em:

<http://www.cdhu.sp.gov.br/documents/20143/37069/CDHU+50A_por_p%C3%A1gina.pdf/04eb05a8-18e3-495d-8ae5-6abe46f12faa> Acesso em: 20/09/2018

CERVEIRA, R. e CASTRO, M. C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo. **Informações Econômicas**, SP, v.29, n.12, 1999.

CHELLA, E.; NICOLOPOULOU, E. & KARATAS, M. Social entrepreneurship and enterprise: International and innovation perspectives. **Entrepreneurship & Regional Development**. Vol. 22, No. 6, October 2010, 485–493, 2010.

COHEN, M. N. (1978) **The Food Crisis in Prehistory: Overpopulation and the Origins of Agriculture**. New Haven & London. Yale University Press.

COHEN, N. & REYNOLDS, K. Urban Agriculture Policy Making in New York's "New Political Spaces": Strategizing for a Participatory and Representative System. **Journal of Planning Education and Research**. Vol. 34(2) 221–234, 2014.

CORCUFF, P. **As Novas Sociologias** – construções da realidade social. Bauru: EDUSC, 2001.

CORREIA, João Carlos. **Impactos da indústria automobilística nas cidades do Estado de São Paulo e sua transformação em função do processo industrial**. Tese de doutorado. FAU – USP, 2008.

CORREIA, T. B. Núcleo fabril x cidade livre: os projetos urbanos da Klabin no Paraná. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5. **Anais**. Campinas: 1998.

COSTA, C. S., VISCONTI, G. R. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. Relato Setorial, n. 3, BNDES/AS/GESET, 2001.

COSTA, C.A.B., MORAIS, T.C.A. de e FERNANDES, L. S. Projeto pensando verde: a experiência agroecológica do Sesc Fortaleza. **Resumos**. IX Congresso Brasileiro de Agroecologia. Diversidade e soberania na construção do bem viver. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 10, Nº 3, 2015.

COSTA, C.G.A. **Agricultura Urbana e Periurbana na ótica da promoção da Saúde**. Tese de doutorado. São Paulo, FSP – USP, 2015.

COUTINHO, M.N. e COSTA, H.S.M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**. Artigos Científicos, 2012.

COWEN, R.; KAZAMAIS, A.M.; UNTERHALTER, E. (orgs.). **Educação Comparada: panorama internacional e pesquisas**. Volumes I e II. Brasília: UNESCO/CAPES, 2012.

CRUSH, J.; HOVORKA, A.; TEVERA, D. Food security in Southern African cities. The place of urban agriculture. **Progress in Development Studies**. Volume: 11 issue: 4, page(s): 285-305, 2011.

CUNHA, A.C.C., SPANHOL, C. D. Liderança feminina: características e importância à identidade da mulher. Female leadership: characteristics and importance to woman's identity. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti**, v. 4, n. 5, p. 91-114, 2014.

D’ALESSANDRO, C., HANSON, K.T. & KARARACH, G. Peri-urban agriculture in Southern Africa: miracle or mirage? **African Geographical Review**, 2016.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamento de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.) **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2004a.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e Sociedade**. N.5º, 2004b.

DAMASIO, M.S. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Os potenciais de abrangência socioambiental das práticas de AUP**. TCC, Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Rio Claro, Rio Claro, 2015.

DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica. In CARLOS, A.F.; Oliveira, A.U. (orgs.). **Geografia de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

DAVIES, A. R. and MULLIN, S. J Creating a sustainable economy: examining the impact of environmentally-focused social economy enterprises on sustainable development within the ‘New Economy’ of Ireland. **Sustainable Development**. 17, 174–182, 2009.

DAVIES, A. R. and MULLIN, S. J. Greening the economy: interrogating sustainability innovations beyond the mainstream. **Journal of Economic Geography**. Vol. 11, No. 5, p. 793-816, 2010.

DEELSTRA, T. and GIRARDET, H. Urban Agriculture and Sustainable Cities. In: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Guendel, U. Sabel Koschella, H. De Zeeuw (eds.) **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**, DSE, 2000.

DEFOURNY, J. & NYSSSENS, M. Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. **Journal of Social Entrepreneurship**, 2010.

DELGADO, C. Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino. Dinâmicas e potencialidades. **Faces de Eva**. 37: 63–81, 2017.

DELGADO, C. Answer to the Portuguese Crisis: Turning Vacant Land into Urban Agriculture. **Cities and the Environment (CATE)**. Vol. 8: Iss. 2, Article 5, 2015.

DELGADO, C. Mapping urban agriculture in Portugal: Lessons from practice and their relevance for European post-crisis contexts. **MORAVIAN GEOGRAPHICAL REPORTS**. 25(3): 139–153, 2017.

DELI, F.R. **Da fazenda Caguaçu à área de proteção ambiental: a APA do Carmo no cerne da Zona Leste paulistana**. Dissertação de mestrado. FFLCH – USP, 2010.

DEMO, P. **Pesquisa e Construção do Conhecimento – Metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DENALDI, R. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo. FAU – USP, São Paulo, 2003.

DENIZO, V. **Os produtos da política estadual de habitação na Região Metropolitana de São Paulo. Elementos para análise de uma política metropolitana de habitação**. Tese de doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. FAU – USP, São Paulo, 2008.

DIELEMAN, H. Urban agriculture in Mexico City; Balancing between ecological, economic, social and symbolic value. **Journal of Cleaner Production**, 2016.

DRUCKER, P. **Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles**. Routledge Classics, 1985.

DUARTE, G. **Levantamento e Caracterização das Plantas Alimentícias Não Convencionais do Parque Florestal de Monsanto – Lisboa**. Tese de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2017.

DUCHEMIN, E. **Agriculture urbaine: aménager et nourrir la ville**. Éditions en Environnement Vertigo, 394 pages, 2013.

DUPUISA, E.M. and GOODMAN, D. Should we go “home” to eat?: toward a reflexive politics of localism. **Journal of Rural Studies**. 21, 359–371, 2005.

DURHAM, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EL-KHATIB, W. M. A. E. M. **O cinturão verde de São Paulo: a relação cidade-campo como expressão crítica do capital a partir da década de 1970**. Dissertação de Mestrado. FFLCH – USP. Departamento de Geografia, São Paulo, 2018.

ELSEN, B. GEELS, F. W., GREEN K. (Eds.), **System Innovation and the Transition to Sustainability. Theory, Evidence and Policy**. Mass: Edward Elgar, ebrary, Inc. Cheltenham, U.K., Northampton, 2004. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/lib/alltitles/docDetail.action?docID=10471549>> Acesso em: 20/07/2017

EMPLASA Sobre a RMSP. (s/d) Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>> Acesso em 25 set. 2019.

ENEL. **Relatório Anual de Sustentabilidade Enel no Brasil 2018**. Enel, 2018. Disponível em: <[https://www.enel.com.br/content/dam/enel-br/quemsomos/relatorios-anuais/2018/Relat%C3%B3rio de Sustentabilidade Enel no Brasil 2018.pdf](https://www.enel.com.br/content/dam/enel-br/quemsomos/relatorios-anuais/2018/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%20Enel%20no%20Brasil%202018.pdf)> Acesso em: 12/12/2019.

ETINGOFF, K. (Ed.) **Sustainable Development of Organic Agriculture: Historical Perspectives**. Apple Academics Press Inc, 2017.

FABER, A. and FRENKEN, K. Models in evolutionary economics and environmental policy: Towards an evolutionary environmental economics. **Technological Forecasting & Social Change** No. 76, p. 462–470, 2000.

FAO IFAD and WFP. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf>> Acesso em: 18/06/2017

FAO. **Food Wastage Footprint: impacts on natural resources**. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/018/i3347e/i3347e.pdf>> Acesso em: 20/04/2017

FAO. **Growing greener cities in Africa**. First status report on urban and peri-urban horticulture in Africa. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/en/SOUPHA/download.html>> Acesso em: 20/05/2017

FAO. **Growing greener cities in Latin America and the Caribbean**: An FAO report on urban and peri-urban agriculture in the region. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Roma, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3696e.pdf>> Acesso em: 20/05/2017

FAO. **Growing greener cities**. FAO's Programme for Urban and Peri-urban Horticulture (UPH), 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pdf/GGC-en.pdf>>

FAO. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Roma, 2007. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-a1471e.pdf>> Acesso em: 20/04/2017

FAO. **Urban and Peri-Urban Agriculture**: A briefing guide for the successful implementation of Urban and Peri-urban Agriculture in Developing Countries and Countries of Transition. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Roma, 2001. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/PDF/briefing_guide.pdf> Acesso em: 20/04/2017

FELTRAN, G. S. **Irmãos: Uma história do PCC**; Companhia das Letras, 2018.

FERNANDES, R.C. **Privado porém público**. O Terceiro Setor na América Latina. 2ª Edição. Civicus: Relume Dumará, 1994.

FERRÃO, J. A Demografia Portuguesa. **Cadernos do Público**. Lisboa, 1996.

FERRÃO, J. Relações Entre Mundo Rural e Mundo Urbano - Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Sociologia, problemas e práticas**. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2000.

FERRAZ, R. **Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses?** GEE Papers 0122. Gabinete de Estratégia e Estudos. Ministério da Economia, 2019.

FERREE, M.M and HESS, B.B. **Controversy and coalition: The new feminist movement across three decades of change.** Rev. ed. New York: Twayne, 1994.

FERREIRA, J. C., e MACHADO, J. Infra-estruturas verdes para um futuro urbano sustentável. O contributo da estrutura ecológica e dos corredores verdes. **Revista LABVERDE**, (1), 69-90, 2010.

FERREIRA, J. R.; CASTILHO, C. J. M. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 6-23, 2007.

FERREIRA, V.S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.3, p.979-992, 2014.

FISCHER, R.M. & COMINI, G. Sustainable development: from responsibility to entrepreneurship. **Revista de Administração** (São Paulo) vol.47 no.3 São Paulo July/Sept. 2012.

FLORIANO, L. E. F. **Empreendedorismo Feminino** motivações significados e desdobramentos. Relatório de Pesquisa apresentado à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/pibic_-_lais_franca.pdf> Acesso em 19/07/2020.

FOLGADO, D. e CUSTÓDIO, J. **Caminho do Oriente: Guia do Património Industrial.** Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

FOLGOSA, R. **Hortas Urbanas: Uma Alternativa de Espaço Verde na Cidade de Lisboa.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007.

FOMINAYA, C.F. Collective Identity in Social Movements: Central Concepts and Debates. *Sociology Compass* 4/6: 393–404. **Journal Compilation.** Blackwell Publishing Ltd., 2010.

FONTES, P.R.R. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66).** 1ª Edição. Editora FGV, 2008.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: **O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias.** Cadernos Sempreviva. Textos Para a Ação Feminista. Eds. Nalu Faria e Miriam Nobre. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, pp. 62–71, 1999.

FRANÇA, C. R. A. **PROGRAMAS SOCIAIS EM EMPRESA ESTATAL DE SERVIÇO PÚBLICO.** Análise dos projetos de eletrificação de áreas residenciais urbanas de baixa renda na Eletropaulo S. A. e de suas perspectivas sob gestão privada. Dissertação de mestrado. Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 1999.

FRASER, S. Reclaiming Our Power, Using Our Anger: Working in the Field of Sexual Violence. In **Women and Violence: Working for Change.** Edited by Rosamund Thorpe and Jude Irwin. Merickeville: Hale & Iremonger, pp. 162–72, 1996.

FRAYNE, B., MCCORDIC, C. and SHILOMBOLENI, H. Chapter 2: The Mythology of Urban Agriculture. In: CRUSH, J. BATTERSBY, J. (eds.). **Rapid Urbanisation, Urban Food Deserts and Food Security in Africa**. Switzerland: Springer, 2016.

FREIRE, A. e MOURY, C. O apoio dos «cidadãos» e das «elites» à UE, antes e depois da crise financeira os países periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. MARÇO: 41, pp. 097-122, 2014.

FURTADO, C. M. O Brasil do século XX: Entrevista com Celso Furtado: depoimento. Rio de Janeiro. **Estatísticas do Século XX**. Entrevista concedida a Eduardo Pereira Nunes, 2006.

GAMSON, W. The social psychology of collective action. In **Frontiers in Social Movement Theory**. Edited by Aldon D. Morris and Carol M. Mueller. Yale University Press, pp. 53–76, 1992.

GARCIA, M. F. e NUNES, E. (org.). Formação e prática profissional do arquiteto – três experiências em participação comunitária: Erminia Maricato, José F. Calazans, Luís Fingerman. In: **Espaços & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, nº8. Cortez Editora. São Paulo, Jan/Abr. p.79-95, 1983.

GARDNER, B. L. Economic Growth and Low Incomes in Agriculture. **American Journal of Agricultural Economics**, Vol. 82, No. 5, Proceedings Issue, pp. 1059-1074, 2000.

GAZIULUSOY, I. & TWOMEY, P. Review of System Innovation and Transitions Theories: Concepts and frameworks for understanding and enabling transitions to a low carbon built environment. **Report**. University of Melbourne, 2014.

GEELS, F.W. Disruption and low-carbon system transformation: Progress and new challenges in socio-technical transitions research and the Multi-Level Perspective. **Energy Research & Social Science**, 37, pp. 224–231, 2018.

GEELS, F.W. From sectoral systems of innovation to sociotechnical systems. Insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. **Research Policy** 33, 897–920, 2004.

GEELS, F.W. Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. **Research Policy** 3, 495–510, 2010.

GIACCHE, G. and REZENDE, W. Urban Agriculture in Sao Paulo (Brazil): actors, space and governance models. (Org.) Roggema, R. and Keffee, G. Finding Space for Productive Cities – 6th AESOP conference on Sustainable Food Planning. **Proceedings**, p. 416-429, 2014.

GIACCHE, G. e PORTO, L. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas**, SP, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015.

GIBBS, D. Sustainability Entrepreneurs, Ecopreneurs and the Development of a Sustainable Economy. **Greener Management International**. Vol. Feb. 55, pp. 63-78, 2009.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Brasil: Atlas, quarta edição, 1987.
- GIL, J. **Portugal Hoje: o medo de existir**. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.
- GOHN, M. da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOLÇALVES, A. e PINTO, T.C. Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos: Actores, Imagens Públicas e Identidades. **Cidades- Comunidades e Territórios**. N.03, pp. 111-131, 2001.
- GONÇALVES, A. e PINTO, T.C. Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos Actores, Imagens Públicas e Identidades. **Cidades – Comunidades e Territórios**. N.0 3, pp. 111-131, Dez. 2001.
- GONÇALVES, R.G.G. **HORTAS URBANAS Estudo do Caso de Lisboa**. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Agronomia. Universidade de Lisboa, 2014.
- GOTSCH, E. **Homem e Natureza: Cultura na Agricultura**. Ed. Centro de Desenvolvimento Agroecológico. Sabiá, Recife, PE, 2000.
- GOUVEIA, W.M. **Empreendedorismo social e contabilidade: uma visão sobre a participação e importância da contabilidade nos negócios sociais**. Dissertação de mestrado. São Paulo, FEA – USP, 2016.
- GRAY, E. R. & BALMER, J. **Working Paper Series – The Sustainable Entrepreneur**. Bradford University, School of Management, 2004.
- GUTIÉRREZ, F. e PRADO, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. Guia da Escola Cidadã. São Paulo: Instituto Paulo Freire / Cortez, 2000.
- HERCUS, C. Identity, emotion and feminist collective action. **Gender & Society**, Vol. 13 No. 1, February, p. 34-55. Sociologists for Women in Society, 1999.
- HINRICHS, C.C. Transitions to sustainability: a change in thinking about food systems change? **Agric Hum Values**. Springer Science+Business Media Dordrecht, 2014.
- HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOBBSBAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Quinta edição, 2003.
- HOLMGREN, D. **Permaculture: principles and pathways beyond sustainability**. Austrália: Holmgren Design Services, 2002.
- HOLT-GIMÉNEZ, Eric and ALTIERI, Miguel A. Agroecology, Food Sovereignty, and the New Green Revolution. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. 37:1, 90-102, 2013.
- HOORNWEG, D. and MUNRO-FAURE, P. **Urban Agriculture For Sustainable Poverty Alleviation and Food Security**, FAO, 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/templates/FCIT/PDF/UPA_-_WBpaper-Final_October_2008.pdf> Acesso em: 20/07/2017

HOVORKA, A.; ZEEUW, H. & NJENGA, M. (Eds.) **Women Feeding Cities: Mainstreaming gender in urban agriculture and food security**. Rugby, UK: RUAF Foundation. Practical Action Publishing, Schumacher Centre for Technology and Development, 2009.

HOWORTH, A.R.N.S. **As Hortas Urbanas da Área Metropolitana de Lisboa: Caracterização e Fertilidade dos Solos**. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

IANNI, O. A Política mudou de lugar. In: DOWBOR, L., IANNI, O, REZENDE, P. E. A. (orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 17-27, 1998.

IFPRI. **2014 Global food policy report**. International Food Policy Research Institute, 2015. Disponível em: <http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/129163/filename/129374.pdf> <df> Acesso em: 19/06/2017.

IFPRI. **2017 Global food policy report**. International Food Policy Research Institute, 2017. Disponível em: <https://ebrary.ifpri.org/digital/collection/p15738coll2/id/131085> <df> Acesso em: 19/06/2017.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

JACOBS, G. & ASOKAN, N. **Towards a Comprehensive Theory of Social Development**. In: Human Choice, World Academy of Art & Science, USA, p.152, 1999.

JAIME, P. Dos encontros entre estado e sociedade civil: um exercício de etnografia do pensamento moderno. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

JANCZ, Carla; MARQUES, Gláucia; NOBRE, Miriam; MORENO, Renato; MIRANDA, Rosana; SAORI, Sheyla; FRANCO, Vivian. **Práticas Feministas de Transformação da Economia. Autonomia das Mulheres e Agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, pp.84. ISBN 978-8586548-291. 2018.

JANUZZI, A.C. **Regulação da qualidade de energia elétrica sob o foco do consumidor**. Dissertação de mestrado. Departamento de Engenharia Elétrica. Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, 2007.

JOVCHELOVITCH, S. & PRIEGO-HERNANDEZ, J. **Desenvolvimento social de base em favelas do Rio de Janeiro. Um guia prático**. London School of Economics, 2014. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/62564/1/Desenvolvimento%20social%20de%20base_2015_autor.pdf <df> Acesso em: 20/07/2017.

KERLIN, J. **Social enterprise in the United States and Europe: understanding and learning from the differences**. *Voluntas*, 17 (3), 247–263, 2006.

KIMBREEL, A. (Ed.) **The Fatal Harvest Reader: The Tragedy of Industrial Agriculture**. Washington, Island Press, 2002.

KING, D. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas. **Novos Estudos CEBRAP**. N. 22, out. 1988

KINUPP, V.F. **Plantas Alimentícias Não-Convencionais da Região Metropolitana de Porto Alegre, RS**. Tese de Doutorado. Faculdade de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia – UFRS, 2007.

KIRSCHNER, A. A sociologia da empresa e responsabilidade social das empresas. **Revista Nueva Sociedad**. N. 202. mar/abril, 2006.

KIRSCHNER, A. Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em contextos de desigualdade e exclusão. **Política & Sociedade**. V.8, N.15, pp.99-116, 2009.

KLOPPENBURG., J., HENDRICKSON, J., STEVENSON, G.W. Coming into the Foodshed. **Agriculture and Human Values**. 13 (3), 33–42, 1996.

KÖHLER, J. *et. ali*. An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions. **Environmental Innovation and Societal Transitions**. 31: 1-32, 2019.

KOONT, S. A Cuban Success Story: Urban Agriculture. **Review of Radical Political Economics**. Volume 40, No. 3, pp. 285-291, Summer 2008.

KUEPPER, G. **A Brief Overview of the History and Philosophy of Organic Agriculture**. Kerr Center for Sustainable Agriculture, 2010. Disponível em: <<https://researchingagroecology.org.uk/wp-content/uploads/2015/07/Sample-course-literature-A-brief-Overview-of-the-History-and-Philosophy-of-Organic-Agriculture.pdf>> Acesso em 12/05/2020.

KULAK, M.; GRAVES, A.; CHATTERTON, J. Reducing greenhouse gas emissions with urban agriculture: a life cycle assessment perspective. **Landscape and Urban Planning**, v. 111, n. 1, p. 68-78, 2013.

KWAMBISI, D., FRASER, E. and DOUGILL, A. Urban agriculture and poverty reduction: Evaluating how food production in cities contributes to food security, employment and income in Malawi. **Journal of International Development**, v. 23, pp. 181–203, 2011.

LAHIRE, B. PATRIMÓNIOS INDIVIDUAIS DE DISPOSIÇÕES Para uma sociologia à escala individual. **SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS**, n.º 49, p.p. 11-42, 2005.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993.

LATTUCA, A. **Agroecologia urbana promovendo a transformação social na Argentina**. Agriculturas. Agroecologia e os ODS, Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), 2018. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2018/04/40_43_Argentina.pdf> Acesso em: 20/07/2017

LATTUCA, A. Urban Agriculture like Public Politics, The case of Rosario city Argentina. **Agroecología** 6: 97, 2012.

LAVOS, A.P.A. de. **Sociabilidades em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB Cidade Tiradentes**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, 2009.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LEFF, E. **Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo XXI/UNAM Editores, 1994.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEMOS, A.I.G. e FRANÇA, M.C. Itaquera. Série: **História dos bairros de São Paulo**, nº 24. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, da Prefeitura do Município de São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313>. Acesso em 25 set. 2019.

LERNER, G. **The Creation of Patriarchy**. Oxford University Press, New York, 1986.

LI, M. and ZHOU, Z. Evaluation of urban agriculture multi-functionality development models based on multi-dimension evaluation. **Chinese Journal of Eco-Agriculture**. Vol.24, No.9 pp.1275-1284 ref.35, 2016.

LIBERATO, R.S.B., SALADINI, M. e BARROS, C.R. Comunicação e Sustentabilidade: caminhos do Ecos no Sesc Sergipe. **Resumos**. XXXIX Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016.

LIMA, S.M.S.A.; LOPES, W.G.R. e FAÇANHA, A.C. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. V. 11, 2019.

LIN, B.; PHILPOTT, L.S. and JHA, S. The future of urban agriculture and biodiversity-ecosystem services: Challenges and next steps. **Basic and Applied Ecology**. V. 16, pp. 189-201, 2015.

LINS, Karl V., SERVAES, Henri, TAMAYO, Ane. Social Capital, Trust, and Firm Performance: The Value of Corporate Social Responsibility during the Financial Crisis. **The Journal of Finance**. Vol. LXXII, N. 4. August, 2017.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre uma sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LISBOA, M. Trabalho Caseiro e Familiar Autônomo: uma contribuição para a compreensão da política industrial do Estado Novo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 34, 1992.

LOORBACH, D. Transition management for sustainable development: a prescriptive, complexity-based governance framework. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, Vol. 23, No. 1, pp.161–183, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de, (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

LOVELL, S.T. Multifunctional Urban Agriculture for Sustainable Land Use Planning in the United States. **Sustainability**. V. 2, pp. 2499-2522, 2010.

LUIZ, J.T. e JORGE, S. Hortas urbanas cultivadas por populações caboverdianas na área metropolitana de Lisboa: entre a produção de alimentos e as sociabilidades no espaço urbano não legal. **MIRADAS EN MOVIMIENTO SPECIAL**. (142-158), VOL. JANUARY, 2012.

LUKE, B., VERREYNNE, M-L., KEARINS, K. Innovative and entrepreneurial activity in the public sector: The changing face of public sector institutions. **Innovation: management, policy & practice**. Vol. 12: 138-153, 2010.

LYNCH, K.; BINNS, T.; OLOFIN, E. Urban agriculture under threat: the land security question in Kano, Nigeria. **Cities**, v. 18, n. 3, pp. 159-171, 2001.

MARQUES, A. "Liderança", "proceder" e "igualdade": uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**. São Paulo, 2010.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTIN, R.L. & OSBERG, S. Social Entrepreneurship: The Case for Definition. **Stanford Social Innovation Review**. Spring 2007. Disponível em: <<http://www.ngobiz.org/picture/File/Social%20Entrepeuneur-The%20Case%20of%20Definition.pdf>> Acesso em: 20/07/2017

MARTINEZ, S.; L HAND, M.; DAPRA, M.; POLLACK, S.; RALSTON, K.; SMITH, T.; VOGEL, S.; CLARK, S.; LOHR, L.; LOW, S.; NEWMAN, C. Local Food Systems. Concepts, Impacts, and Issues. United States Department of Agriculture. **Economic Research Report**, Number 97. 2010.

MARTUCCELLI, D. Reflexões sobre a violência na condição moderna. **Tempo Social. Revista de Sociologia**. USP, n. 1, p. 157-175, mai.1999

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MAZZOLENI, E.M. e NOGUEIRA, J.M. **Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor**. RER, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 02, p. 263-293, abr/jun 2006.

MCCLINTOCK, N. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment**, Vol. 19, No. 2, 147–171, 2014.

MCIVOR, D.W. and HALE, J. Urban agriculture and the prospects for deep democracy. **Agric Hum Values**, v. 32, pp. 727–741, 2015.

MEDRANO, V.C. **Aprendizagem organizacional em organizações baseadas em empreendedorismo social da Colômbia e do Brasil**. Dissertação de mestrado. São Paulo – Instituto de Psicologia – USP, 2015.

MELO, M. das N. M. de M, e FUSCO, W. Migrantes Nordestinos na Região Metropolitana de São Paulo: características socioeconômicas e distribuição espacial. **Confin**s [Online], 40, 2019.

MENDES, L. *et. ali*. Ampliando as Contribuições da Teoria Neoinstitucional à Visão Baseada em Recursos. **Revista Economia & Gestão** – v. 14, n. 36, jul./set. 2014.

MENDES, W.; BALMER, K.; KAETHLER, T.; RHOADS, A. Using land inventories to plan for urban agriculture experiences from Portland and Vancouver. **Journal of the American Planning Association**, v. 74, n. 4, pp. 435-449, 2008.

MENDONÇA, L.R. **Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo de alianças estratégicas intersetoriais no empreendedorismo social**. Dissertação de doutorado. São Paulo, USP – FEA, 2007.

MENEGHEL, S.N. and HIRAKATA, V.N. Femicides: Female homicide in Brazil. **Revista de Saúde Pública** 45: 564–74, 2011.

MESGRAVIS, L. **História do Brasil colônia**. Editora Contexto, 2015.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTEIRO, J.P.R. e MONTEIRO, M.S.L. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**. Vol. 5: 47-60, 2006.

MONTERO, P. Reinventando as diferenças num mundo global. In: DOWBOR, L., IANNI, O, REZENDE, P. E. A. (orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 231-6, 1998.

MONTORO, A.F. e MELO, F.H. **A Batalha da Alimentação no Governo Franco Montoro**. São Paulo: PW, 1987.

MONTORO, A.F. **Participação: desenvolvimento com democracia**. São Paulo: Nossa Editora, 1990.

MOSER, C. Confronting crisis: a comparative study of households responses to poverty and vulnerability in four urban communities. **Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series**, Washington, The World Bank, n.8, mayo/1996.

MOUGEOT, L. **Agropolis: the social, political and environmental dimensions of urban agriculture**. Ottawa: Earthscan, IDRC, 2005.

MOUGEOT, L. Urban agriculture in cities of the global South: four logics of integration. In: Imbert, D., & Food and the City (Symposium): 2015. **Food and the City: Histories of culture and cultivation**. Washington, D.C: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2015.

MOUGEOT, L. Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: **Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**, N. Bakker, M. Dubbeling, S. Guendel, U. Sabel Koschella, H. De Zeeuw (eds.) Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda, DSE, 2000.

MOURA, A.F. LIMA, M.G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Edições Zumbi, 1959.

MURPHY, P. J., LIAO, J. and WELSH, H. A conceptual history of entrepreneurial thought. **Journal of Management History**. Vol. 12, n. 1, pp. 12-35, 2006.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH – USP, 2016.

NAGIB, G. **Agricultura Urbana como Ativismo na Cidade de São Paulo**. Primeira ed. São Paulo: Annablume, 2018.

NAKANO, A.C. **Agricultura e Cooperativismo no extremo Sul do Município de São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH – USP, 2017.

NALLY, D. & TAYLOR, S. The politics of self-help: The Rockefeller Foundation, philanthropy and the 'long' Green Revolution. **Political Geography**, 49, 51-63, 2015.

NETTO, J.P. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NICOLAU, J.M. da S. **O Bairro como Catalisador de Urbanidade da Cidade – Critérios de urbanidade como efeito multiplicador**. Tese de Doutorado em Urbanismo, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa, 2017.

NOVO, M.G. and MURPHY, C. **Urban agriculture in the city of Havana: a popular response to a crisis**. City case study Havana. 2000. Disponível em: <https://www.ruaf.org/sites/default/files/Havana_1.PDF> Acesso em: 20/07/2017

NUNES, M.B. **Paisagens clandestinas: a estrutura fundiária como componente da paisagem da zona leste paulistana**. Tese de doutorado – Departamento de Geografia Humana, FFLCH – USP. São Paulo, 2014.

O'DWYER, G e MATTOS, R. A. Teoria da Estruturação de Giddens e os estudos de práticas avaliativas. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 20 [2]: 609-623, 2010.

OLIVEIRA, E.M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Rev. FAE, Curitiba**, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, F. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: **Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1**. Brasília: CNAS. (Cadernos ABONG), 1995.

OLIVEIRA, L.C.P. **Redes, Ideias e Ação Pública na Agricultura Urbana: São Paulo, Montreal e Toronto**. Tese de doutorado. São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, 2017.

OLIVEIRA, M. A. As roças brasileiras, do período colonial à atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 755-780, jul./dez., 2012.

OLIVEIRA, V.A. **Memórias de Mulheres dos Movimentos Sociais da Zona Leste de São Paulo: Histórias de Resistência**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.

ONU Mulheres. Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. In **Entidade das Nações Unidas Para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres** — ONU Mulheres. Brasília: Mulheres—ONU Mulheres, p. 130, 2016. Disponível em:

<http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio_FINAL.pdf> Acesso em 12/06/2020.

ORMOND, J., LIMA DE PAULA, S. R., FILHO, P.F., ROCHA, L. T. **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar, 2002.

PAIZINHO, C.A.D. da C. **Práticas de Economia Solidária em Iniciativas de Agricultura Urbana O Caso das Hortas Urbanas de Lisboa**. Dissertação de mestrado. Escola de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Economia Política. ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

PAULL, J. Lord Northbourne, the man who invented organic farming, a biography. **Journal of Organic Systems**, vol. 9 (1), página 31-53, 2014.

PAZ, R. D. O. e TABOADA, K. J. **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Secretaria Nacional de Habitação. Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH004.pdf>> Acesso em: 20/08/2018

PAZ, R. D. O. Intervenções urbanas e trabalho social. In: (Orgs) ARREGUI, C. C e BLANES, D. N. **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PU, 2008.

PETRAROLLI, J. **O tempo nas urbanizações de favelas: contratação e execução de obras do PAC no Grande ABC**. Dissertação de mestrado em Planejamento e Gestão do Território. Universidade Federal do ABC, Santo André, 2015.

PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas e sua função de valorização da região paulistana: estudo de geografia histórica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1964.

PINA, A.F.A.C. **Arte Pública e Comunidade – O Impacto da Arte Urbana no Bairro Padre Cruz**. Dissertação de mestrado. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2019.

PINDERHUGHES, R.R. (2000) **Urban Agriculture in Havana, Cuba**. Disponível em: <http://bieb.ruaf.org/ruaf_bieb/upload/2419.pdf> Acesso em: 20/07/2017

PINTO, D.M.G. **Ensaio sobre a evolução política do Estado Novo**. Dissertação de mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2010.

PITTINI, A., GHEKIÉRE, L., DIJOL, J. and KISS, I. **The state of housing in the EU 2015**. Housing Europe. Housing European Review, 2015.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro**. Uma história natural de quatro refeições. Editora Intrínseca Ltda. Rio de Janeiro, 2006.

POMPOLO, C. de A. **Um percurso pelos Sesc's: uma leitura de transformações tempo-espaciais**. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **MEU AMBIENTE. PAVS - Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: Políticas Públicas Integradas na Cidade de São Paulo**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora IBEAC, 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1710699-Meu-ambiente-pavs-projeto-ambientes-verdes-e>>

saudaveis-politicas-publicas-integradas-na-cidade-de-sao-paulo.html> Acesso em: 07/12/2019.

PULHEZ, M.M. A Gestão da Política Habitacional em São Paulo: Notas sobre as interações entre Estado e empresas privadas. Dossiê Capitais do Urbano - Notas sobre as interações entre Estado e empresas privadas. **Novos Estudos**, 2016

PULHEZ, M.M. **O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo**. Tese de doutorado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2014.

QUINN, J. Next Big Industry: Environmental Improvement. **Harvard Business Review**. Vol 29, No. 5, pp. 120 – 131, 1971.

REYNOLDS, K. and COHEN, N. **Beyond the Kale: Urban Agriculture and Social Justice Activism in New York City**. Geographies of Justice and Social Transformation Series 28. Athens, Georgia. The University of Georgia Press, 2016.

REZENDE, G. R. de. VIVEIROS EDUCATIVOS: CONSTRUINDO UMA NOVA REALIDADE A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UM CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S.l.], v. 7, n. 6, nov. 2011. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/view/161>. Acesso em: 18/10/2020.

RIBAS, R. e RIBAS, M. S. P. Ética da libertação: dar o peixe e ensinar a nadar. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v.8 n.1 Abril, 2012.

RIBEIRO, P.M. do A. **Mecanismos e Fenômenos de Transformação do Urbano no Vale de Chelas**. Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, 2016.

RIBEIRO, S. M. et. ali. AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA - ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. 25(3):381-388, 2012.

RIBEIRO, S.M. **Agricultura Urbana Agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: a experiência do projeto Colhendo Sustentabilidade – Embu das Artes – SP**. Dissertação de mestrado. São Paulo, FSP – USP, 2013.

RIBEIRO, S.M., BOGUS, C.M. e WATANABE, H. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, jun. 2015.

RIELEY F. MOCK N. COGILL B. BAILEY L. and KENEFICK E. **Food Security Indicators and Framework for Use in Monitoring and Evaluation of Food Aid Programs**. Washington, DC: Food and Nutrition Technical Assistance, Academy for Educational Development; 1999.

ROLNIK e FRÚGOLI Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole**. N. 6, pp. 43-66, 2º sem. 2001.

ROSTICHELLI, M. **Entre a Terra e o Asfalto: a Região Metropolitana de São Paulo no contexto de Agricultura Urbana**. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH – USP, 2013.

ROYER, L. **Política Habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2002.

SAES, A.M. **Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX**. História, São Paulo, 28 (2), p.173-234, 2009.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Expressão Popular, segunda edição. São Paulo, 2015.

SALADINI, Mário. Sustentabilidade: uma nova ordem corporativa. **Revista Intercâmbio**. Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 62-75, mar.- jun. 2012.

SALAMON, L. & ANHEIER, H.K. In Search of the Non-Profit Sector. I: The Question of Definitions. In **Voluntas 3/2**, Manchester University Press, 1992.

SALAMON, L.M. **Holding the center: America's nonprofit sector at the crossroads**. New York: Cummings Foundation, 1997.

SANCHEZ, J. e SANTOS, S. **Plano Verde de Lisboa**. 2011. disponível em: <http://issuu.com/silvia.santos/docs/lisbon_green_plan> Acesso em: 20/07/2018

SANTANDREU, A. e LOVO, I.C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf> Acesso em: 20/08/2017

SANTIAGO, R. e MAGALHÃES, V.B. A Zona Leste de São Paulo e a história oral: História pública, políticas de memória e pesquisa acadêmica. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 13, n. 1, p. 152-178, janeiro-junho, 2017.

SANTOS, A., BRANQUINHO, C., GONÇALVES, P., REIS, M.S. LISBON, PORTUGAL, Case Study City Portrait. In: **GREEN SURGE study on urban green infrastructure planning and governance in 20 European cities**. Fundação da Faculdade de Ciências de Lisboa (FFCUL), Portugal, 2015.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SÃO PAULO APAs, Parques Naturais e RPPNs. **Unidade de Conservação**. 2019a. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/index.php?p=41961> Acesso em 25/09/2019.

SÃO PAULO **Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo**. Unidade de Conservação, 2019b. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/index.php?p=42141> Acesso em 25/09/2019.

SARTOR, C. D.; MARTINS, A. C.; SILVA, N. C. R. Seletividade e focalização versus universalização: dilemas presentes nas políticas e programas para a infância e juventude. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, PUC-RJ. Departamento de Serviço Social, v. 7, ano 6, 2002.

SCHALTEGGER, S. & WAGNER, M. Sustainable entrepreneurship and sustainability innovation: categories and interactions. **Business and the Environment**. Vol. 20, Issue 4, pp. 222 – 237, 2010.

SCHAPER, M. Understanding the Green Entrepreneur. In: The Essence of Ecopreneurship (Schaper, 2002, ed.). **Greener Management International**. Vol. Jun 01, No. 38. Pp. 3-12, 2002.

SCHUMANN, L. R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SCHUMPETER, J. **Business Cycles: a Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. McGraw-Hill, New York, 1939.

SCHWARTZ, S. B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEABRA, M. **Vargem Grande; organização e transformações de um setor do cinturão-verde paulistano**. Dissertação de mestrado. Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.

SEABRA, O.C.L. **Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros – Valorização dos Rios e das Várzeas da Cidade de São Paulo**. Tese de doutorado – Departamento de Geografia da FFCLH – USP, São Paulo, 1987.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE O Cinturão Verde. 2020. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/o-instituto/rbcv/o-cinturao-verde/>>. Acesso em 04 de jan. 2020.

SENGERS, F., WIECZOREK, A.J. RAVEN, R. Experimenting for sustainability transitions: A systematic literature review. **Technological Forecasting & Social Change**. TFS-18654; 12 p., 2016.

SERPA, A. Diversidade e desigualdade em um contexto de fragmentação socioespacial: avanços e recuos. **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 2, p. 22-38, 2018.

SESC (Departamento Nacional). **Política de Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 22p. 2016.

SESC (São Paulo). **Idéias e ações para um novo tempo: territórios em transformação: mostra de iniciativas socioambientais**. Serviço Social do Comércio. São Paulo: SESC, 2017.

SEYFANG, G. **Cultivating Carrots and Community: Local Organic Food and Sustainable Consumption**. Environmental Values. Vol. 16, No. 1, p. 105-123, 2007.

SEYFANG, J. & SMITH, A. Grassroots Innovation for Sustainable Development: Towards a New Research and Policy Agenda. **Environmental Politics**. Vol. 16, No. 4, p. 584-603, 2007.

SHEPHERD, A. and NUNAN, F. 1998. Baseline study and introductory workshop for Hubli-Dharwad city-region, Karnataka, India. **Final Technical Report for project R6825**. Birmingham: School of Public Policy, University of Birmingham, UK, 1998.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 2009.

SILVA, J. G. Transforming food systems for better health. **The Lancet**, v. 393, i. 10173, pg.30-E31, 2019.

SILVA, L.F.M. **Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)**. Tese de doutorado. FFLCH – USP, São Paulo, 2013.

SILVA, M.R. **“Mares de prédios” e “mares de gente”: território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, P. H. **Urbanização de favelas na agenda do governo do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2018.

SILVEIRA, M.C. **Mobilizando redes e construindo arenas participativas: o trabalho social nas políticas de urbanização de favelas da CDHU**. Dissertação de mestrado. FFLCH – USP, 2018.

SIMPSON, D. A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v.18, n.1, p. 89-110, 2012.

SLATER, R.J. Urban agriculture, gender and empowerment: An alternative view. **Development Southern Africa**. V. 18, No 5, December 2001.

SMIT, J., RATTI A. e NASS, J. Chapter 2 Urban Agriculture Yesterday and Today. **Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities**. New York: United Nations Development Programme (UNDP); First edition: 1996, p. 302. Publication Series for Habitat II, v. 1, Edition: 2001.

SMITH, A. VO ßB, J.-P. and GRIN, J. Innovation studies and sustainability transitions: The allure of the multi-level perspective and its challenges. **Research Policy**. V. 39, 435–448, 2010.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de, (Orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

SPRADLEY, J. P. **Participant Observation**. Waveland, Press, Inc. Long Groove, Reissued in 2016. First edition: 1980.

STAKE. R. **Pesquisa Qualitativa. Estudando Como As Coisas Funcionam**. Editora Penso: 2011.

STEVENSON, H.H. & GUMPERT, D.E. (1985) **The Heart of Entrepreneurship**. Harvard Business Review. Disponível em: <<https://hbr.org/1985/03/the-heart-of-entrepreneurship>> Acesso em: 20/08/2017

STEWART, R., KORTH, M., LANGER, L., RAFFERTY, S., SILVA, N.R.da and ROOYEN, C.V. What are the impacts of urban agriculture programs on food security in low and middle income countries? **Environmental Evidence**. 2013, 2:7. Disponível em: <<http://www.environmentalevidencejournal.org/content/2/1/7>> Acesso em: 20/07/2017

SWINBURN, B. A. et al. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, i. 10173, P791-846, 2019.

TAYLOR, V. Watching for vibes: Bringing emotions into the study of feminist organizations. In **Feminist organizations: Harvest of the new women's movements**. Edited by M.M. Ferree and P.Y. Martin. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

TEDESCO, S. **Avaliação das práticas de gestão da rega e da fertilização nas hortas urbanas de Lisboa: experimentação e modelação**. Contributos para uma agricultura urbana ambientalmente sustentável. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa, 2013.

TEIXEIRA, D.M.de C.L. **HORTAS URBANAS O contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade**. Dissertação de mestrado. Departamento de Arquitetura da FCTUC, 2016.

TELLES G.R. **Um novo conceito de cidade: a paisagem global**. Matosinhos: Contemporânea, 1996.

TELLES, G.R. **Plano Verde de Lisboa**. Lisboa: Colibri, 1997.

THOW, A. M.A and PATNAIK, B. The Politics of Malnutrition. Achieving policy coherence in a globalized world (p. 346 – 356) In: Parker, R.; Garcia, J. (Eds.) **Routledge Handbook on the Politics of Global Health**. Routledge: New York; 2019.

TIDD, B., BESSANT, J., PAVITT, K. **Managing Innovation: Integrating Technological, Market and Organization Change**. John Eiley & Sons, New York, 2001.

TOLEDO, B.L. de. **São Paulo: três cidades em um século**. São Paulo: Editora Cosac e Naify, 2004.

TONAKI, L.L. **A Cia Nitro Química: indústria Vila Operária em São Miguel Paulista**. Dissertação de mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TORRES, S.M.M. **Guerra Colonial na revista Notícia**. A cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2012.

UN World Population Prospects. Key findings & advanced tables. 2017 revision. United Nations, New York, 2017. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf> Acesso em: 14/07/2018

UNDP. **Urban Agriculture. Food, Jobs, and Sustainable Cities**. United Nations Development Programme. Publication Series for Habitat II, vol. 1. UNDP, New York, 1996.

UNFPA. **2007 UNFPA Annual Report**. United Nations Population Fund, 2008. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/ar07_eng.pdf> Acesso em: 19/07/2017.

VALDIONES, A.P.G. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Município de São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo, EACH – USP, 2013.

VELAZCO, D. e TOMMASI, L. A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 15-42, jun. 2013.

VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. **FLACSO Brasil**. p. 83, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em 14/06/2020.

WANDERLEY, M.B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WEGMULLER, F. e DUCHEMIN, E. **Multifonctionnalité de l'agriculture urbaine à Montréal: étude des discours au sein du programme des jardins communautaires**. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [Online], Volume 10 numéro 2, 2010.

WEIR, A. Global Feminism and Transformative Identity Politics. **Hypatia** vol. 23, no. 4 (October-December), 2008.

WHIRLPOOL S/A. **Relatório de Sustentabilidade**. 2019. Disponível em: <<https://whirlpool.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2020/04/Whirlpool-Corporation-2019-Sustainability-Report-Portuguese.pdf>> Acesso em 12 /03/2020.

WILSON, R.E., GOSLING, S.D. and GRAHAM, L.T. A Review of Facebook Research in the Social Sciences. **Perspectives on Psychological Science**. Sage Journals. Volume: 7 issue: 3, page(s): 203-220, 2012.

ZAMBERLAN, J. e FRONCHETI, A. **Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ZEEUW, H., GUENDEL, S. and WAIBEL, H. The integration of agriculture in urban policies. In N. Bakker, M. Dubelling, S. Gundel, V. Sabel-Koschella, and A. Zeeuw (eds.), **Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**. Feldafing, Germany: Food and Agriculture Development Centre (ZEL), 2000.

ZEZZA, A and TASCIOTTI, L. Urban agriculture, poverty, and food security: empirical evidence from a sample of developing countries. **Food Policy**, v. 35, n. 4, p. 265-273, 2010.

Apêndice I

Quadro A – Produção, distribuição e empreendedorismo em alimentos.

Nome	Página no Facebook	Website
Armazém do Campo MST	https://www.facebook.com/ArmazemDoCampoProdutosDaTerra/	https://armazemdocampo.shop/
Banco de Alimentos	https://www.facebook.com/bancodealimentos/	http://www.bancodealimentos.org.br/
Cidades Sem Fome	https://pt-pt.facebook.com/cidadessemfome/	https://cidadessemfome.org/pt-br/
CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional	https://www.facebook.com/cren.org.br/	http://www.cren.org.br/
Fruta Imperfeita	https://www.facebook.com/frutaimperfeita/	http://www.frutaimperfeita.com.br/
Instituto Auá de Empreendedorismo Sócioambiental	https://www.facebook.com/institutoaua/	http://institutoaua.org.br/
Instituto Chão	https://www.facebook.com/institutochao/	http://www.institutochao.org/
Morada da Floresta	https://www.facebook.com/moradadafloresta/	https://moradadafloresta.eco.br/

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

Quadro B – Produção e venda de orgânicos.

Nome	Página no Facebook	Website
Bolsa de Orgânicos	https://pt-br.facebook.com/bolsadeorganicos/	https://bolsadeorganicos.com.br/
Orgânicos do Mato	https://pt-br.facebook.com/organicosdomatoficial/	https://organicos-do-mato.negocio.site/
Quitanda Orgânica	https://www.facebook.com/QuitandaOrganica/	N/E ³¹⁷
Raízes	https://www.facebook.com/raizsorg/	https://www.raizs.com.br/
Só Orgânicos	https://www.facebook.com/lojasorganicos	http://www.sorganicos.com.br/
Solo Vivo Orgânicos	https://pt-br.facebook.com/solovivoorganicos.com.br/	http://varejo.solovivoorganicos.com.br/
Santo Alecrim Delivery de Orgânicos	https://www.facebook.com/SantoAlecrimDelivery/	N/E
Yamaguishi Orgânicos	https://www.facebook.com/YamaguishiOrganico	https://www.yamaguishi.com.br/

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

³¹⁷ N/E: Não Existente

Quadro C – Redes e grupos de Agroecologia.

Nome	Página no Facebook	Website
Agroquintais Agroecologia	https://www.facebook.com/agroquintais.aagroecologia	N/E
Agroecologia Agricultura Sustentável	https://www.facebook.com/groups/359908497408078/	N/E
Articulação Paulista de Agroecologia	https://www.facebook.com/ArticulacaoPaulistaDeAgroecologia/	N/E
Grupo Timbó de Agroecologia	https://www.facebook.com/grupotimbo/	N/E
GT de Agroecologia CEGE	https://www.facebook.com/GTAgroecologiaCEGE/	N/E
Laboratório de Envolvimento Agroecológico	https://www.facebook.com/Laboratorio-de-Envolvimento-Agroecol%C3%B3gico-1800961600188596/	N/E
Núcleo de Agroecologia Nheengatu	https://www.facebook.com/nheengatuagroecologia/	http://nheengatu.wixsite.com/nheengatu
Rede Agroeco USP	https://www.facebook.com/redeagroecousp/	N/E
Rede de Agroecologia do Leste Paulista	https://www.facebook.com/rededeagroecologiadoleste/	https://ralsp.org/
Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia	https://www.facebook.com/sistematizacaodeexperiencias/	https://aba-agroecologia.org.br/projeto-neas/
União Campo e Cidade	https://www.facebook.com/uniaocampocidade/	N/E

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

Quadro D – Variados (campanhas, ações pedagógicas, troca de sementes, etc.).

Nome	Página no Facebook	Website
Associação Kokkpele Brasil	https://www.facebook.com/AssociacaoKokopelliBrasil/	N/E
Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida	https://www.facebook.com/contraiosagrototoxicos	http://www.contraosagrototoxicos.org/
Ecobairro - São Paulo	https://www.facebook.com/ecobairrosaopaulo/	https://contato721054.wixsite.com/ecobairrosaopaulo
Flores no Cimento	https://www.facebook.com/Flornocimento	N/E
Jardinalidades	https://www.facebook.com/jardinalidades/	http://jardinalidades.wixsite.com/jardinalidades
Movimento 90 graus	https://www.facebook.com/movimento90/	http://movimento90.com/
MUDA – SP	https://www.facebook.com/mudaspoficial/	http://muda.org.br/

Multimistura Coletiva	https://www.facebook.com/multimisturacoletiva/	https://multimisturacoletiva.milharal.org/
Novas Árvores por Aí	https://www.facebook.com/novasarvoresporai/	https://novasarvoresporai.wordpress.com/
Novos Urbanos	https://www.facebook.com/NovosUrbanos/	N/E
Pé de Feijão	https://www.facebook.com/pede-feijaosp/	http://www.pedefeijao.com.br/
Rede de Agricultura Sustentável	https://www.facebook.com/agrisustentavel/	http://www.agrisustentavel.com/
Semente Negra	https://www.facebook.com/sementenegraresiste/	http://cultiveresistencia.org/sementenegra/
Slow Food	https://www.facebook.com/slowfoodbrasil/	http://www.slowfoodbrasil.com/
SOS Abelhas Sem Ferrão	https://www.facebook.com/sosabelhassemferrao/	http://www.sosabelhassemferrao.com.br/

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

Quadro E – Hortas Urbanas Comunitárias.

Nome	Página no Facebook
Batata Jardineiras (Largo da Batata)	https://www.facebook.com/BatatasJardineiras/
É Hora da Horta	https://www.facebook.com/ehoradahorta/
Jardim do Beco do Cambuci	https://www.facebook.com/groups/157819331236939/
Horta Comunitária da Saúde	https://www.facebook.com/groups/467181830063730/
Horta do BNH da Vila Madalena	https://www.facebook.com/groups/540629959284761/?fref=nf
Horta das Corujas	https://www.facebook.com/groups/hortadascorujas/
Horta do Ciclista	https://www.facebook.com/groups/HortaDoCiclista/?fref=nf
Horta da Vila Indiana	https://www.facebook.com/groups/hortavilaindiana/
Hortão da Casa Verde	https://www.facebook.com/Hort%C3%A3o-Casa-Verde-347594222010182/
Horta Comunitária do Centro Cultural São Paulo	https://www.facebook.com/hortaccsp/
Horta da City Lapa	https://www.facebook.com/hortacitylapa/
Horta Comunitária na Vila Pompéia	https://www.facebook.com/Horta-Comunit%C3%A1ria-na-Vila-Pomp%C3%A9ia-544687645561755/
Horta da FMUSP	https://www.facebook.com/HortaDaFmusp/
Horta do Amor	https://www.facebook.com/hortadoamor/
Horta Madalena	https://www.facebook.com/Horta-Madalena-786849531502071/

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

Quadro F – Redes, grupos e práticas de Permacultura

Nome	Página no Facebook	Website
Casa dos Hólons	https://www.facebook.com/holons	http://www.casadosholons.com.br/
Casa Jaya	https://www.facebook.com/casajaya/	https://www.casajaya.com.br/
Grupo de Estudos em Permacultura e Autonomia - SP	https://www.facebook.com/groups/1058241990867146	
Rede Permaperifa	https://www.facebook.com/REDEPERIFA/	N/E
@Bioecosp Permacultura, Bioconstrução, Ecossustentabilidade SP	https://www.facebook.com/groups/1451796155135914	N/E

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

Quadro G – Práticas de busca e captura de água

Nome	Página no Facebook	Website
Existe água em SP	https://www.facebook.com/existeaguaemsp/	N/E
Nascente SP	https://www.facebook.com/NascenteSP/	http://rioseruas.com.br/portfolio_page/nascente-sp/
Rios e Ruas	https://www.facebook.com/rioseruas/	http://www.mostrarioseruas.com.br/
Secura Humana	https://www.facebook.com/securahumana/	http://www.securahumana.com/

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

Quadro H – Bioconstrução e engenharia

Nome	Página no Facebook	Website
Biohabitate	https://www.facebook.com/biohabitate/	http://www.biohabitate.com.br/web/
Cobi - arquitetura orgânica	https://www.facebook.com/viva.cobi/	http://vivacobi.wixsite.com/home
DaTerra Bioconstrução	https://www.facebook.com/daterrabiocostrucao	N/E
Engenheiros Sem Fronteira	https://www.facebook.com/brasil.esf/	http://esf-brasil.org/

Fonte: a autora, a partir do Facebook, 2021.

Apêndice II

Roteiro de entrevista com gestores (as) de hortas

Aspecto ambiental

Terra

- 1 – Quem é o proprietário do terreno?
- 2 – O que sabe sobre a qualidade do solo?
- 3 – Produzem ou compram sementes? Se sim, onde?

Água

- 4 – O que sabe sobre captura e uso de água?
- 5 – Como se dá a irrigação?

Cultivos

- 6 – Qual método de cultivo de alimentos é utilizado na horta?
- 7 – Que tipos de alimentos são produzidos na horta? Em que quantidade?

Aspecto de gestão

- 8 – Como organizam e gerenciam suas atividades?
- 9 – Qual a logística envolvida na compra de sementes, equipamentos e outros materiais utilizados no cultivo de alimentos?
- 10 – Como é feita a tomada de decisões sobre a horta?
- 11 – Fazem networking? De que modo?
- 12 – Qual a relação com os equipamentos públicos como prefeituras regionais, programas públicos, empresas e outras organizações, se houver?

Aspecto econômico

- 13 – Como estabelecem o preço dos produtos?
- 14 – Como e onde estabelecem a venda dos produtos?
- 15 – Vendem in loco ou vendem em outras regiões da cidade? Pelo mesmo preço em todas as regiões ou preços diferentes?
- 16 – Quem são os compradores dos produtos da horta e como é a relação com eles?

Outros comentários

Apêndice III

Roteiro de entrevista com agricultores e agricultoras

Perfil

Nome:

Idade:

Gênero:

Cor:

Ocupação (ocupações):

Escolaridade:

Estado civil:

Filhxs:

Onde nasceu / local de origem:

Onde mora atualmente:

Horta em que atua:

Vida

1 – Onde você nasceu? Como era sua vida nesse local?

2 – Como você chegou até São Paulo?

3 – Tem sonhos?

4 – O que faz nas horas vagas?

5 – Frequenta algum culto religioso ou espiritual?

Trajetória profissional e de renda

6 – Quais trabalhos já fez? Em que locais / empresas / companhias você já trabalhou?

7 – Como e onde aprendeu a plantar?

8 – Como começou a trabalhar na horta aqui em São Paulo?

9 – A horta é sua principal fonte de renda?

10 – Possui outra fonte de renda?

Relações dentro e fora da horta

11 – Como é a sua relação com a comunidade local?

12 – Quem compra os produtos da horta?

13 – Como é a sua relação com os compradores dos produtos da horta?

14 – Como é a sua relação com os (as) outros (as) agricultores (as) da horta?

15 – Como é a sua relação com amigos e frequentadores do local?

15 – Como é tua relação com os técnicos / coordenador / diretor do projeto?

Percepções sobre a horta

16 – O que você acha da horta?

17 – Quais os benefícios de se trabalhar na horta?

18 – Quais as dificuldades de se trabalhar na horta?

Outros comentários

Apêndice IV

Roteiro de entrevista para funcionário (a) público (a)

Perfil

Nome:

Idade:

Gênero:

Ocupação (ocupações):

Escolaridade:

Locais onde atua ou atuou:

Atuação profissional

- 1 – Como se envolveu com a agricultura urbana?
- 2 – De que maneira desenvolveu ou desenvolve seu trabalho?
- 3 – Você ou o equipamento público em que trabalha oferece assistência técnica para agricultores?
- 4 – Quais foram e quais são os desafios para desenvolver o trabalho?
- 5 – Quais foram e quais são os resultados do trabalho?
- 6 – Você busca pessoas interessadas na atividade de horticultura ou elas procuram você?

Relações com agricultores (as), gestores (as) e empresas privadas ou mistas

- 7 – Como é a sua relação com os (as) agricultores (as) das hortas?
- 8 – Como é a relação com os técnicos / coordenador / diretor de outros projetos de agricultura urbana?
- 9 – Como é a relação com as empresas privadas ou mistas?

Outros comentários

Apêndice V

Roteiro de entrevista com gestores (as) de empresas privadas ou mistas

Perfil

Nome:

Idade:

Gênero:

Ocupação (ocupações):

Escolaridade:

Localidades onde atua

Atuação profissional

- 1 – Como se envolveu com a questão da agricultura urbana?
- 2 – De que maneira desenvolveu ou desenvolve seu trabalho?
- 3 – Que tipo de assistência a empresa oferece?
- 4 – Quais foram e quais são os desafios em desenvolver o trabalho?
- 5 – Quais foram e quais são os resultados do trabalho?
- 6 – Como você procura pessoas interessadas nos serviços oferecidos pela empresa ou como as pessoas procuram a empresa?

Relações com outros agentes

- 7 – Como é a sua relação com os (as) beneficiários (as) dos serviços?
- 8 – Como é a relação com os participantes de outros projetos de agricultura urbana?
- 9 – Vocês estabelecem parcerias com outras empresas, privadas ou mistas e / ou com o setor público?

Outros comentários

Apêndice VI

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA, GESTÃO E SAÚDE

Av. Dr. Arnaldo, 715 - CEP 01246-904 - São Paulo - Brasil
Telefones: (11) 3061-7955 – claudiab@usp.br

São Paulo, 11 de julho de 2019.

Ilmo. Sr. Marcelo Hercolin

Diretor de Atendimento Habitacional – CDHU

É com estima que me dirijo a esta companhia, a qual tem se destacado em ações e projetos de interesse socioambiental. Dentre elas, relevo a concessão e utilização de áreas para a implantação de hortas no município de São Paulo.

Na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), a socióloga e doutoranda Laura Martins de Carvalho vem realizando uma pesquisa a respeito das hortas urbanas na Zona Leste de São Paulo – SP, tendo em vista que o tema tem conquistado cada vez mais visibilidade no que se refere às possibilidades de combate à pobreza, inclusão social e produção de alimentos em áreas urbanas desfavorecidas.

Por meio desta pesquisa, tem-se o objetivo fornecer informações para subsidiar a gestão dessas iniciativas, que sejam úteis a todas as partes envolvidas em tais projetos, o que, certamente, incluiria também a CDHU tendo em vista as ações já em execução. A pesquisa vem sendo reconhecida no Brasil e no exterior, sendo previstas três apresentações em congressos para este segundo semestre de 2019.

Para maior desenvolvimento e precisão das informações, convidamos esta companhia a participar desta pesquisa, por meio das seguintes ações:

- Informar a localização (endereço e/ou coordenadas) de áreas sob propriedade da CDHU utilizadas para hortas na Zona Leste de São Paulo-SP;
- Indicar contato de um(a) funcionário(a) da CDHU para entrevista, que seja familiarizado(a) com o assunto, de preferência com experiência em campo.

Para contato e esclarecimentos, solicito que este seja feito diretamente com a pesquisadora Laura Martins, por e-mail (lauramarcavalho@usp.br) ou telefone (11 99280-7361).

Agradeço sua colaboração e coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Prof. Dra. Cláudia Maria Bógus
Orientadora

Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade
E-mail: claudiab@usp.br – tel. 11-30617955

Anexo I

Contrato de comodato da AES Eletropaulo do ano de 2008

Subprefeitura de São Mateus
 Celso Luiz Moraes

CG nº 1002/08

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMODATO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como **COMODANTE, ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**, empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Lourenço Marques, nº 158, 15º andar, Vila Olímpia, neste ato representada por sua procuradora, e do outro lado, o **COMODATÁRIO(a)** qualificado (a) conforme **Anexo I**, que faz parte integrante deste contrato.

As partes têm entre si, certo e ajustado, o presente contrato de comodato, que se regerá pelas disposições aplicáveis do Código Civil Brasileiro, e mais as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 A **COMODANTE** é senhora e legítima possuidora do terreno, a seguir designado simplesmente **Imóvel**, identificado no croqui (**Anexo II**), e pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, neste ato, entrega-o em comodato ao **COMODATÁRIO (a)**, exclusivamente para que o mesmo possa utilizá-lo para conservação e plantação de espécies vegetais de até 2,00 metros de altura, de ciclo rápido (máximo de 12 meses), finalidade essa que não poderá ser alterada, sob pena de imediata e automática rescisão contratual.

1.2 É vedado ao **COMODATÁRIO(a)** fazer uso do **Imóvel**, bem como de eventuais áreas adjacentes ao **Imóvel**, como ponto comercial, ou para fins de estacionamento de uso particular, de terceiros ou a que título for, bem como instalar placas de publicidade ou manter animais, sob pena de imediato cancelamento do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

2.1 O prazo do presente comodato é de **05 (cinco) anos**, com início na data de assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado por igual período, mediante termo de aditamento que deverá ser assinado pelas partes, salvo solicitação de rescisão, por escrito, da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do respectivo término, findo o qual o **COMODATÁRIO (a)** se obriga a restituir o **Imóvel** à **COMODANTE**, livre e desembaraçado de pessoas e coisas, independentemente de qualquer notificação prévia nesse sentido, nos termos previstos no artigo 397 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES

3.1 Fica expressamente vedada a cessão ou transferência do presente comodato pelo **COMODATÁRIO(a)**, seja no todo ou em parte do **Imóvel**.

3.2 A área ora permitida para uso, acha-se vinculada ao serviço público, da qual a **COMODANTE** é concessionária distribuidora de energia elétrica. A eventual desvinculação não alterará em nada as cláusulas e condições do presente contrato. A utilização secundária da área, para fins não prejudiciais ao mencionado serviço público, obedece à conveniência de ser a mesma objeto de guarda pela **COMODANTE**, ficando proibida qualquer atividade contrária aos interesses e conveniências do serviço de energia elétrica.

3.3 O **COMODATÁRIO(a)** declara estar ciente dos cuidados necessários com relação à rede elétrica, isentando a **COMODANTE** de toda e qualquer responsabilidade decorrente de eventuais danos, prejuízos materiais ou pessoais, inclusive a terceiros, ou acidentes que venham a ocorrer relacionados direta ou indiretamente com o presente contrato, inclusive no caso de execução de serviços de interesse da própria **COMODANTE**.

3.4 Fica assegurado à **COMODANTE** o livre acesso ao **Imóvel**, podendo nele praticar os atos que se fizerem necessários à efetiva fiscalização e manutenção do seu domínio e posse.

CG nº

3.5 Obriga-se o **COMODATÁRIO(a)** a cumprir as determinações da **COMODANTE** que lhe forem transmitidas por prepostos devidamente credenciados, a atender todas as exigências dos Poderes Públicos e da legislação aplicável ao objeto deste contrato, responsabilizando-se por todo e qualquer ônus, multa ou notificação delas decorrentes.

3.6 O **COMODATÁRIO(a)** assume expressamente a obrigação de zelar pelo **Imóvel**, cumprindo-lhe, especialmente, mantê-lo limpo, com suas divisas bem roçadas, conservar marcos, estacas, tabuletas, muros, passeios e portão(ões) e outros sinais que caracterizem a propriedade da **COMODANTE**, adotando medidas adequadas para obstar ou fazer cessar qualquer turbacão, esbulho ou ameaça, dando ciência imediata à **COMODANTE** de toda anormalidade que ocorrer.

3.7 Durante o prazo em que perdurar o comodato, o **COMODATÁRIO(a)** será responsável pelo pagamento de todas e quaisquer eventuais despesas, encargos provenientes da utilização e das atividades exercidas no **Imóvel**, inclusive, a conta de fornecimento de água, devendo esse pagamento ser efetuado diretamente ao órgão arrecadador, nos devidos vencimentos, comprometendo-se a encaminhar à **COMODANTE** todos os originais dos documentos quitados, todos os meses, sob pena da rescisão do presente contrato, sem prejuízo da propositura das medidas judiciais para cobrança dos débitos.

3.8 O Comodatário deve requerer junto à concessionária de serviços públicos de água a alteração da titularidade para fazer constar seu nome, bem como, tais contas devem ser entregues em seu endereço e não na área oferecida em comodato. É vedado ao **COMODATÁRIO** requerer junto às concessionárias de serviços públicos as ligações de energia elétrica, gás, esgoto e telefone, sob pena da imediata rescisão do contrato.

3.8.1 O **COMODATÁRIO(a)** se obriga a realizar, por sua conta, ônus e encargos, todas as obras e/ou benfeitorias necessárias à utilização, conservação e manutenção do **Imóvel**, especialmente a construção de muros e passeios quando necessários, e no local demarcado no croqui Anexo II, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura deste contrato, tudo às suas expensas.

3.8.1.1 Qualquer benfeitoria que se faça necessária no terreno, somente poderá ser feita após autorização expressa da **COMODANTE**, devendo o **COMODATÁRIO (a)** enviar o projeto descritivo das obras de benfeitorias para Gerência de Patrimônio, localizada na **Rua Vinte e Cinco de Janeiro, 320 - Luz - SP - Cep. 01103-010**, no entanto, ficam expressamente vedadas as seguintes benfeitorias:

- (i) instalação de cercas ou tapumes;
- (ii) construções e obras de garagens, barracões, telheiros, pavimentação, encanamentos, ou quaisquer outras, a qualquer título, ainda que provisoriamente;
- (iii) plantação de árvores ou outras espécies vegetais perenes ou de ciclo superior a um ano, ainda que sejam de caráter unicamente decorativo ou ornamental;
- (iv) escavações ou aterros, extração de argila, areia, pedregulho ou qualquer outro material;
- (v) instalações e/ou construções residenciais de qualquer natureza, tais como edículas, garagens, favelas, residências, lotes com frente para a faixa de segurança;
- (vi) instalações e/ou construções industriais de qualquer natureza, tais como olarias, fornos, chaminés, estações de bombeamento, depósitos, galpões, escritórios, guaritas, rede de dutos;
- (vii) instalações e/ou construções comerciais de qualquer natureza, tais como bares, depósitos, bancas de jornal, barracas, "trailler", lojas, salas de jogo, etc.
- (viii) instalações e/ou construções agropastoris, tais como curral, chiqueiro, galinheiro, granja, silo, cocho de sal, bebedouro, estábulo ou similar, estacionamento de máquinas agrícolas;
- (ix) instalações e/ou construções de igrejas, salões comunitários, templos, escolas, cemitérios;
- (x) áreas para a prática de esporte e/ou lazer, praças, monumentos, clubes, piscinas, parques infantis, campos de futebol, quadras esportivas, pistas de atletismo ou de "coóper", bancos de jardim, coretos, pistas de aeromodelismo, motocicleta e bicicleta, pesque-pague, etc.;
- (xi) feiras livres, festas locais, quermesses, calçadas ou passeios para pedestres ao longo do eixo da linha, etc.;
- (xii) cabinas telefônicas, pontos de ônibus ou táxi, guaritas;
- (xiii) estacionamentos de veículos automotores, bicicletas.;

São Paulo, quinta-feira, 31 de janeiro de 2008

FICHA DE CONCESSÃO GRATUITA Anexo I

1- DADOS PESSOAIS Comodatário (A)

CG 1002

Nome: Subprefeitura de São Mateus - Clóvis Luiz Chaves

Rg: N.º 8.184.952-

CIC: 353.784.528-87 CNPJ: 06.632.000/0001-91

Estado Civil

Profissão:

Tel: (11) 4891-1457

Endereço:

Bairro:

Avenida Ragues Chonfi 1400

Cep: 08375-000 Município: São Paulo

Observação:
Contato: Sr. Vândineas Cardoso Ribeiro dos
Santos - CEL 9887-9173

2 - DADOS CADASTRAIS DA ÁREA OBJETO DO CONTRAT

Titularidade: A-1596 L-272 PL-1 D/A

Endereço / Bairro

Rua Professor José Dicio Machado

Largura x Comprimento Total da área:

30 x 250

Torres:

21 22 / 23 24

Nome da Linha de Transmissão

Finalidade (especificar)

3 - Benefícios Autorização (s/n)

- ☒ ABRIGO PADRÃO (Não deverá ser construído com elementos metálicos, sendo instalado fora da projeção dos cabos)
- ☒ CAVALETE D'ÁGUA (A Eletropaulo deverá ser eximida de quaisquer ônus que por ventura possa advir da sua instalação e utilização, ficando o solicitante responsável pelo cancelamento do serviço de fornecimento de água no caso de rescisão contratual)
- ☒ SOMBRITE (VIVEIRO DE PLANTAS que não deverá ser construído em elementos metálicos exceto pregos, parafusos, porcas e arruelas, com altura máxima de dois metros)
- ☐ CERCA (O muro poderá ser substituído por cerca de alambrado)
- ☐ MURO
- ☒ PORTÃO (O portão deverá ser em madeira obedecendo as dimensões e medidas)
- ☐ OUTROS

FISCAL DE TERRAS:

DATA:

GERENTE DE PATRIMÔNIO

DATA:

3- Avaliação Técnica:

Não há objeção de nossa parte quanto a cessão gratuita do trecho solicitado, sendo que, por ocasião da rescisão contratual o solicitante deverá restituir a faixa as condições originais.

A autorização deverá ser concedida em caráter precário, ressaltando a nossa responsabilidade quanto a eventuais danos materiais e/ou pessoais que possam advir deste parecer técnico.

TECNICO RESPONSÁVEL DA UNIDADE:

DATA:

UNIDADE REGIONAL:

DATA:

29/04/08

29/04/08

LESTE

29/04/08

Fonte: prefeitura regional de São Mateus, 2019.